



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO
E FEMINISMO

NÚCLEO
DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
SOBRE A MULHER
FFCH/UFBA

MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015

Maísa Maria Vale

I MARCHA DE MULHERES NEGRAS A BRASÍLIA:
O que a Teoria Feminista Negra tem a ver com isso?

Tese de Doutorado

**CONTRA
O RACISMO,
A VIOLÊNCIA E
PELO BEM VIVER**

Salvador

18 de novembro de 2015

NOSSOS PASSOS VEM DE LONGE

UMA SOBE E PUXA A OUTRA

BRASÍLIA/DF

J. Cunha



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMO
Rua Prof. Aristides Novis, nº197 - CEP: 40210-909 – Federação – Salvador-BA Tel.:
(71)3331-2755 – Site: <http://www.ppgneim.ufba.br> - E-mail ppgneim@ufba.br

**I MARCHA DE MULHERES NEGRAS A BRASÍLIA:
O que a Teoria Feminista Negra tem a ver com isso?**

Maísa Maria Vale

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – FFCH, Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, sob a orientação da.

Prof.^a Dr.^a Lina Maria Brandão de Aras.

Salvador, maio de 2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI)
Biblioteca Universitária Isaias Alves (BUIA/FFCH)

Vale, Maísa Maria
V149 I Marcha de Mulheres Negras a Brasília: o que a teoria feminista negra tem a ver com
isso? / Maísa Maria Vale, 2020.
490 f. : il.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Lina Maria Brandão de Aras
Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Mulheres, Gênero e Feminismo.
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

1. Negras. 2. Mulheres – Participação política. 3. Identidade de gênero. 4. Movimentos
sociais. I. Aras, Lina Maria Brandão. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 305.42

Responsável técnica: Alexandra Barreto da Silva - CRB/5-1366

MAÍSA MARIA VALE

I MARCHA DE MULHERES NEGRAS A BRASÍLIA:

O que a Teoria Feminista Negra tem a ver com isso?

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em, 29 de junho 2020.

Banca Examinadora

Presidente e Orientadora: Prof^ª Dr^ª Lina Maria Brandão de Aras
Doutora em História pela Universidade de São Paulo – USP
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Membro Titular e Examinadora: Prof^ª Dr^ª Rosângela Costa Araújo
Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – USP
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Membro Titular e Examinadora: Prof^ª Dr^ª Rosália de Oliveira Lemos
Doutora em Política Social – UFF/RJ
IFRJ - Instituto Federal do Rio de Janeiro

Membro Titular e Examinadora: Prof^ª Dr^ª Maria Nazaré Mota de Lima
Doutora em Linguística pela Universidade Federal da Bahia – UFBA
Universidade do Estado da Bahia – UNEB

Membro Suplente: Prof^ª Dr^ª Zelinda dos Santos Barros
Doutora em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia – UFBA
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Salvador, junho de 2020

DEDICO

Às Jovens Negras Feministas, na memória de vida e luta das jovens Helen Moreira, 28 anos, pedagoga do Quilombo Educacional da Ilha – Vera Cruz/BA e Elitânia de Souza da Hora, 25 anos, líder quilombola – estudante de Serviço Social, do município de Cachoeira no Recôncavo baiano, que partiram ambas de forma trágica, vítimas de feminicídio de seu ex-namorado, em 09 de junho de 2017 e 27 de novembro de 2019, respectivamente, deixando em nossos corações o gosto amargo de perda irreparável e o seu esperar. Fiquem em paz Helen e “Eli”!

À todas educadoras da Rede de Mulheres Negras do Nordeste e do Odara Instituto da Mulher Negra que, de forma implacável, acreditaram e construíram a I Marcha de Mulheres Negras a Brasília em direção ao bem viver, a uma vida sem racismo, sem violência.

MEUS AGRADECIMENTOS

Sou uma mulher negra nascida e criada em uma comunidade negra e não poderia deixar de agradecer à minha ancestralidade, minha comunidade do Nordeste de Amaralina e dizer que sou grata pelos ensinamentos das mulheres com que convivi neste espaço por terem contribuído para que eu pudesse viver essa experiência.

Assim, primeiramente, àquelas que me conhecem há mais tempo, Georgina Maria Vale e tia Celina – exímia tocadora de prato (em memória); minhas tias-vizinhas e vizinhas avós, que aguentaram meu humor, neuras, cansaço, frustrações, reclamações.

Ao meu pai, Valentim Martins Vale e aos meus irmãos: Franco, Valnísia, Gervásio, Altino e Valentim Jr. que sempre me deram suporte, incentivaram e, por isso mesmo, ajudaram a aliviar a tensão que perpassa uma escrita como esta.

Ao companheiro de ideias, planos, sonhos, estradas, lágrimas, risos e muitos, mas muitos beijos mesmo, Antonio da Paixão. Pelo amor que me dedica todos os dias, que me ajuda a construir caminhos e ensina outra forma de viver a vida com mais intensidade e leveza. Certamente, a sua presença tranquila e insistência em me amar fez de mim a pessoa amada, mais desbravadora e segura.

À minha filha Thaisa, nascida em 2 de fevereiro, dia de Iemanjá, porta aberta para outros rumos. Aquela que, como o nome sugere, admiro muito e me dá a oportunidade de participar do processo de formação e cuidado de outra vida. Por me instigar e lançar a um outro tempo, outras experiências, outras gerações, me conectando à responsabilidade e comprometimento.

Grata às minhas amigas que resistem até hoje e as que passaram e deixaram suas marcas. Minhas amigas-irmãs para toda a vida Areonildes, Ana Rosa, Ivana, Mara, Ilza, Leonor e Juci, por compartilharem comigo a amizade, fortalecendo com um olhar, um afago, uma palavra, ou o silêncio toda esta jornada de cinco anos, me fazendo crer que minha proposta é grande: como portadora da escrita compartilhada sobre nós – Mulheres Negras na diáspora.

Gostaria também de oferecer um especial agradecimento a todas as mulheres negras do Nordeste que fizeram parte desta pesquisa, pela acolhida, solidariedade e reciprocidade, especialmente, às minhas companheiras da Rede de Mulheres Negras do Nordeste – RMNN e da Rede de Mulheres Negras da Bahia – RMNBA de Feira de Santana, Santo Amaro, Camaçari, Bom Jesus da Lapa e Serrinha, com quem dialoguei bastante a respeito

dos processos de articulação para essa Marcha em seus estados e municípios. As reflexões que trago para esta tese tem muito a ver com essas interlocuções e sem elas nada disso seriam possíveis.

Às companheiras do ODARA Instituto da Mulher Negras Ana Paula, Érika, Danielle, Alani, Naiara, Benilda e Valdecir, negras feministas, que iluminam meu caminhar com afeto, cumplicidade e amizade neste compromisso com a luta das Mulheres Negras e de reafirmar o seu protagonismo na construção de um modelo civilizatório plurirracial.

À Prof^a. Dr^a Lina Maria Brandão de Aras, mais que uma orientadora, também parceira intelectual, com quem aprendi muito e espero continuar desfrutando desta parceria. Agradeço também pela confiança que sempre me dedicou, que possibilitou trabalhar com liberdade, criatividade e responsabilidade, ao me apresentar os caminhos que poderia trilhar com segurança, no estudo da ação política de mulheres negras no Brasil. Me sinto honrada em ter tido a oportunidade de tê-la ao meu lado, com a sua competência, com a sua ancestralidade.

À Prof^a. Dr^a Maria Nazaré Mota de Lima, que me inseriu no mundo da intelectualidade, sem eu perceber – pela orientação, escuta e trocas nestes últimos 17 anos, responsável pela minha acolhida institucional no CEAFFRO - Educação e Profissionalização para a Igualdade Racial e de Gênero, Projeto de extensão do Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO/UFBA, porta aberta para minha iniciação na pesquisa e na militância no Movimento de Mulheres Negras e em educação para a igualdade racial. Pelo amor ancestral e mítico que há entre nós dando a certeza que é para sempre. Pela oportunidade dada não só a mim, mas a toda a comunidade negra que hoje é meu suporte de resistência e consciência dentro da Universidade.

Aos grupos de pesquisa “Estudo, Extensão e Pesquisa sobre Políticas Públicas, Igualdade Racial, Desenvolvimento e Territorialidade”, da UNILAB e “Coletivo Angela Davis– Grupo de pesquisa sobre gênero, raça e subalternidades” da UFRB, pelo frutífero e estimulante ambiente de investigação.

Às professoras que participaram de minhas bancas de qualificação e/ou defesa de tese, pela inestimável contribuição ao aprimoramento do trabalho: Maria Nazaré Mota de Lima, Rosália Lemos, Rosângela Araujo, Carol Barreto, Iole Vanin (PPGNEIM/UFBA), e Zelinda Barros.

Às professoras Dr^a Prof^a Elisabete Aparecida Pinto, Dr^a Prof^a Matilde Ribeiro e às companheiras Geovane Maruzia, Sueli Sousa, Lindinalva de Paula, Kiazala, Mãe Jacira, Fabiana Paranaguá, Anete, que me acompanham desde antes, que tive a sorte de ter conhecido e convivido nestes anos de doutorado, que além de me proporcionar uma formação acadêmica,

proporcionaram ótimas conversas, momentos divertidos e o conhecer pessoas excelentes, as quais pretendo levar comigo para o resto da vida.

Por fim, agradeço ao Odara Instituto da Mulher Negra, pela liberação parcial de minhas atividades como colaboradora junto à instituição, e à FAPESB Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia, pela Bolsa de estudos para realização do doutorado.

*[...] Criar é
ousar, ir além do que pensam e pensamos que
somos. A autocensura é a primeira barreira: O
poema veio vindo
veio vindo
veio vindo
veio vindo
Chegou ali e parou!
Porque deu um branco [...]
(Cadernos Negros, 1985, p. 7-8).*

RESUMO

VALE, Maísa Maria. I Marcha de Mulheres Negras a Brasília: O que a Teoria Feminista Negra tem a ver com isso? 490.f Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo – FFCH, Universidade Federal da Bahia – UFBA

Esta pesquisa faz parte dos estudos das relações raciais e de gênero que têm debatido sobre a participação política das mulheres negras no Brasil. Pretende renovar estes estudos fundamentando-se na ação coletiva da Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN) durante o processo de construção da I Marcha de Mulheres Negras a Brasília contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver (2011-2015) e num marco teórico que se enquadra nos pressupostos das teorias sociológicas contemporâneas, feminista negra decolonial. Desse encontro é que se constrói um diálogo teórico e metodológico crítico entre as abordagens alternativas (perspectivistas) organizada a partir do paradigma da interseccionalidade, da decolonialidade e da afrocentricidade. No primeiro caso, privilegia-se a interseccionalidade entre raça, patriarcado e demais eixos opressivos, oferecidas especialmente por autoras da envergadura de Gonzalez (1982), Davis (1982) e Crenshaw (1989). No segundo, teoriza a idéia de fronteira como aspectos raciais, culturais e políticos, resultantes das relações de poder e *lôcus* de enunciação, mais especificamente, no plano daquilo que capturamos no trabalho de autores/as que como Mohanty (1984), Anzaldúa (1987), Gonzalez (1988^a) e Bhabha (1994). No terceiro, volta-se para esta tradição que, teoricamente restaura a luta antirracista na diáspora africana, propondo uma teoria centrada nas histórias de vida das pessoas negras ao criticar as imagens controladoras uniformemente negativas, definidas pelo colonizador, amplamente debatidas por Assante (1980), Nascimento (1974), Gonzalez (1982), Collins, (1990), Carneiro (2001). Para tanto, o esboço de análise do processo de construção da I MMNB é, referenciado na cultura e tradição de luta de afrodescendentes e africanos/as pela superação das desigualdades impostas pelo racismo e sexismo. Um painel descritivo do percurso de quatro anos de articulação coletiva da RMNN, identificando seus aportes para a formulação de um pensamento feminista negro decolonial, como expressão da práxis feminista negra brasileira. Busca evidenciar a relação entre a ação coletiva, a partir de experiências próprias e o pensamento crítico Afro-Americano-Latino-Brasileiro. Estudo que colocou lado a lado, numa verdadeira encruzilhada e relação dialógica, pesquisadores/as e militantes, objetivando a análise da constituição de uma concepção feminista negra decolonial na ação social, política e epistêmica de mulheres negras brasileiras.

Palavras-chave: Identidades, Saberes, Ação Política, Redes de Movimentos Sociais.

ABSTRACT

VALE, Máisa Maria. I Black Women March to Brasília: What does the Black Feminist Theory have to do with it? 490 f. Thesis (Doctorate in Interdisciplinary Studies on Women, Gender and Feminism - FFCH, Federal University of Bahia - UFBA,

This research is part of the studies of race and gender relations that have debated on the political participation of black women in Brazil. Pretend to renew these studies based on the collective action of the Network of Black Women of the Northeast (RMNN) during the process of building the 1st March of Black Women in Brasília against Racism, Violence and for the Good Life (2011-2015) and in a theoretical framework that fits the assumptions of contemporary sociological theories, decolonial black feminist. It is from this From that meeting a critical theoretical and methodological dialogue is constructed between alternative (perspective) approaches organized from the paradigm of intersectionality, decoloniality and Afrocentricity. In the first case, the intersectionality between race, patriarchy and other oppressive axes is privileged, offered especially by authors of the size of Gonzalez (1982), Davis (1982) and Crenshaw (1989). In the second, he theorizes the idea of frontier as racial, cultural and political aspects, resulting from the power relations and locus of enunciation, more specifically, in terms of what we capture in the work of authors such as Mohanty (1984), ANZALDÚA (1987), Gonzalez (1988^a) and Bhabha (1994). In the third, we turn to this tradition, which theoretically restores the anti-racist struggle in the African diaspora, proposing a theory centered on the life stories of black people, criticizing the uniformly negative controlling images, defined by the colonizer, widely debated by Assante (1980) , Nascimento (1974), Gonzalez (1982), Collins, (1990), Carneiro (2001). Therefore, the outline of the analysis of the construction process of the I MMNB is referenced in the culture and tradition of struggle of Afro-descendants and Africans for overcoming the inequalities imposed by racism and sexism. A descriptive panel of the four-year journey of collective articulation of the NMRN, identifying its contributions to the formulation of a decolonial black feminist thought, as an expression of the Brazilian black feminist praxis. It seeks to highlight the relationship between collective action, based on own experiences and critical Afro-American-Latin-Brazilian thinking. A study that put researchers and activists side by side, in a true crossroads and dialogical relationship, aiming at analyzing the constitution of a decolonial black feminist conception in the social, political and epistemic action of black Brazilian women.

Keywords: Identities, Knowledge, Political Action, Social Movement Networks.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABAM	Associação das Baianas de Acarajé e Mingau
AMNB	Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras
ARS	Análise de Redes Sociais
CEAFRO	Educação e Profissionalização para a Igualdade Racial e de Gênero
CEDENPA	Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará
CEERT	Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades
CIN	Comitê Impulsor Nacional
CLACSO	Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais
CONAPIR	Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial
CONAQ	Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas
CONEN	Coordenação Nacional de Entidades
CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EIR	Estatuto da Igualdade Racial
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
FENATRAD	Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas
FORPIR	Fórum de Promoção Permanente da Igualdade Racial
FULANAS	Articulação de Mulheres Negras da Amazônia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
MNU	Movimento Negro Unificado
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulheres, Gênero e Feminismo
ODARA	Instituto da Mulher Negra
ONU	Organização das Nações Unidas
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPGNEIM	Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo
PT	Partido dos Trabalhadores

RMN	Rede Mulheres Negras
RMNN	Rede de Mulheres Negras do Nordeste
SEPPIR	Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial
SINDOMESTICO	Sindicato das Trabalhadoras Domésticas
SPD	Sociedade Protetora dos Desvalidos
SPM	Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UGT	União Geral dos Trabalhadores
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNEGRO	União de Negros Pela Igualdade

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE IMAGENS – ANEXO A

Imagem 1	I Marcha de Mulheres Negras a Brasília contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver – 2015	25
Imagem 2	Mulheres Negras marcham em Brasília contra o racismo estrutural, violência e a miséria produzida por ele no país	26
Imagem 3	Afro XXI: Encontro de lideranças, governantes e parlamentares de países ibero-americanos e africanos	34
Imagem 4	Home page do Ceafro – Educação e Profissionalização para a Igualdade de Raça e Gênero	52
Imagem 5	Home page do Odara – Instituto da Mulher Negra	53
Imagem 6	A ameaça do fundamentalismo religioso cristão as manifestações laicas as liberdades individuais no Brasil	70
Imagem 7	Expressões estéticas contra-hegemônicas - instrumento de combate ao racismo e ao patriarcado	148
Imagem 8	Expressões estéticas contra-hegemônicas - linguagens estéticas produzindo um novo olhar sobre esse corpo e sobre a noção de beleza	152
Imagem 9	Corpo da negra: ferramenta de combate ao racismo e ao patriarcado	152
Imagem 10	Processo formativo/pedagógico – Ensaaios fotográficos	153
Imagem 11	Agendas e bandeiras das mais diversas aglutinadas na I MMNB	166
Imagem 12	Movimento Coletivo de Mulheres Negras - Uma organização eclética Agendas e REDE	166
Imagem 13	Marcha das mulheres negras da Bahia – Do Bahia Café Hall até a Governadoria - Centro Administrativo da Bahia – 13/05/2015.	223

Imagem 14	Marcha das mulheres negras de Minas Gerais – Da Praça Sete de Setembro até a Praça da Estação – 13/05/2015	224
Imagem 15	Presença marcante de companheiras com destaque no cenário internacional – Phumzile Mlambo-Ngcuka.	237
Imagem 16	Militantes Históricas de Diversos Movimentos Marcaram Presença na Marcha contra a violência, o Racismo, pelo bem viver	237
Imagem 17	Presença de militantes históricas de partidos políticos no cenário nacional - Beneditada Silva, Janete Capiberibe, Leczy Brandão, Moen Gramacho	237
Imagem 18	Mulheres Negras históricas que impulsionaram o cortejo com falas poderosas	238
Imagem 19	Reunião Geral da AMNB - Rio de Janeiro, em setembro/2013.	240
Imagem 20	AMNB - Seminário Democracia e desenvolvimento sem racismo: Por um Brasil afirmativo - Rio de Janeiro, 2013.	240
Imagem 21	Ebomi Nice de Oyá: 18 horas de viagem de ônibus de Salvador até Brasília	246
Imagem 22	Mulheres Negras ocupam a Esplanada dos Ministérios em Brasília	246
Imagem 23	Acampamento das Mulheres no Ginásio Nilson Nelson, em Brasília	247
Imagem 24	Mulheres negras seguiram até a capital federal pelo fim do racismo e melhoria das condições de vida da população negra.	248
Imagem 25	Uma expressão de reconhecimento da nossa ancestralidade e da visibilidade do vínculo passado-presente e futuro	248
Imagem 26	Presidenta Dilma Rousseff recebe representantes da Marcha Das Mulheres Negras	249
Imagem 27	Presidenta Nacional do Movimento Negro Unificado – MNU: A Marcha defende o fim do extermínio da juventude negra	249
Imagem 28	Ex-ministra-chefe da SEPPIR, Luíza Bairros sinaliza o rumo que o movimento iria tomar	250
Imagem 29	Corpos negros indóceis. Lócus de disputas e resistência política	252
Imagem 30	Manifestantes do movimento pró-impeachment tentaram apagar entusiasmo daquelas aguerridas mulheres	253
Imagem 31	Violência direcionada as mulheres negras durante a Marcha é racismo	254
Imagem 32	Força motora da Marcha: a Rede de Mulheres Negras do Nordeste	257
Imagem 33	Apresentação do Projeto “Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste”	257
Imagem 34	Mesa de Abertura do Seminário Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste Apresentação do projeto: “Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste”	258
Imagem 35	Planejamento dos trabalhos da RMNN: Relatório Parcial da Rede de	271

Mulheres Negras do Nordeste – Maio 2014

Imagem 36	É de chita que a Paraíba vai marcha contra o Racismo, Machismo e Genocídio	276
Imagem 37	Manifestações artístico-cultural do estado da Paraíba: Mote utilizado pela Rede para caracterizar a força do movimento de mulheres negras.	277
Imagem 38	Conjuntura Política e os Impactos na Vida das Mulheres Negras. Diga Não ao PL 5039/2013 - Um retrocesso no que é hoje é um direito : vítimas de violência sexual	281
Imagem 39	Campanha de afirmação da identidade negra na Paraíba: Morena, não. Eu sou Negra!	281
Imagem 40	Encontro preparatório para a IMMNB 2015 no Maranhão – contra o racismo violência e pelo bem viver – 31/07 a 02/08/2015	284
Imagem 41	Dona Dijé – Coordenadora do Movimento Interestadual das Quebradeira de Coco Babaçu do Maranhão – MIQCB/MA	285
Imagem 42	Processo formativo/pedagógico – Ensaaios fotográficos	289
Imagem 43	Processo formativo/pedagógico – Ensaaios fotográficos	289
Imagem 44	Intervenção urbana das Mulheres Negras de Sergipe contra a redução da maioria penal – 2208/2015	290
Imagem 45	1º formação política do Comitê Impulsionador Sergipe para a Marcha Nacional de Mulheres Negras – 2015	291
Imagem 46	Mulheres Negras de Sergipe presentes na IMMNB contra o racismo e pelo Bem Viver	291
Imagem 47	Reunião da RMNB na Sede do Odara Instituto da Mulher Negra – 05/04/2014	294
Imagem 48	Caravana de Camaçari - Visitas e vivências. De 20 e 21/09/2014	297
Imagem 49	Processos formativo-pedagógicos na perspectiva afrocentrada: Caravana de Santo Amaro/BA – 23/08/2014	297
Imagem 50	Painel elaborado pela RMNBA - São Francisco do Conde /BA Trajetórias das Caravanas 2014	297
Imagem 51	Processos formativo-pedagógicos na perspectiva afrocentrada: Caravana São Francisco do Conde/BA	298
Imagem 52	Processos formativo-pedagógicos na perspectiva afrocentrada: Quilombol Eduacional da Ilha	300
Imagem 53	Pisa ligeiro, pisa ligeiro. Quem não pode com a formiga não atira formigueiro - Marcha 2015	302
Imagem 54	3ª Edição do Julho das Pretas 2015 - Seminário “A Participação das Mulheres Negras na Política”.	317
Imagem 55	Rodas de Conversa: “A Participação da Mulher Negra na Política Estratégia e Desafio” - Mesas Temáticas	318
Imagem 56	4ª Edição do Julho das Pretas 2016 - Seminário Mulheres Negras no Foc	322

Mídia, Representação e Memória

Imagem 57	5ª Edição do Julho das Pretas 2017 – Mulheres Negras Transversais do Tempo: Negras jovens enfrentando o racismo, a violência pelo bem viver	325
Imagem 58	6ª Edição do Julho das Pretas 2018 – “Mulheres Negras Movem o Brasil Contra o racismo, a Violência e Pelo Bem Viver	325
Imagem 59	7ª Edição do Julho das Pretas 2019: Mulheres Negras por um Nordeste livre	329
Imagem 60	Julho das Pretas 2019: Mulheres Negras Movem Sergipe	354
Imagem 62	Mulheres Negras Jovens Fortalecidas na Luta Contra o Racismo e o Sexismo	366
Imagem 63	Lançamento da Campanha “Parem de nos Matar”, Praça da Piedade – Salvador/BA	367
Imagem 64	Lançamento da Campanha “Parem de nos Matar” na Defensoria Pública do Estado da Bahia	367
Imagem 65	Caravana de Mulheres Negras da Bahia saem rumo a I MMNB	400
Imagem 66	Reunião de planejamento do Julho das Pretas por representações da RMNBA	304
Imagem 67	Reunião de Lançamento do Projeto Julho das Pretas - em 19 de junho de 2013	314
Imagem 66	5ª edição do Julho das Pretas 2017 - Curso Internacional “Decolonial Black Feminism in The Americas”, dias 16 e 21 de julho de 2017	322
Imagem 69	6ª edição do Julho das Pretas 2018 – “Mulheres Negras Movem o Brasil Contra o racismo, a Violência e Pelo Bem Viver	
Imagem 70	7ª edição do Julho das Pretas 2019 - Julho das Pretas 2019: Mulheres Negras por um Nordeste livre	317
Imagem 71	Imagem 59 6ª Edição do Julho das Pretas 2018: Mulheres Negras Movem Sergipe Julho das Pretas 2019: Mulheres Negras Movem Sergipe	327

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Marcha Nacional na Campanha em Defesa dos Direitos Quilombolas	32
Figura 2	Marca do Encontro Paralelo da Sociedade Civil para o Afro XXI: Encontro Ibero-Americano do Ano dos Afrodescendentes	32
Figura 3	Marca do I Seminário Nacional Interseccionalidade de Raça e Gênero no Enfrentamento à Feminização DST/Aids	37
Figura 4	Carta das Mulheres Negras em Curitiba/PR	237

Figura 5	Reunião Geral da Articulação de Organização de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB, em setembro/2013, Rio de Janeiro	238
Figura 6	Card Comemorativo do êxito da I MMNB	243
Figura 7	Dicas importantes de saúde para se manter em forma e fazer uma boa Marcha	244
Figura 8	Comunicado do Comitê Impulsor informando os horários e locais de concentração da Marcha	244
Figura 9	Informações sobre como garantir a alimentação na Marcha das Mulheres Negras	245
Figura 10	Marcha de Mulheres Negras 2015 – Programação Cultural de 16/18/11/2015	249
Figura 11	Programação Cultural: Show das Mulheres Negras pelo bem viver	249
Figura 12	1ª reunião de formação das comissões de comunicação e mobilização da Rede de Mulheres Negras do Nordeste	265
Figura 13	Planejamento dos trabalhos da Rede de Mulheres Negras do Nordeste	272
Figura 14	Impactos significativos pontuados nos anos que antecederam a I MMNB - Cronograma de atividades da Rede de Mulheres Negras do Nordeste	272
Figura 15	Dia das Mulheres Negras da América Latina e do Caribe - Debate Racismo e Violência Contra as Mulheres Negras da Paraíba – 31/07 a 02/08/2015.	280
Figura 16	Campanha de Promoção da Identidade Negra na Paraíba	280
Figura 17	Abertura do I Encontro Estadual de Mulheres Negras da Paraíba – 31/07 a 02/08/2015	281
Figura 18	Chamada de Reunião pelo Comitê Impulsor da Paraíba – 25/08/2015	282
Figura 19	Oficina de Fotografia Olhares de Caiana dos Crioulos – Metodologias adotadas pelo Comitê Impusor da Paraíba em torno da marcha	282
Figura 20	Chamada do Comitê Impulsionador de Sergipe para a IMMNB	292
Figura 21	Rede de Mulheres Negras da Bahia (RMNBA) - Estrutura Organizacional	295
Figura 22	Programação da Caravana de Camaçari	298
Figura 23	Chamada da RMNBA para a Caravana de São Francisco do Conde	299
Figura 24	Programação da Caravana de São Francisco do Conde	299
Figura 25	3ª Edição do Julho das Pretas 2015 – Chamada para o Seminário: Mulher Negra! O que esperar dessa sociedade.	323
Figura 26	3ª Edição do Julho das Pretas 2015 – Programação do Seminário: Mulher Negra! O que esperar dessa sociedade.	323
Figura 27	5ª edição do Julho das Pretas 2017 – Lançamento do Movimento de Mulheres Negras Dandara do Sisal	329
Figura 28	7ª Edição do Julho das Pretas 2019: “Mulheres Negras por um Nordeste livre”	331

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Percentual de formalização dos trabalhadores com idade de 16 anos ou mais, por sexo e cor – Brasil – 2000/2010	92
-----------------	--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Prática de marchar: estratégia coletiva adotada pelos movimentos sociais contemporâneos	32
Quadro 2	Encontros/Seminários/Reuniões de mulheres negras	32
Quadro 3	Tipologias – teorias de redes de movimentos sociais	214
Quadro 4	Cartas publicadas pela Rede de Mulheres Negras durante o processo de construção da Marcha	241
Quadro 5	2ª Edição do Julho das Pretas 2014 – Programação da Mostra de Arte Cultura das Mulheres Negras.	318
Quadro 6	Programação do Seminário “A Participação Política das Mulheres Negras na Política: Estratégias e Desafios	320
Quadro 7	Planejamento da 4ª edição do Julho das Pretas 2016 - Seminário Mulheres Negras no Foco: Mídia, Representação e Memória.	324
Quadro 8	5ª edição do Julho das Pretas 2017 – Facilitadoras do Encontro “Mulheres Negras Transversais do Tempo: Negras Jovens em Contra o Racismo, Violência e Pelo Bem Viver”.	329
Quadro 9	Programação do Fórum Permanente de Mulheres Negras no Fórum Social Mundial	351

LISTA DE GRÁFICOS – ANEXO B

Gráfico 1	Proporção de famílias chefiadas por mulheres, segundo a raça/cor – Brasil (1995-2009) (Em %)	57
Gráfico 2	Vitimização negra (%) nos homicídios de mulheres. Brasil, 2013	433
Gráfico 3	Evolução das taxas de homicídios de mulheres brancas e negras (por 100 mil). Brasil, 2003/2013	433
Gráfico 4	Taxa de atividade da população de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça. Brasil, 2004 a 2014	433
Gráfico 5	Taxa de desocupação da população de 16 anos ou mais de idade, por	433

	sexo e cor/raça. Brasil, 2004 a 2014	
Gráfico 6	Mulheres x Carteira de trabalho assinada, por cor – Brasil, 2010	436
Gráfico 7	Rendimento médio do trabalho principal da população ocupada de 16 ou mais de idade, por sexo, raça/cor. Brasil, 2004 a 2014	436
Gráfico 8	Nível de instrução* da população ocupada, com 25 anos de idade ou mais, por gênero e cor** – Brasil, 2010	436
Gráfico 9	Mulheres negras e não negras vítimas de feminicídio na Paraíba	276

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Mapa de localização da escultura em homenagem a mãe-de-Santo Maria Valentina dos Anjos Costa, a Doné Runhó, do Terreiro de Bogum.	69
Mapa 2	África 52 países de imensa variedade e diversidade	102
Mapa 3	Distribuição territorial e estados da Região Nordeste	261

LISTA DE ATAS – ANEXO G

Ata 1	REUNIÃO DO NÚCLEO IMPULSOR, EM SALVADOR - Dias 8 a 9 de novembro de 2014.	69
--------------	---	----

LISTA DE MÚSICAS – ANEXO H

Música 1	Negras em Marcha – MC Luana Hansen - Negras Em Marcha (part. Leci Brandão)	234
Música 2	Pisa Ligeiro - João Fiorenza	304

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	25
1. Um convite ao/à leitor/a	28
2. Linha do tempo percorrido na construção da I Marcha	31
3. Anunciar do lugar de onde falo e(é) anunciar quem sou: problematização e recorte	40
3.1. Escolhas acadêmicas, escolhas de vida	42
3.2. Implicações pessoais	44
3.3. Vínculos Institucionais	51
4. Relevância da pesquisa	56
5. Estrutura da tese	60
PARTE I: POR UMA EPISTEMOLOGIA DAS MARGENS	63
CAPÍTULO I - Aprendendo a transgredir: negras como <i>locus</i> de enunciação e disputas	64
1 Tentando superar os reducionismos impostos pela ciência moderna	64
1.1. As “mulheres negras” não existem: construção histórica de denúncia e afirmação social	66
1.2. Diversas, mas não dispersas: especificidades constitutivas do sujeito político mulher negra	74
2. Aspectos determinantes da decisão política de marchar pelo bem viver	79
3. Localizando saberes: crise da ciência ocidental moderna	92
CAPÍTULO II – As Mulheres Negras e o conhecimento situado	103
1. Legados de Mestres/as	103
2. Superando os reducionismos impostos pelo conhecimento científico	104
2.1. Possibilidade metodológica para tornar visível o que há muito foi ocultado	108
2.2. A Pesquisa Ativista Feminista Negra como estratégia	112

	metodológica na pesquisa feminista localizada	
2.3.	A pesquisa interdisciplinar como estratégia metodológica na pesquisa feminista	121
	CAPÍTULO III - A opção por um referencial teórico feminista negro decolonial	133
1.	A experiência feminista negra como expressão do conhecimento situado	133
1.1.	Mulheres negras corpos indóceis: lócus de disputas e resistência política	148
1.2.	Novas dinâmicas e processos: Agenda feminista negra e a ação política do movimento de mulheres negras	151
1.3.	Saberes e epistemicídio: conceitos fundamentais do campo do feminismo negro	156
2.	Agência, ação política: multiplicidade de saberes contra-hegemônicos	162
3.	Feminismo Negro como expressão do conhecimento situado	172
3.1.	A relevância das práticas situadas de mulheres negras para o Feminismo Negro decolonial	178
3.2.	Paradigma afrocêntrico e decolonial: disputas de narrativas no âmbito do feminismo	185
3.3.	O feminismo negro e os limites para explicar mostras tão polissêmicas de África no Brasil	195
	PARTE II: GIRO DECOLONIAL FEMINISTA NEGRO NO BRASIL	200
	CAPÍTULO IV – MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS: MOVIMENTOS PLURAIS	203
1.	Movimento de Mulheres Negras: movimentos plurais de atrizes e agendas	205
2.	Redes de Movimentos Sociais: uma fragmentada área de pesquisa	210
3.	Redes de Movimentos Sociais: seu uso e sentido no quadro dessa pesquisa	216

4.	Rede de Movimentos Sociais: Rede de Mulheres Negras do Nordeste	224
	PARTE III – I MARCHA DE MULHERES NEGRAS A BRASÍLIA: O QUE A TEORIA FEMINISTA NEGRA TEM A VER COM ISSO?	226
	CAPÍTULO V – IMMNB VISTA AMIÚDE NA TRAMA DA RMNN	229
1.	Linha estratégica adotada pela RMNN	235
1.1.	As cartas que antecederam o ato	244
1.2.	As pegadas de quem caminha junto nunca se apagam	250
1.3.	Corpos negros importam: mulheres negras indóceis que por ali circularam	256
	CAPÍTULO VI – MULHERES KIZUMBA: TECENDO A REDE DE MULHERES NEGRAS DO NORDESTE	261
1.	Movimentos sociais e a Rede de Mulheres Negras	264
1.1	Tecendo a Rede de mulheres negras no Brasil	267
1.2.	RMNN: <i>locus</i> epistémico geopolítico e corpo-político do sujeito da enunciação	270
2.	Como se estruturaram os processos de mobilização da RMNN	277
2.1.	Ação social e política da RMNN na Paraíba	281
2.2.	Ação social e política da RMNN no Maranhão	288
2.3.	Ação social e política da RMNN em Pernambuco	291
2.4.	Ação social e política da RMNN em Sergipe	296
2.5.	Ação social e política da RMNN na Bahia	297
3.	Projeto Julho das Pretas: estratégia de incidência política e comunicação	308
4.	Projeto Julho das Pretas uma Tecnologia Social Preta – Princípios e metodologia	314
5.	Tendências atuais do Movimento de Mulheres Negras no Nordeste: Dedobramentos no pós-Marcha desdobramentos	339

6	Se o racismo se reinventa, nós, as mulheres negras, também	351
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	356
	REFERÊNCIAS	362
	APÊNDICES	376

1. INTRODUÇÃO

[...] *Da favela, da humilhação imposta pela cor*
Eu me levanto
De um passado enraizado na dor
Eu me levanto
Sou um oceano negro, profundo na fé,
Crescendo e expandindo-se como a maré.
Deixando para trás noites de terror e atrocidade
Eu me levanto
Em direção a um novo dia de intensa claridade
Eu me levanto
Trazendo comigo o dom de meus antepassados,
Eu carrego o sonho e a esperança do homem escravizado.
E assim, eu me levanto
Eu me levanto
Eu me levanto.
Ainda assim me levanto (Still I Rise)
Maya Angelou (1978)

Trago o famoso poema de Maya Angelou (1978), por se tratar de uma declaração de princípios, hino de guerra e resistência à opressão. Um desafio ao opressor, ao reiterar, por diversas vezes, o refrão “Eu me levanto”, revelando o ímpeto ascensional do oprimido que se liberta de sua dominação.

Utilizo-me ainda deste mote para compreender como se estabeleceu o processo de construção da I Marcha de Mulheres Negras a Brasília Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver (I MMNB), 2011 – 2015¹ (Vide Imagem 1), observada a partir da sua organização política, durante essa construção pela Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN)², percebendo em que dimensões atuam, se estabelecem como militantes e se engajam na luta antirracista, antissexista e de classe para atingir tal objetivo, com o intuito de problematizar, para potencializar a teoria feminista negra, que tem assumido o desafio de abordar o protagonismo desse sujeito político subjugado.

Nesta tese I Marcha de Mulheres Negras a Brasília: o que a teoria feminista negra tem a ver com isso? destaco o protagonismo do Movimento de Mulheres Negras no Brasil para combater o racismo estrutural do Brasil e alcançar medidas concretas que apontem para uma sociedade mais justa e menos racialmente desigual (Vide Imagem 6). Deixamos as impressões sobre as práticas e estratégias vividas por mim e por outras mulheres negras - adolescentes, jovens, adultas e idosas desse território – caracterizadas como RMNN, que brota de uma

¹ Doravante irei me referir à I Marcha de Mulheres Negras a Brasília como I MMNB.

² Nesta tese vou me referir as ações implementadas por alguns estados que compõem a Rede de Mulheres Negras do Nordeste: Bahia, Maranhão, Paraíba, Piauí, Sergipe, ainda que considero muitos dos conteúdos que foram aplicados em outras regiões do Estado brasileiro.

articulação organizada pelo Odara Instituto da Mulher Negra, com o Movimento de Mulheres Negras do Nordeste, no Seminário Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste³.

É importante dizer que o campo dessa pesquisa está delimitado no tempo e no espaço, centrado na investigação do processo de construção desse evento, que teve seu ponto culminante em 18 de novembro de 2015, quando mais de 100 mil mulheres negras brasileiras estiveram mobilizadas em torno da marcha na capital do país, a cidade de Brasília, com grande repercussão nacional e internacional.

Nesta, são analisados os saberes que perpassam essas experiências, quem são essas mulheres na sua diversidade e pluralidade, e a ação coletiva protagonizada por elas através de seu movimento, a partir de perspectivas mais amplas do pensamento alternativo e/ou periférico, que se desviam de concepções binárias, hegemônicas, europeias, androcêntricas, colonizadoras e imperialistas de pensar, sentir, agir e apreender a realidade social na sua complexidade.

Esta pesquisa é orientada pelo problema: em que sentido e medida a perspectiva feminista negra, que vem sendo apropriada pelo movimento de mulheres negras brasileiras, foi eficaz para o seu empoderamento no processo de construção da I Marcha de mulheres negras a Brasília, bem como se as ações e práticas políticas por elas desencadeadas, individual e coletivamente, têm influenciado e fortalecido o Feminismo Negro. Isso conduz a questões que envolvem o conhecimento produzido e a forma com que este tem promovido deslocamentos à teoria, afirmando o feminismo como movimento político, de corrente plural de pensamento e ação.

Dito de outra forma, esta pesquisa problematiza em que sentido e medida a perspectiva feminista negra apropriada pelo movimento de mulheres negras brasileiras foi eficaz para o seu empoderamento no processo de construção da I Marcha bem como se as ações e práticas políticas por elas desencadeadas, individual e coletivamente, influenciam e fortalecem o feminismo negro, o que conduz a questões acerca do conhecimento produzido e da forma com que este tem promovido deslocamentos à teoria, afirmando o feminismo como movimento político, corrente plural de pensamento e ação.

Assim, contextualizo a relevância da pesquisa, assim como seus objetivos no sentido de confirmar [ou não] a única hipótese levantada no percurso. Apresento o problema de pesquisa e instrumentos de reflexão interpretativa que evidenciam o meu posicionamento político do

³ Seminário Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN), realizado nos dias 27 e 28 de abril de 2013, em Recife, Pernambuco, no Auditório do Hotel Jangadeiros.

ponto de vista social, pessoal e institucional, as motivações básicas, implicações pessoais e vínculos institucionais que influenciaram as escolhas feitas.

Descortino o cenário de disputas que perpassa o problema do feminismo negro no plano teórico e da ação política, que encontra contemporaneamente o seu grau mais elevado de explicitação na I Marcha de Mulheres Negras a Brasília Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver (I MMNB) e, por fim, apresento o referencial metodológico aplicado e determinadas escolhas conceituais definidas para as etapas de construção e análise. Tudo isso, sem perder de vista que, o ato de escolher envolve revisitar constantemente o problema formulado, contemplando a perspectiva filosófica e epistemológica que lhe dá suporte.

1. Um convite ao/à leitor/a

A RMNN é uma articulação composta por organizações de mulheres negras e mistas, não-governamentais, que atuam no enfrentamento ao racismo, sexismo e outras formas de opressão. Está sistematizada, inicialmente, por sua história, práticas, estratégias, reflexões teóricas, ressaltando a sua importância do ponto de vista de uma mulher, negra, cinquentona, baiana.

Assim, para responder a algumas perguntas fundamentais relacionadas à ação coletiva e ao potencial organizativo dessas mulheres, que nos inquietaram e, por isso mesmo, nos motivaram a dar esse passo, é que abraçamos esse desafio tomando como ponto de partida o que indagamos como subtítulo desta tese: o que teoria feminista negra tem a ver com isso? Isso, trilhando por um caminho que a historiografia ainda está por contar e o feminismo negro tem se proposto a fazê-lo.

Este subtítulo, que a princípio soa como uma provocação, é mais que um desafio, é um apelo para o uso de outras perspectivas teóricas de análise mais alternativas e/ou periféricas. A análise de temas como a ação política de mulheres negras requer deslocamentos maiores do ângulo de visão, com propostas teóricas livres do branco colonizador, que melhor expressem a realidade vivida pelos sujeitos subalternizados em contextos latino-americanos.

O processo de decolonização proposto pela antropóloga social afro-dominicana⁴ Ochy Curriel serve de base para a abordagem dos temas explorados nesta tese, afastando possíveis dúvidas acerca do posicionamento político que atravessa esse estudo. Nessa perspectiva, o processo de descolonização proposto passa por

Um processo de descolonização baseado nas experiências de mulheres latino-americanas e caribenhas significa resgatar várias propostas epistemológicas e políticas, realocando o pensamento e a ação para cancelar a universalização, uma característica fundamental da modernidade ocidental. A descolonização para nós é uma posição política que passa por pensamentos e ações individuais e coletivas, nosso imaginário, nossos corpos, nossas sexualidades, nossos modos de agir e estar no mundo e que cria uma espécie de 'cimarronaje' intelectual, de práticas sociais e de construção do próprio pensamento segundo experiências concretas (Idem, 2009, p. 3). Tradução da autora.⁵

⁴ Especialista em Ciências Sociais e Bacharela em Trabalho Social, hoje professora em Bogotá, Membro do Grupo Latino-Americano de Estudos Feministas, Ação e Treinamento (GLEFAS). Coordenadora do Mestrado em Estudos de Gênero da Universidade Nacional da Colômbia. Membro do Grupo Latino-Americano de Estudos Feministas, Ação e Treinamento (GLEFAS). Ativista lésbica-feminista e anti-racista.

⁵ Texto Original: “Un proceso de descolonización desde las experiencias situadas de las latinoamericanas y caribeñas supone entonces rescatar diversas propuestas epistemológicas y políticas relocalizando el pensamiento y la acción para anular la universalización, característica fundamental de la modernidad occidental. La descolonización para nosotras se trata de una posición política que atraviesa el pensamiento y la acción

Um processo de descolonização a partir das experiências situadas das mulheres negras brasileiras, conforme a autora, pressupõe evidenciar diversas propostas epistemológicas e políticas realocando o pensamento e a ação como forma de anular a universalização, característica fundamental da modernidade ocidental (Idem, idem). O que implica, conforme sugere Sherer-Warren (2005), persistir no projeto de tensionar a ética-política-epistemológica das teorias que se apresentam como emergentes, dentre as quais se insere o feminismo negro.

As experiências situadas de sujeitos historicamente colocados a margem da sociedade oferecem uma melhor compreensão acerca dos limites e das incapacidades epistemológicas presentes nas teorias em uso, ao desenvolver investigações mais detalhadas para compreender e dar respostas às perspectivas ideológicas econômicas, políticas e culturais norteadoras das ações coletivas das mulheres negras, enquanto mostras tão polissêmicas de África no Brasil.

Em outras palavras, este processo de descolonização encoraja a criação de espaços para o acolhimento de abordagens que nos ofereçam elementos que nos ajudem a “compreender os sentidos e os não sentidos das ações desses sujeitos históricos nos seus múltiplos agenciamentos, concebendo a(s) identidade(s) enquanto um processo de construção e desconstrução de subjetividades, que se faz na diversidade e na diferença” (SCHERER-WARREN, 2005, 2006; REIS, 2011).

Muitas das questões apresentadas não serão respondidas e, talvez, nem seja mesmo o caso de responder a tais questões, mas, a partir delas, apenas instigar o pensamento crítico acerca dessas questões e indicar possíveis caminhos analíticos orientadores para o desenvolvimento de pesquisa. Isso exige que se elucidem os pressupostos na construção de um quadro analítico, mesmo que aberto, para proporcionar caminhos à análise de “ação coletiva”, tendo como ponto de partida o legado teórico sobre o Movimento de Mulheres Negras e redes de movimentos sociais.

Para tanto, o texto está embasado nas teorias que trabalham com as perspectivas feministas negra e decolonial, com a abordagem da interseccionalidade entre raça, patriarcado e demais eixos opressivos, oferecidas especialmente por autoras da envergadura de Lélia Gonzalez (1982), Angela Davis (1982) e Kimberlé Crenshaw (1989).

Possivelmente, parte da resposta para as perguntas impingidas no objeto desta tese pode ser verificada no cruzamento das ações pontuadas nos relatos trazidos no memorial, item que trata da trajetória de vida da autora desta pesquisa, mas, também, nos enfrentamentos

individual y colectiva, nuestros imaginarios, nuestros cuerpos, nuestras sexualidades, nuestras formas de actuar y de ser en el mundo y que crea una especie de ‘cimarronaje’ intelectual, de prácticas sociales y de la construcción de pensamiento propio de acuerdo a experiencias concretas” (CURIEL, 2009, p. 3).

cotidianos às graves violações de direitos, denunciadas pelo movimento negro e pelos órgãos observadores vinculados ao Estado Nacional.

Suspeito que, talvez, essa deliberação tenha a ver com o que a socióloga afro-brasileira Luiza Bairros⁶ reflete sobre o que é este sujeito “mulher negra” na diáspora. Este sujeito, diz ela, é decorrência “de uma luta histórica, iniciada por muitos antes de nós” (BAIRROS, 2011). Porque essa tem sido a maneira que as mulheres negras encontraram para se contrapor à exclusão e assegurar a existência do povo negro na diáspora. Talvez seja, ainda, porque é através das nossas experiências e ações políticas de resistência que nos reconhecemos.

As narrativas analisadas nesta pesquisa dizem respeito, em primeiro lugar, à fala daquelas militantes e ativistas que construíram o processo de mobilização/formação para a marcha; e às minhas próprias impressões acerca desse processo. O entrelaçar dessas duas narrativas constitui o campo da pesquisa que vai ser construído a partir da abordagem da Teoria do Ponto de Vista feminista (*feminist standpoint theory*) tal como compreendida por suas pioneiras: Sandra Harding (1986, 1991); Haraway (1995); Hartsok (1983); Smith (1983); Collins (1989) e Sandoval (2000). Nessa perspectiva, a teoria do ponto de vista é apresentada “como uma forma de capacitar os grupos oprimidos, de valorizar suas experiências e de apontar para uma maneira de desenvolver uma ‘consciência de oposição’” (HARDING, 2004, p. 2).

Assim, o *Standpoint* se refere a nossa relevância como sujeito cognoscente, permitindo que falemos de/sobre nós mesmas e sobre os problemas que nos afligem a partir de nossos grupos de inserção social. Portanto, o recurso às narrativas me possibilitou, em uma perspectiva de pesquisa ativista feminista, o encontro comigo mesma como sujeito e autora da pesquisa.

Desse modo, este trabalho sobre a ação política desempenhada pelas mulheres da RMNN no processo de construção da I MMNB tem como objeto de estudo o vivido e o experienciado, notadamente por mim, enquanto objeto e sujeito da reflexão. Meu olhar para especificamente no protagonismo político das mulheres negras e nossa história, ainda que essa situação seja ignorada pela história oficial do Brasil.

Defendo que esse estudo é, primeiramente, uma questão/posição política, na medida em que persegue um rompimento com a perspectiva predominante de pensar e fazer ciência. Com isso, concebe a possibilidade de contribuir para o preenchimento de uma lacuna histórica em

⁶ Ativista, administradora, professora, ministra gaúcha e baiana. Era Mestre em Ciências sociais pela Universidade Federal da Bahia e doutora em Sociologia pela Universidade de Michigan. Militante do Movimento Negro e da luta das Mulheres Negras. Ex-ministra de Estado Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPRMI), no governo de Dilma Rousseff 2011 e 2014 e Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Bahia (SEPRMI), em 2008.

um campo do conhecimento, particularmente naquilo que diz respeito ao rompimento com alguns modelos teóricos fragmentados e desarticulados que aprisionam o objeto de estudo à abordagem exclusiva de determinado ramo do conhecimento.

Mas também, engloba a apropriação de alguns conceitos que ajudem a projetar melhor o caminho teórico para abordar as experiências políticas mobilizatórias do movimento de mulheres negras na luta antirracista que emergiu de processos extremos de exclusão socioeconômica, influenciando formas de existência na sociedade, que nem a historiografia brasileira sobre as relações étnico-raciais, os estudos feministas e de gênero no Brasil foram capazes de superar.

2. Linha do tempo percorrido na construção da I Marcha

As Marchas são ações coletivas, no espaço público de rua adotadas pelos movimentos sociais contemporâneos, com base nas dimensões identitárias de raça/etnia, gênero, orientação sexual, dentre outras, cruciais para forjar grandes avanços na esfera das políticas públicas de inclusão social e reparação. Esses movimentos “trazem consigo o pressuposto de que transformar a realidade não é só modificar a sociedade a partir dos aparelhos do Estado, é modificá-la também ao nível das ações concretas da sociedade civil” (RODRIGUES, 2010, p. 447).

Essas ações coletivas têm sido resultado de um novo discurso sobre participação social, fundada numa nova concepção de cidadania, que mantém uma relação dinâmica e conflituosa entre identidades políticas e Estado. Surgiu com esse novo sujeito social que redefine o espaço da cidadania como lugar de agência, rompendo com a ideia tradicional, de cidadão/ã restrito a preceitos institucionais, portador de direitos e deveres e demarcando existência de determinados sujeitos na sociedade, nos espaços públicos vitais, nas ruas, que incidem, sobremaneira, no caráter emancipatório e transformador na reivindicação do bem viver (SCHERER-WARREN, 1996; BUTLER, 2000; RODRIGUES, 2010).

As práticas de mobilização da sociedade civil têm sido das mais variadas espécies (marchas, caminhadas, paradas, procissões, desfiles, ocupações, etc). Ao longo da história da humanidade vamos presenciar uma série dessas iniciativas de inovações político-tecnológicas-mobilizatórias do movimento social usadas em escala mundial pelos novos movimentos sociais como estratégia, meio de se expressar e demarcar orientações ideológicas e/ou políticas, sistemas de crenças ou direitos, principalmente nos países do sul global.

Oportuno dizer que esta não é a primeira vez que o povo negro marcha (Vide Figura 1) no intuito de denunciar o fenômeno do racismo e exigir reparação para os danos por ele provocados. Também não é de agora as mulheres negras se articulam para construir grandes iniciativas semelhantes aquelas presenciadas na I Marcha de Mulheres Negras a Brasília. No Brasil, a prática de marchar (Vide Quadro 1) é apenas uma, dentre outras tantas estratégias coletivas (encontros, seminários e reuniões ampliadas) (Quadro 2) adotadas pelos movimentos sociais contemporâneos para denunciar ameaças cotidianas a sobrevivência de grupos sociais historicamente discriminados.

No início do Século XXI, contexto da democracia participativa e conjuntura da globalização, as estratégias de mobilização utilizadas pelos novos movimentos sociais têm contribuído bastante para o reconhecimento da diversidade característica dessa sociedade, denunciar os efeitos das políticas econômicas neoliberais, imperialistas e universalistas de desenvolvimento, que ameaçam a sobrevivência, integridade e humanidade de grupos invisibilizados da sociedade: mulheres, negros, transexuais, trabalhadores/as, juventude, pobres, etc.

Esta tese foi pensada para ser um resgate Por essas e outras ocorrências é que assim que ingressei no curso de doutorado e tomei conhecimento da proposta de construção de uma Marcha de Mulheres Negras no Brasil fui impactada por essa notícia e alterei o campo de interesse da minha pesquisa, que passou a ser delimitado no tempo e no espaço pelo processo de construção deste evento deflagrado durante o Encontro Paralelo da Sociedade Civil para o Afro XXI: Encontro Ibero-Americano do Ano dos Afrodescendentes⁷, em Salvador-BA (16 a 20 de novembro de 2011)⁸ (Vide Figura 2), e ocorrido em 18 de novembro de 2015, centrado no protagonismo da Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN) e na influência da teoria feminista negra para o êxito dessa ação política de grande envergadura, de repercussão nacional e internacional.

⁷ Encontro de Chefes de Estado e de Governo, em 19/11/2011 e reunião da sociedade civil e mesas redondas temáticas, nos dias 16, 17 e 18/11/2011, sediado pelo governo brasileiro, a convite da Secretaria Geral Iberoamericana. Este encontro foi justificado pela magnitude da contribuição africana na construção da formação social e econômica do Brasil, país que recebeu cerca de 40% de todos os africanos escravizados enviados para as Américas.

⁸ O ano 2011 foi declarado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 18 de dezembro de 2009, o Ano Internacional dos Afrodescendentes, por meio da resolução 64/169, com o propósito declarado de fortalecer a ação nacional e a cooperação regional e internacional em benefício dos afrodescendentes, com base na Declaração e Plano de Ação de Durban, gerado durante a 66ª Assembleia Geral da ONU, em 22/09/2001

Na ocasião Nilma Bentes⁹, uma das ativistas políticas de maior reconhecimento no país, propôs a “I Marcha de mulheres negras a Brasília”. Para organização dessa que vem sendo considerada a maior sacada do movimento de mulheres negras contemporâneo, na luta antirracista e antissexista no Brasil foram contabilizados 13.330 dias.



Fonte: Apresentação construída pela autora

Apostar na organização das mulheres negras que, majoritariamente, compõem a base da pirâmide, vivencia inúmeras formas de opressão e exploração em decorrência da raça e do gênero num país estruturado na forte tradição racista, patriarcal, cristã, elitista e suas lutas e estratégias de enfrentamentos a escravidão, ao holocausto negro, por liberdade.

Como um conhecimento gestado no processo de resistência historicamente perpetrado por mulheres negras nesses espaços, que revelam dimensões arquetípicas ancestrais de tradição africana, urge o tempo em que terão também um lugar garantido na comunidade científica. Como uma prática duplamente contextualizada deve ser incorporada e simultaneamente reconhecida – tanto pela sociedade como pela academia – como prática social científica.

⁹ Raimunda Nilma de Melo Bentes, mais conhecida como Nilma Bentes, paraense do bairro da Pedreira. Foi uma das fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), na década de 1980, em Belém e uma das idealizadoras da Marcha das Mulheres Negras, que ocorreu em Brasília (DF), em 2015.

Nesse momento, argumentava-se, entre os/as participantes, que esta seria uma grande oportunidade que nós, mulheres negras, teríamos para denunciar o Estado e a sociedade brasileira pela sua conivência e omissão, não apenas pelo seu racismo, mas também, pelo sexismo e tantas outras formas de opressão que ainda persistem, em pleno século XXI, se contrapondo ao estado democrático de direito.

Logo, a III CONAPIR - Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, em novembro de 2013, não foi apenas palco de um encontro da militância negra brasileira ou de negociação de políticas públicas para a igualdade racial. Trata-se do momento em que as mulheres negras de todo o país decidiram que iriam marchar deflagrando o ato público de lançamento da I Marcha à Brasília. Foi ali

[...] onde as mulheres negras lançaram a frase “não queremos mais sobreviver, queremos viver bem” como ideia central do sentimento que emana das mulheres negras neste momento. Desta afirmativa as mulheres negras resolveram tomar as rédeas de algumas discussões, passando a reivindicar inclusive a posse do poder formal. Quando uma mulher assume o poder somos nós que estamos nesse exercício (Sueli Sousa, ativista do MNU e RMNBA).

Naquele momento, Maranhão, Salvador e Rio de Janeiro já tinham feito seus lançamentos, tornando a Marcha uma realidade para o Brasil inteiro. Inicialmente, esta Marcha foi pensada para acontecer em 13 de maio de 2015, considerado no Brasil, desde os anos 80, pelo movimento negro, o *Dia Nacional de Denúncia e luta Contra o Racismo*. Exatamente para chamar atenção da sociedade “que a abolição legal da escravidão não garantiu condições reais de participação na sociedade para a população negra no Brasil”, disse Luíza Bairros (2015)¹⁰.

Naquela ocasião, líderes da sociedade civil, de governos e parlamentares de países ibero-americanos e africanos concluíram o encontro de cúpula em comemoração ao Ano Internacional dos Afrodescendentes, o Afro XXI (Vide Imagem 3), reconhecendo e identificando os avanços e conquistas da luta do povo negro e estabelecendo diretrizes para a continuidade da mobilização pelo pleno reconhecimento dos direitos da população negra de toda a diáspora.

Durante a III CONAPIR - Conferência de Promoção da Igualdade Racial é tirada a Confederação Executiva Nacional da Marcha ou Comitê Impulsor Nacional da I Marcha

¹⁰ Luiza Bairros, ex-ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir). Disponível em file: [Último Segundo - iG @ https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2015-05-13/por-que-os-negros-nao-comemoram-o-13-de-maio-dia-da-abolicao-da-escravatura.html](https://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2015-05-13/por-que-os-negros-nao-comemoram-o-13-de-maio-dia-da-abolicao-da-escravatura.html)

Nacional de Mulheres Negras a Brasília, como ficou denominada a estrutura responsável por organizar esse processo.

O Comitê Impulsor reuniu representantes de diversas entidades: Agentes de Pastoral Negros (APNs), Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (Conaq), Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen), Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN), Movimento Negro Unificado (MNU) e União de Negros e Negras pela Igualdade (Unegro).

Diante de todas essas constatações foram vários os debates, discussões, reflexões, muitas trocas, encontros e desencontros que precederam a I MMNB. Debates em torno da Democracia, do Desenvolvimento e do bem viver, se contrapondo a ideia de bem estar social defendida pela visão dos cânones ocidentais. Discussões sempre muito ricas e reveladoras, que mais uma vez nos colocaram de frente com o drama vivido pela comunidade negra em todo o país e a urgência de rompimento com o pacto social de fome instituído por modelos de desenvolvimento que aumentam as desigualdades e impedem o bem viver da maioria da população.

Desse modo, idealizamos a principal pergunta que iremos perseguir nesta pesquisa: as ações e práticas políticas adotadas pelas mulheres negras, em torno da RMNN no processo de construção da I MMNB, são expressões e práticas feministas negras descoloniais e fonte de renovação em direção a novos paradigmas de justiça social?

O Afro XXI é um desdobramento dos dez anos de comemoração da Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, a Discriminação Racial a Xenofobia e intolerâncias Correlatas, ocorrida em Durban, na África do Sul.¹¹ A partir desse evento, as políticas públicas nessa área ganharam impulso em vários países participantes, inclusive no Brasil com uma série de ações, estratégias e políticas efetivas de promoção da equidade racial, a exemplo da criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 2003 e cotas reservadas em cursos de graduação para pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas, em 2012. Conforme afirma Vanilda Oliveira (2006), não dá para esquecer assunto tão atual quanto polêmico; essa discussão sobre

¹¹ Disponível em <http://www.cultura.ba.gov.br/2011/11/3444/Declaracao-de-Salvador-e-aprovada-no-AFRO-XXI.html>. Acessado em 24/09/2015.

Políticas afirmativas acirrou os debates sobre raça no Brasil, porque, pela primeira vez, pessoas teriam algum tipo de ganho por se identificarem como negras, o que, até então, não representava socialmente nenhuma vantagem (OLIVEIRA, 2006, p. 97).

O Encontro, além de avaliar os documentos produzidos em Durban e fazer um balanço dos avanços obtidos, recomendou novas estratégias para a superação do racismo e da discriminação racial. Refletiu, a partir da realidade da população negra nos países participantes, produzindo o documento-base do novo marco legal internacional regulatório para a criação e execução de políticas públicas de enfrentamento ao racismo e promoção da igualdade racial.

Definido como Declaração de Salvador, o documento propõe, para os próximos dez anos, ações conjuntas de promoção da igualdade e de combate ao racismo e à discriminação nos países da diáspora africana. Ações efetivas que assegurem os direitos dos povos afetados pelo racismo, reafirmando a necessidade de os governos instituírem novas políticas afirmativas e de redução das desigualdades no planeta. Propôs, também, a declaração simbólica de Salvador/Bahia como a capital afrodescendentes, dos países ibero-americanos¹². Nada mais justo, não só por sermos a cidade com maior população de origem negra fora da África, mas, sobretudo, pelo fato de nos reconhecermos culturalmente como afrodescendentes.

Na cerimônia de encerramento deste evento, a presidenta Dilma Rousseff, em seu discurso, pediu aos chefes de estado para reforçarem as relações dos países africanos com o Brasil, afirmando que a pobreza no Brasil tem face negra e feminina. “Isso significa que nós estamos olhando para uma das raízes mais importantes da formação de nessas culturas”, disse a presidenta.¹³

As discussões sobre a ideia de se construir uma Marcha tinham como finalidade mobilizar as mulheres a partir de especificidades expressas em uma tradição e identidade étnica de matriz africana (GOMES, 2003; VALE et al, 2012) e visibilizar saberes acumulados de lutas cotidianas e históricas de resistência ao racismo na diáspora, em face das desigualdades articuladas por este com outros eixos de opressão.

¹² A Organização dos Estados Ibero-americanos – OEI é uma região internacional criada em 1949 para a cooperação entre os países Ibero-americanos no campo da educação, da ciência, da tecnologia e da cultura. É composta das nações da Península Ibérica e América Latina, cujas populações falam português e espanhol, maisa Guiné Equatorial, na África. O prefixo *ibero* – e o adjetivo *ibérica* referem-se a Península Ibérica na Europa, que inclui Portugal a Espanha. A Ibero-América inclui todos os países de língua espanhola na América do Norte, Central e do Sul, além do único país lusófono da região, o Brasil. Fazem parte da OEI 23 Estados soberanos e um território dependente (Porto Rico) totalizando 24 membros. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/ibero-AM%C3%A9rica>. Acessado em 11/09/2019.

¹³ Matéria publicada pela RBA – Fábio M. Michel. Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2011/11/declaracao-de-salvador-indica-caminhos-para-luta-por-cidadania-de-afrodescendents/>. Acessado em 24/09/2015.

Sendo assim, a Rede de mulheres negras do Paraná não perdeu tempo. Aproveitaram o momento do I Seminário Nacional Interseccionalidade de Raça e Gênero no Enfrentamento à Feminização DST/Aids (Figura 3), em que se encontravam reunidas mulheres de 27 unidades da federação, que teve como público primordial mulheres negras e não negras que vivem com o problema do HIV/Aids; representações de organizações da sociedade civil que trabalham diretamente no enfrentamento à epidemia e prevenção do HIV/Aids para declarar apoio a realização da I MNNB, lançando assim a pedra fundamental deste processo.

Tratava-se de uma atividade de caráter nacional, organizações que atuam na promoção de saúde e saúde da população negra; e gestores (as) da rede pública de saúde, organismos de políticas para mulheres e de igualdade racial. O Seminário teve como premissa à participação de feministas de todo o país, de modo a colocar pesquisadores, gestores públicos de saúde, lideranças comunitárias em diálogo para aprimorar o atendimento à saúde das mulheres negras brasileiras.

O evento teve como enfoque o racismo enquanto um fator determinante para o adoecimento das mulheres negras. Também manteve como mote avaliar a execução do Plano Integrado de Enfrentamento à Feminização da Aids e outras DST (2007/2011), encerrado no final de 2011, porém sem resultados satisfatórios, com a persistência dos problemas apontados, fomentando questionamentos acerca de quais são as estratégias e respostas governamentais brasileiras nas suas inúmeras esferas de atuação e da sociedade civil quanto ao seu posicionamento diante dos fatos.

Na ocasião, foram debatidos temas relevantes para a agenda política dos direitos das mulheres negras, como: implementação da Política Integral de Saúde da População Negra; o direito à saúde das mulheres negras, saúde sexual e reprodutiva; infecção pelo HIV/AIDS; saúde das jovens negras; Doença Falciforme, acesso à saúde nas comunidades quilombolas e os desafios na superação psicológica do racismo e protagonismo feminino negro.

Registre-se que, até então, as Mulheres Negras haviam realizado dois atos políticos ao longo da sua história em nível nacional: O I e II Encontros Nacionais de Mulheres Negras. O primeiro aconteceu na cidade de Valença/RJ (1988) e o segundo na cidade de Salvador/BA (1991).

A Marcha se apresenta hoje como uma resposta contundente de enfrentamento ao racismo, colonialismo e imperialismo ocidental, que têm vitimado cotidianamente mulheres, homens e juventude negra, ameaçando a sobrevivência, integridade e humanidade deste povo.

Trata-se de estratégia de enfrentamento as estruturas de dominação, que exigiu deste coletivo novas estratégias, metodologias, formas de fazer político e de processar práticas e experiências, dentre as quais se insere o autoconhecimento como mulher e negra. Este autoconhecimento fundado sob uma sabedoria milenar é inspirado por valores ancestrais trazidos de outra bacia semântica, que se volta para o fortalecimento de uma Rede de solidariedade entre as Mulheres Negras. Este tem sido o mote desses *modus* de ser e estar nesse não-lugar, contrário à cristalização de lugares sociais para as pessoas negras e pela garantia de uma vida sem violência (BENTO, 2000; RODRIGUES, 2010; VALE, 2016).

Estrutura da Tese

SUJEITO
Mulheres da Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN).

OBJETO - Ações e práticas políticas de mulheres negras da região Nordeste do Brasil, que participaram ou testemunharam da mobilização para a I MMNB e os acontecimentos conjunturais desse processo de construção.

PALAVRAS-CHAVE
Ação política, Identities, Saberes da diáspora negra e rede.

PROBLEMA - Em que medida o Feminismo Negro apropriados pela RMNN tem sido eficaz no empoderamento das mulheres negras no cenário político contemporâneo e, em contrapartida, como essas ações e práticas políticas desencadeadas por essas mulheres têm retornado a esta teoria suscitando novas formulações, dilemas, paradigmas, hipóteses necessários como instrumento de luta, resistência e enfrentamento às condições adversas impostas a essas mulheres?

Fonte: Síntese elaborada pela autora

Esta tese se caracteriza como um sinalizador das contribuições teóricas, sociais e políticas transcorridas no processo de construção da I MMNB, ao oferecer subsídios empíricos para a teoria interessada na dinâmica da participação política e do movimento de mulheres negras, especialmente no que diz respeito a sua relação com as redes de movimentos sociais. São conhecimentos que podem contribuir, e muito, para uma melhor compreensão desse processo de construção que impulsionou a IMMNB, em particular, naquilo que diz respeito à participação política de mulheres negras na vida social brasileira e no seu envolvimento coletivo com a comunidade local, é importante também na renovação do feminismo negro.

Como um conhecimento gestado no processo de resistência historicamente perpetrado por mulheres negras nesses espaços, este revela dimensões arquetípicas ancestrais de tradição africana, e urge o tempo em que terá também um lugar garantido na comunidade científica. Como uma prática duplamente contextualizada, deve ser incorporada e simultaneamente reconhecida – tanto pela sociedade como pela academia – como prática social científica.

Assim, a presente tese abarca um meio que encontrei de fazer com que a IMMNB protagonizada pelo movimento de mulheres negras brasileiras seja levada para história pelas mãos de quem de fato viveu tal experiência, apresentando como pano de fundo a análise contextualizada da aplicação de saberes, articulações e modos de mobilizar a partir das inúmeras identidades que perpassam esse sujeito. Objeta a forma que a academia brasileira tenta determinar a visão colonizadora como única voz científica, protagonista para contar a história das pessoas que vivem neste país, sem levar em conta o posicionamento político do sujeito que as vive.

Consiste, portanto, em vislumbrar, sistematizar, avaliar, discutir e divulgar informações relacionadas à IMMNB, a partir de um estudo sobre a relação entre a ação política da RMNN com o tema-problema dos limites das teorias, enquanto espaço de disputa política – e aí se inclui a Feminista Negra.

O objetivo geral é investigar como o Feminismo Negro apropriado pela Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN) durante o processo de construção da IMMNB tem sido eficaz no empoderamento desse sujeito no cenário político contemporâneo e, em contrapartida, como as ações e práticas políticas desencadeadas por essas mulheres, individual e coletivamente, têm retornado a essa teoria suscitando novas formulações, dilemas, paradigmas, hipóteses necessários como instrumento de luta, resistência e enfrentamento às condições adversas impostas a essas mulheres.

A pesquisa persegue quatro objetivos específicos.

1. Discutir a organização das mulheres negras brasileiras em diálogo com as atrizes sociais que fazem parte da RMNN;
2. Analisar ações emblemáticas realizadas durante e após o processo de construção da IMMNB, em especial a criação da RMNN, o Julho das Pretas, a Campanha Parem de nos Matar e a Marcha em si;
3. Examinar a configuração dos traços e marcas do feminismo negro decolonial presentes nas ações coletivas de mulheres negras durante este processo, identificando novos indicadores e possibilidades de expandir as contribuições do debate decolonial ao

feminismo negro no Brasil, particularmente naquelas mais diretamente voltadas à ética-política-epistemológica das teorias, à comunicação estratégica e à formação étnico-racial e de gênero, propriamente ditas;

4. E, último objetivo, avaliar o pós-marcha, as ações coletivas e os desdobramentos produzidos por essas nesse contexto pós-golpe, no que tange à produção de conhecimento, formulando alguns desafios a considerar que sejam, de fato, eficazes e de emergência emancipatória no empoderamento das mulheres negras brasileiras, na luta antirracista, pela igualdade racial e justiça social.

Assim, o foco central de análise está no estudo dos processos mediacionais de construção da IMMNB deflagrados pela RMNN e sua relação com Movimento de Mulheres Negras, ou seja, como tais vínculos se processam e quais os impactos na facilitação e/ou impedimento dessa manifestação política nacional das mulheres negras contra o racismo, pelo bem viver. Procuo estabelecer sínteses entre o papel do Movimento de Mulheres Negras junto a outras entidades do movimento negro, as inovações político-tecnológicas-mobilizatórias trazidas nesse processo de construção pela RMMN e a relação deste movimento com outros movimentos sociais (em especial com o Movimento Negro e o Movimento Feminista), as redes de solidariedade e os organismos internacionais.

3. Anunciar do lugar de onde falo e(é) anunciar quem sou: problematização e recorte

"Eu mesma acho que a gente tá aqui pra se admirar. Para admirar. Pra perguntar. E admirando as grandes coisas e perguntando sobre as grandes coisas é que a gente vai aprendendo as coisas pequenas, quase por acaso".¹⁴
Alice Walker (A Cor Púrpura)

Feita a apresentação e o delineamento desta pesquisa, abro essa nova fase com os desdobramentos necessários para a composição estrutural que permite a expansão das perspectivas que me ajudaram a pensar as ações e práticas políticas desempenhadas pela RMNN durante a construção da I Marcha a Brasília. Escolhas realizadas, era preciso ainda, trazer a literatura concepções teóricas que possibilitassem uma melhor compreensão acerca do contexto que motivaram este ato e das incapacidades epistemológicas presentes nas teorias em

¹⁴ I think us here to wonder, myself. To wonder. To ast. And that in wondering bout the big things and asting bout the big things, you learn about the little ones, almost by accident. In Search of Our Mothers' Gardens: Womanist Prose - Página 36, Alice Walker - Harcourt Brace Jovanovich, 1983 - 397 páginas. https://pt.wikiquote.org/wiki/Alice_Walker. Acessado em 20/02/2019.

uso que tratam da ação social e política de sujeitos tidos como subalternos, a exemplo das mulheres negras.

Demonstrar a importância de se elaborar um trabalho envolvendo a temática participação política de mulheres negras no cenário contemporâneo, as razões “científicas” que me levaram a escolher a Teoria Feminista Negra ao invés de outra para “escurecer” o assunto em pauta, o porquê de relacionar a I MMNB com esta teoria e, a partir desta, rever ações e práticas políticas tecidas por este sujeito político e seu movimento na contemporaneidade é o que aspiro neste item.

Tudo isso, em busca de sinais, traços e marcas da presença de uma concepção feminista negra decolonial na ação social, política e epistemológica de mulheres negras e da RMNN, durante o processo de construção da I MMNB. Na verdade, o que perdura e perpassa toda esta trama são questões que nos levam a pensar e repensar sobre a radicalidade do feminismo negro.

A corrente teórica feminista negra tem disputado a sua interpretação no âmbito das ciências sociais sob inúmeras perspectivas. Uma delas geralmente, associada às obras de mulheres não brancas, compreendendo duas matrizes teóricas: a norte-americana e as que se encontram fora desse eixo, localizada nas fronteiras do que frequentemente sido tem admitido como saber.

A primeira matriz, na maioria das vezes, associada às obras de bell hooks onde “*Ain’t I a Woman? Black Women and Feminism*” (1981) e “*Feminist theory: from margin to center*” (1984), tomadas nesse contexto como as obras de maior referência. Ao lado identificamos também nomes como o de Patrícia Collins (1991), Audre Lorde (1984a), Angela Davis (1982), Kimberlé Crenshaw (1989) e tantas outras¹⁵. Estas obras têm suas bases fincadas nos trabalhos precursores desenvolvidos por intelectuais negras como Sojourner Truth (1951)¹⁶, Ida B. Wells-Barnett (1951)¹⁷, Maria W. Stewart (1980)¹⁸, Anna Julia Cooper¹⁹. Na contemporaneidade cita-

¹⁵ Para maiores informações sobre este assunto vide também: Kia L. Caldwell em – A institucionalização de estudos sobre a mulher negra: perspectiva dos estudos nos Estados Unidos e do Brasil. Revista da ABPPN, v. 1, n. 1 – março/junho de 2010.

¹⁶ Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/feminismo-negro-para-alem-de-um-discurso-identitario/>

¹⁷ Sobre este assunto ler dissertação de Silvana Bispo, 2011, “FEMINISMOS EM DEBATE: Reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978 - 1997)”. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6302/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20final.pdf>. Acessado em 29/08/2014. Artigo de Lícia Barbosa, Fazendo Gênero 9 Diásporas, Diversidades, Deslocamentos 23 a 26 de agosto de 2010, Disponível em http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278291423_ARQUIVO_FazendoGenero9LiciaBarbosa1.pdf. Acessado em 09/03/2014.

¹⁸ Leia também o artigo de Cláudia Cardoso “Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez”, Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 965-986, setembro-dezembro/2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v22n3/15.pdf>.

se figuras como: Toni Cade Bambara (1971), Maya Angelou (1978), Alice Walker (1982), Gloria T. Hull (1982), Patricia Bell Scott (1982), Barbara Smith (1982), Toni Morrison (1987). Desde o século XIX estas mulheres negras, desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento de uma crítica feminista negra, revelando suas experiências na sociedade escravocrata e nas épocas pós-escravidão.

Com essa investida busco responder a, pelo menos, duas questões principais: se o Feminismo Negro tem sido de fato eficaz e de emergência emancipatória no empoderamento das mulheres negras brasileiras, e em contrapartida, se os saberes, as práticas, estratégias presentes nas ações políticas desencadeadas por esses sujeitos e seu movimento, durante o processo de construção da I MMNB, de algum modo tem retornado a esta teoria no formato de novas formulações, dilemas, paradigmas, hipóteses, etc., da forma apontada Michele Wallace (1994), ou seja, para produção de “uma epistemologia potencialmente subversiva” e como abordagem de validação de um conhecimento produzido por/sobre mulheres negras, em direção a novos paradigmas de justiça social.

Com essa investida busco responder a, pelo menos, duas questões principais: se o Feminismo Negro tem sido de fato eficaz e de emergência emancipatória no empoderamento das mulheres negras brasileiras, e em contrapartida, se os saberes, as práticas, estratégias presentes nas ações políticas desencadeadas por esses sujeitos e seu movimento, durante o processo de construção da I MMNB, de algum modo tem retornado a esta teoria no formato de novas formulações, dilemas, paradigmas, hipóteses, etc., da forma apontada Michele Wallace (1994), ou seja, para produção de “uma epistemologia potencialmente subversiva” e como abordagem de validação de um conhecimento produzido por/sobre mulheres negras, em direção a novos paradigmas de justiça social.

3.1. Escolhas acadêmicas, escolhas de vida

Por acreditar que a explicitação de momentos que marcaram minha trajetória de vida permite uma melhor compreensão das escolhas teórico-metodológicas que fiz, abordo-a aqui resumidamente para *anunciar o lugar de onde falo* (CARDOSO, 2010, p. 15).

¹⁹ Anna Julia Haywood Cooper foi escritora, professora e ativista que defendeu a educação de afro-americanos e mulheres. Nasceu em cativo em 1858 em Raleigh, Carolina do Norte, filha de uma escrava com seu senhor branco, iniciou sua educação formal em 1867. Bacharel e mestre em matemática em 1887, trabalhou na Wilberforce University e em Saint Augustine. Publicou seu primeiro livro, *A Voz do Sul por uma Mulher Negra do Sul*, em 1892. Além de pedir educação igual para mulheres, *A Voz do Sul* avançou a afirmação de Cooper de que mulheres afro-americanas educadas eram necessárias para elevar a corrida preta inteira.

O contexto histórico em que se desenvolve esta pesquisa é de cinco anos, de 2011 a 2015, período em que o Movimento de Mulheres Negras buscou mobilizar a IMMNB, dentro e fora do território nacional. Este marco é importante porque os anos 2000 foram marcados pela ascensão ao poder da esquerda política brasileira, com a eleição do 1º presidente oriundo da classe operária em 2004, Luiz Inácio Lula da Silva, e sucedido por uma mulher, primeira presidenta eleita no Brasil em 2012, Dilma Rousseff.

Esta ascensão das forças políticas à esquerda no país se configura como bastante emblemática, pois com ela muitas conquistas foram efetivadas para a população em geral e, em especial, para o povo negro e para as mulheres. Exemplo disso foi o sistema de cotas raciais para ingresso nas universidades públicas, que resultou no aumento do número de negros(as) com nível universitário, e em famílias que, pela primeira vez na história, conseguiram ter um filho/a formado pela universidade; a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR)²⁰ e Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR)²¹, responsável pela realização de ações e acompanhamento de políticas públicas voltadas à proteção dos direitos humanos das mulheres, jovens e meninas, a demarcação e titularização de terras ocupadas por remanescentes das comunidades quilombolas e indígenas.

A década seguinte também é emblemática para o Movimento Negro brasileiro, posto que é inaugurado o I Congresso Internacional sobre o Pensamento de Mulheres Negras no Brasil e na Diáspora Africana & I Workshop Mulheres Negras - Pensando Práticas Sociais, Culturais e Políticas²², quando Pesquisadoras/es, estudantes, especialistas, profissionais, ativistas, artistas, dentre outras, à luz do pensamento da intelectual negra brasileira Lélia Gonzalez, analisaram experiências e práticas históricas de mulheres negras e indígenas, em diferentes áreas do conhecimento, a partir de seus *modus vivendi* e do enfrentamento ao racismo.

²⁰ Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), órgão do Poder Executivo do Brasil, vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos, instituído pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 21 de março de 2003 - data em que se celebra o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial, em memória do Massacre de Shaperville, na cidade de Joanesburgo, África do Sul, com o objetivo de enfrentar o racismo no Brasil.

²¹ Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM-PR), órgão do Poder Executivo do Brasil, criada com status de ministério e inaugurou um novo momento da história do Brasil no que se refere à formulação, coordenação e articulação de políticas que promovam a igualdade entre mulheres e homens, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2003.

²² Evento ocorrido no período de 9 a 12 de dezembro de 2014, em Salvador- Bahia.

Questões até então formuladas por/acerca dos persistentes movimentos identitários, impulsionaram intelectuais de diversas matizes, mas, sobretudo, negras/os a optarem por fazer uma análise do local, do específico, do particular. Muitas/os delas/es optaram por revisitar uma gama de conceitos, métodos, categorias analíticas e teorias, trazendo para o primeiro plano suas vozes, religião, música, cultura, como forma de oportunizar e empoderar indivíduos e grupos, em grande medida esquecidos pela história oficial.

Muitos destes trabalhos “de caráter “desconstrutivo” e procura desestabilizar - questionar, subverter, reverter, invalidar - algumas das oposições binárias hierárquicas da cultura ocidental (incluindo aquelas que envolvem o sexo e o gênero)”²³ (BARRETT, 2002, p. 2) me guiaram no sentido de busca por concepções que possibilitassem uma melhor compreensão acerca das incapacidades epistemológicas presentes nas teorias em uso, para explicar e oferecer respostas às perspectivas ideológicas e políticas norteadoras das ações políticas e organizativas das mulheres negras, consideradas tão polissêmicas e historicamente controversas (GONZALEZ, 1994; CARNEIRO, 2001; BARRET, 2002; VALE, 2014).

Diferente do modelo tradicional, que tem na díade sujeito-objeto um de seus pressupostos básicos, o percurso metodológico aqui concebido se dá com o auxílio de mais de uma linha teórico-metodológica, enquanto fundamental para dar visibilidade as ações e práticas políticas desempenhadas pelas mulheres negras, em grande medida esquecidos pela historiografia oficial, no processo de construção da I Marcha a Brasília.

3.2. Implicações pessoais

O mundo ao nosso redor cresce e nós vamos diminuindo. Nossas vozes, que outrora refletiam a primavera, passam a ser silenciadas de maneira tão violenta que acabamos esquecendo que possuímos uma voz e não precisamos da de ninguém para definir quem somos (COLLINS, 2000 apud BUENO, 2018, p. 3).²⁴

Começo esta seção com essas provocações da escritora porque a minha aproximação com o movimento feminista negro, a partir das inúmeras interpretações produzidas sobre temas que envolvem o *devoir* negra, suscitou em mim mais que uma inquietação... Me empoderou. Retomo a essas questões sinalizadas por Collins porque elas dizem muito sobre mim, sobre nós,

²³ Texto original: “de carácter “deconstructivo” y busca desestabilizar - poner en tela de juicio, subvertir, invertir, invalidar - algunas de las oposiciones binarias jerarquizantes de la cultura occidental (incluso las que implican el sexo y el género)”.

²⁴ Texto de Winnie Bueno, Iyalorixa do Ile Aiye Orisha Yemanja (Pelotas/RS), publicado em 08/03/2018, disponível em <http://www.justificando.com/2018/03/08/a-relevancia-de-patricia-hill-collins-para-o-ativismo-intelectual-de-mulheres-negras/>. Acessado em 21/05/2018.

sobre o porquê de nos unirmos em torno de um movimento, em rede e juntas construímos uma marcha até Brasília. Foi a partir desse reconhecimento como negras, firmado em uma identidade comum, que nos autodefinimos e nos autodeterminamos.

Ao refletir sobre o que me levou a desenvolver essa pesquisa, percebo que estou diante de inúmeros acontecimentos históricos de imenso potencial transformador e que, a quebra do silêncio e da violência que invisibiliza corpos femininos indóceis, se constitui como uma maneira de explicitar nossa opção por um *lócus* de enunciação referencial, aí é a mulher negra com seus saberes, cujas dores não são mencionadas e tampouco tratadas, porque subsumidas em análises de gênero hegemônicas.

Abriga não apenas o sentido de enfrentamento à violência, ao racismo aos ocultamentos, colonialidade, resistências a modernidade e a opressão impostos pelo sujeito de discurso da sociedade colonial e patriarcal, mas sobretudo, expõe uma contra-narrativa a contradição do discurso colonial de dominação.

Para além das questões epistemológicas, que trataremos posteriormente na Parte I desta tese, esta seção trata da forma como se deu a minha inserção em campo, que diz muito da pessoa que sou, na medida em que está diretamente associado às minhas trajetórias, vivências e escolhas. Do que me levou a eleger o ponto de vista feminista negro para estruturar este trabalho, as/os autoras/es trazidas/os para servir como lentes de análise e estabelecer o diálogo com as fontes.

Sobre as questões de ordem pessoal, profissional e até mesmo institucional, que a nortearam. Uma confluência que nasce de uma série de motivações, leituras, relações e circunstâncias, que foram acolhidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em sua linha de pesquisa “Gênero Poder e Políticas Públicas” e pelos grupos de pesquisa “Coletivo Angela Davis/UFRB – Grupo de pesquisa sobre gênero, raça e subalternidades”, “Estudo, Extensão e Pesquisa sobre Políticas Públicas, Igualdade Racial, Desenvolvimento e Territorialidade”, da UNILAB.

Como bem salienta Boaventura Souza Santos (2004a, 2010), se “todo conhecimento é autoconhecimento” (Santos, 2004a, p. 9; 2010, p. 86), o que revelo aqui nesta pesquisa enquanto conhecimento são pedaços de mim que, inclusive, me identificam do ponto de vista ético, político, minhas crenças e desconhecimentos, revelando-me não como uma voz sitiada, senão como uma voz situada.

Falar a partir de mim mesma, do meu lugar de pertencimento e como estou posicionada social e institucionalmente de modo a justificar o meu ponto de vista na pesquisa são aprendizados que, desde o exercício acadêmico, tenho me comprometido a fazer. Um ponto de vista construído nas intersecções das identidades (raça, gênero, classe, sexualidades) que representa a perspectiva teórica sob a qual pretendo sustentar toda a discussão teórica que baliza expressões de mulheres negras que construíram a I MMNB.

Assim, o que pretendo evidenciar aqui com uma breve exposição de minha trajetória é que há muitos aspectos relacionados à temática que pretendo discorrer que se encontram emaranhados a minha própria experiência de vida. Neste sentido, é oportuno introduzir algumas dessas experiências, descrevendo algo sobre a minha trajetória de vida²⁵ para informar, desde já, de que lugar, de que ponto de vista eu falo e como cheguei a esta investigação.

Considerando que o ponto de partida e o destino dos sujeitos são as posições centrais para compreender as suas trajetórias, inicio dizendo que sou a segunda filha de cinco filhos (duas mulheres e três homens) de uma família negra, de classe popular, todos soteropolitanos. Meu pai nasceu na cidade de São Sebastião do Passé – Recôncavo Baiano - e minha mãe é do Subúrbio de Salvador. Ainda muito nova, com apenas três anos de idade, sua mãe morre e meu avô casa-se novamente levando todos seus seis filhos para viver próximo a sua família (família de pescadores - na Fazenda do Amaral (Nordeste de Amaralina)²⁶. Foi lá que meus pais se conheceram, em 1951, quando meu pai, já morando em Salvador, compra um terreno e se muda para o Nordeste, onde se casaram. Meu pai é, hoje, motorista de caminhão aposentado e, minha mãe, dona de casa, já falecida.

²⁵ Parte desta narrativa encontra-se publicada também na dissertação – VALE, Maísa M. 2015. <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18291/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Ma%C3%ADsa%20Maria%20Vale.pdf>. Acessado em 06/01/2017.

²⁶ Com base no livro Memórias da Região Nordeste de Amaralina, o espaço físico em que se desenvolveu a Região Nordeste de Amaralina, na segunda metade do século XIX, era composto por quatro fazendas que mais tarde foram loteadas: Amaralina (antiga Fazenda Alagoas), Ubaranas, Pituba e Santa Cruz. Essas fazendas pertenciam, originalmente, à sesmaria Ilha de Itaparica. Com a falência do sistema de capitânicas hereditárias, os nobres portugueses tomaram posse das terras. A gleba do Rio Vermelho, que abrangia toda a região do final de Ondina até a Praia de Armação passou aos netos do Visconde do Rio Vermelho. Estes iniciaram um processo de urbanização através de uma sociedade por ações intitulada Cidade da Luz, dividindo as terras em seis fazendas: Fazenda Paciência, Fazenda Alagoas, Fazenda Santa Cruz, Fazenda Ubaranas, Fazenda Pituba e Fazenda Armação do Saraiva (TRAÇOS E LAÇOS, 2006, p.11). A Prefeitura de Salvador aprova, em 1932, a criação dos loteamentos: Cidade Balneário Amaralina, Cidade da Luz (Pituba), e Ubarana, que se constituíram em regiões de veraneio para a elite baiana da época. Inicialmente formada por uma pequena colônia de pescadores, iniciando assim uma ocupação marginal nas áreas das fazendas pela população pobre que vinha em busca de empregos. O primeiro núcleo populacional do Nordeste de Amaralina localiza-se na área do Loteamento Ubaranas. (Larissa Brito, 2013). <http://historiadordestedeamaralina.blogspot.com.br/2013/07/de-fazenda-bairro-nordeste-de-amaralina.html>. [Grifos da autora]. Acessado em 06/09/2016.

Reconheço que a minha conduta, de vida em comunidade, pautada no senso de dignidade à pessoa humana e justiça social, se encontra impregnada pelas lembranças que tenho das atitudes deles. Vejo que a maior parte da minha vida se encontra marcada pelo engajamento nas lutas por justiça social (movimento social – de jovens, bairro, sindical, negro e, mais recentemente, de mulheres negras), e de pressão sobre a estrutura social dominante fundada no racismo e patriarcado, que tem critérios bem definidos de ascensão e ocupação dos espaços, que tem beneficiado historicamente um único grupo da estrutura social.

Meu pai, um homem que começou a trabalhar ainda criança (aos seis anos de idade), vendia queimados e beijos feitos pela minha avó, e que o fizeram ir embora de sua cidade natal pra Salvador - com 16 anos e o segundo ano primário; devido à ausência de oportunidades de trabalho que o município não oferecia. Atualmente, sente o maior orgulho em contar sua história para os filhos e netos, como se sente vitorioso por ter conseguido educar seus filhos e ter colocado a maioria deles na universidade; e os que não seguiram esse caminho seguiram a sua profissão de caminhoneiro.

Frente à omissão do poder público para resolver problemas sérios do bairro onde morávamos, o Nordeste de Amaralina, era ele, juntamente com a vizinhança, quem promovia ações conjuntas para que esses problemas fossem solucionados. Isso era muito importante para os chamados “mutirões”²⁷. Na época em que ninguém tinha carro no bairro, além dos carretos de materiais e mudanças, a emergência para o hospital, levar mulher pra parir, levar a turma do futebol pra jogar em outras localidades, era seu caminhão, como diz o ditado, “o pau pra toda obra”.

De minha mãe, reflete a sabedoria e persistência (por que não dizer “teimosia”). Esta última, penso que herdei dela. Filha caçula de uma família de mulheres muito determinadas, trabalhadoras, apaixonadas pelos filhos, já não se encontra mais conosco, e nos faz muita falta. Era ela quem nos levava sempre a acreditar em nós mesmos, em nosso potencial e, sobretudo, em nossos sonhos. Estes, sim, eram sempre factíveis. A ela sou eternamente grata, pelas longas ausências preenchidas, assumindo o papel não apenas de minha mãe, mas de mãe das amigas, avó, confidente, companheira que nos incentivou a empreender voos mais altos.

²⁷ Nome dado no Brasil a mobilizações coletivas para lograr um fim, baseando-se na ajuda mútua prestada gratuitamente. Trabalho coletivo, sobretudo no meio rural, em prol de melhorias para a comunidade. Atualmente, por extensão de sentido, "mutirão" pode designar qualquer iniciativa coletiva para a execução de um serviço não remunerado, como um mutirão para a pintura da escola do bairro, limpeza de um parque e outros. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mutir%C3%A3o>. Acessado em 03/10/2013.

O sentido de comunidade e coletividade que trago até hoje comigo fazem parte das estratégias de resistência aprendidas com eles ainda na infância, no contexto familiar, que me marcaram e tem guiado meus passos e definido as minhas escolhas. Falo de estratégias, de uma visão comprometida com a sobrevivência e a integridade, não apenas individual, senão da comunidade negra – pessoas, mulheres, homens, gays, lésbicas, crianças, jovens, idosos.

Mas não só isso. Sou também mãe de uma filha, hoje com vinte e cinco anos, fruto do meu segundo relacionamento, que também me estimula muito com sua postura decidida e autônoma. Uma tremenda responsabilidade para com a coerência entre atitudes e falas, posto que parto da crença de que é com os exemplos que se educa.

Foram esses exemplos, ora apresentados, que se mostraram imprescindíveis para os inúmeros enfrentamentos a todo tipo de manifestações racistas, a exemplo de estereótipos negativos e imprecisos a que, desde muito cedo, somos apresentadas, ainda na infância. Parte intrínseca da nossa luta para se manter determinada e com dignidade, assim como o direito à existência em um contexto onde predominam critérios racistas e sexistas excludentes, que, se manifestam, dentre outras maneiras perversas, ainda quando criança, sob a forma de quem pode e quem não pode brincar no balanço do parque da escola. Essas coisas tivemos que assimilar, rapidamente para não sucumbir na primeira esquina, em meio à trajetória.

Muitas vezes essa metáfora do balanço, sentença enigmática – de quem pode ou não brincar - exige de nós, negro/as, ainda muito cedo, na infância, atitude. Como esquecer a postura firme de minha irmã, ainda criança – apenas um ano mais velha - mesmo ainda pequenininha, tomando as rédeas do problema e fazendo o que, pela lógica que rege o espaço escolar, seria papel dos adultos, das professoras. Ou seja, a quem caberia a responsabilidade de ensinar a organizar de forma justa a brincadeira. Ensinar como assegurar a integração entre as crianças, de modo que todos/as tivessem a mesma oportunidade de aproveitar os espaços, participar, inclusive de fazer uso balanço da escola (CAVALLEIRO, 2005).

Entretanto, mais do que apreender as dimensões desta trajetória, com alguns aspectos marcantes inerentes a minha origem a partir da minha relação familiar e trajeto educacional, ressalto, ainda, as minhas posições ocupacionais, a vida política, particularmente os caminhos percorridos em associações de bairro, grupo de jovens da igreja católica, teatro, partido político, movimento sindical, organizações não-governamentais e espaços institucionais como gestora do Estado.

É nessa dinâmica de afirmação que me encontro com o movimento negro e, posteriormente, com o movimento de mulheres negras em suas diversas formulações – rede,

fórum, organizações, coletivos, núcleos, conselhos e tantas outras. Articulações estas que só a poucas décadas, do final do século XX pra cá, passaram a ser foro de atenção e objeto de estudo das ciências sociais e, particularmente, dos estudos feministas.

Foi durante o curso de especialização em Gênero e Desenvolvimento Regional, com Concentração em Políticas Públicas (NEIM/UFBA), que tive os primeiros contatos com as inúmeras críticas fomentadas pelas teóricas feministas contemporâneas, suas denúncias, sobre o referencial teórico acerca da participação política das mulheres. Diante dessas fontes de pesquisa, elaborei um trabalho monográfico objetivando o levantamento e análise do perfil de mulheres candidatas a vereadoras para a Câmara Municipal de Salvador e eleitas para o mandato de 2009-2012.

A partir desse referencial, percebi uma infinidade de possibilidades sobre a História das Mulheres no âmbito da política, novas indagações foram possibilitadas e, assim, atentei para as lacunas existentes e persistentes nas pesquisas historiográficas sociais, envolvendo os diversos marcadores de desigualdades que perpassam relações histórico-sociais; os mecanismos de opressão e exclusão que se multiplicam na sociedade e que têm servido, de várias maneiras, para promover o distanciamento epistêmico e dificultar o deslocamento de mulheres, negros, colonizados, na sociedade.

Djamila Ribeiro (2015) em sua dissertação “Simone de Beauvoir e Judith Butler: aproximações e distanciamentos e os critérios da ação política” argumenta que “problemas de gênero é um dos principais marcos teóricos da chamada “terceira onda feminista”, cuja temática central é explicitar a invisibilidade de certos grupos de mulheres dentro do próprio movimento feminista” (RIBEIRO, 2015, p. 28). As críticas formuladas por essas intelectuais negras, pelos movimentos de mulheres negras e feminismos contemporâneos acerca da invisibilização da perspectiva racial pelo feminismo branco apontam para o prejuízo causado pela ocultação, principalmente, “à discussão sobre o privilégio de ser mulher branca, em uma sociedade racista” (CARDOSO, 2008, p. 3). Tudo isso me fez atentar para as lacunas existentes e persistentes nas pesquisas historiográficas oficiais envolvendo esses sujeitos em comparação a esses marcadores de desigualdades que perpassam relações históricas, que agravam, sobremaneira, as condições de desvantagem social e econômica a que as mulheres negras historicamente foram expostas.

Assim, o que seria inicialmente uma investigação sobre o perfil das mulheres vereadoras da Câmara Municipal de Salvador, partindo de uma perspectiva das relações de gênero, com o intuito de verificar como estão construídas as relações sociais e políticas destas

edis - sua vida familiar, modos de vida, de produzir e reproduzir as relações de gênero -, sobretudo, nos partidos políticos, propostas de campanha, dentre outros aspectos, ao admitir as especificidades constitutivas deste sujeito, tornou-se algo tão mais complexo, que passou a requerer um olhar mais aguçado das fontes documentais e aprofundamento teórico que desse fôlego ao trabalho e possíveis respostas para as hipóteses levantadas acerca do objeto investigado.

Obviamente que não foi possível naquele primeiro momento, dar conta de tais questões, limitando-se o trabalho monográfico apenas ao levantamento desses perfis, conforme preconizava o projeto, mas fiquei ansiosa pela sua retomada e aprofundamento das questões levantadas nas análises.

Em vista disso, considerando particularmente importante não desperdiçar qualquer experiência social de resistência que emerge dos sujeitos oprimidos, aliei-me à perspectiva feminista negra sobre a participação política das mulheres e, com as fontes de pesquisa pretendidas, decidi, durante o curso de especialização, pela continuidade da pesquisa científica na linha Raça, Gênero e Política, no curso do mestrado²⁸.

A proposta do projeto de mestrado nasce de reflexões embrionárias da especialização e do trabalho monográfico, espalhando-se por novos espaços e alargando as fronteiras da pesquisa. O encontro com as teorias feministas, em especial o feminismo negro, coadunaram-se para a efetivação de novo objeto e nova problemática, no projeto “Trajetórias social e política de mulheres negras candidatas às eleições Municipais de Salvador em 2008 e 2012”. No mestrado, já trabalhando com a participação política de mulheres negras candidatas a vereadoras da capital da Bahia, tive a oportunidade de participar e apresentar diversos trabalhos em eventos e também publicar alguns artigos científicos, fruto deste estudo.

Durante o curso de mestrado, objetivando averiguar como se dão as implicações sócio-políticas de acesso ao poder para mulheres negras que optaram pela representação política nas eleições municipais de Salvador, percebi que, na disputa política brasileira, e mais especificamente na política local, as mulheres afrodescendentes, são bastante atuantes na vida social de suas comunidades, que lhes “resultaram no acúmulo de um capital social reconhecido, não apenas por aqueles segmentos que as convidaram para representação de seus projetos

²⁸ Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, pela Universidade Federal da Bahia, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FFCH/PPGNEIM/UFBA (2002-2003), sob a orientação, inicialmente, da Prof^ª. Dr^ª. Ana Alice de Alcântara Costa – que veio a falecer durante as orientações e, posteriormente, da Prof^ª. Dr^ª. Lina Maria Brandão de Aras.

políticos, como pela comunidade que também lhes concedeu este privilégio” (VALE, 2014, p. 25).

Logo que concluí o mestrado, em maio de 2014, continuei minha trajetória de qualificação, escolhendo PPGNEIM/UFBA para realizar o doutorado, por se tratar de uma referência no estudo de mulheres, gênero e feminismo no país. Com isso, obtive minha aprovação em 5º lugar no processo seletivo para ingresso em 2015. Sob a orientação da Profª. Drª. Lina Maria Brandão de Aras, pesquisadora do Departamento de História da FFCH e também do PPGNEIM/UFBA, na área de história, rebeldias e gênero, e a partir do meu envolvimento com Grupos de Estudos e Pesquisas sobre Feminismo Negro (NEIM/UFBA), sobre políticas públicas de igualdade racial, desenvolvimento e territorialidade (UNILAB/BA) e com o Programa de Estudos, Pesquisas e Intercâmbio do Odara – Instituto da Mulher Negra (sob minha coordenação), tive um período de grande amadurecimento teórico-metodológico para empreender esta tese.

Destarte, o que inicialmente seria uma investigação aprofundando questões relacionadas ao sujeito-objeto trabalhado na pesquisa de mestrado, ou seja, a participação política das mulheres negras que se candidataram a vereadoras na cidade de Salvador, sob o título “Práticas Educacionais de Candidatas Negras: potenciais multiculturais na formação da consciência crítica, se transformou em um estudo sobre a I MMNB, intitulada “I Marcha de Mulheres Negras a Brasília: O que a teoria feminista negra tem a ver com isso?” Diante do meu forte envolvimento no acompanhamento desta construção.

3.3. Anunciar do lugar de onde falo e(é) anunciar quem sou: problematização e recorte

3.3.1. Vínculos Institucionais

É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática. (FREIRE, 2003, p.61).

A observação inicial do processo de construção da I MMNB, associado ao acúmulo que trago de outras experiências como gestora pública nas esferas estadual e municipal, a relação com companheiras de militância na luta por justiça social e políticas públicas de promoção da igualdade, bem como a militância no movimento negro e de mulheres negras na disputa pelos

espaços de poder e por equidade nas eleições proporcionais e majoritárias na Bahia, me influenciaram bastante na construção e direcionamento do objeto deste estudo.

A questão do protagonismo de mulheres negras no processo de consolidação da democracia brasileira há muito me inquietava pois, certamente, são marcas do/no cotidiano, não apenas na minha história de vida, mas, também, desse movimento que tive a oportunidade de ver, sentir e refletir que ora, humildemente – não no sentido subalterno -, resolvi compartilhar sob a forma de breves reflexões. Sinto que precisamos negritá-lo quando buscamos compreender as práticas de resistências e estratégias adotadas pelas amefricanas no Brasil, diante do trinômio: identidades, saberes e agência.

Desde os meus primeiros contatos com o movimento de mulheres negras, em 2003, com meu ingresso na equipe do CEAfro – Educação e Profissionalização para a Igualdade Racial e de Gênero²⁹, em 2013 (Imagem 4), um projeto que tinha por finalidade enfrentar todas as formas de racismo e sexismo, para promover a igualdade de oportunidades entre negros e não-negros e entre mulheres e homens, por meio de ações de educação e profissionalização direcionadas à juventude negra, com foco na identidade racial e de gênero, até chegar a compor a equipe do Odara - Instituto da Mulher Negra e, mais recentemente, com o início do trabalho de campo, venho participando das atividades desenvolvidas pelas organizações de mulheres negras que compõem esta RMNN³⁰. O Odara foi a organização que esteve à frente da articulação da Rede de Mulheres Negras do Nordeste – RMNN e da Bahia, a partir do apoio financeiro concedido pela Fundação Ford.

Nessas oportunidades, tive a honra de conhecer e trabalhar ao lado de ativistas negras poderosas, como Maria Nazaré Mota de Lima, Vanda Sá Barreto, Valdecir Pedreira Nascimento, Luiza Bairros, Ana Célia Silva, Nadir Nobrega Oliveira, Silene Arcanja Franco, dentre outras.

E, mais recentemente, compondo a equipe do Odara Instituto da Mulher Negra³¹, na companhia de valorosas militantes Valdecir Nascimento, Benilda Brito, Naiara Leite, Emanuelle Góes, dentre outras, desenvolvi uma boa parte do meu trabalho de campo,

²⁹ Projeto de extensão coordenado pelo Centro de Estudos Afro-Oriental – CEAO/UFBA.

³⁰ Bahia Strett, Sou Digna, Afoxé Cabalaguanze, MNU, Coletivo de Mulheres do Calafate, Casa de Mulheres, Iceafro, Flor de Lotus, Ama Cruz das Almas, Instituto Yalodê, Instituto Búzios, Mulheres da Vasco da Gama.

³¹ Organização feminista negra voltada para superar em nível pessoal e coletivo a discriminação e o preconceito, proporcionando a inclusão sociopolítica e econômica das mulheres negras na sociedade. Fundada em agosto de 2010, <https://odarainstituto.wordpress.com/matrizes-odara/>. Acessado em 17/07/2013.

participando das atividades produzidas pelas organizações de mulheres negras que compõem a RMNN³².

O Odara é uma iniciativa de ativistas históricas do movimento de mulheres negras que decidiram, em 2010, se juntar, em torno das especificidades do que é ser mulher negra na sociedade brasileira, para combater o racismo, o sexismo, a lesbitransfobia e formas correlatas de opressão, em prol da liberdade, autonomia e o bem viver das mulheres negras (Vide Imagem 4).

Foi no Odara - Instituto da Mulher Negra, em 2012, que ouvi falar pela primeira vez sobre a I MMNB e da importância de se articular uma rede de mulheres negras para potencializar essa mobilização na região Nordeste. Assim, ao longo de quatro anos, estive em contato direto com essa construção – acumulando a condição de pesquisadora e ativista.

Neste ínterim, realizei diversas conversas informais, participei e registrei algumas atividades produzidas por este coletivo em várias oportunidades e localidades do país. No âmbito da problemática levantada para o estudo das composições de padrões de práticas e experiências, individuais e coletivas, das mulheres negras brasileiras; ouvi, com bastante frequência, referências à negritude e africanidades que remetiam fortemente a uma ideia de África a partir de dados característicos do corpo, cultura, religião, tradição, visão de mundo, que foram incorporados às suas ações, sendo considerado como um ponto forte nessa construção.

Essas aproximações com o processo de construção da I Marcha possibilitaram o desenvolvimento de uma série de trabalhos junto às mulheres negras, o que despertou meu interesse em explorar como esses saberes, ações, estratégias e metodologias trazidas para esse contexto respondia aos problemas enfrentados cotidianamente (desigualdade racial, de gênero, classe social, sexualidade, geracional) e inspiraram e são inspiradas pela teoria feminista negra, enquanto abordagem elaborada a partir desses saberes.

Dito isso, deixo evidente que minhas escolhas não são despropositadas, tampouco aleatórias. Como mulher negra, diante de tantas dimensões teóricas que nos desumanizam e homogeneizam, não poderia me furtar, no meu modo de construir e compreender o objeto desta pesquisa, da responsabilidade de problematizar a formação ideológica que produz efeito por meio de uma cadeia de significados e buscar deslocar, fazer ampliar o imaginário construído historicamente acerca deste sujeito.

³² Bahia Strett, Sou Digna, Afoxé Cabalaguanze, MNU, Coletivo de Mulheres do Calafate, Casa de Mulheres, Iceafro, Flor de Lotus, Ama Cruz das Almas, Instituto Yalodê, Instituto Búzios, Mulheres da Vasco da Gama.

Ao situar-me como sujeito histórico, com possibilidade para escrever sobre as ações e práticas políticas vividas por nós mulheres negras no processo de construção da I MMNB, sem sombra de dúvida, o momento é de reaproximação com as minhas raízes. Exatamente quando o tema da unidade na diversidade, diversidade étnico-racial assumia um papel primordial nos debates, teses, artigos e inúmeros movimentos – lésbicas, gays, juventude, religioso - incentivando um caldeirão de repertórios e de discursos, que decido enfrentar a dor das escolhas, da tomada de decisões, da incerteza constante, da insegurança, que iriam tornar possível a construção de um lugar de fala, desde onde criaria esta história a ser levada para as interlocutoras/es deste texto, quiçá para o mundo.

Seguindo a compreensão apreendida na relação com o movimento negro e com o que preconiza Joel Rufino dos Santos (1994), o Movimento Negro não é uma organização específica, mas sim entidades das mais diversas e com perfis distintos, e todas as ações, de qualquer natureza e de qualquer tempo que revelam as diversas formas de organização, mobilização e ação política de protesto antidiscriminatório, de aquilombamento, de rebeldia armada, da identidade negra, tais como mulheres negras, juventudes negras, quilombolas, religiosas, marisqueiras, etc. (SANTOS, 1994, p. 157). Por sua vez, emerge de escutas às/aos nossas/os ancestrais, que dizem que a nossa fala carrega muitas outras falas dentro dela. Sendo assim, as escolhas epistemológicas para captura da realidade e diálogo produzidos no contexto da Marcha, necessariamente, precisam atravessar “fronteiras disciplinares e conceituais, criando um campo semântico ilimitado” (MACHADO, 2012, p. 83).

É com a certeza proveniente desse aprendizado, mas sobretudo, sob a influência das produções comumente conhecidas como “crítica pós-colonial”, que acabaram por ganhar maior consistência nos últimos anos, que busco aproximar-me de diversas referências inventariadas às mulheres negras e a sua prática social e política, partindo de experiências locais, que nem sempre tiveram seu *status* suficientemente reconhecido e abordados, nas escritas feministas e sendo, até mesmo, silenciadas no campo acadêmico.

Demonstro a articulação que foi construída entre estes referenciais, assim como as possibilidades sociológicas que sinalizam as noções de diáspora africana e redes de movimentos sociais para a análise das particularidades do protagonismo político desse movimento na contemporaneidade, dessas identificadas em seu amplo arco, bem como e para fundamentação dessa tese.

Não obstante, da mesma forma que é urgente a ruptura com conceitos, paradigmas, perspectivas e propostas metodológicas, enquanto uma manifestação e reprodução disfarçada

das “ferramentas do mestre” (LORDE, 1984) que impedem a “consciência objetiva desse racismo sem disfarces e o conhecimento direto de suas práticas cruéis” (GONZALEZ, 1988a), busco questionar as agendas teóricas produzidas a partir da Europa e dos Estados Unidos, apontando para o fato dessas serem transportadas acriticamente para as periferias, reforçando um processo de dominação metodológica, conceitual e epistemológica.

A esse respeito, Lélia Gonzalez enfatiza que, ao persistirmos nestas formas de abordagens, “prevalecem as ‘teorias’ da miscigenação, da assimilação e da ‘democracia racial’”, no Brasil (GONZALEZ, 1988a, p. 72; 74), impedindo o desmantelamento, tanto da casa do mestre como de suas ferramentas colonizadoras.

Nessa perspectiva global, totalizante, abrangente e contraditória, em que raça se situa na centralidade da estrutura de poder, pensar na complexidade com que se processam os fatos na sociedade brasileira, é pensá-la na sua dimensão relacional entre brancos e não brancos. O que pressupõe pensar na ordem mundial científica, capitalista moderna que a compõe na sua dimensão política de poder e, dentro desta, as contribuições presentes na atuação, experiências, práticas e estratégias das mulheres negras, a partir do local.

É a partir dessa experiência acumulada ao longo desse período com o movimento de mulheres negras que, depois de um largo período de tempo já como membro de uma organização feminista de mulheres negras, o Odara – Instituto da Mulher Negra, que apresentei uma proposta de pesquisa para a tese de doutoramento. Defendendo, com base nas proposições epistemológicas de amefricanização do feminismo, cunhada por Lélia Gonzalez nos anos de 1980, que tem, nas resistências forjadas pelas redes de movimentos sociais, um mecanismo estratégico de visibilidade das violências geradas pela colonialidade do poder, e de recuperação do lugar de negros/as privilegiado de se pensar ‘desde dentro’, as agências desse sujeito, histórias de resistência e luta dos povos indígenas e africanos colonizados, a partir de uma abordagem interligada do “racismo, colonialismo, imperialismo e seus efeitos.

Em vista disso, este capítulo metodológico consiste em uma crítica ao racionalismo científico social, configurado, na forma que o concebemos hoje, na segunda metade do século XIX. Nesta o racismo, enquanto “‘ciência’ da superioridade eurocristã”, estruturava o modelo de “referencial das triádicas do evolucionismo positivista” - branco, eurocêntrico, patriarcal, que ainda hoje direciona a produção acadêmica ocidental (GONZALEZ, 1988b, p. 71).

Nesta formação o racismo se constituiu como uma crítica às premissas epistemológicas que fundamentam o conhecimento positivista moderno, em que “[...] estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a ‘superioridade’ branca ocidental à ‘inferioridade’ negroafricana. A

África é o continente ‘obscuro’, sem uma história própria (HEGEL); por isso, a Razão é branca, enquanto a Emoção é negra” (GONZALEZ, 1988a, p. 77).

O objeto desta tese, portanto, emerge dessa relação e da necessidade de constituir conexões com outras referências similares de fortalecimento do feminismo negro na academia e de aproximação das mulheres negras em movimento, dessas conexões e debates. Trata das suas lutas cotidianas e enfrentamentos ao poder constituído, que não é só minha, mas também de tantas outras que, como eu, se encontram, concomitantemente, nesses espaços: militância, ativismo e academia.

Acredito que de alguma maneira, esteja trazendo para o centro do debate não só autoras pouco conhecidas no meio científico e acadêmico em que me insiro, como também inserindo possibilidades de novas frentes político-epistêmicas. Bem, aqui encerro minha trajetória e retomo, agora, a fala da pesquisa.

4. Relevância da pesquisa

Para as mulheres negras, os altos índices de desigualdades raciais que afetam negros e brancos de formas diferenciadas, não se trata, necessariamente, do legado do passado colonial, como defendia Florestan Fernandes, mas com a ressalva de que o racismo, à brasileira, tinha se configurado a partir de situações conjunturais, reflexos, óbvios, de questões que não surgiram hoje, e sim, fruto do “racismo estrutural” e das desigualdades raciais e étnicas instauradas desde o período pré-colonial, “passando pelo tráfico transatlântico de africanos/as escravizados/as, aportando no Brasil, que se estendem no século XXI sob a forma de *privilégios* para o componente racial *branco* e opressões raciais para os grupos negros e indígenas (HASENBALG, 1979; 1987; MOURA, 1977; 1978; GONZALEZ, 1979).

Essa herança histórica, conectada a modelos de desenvolvimento implantados no Brasil, legitimaram e legitimam “processos de expropriação e negação quando, ao longo destes, registramos os mais diversos tipos de violências contra as mulheres negras” (VALE & ARAS, 2015, p. 20). Do período histórico de existência do país, a política social brasileira tem ocupado uma posição residual no contexto da formulação da política econômica, prejudicando seriamente a concretização de direitos fundamentais sociais, com o descumprimento do compromisso social estatuído na Constituição Federal.

Hoje, de acordo com os dados destacados na pesquisa Dossiê Mulheres Negras: Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, com base em séries históricas de 1995 a 2015 da

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE (Vide Gráfico 1),³³ o número de famílias chefiadas por mulheres no Brasil tem sido cada vez maior, sendo a Bahia em relação ao restante do país o que concentra o maior número de casos. Em 1995, por exemplo, 23% dos domicílios tinham mulheres como “pessoas de referência”³⁴. Vinte anos depois, esse número chegou a 40%. Fenômeno considerado tipicamente urbano, nas cidades, as famílias chefiadas por mulheres passaram de 24,8% para 37,8% dos casos, de 1995 a 2009, é o que afirma o referido estudo.

Ainda de acordo com essa pesquisa, “chefe de família” é um termo que vem sendo utilizado desde o primeiro recenseamento realizado no Brasil, em 1872, referindo-se ao poder exercido sobre os moradores da casa, e, conforme definido no próprio formulário utilizado pelo IBGE, relacionava-se exclusivamente ao “homem da casa”, o que reforça a lógica patriarcal que há muito rege as relações sociais no país. Entretanto, no decorrer do tempo este termo vem sofrendo alterações e sendo flexibilizado.

O estudo retrata, ainda, que somente no Censo de 1940 é que este termo passa a referir-se ao “homem ou mulher que mantém a casa” (RIBEIRO E SABOIA, 2008).

Em 1950, não há definição precisa, mas há no formulário uma menção ao “chefe da casa e sua esposa” – o que leva a crer que os pesquisadores pressupõem ser o marido o chefe da casa. Desaparece, porém, a palavra “poder”. Em 1960, há uma nova flexibilização, pois o chefe de família é definido como “a pessoa responsável pelo domicílio”. No Censo 1970, o conceito refere-se à responsabilidade sobre a família, e desaparece a menção à sua direção e proteção sobre os moradores. [...] No Censo 2000, o termo “chefe de família” é substituído por “pessoa responsável”, mas a definição utilizada em 1980 e 1991 é mantida. Em 2010, há uma importante reformulação na coleta de informações sobre a “chefia de família”. Continua-se adotando o termo responsável pelo domicílio, cuja definição é a mesma do Censo 2000 (“pessoa responsável é aquela reconhecida como tal pelos moradores”), mas se passa a indagar se a responsabilidade pelo domicílio é de apenas um ou de mais de um morador. Procurou-se, assim, construir uma proxy do fenômeno que vem crescendo ao longo dos últimos anos, que é a responsabilidade compartilhada, ainda que continuem existindo reservas à interpretação das informações, uma vez que seguem não existindo critérios predefinidos para escolha dos(as) responsáveis. Mesmo quando há a identificação de mais de um responsável, segue havendo a necessidade de que uma pessoa seja classificada como responsável para que se possa formar o “conjunto de

³³ Acessível em

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_acymailing&ctrl=archive&task=view&listid=10-
Acessado em 13/10/19.

³⁴ Na PNAD de 1990, o termo “chefe de família” é definido como “pessoa responsável pela família ou que assim for considerada pelos seus membros”. A partir da PNAD de 1992, o termo “chefe de família” é substituído por “pessoa de referência”, porém, com manutenção da definição utilizada em 1990. Acessível em <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/dossie-mulheres-negras-retrato-das-condicoes-de-vida-das-mulheres-negras-no-brasil>. Acessado em 13/10/19.

pessoas no domicílio e a relação de parentesco com o responsável indicado” (SABOIA et al., 2012, p. 15).³⁵

Mas como pensar no trabalho doméstico sem pensar no sujeito que historicamente vem respondendo por este encargo no espaço privado? É o que também questiona a historiadora Sônia Maria Giacomini (1988), ao tecer sérias considerações e questionamentos acerca das desigualdades que perpassam as relações raciais no Brasil, porém silenciadas na convivência dos que se utilizam destes serviços, na maioria das vezes subempregos, como veremos adiante.

Como não pensar na negra assalariada, enquanto empregada doméstica, quando se discute que ao escravo era negada a possibilidade de uma vida privada? Como não pensar na baba negra de hoje, que cuida dos filhos da mulher branca burguesa ou pequeno-burguesa enquanto os seus próprios filhos ou não existem ou percorrem soltos morros e ruas de nossas cidades? A escravidão acabou, mas a presenças de suas heranças no bojo das relações burguesas e capitalistas que tem as classes dominantes, de todos os períodos históricos, de incorporar, até onde for possível aos privilégios que lhes são próprios os privilégios de grupos dominantes anteriores (GIACOMINI, 1988, p. 89).

Outro aspecto é que, até pouco tempo, as graves condições de vida impostas a estas mulheres e ação política articulada por esse sujeito e seu movimento “são, em geral, pesquisas empíricas que organizam esses ‘materiais residuais’ por iniciativa dos/as intelectuais organizadas/os no movimento. Ao fazer isso, eles/as dão uma grande legitimidade à temática da igualdade racial, apesar das resistências encontradas” dentro e fora da academia (MALOMALO, 2010, p. 66).

Em vista disso, o movimento negro há muito tempo, vem denunciando que a abolição da escravatura não garantiu a integração da população negra à sociedade. Ela permaneceu discriminada e à margem das mudanças estruturais que ocorreram em todas as esferas: social, política e econômica do país. Com o fim do regime escravocrata, a igualdade formal entre brasileiros sequer foi cogitada pelos que detinham o poder, conseqüentemente não foi atingida. Até porque, como sabemos, não era esse o fim da abolição, mas a expansão do mercado capitalista nas Américas (MOURA, 1977; HASENBALG, 1979; 1987; GONZALEZ, 1979; SOHIET, 1997; CARNEIRO, 2002; 2003).

Somente em um momento mais recente é que tem sido possível recorrermos aos dados sistematizados pelos institutos de pesquisa, a exemplo do Censo feito pelo Instituto Brasileiro

³⁵ Trecho extraído do Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil – 2013. Acessível em <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/dossie-mulheres-negras-retrato-das-condicoes-de-vida-das-mulheres-negras-no-brasil>. Acessado em 13/10/19.

de Geografia e Estatística (IBGE), para reforçar o que há anos o Movimento Negro brasileiro vem denunciado. De modo que, conforme evidenciado pelas publicações feitas por estes institutos de pesquisa muitos são os dados que permitem a contatação de que as mulheres negras ocupam no Brasil um lugar de inferioridade nos indicadores socioeconômicos: são as que recebem os menores salários.

Cerca de 40% do que ganham os homens brancos (MTPS; IPEA, 2016); as mais vulneráveis ao desemprego, com 13,3% de mulheres negras desocupadas (IPEA, 2017); mais atingidas pelo analfabetismo, algo em torno de 10,2% das mulheres negras com mais de 15 anos de idade não são alfabetizadas (IPEA, 2017); as maiores vítimas de feminicídio, proporcionalmente, 66,7% são mais meninas e mulheres negras do que brancas no Brasil (ONU, 2015).

Apenas a título de complementação de tais evidências, a população brasileira, segundo dados do último censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010, ultrapassou o total de 207,7 milhões de pessoas. Mais da metade deste total (53,6%) é composto por pessoas que se autodeclararam negras e neste grupo metade são mulheres (BAOBA, 2018).

Em se tratando de distribuição de renda, segundo dados do IBGE divulgados em 2015, dentre os 10% mais pobres no Brasil, 76% são negros o que significa que de cada quatro pessoas que se encontram nesta categoria econômica três são negras. Por outro lado, na faixa dos 1% mais ricos, 79% são brancos. (BAOBA, 2018)³⁶

Portanto, as desigualdades sociais e a pobreza no Brasil estão fortemente associadas às desigualdades raciais mensuradas pelas diferenças entre negros e brancos. Por se encontrarem na base da pirâmide socioeconômica, são as negras as mais atingidas por essas políticas, encabeçando e engrossando o percentual de pobres no Brasil. Assim, as análises dos indicadores socioeconômicos, demonstram as desigualdades que recaem, especificamente sobre as mulheres, porém de formas diferentes. Com a ressalva de que não se trata, necessariamente, de opressão para todas as mulheres, como defendiam as feministas liberais e conservadoras. (CRENSHAW, 2002; CARNEIRO, 2003; hooks, 2015).

Esses dados mostram que, mesmo ante uma conjuntura de crescimento econômico e de ampliação da “formalização” das relações de trabalho, há uma precarização do emprego doméstico no Brasil. No geral, dentre alguns elementos mais evidentes que caracterizam a desvalorização e precariedade desse tipo de trabalho foi identificado um imenso contingente de trabalhadoras sem carteira de trabalho assinada. Esse arranjo está de tal forma enraizado em

³⁶ Acessível em <http://baoba.org.br/noticias/page/3/>

nossa sociedade, herança do passado escravocrata não superado por famílias de classes média e alta, que delegam a realização de todas as tarefas domésticas de seus lares, incluindo o cuidado de crianças e adultos dependentes, as mulheres negras e de classes baixas. Com isso o trabalho doméstico segue marcado por discriminação, exploração, estigmatização, com baixos níveis de rendimento e proteção social.

Acerca desta realidade Lélia Gonzalez (1979) argumenta que:

No período pós-abolição, coube à mulher negra arcar com a posição de viga mestra de sua comunidade. Foi o sustento moral e a subsistência dos demais membros da família. Isto significou que seu trabalho físico foi decuplicado, uma vez que era obrigada a se dividir entre o trabalho duro na casa da patroa e as suas obrigações familiares (GONZALEZ, 1979, p.13).

Por tudo isso, procurei deslocar o problema de fundo dessas investigações, relacionando o modo pelo qual o discurso feminista negro foi inserido nesse movimento, no processo de construção da I Marcha e na vida dessas mulheres, para mostrar aspectos que foram acionados para essa mobilização - formação e estratégias políticas - que tocaram essas atrizes políticas rumo a I Marcha e, de igual maneira, demonstrando as transformações sofridas na sua forma de atuação que alçou posições estratégicas no cenário nacional e internacional. Práticas de resistência e enfrentamento que vêm se ressignificando a cada dia “no convívio com a instituição da escravidão, o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento” (VALE et al, 2017, p. 1).

5. Estrutura da tese

Do ponto de vista organizativo esta tese, que é constituída por três partes, obedeceu à estruturação seguinte: na primeira parte, traz um breve enquadramento histórico dessas ações ressaltando a trajetória desse sujeito político, discutimos a concepção da ação política como categoria socialmente construída e reproduzida nas diversas interações entre outras categorias como raça, classe, religião, etnia e geração. Em seguida, mostro como o feminismo negro decolonial encara essas questões.

Na terceira parte, descrevo os procedimentos metodológicos utilizados no estudo e, na quarta parte, apresento as configurações da ação política identificada e discutimos os resultados encontrados à luz da perspectiva feminista negra decolonial. Por fim, encerro com as considerações finais, apontando possíveis desdobramentos para o estudo da ação política das mulheres negras no campo dos Estudos Feministas.

Além da introdução geral e conclusão, está composta por um total de 9 capítulos. São eles: A introdução é o ponto de partida, no qual explico a proposta teórico-metodológica de análise sobre a ação coletiva da RMNN no processo de construção da IMMNB e apresento o caminho percorrido para realização deste trabalho, focalizando o objeto da pesquisa - ações coletivas de mulheres negras - sobre as quais se realizam as reflexões e análises nesta tese, oferecendo um panorama teórico e epistemológico que fundamentam essas escolhas. Nas duas subsequentes, trouxe a descrição das categorias analíticas e a análise propriamente dita, das ocorrências pautadas pela ação coletiva da RMNN e pela teoria feminista negra decolonial desenvolvida por elas próprias.

Assim, a primeira parte denominada “Por uma Epistemologia das Margens”, trata do paradigma feminista-afrocentrista e do paradigma da decolonialidade recuperando, negritando e afirmando a diversidade e as identidades sobre a ação coletiva, a partir de experiências próprias de mulheres não brancas, redesenhando um pensamento crítico afro-americano-latino-brasileiro, por meio de três capítulos. O Capítulo I aborda a crise da ciência, localizando saberes; O Capítulo II revisita o feminista negro na teoria social, onde descrevo seus pressupostos, intrincados por aspectos conceituais fundamentais que obedecem a um procedimento dialógico multidisciplinar, ou até transdisciplinar, extraídos da complexidade e diversidade inerentes às estéticas políticas desse sujeito, observadas na IMMNB; e o terceiro, denominada “Giro Decolonial no Brasil - Fundamentos epistemológicos da pesquisa” discorre sobre os elementos constitutivos da Teoria feminista negra decolonial.

Na segunda parte “Conceitos fundamentais do Feminismo Negro Decolonial” apresento a formação do movimento social de mulheres negras, a partir das ideias de “sujeito, identidade, mulheres negras” (Capítulo IV); “saberes e epistemicídio” (Capítulo V)” e “agência, ação política, movimentos sociais (Capítulo VI); empreendo uma reflexão sobre o fenômeno das diásporas africanas (Capítulo VII) que, ao incorporar saberes provenientes da ancestralidade africana no exercício da liderança sócio-política em suas comunidades, desencadeia certas ações de enfrentamento e resistência.

Na terceira parte I Marcha de Mulheres Negras a Brasília: o que a teoria feminista tem a ver com isso? se encontra a análise da Marcha vista amiúde na trama da RMNN. Ela se compõe de quatro capítulos onde expõe especificamente, as expressões emblemáticas observadas neste dia. O Dia “D”: A Marcha como um fato não acabado, mas sim uma utopia em curso onde o foco se dirige para alguns aspectos marcantes que caracterizam a IMMNB (Capítulo VIII); me debruço sobre a RMNN, apresentando as redes de movimentos sociais, uma fragmentada área

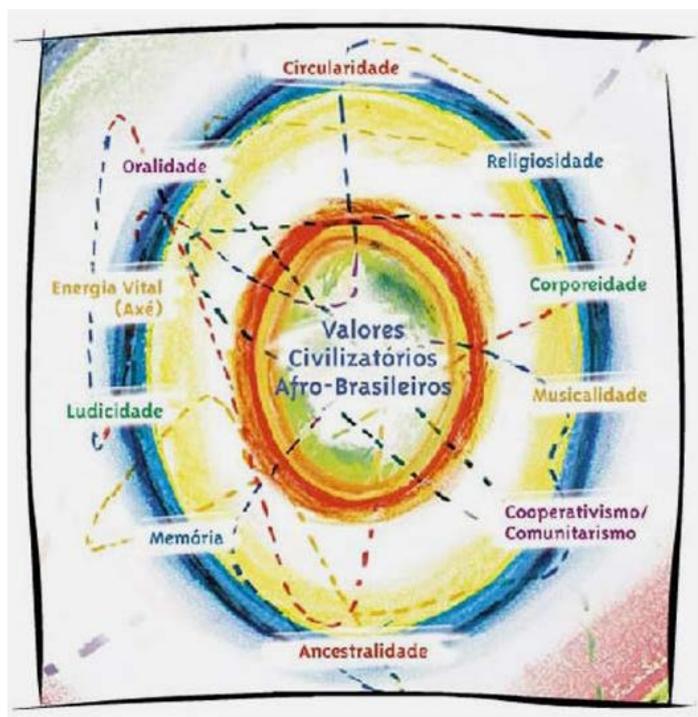
de pesquisa, com os princípios e valores que alicerçam os elos de solidariedade presentes nesse movimento social no Brasil (Capítulo IX); as ações coletivas, formativo-pedagógicas, de comunicação, metodologias, incidências e estratégias articuladas durante o Julho das Pretas pelo sujeito da nossa pesquisa: a RMNN (Capítulo X). Assim, reoriento a análise conceitual (Capítulo XI) para empreender uma reflexão sobre as tendências atuais do movimento de mulheres negras no Brasil, contra o racismo, a violência e pelo bem viver. Esta última temática será retomada nas considerações finais desta tese.

A seção final do trabalho, que contempla as informações conclusivas, sintetiza os principais resultados e recomenda outras questões investigativas para trabalhos futuros. Reforça a ideia de existência de uma concepção feminista negra decolonial feminista negra descolonial brasileira, com expressão concreta da realidade própria desse sujeito diaspórico, baseada nessas ações políticas, inspiradas numa matriz civilizatória africana, ressignificada na diáspora negra, no Brasil.

Para finalizar, são trazidos os anexos, com informações adicionais ao material coletado e, empregados, principalmente, no estudo das situações reais de trabalho, um glossário com definições importantes ao contexto deste estudo, bem como as referências de toda a literatura que contribuiu para o seu desenvolvimento.

PARTE I: POR UMA EPISTEMOLOGIA DAS MARGENS

Mandala dos Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros³⁷



Fonte: Projeto A Cor da Cultura. Autora: Azoilda Loretto da Trindade

Energia vital = axé - parte do princípio de que tudo o que é vivo tem energia, logo, é sagrado.

Oralidade - herança direta da cultura africana. Nossa fala é carregada de marcas da nossa existência.

Circularidade é o ato de sentar em roda para discutir sobre os acontecimento ou contar histórias.

Corporeidade - patrimônio muito importante, porque o mesmo corpo registra várias memórias de distintas maneiras.

Musicalidade. A música tem os dois pés fincados no continente africano. Nosso país é muito rico em ritmos musicais e danças.

Ludicidade é o gosto pela diversão, pela vida, pela alegria.

Cooperatividade - a cultura negra é plural e coletiva. Pensar em africanidade é pensar em comunidade, em diversidade e em grupo, no compartilhamento com o outro.

Memória é o grande espaço/ território onde habitam os Valores Civilizatórios Afrobrasileiros. São lembranças construídas a partir da relação com o outro e necessitam ser compartilhadas, pois, é por intermédio desta que construímos a nossa história.

Ancestralidade é a maior e mais importante referência do pensamento africano recriado na diáspora. É a lógica que engendra e organiza os outros elementos da cosmovisão africana. Os mais velhos são a ancestralidade encarnada, guardiões das tradições e fundamentos, da memória coletiva da comunidade.

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir das pesquisas de Azoilda Loretto da Trindade.

³⁷ Disponível em: < <http://www.acordacultura.org.br/>>. Acessado em 22/08/2016.

CAPÍTULO I

APRENDENDO A TRANSGREDIR: NEGRAS COMO LÓCUS DE ENUNCIÇÃO E DISPUTAS

1. Tentando superar os reducionismos impostos pela ciência moderna

Diferente do item anterior que destacou os motivos de ordem pessoal e institucional, nesta parte do trabalho abordo a ação política de mulheres negras na caminhada de quem reinventa a roda todos os dias; mestras e griôs brasileiras em África e na diáspora, a partir do ponto de vista teórico, do feminismo negro decolonial e, obviamente, estudiosos/as do dito fenômeno.

Pensar a ação política de mulheres negras na diáspora, em uma perspectiva civilizatória, para nós que somos descendentes dos africanos traficados pelo colonizador ou vindos para o Brasil por iniciativa própria, é afirmar a africanidade brasileira presente nessas práticas, África na sua diversidade, que somos parte construtora de um pensamento que conhece, valoriza e afirma essa origem. (TRINDADE, 2013; MUNANGA, 2006, p. 18).

Todavia, segundo Franz Fanon (2008) a prática de negação da humanidade não se restringiu aos territórios colonialmente ocupados. Como enfatiza o autor: “Sim! A civilização europeia e seus representantes mais qualificados são responsáveis pelo racismo colonial”. (FANON, 2008, p. 88-89). O que nos possibilita identificar o quanto, também, se configurou como eixo estruturante da própria modernidade.

É dentro dessa perspectiva de sujeitos que foram historicamente silenciados que a sociedade passa a construir-se epistemologicamente dentro de uma perspectiva única que é branca colonial e patriarcal. Para a autora Grada Kilomba (2008) é a epistemologia que, efetivamente, determina e define como e quem produz o conhecimento verdadeiro e ainda, em quem devemos acreditar.

1. (os temas) quais temas ou tópicos merecem atenção e quais questões são dignas de serem feitas com o intuito de produzir conhecimento verdadeiro. 2. (os paradigmas) quais narrativas e interpretações podem ser usadas para explicar um fenômeno, isto é, a partir de qual perspectiva o conhecimento verdadeiro pode ser produzido. 3. (os métodos) e quais maneiras e formatos podem ser usados para a produção de conhecimento confiável e verdadeiro. (KILOMBA, 2008, p.05).

Assim, a possibilidade de confirmação dessa tese começou a ser vislumbrada na minha convivência com outras mulheres negras ao observar os valores que estruturam suas formas de participação social, que acabam por influenciar a trajetória de tantas outras mulheres negras no Brasil. Não apenas suas relações sociais e convivência com a família, mas também com a

comunidade, no movimento social, como gestoras na administração pública, e tantas outras participações no enfrentamento às exclusões provenientes do racismo e do sexismo. Relações que se configuram dentro de outra lógica de pensamento e finalidade.

Foram essas mulheres que passaram para as suas descendentes nominalmente livres um legado de trabalho pesado, perseverança e auto resiliência, um legado de tenacidade, resistência e insistência na igualdade sexual – resumindo, um legado que fala das bases de uma nova natureza feminina. (DAVIS, 2013, p. 29).

Foi também, a partir dessas convivências que percebi a existência de “entre-lugares” pouco ou inexplorados, que cada vez mais requeriam a utilização de um outro quadro de referencial teórico-metodológico que problematizasse as relações étnico-raciais e de gênero no Brasil e contribuísse para explicar suas idiosincrasias. Se o desejo for, de fato, empreender uma nova dinâmica à historiografia de viés eurocêntrico, não há outra saída senão partir da ação e prática de sujeitos concretos, históricos, num território de convergências, resistências, lutas econômicas, sociais e culturais intermináveis.

Assim, assumindo como pressuposto a tese da médica e afrodescendente Jurema Werneck (2009)³⁸ de que “Nossos passos vêm de longe!”, busco com esta pesquisa contribuir para que seja restituído às mulheres negras suas capacidades propositivas e de atuação protagônica. Portanto,

O que apresentarei aqui não são ideias minhas. Falo do que vi, aprendi, li, ouvi, a partir de minha inserção em comunidades heterogêneas, de diferentes gerações, sexualidades, racialidades, escolaridades, possibilidades econômicas, culturais, políticas e muito mais. Penso que a originalidade que possa me ser conferida refere-se à tentativa de juntar aqui muitas fontes, diferentes vozes. Não vou nomear cada uma delas, não porque queira ocultá-las, mas para destacar a riqueza e a amplitude da circulação de ideias que não sabemos onde começam, que se entrelaçam, que se propagam especialmente entre mulheres, criando comunidades de saber cujas fronteiras são imprecisas” (WERNECK, 2009, p. 151).

A ideia é referenciar a contribuição das mulheres negras da região nordeste no processo de construção da Marcha, a partir da sua formação cultural, histórica, política e religiosa, suas expertises e capacidade, enquanto agente de poder, de intervir e, assim, influenciar no leque de políticas públicas que atem as demandas das mulheres desta região. Parte da compreensão de que esse movimento contemporâneo deve ser compreendido em um contexto mais amplo – como o resultado das ações e lutas inspiradas em um legado ancestral, que vem de muito longe, de África.

³⁸ Ao longo do texto algumas vezes será utilizado o nome completo do/a autor/a para visibilizar a produção de mulheres e de homens que as obras são divulgadas de maneira restrita no âmbito acadêmico.

Assim, penso a I MMNB nesse plano, no esteio das identidades enquanto um processo de construção e desconstrução de subjetividades e como categoria socialmente construída (SCHERER-WARREN, 2005, 2006; REIS, 2011). Um chamamento a nós, pesquisadores/as, para a inversão da lógica e estratégia epistemológica fundada na crítica interna dos feminismos hegemônicos e na formulação de interesses e estratégias feministas negras, baseadas na autonomia, geografia, economia, história e cultura das mulheres; e sua análise passa, necessariamente, pelo reconhecimento desse protagonismo e da potência de seu movimento, enquanto legado histórico, trajetórias, estratégias, retóricas e redes de atuação, ao longo dos processos históricos.

Tudo isso como meio de denunciar os obstáculos interpostos à vida do povo negro e, principalmente, das mulheres negras desse território, pela modernidade no esteio desse movimento que, segundo Lélia Gonzalez³⁹ (apud BAIROS, 2000), inspirada pela proposta de Virginia Vargas, tem sido analisado a partir de três vertentes: a popular, a político-partidária e a feminista (GONZALEZ apud BAIROS, 2000, p. 10).

Nesta última, onde se concentra esta tese, tem se discutido a priorização de questões que envolvem a trajetória sócio-política e de lutas das mulheres negras em África e na diáspora: o feminismo negro.

1.1. As “mulheres negras” não existem: construção histórica de denúncia e afirmação social

Aquele homem ali diz que as mulheres precisam ser ajudadas a subir em carruagens, e carregadas através dos lamaçais e devem ter sempre os melhores lugares. Ninguém nunca me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei e plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum me superava! E não sou uma mulher? Eu conseguia trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as mesmas chicotadas! E não sou uma mulher? Dei a luz a treze filhos e vi a maioria deles ser vendido como escravos, e quando chorei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?

³⁹ Lélia Gonzalez foi membro do Instituto de Pesquisa das Culturas Negras – IPCN e membro da Comissão Executiva Nacional do MNU entre 1978 e 1982, fundado por ela e outros militantes em 1978, na cidade de São Paulo. Em 1983 juntamente com outras mulheres negras na Associação do Morro dos Cabritos fundou o Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras. Militante do Partido dos Trabalhadores – PT entre 1981 à 1986, integrou o Diretório Nacional do Partido entre 1981 e 1984. Foi candidata à deputada federal em 1982, mas não foi eleita, ocupando a primeira suplência da bancada. Em 1986 disputou novamente a eleição como deputada estadual pelo Partido Democrático Trabalhista – PDT, ficando mais uma vez como suplente.

Sojourner Truth (1797-1883)⁴⁰

Aquele homem ali diz que as mulheres precisam ser ajudadas a subir em carruagens, e carregadas através dos lamaçais e devem ter sempre os melhores lugares. Ninguém nunca me ajuda a subir numa carruagem, a passar por cima da lama ou me cede o melhor lugar! E não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! Eu capinei e plantei, juntei palha nos celeiros e homem nenhum me superava! E não sou uma mulher? Eu conseguia trabalhar e comer tanto quanto um homem – quando tinha o que comer – e também aguentei as mesmas chicotadas! E não sou uma mulher? Dei a luz a treze filhos e vi a maioria deles ser vendido como escravos, e quando chorei minha dor de mãe, ninguém, a não ser Jesus, me ouviu! E não sou uma mulher?

Discute-se, na contemporaneidade, que as “mulheres negras” não existem. É reflexo de questões estruturais, que não surgiram hoje. Que é na tomada de consciência do peso da vida cotidiana, sob estruturas social, econômica, religiosa e culturalmente limitadoras, índices variados e elevados de violência, envolvendo níveis de miséria exacerbados e uma ausência crônica de políticas públicas, muitas delas inclusive com a conivência estatal, que este sujeito político emerge como mulher-negra (WERNECK, 2010).

Também por conta de um cenário marcado por uma perspectiva bastante difundida e persistente ao longo da história do Brasil, de que pessoas de diferentes raças convivem harmoniosamente, espreado-se ao longo do século XIX, sob a ideia de uma verdadeira “democracia racial”, que os movimentos negros se organizaram politicamente para situar esta questão, fixando a raça na centralidade da estrutura de poder e, assim, agir, a partir de um posicionamento afrocentrado, assumindo a complexidade com que as relações se processam diante do racismo e sexismo interseccionados para promover a destruição deste sofisma.

É neste contexto que a ação política das mulheres afrodescendentes na diáspora se configurou como forte instrumento de denúncia social, sob diversos formatos (Religioso: terreiros de candomblé, ubanda; assistenciais: confrarias coloniais, irmandades negras, Sociedade Protetora dos Desvalidos; Recreativas: terreiros de batuque, samba de roda, blocos carnavalescos; Artísticas: grupos de dança afro, jongo, hip hop, teatro, poesia; Culturais: centros de pesquisa; Políticas: quilombos, confrarias, ONG’s – Gueledés, Crioula, Maria Mulher, Abayomi, Odara, Mãe Andessa, etc. As ações coletivas de

⁴⁰ Discurso proferido por Sojourner Truth (1797-1883), “*Ain’t I women*”, ex-escrava, abolicionista e sufragista, em discurso durante uma Convenção dos Direitos das Mulheres, 1851, em Akron, Ohio, (TRUTH, apud DAVIS 2016).

mulheres negras foram configuradas como forte instrumento de denúncia social ao longo da história sob diversos formatos, produzidos por quem efetivamente viveu em condições adversas, originando uma agenda de tamanhos e densidades superlativas para o poder público.

Essas organizações se constituíram e constitui como espaços de manutenção cultural, solidariedade e proteção mútua, englobando aí mulheres negras de diferentes origens, classe social, orientação sexual, ideologia política, religiosa, em um objetivo maior, criados e mantidos por quem efetivamente vivi em condições adversas de exclusão acarretadas pelo racismo, originando uma agenda de tamanhos e densidades superlativas para a sociedade e o poder público.

Destaco, a seguir, algumas mulheres cujas vidas sintetizam esta afirmação de Jurema Werneck, haja vista que são inspiradoras para outras que buscam referência do que é ser uma mulher negra e seguir adiante com esse legado.

Mulher Negra como Instrumento de Denúncia e Afirmação Social

Mãe Runhó - Valentina Maria dos Anjos (1877 - 1975) Última descendente direta dos africanos procedentes da República Daomé - atual República do Benin. Assumiu a direção do terreiro após a morte de Doné Romana de Possú, em 1925. O seu busto localizado no meio da praça, era a única sacerdotisa da religião de matriz africana homenageada publicamente na cidade de Salvador.

Mãe Menininha do Gantois - Maria Escolástica Conceição Nazaré (1894 a 1986) É a mais respeitável e famosa de todas as Iyalorixá brasileiras. Foi a quarta Ialorixá do Terreiro do Gantois, fundado em 1849 por sua bisavó, era uma descendente direta de escravizadas libertas da tribo Kekeké, originárias de Agbeokuta, Nigéria: negras que fundaram o primeiro terreiro Nagô do Brasil - *olle Axé Aira Entile* - em 1849.



Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte- confraria religiosa afro-católica brasileira formada exclusivamente por mulheres negras, que descendem e representam a ancestralidade dos povos africanos, oriundas das Jeje-Nagô, ícone da força e prestígio do negro na atualidade.

Hilária Batista de Almeida, Tia Ciata (1854–1920) Líder comunitária e incentivadora do samba. Abriu as portas da sua casa para o samba, festas e reuniões de sambistas pioneiros, transformando o endereço num lugar de afirmação da cultura negra, símbolo da resistência negra no Brasil pós-abolição, ainda que esses encontros fossem proibidos por lei.



Maria Carolina de Jesus (1914 – 1977) - Uma das escritoras negras mais publicadas no Brasil. Sua obra que engloba um forte instrumento de denúncia social é

Lélia Gonzalez (1935 – 1994) - intelectual negra brasileira, escritora, militante do movimento negro, antropóloga, pioneira nas reflexões acerca das trajetórias

composta por poesias, contos, peças de teatro, poemas, romances, etc.



Laudelina de Campos Melo (1904 – 1991) - Líder sindical mineira. É fundadora e principal alicerce da primeira associação de trabalhadoras domésticas, no estado de São Paulo na década de 30, na luta contra o preconceito racial e exploração e a discriminação na sociedade em relação às empregadas domésticas. Também foi integrante da Frente Negra Brasileira.

de resistência das mulheres ao patriarcado, do cruzamento do racismo a outros sistemas opressivos, críticas do feminismo hegemônico e do imperialismo.



Creuza Maria de Jesus – Militante do movimento negro. Fundadora e ex-dirigente do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas (Sindoméstico) central na história da luta dos/as trabalhadores/as no Brasil, principal profissão exercida majoritariamente por mulheres negras. Atualmente é presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad).



Luiza Bairros (1953 - 2016) Intelectual gaúcha, ativista política do movimento negro e de mulheres negras, militante do MNU, socióloga, ex-ministra da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial SEPP (2011 – 2014). É considerada um ícone da luta antirracista e feminista no Brasil.

Ana Célia Silva – Intelectual baiana, militante do MNU, professora, pesquisadora, escritora, referência na luta contra o racismo no Brasil, sobretudo, no que se refere a estereótipos racistas sobre a população negra nos livros didáticos.



Maria Nazaré Mota de Lima – Intelectual baiana, professora, pesquisadora, escritora, linguista, fundadora do CEAFO/CEAO Educação e Profissionalização para a igualdade racial de gênero (1995), uma referência na luta em prol da igualdade racial na educação.

Valdecir Nascimento – Intelectual baiana, militante do MNU, feminista negra, ativista do movimento de mulheres negras, historiadora, professora, um dos grandes referenciais da luta contra o racismo e sexismo no Brasil. Fundadora do Odara Instituto da Mulher Negra, organização articuladora da I MMNB, no Nordeste.



Fonte: Demonstrativo elaborado pela autora, a partir de publicações diversas.

É importante nos reportarmos a essas experiências, a exemplo de Mãe Runhó, que atuando a partir de sua comunidade do Terreiro do Bogum, no Engenho Velho da Federação (Vide Mapa 1) e de todas essas protagonistas no seu tempo, tiveram suas vidas transformadas em símbolo de luta, resistência e denúncia social que, quando transportadas para o contexto

atual, apresentam simetrias tipo o problema da Intolerância Religiosa. Neste sentido, é importante focalizar na luta pela reafirmação, do Brasil como um Estado Laico, contrário, portanto, aos projetos de doutrinação religiosa das igrejas evangélicas neopentecostais.

Vale ressaltar que, no contexto atual, o direito constitucional ao culto religioso encontra-se ameaçado pelo neopentecostalismo⁴¹. A luta dessas mulheres para barrar, mais especificamente, o projeto de ódio propagado pela Igreja Universal do Reino de Deus (Iurd), (Vide Imagem 6) onde figura a doutrinação de jovens – autodenominados “gladiadores do altar” – nos templos que possui no Brasil, Argentina, Colômbia, Peru e outros países da América Latina, para combater não se sabe o que, tem sido uma constante.

Muitas têm sido as manifestações contrárias a essa condução, entre as quais destaco o relevante pronunciamento do deputado federal Jean Wyllys (PSOL-RJ), ao expor a sua indignação diante da crescente onda fundamentalista no Brasil, a partir de um dos vídeos divulgados por essa instituição, que retrata essas formações. Neste pronunciamento, o deputado expressa a sua indignação, ao tempo em que denuncia o “fundamentalismo religioso” dessas formações. Wyllys equipara essas imagens também às do fundamentalismo islâmico e imagem da “milícia”, alertando para o risco iminente que tem ameaçado as liberdades individuais, a diversidade sexual e as manifestações culturais laicas no Brasil⁴².

Tais experiências remetem, nos dias atuais, às manifestações de protesto contra a situação vivida pela população negra no Brasil e mais agudamente sofrida pela afirmação de suas crenças religiosas e identidade em solo brasileiro, o que nos permite traçar uma analogia sobre o cenário social e político de negação vividos no país em diversos momentos históricos, do legado construído por essas mulheres que se destacaram ao longo de suas vidas, em paralelo à história do país, apresentando novas formas de viver e sobreviver ante um Estado que as ignora e mata. A esse respeito, a feminista negra latino-americana Epsy Campbell Barr, diz:

⁴¹ Neopentecostalismo é o termo que designa a terceira onda do movimento pentecostal. É uma vertente do evangelicalismo, conglomerando igrejas do movimento de Renovação Cristã. Um movimento dentro do cristianismo que surgiu em meados dos anos 1970 e 1980, algumas décadas após o movimento pentecostal do início do século XX, ocorrido em 1906. No Brasil, o movimento neopentecostal teve início com Edir Macedo e sua Igreja Universal do Reino de Deus no fim dos anos 1970. A luta das igrejas neopentecostais na América Latina é uma luta pelos pobres: por sua consciência, por suas carteiras e por seus votos, em que pastores protestantes recrutam os mais necessitados que se autodenominam "cristãos" e que, com frequência, têm mais espírito comercial que religioso.

⁴² Comentário publicado em seu perfil no Facebook acerca do crescimento do fundamentalismo cristão no Brasil. Disponível em <http://mapas.cultura.gov.br/espaco/11689/>: Acessado em 28/12/2017.

A violência racial se manifesta em toda a América. (...) O que se passa é que a sociedade sistematicamente nega oportunidades e, mesmo assim, cobra resultados como se tivesse oferecido condições para tanto. (...) queremos que as sociedades latino-americanas e caribenhas reconheçam a liderança das mulheres negras, nossa capacidade de proposição, posto que somos líderes, temos ferramentas educativas, discurso político, capacidade de incidência e reconhecemos a necessidade de gerar diálogos e pontes com quem ocupa postos de poder e decisão. Após essa conferência com os governos, onde queremos estabelecer pressupostos de ações de combate à violência racial, o passo seguinte será o desenvolvimento da articulação global de mulheres negras (BARR, 2009)⁴³.

Nesse processo de negação constante, ao invés de sucumbirem, articulam-se coletiva e politicamente para lutar pela sua existência, autonomia e emancipação. São lugares privilegiados de resistência popular, de transformação dessas realidades (SOIHET, 1997, CARNEIRO, 2002, BAIROS, 1997).

A fragmentação de uma ideia universal de “mulheres” por classe, raça, etnia e sexualidade associava-se a diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista. Assim, de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a uma outra em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades (SOIHET et al, 1997, p. 57).

Esses excertos servem para afirmar, como bem enfatiza a filósofa Sueli Carneiro (1993), em “Mulher Negra”, Edição comemorativa de 23 anos do Geledés, que a originalidade presente nas práticas deste sujeito e de seu movimento específico vem se constituindo em afirmação de uma crítica política a vozes dissonantes de dois outros movimentos sociais - o Movimento Negro e o Movimento Feminista -, “em função da especificidade que os inspira: o ser negra” (CARNEIRO, 1993, p. 14), pela incapacidade de perceber que, na contemporaneidade, a premissa dessas ações políticas tem sido as identidades e identificações múltiplas interligadas por uma complexa teia de relações.

Afirmam também que os inúmeros processos de dominação, expropriação e negação não foram suficientes para ofuscar um *modus* de ser e estar neste não-lugar, que

⁴³ Epsy Campbell Barr, em entrevista ao Ìrohìn. É ativista feminista e antirracista, fundadora do Parlamento Negro das Américas, ex-deputada e ex-presidente da Rede de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas. Economista e uma das fundadoras do Partido Ação Cidadã da Costa Rica. É a primeira mulher negra a almejar o posto de presidente na Costa Rica – 30 março de 2009. Disponível em: http://www.geledes.org.br/atlantico-negro/afrolatinos-caribenhos/costa_rica/2578-epsy-campbell-fala-sobre-censo-2010. Acesso em: 15 de janeiro de 2012.

abarca particularidades de uma cultura, costumes, tradições e elementos identitários dos africanismos e da afro-brasilidade e que não podem, de forma alguma, ser ignorados e apagados.

Servem, ainda, para o reconhecimento e afirmação da existência de diferenças entre as mulheres, mesmo que sejam todas elas negras. Sinalizam que, essa assertiva também tem sido o mote de muitos dissensos quando incorporadas as bases de um conhecimento produzido sobre as mulheres de diferentes espaços geográficos afro-americanos, asiáticos e africanos, sem os devidos cuidados e contextualizações necessárias quanto às especificidades que as cercam.

Oferecem outro lugar de enunciação que aponta não apenas para os limites, mas também para os múltiplos entrecruzamentos de categorias como “raça”, “gênero”, sexualidade e “geopolítica” nos processos de produção do conhecimento, oferecendo possibilidades outras de reflexão sobre o tema dessa pesquisa, que apontem, sobretudo, para um leque de possibilidades numa perspectiva que poderia extrapolar as abordagens clássicas da Sociologia sobre a modernidade. Essa discussão levou a propor a desconstrução de formulações sobre esse sujeito político de autores/as clássicos/as da teoria feminista e de outras disciplinas, o que se transformou em parte da tese defendida neste trabalho.

O título dessa pesquisa “I Marcha de Mulheres Negras a Brasília: O que a Teoria Feminista Negra tem a ver com isso? (2011-2015)” tem como função pedagógico-investigativa reafirmar que somos diversas, logo as “mulheres” não podem ser tomadas como um grupo de identidade fixada, pois “a experiência de ser mulher é dada de maneira social e historicamente determinada” (BAIRROS, 1995, p.461).

Situa-se no plano daquilo que as ciências sociais têm procurado capturar, a partir do diálogo entre a epistemologia feminista negra, juntamente com as teorias emergentes. Posiciona-se no quadro dos trabalhos científicos que desenvolvem investigação, teórica e empírica, quanto à influência da afirmação das diferenças entre as mulheres, tendo como base as suas múltiplas identidades na composição de padrões de organizações. O que pressupõe, a partir da resignificação de fronteira, teorizada por Glória Anzaldúa, carregar o peso das múltiplas identidades dentro de si, visto que negar qualquer uma dessas matrizes culturais é o mesmo que negar todas as outras (ANZALDÚA, 1987).

Com o propósito de fazer teoria localizada e comprometida, o marco teórico se enquadra nos pressupostos das teorias sociológicas contemporâneas, feminista negra, organizada entre o paradigma da afrocentricidade e da decolonialidade. Mais especificamente, no plano daquilo que as ciências sociais têm procurado capturar a partir do trabalho de autores/as que teorizam a ideia de fronteira como aspectos raciais, culturais e políticos, de possibilidades múltiplas de encontros da diferença e diálogos culturais, enunciações, negociações, passagens, misturas e múltiplas construções identitárias, enquanto resultado das relações de poder e *lócus* de enunciação, extrapolando elementos meramente geográficos. Neste as concepções de raça/etnia, de classe, de gênero, perdem a fixidez conceitual. (ANZALDÚA, 1987; BHABHA, 1994; BRAH, 2006).

Sobre esta questão, por exemplo, alguns títulos traduzem essa visão: “A mulher negra na sociedade brasileira”, Lélia Gonzalez (1982); Glória Anzaldúa “Borderlands/La Frontera: The new mestiza”, (1987); “Mulher negra”, Sueli Carneiro et al (1985); “Colonialidad y Género”, Maria Lugones (2008).

Assim, esta tese estabelece um paralelo entre estes estudos e a ação coletiva das mulheres negras brasileiras, durante o processo de construção da I MMNB. De forma ainda mais específica, volta-se para a identificação de uma concepção feminista negra decolonial de fazer política desde o local, conforme presenciado nos diversos ciclos de mobilização para a I MMNB. No geral, discussões como essas envolvem a articulação feita pelas mulheres negras para construção de um processo de unidade política dessa magnitude em que, respeitando as nossas especificidades, diferenças e diversidade de posições, firmamos a nossa capacidade para coordenar e incidir coletivamente para a derrocada desses sistemas opressivos e em cima daquelas pautas que nos afetam cotidianamente, a partir de iniciativas diversas que julgamos necessárias.

Tudo isso nos instiga a pensar sobre questões do tipo: Por que estudar a ação coletiva desempenhada por essas mulheres no processo de construção da I Marcha? Quais as condições materiais, históricas particulares - econômicas, culturais – o contexto que foi capaz de mobilizar cerca de 70 mil mulheres negras de todo o país para propor um novo pacto civilizatório, que se comprometa com a destruição da ordem social vigente, o fim do racismo, da violência, o bem-viver e sua substituição por uma nova ordem baseada em outra matriz semântica para a vida presente?

Neste sentido, este trabalho não persegue nenhuma hipótese, na medida em que, não se coloca como verdade absoluta ou reafirma modelos e posicionamentos positivistas, na forma proposta pelo paradigma dominante da ciência moderna. Apenas gira em torno da confirmação de um ponto de vista, dentre vários, o feminista negro decolonial. Posicionando-se em um lugar de fronteira ocupado por sujeitos subalternos na estrutura social tem como propósito de ratificar a operatividade da perspectiva feminista negra para a análise das suas ações, práticas políticas na diáspora africana.

No entanto, defende que, embora a ação política das mulheres negras e da RMNN, em particular, tenha buscado, como objetivo durante o processo de construção da Marcha, alcançar esse sujeito em todo o território nacional, a geopolítica do poder, ser, saber e de gênero estabelecida no país, tem sido um fator determinante para deflagração dos processos de enfrentamento ao racismo e sexismo para além dessa fronteira.

Tendo em vista que tanto as mulheres negras como o seu movimento se constituem “como uma formação rizomática⁴⁴ e fractal que entrelaça o local e o global” (REIS, 2012, p. 30), a ação política orientada pelas organizações de mulheres negras é um antecedente do debate decolonial na diáspora e, portanto, se constitui em uma práxis decolonial, que se fortalece com as formulações sociais, políticas epistemológicas, que as intelectuais não brancas terceiro-mundistas tem fornecido para a luta antirracista, antissexista, contrária a colonialidade do eixo Sul-Sul.

Assim, esta tese perscruta, basicamente, o nível de consciência, empoderamento e amadurecimento alcançado por esse movimento social e intelectual devido à influência do pensamento feminista negro, face à forma de articular suas bandeiras de luta, agenciamento e incidência por políticas públicas, fundamental na luta antirracista, face à omissão do Estado e sociedade brasileira.

1.2. Diversas, mas não dispersas: especificidades constitutivas do sujeito político mulher negra

⁴⁴ Conceito desenvolvido por Gilles Deleuze e Félix Guattari no livro *Mil platôs*, no primeiro texto chamado “Introdução: rizoma”. Contraponto que ele faz de uma filosofia arborescente, com relação a uma filosofia acentrada. Assim como um rizoma na biologia é uma estrutura componente em algumas plantas cujos brotos podem ramificar-se em qualquer ponto e transformar-se em um bulbo ou um tubérculo, o rizoma não tem limites internos que o compartimentalizem. Aquilo que circula nesse interior flui em “toda e qualquer” direção, sem obstáculos morfológicamente materiais, nem forças que o impeçam. É difícil imaginar um melhor exemplo de multiplicidade (Barembly, 2010, pp. 43–44).

Ao longo de quatro anos - parte como pesquisa de campo - analiso o “objeto ação coletiva” das mulheres negras no processo de construção da I MMNB e as possibilidades oferecidas por ela para o feminismo negro brasileiro. Do ponto de vista metodológico, este estudo prioriza os aspectos mais relevantes desta ação, o que foi dito e a forma como foi dito por essas mulheres. As práticas discursivas e proativas observadas ao longo desse processo constituem os saberes produzidos pelas afrobrasileiras da Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN) e suas organizações. Afinal, “não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma” (FOUCAULT, 2005a, p. 205).

A prática dessas mulheres, observada ao longo desse processo, e os saberes que dela surgem são compreendidos como um lugar de discurso, “saberes libertos da sujeição” (FOUCAULT, 2005b, p. 172), uma forma de resistência e de luta contra a ordem que determina as condições de possibilidade da sua existência enquanto saber (científico ou não) e poder. O ato de tornar evidente e compreender essas práticas que, ao mesmo tempo, manifestam e produzem poder implica um caráter político.

Ao centralizar a análise na ação coletiva das mulheres negras priorizo, além das suas falas, saberes, as dimensões de raça e gênero, os espaços concretos e simbólicos que marcaram a forma de organização na construção histórica de grupos que vivenciam e fazem o enfrentamento a esses processos de exclusão (GARCIA, 2009) tais caracterizações fazem da região nordeste, em particular o estado da Bahia, um espaço de segregação, como revela a fala de Luiza Bairros,⁴⁵ citada por Silvana Bispo, sobre as articulações estabelecidas pelo racismo na Bahia (BISPO, 2013).

(...) enfrentamos uma cultura política onde tanto o racismo quanto o machismo estão entranhados de uma maneira que é bastante especial. O fato de sermos maioria da população do Estado dá para a população daqui uma forma de lidar com o racismo que é muito ‘barra pesada’ (...) a pessoa branca da Bahia sabe que, se ela abrir espaço, ela provavelmente ‘dança’, porque aqui estamos lidando com uma maioria negra (BAIRROS apud BISPO, 2013, p. 5).

Por isso mesmo, o campo de pesquisa escolhido é bastante complexo, tanto em termos de sua abrangência regional e consequentes especificidades culturais, políticas e geográficas de seus estados, quanto em relação às formas de se fazer a política e ao impacto que diferentes organizações, com distintas visões sobre o direcionamento do Movimento de mulheres negras têm sobre a sociedade e sobre os caminhos dele próprio.

⁴⁵ Luiza Bairros, em entrevista concedida a Silvana Bispo, em 18 de maio de 2007.

Devido às peculiaridades que perpassam essas articulações, antes de tudo é necessário que enfatizemos certos aspectos que não por acaso evidenciam, por meio de dados estatísticos, a diversidade que perpassa a população brasileira, apontando inclusive, para uma pobreza que tem raça, cor, sexo, gênero e regionalidade neste país. Para a tão falada feminização da pobreza que tem tornado as mulheres, principalmente as negras, vulneráveis a todo tipo de sorte e violência, confirmando o que as pesquisas dos/as intelectuais negros/as melhor posicionados/as para criticar o racismo e a supremacia branca, a partir de um lugar central, há muito vêm afirmando: as estruturas racistas e sexistas desempenham um papel importante na definição dos espaços sociais e o lugar a ser ocupado pelos sujeitos. Afinal, “[...] o racismo é o caso extremo em que cada pessoa é julgada, percebida, vivida, como representante de uma sequência de outras pessoas ou de uma coletividade” (MOSCOVICI, 1978, p.64).

Do mesmo modo, essas pesquisas revelam como estruturas diversas se cruzam, e que até mesmo a dimensão de classe não independe da raça e do racismo. Ao observar a definição de racismo apresentada por Kabengele Munanga fica evidenciado que nas interpretações a respeito do conceito, este mantém uma estreita interconexão com o termo raça. Com base nessa interconexão, Munanga define-o como

[...] uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas que se situam numa escala de valores desiguais (MUNANGA, 2004, p. 24).

Na prática, o racismo é visto como um comportamento, uma ação. Aquele que comete racismo pratica-o por ter aversão a pessoas pertencentes a grupos raciais distintos. Sendo assim, para o racista, os traços físicos, os sinais observáveis, tais como cor da pele, tamanho do nariz, tipo de cabelo, formato dos olhos causam repulsa. Afinal, o termo "negro" ou "negra" responde às características fenotípicas.

Refere-se a processos / construções culturais / políticas / ideológicas que revelam como as mulheres se identificam e como são identificadas (construídas) pela sociedade em que vivem. Este termo tem uma longa e ampla tradição de escravidão, colonialismo, neocolonialismo, pós-colonialismo, migrações e multiculturalismo (MUNANGA; GOMES, 2006). Por isso, para muitos,

[...] ser negro é estar entre aqueles cuja presença é “vigiada – no sentido de controle social, e ignorada, no sentido da recusa psíquica – e ao mesmo tempo, sobre

determinado – projetada psiquicamente, tornada estereotípica e sintomática [...]. (BHABHA, 1998, p. 326-327).

De acordo com Foucault, em seu livro “Em Defesa da Sociedade”, o racismo

[...] tem como papel permitir uma relação positiva, se vocês quiserem, do tipo: "quanto mais você matar, mais você fará morrer", ou "quanto mais você deixar morrer, mais, por isso mesmo, você viverá". Eu diria que essa relação ("se voce quer viver, é preciso que voce faça morrer, é preciso que você possa matar") afinal não foi o racismo, nem o modemo, que inventou. É a relação guerreira: "para viver, é preciso que você massacre seus inimigos". Mas o racismo faz justamente funcionar, faz atuar essa relação de tipo guerreiro - "se você quer viver, é preciso que o outro morra" - de uma maneira que é inteiramente nova e que, precisamente, é compatível com o exercício do biopoder. De uma parte, de fato, o racismo vai permitir estabelecer, entre a minha vida e a morte do outro, uma relação que não é uma relação militar e guerreira de enfrentamento, mas uma relação do tipo biológico: "quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação a espécie, mais eu – não enquanto indivíduo mas enquanto espécie - viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar". A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura (FOUCAULT, 2003, p. 305).

É nesta perspectiva que Foucault acredita ser o racismo e sua forma de intervir. O racismo é adotado como um mecanismo que reintroduz a ordem monárquica do soberano, que detém um meio de introduzir um corte: “o corte entre o que deve viver e o que deve morrer” (idem, p. 304). Um modo de colocar em movimento o genocídio, se inserindo nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, no contínuo biológico da espécie humana. Como mecanismo fundamental do poder, faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado para que em certo momento, não se utilize desse mecanismo: o racismo.

O aparecimento das raças, a distinção das raças, a hierarquia das raças, a qualificação de certas raças como boas e de outras, ao contrário, como inferiores, tudo isso vai ser uma maneira de fragmentar esse campo do biológico de que o poder se incumbiu; uma maneira de defasar, no interior da população, uns grupos em relação aos outros. [...] Essa é a primeira função do racismo: fragmentar, fazer cesuras no interior desse contínuo biológico a que se dirige o biopoder” (Ibidem, p. 304-305).

O termo negro/a acumula no *corpus* e na memória uma longa e ampla tradição de escravidão, colonialismo, neocolonialismo, pós-colonialismo, migrações e multiculturalismo. O que torna evidente que, no nível mais simples, a raça, o gênero e demais eixos de opressão implicados em conjunto fazem com que este sujeito seja tão fortemente correlacionado com a pobreza e a exploração (CRENSHAW, 1995; VALE, 2014). É nesses contextos que a genealogia do pensamento feminista negro tem sido inscrita e reescrita.

Portanto, a perspectiva de raça e de gênero, no contexto brasileiro, exige que a condição de vida das mulheres negras seja analisada para além da convenção binária. Isto é, reconhecendo o racismo como estrutural orientador de todas as relações econômicas, sociais e culturais no Brasil. O racismo está entranhado nas instituições, ao contrário do que dizem – que ele é velado -, visível nas inúmeras violências praticadas pelo Estado - nas questões da moradia, do emprego, da saúde, da educação e da violência policial, mas reconhecendo a importância de se confrontar o racismo dentro desse sistema em conjunto com o gênero, classe, sexualidade e região.

Revelam, do mesmo modo, como estruturas diversas se cruzam, e que até mesmo a dimensão de classe não independe da raça e do gênero. O que torna evidente que, no nível mais simples, raça, gênero e classe social estão implicados em conjunto, o que faz com que a mulher negra seja tão fortemente correlacionada com a pobreza e a opressão no Brasil (CRENSHAW, 1995; VALE, 2014).

Entretanto, não se pode, de forma alguma, ignorar o alerta feito por Lélia Gonzalez, em “Racismo e sexismo na cultura brasileira” (1984), no sentido de que a proposta de construção de um “feminismo negro” resulta da necessidade de aprofundamento das reflexões relacionadas ao devir “mulher negra” para além dessas perspectivas socioeconômicas. É necessário que este movimento seja visto como algo que surge a partir da combinação de que o racismo e o sexismo são estruturantes desse modelo de sociedade, que por sua vez, serve para distanciar as mulheres negras e demais grupos subalternos de seus direitos e, conseqüentemente, da sua condição de cidadã. É preciso a incorporação de um viés mais amplo, que envolva questões como o processo de construção e desconstrução de imaginários, que combine a análise da subjetividade à análise das condições político-ideológicas desse sujeito.

É por conta disso que Gonzalez, incansavelmente, expõe que “Apesar dos aspectos positivos em nossos contatos com o movimento de mulheres, as contradições e ambigüidades permanecem, uma vez que, enquanto originário do movimento de mulheres ocidental, o movimento de mulheres brasileiro não deixa de reproduzir o ‘imperialismo cultural’ daquele” (Gonzalez, 2020 [1985b], p. 105) expresso na formação de uma memória única, que acaba por desvalorizar, despolitizar e ocultar a contribuição concreta das mulheres negras no campo político e intelectual.

Ainda assim, a questão racial é um tema marginal e, muitas vezes, considerado irrelevante, conforme revela a ausência do quesito cor/raça do sujeito nos cadastros de

instituições públicas e privadas da área da saúde, educação, segurança pública, etc, que tem seus direitos violados nas diversas circunstâncias neste país.

2. Aspectos determinantes da decisão política de marchar pelo bem viver

De um modo geral, os reiterados processos de violências históricas têm contribuído para perpetuação de lugares e papéis sociais, violação de direitos, silenciamento de saberes, culturas e lógicas de pensamento. Os dados produzidos por inúmeros institutos de pesquisa revelam a perversa combinação entre racismo e sexismo no Brasil, uma vez que são as mulheres negras que estão sendo as mais expostas à violência direta. Segundo estes estudos, a posição do Brasil é a 5ª maior do mundo – num ranking de 83 países – dos mais violentos para mulheres, conforme dados da OMS.

Apesar de ser signatário de diversos instrumentos internacionais de proteção de direitos da população negra em geral, no Brasil temos presenciado com bastante preocupação o retrocesso de uma série de avanços no marco legal de direitos humanos já conquistados, bem como a incapacidade do Estado brasileiro de dar respostas contundentes e efetivas que alterem significativamente esse quadro. No Brasil foi estimado cerca de

[...] 184,4 milhões de habitantes, em 2005, segundo a PNAD, sendo que 91 milhões de pessoas se declararam de cor/raça parda ou preta, aproximando-se bastante da população branca, estimada em 92 milhões. Assim, os negros (pardos e pretos) correspondem, hoje, praticamente à metade da população do país. Destes, 35,8 milhões residem na Região Nordeste e 32 milhões, no Sudeste (PNNAD/IBGE, 2005).

Diante de tal realidade, é Sueli Carneiro e Thereza Santos que vão publicar em 1985 o artigo “Mulher Negra”, fruto da análise de dados estatísticos superposto as observações colhidas pelas duas na militância, despontando a situação da mulher negra no Brasil. Adiante, em 2003, também é Sueli Carneiro (2003) quem alertará para o fato de que “o racismo rebaixa o status dos gêneros”, fazendo com que a variável racial produza gêneros subalternizados, instituindo a desigualdade intragênero. Com isso, para as mulheres negras “atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais encontram-se abaixo das mulheres brancas” (CARNEIRO, 2003, p. 119).

A violência perpetrada pelo racismo e sexismo no Brasil é estrutural. Está presente em todas as instituições da sociedade brasileira e se manifesta em um quadro de injustiças sociais,

disparidades econômicas, exclusão, falta de oportunidades e no feminicídio que afeta a maioria da população não branca - tais como as comunidades tradicionais -, e os jovens, as meninas, adolescentes e as mulheres negras.

Por isso, o que descrevo, ainda que brevemente, ao longo desta seção, são as características e os cenários descritos não apenas pelo movimento negro mas, também, pelos institutos de pesquisa, como nos casos evidenciados nos censos feitos pelo IBGE, DIEESE e o Mapa da Violência 2015, dentre outros, elaborado pela Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), destrinchando a condição das mulheres negras como vítima prioritária das diversas formas de violência perpetradas no país que as distanciam as mulheres negras dos “padrões de realização social alcançados pelos gêneros dominantes” (CARNEIRO, 2003, p. 119).

O Brasil possui uma taxa de 4,8 homicídios por cada 100 mil mulheres. No período analisado, em média, 11 mulheres são assassinadas todos os dias no Brasil. Mais da metade delas, 55%, eram negras. De acordo com o Mapa de Violência 2015, a partir de estudos feitos pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), de 2003 a 2013, por solicitação da ONU Mulheres⁴⁶, as mulheres negras ainda são as maiores vítimas de crimes violentos neste país e o assassinato de mulheres negras cresceu 54,2%, enquanto que, no mesmo período, o índice de assassinatos de mulheres brancas recuou 9,8%.

Os dados produzidos nesta pesquisa, entre 2003 e 2013, expõem o aumento do homicídio de mulheres negras no Brasil (Vide Gráfico 2), que em dez anos cresceu 54%, ainda que, no mesmo período, a quantidade anual de homicídios de mulheres brancas caiu para 9,8%. Este estudo foca que no caso da violência de gênero no Brasil, 55,3% desses crimes foram cometidos no ambiente doméstico, destacando o fato de que 33,2% dos homicidas eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas, segundo apontam os dados de 2013 do Ministério da Saúde (Gráfico 3). Diante desse quadro, o movimento de mulheres negras brasileiras, pelo seu potencial e relevância, vem deflagrando e dinamizando ações política como ondas redefinindo os rumos da luta antirracista do movimento negro na diáspora contemporânea.

As desigualdes étnico-raciais clivam as diversas esferas da sociedade inclusive na dimensão do trabalho. Em vista disso, as pesquisas que expõem a situação de vulnerabilidade da comunidade negra no Brasil levam também em consideração a inserção das mulheres no mercado de trabalho, representada entre os assalariados pela carteira de trabalho assinada,

⁴⁶ https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/06/politica/1446816654_549295.html. Acessado em 20/12/2015.

analisada a partir da taxa de atividade, taxa de formalização dos trabalhadores, nível de instrução da população ocupada, e nível de ocupação das mulheres chefes de família.

Focar nas taxas de emprego e desemprego no Brasil permite identificar que a ocupação da população negra nos vários ramos de atividades está quase sempre relacionada às funções de menor prestígio social. Historicamente a maioria dos negros tem sido alocados em atividades informais do setor agropecuário, nos serviços domésticos, na construção civil e na indústria têxtil.

A taxa de atividade mostra a proporção da população em idade ativa que se encontra trabalhando ou procurando trabalho. De acordo com o Gráfico 4 - Taxa de atividade da população de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça, em 2014, a taxa de atividade das mulheres era de 54,6% enquanto que a dos homens era de 75,7%. A variação entre mulheres e homens ainda é muito grande, porém sofreu uma pequena redução nos últimos dez anos. Comparado a 2004, a taxa de atividade das mulheres cresceu em 4,5 pontos percentuais e a dos homens reduziu em 4 pontos. As mulheres aumentaram sua participação no mercado de trabalho, enquanto que aumentou a taxa dos homens considerados inativos, sobretudo na faixa de 16 a 29 anos. A taxa de atividade é maior entre as mulheres brancas, 56,2%, frente a 53,1% das mulheres negras.

Outro aspecto importante para análise destacado neste gráfico é que, enquanto os homens brancos apresentam taxas de atividade da ordem de 80%, pouco mais de 55% das mulheres negras conseguem alcançar uma ocupação no mercado de trabalho. A partir destes dados tem sido possível sustentar o que há muito vem sendo pontuado pelo movimento negro: De que uma das barreiras a ascensão social da mulher negra, que é o quesito da boa aparência, associado ao racismo, que impõe como padrão de beleza o perfil da mulher branca, ou seja, cabelo crespo nem em sonho (CARNEIRO, 2003).

O que tem exigido uma série de políticas que incorporem as questões de raça e de combate ao racismo institucional e, conseqüentemente, aos privilégios direcionados as mulheres brancas, como imperativo ético-político e estrutural do ideário feminista (CARNEIRO, 2003). [...] uma forma específica de violência que constrange o direito à imagem ou a uma representação positiva, [que] limita as possibilidades de encontro no mercado afetivo, [...] cerceia o acesso ao trabalho, arrefece as aspirações e rebaixa a auto estima. [...] É uma forma de violência que contrai saldos negativos para as mulheres negras (CARNEIRO, 2003, p. 122).

A taxa de formalização refere-se à proporção de pessoas ocupadas que estão em trabalhos com carteira de trabalho assinada, servidores públicos (militares, funcionários e

agentes públicos), os trabalhadores autônomos, que atuam por conta própria e empresários (empregadores que contribuem com a previdência social). Ainda que os trabalhadores de um modo geral sejam afetados por relações de trabalho precárias e informais, os dados revelam a persistente desigualdade existente na inserção de negros e brancos em ocupações formais no Brasil.

De acordo com os dados da Pnad 2014, a taxa de desocupação (Gráfico 5) mostra que esta vem decrescendo para todos os segmentos populacionais discriminados por sexo e, cor/raça. As mulheres negras aparecem no topo das taxas de desocupação (10,2%), quando comparadas aos homens e mulheres brancas, merecendo especial destaque porque estão mais suscetíveis ao desemprego. Apenas a título de comparação, os homens brancos possuíam em 2014 taxa de desocupação de 4,5%, ilustrando a disparidade de gênero e raça que ainda atravessa, na contemporaneidade, as relações de trabalho.

Segundo os dados dos censos do IBGE, na condição assalariada com carteira assinada entre 2000 e 2010, o número de trabalhadores formalizados cresceu. O gráfico pontua também que ao longo desse período o segmento dos trabalhadores negros foi o que obteve maior número de formalização: saltaram de 42,3% para 53,9%. As mulheres negras tiveram o menor aumento, saltando de 43,3% para 50,8% o percentual de carteira de trabalho assinada e as brancas de 56,8% para 64,3%. (Vide Tabela 1)

Nos últimos vinte anos a taxa de formalização aumentou para todos os setores e de forma mais intensa, entre jovens, e entre negros e negras. Em 2010, 57,9% das mulheres ocupadas com mais de 16 anos estavam no trabalho formal, proporção inferior aos homens, que chegavam a 59,2%, conforme demonstra o Gráfico 6 - Mulheres x Carteira de trabalho assinada, por cor. Entretanto, as mulheres negras continuam sendo as mais atingidas com os empregos informais e com a instabilidade financeira (BIROLI, 2015), que como é de conhecimento comum, trata-se de empregos terceirizados, costumeiramente precários, malremunerados e de curta duração.

Vale ressaltar que das mulheres negras ocupadas, uma em cada cinco está no trabalho doméstico (21,8%), que é o terceiro maior ramo de atividade que emprega o maior contingente de mulheres. Emprega menos mulheres, apenas, do que o ramo de educação, saúde e serviços sociais (18,3%) (Martins, 2012, p. 462). São as mulheres negras que, historicamente, se localizam em situação de desvantagem social, ocupando, em maior proporção, os trabalhos precários e informais.

Dados do Censo de 2010 revelam que, ainda que o nível de instrução das mulheres ocupadas seja superior ao dos homens, estes apresentam maior proporção de ocupados sem instrução e ensino fundamental incompleto. Os números revelam ainda que, no campo profissional, por exemplo, a mulher negra sofre com uma intensa desigualdade de ser uma trabalhadora que continua recebendo a metade do salário médio da trabalhadora branca. Ainda que a escolaridade da mulher negra seja similar à escolaridade de uma mulher branca, a diferença salarial gira em torno de 40% a mais para esta. Com isso, fica evidente que as diferenças de rendimento entre homens e mulheres não se explicam pela diferença de escolaridade.

Dentre todos os setores de atividade econômica no país, o trabalho doméstico foi onde se verificou a maior proporção de mulheres negras. O trabalho doméstico remunerado é a maior categoria econômica e uma das principais ocupações femininas no Brasil. Do total dos trabalhadores domésticos brasileiros, em 2009, 93% eram mulheres. E do total de mulheres ocupadas nos serviços domésticos, 61,7% eram negras e 38,3% não negras. Em 2012 o trabalho doméstico que ocupou mais de 6 milhões de pessoas segue sendo exercido por 14,7% das mulheres ocupadas no Brasil. Nesse segmento, a predominância permanece sendo de mulheres negras. A taxa de incidência no emprego doméstico supera a de todos os demais grupos raciais e de gênero (17,6% das mulheres negras ocupadas, de 16 anos ou mais, são empregadas domésticas no Brasil) (DIEESE, 2011 p.17).

Considerando-se a realidade do país na ocupação deste setor da atividade econômica, percebe-se que há uma diminuição no número de trabalhadoras domésticas sem carteira assinada porém, em 2010, estas ainda eram 10% do total de trabalhadoras, frente a 5,1% das empregadas domésticas com carteira assinada. Entre as trabalhadoras domésticas que não tinham esse direito trabalhista respeitado, 62,3% eram negras e 36% eram brancas.

Portanto, ser mulher negra no Brasil significa estar entre 71% das mulheres que estão em ocupações precárias e informais, diferente das mulheres brancas que somam 54%, e dos 48% dos homens brancos (ANDRADE, 2016).⁴⁷

A desigualdade de rendimento entre homens e mulheres no caso brasileiro é resultado, em grande medida, de uma inserção, no mercado de trabalho, diferenciada por sexo, com uma maior presença feminina em ocupações precárias, de baixa qualificação, pouco formalizadas e predominantemente no setor de serviços como, por exemplo, o trabalho doméstico. (IBGE, 2014, p. 119).

⁴⁷ Acessível em http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema7/2016_12416_mulheres-no-mercado-de-trabalho_tania-andrade.

Ainda segundo o Ipea (2011), enquanto 69% das famílias chefiadas por mulheres negras ganham até um salário mínimo, este percentual cai para 41% quando se trata de famílias chefiadas por homens brancos. A renda domiciliar per capita média de uma família chefiada por um homem branco é de R\$ 997, enquanto que a renda média numa família chefiada por uma mulher negra é de apenas de R\$ 491; ainda assim, os dados sobre chefia de família apresentam um aumento das mulheres negras assumindo essa responsabilidade, uma posição predominantemente masculina.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE, apresentados no Gráfico 7 as desigualdades de renda ainda são prevalentes, sobretudo, para mulheres negras. As mulheres negras constituem o grupo situado na base da pirâmide salarial, recebendo menos de 40% da renda dos homens brancos (R\$946 reais, em 2014). Os “homens continuam ganhando mais do que as mulheres (R\$1.831 contra R\$1.288, em 2014), as mulheres negras seguem sendo a base da pirâmide (R\$946 reais, em 2014) e homens brancos, o topo (R\$2.393 no mesmo ano)” (IPEA, 2016, p.13). Percebe-se que não houve, de fato, ao longo dos anos, alteração significativa desse quadro na estrutura das desigualdades racial e de gênero, pelo contrário, acentuaram-se as desigualdades para este segmento.

É por esse motivo que vale evidenciar essa gama de dados produzidos por vários institutos de pesquisa, que servem para realçar a posição que se encontra este sujeito, revelando e definindo, tão fortemente, a etnização da força de trabalho. A Marcha vem com o intuito de expor a estrutural hierarquização racial do povo brasileiro e as condições materiais e de inferioridade que a mulher negra é colocada na base da pirâmide econômica-política-social, localizando a persistência histórica de um quadro de desigualdade fundado no racismo.

Diante de tal cenário a Marcha de 2015 não é uma manifestação associada às ocorrências observadas apenas no início do século XXI da Era Cristã, trata-se primordialmente de uma manifestação histórica, da luta por exigência de acesso à direitos constitucionais.

O professor Cristiano Rodrigues (2012), ao pensar analiticamente a ação coletiva das mulheres negras ressalta que é fundamental que estas sejam tomadas como algo a ser compreendido como um fenômeno complexo, que se relaciona com âmbitos da vida pública e também da vida privada. Portanto, analisar as identidades políticas, a exemplo das mulheres negras, pressupõe considerar o fato de que, por um longo espaço de tempo, o Estado foi tomado como ponto de partida na definição e formação identitária dos sujeitos. Isto porque, havia um entendimento de que ao Estado-Nação cabia estender/restringir a cidadania política e definir

projetos nacionais, institucionalizando e privilegiando certas identidades políticas (RODRIGUES, 2012, p. 446).

Mais ainda, torna-se necessário explicitar o que entendemos por sociedade e suas dinâmicas sociais para, daí então adentrar na questão do método. A sociedade é construída sobre “relações” e, estas, por sua vez, como a própria palavra sugere, são sempre dinâmicas, incompletas, “relativas”. Há sempre a ideia de incompletude, de precariedade, de historicidade. Uma teoria histórica, ou histórica-crítica concebe a sociedade como algo sempre em movimento, como algo sempre dinâmico, em mudança, em contradição, o tempo inteiro a exigir de nossa parte uma prática permanente de transformação (ZANELLA et al., 2008, p. 5).

Ao debruçar-se sobre conjunturas históricas dos processos de rebeldia observados no Brasil e na América Latina, na primeira metade do século XIX, a historiadora baiana Lina Aras (1995), estabelecendo relação *entre poder local, federalismo, federação, república, revolução, unidade territorial, estruturação político-administrativa do Estado nacional, autonomia e Estado Federal*, pontua certas nuances que ajudam a desnaturalizar as desigualdades observadas entre as regiões brasileiras e, conseqüentemente, na compreensão das lutas históricas e estratégias de resistência, qualificadas como rebeldias, desencadeadas neste solo, que se destaca, também, na ação política das mulheres negras contemporâneas (ARAS, 1995, p. 191).

A forma como está organizado o Estado Nacional brasileiro e o ideário liberal federativo, ressalta Aras, se estabelecem a partir do processo de descolonização e do processo político de independência disseminado com maior vigor no Nordeste do Brasil, a partir da Revolução de 1817, em Pernambuco. A ideia de federação aqui veiculada e as exclusões e desigualdades regionais provenientes desta, diz a autora, é originária politicamente desta forma organizativa, que

[...] é originária do latim "foedus" - aliança. Enquanto definição dicionarizada, constitui-se numa aliança política de Estados, que constitui, no direito internacional, uma unidade estatal superior aos Estados-membros e detentora exclusiva da soberania externa. Um dos elementos básicos do federalismo é a pretensão da unidade na diversidade, procurando interligar unidades heterogêneas em tomo de um conjunto de regras comuns, dando certa homogeneidade, conseguida através de uma Constituição. O federalismo moderno datado do século XVIII, pautava-se numa aliança que se concretiza no Estado Federal. O federalismo é também uma proposta de organização político-administrativa onde os Estados independentes abdicam de sua soberania, e, embora obedecendo a uma Constituição, mantêm sua autonomia. Em outras palavras, através do modelo federalista, propunha-se prevenir os conflitos e facilitar a cooperação entre as unidades políticas administrativas, os Estados. Cabe-lhes a autonomia, e, ao Estado Federal, a soberania, que lhe é peculiar por ser uno e não poder entrar no bojo das divisões (ARAS, 1995, p. 191).

Foi, afinal, esse quadro de persistentes desigualdades regionais provocadas pelo racismo que envolve o genocídio de pessoas negras, o encarceramento, a sistemática violação de direitos, a crescente criminalização dos movimentos sociais, os avanços dos fundamentalismos agravados, principalmente, na região Norte e Nordeste do país que tornou possível ao Movimento de Mulheres Negras articular a I Marcha de Mulheres Negras a Brasília. Foi e ainda é devido às marcas deixadas pela ação nefasta de oligarquias fundadas no coronelismo destas regiões, ao conjunto de regras de organização político-administrativa do federalismo que se mostrou incapaz de prevenir os conflitos, facilitar a cooperação entre as unidades políticas administrativas do Estado Federal e garantir a pretensa unidade na diversidade, por último, mas não menos importante, que forneceu a Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN) a régua e compasso para sua obra de garantir a ida dessas mulheres para protestar em Brasília.

Mesmo diante de tantos dados, denúncias, evidências à vista, a promoção aos direitos humanos no Brasil, em geral, não trata da questão racial com a importância que o tema requer, tampouco, considera a transversalidade da questão racial nas violações de direitos humanos. Sobre essa questão que caracteriza o racismo brasileiro, cujo enfrentamento se constitui como pauta precípua desse movimento Alzira Rufino (2003, p. 29) revela que:

Como falar de direitos humanos no Brasil sem apontar o holocausto de uma raça, por séculos sequestrada, torturada, humilhada, dizimada, não em campos de concentração, mas, ontem e hoje, sob cotidianos olhares. Fomos os primeiros sexagenários colocados na rua, as primeiras crianças de rua e, na virada do milênio, ainda temos nossa cor associada à marginalidade, ao banditismo (Alzira Rufino, 2003, p. 29).

Restou à RMNN o papel mobilizador das mulheres negras por via de suas organizações dispersas por todo o Brasil apenas o trabalho de potencializar e canalizar por meio de ações estratégicas é enfocando a eliminação destas desigualdades marcantes no cenário atual brasileiro, tem a iniciativa de articular com as mulheres negras nordestinas para assumirem a organização da Marcha e, assim, contribuir para que esta reflita, de fato, o conjunto das realidades, contextos e reivindicações das mulheres negras em geral do país. O fato é que:

O Estado não tem sido capaz de dar respostas efetivas que alterem significativamente esse quadro. Apesar de alguns avanços no marco legal, sendo o Brasil signatário de diversos instrumentos internacionais de proteção de direitos das mulheres e da população negra, temos assistido com preocupação a sistemática violação dos direitos das mulheres negras, o que é agravado no Nordeste pelas desigualdades regionais e pelas marcas deixadas pelo poder exercido pelas oligarquias na nossa região (CARTA DAS MULHERES NEGRAS DO NORDESTE BRASILEIRO, 2013).⁴⁸

⁴⁸ Carta das Mulheres Negras do Nordeste do Brasil, reunidas no Seminário Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN), realizado nos dias 27 e 28 de abril de 2013, em Recife, Pernambuco. Assinam esta carta

A Carta das Mulheres Negras da Rede do Nordeste retrata também, que historicamente às mulheres negras tem sido destinado todo tipo de responsabilidade, que vai do sustento da casa a outros cuidados familiares (educação, saúde, maternagem, segurança, assistência, moradia, etc.).

Apesar de alguns avanços no marco legal, sendo o Brasil signatário de diversos instrumentos internacionais de proteção de direitos das mulheres e da população negra, temos assistido com preocupação a sistemática violação dos direitos das mulheres negras, o que é agravado no Nordeste pelas desigualdades regionais e pelas marcas deixadas pelo poder exercido pelas oligarquias na nossa região (CARTA DAS MULHERES NEGRAS DO NORDESTE BRASILEIRO, 2013).⁴⁹

Amplificando o contexto de lutas e a potência desses protagonismo, a feminista negra latino-americana Epsy Campbell Barr, apresenta novas formas de viver e sobreviver ante um Estado que as ignora e mata. Diz que,

A violência racial se manifesta em toda a América. (...) O que se passa é que a sociedade sistematicamente nega oportunidades e, mesmo assim, cobra resultados como se tivesse oferecido condições para tanto. (...) queremos que as sociedades latino-americanas e caribenhas reconheçam a liderança das mulheres negras, nossa capacidade de proposição, posto que somos líderes, temos ferramentas educativas, discurso político, capacidade de incidência e reconhecemos a necessidade de gerar diálogos e pontes com quem ocupa postos de poder e decisão. Após essa conferência com os governos, onde queremos estabelecer pressupostos de ações de combate à violência racial, o passo seguinte será o desenvolvimento da articulação global de mulheres negras (BARR, 2009)⁵⁰.

Impactada por essas situações de desigualdades que afetam de forma estrutural as mulheres negras, a jurista afro-americana Kimberlé W. Crenshaw (1989) oferece elementos que auxiliem na proteção dos direitos humanos e na formulação de políticas públicas ao sistematizar o termo interseccionalidade, definindo-o como a interação entre diferentes formas de opressão. Com este enfoque, a autora vai além do simples reconhecimento da multiplicidade

as organizações dos seguintes estados presentes no encontro: Maranhão, Alagoas, Piauí, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Paraíba, Bahia.

⁴⁹ Carta das Mulheres Negras do Nordeste do Brasil, reunidas no Seminário Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN), realizado nos dias 27 e 28 de abril de 2013, em Recife, Pernambuco. Assinam esta carta as organizações dos seguintes estados presentes no encontro: Maranhão, Alagoas, Piauí, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Paraíba, Bahia.

⁵⁰ Epsy Campbell Barr, em entrevista ao Irohìn. É ativista feminista e antirracista, fundadora do Parlamento Negro das Américas, ex-deputada e ex-presidente da Rede de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas. Economista e uma das fundadoras do Partido Ação Cidadã da Costa Rica. É a primeira mulher negra a almejar o posto de presidente na Costa Rica - 30 março de 2009. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/atlantico-negro/afrolatinos-caribenhos/costa-rica/2578-epsy-campbell-fala-sobre-censo-2010>. Acesso em: 15 de janeiro de 2012.

dos sistemas de subordinação e opressão, enfatizando a necessidade de emprendermos esforços mais abrangentes para eliminar as barreiras impostas pela discriminação racial e de gênero, que simultaneamente operam, limitando as chances de ascensão das mulheres negras.

É comum situar o surgimento do termo interseccionalidade em fins dos anos 1980 como “categorias de articulação e/ou interseccionalidades” que teriam surgido como resposta à rejeição da “categoria mulher” que privilegiava a imagem de mulheres brancas, heterossexuais e de classe média alta como referência de um discurso hegemônico para o projeto feminista, e que, simultaneamente, invisibilizava mulheres negras, lésbicas, indígenas, pobres, deficientes e do terceiro mundo.

Uma conceituação das duplas ou triplas formas de discriminação resultante das reivindicações feitas por mulheres negras, indígenas, chicanas, lésbicas, pobres e nãoocidentais, deram origem à incorporação das diferenças nos movimentos feministas, buscando capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação, em consonância com as novas leituras críticas sobre gênero (PISCITELLI, 2008).

Também o acesso econômico desigual, ao qual estão submetidas, reforça a ideia de que o fenômeno da discriminação é reproduzido através de sua raça, gênero e outras identidades (CRENSHAW, 1995, p. 1246).

[...] trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

A questão, diz Crenshaw (2002), é que este termo serve

[...] para informar que a associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Com esta perspectiva, Crenshaw (2002) busca enfatizar a necessidade de emprendermos esforços abrangentes para eliminar as barreiras impostas pela discriminação racial e a discriminação de gênero que, juntas, operam, limitando as chances de ascensão das mulheres negras. A autora reforça que a proposta deste termo vem atender a necessidade de

[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as

possíveis relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Desde que o processo de construção da I Marcha foi deflagrado, vários foram os encontros e desencontros, discussões, muitas trocas e reflexões, precederam este ato, demarcado por debates sobre as diferentes formas de opressão que nos atravessam e os reiterados processos de violências históricas que têm contribuído para perpetuação de lugares e papéis sociais, violação de direitos, silenciamento de saberes, culturas e lógicas de pensamento.

De um modo geral, refletimos coletivamente sobre o sentido de um sistema de governo democrático e o que isto vem a ser, em termos de um pacto social atrelado a garantia de direito assegurada pelo estado, os inúmeros paradigmas de desenvolvimento econômico que não nos exergam e o bem viver (se contrapondo ao bem estar social defendido pelo liberalismo ocidental).

Debates calorosos, bastante ricos e reveladores que, mais uma vez, nos colocaram de frente com o drama vivido pela comunidade negra em todo o país e a urgência de rompimento com o pacto social de fome. É o que enfatiza Ângela Martins, representante da Rede de Mulheres Negras do Paraná em seu relato.

As mulheres continuam num processo de exclusão permanente, que não cessa. Qualquer retrocesso de políticas públicas atinge primeiramente as mulheres negras, através da morte de um jovem, de outro que não consegue trabalho, de um marido que é demitido, através da falta de estudo e qualificação, falta de acesso à saúde pública e à alimentação segura e saudável, falta do acesso a terras quilombolas que não são tituladas”, destaca a representante da Rede de Mulheres Negras (MARTINS, 2015)⁵¹

Muito interessante a saída à sociedade racista proposta por Abdias do Nascimento, a partir de uma organização pan-africana, quilombista - antirracista, anticapitalista, antilatifundiária, antiimperialista e antineocolonialista - e sobre o processo de negação ao negro a possibilidade de se autodefinir, o direito do autorreconhecimento identitário. Segundo o autor, é exatamente esta a chave mobilizadora e motivadora de organização capaz de questionar a real condição de dominação e exploração da população negra no Brasil.

“Qualquer esforço por parte do afro-brasileiro esbarra neste obstáculo. A ele não se permite esclarecer-se e compreender a própria situação no contexto do país; isso significa, para as forças no poder, ameaça à segurança nacional, tentativa de

⁵¹Fala extraída do site Terra de Direitos, matéria Marcha das Mulheres Negras reivindica garantia de direitos e o fim do feminicídio negro arquivos, de 16/11/2015. Disponível em <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/marcha-das-mulheres-negras-reivindica-garantia-de-direitos-e-o-fim-do-femicidio-negro/22503>. Acessado em 21/06/2016.

desintegração da sociedade brasileira e unidade nacional” (NASCIMENTO, 1978 p. 78).

Chama atenção o silêncio ensurdecedor da sociedade brasileira, com o seu racismo nada velado, sua conivência com o extermínio sistemático de vidas negras e o genocídio da juventude negra, assim como o impacto deste fenômeno na vida das mulheres negras e de suas famílias. Trata-se de verdadeiras mortas em vida, pelo assassinato de seus entes, às quais é negado, inclusive, o direito ao luto.

Foi dura a constatação de que nem os governos, partidos e movimentos sociais de esquerda branco, nem as instituições democráticas, nem os defensores de direitos humanos, nem as feministas brancas que se apresentam como antirracistas, nem, nem, nem são capazes de se aliar a essa nossa luta. Ao desafio de barrar tais projetos extremos de “engenharia social” eugenista, além de todas as outras atrocidades que o racismo e os racistas continuam a orquestrar, alimentando, a manutenção da supremacia da raça branca a custo da subalternidade, silenciamento e da vida da população negra. É o que vai argumentar a historiadora e ativista Valdecir Nascimento,⁵² ao articular esses processos com a vida da comunidade negra

Nos últimos anos, tivemos um grande processo de reformulação, de mudanças, de ampliação de direitos, de acesso a políticas e a bens e serviços. No entanto, quando a gente faz um recorte racial e de gênero, identificamos que as mulheres negras, um quarto da população, estão em condição de vulnerabilidade, de fragilidade, sem garantias (NASCIMENTO, 2014).⁵³

Geralmente as políticas neoliberais e de ajustes estruturais das economias em desenvolvimento afetam diretamente as mulheres negras. Isso pelo efeito particular que elas têm sobre as mulheres, na medida em que obrigam os países subdesenvolvidos a desvalorizar suas moedas, reduzir os empregos formais, salários e restringem serviços diversos de assistência social. Nesta conjuntura, estas são levadas a assumir forçosamente esses serviços não mais prestados pelo Estado, a exemplo de cuidado de idosos, doentes, crianças, etc.

Daí que urge a compreensão de como esses processos se estabelecem, não apenas os/as intelectuais e especialistas, mas também os sujeitos e seus movimentos sociais para melhor definirem sua ação política, objetivos, interesses e conflitos na quebra de braço pela implementação de políticas públicas voltadas para a superação desse quadro de desigualdades. Então, não havia outro caminho a seguir, argumenta Valdecir Nascimento, senão o de marchar

⁵² Coordenadora Executiva do Odara e da RMNN, membro do Núcleo Impulsor da Marcha.

⁵³Fala extraída dos arquivos internos do Odara Instituto da Mulher Negras/BA.

e forçar o Estado e sociedade a pensar em uma democracia plurirracial e, com esta, todo o paradigma de abordagem da estrutura social.

É importante por conta de tudo isso, que a luta contra as diversas formas de opressão esteja acompanhada de um projeto de construção de uma democracia plurirracial, como defende Abdias do Nascimento, que encerra mulheres e homens, brancas (os) ou não, em um sistema rigoroso de representações, tendo em vista a necessidade de visibilidade no transcurso de sua interação com o mundo que todos os indivíduos têm.

Como pensar a reforma política, o desenvolvimento econômico, transparência, instrumentos de controle a corrupção, sem inserir as mulheres negras neste debate? Como reduzir quadros tão alarmantes de desigualdades que ameaça, sobretudo, a existência do povo negro sem escutar vozes tão repeletas de ensinamentos dos mais diversos? A argumentação trazida por Valdecir perpassa o fato de que a democratização das relações sociais no Brasil vai mais além das considerações de respeito e solidariedade que o Estado deveria assegurar a todas raças, etnias, gênero, religião, etc. e os diferentes sujeitos devem desenvolver entre si.

Abdias Nascimento em seus escritos defendia para o Brasil uma democracia plurirracial capaz de fazer com que a sociedade brasileira superasse seu racismo estrutural. Somente assim o Brasil poderia se dizer democrático.

[...] “ou ela é democrática para todas as raças e lhes confere igualdade econômica, social e cultural, ou não existe uma sociedade plurirracial democrática. À hegemonia da ‘raça’ branca se contrapõe uma associação livre e igualitária de todos os estoques raciais” (NASCIMENTO, 1978, p. 37).

Em sua avaliação sobre o processo de construção da I Marcha, Valdecir Nascimento, chama a atenção para o que inquietava e trazia desconforto para o movimento de mulheres negras naquele momento: o fato do movimento negro contemporâneo não conseguir captar esses chamamentos de Abdias e avançar em determinados debates que, aos olhos das mulheres negras eram cruciais e pacíficos.

É óbvio que o que nos impulsionou a fazer a marcha inicialmente foi o fato da III CONAPIR não ter discutido sobre democracia e desenvolvimento. Nós estamos fora dos espaços de decisão é isso que estamos discutindo. O nordeste é que irá impulsionar o país daqui a alguns anos, é o que eles dizem. E onde nós estaremos enquanto isso? O que nós produzimos não é revestido a nosso favor. Como fazer controle social sem instrumentos para fazê-lo. E o governo não diz como e o que está fazendo em relação a isso. Assim não dá (NASCIMENTO, 2014).⁵⁴

⁵⁴ Falas extraídas do Relatório da reunião da RMNN ocorrida em Salvador nos dias 01, 02 e 03/05/2014.

Estes debates foram importantíssimos e propícios para canalizar e potencializar as energias antes dispersas para um ponto de tensão, o feminismo negro, que foi trabalhado no interior de suas organizações, tornando a pauta, as conquistas do movimento negro e feminista compreensível para as mulheres negras, na esfera da sexualidade, da violência, da produção em relação ao mercado de trabalho, etc. Impulsionar, por meio de suas práticas em “fazeres propositivos” Gohn (2011, p.336), o desejo de levantar o movimento para enfrentar o desafio de construir a I Marcha de Mulheres Negras a Brasília, contra o racismo, violência e pelo bem viver.

Esse mote foi fundamental e bastante relevante para a definição do Lançamento da Marcha na III CONAPIR - Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, em novembro de 2013. Também a retirada de cinco pontos inegociáveis que deram suporte às reivindicações do movimento/Marcha e à formação de uma Coordenação Nacional para tocá-la.

Para Regina Adami, ativista política da AMNB e do Comitê Nacional Impulsor da Marcha das Mulheres Negras a Brasília, controle social é mais um desses produtos da ONU que ela, há muito tempo, não acredita mais. É o governo quem diz, no final das contas, pra que serve e pra que não serve, a partir do momento em que é ele que financia essas desigualdades estruturais. Pra mim, diz Adami “controle social se faz é nas ruas. Quem faz é a população na rua”. É por isso, diz ela, “que cada vez mais me identifico com a lógica do bem viver – que ouvi falar a primeira vez no Fórum Social Mundial, mas que se trata de um conceito afro-indígena, que podemos utilizar para combater o racismo”. Defende que, em vista disso, precisamos trazer para a Rede também um conceito de racismo que a gente entenda e perceba nas nossas relações cotidianas, da mesma forma que o conceito de violência e de Bem viver, para fazer o enfrentamento e assegurar a nossa existência.⁵⁵

Por força de tudo isso, a análise conceitual teve um olhar para o contexto que motivou as mulheres negras a apostarem na marcha até Brasília para propor outro pacto civilizatório face as disparidades das condições sociais observadas entre mulheres negras, homens negros, mulheres e homens brancos, fortemente flagrados pelos indicadores sociais de violência contra este sujeito no Brasil: a mulher negra que é a maior vítima da opressão capitalista colonial deste país.

3. Localizando saberes: crise da ciência ocidental moderna

⁵⁵ Falas extraídas do Relatório da reunião da RMNN ocorrida em Salvador nos dias 01, 02 e 03/05/2014.

Escrevo a miséria e a vida infausta dos
 favelados. Eu era revoltada, não acreditava em ninguém.
 Odiava os políticos e os patrões,
 porque o meu sonho era escrever
 e o pobre não pode ter ideal nobre.
 Eu sabia que ia angariar inimigos, porque ninguém está
 habituado a esse tipo de literatura.
 Seja o que Deus quiser.
 Eu escrevi a realidade.
 Carolina de Jesus, in Quarto de Despejo.

No âmbito hodierno sabemos que o padrão epistêmico de conhecimento estabelecido em nome da filosofia, da teologia ocidentais, que colocam a razão eurocêntrica colonial, como a mais importante forma de expressão do pensamento, conquistaram o privilégio de selecionar os acontecimentos e definir, não só o que é ciência, mas o que conta como conhecimento válido, impondo o pensamento positivista ocidental, sua cultura, economia e poder militar a outras partes do globo.

A perspectiva eurocêntrica, que coloca a Europa como o centro de poder no mundo, tem suas raízes na colonização das Americas, quando é inaugurada a narrativa tradicional da história ocidental, o mito europeu sobre o nascimento de uma filosofia branca que surgiu na Grécia, no século VI a.C. Esta metanarrativa da modernidade, que se diz absoluta, prescreveu regras de conduta política e ética, emitiram juízos de verdade, moral e estética para toda a humanidade, que determinam quem são os sujeitos pensantes, com base na crença de consensos universais, e visões totalizantes da história.

A dogmatização dessas narrativas é a premissa para manutenção do pensamento eurocêntrico. Para o autor Renato Noguera (2015), o registro de pensamento africano remonta a milênios atrás, na filosofia egípcia antiga, onde “os textos egípcios são documentos africanos mais antigos do que os escritos gregos, que são as referências da cultura ocidental” (NOGUERA, 2015, p. 40).

Esse reducionismo limitante e preconceituoso da tradição eurocêntrica e do pensamento cartesiano tornou possível a supressão da racionalidade a todas as outras formas de conhecimentos locais, saqueados dos povos originários, a exemplo do continente africano, que os poderes colonizaram, mas jamais reconheceram neles a autoria e a capacidade de pensar e produzir História. Noguera (2015) defende que esse projeto, que tem a subordinação como projeto de poder, é um problema muito mais político que acadêmico “que pretende calar qualquer filosofia que tenha sotaques diferentes” (NOGUERA, 2015, p. 43).

Estas questões chegam aos dias atuais trazendo à tona outras dimensões da realidade social, críticas e discussões teóricas sobre outras racionalidades existentes igualmente produtoras de saberes, pautando o debate da “crise da modernidade”.

tais como as que advém do mundo das artes, do “mundo feminino” das mulheres, do corpo das pessoas, o espiritual das religiões e seitas; o saber popular contido nas tradições, folclores e ritos, a cultura popular, as aprendizagens cotidianas via a educação não-formal, as experiências na participação em lutas e movimentos sociais, atividades culturais, etc. (GOHN, 2015, p. 2).

Tais dilemas, desde o século XIX, têm levado muitos pensadores/as a desafiar, no sentido de transgredir, certas regras ortodoxas de análise a existência e a sociedade, desenvolvendo uma série de críticas que colocam sob suspeição este tipo de domínio exercido pelo paradigma da modernidade eurocêntrica. Essas críticas expõem não apenas a sua convergência com o pensamento liberal clássico imperialista, forma colonial capitalista de domínio econômico, político e cognitivo sobre o mundo, mas, sobretudo, seu envolvimento a uma conspiração para impor a tese do “humano genérico”, ignorando outras experiências subjetivas, as particularidades individuais, que enunciam a autoridade do sujeito.

Sueli Carneiro (2006, p. 12), no prefácio do livro *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento* (RATTS, 2010), explorou a invisibilidade e o silenciamento às pensadoras negras e negros enquanto um mecanismo permanente de alienação e de alijamento dessas pensadoras. Segundo Carneiro, a “invisibilização e silenciamento do pensamento negro têm consistido numa das formas mais eficazes para a permanência e reprodução da alienação cultural e postergamento da emergência e florescimento do pensamento crítico negro” (CARNEIRO, 2006, p. 12).

O epistemicídio transfigurou-se em “um processo persistente de produção da indigência cultural [...]. Isto porque não é possível desqualificar as formas de conhecimento dos povos dominados sem desqualificá-los também, individual e coletivamente, como sujeitos cognoscentes” (CARNEIRO, 2005, p. 97).

De acordo com Júlia Figueredo Benzaquen, em sua tese de doutorado “Universidade dos movimentos sociais: apostas em saberes, práticas e sujeitos descoloniais” (2011), argumenta que, grosso modo, “a ciência é um discurso e uma prática de conhecimento”, dentre outros, “que pretende descrever, compreender e interferir na realidade” (BENZAQUEN, 2011, p. 24). O que significa dizer que o conhecimento não passa de uma, dentre tantas outras, forma de interpretação e de uma atribuição de sentidos.

Além disso, a autora afirma que, na geopolítica do conhecimento, o local de enunciação, historicamente, tem determinado a audição e ouve-se só aquilo que é conveniente, tornando as

outras vozes-saberes irracionais. Ou seja, é um contexto específico que vai definir o que é ou não é legítimo de ser chamado de saber (BENZAQUEN, 2008, p. 22).

Neste sentido também

A modernidade não surge com o Iluminismo, com a Revolução Industrial e com a Revolução Francesa, mas sim com as invasões das Américas pelos europeus. (...) a América foi a primeira periferia da Europa e não o Oriente, como sugere o livro “Orientalismos” de Said (2004). (...) foi parte da modernidade desde o momento de sua constituição, e mais, a posição periférica que teve ao início da conformação do sistema-mundo foi crucial para a emergência e posterior consolidação da racionalidade moderna (BAENZAQUEM, 2012, p. 9).

Isto porque, conforme explicita também Boaventura de Souza Santos, “A racionalidade científica nega o caráter racional a todas as formas de conhecimento que não se pautarem pelos seus princípios epistemológicos e pelas suas regras metodológicas” (SANTOS, 1987, p. 10-11). Nesse tipo de abordagem, questões do tipo raça, gênero, classe, sexualidade são insignificantes no trato de temas específicos, como justiça e verdade, porque, em última instância para essa forma de abordagem, “todos somos iguais”.

Fazendo a defesa de uma localização geopolítica e de um resgate histórico, essas críticas estabelecem, ainda, que a legitimação dos saberes só pode ser local e contextual, que não há conhecimento sem prática e atores sociais. Desse modo, revela uma riqueza teórico-metodológica de suma importância para a quebra do padrão epistêmico de conhecimento fundado em abordagens que se apegam a regras estabelecidas pelo positivismo científico, em padrões de poder expressos na racionalidade universal. (MIGNOLO, 2003.b, p. 631); (SANTOS, MENESES e NUNES, 2004, p. 9).

A abordagem decolonial cumpre esse papel, ao trazer em seus debates grandes conceitos para a crítica e o distanciamento ao padrão de conhecimento eurocêntrico. Uma forma de ruptura epistêmica e ontológica dos padrões que retroalimentam um pensamento que insiste em definir para toda humanidade o que é certo ou errado, bom ou mal, feio ou bonito, ocultando do contexto da história, da produção e reprodução do conhecimento a diversidade epistemológica, cultural, estética e política, aprofundando a colonialidade do ser (FANON, 2009) do poder (QUIJANO, 2007), do saber (MIGNOLO, 2008) e do gênero (LUGONES, 2008).

Como bem assevera Paul Feyerabend (1977), na forma como está posto o paradigma dominante da ciência moderna, que muitas vezes se define como neutra e procura ter um caráter universal e verdade absoluta, ou legitimando uma única forma de produzir

conhecimento, assumir o saber científico significa também recusar outros saberes, localizados por ela própria no lado de lá da fronteira da razão. O autor afirma, ainda, que a ciência é “uma das muitas formas de pensamento desenvolvidas pelo homem e não necessariamente a melhor” (FEYERABEND, 1977, p. 447).

Diante dessa constatação argumenta que “Existindo a ciência, a razão não pode reinar universalmente, nem a sem-razão pode ver-se excluída” (FEYERABEND, 1997, p. 267), pois trata-se de um pensamento que preza a negação ao longo dos tempos da vitalidade cognitiva dos outros saberes e a manutenção da hegemonia ocidental no domínio da racionalidade.

O desafio consiste, portanto, em aproximar a decolonialidade enquanto projeto(s) de libertação a complexificação de repensar, não apenas o Brasil no Sul Global pelo Sul Global, enquanto localização e pertencimento geopolítico, mas como um rompimento com as estruturas que se apegam as regras estabelecidas pelo positivismo científico às ciências sociais e padrões de pensamentos clássicos fundados sobre estruturas branco-hétero-patriarcais, que têm relação direta com o eurocentrismo bancado pela ciência tradicional.

Este resgate das suas bases históricas engloba uma série de críticas ao racionalismo, assim como uma série de abordagens epistêmico-metodológicas decolonial que trazem a possibilidade de expansão explicativa de ambos os pensamentos, conjuntamente com aqueles argumentos produzidos por pensadoras como Lélia Gonzalez, sua crítica da sociedade em torno da América Latina e a cultura negra e ameríndia, reuni um enriquecimento à história do pensamento das ciências humanas no Brasil, a partir da construção de outras narrativas sobre as lutas de resistências, as experiências, o protagonismo da população negra, quilombolas, indígenas, dentre outros neste território.

Tensões diversas envolvendo conceitos como conhecimento, cidadania, democracias, tradição, desenvolvimento, que ora se apresentam relacionados a ideias inseparáveis – exploração, colonialismo, capitalismo, globalização e imperialismo são concebidas de modo distinto por dois modelos civilizatórios antagônicos. Esses modelos se contrapõem em termos de visão de mundo, valores, crenças e experiências, revitalizando o debate teórico sobre as lutas e movimentos sociais da América Latina. Essa disputa foca pontos centrais que ultrapassam essas normas, perseguindo soluções para problemas do sul global, através da combinação de teorias alternativas que levam em conta os argumentos e fundamentos epistemológicos e teórico-metodológicos embasados nestas críticas à teoria social, conforme o pensamento feminista negro decolonial.

Outro aspecto contempla o fato de que os paradigmas da ciência moderna - binário, dicotômico, androcêntrico, eurocêntrico e etnocêntrico, universalmente aplicados na seleção das fontes (onde tudo foi construído à imagem masculina) às mulheres ficou reservado apenas o espaço como a “outra”. A forma de selecionar os acontecimentos como históricos, ou não, foi decisiva para a invisibilidade da luta do movimento de mulheres negras na historiografia. Assim, quando estas aparecem é através de imagens que reafirmam os papéis sociais definidos a partir das assimetrias de gênero e de raça, percebidas, classificadas e justificadas por meio de símbolos das culturas.

Partindo desse entendimento a antropóloga Ochy Curiel (2011) percorre a história recente das Ciências Sociais, apontando o final na década de 1960 como uma marca importante para a crise dessas ciências, que suscitou o questionamento dos pressupostos da modernidade racional e do eurocentrismo que as orientavam. Com essas problematizações, surgem propostas críticas que implicaram, sobretudo, no questionamento da objetividade científica como vigorava até então. A autora vai apontar como na década de 1980, tal crítica ganha corpo no intuito de desestabilizar a tradicional relação entre saber-poder na geopolítica do conhecimento, o que “consiste em revelar as formas, maneiras, estratégias, discursos que vão definindo certos grupos sociais como "outros" e "outras", a partir de lugares de poder e dominação” (CURIEL, 2011, p.52), tradução da autora.⁵⁶

Fruto de reflexões oriundas dessas leituras, para pensar na dimensão teórica do estudo em tela, me dei conta de que, reconhecendo a complexificação do tecido social presente na problemática que se encontra no cerne desta pesquisa, não se cogita uma referência básica; ao invés disso destaca-se, primeiramente, a pluralidade de ideias, a qual confere maior riqueza às discussões. Fui impactada não apenas por um, mas por uma gama de pressupostos teórico-metodológicos, sócio-histórico-cultural-econômicos de produção de conhecimentos que me pareceram mais aliados ao tom que desejo emprestar a esta tese.

Para muitos desses/as pensadores/as contemporâneos/as, o conhecimento não passa de uma interpretação e de uma atribuição de sentidos, jamais uma explicação da realidade. É exatamente isto o que está por trás de alguns projetos de pesquisa contemporâneos, que impedem, muitas vezes, o surgimento de questões que podem contribuir, não apenas para uma análise conectada, sem negligenciar conhecimentos complementares com as mais diversas

⁵⁶ Texto original: “consiste en develar las formas, maneras, estrategias, discursos que van definiendo a ciertos grupos sociales como “otros” y “otras” desde lugares de poder y dominación” (CURIEL, 2011, p. 52).

áreas do saber, mas também para a construção de um conhecimento capaz de transformar a vida de pessoas concretas, principalmente, das mulheres.

É o que tem defendido inúmeras teóricas feministas ao argumentar que as supostas afirmativas universais sempre se mostraram parciais ou triviais, assim como o fato de o sujeito universal da ciência moderna ter sido historicamente o branco-heterossexual-civilizado-do-primeiro-mundo. Muitas dessas críticas destacam-se nos dias de hoje como uma das análises mais contundentes dos dogmas, práticas e instituições da ciência, se constituindo como um dos principais pontos de debate nas agendas feministas (KELLER e LOGINO, 1996; HARDING, 1987; SCHIENBINGER, 2001; SARDENBERG, 2007, CURRIEL, 2011).

Curiel percebe bem as implicações desse domínio, motivo pelo qual se propõe a contribuir para a construção do que chama de *Antropologia da Dominação*, através da manifestação da necessidade de construir autoridades etnográficas múltiplas, que implicam na intersubjetividade, em uma ideia de coautoria ou “uma etnografia colaborativa entre os sujeitos da pesquisa e aqueles que investigam que reconhecem que os/as sujeitos/as da pesquisa também são sujeitos/as do conhecimento” (CURRIEL, 2011, p.52), tradução da autora.⁵⁷

Essas reflexões produzidas pelas críticas feministas à razão científica tradicional apontam para uma área particularmente fértil, em que regras ortodoxas, que têm relação direta com o eurocentrismo por ela bancado, assim como as categorias do pensamento ocidental que se apegam às abordagens estabelecidas pelo positivismo científico e retroalimentam a colonialidade que é do ser, do poder, do saber e do gênero, devem ser desafiadas, em prol de uma lógica de investigação científica para as pessoas.

Além disso, as críticas tecidas pelas feministas a esta perspectiva vêm sendo formuladas no sentido de reforçar que o sujeito do conhecimento deve ser considerado como efeito das determinações culturais, inserido em um campo complexo de relações sociais estruturadas pelo racismo e clivadas por questões patriarcais, de classe, entre outras. Assim, utrapassam essas normas perseguindo soluções para problemas terceiro-mundistas através da combinação de teorias alternativas.

Só que essas teóricas estão longe de ser uma voz dissonante e isolada no panorama intelectual contemporâneo. Nesta perspectiva, a crítica feminista à ciência tem se juntado ao coro que inclui desde filósofos, sociólogos, antropólogos, ecologistas, passando por muitos pós-modernos, pós-coloniais, decoloniais e afrocêntricos, que fazem a defesa de uma

⁵⁷ Texto original: una etnografia colaborativa entre sujetos de investigación y quien investiga que reconociera que las y los sujetos de investigación son también sujetos del conocimiento.

localização geopolítica e de um resgate aos contextos históricos, a fim de promover a libertação do jugo da modernidade eurocêntrica.

Essas têm sido as estratégias de resistência e denúncia a este tipo de domínio exercido aos povos colonizados com o propósito de libertação do jugo da modernidade eurocêntrica e até mesmo evitar a repetição de um imperialismo epistemológico ocidental.

Neste sentido, concordo com Spink (2005), quando defende que:

Agora, se não há diferença fundamental ou essencial entre a curiosidade e a ciência, podemos dizer que a pesquisa é apenas uma outra maneira de 'contar ao mundo' (...) talvez uma das contribuições mais importantes da pós-graduação." O construcionista é aquele que argumenta que a ciência é apenas uma atividade entre muitas outras onde os sentidos são negociados e socialmente construídos. Assim, é apenas um dos muitos exemplos da competição social coletiva de comunidades e povos para produzir conhecimento e construir conhecimento (SPINK, 2005, p. 5-8).⁵⁸

Também neste sentido localizo a filósofa norte-americana Sandra Harding (1986), primeira autora a investigar a qualidade do conhecimento produzido pelo paradigma moderno e tecer seriamente uma tipologia dos modelos de crítica feminista à ciência que muito contribuiu para o desenvolvimento de estudos feministas, anti-racistas, multiculturais e pós-coloniais das ciências naturais e sociais quando se pronuncia enfatizando que há uma boa razão para se acreditar na possibilidade de ver melhor a partir da periferia e dos abismos e se posiciona a favor de um conhecimento situado e corporificado. Mas não sem antes nos alertar que, também este, seria um conhecimento parcial e provisório, rechaçando, assim, a ideia de verdades totalizantes e absolutas. (HARDING, 1986; ANZALDÚA, 1987; FLAX, 1991; SARDENBERG, 2007; FOUCAULT, 2010).

Nos arquétipos deste conhecimento produzido pelo paradigma moderno – defendem essas autoras – verdades universais e irresponsáveis são construídas e defendidas em prejuízo da perspectiva dos grupos subjugados e de seus saberes, produzindo análises padronizadas nos moldes de uma perspectiva europeia, androcêntrica, colonial (HARDING, 1986; ANZALDÚA, 1987; FLAX, 1991; SARDENBERG, 2007; FOUCAULT, 2010).

Uma ideia de colonialismo epistemológico que nos remete as reflexões de Fanon (2008), e, em uma mesma perspectiva o historiador, escritor Paul Gilroy, (2001). Uma estratégia de manutenção das relações desiguais e uma tentativa histórica, de

⁵⁸ Texto original: "Ahora, si no hay ninguna diferencia fundamental o esencial entre la curiosidad y la ciencia, podemos decir que la investigación es solamente otra manera de 'contar el mundo' (...) tal vez una de las contribuciones más importantes de la perspectiva pos-construccionista es la que argumenta, que la ciencia es solamente una actividad entre muchas otras donde se negocia y se construyen socialmente los sentidos. Así, es solamente uno de los muchos ejemplos de la competencia social colectiva de comunidades e pueblos de producir conocimientos y construir saberes" (SPINK, 2005, p. 5-8).

silenciamento, supressão e apagamento de muitas formas de saber, provenientes de um processo de destituição da civilização, racionalidade e cultura do Outro (SENGHOR, 1977; SANTOS, 1995; GILROY, 2001; RAMOSE, 2002; FANON, 2008; SERRA, 2015; KAKOSI, 2018).

Boaventura Souza Santos percebe bem a relevância deste aspecto para a valorização da identidade étnico cultural ao relatar sobre as ausências de muitas experiências sociais, em “Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social” (2007). Neste, desvela como tudo que é “local ou particular” é designado como uma alternativa não crível às práticas científicas universais. O autor qualifica a maneira como tudo isso procede, essa falta, essa ausência, como um “um desperdício de experiência”. Propõe, a partir de tais constatações, um procedimento transgressivo, uma sociologia insurgente, uma inversão dessa situação, a partir da criação de possibilidades para que “essas experiências ausentes se tornem presentes”, fazendo com que se busque com “a Sociologia das Ausências” a confrontação com a colonialidade, operando no sentido da substituição “das monoculturas pelas ecologias” do saber. (SANTOS, 2007, p.32).

Como resultado destes processos de silenciamento e apagamento de muitas formas de saber para a manutenção da subalternidade e colonialidade, (SANTOS, 2009; MARIN, 2014; QUIJANO, 2009) as as comunidades tradicionais, com destaque às remanescentes de quilombo, de Terreiros, desenvolveram abordagens pedagógicas de manutenção e valorização da história e da cultura africana e afro-brasileira, a continuidade das tradições se constituindo em espaços fundamentais para introduzir nos corações e mentes das pessoas a valorização da diversidade étnico-racial e cultural do povo brasileiro, preservação de suas características e sobrevivência da cultura africana no Brasil.

É nesse contexto revolucionário de um novo caminho valorativo de saberes construídos na perspectiva dos grupos subjugados, que o povo negro na diáspora forjou, reativamente, uma resposta que radicalizava a estratégia de destituição de sua civilização, racionalidade e cultura reforçando, ainda mais, a perspectiva dos grupos subjugados. A partir do pensar e do fazer educacional as religiões de matriz africana, como construtores da sua própria história, utilizaram-se da tradição oral como fundamento cultural para manter os movimentos de produção e preservação de conhecimentos e arranjos socioafetivos “transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos” (BÂ, 1982, p. 169).

A pesquisadora da cultura afro-brasileira, Vanda Machado (2012)⁵⁹ explora a relevância dos terreiros de candomblé como “pequenas Áfricas” solidificadas e reinventadas na diáspora. A autora mostra com maestria como são introduzidos, quase sempre através da oralidade e símbolos, a reprodução e permanência dos valores culturais africanos, no sentido mais profundo do termo, nos espaços de terreiro, bem como este se assemelha na aproximação com outros espaços de maioria negra. Destaca que os terreiros de candomblé são como espaços próprios de resistência, autonomia e expressão cultural (MACHADO, 2012).

Como, nesse processo de ensino-aprendizagem, são ensinadas categorias indissociáveis da vida sejam elas ligadas às noções de tempo, religião, *umbutu*⁶⁰, *sankofá*⁶¹, história, economia afetiva, sucesso, bem viver, papéis sociais, ciência natural, artes, etc. Conhecimentos que não se limitam a histórias e lendas, nem aos relatos mitológicos, mas saberes tradicionais que se configuram nos processos cotidianos de pessoas comuns, que se materializam por meio das experiências, individuais e coletivas, do dia a dia.

A gente pensa que tudo que existe nos terreiros é somente candomblé, mas não é. [...] Viver no terreiro, sendo feita ou não, é estar pronto para construir seus saberes a partir de um novo espaço interno. Um espaço vivo e estimulado para aprender com todos os acontecimentos [...] A aprendizagem inclui atos celebrativos que estimulam e agregam tudo que dá vida à vida comunitária. (MACHADO, 2012, p. 56)

É preciso, portanto, como afirma Machado (2019), dar um grande mergulho nesse oceano, partir do “berço” da ideia desses espaços de terreiros, enquanto territórios filosóficos africanos, que agregam valores e formas próprias de produção e transmissão de conhecimento, muito mais que religião. Pois, conforme afirma Machado (2014), “O terreiro não é só um lugar que se cuida de entidades míticas”. Está para além disso, na medida em que nos terreiros de candomblé foram preservados e reproduzidos durante e depois da escravidão, uma cosmovisão, que sempre pressupõe uma filosofia de vida, tanto existenciais como normativos. São espaços

⁵⁹ Militante do Movimento Negro, Doutora em Educação e Ebone no Terreiro de Candomblé Ilê Axé Opô Afonjá/BA.

⁶⁰ É a base da Filosofia africana na qual seria “humanidade para com os outros”. A consciência de que o mundo não é uma ilha e que uma pessoa é afetada quando seus semelhantes são diminuídos, oprimidos “Eu sinto o Outro, eu danço o Outro, então eu sou” (Senghor, 1964, p. 259). Ubuntu ressalta a importância do acordo ou consenso e da reconciliação. “Eu sou porque nós somos”. Disponível em: [Ubuntu: A Filosofia Africana Que Nutre O Conceito De Humanidade Em Sua Essência \(geledes.org.br\)](http://geledes.org.br). Acessado em 18/09/2016.

⁶¹ A palavra Sankofa vem da língua twi ou axante. San significa retornar, ko significa ir, e fa remete a buscar. Logo, volte e pegue. Em síntese, significa a busca da herança cultural dos antepassados para desenvolver um futuro melhor. Assim sendo, pode ser traduzida como “retornar ao passado para adquirir conhecimentos, a sabedoria, para ressignificar o presente e construir o futuro”.

de resistência política, de proteção e cuidado com o outro, (MACHADO, apud ARAÚJO, 2014, p. 255).

Mais ainda. Esse conjunto ordenado que incluem conhecimentos acumulados de uma herança ancestral, crenças, concepções de mundo, emoções, sentimentos, impressões e entendimento do sagrado, ritos, mitos, tradições e costumes faz com que o processo de aprendizagem nesses espaços seja uma constante. “No Brasil todo existe candomblé e neles os seus princípios de possibilidades de promoção do ser humano, dos seus cidadãos, dos seus filhos e filhas de santos, da sua comunidade, por isso vão além (MACHADO apud ARAÚJO, 2014, p. 255)”⁶².

Com isso, é possível dizer que neste conjunto há um sistema de conhecimento ordenado, uma epistemologia voltada tanto do indivíduo quanto da comunidade, que procura compreender e explicar a partir e para aquele universo cultural o sentido da sua existência e das coisas que o cercam. Coaduna com o processo de construção de conhecimento de libertação do jugo da modernidade eurocêntrica, o qual se contrapõe a colonialidade, na perspectiva dos grupos subjugados, que se dá pela afirmação de uma participação histórica apagada, invisibilizada e de seus saberes localizados.

Em se tratando da RMNN, o processo de constituição deste sujeito relaciona-se ao processo de constituição de um lugar de enunciação de mulheres negras da região nordeste do país no campo feminista, mediante um conjunto de práticas que reivindicam uma memória de resistência de um sujeito que já existia no campo do feminismo. Um sujeito com história, que luta para dizer essa história de afirmação de quem ele é – se subjetiva – no presente, especificando as articulações entre raça, gênero, sexualidade e classe que as constituem diferentemente. Desde essas posições produzem, em diálogo com as inúmeras opressões, uma multiplicidade de narrativas dos feminismos, narrando sua história singular e apontando projetos civilizatórios de futuro.

⁶² Jurandir de Almeida Araújo, PESQUISA DE CAMPO, 2012. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 25, n. 1, p. 247-265, jan./abr. 2014

CAPÍTULO II – AS MULHERES NEGRAS E O CONHECIMENTO SITUADO

O feminismo traz uma contribuição importantíssima, do ponto de vista de uma visão de mundo. Mas as feministas também são formadas para desconhecer as desigualdades raciais. Formadas para pensar o Brasil como uma democracia racial. E aí, contraditoriamente, ainda que o movimento feminista consiga perceber em que nível a diferença de sexo é utilizada na reprodução das desigualdades, não consegue perceber como as diferenças raciais são trabalhadas na perspectiva da recriação constante de mecanismos de discriminação racial. (BAIROS, 2008, apud MOREIRA, 2011, p. 67).

1. Legados de mestres/as

Diferente do que tratei anteriormente, aqui abordo a ação política de mulheres negras da RMNN na caminhada de quem reinventa a roda todos os dias; mestras e griôs brasileiras em África e na diáspora, a partir do ponto de vista teórico, do feminismo negro decolonial e, obviamente, estudiosos/as do dito fenômeno ou que deste se aproximem.

É nesta ciranda, nesse processo de negação constante que essas mulheres, ao invés de sucumbirem, articulam-se. Coletiva e politicamente lutam pela sua existência, autonomia e emancipação. Luiza Bairos, por exemplo, é uma delas que, dentre outras, nos fala que se trata de lugares privilegiados de resistência popular, de transformação dessas realidades (CARNEIRO, 2002, BAIROS, 1997).

Portanto, quando faço referências à África (Vide Anexo F, Mapa 2), nesta pesquisa, estou falando, não apenas de “um imenso continente, com 52 países, com uma imensa e variada diversidade: política, econômica, social, cultural, religiosa, linguística... E que, assim como África” (TRINDADE, 2013, p. 32). Detenho minha atenção às narrativas de África como parte do discurso fundador de uma determinada subjetividade negra, que atualizam uma memória mítica assentada em uma temporalidade cíclica, na atualização de sentidos que mobilizam a prática política no presente.

Tenho a intenção, aqui, de destacar a África⁶³, a partir do que discorre Azoilda Loretto da Trindade, intelectual e ativista da luta contra o racismo, com atuação voltada à educação das relações raciais, na sua diversidade.

⁶³ Disponível

em: <<http://www.diversidadeducainfantil.org.br/PDF/Valores%20civilizat%C3%B3rios%20afrobrasileiros%2>

[...] os africanos e africanas trazidos ou vindos para o Brasil e seus e suas descendentes brasileiras implantaram, marcaram, instituíram valores civilizatórios neste país de dimensões continentais, que é o Brasil. Valores inscritos na nossa memória, no nosso modo de ser, na nossa música, na nossa literatura, na nossa ciência, arquitetura, gastronomia, religião, na nossa pele, no nosso coração (TRINDADE, 2005, p. 30).

Esses valores podem ser classificados como um conjunto de aspectos da cultura africana inscritos na nossa memória, e aqui foram se reconstruindo e criando a cultura afro-brasileira. Podemos encontrar traços da cultura africana em nosso modo de ser, de viver, em nossa cultura, na música popular, na nossa literatura, na nossa ciência, arquitetura, na religião, na nossa pele, na culinária, no folclore e nas festividades populares. Trindade defende que

A África e seus descendentes imprimiram e imprimem no Brasil valores civilizatórios, ou seja, princípios e normas que corporificam um conjunto de aspectos e características existenciais, espirituais, intelectuais e materiais, objetivas e subjetivas, que se constituíram e se constituem num processo histórico, social e cultural. (TRINDADE, 2013, p. 132).

Estou, sobretudo, falando de relações de saber-poder extremamente desiguais, responsável pela consolidação de uma dominação epistemológica, de campos de saberes altamente hierarquizados, que conduziu à supressão de muitas formas de conhecimento próprias dos povos e nações colonizados, nos quais toda cultura e racionalidade afro-descendente ou negra é ausente, sub-representada ou estereotipada.

2. Superando os reducionismos impostos pelo conhecimento científico

Diversos/as foram os/as intelectuais negros/as, dentre eles Abdias do Nascimento, Guerreiro Ramos, Beatriz do Nascimento, Lélia González, Jônatas Conceição, Thereza Santos, José Correia Leite, Amilcar Cabral, Patrice Lumumba, Kwame Nkrumah, Julius Nyerere, Aimé Césaire, Cheik Anta Diop que, conhecendo esta realidade, enfatizaram a “necessidade de serem adotados pensamentos e procedimentos que orientam a produção de

conhecimento, oriundos de valores e princípios de raiz africana” (SILVA, 2005, p. 32), e de “reconhecer nas diversas ciências, os conhecimentos chupados da tradição africana, assimilados à ciência ocidental sem que se citem as fontes” (Ibidem, p. 32). Esses/as precusores/as buscaram instrumentos que ajudassem a “africanizar ou reafricanizar a ciência” (Ibidem, p. 32).

Diante deste quadro gravíssimo, argumento que assim como urge rever essas pendengas, a ação coletiva das mulheres negras no momento atual – suas experiências, práticas, metodologias e estratégias – que afloraram nesse processo de construção e, por isso mesmo, reconhecidas e contextualizadas pelo movimento social como um conhecimento válido, tem exigido uma dupla mudança no que diz respeito à forma de abordar o pensamento feminista negro. A primeira é de ordem teórico-metodológica, ao passo que a segunda é de ordem de valores político-epistemológicos, ainda que ambas se entrecruzem em determinados momentos.

O que significa dizer que as discussões acadêmicas e do movimento, envolvendo o protagonismo das mulheres negras na diáspora africana requerem um importante giro epistemológico no que concerne às abordagens de práticas tão diversas, criativas, contraditórias e em constante processo de reinvenção e reconstrução.

Este importante giro tem sido mais que necessário, por expor a urgência de se problematizar regras e convenções que demarcam aquilo que pode ser considerado ou não modelo e, conseqüentemente, quem será silenciado, colocado na linha da exclusão. Aquilo que Lélia Gonzalez, quando iniciava em seus apontamentos teóricos as premissas do pensamento feminista negro brasileiro, inaugurou em suas formulações sobre o “preto-guês”, que nada mais é do que a marca dos excluídos, “marca de africanização do português falado no Brasil” (GONZALEZ, 1988a, p. 70).

Na medida em que o racismo, enquanto discurso, situa-se entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito. Conseqüentemente, é infantilizado, não tem direito a voz própria, é falado por ele. E ele diz o que quer, caracteriza o excluído de acordo com seus interesses e seus valores. No momento em que o excluído assume a própria fala e se põe como sujeito, a reação de quem ouve só pode se dar nos níveis acima caracterizados (GONZALEZ, 1979, p. 16).

No momento em que estes sujeitos silenciados subvertem esta ordem dizendo o que pensam e o que querem, agindo de acordo com seus interesses e valores, denunciando as múltiplas formas de exploração às quais estão submetidos, os efeitos do racismo cultural tende a tachar “a nossa fala como sendo” divisionista, “emocional”. No entanto, como bem enfatiza Lélia Gonzalez, “a emoção, por razões óbvias, está muito mais em quem nos ouve”. (GONZALEZ, 1979, p. 15-16). Além disso,

O modo mais sutilmente paternalista é exatamente aquele que atribui o caráter de “discurso emocional” à verdade contundente da denúncia presente na fala do excluído. Para nós, é importante ressaltar que emoção, subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam numa renúncia à razão, mas, ao contrário, num modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de uma outra razão. (Idem, 1979, p. 16).

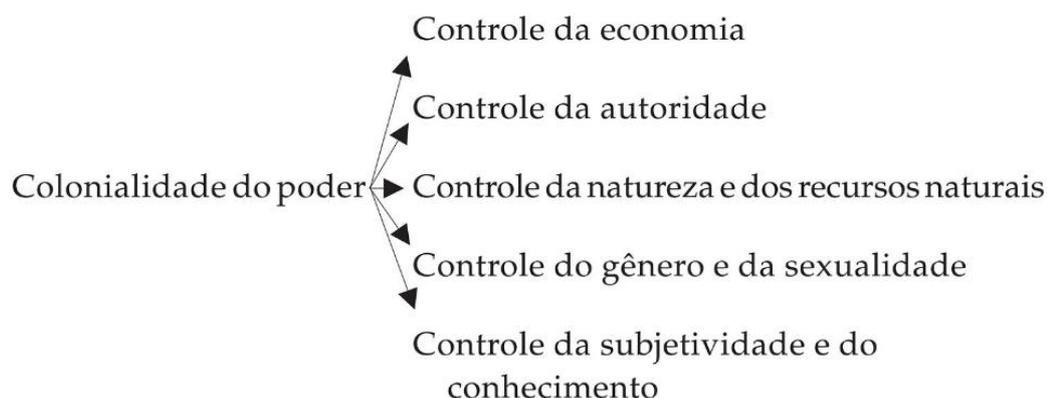
Nem mesmo o feminismo passou ileso nessa questão, ressalta a autora. Sueli Carneiro (2003), mediante citação de Lélia Gonzalez, também não se furta à oportunidade de emitir sua crítica a respeito do fato de que as concepções do feminismo brasileiro:

[...] padeciam de duas dificuldades para as mulheres negras: de um lado, o viés eurocentrista do feminismo brasileiro, ao omitir a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade, e ao universalizar os valores de uma cultura particular (a ocidental) para o conjunto das mulheres, sem as mediações que os processos de dominação, violência e exploração que estão na base da interação entre brancos e não-brancos, constituísse em mais um eixo articulador do mito da democracia racial e do ideal de branqueamento. Por outro lado, também revela um distanciamento da realidade vivida pela mulher negra ao negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral – que nada tem a ver com o eurocentrismo desse tipo de feminismo (GONZÁLEZ, 2000 Apud CARNEIRO, 2003, p. 120).

Tais apropriações se mostram também pertinentes na medida em que revelam que a definição de tais regras normativas partiu do masculino, branco, patriarcal, heterossexual, ocidental e proprietário, na verdade um sujeito da ciência que nunca foi neutro.

A que “emergia como uma reação cumulativa de desagrvos” (idem, idem), mas, também, como “uma operação ativa de afirmação de um outro projeto político” (Idem, idem). Essa tipologia discursiva tira de foco, ou desfoca, aquilo que de fato importa: em termos de um problema oriundo da sua matriz, a “colonialidade do poder”, a “retórica da

modernidade” e a “geopolítica do conhecimento” (MIGNOLO, 2017). O conceito de colonialidade do poder, elaborado originariamente por Anibal Quijano (1992), foi alargado por Walter Mignolo (2010) conforme evidenciado na Matriz Conceitual da Colonialidade do Poder⁶⁴ exposta a seguir:



A segunda, de ordem ético-política-epistemológica, naturalmente exige uma revisão das perspectivas teóricas usadas até então para pensar tais ações face ao genocídio, o epistemicídio⁶⁵, a opressão, as desigualdades e a violência que extrapola fronteiras. O que nos conduz a uma mudança teórica radical, onde os conceitos utilizados para analisá-los sejam abordados não como algo que se encerra no racismo, no patriarcado ou mesmo na ideia de uma resistência a essas práticas “vistas na perspectiva do Norte global” (MENESES et al, 2018, p. 80).

Esses posicionamentos são reforçados na fala de Patrícia Hill Collins (1986), ao pontuar que se trata de “compreender que não era o intelecto, o talento ou a humanidade” da branquitude, “que dão suporte ao *status* de superior, mas é justamente pela ampla vantagem do racismo”, que persiste no modelo tradicional de ciência a opção de ignorar parte significativa da realidade social e estabelecer conscientemente o reducionismo que impede uma maior abrangência das análises científicas (COLLINS, 1986, p.14).

⁶⁴ Extraída de Luciana Maria de Aragão Ballestrin (2017) em *Modernidade/Colonialidade sem “Imperialidade”? O Elo Perdido do Giro Decolonial*.

⁶⁵ Em sua Tese de Doutorado (2005) Sueli Carneiro denomina epistemicídio como sendo os processos de negação de povos e grupos afrodescendentes como sujeitos de conhecimento, a partir da negação, ocultamento ou desvalorização de sua visão de mundo e dos saberes que a sustentam tanto a partir do continente africano quanto em sua diáspora.

2.1. Possibilidade metodológica para tornar visível o que há muito foi ocultado

As ferramentas do senhor nunca vão dismantelar a casa-grande. Elas podem nos permitir a temporariamente vencê-lo no seu próprio jogo, mas elas nunca nos permitirão trazer à tona mudança genuína.

(Audre Lorde, 1979)

O aporte teórico-metodológico que está no cerne desta pesquisa se localiza no campo interdisciplinar, na perspectiva dos feminismos, especialmente o feminismo negro e decolonial, em sintonia com outros conteúdos construídos em diferentes áreas do conhecimento, como as críticas feministas às Ciências Sociais e à História, Estudos Culturais, Étnico-raciais e de Gênero, as teorias feministas do Sul, alinhadas às epistemologias africanas. Acredito ser esta a abordagem mais apropriada para o uso das metodologias que expomos mais adiante e para o tom que desejo dar a esta tese, por ser pesquisadora com alto nível de aproximação com o processo.

O meu interesse com esses escritos resulta do meu próprio envolvimento com esta construção, nos acontecimentos e investimentos contemporâneos, nos debates que perpassam a teoria feminista e a necessidade política urgente de ruptura do silenciamento, face aos modelos excludentes de desenvolvimento e frequentes ataques ao estado democrático de direito.

Mas também conta a possibilidade de desenvolver uma “pesquisa como forma de militância” (SILVA, 2005, p. 32). A Prof^a Dra. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva nos fala sobre esta possibilidade ao afirmar que pesquisas assumem a forma de luta quando:

[...] levam em conta os objetivos e prioridades de um grupo social marginalizado pela sociedade, no presente caso, o povo negro, as suas comunidades; de outro, quando são desenvolvidas com intenção de oferecer suporte para a solução de problemas da comunidade negra (SILVA, 2005, p. 29).

Importante que se diga que esta pesquisa buscou compreender as especificidades locais e regionais da atuação dessa militância que se engajou no processo de construção da I Marcha, focando não somente neste período de 2011 a 2015, mas também no antes e no

depois, isto é, nos antecedentes e nos desdobramentos considerado relevantes posteriores ao ato. Toda a estrutura – forma e conteúdo – usada para alicerçar esta pesquisa fundamentou-se em procedimentos metodológicos propostos pelos estudos e análises enriquecidos pela abordagem oferecida por intelectuais, pesquisadores/as e organizações do movimento negro e, pela Pesquisa Ativista ou engajada, ou militante (ARAIZA, 2017; BOTERO, 2012; LEMOS, 2016), que me pareceu bastante apropriada à análise das ações coletivas desencadeadas por essas atrizes nesse contexto político.

Esses procedimentos partem da proposta de “conhecimento situado”, colocando-a na confluência dos novos movimentos globais, o que permitiu estabelecer os fundamentais para a compreensão da dinâmica sócio-política-cultural da territorialidade do nordeste do Brasil. Em suma, trata-se de localizar as formas de ativismo no Brasil, problematizando este processo de construção recente dentro de um processo político mais amplo de redemocratização, ao que parece não ser suficiente para atender necessidades básicas da população, ou ter se esgotado na atualidade.

Perpassa pela proposta da intelectual baiana Prof^a Dra. Narcimaria do Patrocínio Correia da Luz, envolto nas perspectivas “desde dentro para desde fora” e “vivido-concebido”, que enfatizam as elaborações mais profundas do conhecimento acumulado pela “comunalidade africano-brasileira” (LUZ, M., 2005, p. 101). Por esse caminho, inúmeras foram as possibilidades de análises a partir das quais se deu o intercâmbio de códigos de valores e experiências das mulheres da região Nordeste e códigos de valores das demais regiões do país mais distanciados da cultura africana e mais influenciadas pelo eurocentrismo.

Esta corrente se aproxima metodologicamente da proposta epistemológica de Donna Haraway (1991) conhecida como "conhecimento situado", da pesquisa ativista participativa e seu compromisso de transformação social, bem como com a Pesquisa Ativista Feminista Negra (PAFN) e o evidente posicionamento de quem investiga uma certa realidade social, método que tive acesso por intermédio da tese de doutoramento de Rosália Lemos (2016) “Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha de Mulheres Negras 2015: uma análise das feministas negras brasileiras sobre políticas públicas”.

Fruto de reflexões oriundas dessas leituras, para pensar na dimensão teórica do estudo em tela, me dou conta de que, reconhecendo a complexificação do tecido social

presente na problemática que se encontra no seu cerne, a dimensão teórica do estudo em tela não tem uma referência básica. Esta pesquisa não cogita uma referência básica, destaca-se primeiramente pela pluralidade de ideias, a qual requer maior riqueza nas discussões. Dito de outra forma, nesta caminhada fui impactada, não por um, mas por uma gama de pressupostos teórico-metodológico, sócio-histórico-cultural-econômico de produção de conhecimentos que me pareceram mais aliados com o tom que desejo emprestar a esta tese.

Ainda assim, decidi ir um pouco mais adiante, ao apostar na pesquisa ativista feminista negra, assumindo os postulados dos conhecimentos situados, presentes nas ideias de Haraway (2003), a qual reconhece o “vínculo como unidade mínima de análise”. Por entender que “a ciência social deve estar comprometida com a transformação social, econômica, política e cultural de seu ambiente” (VILLASANTE, 1998; JIMÉNEZ-DOMINGUEZ, 1994)⁶⁶. Se aproxima de uma praxis emancipadora a qual, como diz Alejandra Araiza Díaz,

[...] está relacionado a Investigación Activista Participativa e seu compromisso com a mudança social, bem como à Pesquisa Ativista e ao claro posicionamento daqueles que investigam uma determinada realidade social [...] a Investigación Activista ou Investigación Militante también parte da politização de quem investiga e da participação ativa no colectivo que se estuda (ARAIZA, 2017, p. 70), tradução da autora.⁶⁷

A perspectiva do conhecimento situado vem sendo considerada como um paradigma nas ciências humanas, por oferecer possibilidades mais cuidadosas e localizadas epistemologicamente para uma aproximação mais apropriada das ciências sociais ao tema da ação coletiva do movimento das mulheres negras, tanto epistemológica quanto metodologicamente. Afinal, as mulheres tornam-se mulheres em contextos sociais e culturais específicos. Doravante refiro-me a essa corrente como (PAFN).

⁶⁶ Texto original: “ciencia social debe comprometerse con la transformación social, económica, política y cultural de su entorno” (Villasante, 1998; Jiménez-Domínguez, 1994), tradução da autora.

⁶⁷ Texto original: “guarda relación con la IAP y su compromiso por el cambio social, así como con la Investigación Activista y el claro posicionamiento de quien investiga una determinada realidad social [...] la Investigación Activista o Investigación Militante también ofrece una perspectiva distinta a la investigación tradicional, la cual parte de la politización de quien investiga y de la participación activa en el colectivo que se estudia” (ARAIZA, 2017, p. 69-70).

Utilizo, para dialogar com este tema tão complexo, que é a ação coletiva de mulheres negras, a PAFN (ou engajada, ou militante), na perspectiva da epistemologia feminista, por ser esta a perspectiva epistemológica que me pareceu bastante apropriada à análise dessas práticas políticas desencadeadas por essas atrizes, nesse contexto.

Com isso, é oportuno explicar que não se trata da aplicação aleatória e mecânica de aportar a esse conjunto de experiências estudos produzidos por inúmeras disciplinas, mas buscar paradigmas, categorias analíticas e conceitos que sejam capazes de auxiliar a pensar o objeto e o problema na riqueza de sua complexidade e especificidade histórica. Trata-se de uma tentativa de diálogo também com construções estratégicas e metodológicas diferenciadas oriundas de um acúmulo ainda não divulgado, advindas desse processo e dos efeitos deste sobre a nossa própria realidade sócio-histórico-cultural-econômica, evidenciando as inúmeras possibilidades de lidar com a complexidade inerente a esse tipo de organização e ação política.

Se aproxima de uma praxis emancipadora a qual, como diz Alejandra Araiza Díaz,

[...] está relacionado a IAP e seu compromisso com a mudança social, bem como à Pesquisa Ativista e ao claro posicionamento daqueles que investigam uma determinada realidade social [...] a Investigação Ativista ou Investigação Militante también parte da politização de quem investiga e da participação ativa no colectivo que se estuda” (ARAIZA, 2017, p. 70), tradução da autora.⁶⁸

A esse respeito Patricia Botero elucida que a PAF leva pensar não apenas no compromisso de quem investiga com a transformação social, mas também no conhecimento a partir das relações de subordinação:

Sustentar militâncias epistêmicas ou militâncias na pesquisa leva a iniciar uma discussão corretamente no campo do conhecimento das ciências e fazer uma

⁶⁸ Texto original: “guarda relación con la IAP y su compromiso por el cambio social, así como con la Investigación Activista y el claro posicionamiento de quien investiga una determinada realidad social [...] la Investigación Activista o Investigación Militante también ofrece una perspectiva distinta a la investigación tradicional, la cual parte de la politización de quien investiga y de la participación activa en el colectivo que se estudia” (ARAIZA, 2017, p. 69-70).

crítica a subordinação que se estabeleceu entre saber e conhecimento [...] (BOTERO, 2012, p. 33), tradução da autora.⁶⁹

Esta pesquisa, de base Feminista Ativista, dedica-se a caracterizar essas dinâmicas na região Nordeste e apresenta desdobramentos importantes, a exemplo de atividades, eventos, seminários, rodas de diálogos, palestras, oficinas e apresentações fundamentadas nas culturas de matriz africana, que incorporam inúmeras linguagens e não apenas a falada, “como um canal de aproximação entre contextos socioculturais distintos ainda desconhecidos” (NICOLIN, 2007, p. 20) por parte significativa da sociedade brasileira.

Conforme ressalta Choudry (2014), esta aproximação requer a referência ao contexto de sua enunciação, que lhe dá o significado, nos levando também a decidir, de acordo com este, os métodos específicos, levando em conta que “Não são postulados teóricos apenas aqueles que desenvolvem a pesquisa ativista em uma relação dialética com a sua prática, mas também aqueles que o fazem com as metodologias que usa” (CHOUdry, 2014, p. 80)⁷⁰.

Desse modo, uma das perguntas que iremos perseguir nesta pesquisa é se as ações e práticas políticas, adotadas pelas mulheres negras em torno da RMNN, no processo de construção da I MMNB, são expressões e práticas feministas negras decoloniais e fonte de renovação em direção a novos paradigmas de justiça social?

2.2. A Pesquisa Ativista Feminista Negra como estratégia metodológica na pesquisa feminista localizada

A corrente PAFN parte da proposta de “conhecimento situado”, que a coloca na confluência dos novos movimentos globais. Tal estratégia metodológica vem sendo considerada como um paradigma nas ciências humanas, que oferece possibilidades mais

⁶⁹ Texto original: “Sustentar las militancias epistémicas o las militancias en la investigación conlleva a entablar la discusión propiamente dentro del campo del conocimiento de las ciencias y hacer una crítica a la subordinación que se ha establecido entre saber y conocimiento” (BOTERO, 2012: 33).

⁷⁰ Texto original: “No son solo postulados teóricos los que desarrolla la investigación activista en una relación dialéctica con respecto a su práctica, sino que también lo hace con las metodologías que usa” (Choudry, 2014: 80).

cuidadas e localizadas epistemologicamente para uma aproximação mais apropriada das ciências sociais ao tema do movimento social, tanto epistemológica quanto metodologicamente (CHOUDRY, 2014).

Esta aproximação, conforme ressalta Choudry (2014), ajuda o/a pesquisador/a a decidir, de acordo com o contexto, os métodos específicos, levando em conta que “Não são postulados teóricos apenas aqueles que desenvolvem a pesquisa ativista em uma relação dialética com a sua prática, mas também aqueles que o fazem com as metodologias que usa” (CHOUDRY, 2014, p. 80)⁷¹.

Meu interesse com esses escritos resulta do meu próprio envolvimento com esta construção, nos acontecimentos e investimentos, nos debates contemporâneos da teoria feminista e da necessidade política urgente de ruptura desses silenciamento em face aos modelos excludentes de desenvolvimento.

Assim, recorro à pesquisa ativista, que pressupõe uma produção de conhecimento que não é objetiva, mas dialética. Uma investigação que leva em conta “um modo de estar em que o conhecedor se identifica com o conhecimento de uma maneira tão completa” (D’SOUZA, 2010, p. 168), que estabelece um nível elevado de envolvimento e intervenção absolutamente necessário do/a pesquisador/a que orienta e coordena sua realização na situação e no grupo investigado, enquanto pessoas implicadas nos problemas, incentivando a autoconfiança e a autonomia dessas populações através dos resultados obtidos na pesquisa (HAGUETTE, 1987, FIGUEIREDO, 2004; D’SOUZA, 2010). “Desse modo não seremos apenas ativistas ou, por outro lado, apenas pesquisadores dissociados do cotidiano do povo e das demandas populares” (FIGUEIREDO, 2004, p. 2).

Sendo assim, proponho aqui falar em possibilidades metodológicas, ao invés de determinar, de antemão, um método como um único meio alternativo para tornar visível o que, tradicionalmente, foi ocultado pela ciência masculina e corrigir os erros da "bad science" (LONGINO, 2005). Entretanto, metodologicamente falando, há nesta construção uma predominância da pesquisa ativista feminista (ou engajada, ou militante), paradigma fundamentado na auto-reflexividade das narrativas e produção de conhecimento que não é

⁷¹ Texto original: “No son solo postulados teóricos los que desarrolla la investigación activista en una relación dialéctica con respecto a su práctica, sino que también lo hace con las metodologías que usa” (Choudry, 2014: 80).

objetiva, mas dialética. Conforme ressalta Bárbara Biglia (2005), trata-se de uma escolha investigativa que parte da ideia de que os conhecimentos auto-reflexivos dentro de um coletivo social já são parte da transformação. O que implica em decidir, de acordo com o contexto, os métodos específicos. A esse respeito, Zavos & Biglia afirmam:

Diferentes conhecimentos são produzidos em múltiplos locais e precisamos reconhecê-los, assim como nos comprometemos com eles, se quisermos subverter as relações desiguais que ainda existem. É exatamente isso que uma análise ponderada e situada pode oferecer para politizar a pesquisa (ZAVOS & BIGLIA, 2009, p. 155), tradução da autora.⁷²

A escolha pela pesquisa ativista feminista que trago para dentro deste estudo e a forma de realizá-la já são um modo de intervenção no Campo-tema, podendo constatar, na forma de abordagem, a dimensão do engajamento como pertencimento ao ambiente estudado, em oposição à externalidade que conforma o mundo como objeto separado de um sujeito que se encontra fora dele.

Aqui, o sentido adotado para o Campo-tema é o mesmo proposto por Spink (2003), de que “O campo-tema não é um aquário que se olha do outro lado do vidro; é algo do qual fazemos parte desde o primeiro momento em que dissemos, “estou trabalhando com...”” (SPINK, 2003, p.36), tradução da autora.⁷³

Mas não só por ela: também me apropriei como base para a abordagem teórica a História Oral (THOMPSON, 1998, BOSI, 1999; ALBERTI, 2005; 2012) e a Teoria Feminista do Ponto de Vista (*Feminist Standpoint Theories*), que surge entrelaçada com as reflexões oriundas da questão crucial demonstrada por Foucault (*Método, Arqueologia e Genealogia do Saber*) sobre o que, como, quando e por quem pode ser dito, em “As palavras e as coisas” (1966) bem como a própria opção de que o racismo vivenciado pelas mulheres negras, enquanto sujeito historicamente silenciado, está inserido, e de forma estruturante, no âmbito deste estudo. Quando se diz que a pesquisa ativista volta-se “para os objetivos que o acadêmico, enquanto cidadão, deseja alcançar através da pesquisa, bem como para as práticas que as teorias implicam” (D’SOUZA, 2010, p. 158), destaca-se a relevância deste método.

⁷² Texto original: “Se producen diferentes conocimientos en locaciones múltiples y hace falta reconocerlos, así como comprometerse con ellos, si queremos subvertir las relaciones desiguales que aún existen. Esto es exactamente lo que un análisis reflexivo y situado puede ofrecer en aras de politizar la investigación (Zavos & Biglia, 2009: 155).

⁷³ Texto original: “no es un acuario que miramos del otro lado del vidrio; es algo de lo que formamos parte desde el primer momento que decimos: ‘estoy trabajando con...’” (SPINK, 2003, p.36).

Julgo muito significativa e oportuna a alegação de Radha D'Souza, em seu trabalho "As prisões do conhecimento: pesquisa ativista e revolução na era da 'globalização'" (2010), quando destaca a relevância deste método ao argumentar que, antes de mais nada, a pesquisa ativista volta-se "para os objetivos que o acadêmico, enquanto cidadão deseja alcançar através da pesquisa, bem como para as práticas que as teorias implicam". É preciso que o pesquisador/a esteja sempre atento a reflexões do tipo: "conhecimento para quê, para quem, para que tipo de ativismo". É tanto que este método "não corresponde a uma liberdade negativa e permissiva, no sentido de que a pesquisa, desde que metodologicamente planejada, vale por si só" (D'SOUZA, 2010, p. 158). Para a autora, a opção por este método:

[...] implica que se transcenda a divisão entre sujeito e objeto, transpondo as fronteiras que separam o eu enquanto conhecedor e o conhecimento do mundo. É um modo de estar em que o conhecedor se identifica com o conhecimento de uma maneira tão completa (D'SOUZA, 2010, p. 168).

Imprescindível, também, para o/a pesquisador/a, atentar sempre para o fato de que não há pesquisa neutra. A ciência, como todo o resto, é uma prática consciente e a reflexões do tipo: "conhecimento para quê, para quem, para que tipo de ativismo". É tanto que este método "não corresponde a uma liberdade negativa e permissiva, no sentido de que a pesquisa, desde que metodologicamente planejada, vale por si só" (D'SOUZA, 2010, p. 168).

Carolina Suptitz (2014) se posiciona acerca desse engajamento cidadã/ão sinalizado por D'Souza, argumentando "Se a neutralidade deixou de ser uma exigência para se tornar um mito, passo seguinte nesta caminhada é a admissão de pesquisas científicas ativistas ou engajadas. E é exatamente isto o que está por trás de alguns projetos de pesquisa contemporâneos" (SUPTITZ, 2014). O objetivo do uso particular deste método é fazer com que a própria pesquisa possa contribuir para o equacionamento de problemáticas relacionadas à ampliação da cidadania e à transformação social. É uma tentativa de aproximação à pesquisadora do conhecimento produzido pelo movimento de mulheres negras durante a construção da I Marcha. Cumpre ressaltar que se trata de uma tentativa de transformar o mundo por meio da pesquisa (SUPTITZ, 2014, p. 48).

O método, assim compreendido, demarca a pesquisa num lugar político-epistemológico, uma vez que fornece sustentação para uma investigação politicamente posicionada e comprometida com a valorização e a recuperação das maneiras diversas de viver a história pois, conforme Thompson, as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos. Elas experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidade, como valores ou (através de formas mais elaboradas) na arte ou nas convicções religiosas (THOMPSON, 1981, p. 189).

Assim, seguindo essas deixas, recorri também à história oral (QUEIROZ, 1988; BRANDÃO, 1988; ALBERTI, 1990; HAGUETTE, 1995; THOMPSON, 1998; BOTURA, 1998; BOSI, 1999; ALMEIDA, 2001) para, a partir das narrativas de algumas militantes envolvidas com este processo, analisar os episódios da Marcha, por entender que esta acontece em contexto cultural complexo, marcado por diferentes tradições e por acreditar que a história oral tem possibilitado elucidar trajetórias individuais, eventos, processos e vivências coletivas, “transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’”, o que tem contribuído muito “para uma história que não só é mais rica, mais comovente, mas também verdadeira” (THOMPSON, 2002, p.137). São histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas [...] (FERREIRA; AMADO, 2006, p. 14).

Neste estudo adoto o conceito de História Oral construído por Verena Alberti (2005), para quem:

A História Oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador à fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente (ALBERTI, 2005, p. 155).

Com base nesta breve definição, procuro apreender as características que perpassam a história oral aqui entendida como uma metodologia de pesquisa multidisciplinar que busca, por meio de entrevistas, registrar as narrativas de mulheres negras que vivenciaram ou testemunharam a I MMNB, acontecimento histórico da ação política dessas atrizes

sociais que, muitas vezes, nas tendências historiográficas tradicionais foram ignoradas, dando voz e visibilizando suas experiências de vida e visões de mundo.

Assim, aproprio-me da História Oral como procedimento de coleta de dados e método de análise para, a partir da oralidade, na perspectiva da filosofia tradicional africana no Brasil por meio de alguns fundamentos trabalhados pelo estudioso Amadou Hampaté Bâ como: Ancestralidade, tradição, espiritualidade da palavra, corpo, ritmo e transversalidade, visíveis em alguns espaços de educação, a exemplo dos terreiros, quilombos, movimentos sociais, etc, captar as narrativas de mulheres negras envolvidas na construção da Marcha. “Dentro da tradição oral, na verdade, o espiritual e o material não estão dissociados” (HAMPÂTÉ BÂ, 2010, p.169). Uma oportunidade ímpar de dialogar com mulheres que têm na sua trajetória de vida experiências que guardam elementos ancestrais interligados de diversas maneiras nos movimentos e que emergiram no processo de construção da I Marcha ou com ela tiveram contato.

Paul Edward Thompson (1992), historiador inglês, figura proeminente que defende a validade das fontes orais na história social, utilizando-se de categorias originárias do marxismo de maneira historicizada, ressaltou que a história oral é uma história construída em torno de pessoas, daí a importância do seu uso. Por isso, diz ele, nós pecamos ao valorizar somente o que está escrito, porque a história só possui verdadeiro sentido ao desvelar a sua finalidade social (THOMPSON, 1998, p. 25).

É através da análise da experiência humana, mediante a história oral, que se faz possível evidenciar os fatos coletivos. O historiador discordava da ideia de sujeitos destacados dos processos históricos, levantando a questão sobre a importância das experiências dos sujeitos anônimos, da “história vista de baixo” (THOMPSON, 1992, p. 44).

Verena Alberti (2005), por sua vez, argumenta que:

A história oral não é um fim em si mesma, e sim um meio de conhecimento. Seu emprego só se justifica no contexto de uma investigação científica, o que pressupõe sua articulação com um projeto de pesquisa previamente definido. Assim, antes mesmo de pensar em história oral, é preciso haver questões, perguntas, que justifiquem o desenvolvimento de uma investigação (ALBERTI, 2005, p. 29).

Fundada em 1994, a Associação Brasileira de História Oral, define em seu estatuto que “por História Oral se entende o trabalho de pesquisa que utiliza fontes orais em diferentes modalidades, independentemente da área de conhecimento na qual essa metodologia é utilizada” (Revista de História Oral, 1998, p. 14).

Acredito muito na força de um método de estudo baseado no depoimento de mulheres que, ainda que sendo todas negras, carregam em si diferentes experiências construídas a partir das especificidades advindas de realidades e lutas travadas em seus estados, todos da região nordeste do país. O método da oralidade segundo Verena Alberti (2004) caracteriza-se, principalmente, por priorizar a subjetividade, permitindo que “ao longo da narrativa da trajetória de vida” (ALBERTI, 2004, p. 38) os temas relevantes para a pesquisa sejam aprofundados. A autora argumenta ainda que para se chegar a deduções expressivas por meio de entrevistas, alcançar um significado suficientemente completo a ponto de se poder viabilizar certo grau de generalização dos resultados do trabalho, é recomendável que os critérios utilizados na definição da quantidade de pessoas a serem entrevistadas estejam articulados com os próprios propósitos da pesquisa.

De acordo com Meihy et al (2010) esse método de pesquisa não se restringe à realização da entrevista; “trabalha com o pressuposto do reconhecimento do outro em suas possibilidades mais dilatadas”. Para as pesquisas em tradição oral o importante é “viver junto ao grupo, estabelecer condições de apreensão dos fenômenos de maneira a favorecer a melhor tradução possível do universo mítico do segmento” (Meihy et al 2010, p. 40-41),

Ainda segundo Meihy (2002), a história oral só pode ser realizada diante de uma composição mínima de três elementos – do entrevistador, do entrevistado e da aparelhagem de som que registrará os relatos.

As operações em história oral exigem reflexões sobre o estabelecimento de textos e de seus usos. Assim, parte-se do princípio de que os discursos orais são passíveis de transformação em textos escritos que se tornam testemunhais. A pluralidade desses discursos depende de tipos de captações e, assim, há variações de entrevistas que se organizam em gêneros. Sem a lógica da captação, as entrevistas de história oral se perdem em indefinições (MEIHY & HOLANDA, 2010, p. 12).

Tal postura tem exigido a transposição das fronteiras que separam os que estudam - enquanto conhecedores - dos atores da história - que detêm o conhecimento do mundo -, transformando-os em sujeitos. O que só contribui, segundo Thompson, para uma história

que não só é mais rica e mais comovente, mas também verdadeira. Enquanto for mantida esta distância, “a caracterização que fazem de suas vidas, opiniões e ações sempre estará sujeita a ser descrições defeituosas, projeções da experiência e da imaginação do próprio historiador: uma forma erudita de ficção” (THOMPSON, 2002, p. 37).

Entretanto, a especificidade da história oral, vai além de uma simples técnica ou um campo de estudo, do ineditismo de informações ou do preenchimento de lacunas deixadas pelos registros escritos ou iconográficos, posto que “gera soluções teóricas, à medida que tem como princípio prescrever e organizar procedimentos, desde a pluralidade de entrevistas, suas diversas maneiras de transcrever e analisar, se configurando na junção: teoria-prática” (AMADO & FERREIRA, 1998).

Marieta Ferreira e Janaína Amado também contribuem com esse debate ao salientar que, a história oral se constitui em importante instrumento de reconstrução das “histórias de movimentos sociais populares, de lutas cotidianas encobertas ou esquecidas, de versões menosprezadas” (AMADO & FERREIRA, 2005, p. 14), memórias essas de grupos sociais excluídos, recuperadas pela escuta dos participantes, dos sujeitos envolvidos no fazer contínuo dessa história.

Paul Thompson (1998), em sua obra “Vozes do Passado”, “Toda história depende finalmente de seu propósito social”. Sinaliza essa mudança de enfoque, ressaltando a importância da “história vista de baixo,” do encontro direto entre o sujeito que investiga e o objeto investigado, proporcionando presença histórica àquelas pessoas comuns rejeitadas pela “história vista de cima”. Afirma que o movimento da “história-vista-de-baixo” pode oferecer outras possibilidades e outros pontos de vista e valores, pois “a realidade é complexa e multifacetada; e um mérito principal da história oral é que, em muito maior amplitude do que a maioria das fontes, permite que se recrie a multiplicidade original dos pontos de vista” (THOMPSON, 1998, p. 25).

Tratando-se da história das mulheres negras, é fundamental reconhecer o papel da tradição oral africana, crucial na preservação da memória, identidade, valores, experiências na vida dessas mulheres. Nessa conexão com as raízes culturais, as mulheres negras, por meio de narrativas transmitidas oralmente, compartilharam conhecimentos ancestrais, ensinamentos e reflexões sobre a vida, a espiritualidade e a resiliência. Por isso é que os

contos orais na cultura africana vão além de meras histórias. Eles são portadores de sabedoria, valores e identidade.

A produção desta tese, portanto, se concentra na produção de um conhecimento resultante da reconstrução da I Marcha de Mulheres Negras brasileiras que, aberta a múltiplas interpretações, fornece evidências de como essas mulheres definem as experiências por elas vividas. Tomando como ponto de partida a perspectiva da História Oral, processo pelo qual as entrevistadas, utilizando-se de suas memórias, oferecem uma janela para se enxergar o que, de fato, entendem sobre o que pode ter acontecido no período; ações, metodologias e estratégias que marcaram essa construção são resgatadas.

O conhecimento cunhado a partir da história oral está diretamente relacionado a debates sobre linguagem versus estrutura travados por materialistas e pós-estruturalistas, como assegura Michèle Barrett (1992). A autora, inspirada pela crítica fundada por Foucault (1989) sobre “a ambição de dispensar as 'coisas' - e valorizar mais as 'palavras' -, ressalta a importância que tem sido atribuída à matéria, assim como à hierarquia de valores presente na perspectiva materialista” (BARRETT, 1992, apud FOUCAULT, 1989, p.49).

Seguindo a argumentação de Foucault, Barrett (1992) salienta que, nesse caso, não estava 'negando a realidade', ao se contrapor “a 'muda existência da realidade' com a habilidade de grupos de signos (discursos) de agir como 'práticas que, sistematicamente, formam os objetos dos quais eles falam". Por isso, insiste no valor que tem a realidade e seu significado para a produção de conhecimento, ainda que esta tenha sido pouco reconhecida e valorizada pelas teorias sociais e também feministas (FOUCAULT, 1989, p.49 apud BARRETT, 1999).

Barrett defende que o “pressuposto básico acerca da linguagem nas teorias social e feminista costumava ser o de que a linguagem era um veículo para a expressão de ideias” (BARRETT, 1992). Entretanto, o entendimento que vigora atualmente é a noção de linguagem como agente produtor de identidade, subalternidade, que tem também o poder de construir e de expressar significados e, ao mesmo tempo, em sua dimensão retórica, operar como potencial fator gerador de disseminação subversiva.

Paul Veyne, analisando a relação entre História e romance, diz:

A história é uma narrativa de eventos: todo o resto resulta disso. Já que é, de fato, uma narrativa, ela não faz reviver esses eventos, assim como tampouco o faz o romance; o vivido, tal como ressaí das mãos do historiador, não é dos atores; é uma narração. [...] Como o romance, a história seleciona, simplifica e organiza (VEYNE, 1998, p. 18).

Como Verena Alberti (1989), acredito que a “peculiaridade da história oral decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu” (ALBERTI, 1989, p.5). Nesse sentido, a dependência prioritária da memória, “em vez de outros textos, é o que define e diferencia a história oral em relação a outros ramos da História” (FENTRESS; WICKHAM, 1992 apud ERRANTE, 2000, p. 142).

Neste sentido as narrativas orais demandam, ainda, uma reflexão sobre a memória, já que a oralidade são narrativas de memórias, incorporadas como meio plausível para se coletar e organizar o conhecimento produzido a partir das experiências desses sujeitos anônimos, permitindo uma melhor descrição e reconstrução de suas experiências, práticas, uma melhor compreensão dos seus feitos.

Para Amado (1995), vivência e memória possuem naturezas diferentes, pois o vivido remete à ação, a concretude, às experiências de um indivíduo ou grupo social. “A política constitui o substrato da memória; esta, por meio de mecanismos variados, seleciona e reelabora componentes da história”. Já a história é a memória (AMADO, 1995, p. 131).

2.3. A pesquisa interdisciplinar como estratégia metodológica na pesquisa feminista

Com a pós-modernidade vieram também a pluralidade e o questionamento das certezas como marcas de uma época em que não há um único modelo a ser seguido como instrumento para estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes (GODOY, 1995a.; BOMBASSARO, 1995; Chalmers, 1993; GERGEN, 1985). Assim, a pesquisa em tela privilegia a perspectiva de abordagem qualitativa que parte do pressuposto que “o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são focos de atenção especial do pesquisador” (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 12).

Segundo Godoy (1995a, p. 62), as pesquisas qualitativas diferem entre si quanto ao método, à forma e aos objetivos. Ressalta a diversidade existente entre os trabalhos qualitativos ao enumerar uma série de características que identificam esse tipo de pesquisa: o ambiente natural como fonte direta de dados; o pesquisador/a como instrumento fundamental; o caráter descritivo; o significado que as pessoas dão as coisas e à sua vida como preocupação do investigador; e o enfoque indutivo (GODOY1995a).

Para um melhor entendimento dos fenômenos estudados os métodos na pesquisa feminista foram abordados de forma interdisciplinar, ou seja, a partir de diferentes pontos de vista que não se contrapõem, na verdade complementam-se e podem contribuir para uma melhor compreensão do fenômeno. Nas ciências sociais, a combinação de dados qualitativos e quantitativos pelos/as pesquisadores/as é chamada de triangulação. Estes, embora difiram quanto a forma e à ênfase, não se contrapõem, nem se excluem mutuamente como instrumentos de análise (POPE & MAYS, 1995, p. 42).

Como um meio de superar dicotomias, os métodos para coleta dos dados foram abordados de forma interdisciplinar. Assim, utilizei nesta uma estratégia metodológica diferenciada, cruzando diferentes pontos de vista para captar o fenômeno em estudo: a triangulação. O cruzamento de vários métodos, inclusive, quantitativos, é incentivado neste estudo, com intuito de obter, o mais próximo possível ações, sentimentos, significados, valores e interpretações; isto é, as identidades das pessoas entrevistadas. Nesta a perspectiva das mulheres negras envolvidas no processo de construção da IMMNB vários foram os tipos de dados coletados e analisados, em todos os pontos de vista considerados relevantes para que se tenha uma ideia próxima da dinâmica que envolveu este processo.

Assim, fiz uso da triangulação de métodos, por se tratar de “um instrumento que permite iluminar a realidade sob vários ângulos, como um prisma, demonstrando maior clareza teórica e aprofundamento da interdisciplinaridade, interativa e intersubjetiva” (GURGEL, 2007). O uso de diferentes técnicas para validação dos seus resultados tem demonstrado ser adequado, favorecendo as pesquisas feministas, interdisciplinares, a partir de um olhar multidimensional para a complexidade do problema que envolve as mulheres negras.

O termo “triangulação”, enquanto estratégia metodológica, começou a ser construído em 1959 por Campbell e Fiske, no campo da Psicologia, com o intuito de fazer uso de diferentes técnicas para validar os seus resultados, a partir

daquilo que os autores identificaram como a convergência entre os dados (DUARTE, 2009). Em 1966, outros quatro pesquisadores (Webb, Campbell, Schwartz e Sechrest) ampliaram tal compreensão ao defender que o emprego de diferentes técnicas em um mesmo estudo “melhoraria a validade dos resultados” (DUARTE, 2009, p. 11; MENESES, 2018, p. 52).

É nesse sentido que o uso da triangulação de métodos como estratégia de pesquisa interdisciplinar, possibilita a utilização de diferentes técnicas de coleta de dados, quais sejam: o método oral - entrevista, a análise documental, o estudo de caso, a etnografia, cujo resultado viabilizou compreender o objeto de estudo a partir de diferentes perspectivas, a etnografia na pesquisa feminista.

Quando fazemos pesquisa qualitativa, as interpretações dos resultados estão diretamente relacionadas com nossa própria experiência de campo, posição social, ideias, escolhas e relações construídas com os/as participantes da pesquisa. Cabe à/ao pesquisadora/or buscar cumprir a necessidade de uma reflexão mais aprofundada acerca de suas escolhas, que devem estar sempre coerentes com os referenciais que perpassam e sustentam os pressupostos metodológicos de uma corrente teórica e dos próprios dados que ela/e vai eleger como sendo relevantes para a pesquisa e, conseqüentemente, com o objeto de estudo a partir de diferentes perspectivas.

Além disso, o uso dos métodos qualitativos as semelhanças e diferenças particulares, as identidades dos sujeitos investigados, suas semelhanças e diferenças, bem como essas mesmas especificidades na pessoa de quem investiga podem ser vistas possibilita a/ao pesquisador/a a captura dessas vozes particulares, e apresenta um mundo em que as experiências das pessoas podem ser visibilizadas com a captura dessas vozes específicas (BALLESTEIROS, 2012).

Conforme sinaliza a pesquisadora mexicana Gabriela Delgado Ballesteiros, o método de pesquisa qualitativa,

[...] consiste em fazer descrições muito detalhadas sobre pessoas, situações, eventos, interações e comportamentos observáveis, respeitando e incorporando o que dizem os participantes da pesquisa, eles pensam e sentem, bem como suas

experiências, atitudes, crenças e reflexões como eles dizem, e não como o pesquisador descreveria. (BALLESTEIROS, 2012, p. 199), tradução da autora⁷⁴.

Assim, a triangulação de vários métodos para coleta dos dados na pesquisa qualitativa em ciências sociais é assumida neste estudo, a fim de dar ênfase as experiências das mulheres que foram historicamente invisibilizadas pela etnografia convencional durante décadas, aproximando-se o máximo possível, dos sentimentos, significados, valores e interpretações; isto é, as identidades das pessoas entrevistadas.

Godoy (1995b, p. 21) aponta a existência de, pelo menos três diferentes possibilidades oferecidas pela abordagem qualitativa: a pesquisa documental, o estudo de caso e a etnografia. É o caso do método comparativo e genealogia, história com método oral (entrevista em profundidade e biografia), o estudo de casos clínicos de psicologia e psicanálise, a antropologia com etnografia, a teoria fundamentada da sociologia do feminismo ou, mais recentemente, a etnografia feminista. Esta última dá ênfase as experiências das mulheres que foram historicamente invisibilizadas pela etnografia convencional durante décadas.

Assim sendo, na tentativa principal de capturar o significado que as mulheres negras dão às suas ações, suas ideias e o mundo ao seu redor, incorporei algumas metodologias qualitativas para este estudo, quais sejam: o estudo de caso, etnografia, história oral, observação participante e a pesquisa ativista.

A escolha metodológica para levantamento desses dados se deu por meio de diversas fontes de informação para a coleta de dados: entrevistas - semiestruturada, com militantes pioneiras de distintas organizações da RMNN; fontes documentais – publicações (entrevistas, panfletos, jornais, site, e-book, matérias, etc.) internos das organizações e coletivos (atas de reuniões, projetos, ofícios, cartas, e-mails, etc.); e de observações durante a participação em eventos organizados pelo RMMN (reuniões, encontros, palestras, shows, passeios, passeatas, virgílias e formações) e, ainda, conversas informais com lideranças

⁷⁴ Texto original: consiste en hacer descripciones muy detalladas sobre personas, situaciones, eventos, interacciones y comportamientos que son observables, respetando y incorporando lo que las o los participantes de la investigación dicen, piensan y sienten así como sus experiencias, actitudes, creencias y reflexiones tal y como ellos lo dicen, y no como el investigador lo describiría.

que me ajuram a definir o escopo da pesquisa. Todas entrevistas tiveram uma participação direta no processo de construção da I Marcha.

A RMNN é uma articulação composta por organizações e ativistas do movimento de mulheres negras na região, sendo que, atualmente nos nove estados do Nordeste⁷⁵, algo em torno de 50 organizações participam desta articulação em todo o território, conforme demonstrativo a seguir:

Organizações que compõem a Rede de Mulheres Negras do Nordeste

Estado	Organização
AL	Rede de Mulheres Negras de Alagoas
CE	INEGRA – Instituto da Mulher Negra do Ceará Pretas do Cariri
BA	ODARA – Instituto da Mulher Negra; Rede de Mulheres Negras da Bahia; Movimento Negro MNU; Sindoméstico – Sindicato das Trabalhadoras Domésticas; Associação Cultural e Carnavalesca Afoxé Kambalagwanze; Grupo de Mulheres do Alto das Pombas de Salvador/BA. Instituto Búzios; Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD); Bahia Strett; Associação das Baianas de Acarajé e Mingau - ABAM; Movimento de Mulheres Negras Dandaras do Sisal (Serrinha); RMNBA – Mulheres do MNU-BA/Seção de Feira de Santana Rede de Mulheres Negras de Santo Amaro; Rede de Mulheres Negras de Camaçari; Rede de Mulheres Negras de Maragogipe; Associação Flor De Lotus (São Francisco do Conde); Movimento de Mulheres Negras do Baixo Sul; Cooperativas de Mulheres recicláveis; Movimento popular de Rua; Coletivo de Mulheres do Calafate; Coletivo Carolinas; ICEAFRO; Casa Mariazinha de Oração; Sou Digna; Instituto Yalodê; Ama Cruz das Almas; AMULETO; Mulheres da Vasco da Gama.
MA	Grupo de Mulheres Negras Mãe Andesa (GMNMA)
PE	Rede de Mulheres Negras de Pernambuco, UialaMukaji
PI	Ayabás – Instituto de Mulher Negra; Rede Fulanas
PB	Bamidê Organização de Mulheres Negras da Paraíba; Abayomi Coletiva de Mulheres Negras na Paraíba; Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros e Indígenas da UFPB.
RN	Rede de Mulheres Negras do Rio Grande do Norte; Coletivo de Mulheres Negras as Carolinas; Organização de Mulheres Negras AjagumObinrin.

⁷⁵ O Nordeste do Brasil é constituído por nove estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

SE	Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria; Movimento Negro Unificado – MNU; União dos Negros - Unegro/SE; Quilombo Raça e Classe; Coletivo de Mulheres de Aracaju; Omolàyé Fórum de Religiões de Matriz Africana; Fórum de Entidades Negras de Sergipe.
-----------	--

Fonte: Demonstrativo elaborado pela autora a partir dos dados coletados nas redes sociais e sites dessas organizações.

Devido à dimensão territorial, que impacta diretamente no custo de deslocamento, não houve viabilidade financeira para manter uma presença mais sistemática nas inúmeras ações promovidas por estas organizações, tão pouco, coletar dados suficientes para proceder as análises de todas as atividades praticadas em todo o território. O que me levou a centrar mais as análises em apenas quatro destes estados: Bahia, Pernambuco, Paraíba, Sergipe, ainda que faça menção a algumas ações realizadas pelos demais estados ao longo do processo.

Tamabém optei por modificar a forma de abordagem dando seguimento as análises não tomando como ponto de partida os estados da região nordeste, mas sim, as ações consideradas emblemáticas para o êxito da proposta de marchar à Brasília e efetivação das análises, a saber: a I MMNB propriamente dita (capítulo V); o projeto tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste (capítulo VI); e o Julho das Pretas (capítulo VII); privilegiando desdobramentos da dinâmica instaurada pela ação coletiva dessas mulheres no cenário político local e nacional, salientando o papel informal que essas organizações, enquanto *lócus* de resistência negra, cumprem como formadoras pedagógicas nesse contexto.

Assim sendo, na tentativa principal de capturar o significado que as mulheres negras derão às suas ações, suas ideias e o mundo ao seu redor, incorporamos algumas metodologias qualitativa para este estudo, quais sejam: Estudos de Caso, História Oral, Observação Participante e a Pesquisa Ativista.

A grande maioria dos dados analisados e apresentados nessa tese foi coletada das narrativas construídas pelas militantes desse movimento, antes, durante e depois da Marcha – entrevistas, publicações, materiais áudio visuais, documentos institucionais, institutos de pesquisa, bibliograficas. Entretanto utilizou-se também como instrumento para a coleta de dados outras fontes de pesquisa.

Como instrumento para a coleta das narrativas foi utilizado os seguintes recursos de pesquisa:

Coleta das Narrativas

Fonte	Registros
1) Narrativas	<ul style="list-style-type: none"> – Fontes Oral: – Primária: provenientes de entrevistas semiestruturadas, colhidas diretamente pela autora, com 02 (duas) militantes de distintas organizações da RMNN (Rede de Mulheres negras de Pernambuco e Grupo de Mulheres Negras Mãe Andreza) ou seja, discurso livre e também, extraído de publicações e matérias de jornal com o propósito de colher suas impressões sobre o processo de construção da Marcha. – Secundárias: entrevista com 07 (sete) militantes negras da região Nordeste. – Relatos biográficos e depoimentos, mediante participação em reuniões, eventos e formações – Minhas próprias impressões acerca desse processo construídas a partir da participação em reuniões, eventos e formações promovidas pelo Odara e Rede.
2) Publicações	<ul style="list-style-type: none"> – E-books; matérias difundidas nas redes sociais (mídia alternativa, sites oficiais das organizações da RMNN - Odara, Bamindelê, Inegra, etc) e em canais de comunicação e (site, blogs, instagram, facebook, etc.)
3) Materiais audiovisuais	<ul style="list-style-type: none"> – Fotográficos; vídeos; Folders; cartazes.
4) Documentos institucionais e de Institutos de pesquisa	<ul style="list-style-type: none"> – Leis; normas; programas; coleta de discursos – disponíveis nos arquivos internos das organizações (relatórios, atas, publicações, etc.) – Congressos, encontros e seminários do movimento social e acadêmicos.
5) Bibliográfica	<ul style="list-style-type: none"> – Monografias, teses, dissertações, artigos e comunicações

Fonte: Demonstrativo elaborado pela autora a partir dos dados coletados em diversas fontes.

Fontes primárias – Militantes da RMNN⁷⁶

Entrevistada	Formação	Organização	Estado	Local/data

⁷⁶ Entrevistas concedidas diretamente a autora em 08/09/2016, durante o 13º Fórum Internacional da AWID, na Costa do Sauipe – Bahia/Brasil.

Maria Piedade Marques Souza	Filósofa	Rede de Mulheres Negras de Pernambuco	Pernambuco	Congresso da AWID, em 08/09/16
Ivana Braga	Jornalista	Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa	Maranhão	Congresso da AWID, em 08/09/16

Fonte: Demonstrativo elaborado pela autora

Fontes secundárias ⁷⁷

Entrevistada	Formação	Organização	Estado	Local/data
Valdecir Pedreira do Nascimento	Historiadora	Odara Instituto da Mulher Negra	Bahia	Relatórios de reuniões da RMNN e do Odara Instituto da Mulher Negra
Noélia Sacramento	Professora	Movimento de Mulheres Negras do Baixo Sul.	Bahia	Site Evolução Hip Hop – IRDERB Bahia. Acessado em 22/04/2015.
Lindinalva de Paula	Professora	Rede de Mulheres Negras da Bahia	Bahia	Site da CESE. Acessado em 03/06/2016.
Naiara Leite	Jornalista	Odara Instituto da Mulher Negra.	Bahia	E-book, em fevereiro de 2019
Rosana Fernandes	Historiadora	CESE Coordenadoria Ecumênica de Serviço	Bahia	Site da CESE. Acessado em 03/06/2016.
Vera Barone	Advogada	Uiala Mukaji-Organização de Mulheres Negras de Pernambuco	Pernambuco	Encontro da RMNN - Relatórios internos da organização, em maio/2014
Regina Adami	Ativista da AMNB	Comitê Impulsor da I MMNB	Encontro da RMNN, em maio/2014	Relatórios internos da organização, em maio/2014
Maria Piedade Marques Souza	Filósofa	Rede de Mulheres Negras de Pernambuco	Pernambuco	Relatório da reunião da RMNN – Recife-PE, 2016

⁷⁷ Entrevistas extraídas de publicações e documento institucionais das organizações que compõem a RMNN.

Maria Luiza Nunes	Relações públicas e comunicação	CEDEMPA	Pará	Relatório da reunião da RMNN – Recife-PE, 2016
Vilma Reis	Socióloga	ICEAFRO	Bahia	Relatório da reunião da Rede de Mulheres Negras da Bahia, Feira de Santana, dia 07/05/2016.
Kiazala	<i>Nengwa kamukenge / Mametu ndenge</i> ⁷⁸	RMNBA - Camaçari.	Bahia	Relatório da reunião da Rede de Mulheres Negras da Bahia, ocorrida em Feira de Santana, dia 07 de maio de 2016
Ivana Dorali	Jornalista	RMNBA	Bahia	Relatório da reunião da Rede de Mulheres Negras da Bahia, Feira de Santana, dia 07 de maio de 2016.
Ideljane Melo		RMNBA – Mulheres do MNU-BA/Seção de Feira de Santana		Relatório da Caravana para São Francisco do Conde/BA, 23/08/14.

Fonte: Demonstrativo elaborado pela autora a partir de informações extraídas de documentos internos das organizações, publicações e canais de comunicação diversos.

A escolha dessas militantes e ativistas do movimento de mulheres negras no Nordeste se deu considerando o aspecto de serem elas partes vivas da história dessa organização na região, no campo da ação política e de advocacy, da década de 1990 início dos anos 2000. Pois, conforme salienta Ivan da Costa Lima, “trabalhar a memória de militantes negros e negras significa desvendar caminhos, trajetórias e potencialidades de uma parcela influente na história e cultura do país, é contribuir para outra interpretação do que seja a cultura de matriz africana” (LIMA, 2011, p. 143).

As entrevistas realizadas depois de transcritas foram submetidas às narradoras que puderam ter acesso ao seu depoimento e autorizar a sua utilização no trabalho. Somente após esse procedimento foi possível ter sua análise contextualizada e incorporada à tese.

Os critérios para Análise das Entrevistas Narrativas apoiam-se no instrumento sugerido por Schütze (1977, 1983), que tive acesso a partir da síntese desenvolvida por Bauer & Javchelovitch (2004), detalhada na dissertação de Sávio Luna (2008). A esse

⁷⁸ *Nengwa kamukenge / Mametu ndenge* “mãe pequena” do Manço Quilembecuetá Lemba Furamã, Terreiro de Jauá, da Nação Banto/Angola.

respeito González Rey (2005c) (apud LUNA, 2008) ressalta a importância e pertinência do aspecto subjetivo para o contexto da pesquisa qualitativa, ou seja “a fantasia, a criatividade, o descobrimento e a inovação durante o processo de investigação é uma das características essenciais da epistemologia qualitativa” (GONZÁLEZ REY, 2005c, p. 271).

Para este autor “O pesquisador não se expressa somente no campo cognitivo; sua produção intelectual é inseparável do processo de sentido subjetivo marcado por sua história, crenças, representações, valores, enfim, de todos os aspectos em que se expressa sua constituição subjetiva” (GONZÁLEZ REY, 2005c, p. 36). Assim, antes de explicitar a proposta utilizada para chegar às categorias, realizei alguns recortes nas narrativas das interlocutoras, no intuito de identificar os núcleos temáticos ou temas-referências que se alinhasssem aos propósitos da pesquisa. Desse modo, conforme sugerem Laville e Dione (1999) as unidades de análise originárias das amostras, obedecem a frases e temas onde os, “fragmentos correspondem cada um a uma ideia particular” (LAVILLE et al, 1999, p. 216).

Assim, antes de explicitar a proposta utilizada para chegar as categorias, realizei alguns recortes nas narrativas das interlocutoras, no intuito de identificar os núcleos temáticos ou temas-referências que se alinhasssem aos propósitos da pesquisa. Desse modo, conforme sugere Laville e Dione (1999), as unidades de análise originárias das amostras obedecem às frases e temas onde os “fragmentos correspondem cada um a uma ideia particular” (idem, 1999, p. 216).

O objetivo principal nesta etapa da pesquisa foi o de identificar quais foram as ações políticas, embarcando, não apenas, os anos de 2011-2015, intervalo de tempo em que a I Marcha foi organizada, mas, também levando em conta algumas ações de incidência política no contexto pós-marcha sob efeito deste ato. Trata-se de ações políticas que pertencem a um campo muito dinâmico, por isso mesmo, delimitações periódicas e territoriais inicialmente propostas tiveram que sofrer modificações ao longo da pesquisa. Por conta disso, um dos critérios metodológicos que definimos desde o início foi o de priorizar a investigação naquelas localidades em que houvesse um mínimo de acesso aos registros inerentes a estas atividades e outros materiais que assegurassem a efetividade da proposta e possibilitassem a análise.

Foi em 2013, quando as atividades começaram a se intensificar e com estas as publicações, que optei por modificar a forma de abordagem, dando seguimento as análises não adotando como ponto de partida os estados da região nordeste, mas sim, as ações consideradas mais emblemáticas para efetivação das análises devido ao impacto que estas sobre o movimento de mulheres negras naquela localidade. Fui convencida da necessidade de rever o espaço territorial e as fontes de análise, focando, não mais nos 09 (nove) estados da região, como era a pretensão inicial, mas voltando a minha atenção, especificamente, para a análise de 04 (quatro) dessas ações.

Esse escopo possibilitou uma análise mais detalhada e, conseqüentemente, uma melhor compreensão dos acontecimentos e de sua repercussão na forma de participação política, práticas e estratégias adotadas por este sujeito e suas organizações ao longo do processo de construção, bem como os objetivos/intencionalidade e impactos dessas para concretude da marcha e como estas retornam pontencializando articulações posteriores orquestradas por esse movimento.

Digo isso para notificar a escolha pelo estudo detido de um caso: a ação coletiva de Mulheres Negras da RMNN, durante o processo de construção da I MMNB e no pós-Marcha, no alinhamento de 04 (quatro) ações realizadas: a I MMNB propriamente dita; a criação da Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN), responsável por essa articulação na região; o Julho das Pretas - comemoração ao Dia da Mulher Negra Afro Latinoamericana e Caribenha -, que ganhou proporção nacional e se firmou para além da Marcha; e a Campanha Parem de nos Matar, privilegiando desdobramentos da dinâmica instaurada pela ação coletiva dessas mulheres no cenário político local e nacional.

Além disso, a seleção desse conjunto de ações do movimento de Mulheres Negras que contribuíram na formulação de parâmetros norteadoras das análises obedeceu a critérios como: a capacidade de mobilização, raio de ação; fomento de novas agendas e bandeiras. Mas também, as características da região, os esforços e estratégias adotadas no intuito de alcançar opiniões distintas, de diferentes localidades, para me conectar e formar um entendimento acerca deste processo de articulação e incidência política.

Procedimentos metodológicos

Ações	Fontes de análise	Objetivos
--------------	--------------------------	------------------

<p>Marcha de Mulheres Negras a Brasília (MMNB)</p>	<p>- Entrevistas coletadas pela autora e sites submentendo-os a um tratamento apoiado no instrumento definido por Schütze (1977, 1983) de Análise da Entrevista Narrativa.</p> <p>- Narrativas coletadas de publicações e matérias de jornais para recuperação de cenários e contextos.</p> <p>- Consulta em documentos institucionais (site, facebook, etc).</p>	<p>- Registrar o acontecimento a partir de diversas linguagens narrativas.</p>
<p>Julho das Pretas - Ação política que se inicia em 2013 na Bahia e se amplifica na maioria dos estados os estados da região</p>	<p>- Levantamento quanti-qualitativo das ações produzidas pelas organizações que compõem a RMNN nas sete Edições do Julho das Pretas que precedem e pós Marcha (dimensão temática, organizacional, atrizes envolvidas, coletivos e grupos, apoios/financiadores).</p>	<p>- Identificar os sujeitos envolvidos;</p> <p>- Identificar o Conhecimento produzido;</p> <p>-Impacto/repercussão desse processo na construção da Marcha.</p>
<p>Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN)</p>	<p>- Levantamento no Banco de dados da RMNN;</p> <p>As Caravanas – Encontros de cunho formativo/pedagógico, mobilização e organização.</p> <p>- Relatórios, atas dos encontros da rede e documentos disponíveis nas páginas das organizações que compõem a RMNN</p>	<p>- Identificar o perfil, localização, das organizações que a compõem, e o panorama de saberes que configuram a equipe;</p> <p>- Sistematizar as Ações produzidas pelo movimento;</p> <p>- Conhecimento produzido a partir dessas ações.</p>
<p>Campanha Parem de Nos Matar</p>	<p>Levantamento qualitativo da dimensão temática, organizacional, atrizes envolvidas, coletivos e grupos.</p>	<p>- Identificar Ações produzidas pelo movimento;</p> <p>- Conhecimento produzido a partir dessas ações.</p>

Fonte: Demonstrativo elaborado pela autora.

Com isso, foi possível dar mais atenção para aqueles episódios que apresentaram maior repercussão e impactos, tanto para dentro, como para fora do restante do país, privilegiando desdobramentos da dinâmica instaurada pela ação coletiva dessas mulheres no cenário político local e nacional, salientando o papel informal que essas organizações, enquanto *lôcus* de resistência negra cumprem como formadoras pedagógicas nesse contexto.

Assim, é possível constatar que partes da coleta dos dados analisados vieram de relatórios e documentos disponíveis nas páginas e redes sociais dessas organizações que

compõem a Rede. Foi por meio dessas publicações que pude produzir as reflexões apresentadas ao longo desta pesquisa.

Neste sentido, trabalhei com relatos extraídos das entrevistadas que serviram de ponto de partida para investigar o modo pelo qual suas ações e práticas políticas, individuais e coletivas, contribuíram para edificar a I Marcha de Mulheres Negras no Brasil. Em outras palavras, me propus a analisar as condições objetivas que possibilitaram a efetivação deste ato contra o racismo e a emergência deste movimento para a esfera internacional.

CAPÍTULO III - A opção por um referencial teórico feminista negro decolonial

1. A experiência feminista negra como expressão do conhecimento situado

Esta seção contém uma vontade política evidente. A de contribuir para resituar o diálogo entre o feminismo das mulheres negras como um pensamento contra-hegemônico de evidência das suas lutas contra o racismo e as desigualdades que vem de muito longe – tempo /espaço - e a concepção teórica decolonial, ambos a partir de planos simétricos.

Introduz alguns dos eixos teóricos, políticos e práticos, nos quais as diferentes tradições do feminismo negro vêm sendo articuladas, não tanto para ser colocado em oposição aos demais feminismos, mas para apostar na organização desse conhecimento científico, parcial, incompleto e não universal, segundo a proposta de Sandra Harding (1986), em conformidade com o que aponta Sardemberg: que “Harding, (1986) não esconde suas simpatias pelo feminismo perspectivista, e que ela, mais tarde defenderá abertamente” (SARDENBERG, 2002, p.102)

Os estudos produzidos por Sardemberg sobre Harding (1991) vão sugerir, “que tanto o compromisso fundamentalista do feminismo empiricista com a Ciência Moderna, bem como o interpretacionismo sem chão do feminismo pós-moderno, oferecem muito pouco para uma estratégia epistemológica feminista comprometida com a produção de saberes emancipatórios” (SARDENBERG, 2002, p.102). Ao expor tais tendências, a autora defende que esses olhares

teóricos dissonantes não enfraquecem a perspectiva feminista, muito pelo contrário, essa heterogeneidade só enriquece o debate.

Também a teoria feminista negra decolonial oferece uma outra maneira de analisar a ação política de mulheres negras, a partir de categorias exploradas pelo Feminismo Negro, a exemplo de experiência, identidade, saber, corpo, dentre outras, debruçando-se sobre a possibilidade de identificar categorias diferentes de decolonialidade nas práticas dessas mulheres.

Apesar das antigas reivindicações das elites de que negros, mulheres, latinos e outros grupos igualmente depreciados nos Estados Unidos continuam incapazes de produzir o tipo de pensamento interpretativo e analítico que é rotulado de teoria no Ocidente, poderosos conhecimentos de resistência que derrubou antigas estruturas de desigualdade social, repudiam essa visão. Os membros desses grupos de fato teorizam, e nossa teoria social crítica tem sido fundamental para o nosso empoderamento político e busca de justiça⁷⁹ (COLLINS, 1998, p. 16)

Mas, o que vem a ser o Pensamento feminista negro? Nos apropriamos da noção expressa por Patrícia Hill Collins, em “Black feminist thought” (1991), que seria

[...] um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro-americanas que oferecem um ângulo particular de visão do eu, da comunidade e da sociedade [...] ele envolve interpretações teóricas da realidade de mulheres negras por aquelas que a vivem. (COLLINS apud BAIROS, 1995, p. 462).

A teoria feminista negra tem buscado especificar e analisar como a vida das mulheres negras se interseccionam com uma pluralidade de formações de poder, encontros históricos e embaraços que conformam nossas experiências através do tempo e do espaço. Esta teoria, ao reconhecer a concreta especificidade da experiência de gênero individual e como estas difere e se conecta as outras experiências, possibilitando “examinar o que significa ser o que somos, e que ao mesmo tempo nos encoraja a perceber o que queremos nos tornar” (BAKARE-YUSUF, 2003, p. 1).

Assim, as ideias do Feminismo Negro, têm sido apropriadas por estudiosos/as de perspectivas teóricas variadas, na sua inter-relação com as teorias emergentes, a exemplo da perspectiva decolonial (LUGONES, 2003; 2008), da afrocentricidade (ASSANTE, 1980), da pós-colonialidade (FANON, 2008 [1952]; (MOHANTY, 1984), dos estudos das relações

⁷⁹ “Despite long-standing claims by elites that Blacks, women, Latinos, and other similarly derogated groups in the United States remain incapable of producing the type of interpretive, analytical thought that is labeled theory in the West, powerful knowledges of resistance that toppled former social structures of social inequality repudiate this view. Members of these groups do in fact theorize, and our critical social theory has been central to our political empowerment and search for justice”. Disponível em http://blackfeminism.library.ucsb.edu/soc_soc.html. Acessado em 06/03/2018.

étnico-raciais (MUNANGA, 2003) e de gênero (HARAWAY, 1993; 2004), dos estudos culturais (GILROY, 2001) e africanos (OYÈRONKÉ, 2000; BAKARE-YUSUF, 2003), da teoria das redes de movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 2005; 2006; 2008), seguindo uma abordagem Feminista Negra Descolonial. São pesquisas que abarcam relações étnico-raciais, a luta antirracista e antissexista feita pelo movimento de mulheres negras em diversos contextos diaspóricos.

Espero investigar, teórica e empiricamente, a tradição histórica de luta, estratégias de resistência presentes na ação política deste sujeito - uma tradição viva, contraditória e em constante processo de reinvenção e reconstrução frente à triste persistência do racismo e sexismo, enquanto padrão cultural das nações ocidentais hegemônicas, pano de fundo contemporâneo de crise do estado nacional, capitalista e paradoxos persistentes da modernidade.

Pretendo, assim, analisar a relação entre o feminismo de mulheres negras traduzido em suas ações e práticas políticas e o processo de teorização deste feminismo na contemporaneidade, no sentido de demarcar traços de um viés feminista decolonial no Brasil. Busco, portanto, ao revisitar esse protagonismo levando em conta o racismo que estrutura a sociedade brasileira e o patriarcado que fundamenta sua organização política, econômica e civil, refletir sobre os potenciais e limites do feminismo negro, considerando a aproximação deste com o pensamento decolonial, dentro desse padrão de poder determinante no Brasil de ontem e de hoje.

Destaque para as posturas e atitudes contínuas de transgressão, intervenção, rebeldias e incidências as quais são lugares de lutas e exterioridades decoloniais, construções alternativas para um projeto social, ético-político e epistêmico de transformação das estruturas do pensar, do atuar e do sonhar o bem-viver das mulheres negras (WALSH, 2009, p. 16-16). Para tanto, tomo como caso de referência a ação política recente de mulheres negras face à construção da I MMNB, no modo de fazer a mobilização e articulação desse sujeito a partir da RMNN.

Os processos de dominação colonial/pós-colonial moderna eurocêntrica que, de forma inaceitável, fixam sua própria cultura como a única forma normativa e universal de examinar e descrever a vida e as experiências de outras pessoas, atribuem um papel secundário às mulheres negras no processo de construção do país.

O despojamento, silenciamento e a escravização de povos colonizados fizeram/fazem com que, de acordo com essa interpretação, se promovam muitos teóricos/as que não reconhecem o papel desempenhado por elas na luta em defesa desse patrimônio material e imaterial, de tradição africana e afro-brasileira, na manutenção e transmissão de valores dessa

cultura em suas várias expressões linguísticas, religiosas, econômicas, filosóficas, literárias, ecológicas e tecnológicas, de modo que até interpretam as suas experiências com um certo descaso.

Segundo Jane Flax (1993), “só recentemente os teóricos começaram a considerar a possibilidade de haver três histórias em toda cultura - a “deles”, a “delas” e a “nossa” (FLAX, 1993, p. 228-229). Primeiro por reconhecerem que o protagonismo negro, suas lutas de resistência no Brasil datam de quando estes pisaram em terras brasileiras, século XVII, e que isso não vem sendo devidamente abordado pelas teorias. Com isso, seus limites vêm sendo desafiados por diferentes vozes tidas como periféricas, que problematizam os marcos, aparatos conceituais e teóricos para explicar seu agenciamento político.

Coaduno e me aproprio deste entendimento para pensar sobre o movimento de mulheres negras no Brasil, que tem sua resistência e insurgências datadas de quando a primeira mulher negra pisou em terras brasileiras, que o feminismo negro não dialoga com este marco, mas sim, com as experiências de mulheres afro-norte-americanas.

Por conta disso, entendo que a primeira alteração a ser requerida nessa revisão histórica é de ordem teórica, ao passo que a segunda é de ordem ético-política-epistemológica. Dito de outra forma, as discussões acadêmicas e políticas envolvendo o protagonismo dos sujeitos negros na diáspora africana requerem um importante giro epistemológico, no que concerne às abordagens de práticas tão diversas, criativas, contraditórias e em constante processo de reinvenção e reconstrução.

Esse giro epistemológico vem sendo pautado pelas vias da linguagem, que desobedece às exigências e as regras da gramática normativa, considerada fora do modelo padrão de pensamento, tanto para o discurso, como para a produção textual acadêmica. Aquilo que Lélia Gonzalez chamou de “pretoguês”, que nada mais é do que a “marca de africanização do português falado no Brasil” (GONZALEZ, 1988a, p. 70).

Quando questionamos esse tipo de parâmetro não estamos querendo descredibilizar o feminismo negro, nem mesmo adotar “um fundamentalismo essencialista ‘anti-ciência’”, visto que, como cientistas sociais, não podemos fazer isso. Na verdade, o que busco é “o uso contra-hegemônico da ciência hegemônica”. Ou seja, a possibilidade de que o feminismo negro “entre não como monocultura, mas como parte de uma ecologia mais ampla de saberes, em que o saber científico possa dialogar com o saber” produzido a partir de propostas descoloniais de ser, saber e poder. Advidas de um saber mais periférico, de fronteira, de práticas livres da

influência da colonialidade e com capacidade suficiente para decolonizar o feminismo negro, da emergência de uma “epistemologia do sul” (SANTOS, 2007, 2010).

A segunda por vislumbrarem com esta Marcha a utopia de construir uma proposta Malês de civilização como uma proposta sócio-política possível para o Estado nacional contemporâneo. Uma proposta afrocentrada inspirada no quilombismo,⁸⁰ a primeira experiência histórica multiétnica, intercultural, socialista e de liberdade, baseada em experiências históricas e culturais africanas no Brasil. (NASCIMENTO, 1983; MOORE, 2002).

Toma por base um conhecimento situado e, também, uma produção epistemológica afrocentrada à brasileira, pautados em dinâmicas sociais concretas e abordagens articuladas com a história do pensamento social negro brasileiro, que se estendem para dentro e para além desta sociedade e extrapolam os limites do Estado-Nação. Considerando, inclusive, o que tange à posição de nós autoras negras que temos que assumir “em nossas construções sociais/teóricas” [...] “um lugar racialmente e politicamente marcado” (CARDOSO, 2012, p. 243).

De maneira análoga, a socióloga e militante do Movimento Negro Brasileiro, Luíza Bairros (1996), em “Orfeu and power: uma perspectiva afro-americana sobre a política racial no Brasil”, acrescenta.

[...] as respostas as ideologias que sustentam o racismo também contemplam projetos adotados por negros em diferentes circunstâncias. Entretanto, isto não significa que modelos de luta contra o racismo em um lugar sejam totalmente replicados em outro, pois não existem melhores e piores tipos de racismo, nem tampouco formas mais ou menos eficazes de combatê-lo. (BAIRROS, 1996, p. 173)

Tratar das questões que envolvem a vida das mulheres negras no espaço acadêmico brasileiro é, de fato, se aproximar de um vespeiro. Nota-se que, assim como tem sido benéfica para determinado grupo a tentativa de negar a existência do racismo (as desigualdades são, mormente, atribuídas a questões de classe), na medida em que desestimula o debate acerca dos privilégios que perpassam o ser branco/a no Brasil. Também as teorizações formuladas sobre o significado de ser negra/o, em sociedades clivadas pelo racismo e sexismo, têm sido alvo de negação por parte de muitas teorias, incluindo o feminismo clássico, comprometido com a alteração substantiva do *status quo* sócio-econômico, político e epistêmico de um único grupo

⁸⁰ Os quilombos nunca foram apenas reduto de escravos fugidos: constituíram uma antecipação do protagonismo do povo brasileiro em sua luta por independência, igualdade e democracia. O máximo exemplo deste ideal da Nação brasileira está inscrito com sangue dos construtores e defensores da República dos Palmares, a primeira e única experiência de verdadeira liberdade, harmonia étnica e igualitarismo econômico-social registrado nos fatos da História do Brasil (NASCIMENTO, 1983, p. 42).

social. Para melhor elucidar essas dípticas de narrativa dentro do movimento feminista Bairros destaca que:

O feminismo traz uma contribuição importantíssima, do ponto de vista de uma visão de mundo. Mas as feministas também são formadas para desconhecer as desigualdades raciais. Formadas para pensar o Brasil como uma democracia racial. E aí, contraditoriamente, ainda que o movimento feminista consiga perceber em que nível a diferença de sexo é utilizada na reprodução das desigualdades, não consegue perceber como as diferenças raciais são trabalhadas na perspectiva da recriação constante de mecanismos de discriminação racial. (BAIRROS, 2008, apud MOREIRA, 2011, p. 67).

Além de compreender as bases do feminismo, precisamos nos apropriar das críticas formuladas pelas intelectuais não brancas à forma moderna de pensar e construir o conhecimento, pautada em pressupostos de tradições filosóficas ocidentais essencialistas, baseadas em oposições binárias⁸¹, esquemas dicotômicos⁸², verdades absolutas e universalizantes incorporadas para dificultar ou impedir totalmente o acesso às instâncias de fala e poder para mulheres, negros, homossexuais, imigrantes, colonizados, etc..

É o que revela também Lemos (1997), ao argumentar que, por um lado, a bibliografia disponível em nossas universidades, relacionadas, a questões do cotidiano das mulheres negras ainda é muito limitada; e, por outro, que ainda não existe uma tradição consolidada, neste sentido, em relação a temas que questionem a lógica determinante de acesso aos privilégios políticos e epistêmicos nesta sociedade, mas, sobretudo, que superem a perspectiva moderna, androcêntrica, europeia e norte-americana.

Para tanto, é preciso não delimitar a investigação apenas nos discursos produzidos pelas ciências sociais. É preciso, também, ter em mente que outros registros não científicos, as próprias ações, práticas, estratégias, metodologias, organizações culturais, sociais, políticas e econômicas adotadas pelas mulheres negras no Brasil nesse processo de construção são marcas decoloniais históricas para a averiguação do objeto de estudo.

Trata-se de uma reviravolta metodológica e conceitual no sentido proposto por Boaventura de Sousa Santos (2003) acerca da necessidade e importância de problematizar a ausência das vozes de sujeitos que historicamente, foram limitados ou não tiveram acesso às instâncias de fala e de poder. Segundo este autor, existe uma pluralidade de produções de saberes e conhecimentos que vão além do quadro e discursos acadêmicos. Tais apropriações se mostram necessárias, na medida em que revelam para o mundo que o sujeito da ciência nunca

⁸¹ Uma definição positiva que se baseia na negação ou repressão de algo representado como sua antítese, por exemplo, homem/mulher, masculino/feminino, identidade/diferença, público/privado, corpo/espírito, produção/reprodução.

⁸² Preceito dividido em dois e geralmente de caráter contrários ou integrantes.

foi neutro, por se tratar, na verdade, do masculino, branco, heterossexual, ocidental e proprietário.

No momento em que sujeitos silenciados dizem o que pensam e o que querem, de acordo com seus interesses e valores, denunciando as múltiplas formas de exploração às quais estão submetidos o povo negro e, em particular, as mulheres negras, os efeitos do racismo cultural tende-se a tachar “a nossa fala como sendo “emocional””. No entanto, conforme enfatiza Lélia Gonzalez, “a emoção, por razões óbvias, está muito mais em quem nos ouve”. (GONZALEZ, 1979, p. 15-16).

Na medida em que o racismo, enquanto discurso, situa-se entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito. Consequentemente, é infantilizado, não tem direito a voz própria, é falado por ele. E ele diz o que quer, caracteriza o excluído de acordo com seus interesses e seus valores. No momento em que o excluído assume a própria fala e se põe como sujeito, a reação de quem ouve só pode se dar nos níveis acima caracterizados. O modo mais sutilmente paternalista é exatamente aquele que atribui o caráter de “discurso emocional” à verdade contundente da denúncia presente na fala do excluído. Para nós, é importante ressaltar que emoção, subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam numa renúncia à razão, mas, ao contrário, num modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de uma outra razão. (p. 16).

A segunda revisão histórica que vem sendo requerida é pelas vias de uma mudança ético-política-epistemológica”, que concerne, como bem salienta Miglievich-Ribeiro (2014), pela razão decolonial, que

[...] é a consciência da geopolítica do conhecimento, a partir da qual se trata de rejeitar a crença iluminista na transparência da linguagem em prol de uma fratura epistemológica capaz de inserir uma perspectiva inédita e libertadora tanto no campo discursivo como na esfera da ação, assumindo a impossibilidade de qualquer ciência falar em nome de coletividades heterogêneas e multifacetadas mas a premência de se insurgir contra quaisquer estruturas de poder e opressão que silenciem alguém. A denúncia da geopolítica do conhecimento é condição de afirmação, dentre outros, também da América Latina, ou melhor, da América Indo-AfroLatina como locus de enunciação (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014, p. 78).

Na era da globalização liberal, onde uma matriz complexa de controles entrelaçados pelas relações de dominação, se articulam para se contrapor à centralidade das experiências de pessoas oprimidas e/ou exploradas reivindicam o lugar de fala e poder para negros, indígenas, mulheres, homossexuais, imigrantes, colonizados, etc., e em particular, para as mulheres negras. Naturalmente que isto exige desenvolver outras análises sobre variados temas, uma revisão crítica das perspectivas teóricas, a partir da colonialidade do poder e

dos neocolonialismos, usadas até então para pensar a opressão, as desigualdades, o genocídio, o epistemicídio, a exploração, a miséria e a violência que extrapola fronteiras.

Os valores-político-epistemológicos do feminismo negro decolonial pressupõem persistir neste desafio de desenvolver outras perspectivas de análise sobre esses temas, aderindo a perspectivas teóricas alternativas e/ou periféricas e conceitos que melhor expressem a realidade vivida pelas pessoas em sociedade tem sido mais que necessário. Uma revisão crítica das estruturas de dominação do conhecimento e dos poderes por ele instaurados, que atenda a urgência na ruptura de conceitos, paradigmas, perspectivas e propostas metodológicas modernas, enquanto uma manifestação e reprodução disfarçada das “ferramentas do mestre” (LORDE, 1984) que impedem a “consciência objetiva desse racismo sem disfarces e o conhecimento direto de suas práticas cruéis” (GONZALEZ, 1988a). A esse respeito Lélia (Idem) enfatiza que, ao persistirmos nestas formas de abordagens, “prevalecem as ‘teorias’ da miscigenação, da assimilação e da ‘democracia racial’”, no Brasil (Ibdem, p. 72-74).

Nessa empreitada, a teoria feminista negra tem se aliado a distintas leituras dentro de abordagens teórico-metodológicas que vislumbram o fracasso europeu na realização de seu projeto civilizatório imperialista. Gigantes do pensamento africano e pós-colonial, como os escritos do terceiro-mundista revolucionário Franz Fanon, especificamente no seu paradigma marxista humanista, que vê na periferia do sistema capitalista as possibilidades de transformação das condições materiais de existência, em “Pele Negra, Máscaras Brancas (1952)”, “Sociologia de uma revolução (1959)”, “Em defesa da Revolução Africana (1964)”, “Os condenados da terra (1961)”, “Alienação e Liberdade: escritos psiquiátricos (2015)” foram trazidos para fundamentação desta abordagem. Também a filosofia política do “personalismo negro” ou “defesa da negritude” de Guerreiro Ramos (1950), o pensamento revolucionário do líder dos processos políticos de Guiné-Bissau e Cabo Verde, Amílcar Cabral sobre a dinâmica da história, em “a crítica ao colonialismo”, considerado um precursor fundamental do debate decolonial; e, também, Albert Memmi “Retrato do Colonizador”, precedido de “Retrato do Colonizado”, que tanto inspiraram a práxis do educador pernambucano Paulo Freire. A pedagogia da figura oprimida deste último, entre as leituras libertadoras de bell hooks, também ressoa nas palavras de Audre Lorde, outro grande guia espiritual do feminismo negro têm buscado situar intelectuais contra as opressões coloniais.

Daí o interesse em trazer para o escopo desta tese o feminismo negro decolonial forjado a partir do protagonismo das mulheres negras brasileiras, ainda que este seja sempre um desafio e motivo de desconforto para muitos/as. Primeiro, por afrontar a mediação, produção e formação de consensos ideológicos sobre a supremacia branca e dominação imperialista europeia e norte-americana; segundo, por questionar a invisibilidade dessas mulheres, não apenas como sujeitos de pesquisa, mas também como referências teóricas; e, terceiro, por reivindicar, por meio da incorporação de suas experiências e produção, o empoderamento desse coletivo.

As discussões sobre a ação coletiva de mulheres negras para a garantia dos seus direitos civis, têm apontado para a dificuldade destes discursos tanto no contexto acadêmico quanto na sociedade de forma geral, para apreender de forma efetiva a dimensão e potência desse protagonismo, uma vez que, mundialmente falando esses sujeitos não têm conseguido assegurar nem o seu bem viver, nem o seu reconhecimento.

Neste sentido, o objetivo deste tópico é discorrer sobre os agentes sociais - mulheres negras - que produzem e reproduzem o campo do feminismo negro decolonial. Repensar essa ação política pela garantia de direitos a partir de chaves decoloniais pode ser útil para potencializar estratégias alternativas, livres do eurocentrismo, considerando experiências, vozes e narrativas que historicamente foram silenciadas e ocultadas desses campos de produção de conhecimento. Trata-se de trabalhadoras domésticas, professoras, religiosas, estudantes, intelectuais, ativistas, feirantes, militantes, etc. que idealizam e fomentam a cultura, a economia, a política em seus espaços de vivência.

A sua análise será feita a partir da articulação teoricamente das categorias identidade, saberes, ação política e redes, associadas interseccionalmente a outros indicadores de diferença – a raça, o gênero, a classe, a sexualidade, a geopolítica. Salientando que, tanto o gênero como a classe e a geopolítica são informados pela raça, quanto a raça é informada por estes (DAVIS, 1997, p. 8) e à concepção também de que a “raza social”, defendida por Curiel (2002), é entendida como "A construção simbólica, cultural e acima de tudo política, que se fez do biológico, a estratégia na qual o racismo se baseia"(CURIEL, 2002, p. 96). Tradução da autora.

83

Ao apropriar-nos destas ideias chaves como categorias analíticas, estamos em busca de um quadro referencial teórico-conceitual, capaz de nos auxiliar na interpretação/tradução de

⁸³ Texto original: “la construcción simbólica, cultural, y sobre todo política, que se ha hecho de lo biológico, estrategia en que se donde se sustenta el racismo” (CURIEL, 2002, p. 96).

ações e práticas sociais que não reduzam e/ou deturpem a luta que o movimento de mulheres negras brasileiras vem desencadeando no cenário político nacional contemporâneo contra o racismo, sexismo e o colonialismo.

Colonialismo aqui entendido como assinalam Aníbal Quijano (2014) e Enrique Dussel (1994), enquanto um sistema de dominação política, econômica e cultural, dominação colonial de um povo ou nação sobre outro, inaugurado em 1492 com a chegada dos europeus nos territórios periferizados do Sul global, particularmente, na América Latina, que foi sendo derrotado ao longo dos últimos séculos, primeiro nas Américas no século XIX e posteriormente, na segunda metade do século XX, na África e Ásia.

Esta proposta investigativa de reconstrução coletiva da I MMNB destina-se a reivindicar o movimento de mulheres negras não só como sujeitos históricos - buscando recuperar processos, experiências, metodologias, estratégias e eventos significativos para segmentos, organizações e movimentos sociais subalternizados e invisibilizados das narrativas dominantes -, mas, sobretudo como sujeitos de conhecimento histórico, valorizando as versões, categorias, discursos e seus próprios protagonistas.

Assim, abordamos a ação política de mulheres negras, no Capítulo III, no processo de construção da Marcha, a partir dos seguintes conceitos-chaves: identidade; saberes, em estreito diálogo com a ideia de epistemicídio extraído da reflexão de Boaventura Sousa Santos (1995) e no sentido cunhado por Sueli Carneiro, enquanto processo de desvalorização e ocultamento da contribuição de negros/as no campo intelectual; ação política; e Redes de Movimentos Sociais.

Importante enfatizar que essas categorias-chaves – **identidade, saberes, ação política e Redes de Movimentos Sociais** – assim como, as perguntas iniciais trazidas para análise partem da reincidência desses termos por parte das mulheres com quem tive contato, enquanto parte do repertório utilizado pelas mulheres da RMNNE. Mesmo estando ciente de que são experiências que diferem de um estado para outro, a forma como descrevo suas ações e práticas políticas, como as comparo, de certa forma, trazem em seu centro referências ao modelo convencional de redes de movimentos sociais.

Todavia, pensar tais categorias a partir da influência das normas de raça enquanto categoria analítica histórica é, segundo Grosfoguel (2008), reconhecê-la como estruturante. Como o principal componente organizador das hierarquias reproduzidas no sistema-mundo. Conforme assevera Quijano (2010), raça é uma mera abstração, uma categoria social, cultural e política criada em favor de um processo de hierarquização e subordinação de povos. As

relações de poder foram racializadas e a noção de raça passou a ser um critério para a alocação de sujeitos nos níveis, lugares e papéis em uma estrutura de poder mundial.

O conceito de raça converteu-se, então, em um critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder mundial. A racialização das relações de poder entre as novas identidades sociais e geoculturais foi o sustento e a referencia legitimadora fundamental do caráter eurocentrado do padrão de poder, material e intersubjetivo. Ou seja, da sua colonialidade. (QUIJANO apud LABORNE, 2010, p. 119-120)

Assim, por exemplo, quando estou interessada em saber se as RMNN produziram saberes a partir das ferramentas metodológicas observadas em suas práticas há uma relação oculta com a ideia de ancestralidade comum africana. O importante é ter nítido que o conhecimento produzido pelas mulheres da RMNN, na sua maioria, não se apresenta, nem é tratado da mesma forma em todos os estados, mas, de maneira consciente ou não, muitas vezes se assemelha.

As ações e práticas políticas, na medida em que vão de encontro às lógicas hegemônicas de produção do conhecimento e às ideias ontológicas, pressupõem uma resistência às verticalidades e estabelecem possibilidades de organização e existência autônoma do povo negro, no geral, e das mulheres, em particular, que dialogam com o que se defende na carta da Marcha como um novo pacto civilizatório centrado no bem viver.

De acordo com Naiara Leite, coordenadora de comunicação do Odara, para se entender o caráter propositivo deste outro pacto para a sociedade brasileira é preciso reconhecer, como bem explicitado no teor da carta, o impacto do racismo estrutural na vida das pessoas reconhecidas como não brancas. Na I Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver, em 2015,

[...] escrevemos a carta para a sociedade brasileira onde as mulheres negras reafirmavam e denunciavam o impacto do racismo na vida da população negra e, ao mesmo tempo, apresentavam a proposta de um novo pacto civilizatório centrado no bem viver e na orientação de um projeto de sociedade. Da carta destaque: “Marchamos pelo direito à vida, pelo direito à humanidade, pelo direito a ter direitos e pelo reconhecimento e valorização das diferenças. Marchamos por justiça, equidade, solidariedade e bem-estar, que são valores inegociáveis, diante da pluralidade de vozes que coabitam o planeta e reivindicam o Bem Viver”. (NAIARA LEITE, 2017, p. 14).⁸⁴

⁸⁴ Fala de Naiara Leite, coordenadora do Programa de Comunicação do Odara. E-book E-book. Odara – Instituto da Mulher Negra. Mulheres Negras Transversais do Tempo: Negras Jovens Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver. VI edição do Julho das Pretas, Salvador-BA, 2017. Disponível em: <https://institoodara.org.br/wp-content/uploads/2019/02/ebook_julho_das_pretas.pdf>. Acesso em 21/02/2019.

Diante disso, as Mulheres Negras marcham em Brasília contra o racismo estrutural, a violência e a miséria produzida por ele no país (Vide Imagem 6) e, é a partir da construção deste fato histórico que analiso, também, a **ação política de mulheres negras brasileiras** ao logo desta construção, adotando como ponto de partida os seguintes conceitos: 2. “Sujeito, identidade, mulheres negras”; 3. “Saberes e epistemicídio”, extraído da reflexão de Boaventura Sousa Santos (1995), no sentido cunhado por Sueli Carneiro, enquanto processo de desvalorização e ocultamento da contribuição de negros/as no campo intelectual e; 4. “Agência, ação política e movimentos sociais.

Em vista da apropriação destes conceitos como categorias analíticas, me coloco em busca de um quadro referencial teórico-conceitual, capaz de me auxiliar na interpretação/tradução de ações e práticas sociais que não reduzam e/ou deturpem a luta que o movimento de mulheres negras brasileiras vem desencadeando no cenário político nacional, contra o racismo, o sexismo e o colonialismo.

Explicar a capacidade de agir do movimento de mulheres negras, caracterizado cada vez mais pela consolidação de suas identidades grupais, em um mundo cada vez mais interdependente e dinâmico, estruturado e conectado em rede pela globalização requer, sem sombra de dúvida, uma análise conectada com as mais diversas áreas do saber, sem negligenciar, contudo, de conhecimentos complementares necessários produzidos por outras tantas áreas.

Dito isto, parto para estudar ações mobilizatórias para a Marcha, me apropriando de quatro perguntas básicas: o quê; como; quem e de onde; para as unidades de análise: saberes; ações e práticas políticas; identidades; diáspora negra. Apoio-me em três eixos norteadores da pesquisa: a identidade tomada como elemento constituinte e integrador deste sujeito, as suas práticas; a própria ação política enquanto condutora e formadora dos sujeitos da pesquisa por meio de sua própria agência e autodeterminação, que contribuíram na formulação de parâmetros para as análises; e, finalmente, os saberes que orientaram essas ações e que serviram de base à reflexão fundadora das análises.

Com base na “pergunta de partida”, a pesquisa se desenvolveu demarcada por perguntas específicas sobre identidades, saberes, práticas coletivas, que foram respondidas em cada caso específico nos capítulos que se seguem. São essas as questões norteadoras de onde parti:

Unidades de Análise: Questões norteadoras na formulação de parâmetros para as análises

UNIDADES DE ANÁLISE		PERGUNTAS A SEREM RESPONDIDAS
Mulher Negra	Participantes	Quem são esses sujeitos políticos? Quais são as organizações que representam essas mulheres na RMNN?
	Participação	Como se deu a participação das mulheres negras e de suas organizações? Como se deu a participação dos outros movimentos (MNU, feminista, sem-terra, centrais sindicais...) nessa articulação? Como foi a participação de agentes externos (financiadores, secretarias de Estado, parlamentares, etc.)?
Saberes		De que maneira o processo de construção da I MMNB produziu saberes? Quais metodologias, estratégias, saberes, valores e tradições foram aplicadas nas atividades de mobilização e articulação que remetem a nossa ancestralidade amefricana? De onde brotam tais inspirações? Concepções acerca da intelectualidade negra, abordadas, reconhecidas ou observadas nas atividades, formações, eventos?
Ação Política		Qual o papel do corpo nessas ações de enfrentamento e resistência? Quais estratégias criadas/apropriadas de experiências vindas das ancestrais podem ser replicadas por serem poderosas? Que práticas e estratégias desenvolvidas foram reconhecidas como decoloniais?
Rede de Movimentos Sociais		Quem é a RMNN? Qual é a sua forma de atuação? Como se estrutura essa nova configuração do movimento de mulheres negras

Fonte: Demonstrativo de análise elaborado a partir de modelo apresentado na tese de Júlia F. Benzaqi “Universidade dos Movimentos Sociais: apostas em saberes, práticas e sujeitos descoloniais”, Coimbra, 2012.⁸⁵

Por conseguinte, os conceitos ora trazidos para esta análise revestem-se de enorme relevância, visto que são inspirados em ações concretas de sujeitos concretos. Trata-se de uma

⁸⁵ <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/18904/1/Tese%20J%C3%BAlia%20Benzaquen.pdf> Acessado em 03/10/2017.

inovação intelectual, que se ampara no arcabouço de conhecimentos que sempre existiram: “nossos passos vêm de longe”, que emergiram das ações e práticas políticas desses sujeitos invisibilizados pelos saberes acadêmicos eurocentrados — negros/as, indígenas, latinos/as, lésbicas, gays, etc. Retomam questões imprescindíveis para se pensar esses sujeitos, especialmente no que concerne a esta tese, as ações políticas de mulheres negras brasileiras. Neste sentido, é importantíssima a formulação de Rosália Lemos, quando esta afirma:

A criação do movimento de mulheres negras nasceu da nossa busca do aprofundamento de alguns conceitos importantes para a organização do chamado feminismo negro. Essa terminologia é recente, porém as ações de mulheres negras podem ser referenciadas a algumas atitudes por elas empreendidas em determinadas momentos de história do Brasil (LEMOS, 2000, p. 63).

Em vista disso, interessou-me debruçar sobre a categoria “*identidade*”, que fornece elementos para pensar quem são as mulheres negras e como estas participaram do processo de articulação I Marcha de Mulheres Negras; importante também discutir a ideia de “*agência*”, a partir da formação do movimento social e das organizações representativas do movimento de mulheres negras da RMNN, a partir das ações e práticas políticas desempenhadas por esse sujeito.

E, por fim, a categoria “*saberes*” alinha-se aos conceitos-chave de identidade e agência, uma das categorias centrais desta investigação, seja porque ela é o eixo principal de articulação do pensamento feminista negro, nosso referencial epistemológico, seja pela centralidade das mulheres negras como abordagem de validação de um conhecimento produzido a partir de uma memória cultural ancestral africana ressignificada na diáspora. Assim, as unidades de análise foram para onde estava direcionado o meu olhar na pesquisa de campo.

O resgate feito pelas feministas negras tem sempre sido no sentido de expor as causas dessa falta de interesse dos grandes centros acadêmicos do Norte e suas equivalentes no Sul, que paralisam os objetos de estudo que acreditam dialogar, ao inabilitar mulheres e homens negros/as para serem agentes do processo de transformação social, nas origens do pensamento moderno. Problematizam a ausência, ou baixa incidência, de mulheres negras nos estudos decoloniais e o significado dessas ausências no avanço da reflexão entre teorias e práticas decoloniais ou, ainda, o significado disso na constituição do imaginário e representação acerca do decolonial.

A socióloga boliviana de descendência aymara, Silvia Rivera Cusicanqui (2006), ao expor seja como referências teóricas ou mesmo como pesquisadores/as, constituem um novo cânone acadêmico e estabelecendo novos gurus, como: Walter D. Mignolo, Aníbal Quijano,

Catherine Walsh, Enrique Dussel, e outros/as, os/as quais estão dotados de capital cultural e simbólico, devido ao reconhecimento e certificação dos centros acadêmicos dos EUA (RIVERA, 2010).

Em um mundo de referência e contra-referência acabam por manter os interesses de quem “conquistou o privilégio de definir, não só o que é ciência, mas o que é conhecimento válido” (SANTOS, et al, 2004, p. 19) que só via os valores de uma cultura particular (a ocidental) e omitia a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade brasileira. O colonizador europeu, ao se autoafirmar nessa posição, sustenta a marca da humanidade, detém o *lócus* enunciativo, mas, sobretudo, coloca a sua disposição uma série de dispositivos para que possa assegurar o controle enunciativo da própria formação discursiva na figura do branco/hétero/normativo/sexista/patriarcal, como *lócus* primeiro da verdade e dos valores morais e éticos que deveriam reger qualquer sociedade supostamente civilizada e racional.

Todavia, pensar a partir das normas de raça enquanto categoria analítica histórica é reconhecê-la como estruturante, articulando-a teórica e interseccionalmente a outros indicadores de diferença - o gênero, a classe, a sexualidade, a geopolítica. Por conseguinte, tanto o gênero como a classe e a geopolítica são informados pela raça, como a raça é informada por estes (DAVIS, 1997, p. 8) e a concepção também “de “raza social”, defendida por Curiel (2002, p. 96), entendida como “la construcción simbólica, cultural, y sobre todo política, que se ha hecho de lo biológico, estratégia en que se donde se sustenta el racismo”.

Quando o movimento de mulheres negras suscita a ideia de articular nacionalmente as mulheres negras com o intuito de marcharem até Brasília, está intrínseca também a intenção de promover um deslocamento e ressignificação, por meio desse protagonismo, daquilo que até então se havia concebido como mulheres negras. O que pressupôs, desde então, um desafio para reformulação dessa ideia na aposta de projeção deste conceito também como um lugar. Este abrigo não apenas o sentido de agenciamento, resistências e enfrentamentos à opressão ocasionada pela Modernidade/colonialidade hegemônica (MIGNOLO, 2007) mas, sobretudo, como portador de saberes, ancestrais e decoloniais.

Trago à baila recortes conceituais de Redes de Movimentos Sociais, tema caro aos estudos envolvendo ações coletivas contemporâneas, na medida em que se procura uma melhor apropriação da condição de existência feminina nesses espaços periféricos, em estreita articulação com as dimensões organizacional, relacional e discursiva decorrentes.

1.1. Mulheres negras corpos indóceis: *lócus* de disputas e resistência política

Antes de falar da ação desempenhada por alguém, é necessário que se situe esse alguém na sua condição, no seu espaço e no seu mundo. É preciso, inicialmente, enfatizar que o colonialismo essencializou, classificou e inventou corpos colonizados, transformando-os em alvo de estereótipos e representações racializadas, destituindo-os do *status* do ‘ser’. Essa condição ontológica primeira, que coloca as mulheres negras no mundo pela via corpórea, é definida pelo discurso colonial como inferior, excluídas da condição de sujeito social.

Assim sendo, busco, nesta seção, refletir acerca de algumas expressões estéticas consideradas contra-hegemônicas observadas ao deste processo - formas de engajamento político de mulheres negras articuladas a partir desse corpo colonial diaspórico, enquanto aspectos centrais de seus processos de afirmação identitária, resistência, instrumento de enfrentamento ao racismo, ao patriarcado e a colonialidade, muito singular para cada contexto específico, para cada experiência do vivido (Vide Imagem 7).

Conforme destaca María Lugones (2008), não somente a raça foi criada pelo discurso colonial como categoria, mas, também, o gênero foi construído de forma binária por esse sistema, em que as categorias homem e mulher recebem significados diferentes em corpos colonizados e não colonizados. (LUGONES, 2008, 2011).

Nas palavras de bell hooks, em seu livro *Intelectuais Negras* (1995),

O sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma iconografia de perpetuação da representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a ideia de que ela está nesse planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje, o corpo da negra tem sido visto pelos ocidentais como o símbolo quintessencial de uma presença feminina “natural”, orgânica, mais próxima da natureza animalística e primitiva (hooks, 1995, p. 468).

Para Julia Kristeva, em *Poderes do horror* (1982), o abjeto “não é nem sujeito nem objeto”. Trata-se de um “Objeto caído”, uma negação violenta que instaura o Eu. Tendo sido expulso pelo sujeito, desaba de seu interior e se torna “radicalmente um excluído” deste, ocupando um espaço próprio de fronteira. O abjeto é uma espécie de primeiro não Eu, que se estabelece como uma manifestação dessa violenta cisão que delimita a fronteira entre o eu e o outro, não podendo sua corporeidade ser delimitada pelo sujeito (KRISTEVA, 1982, p. 7 - 8).

Do objeto, o abjeto tem apenas uma qualidade, a de se opor ao eu. Mas se o objeto, ao se opor a ele, me equilibra na teia frágil de um desejo experimentado que, de fato, me homologa indefinidamente, infinitamente, ao contrário, o objeto

caído e abjeto é radicalmente excluído e me atrai para lá onde o sentido entra em colapso (KRISTEVA, 1982, p. 8) (Tradução da autora).⁸⁶

Logo, a própria ideia de abjeção pressupõe sua mera existência ocupando um espaço próprio. Se o objeto tem a capacidade de sedimentar o sujeito na trama frágil de um significado, tal investida não se confirma quando a tentativa é de reparar essa separação violenta. Todavia, a busca de um significado para esse corpo, o leva em direção ao lugar onde justamente qualquer significação se esvai e o significado desmorona. Pois, o abjeto não pode ser delimitado em sua corporeidade pelo sujeito. Ao tentar remontar a violenta separação, qualquer significação desaparece. “Ele está fora, fora do grupo cujas regras do jogo ele parece não reconhecer”. (KRISTEVA, 1982, p. 8) (Tradução da autora).⁸⁷

Já Judith Butler, em “Problemas de Gênero” (2003), seguindo as reflexões de Iris Young (e de Julia Kristeva), tece importantes considerações acerca da noção de corpo “abjeto”, para compreender o sexismo, o racismo e a homofobia. A autora nomeia abjeto como sendo tudo “aquilo que foi expelido do corpo, descartado como excremento”, tornado literalmente “Outro”, para fazer compreender que essa “construção de um ‘não eu’ como abjeto estabelece as primeiras fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito”. Mas, não sem desafiar ao amo desde o seu exílio. A abjeção é uma trama torcida de afetos e pensamentos que não têm objeto definível (BUTLER, 2003, p. 190-191).

Por outro lado, em sua exposição, Butler argumenta que corpos abjetos são corpos que não são inteligíveis, que existem como poder excluído, disruptivo, e não têm uma existência legítima, logo, não se materializam, posto que vivem à sombra da ontologia. Diz respeito “a todo tipo de corpos cujas vidas não são consideradas ‘vidas’ e cuja materialidade é entendida como não importante” (BUTLER apud PRINS & MEIJER, 2002:161). Defende que

O repúdio de corpos em função de seu sexo, sexualidade e/ ou cor é uma “expulsão” seguida por uma “repulsa” que fundamenta e consolida identidades culturalmente hegemônicas em eixos de diferenciação de sexo/raça/sexualidade. Em sua apropriação de Kristeva, Young mostra como a operação da repulsa pode consolidar “identidades” baseadas na instituição do “Outro”, ou de um conjunto de Outros, por meio da exclusão e da dominação (BUTLER, 2003, p. 191).

⁸⁶ Texto original: “Del objeto, lo abyecto no tiene más que una cualidad, la de oponerse al yo. Pero si el objeto, al oponerse, me equilibra en la trama frágil de un deseo experimentado que, de hecho, me homologa indefinidamente, infinitamente a él, por el contrario, lo abyecto, objeto caído, es radicalmente um excluído, y me atrae hacia allí donde el sentido se desploma.” Acessado em 03/10/2017.

⁸⁷ Texto original: “Está afuera, fuera del conjunto cuyas reglas del juego parece no reconocer”.

Mas é em *Bodies that matter* (1993) que a Butler aprofundará essas questões, ao oferecer interessantes pontos para se pensar o devir “mulher negra” enquanto ontologia, a partir de uma leitura da performatividade como subversão de gênero. Para a autora a performatividade do gênero deve ser entendida, não como um “ato” singular ou deliberado, mas como reiteração de uma norma ou conjunto de normas, por meio da qual o discurso produz os efeitos que nomeia, que qualifica (1993).

Também contribui para a formulação desta proposta ontológica (e epistemológica) do devir “mulher negra” o escritor Frantz Fanon (1983). Ao sugerir que o negro deve se libertar de um corpo que o enclausura no seu processo de identificação, aponta para uma explicita cisão delimitando a fronteira entre o eu e o outro. Uma identidade que, a partir desse lugar de fronteira, ocupa um espaço próprio desafiador das imagens negativas e estereotipadas de controle da casa grande, que segue perturbando um sistema, uma determinada ordem social.

É desatando-o de uma concepção monolítica, evolucionista e orgânica da história e de uma ancestralidade essencializadas que o negro se libertará e encontrará o seu destino. Para o autor, a liberdade é o único destino. Desse modo, Fanon afirma:

Há de um lado e do outro do mundo, homens que procuram. Não sou prisioneiro da História. Nela não devo procurar o sentido do meu destino. Devo me lembrar, a cada instante, que o verdadeiro salto consiste em introduzir a criação na existência. No mundo para o qual eu me encaminho eu me renovo continuamente. Sou solidário do Ser na medida em que o ultrapasso (FANON, 1983, p. 188).

Assim como a escritora afro-brasileira Conceição Evaristo defini o ato de “escre(vivência)” como um ato de “resistência política”, me ocorre a ideia de corpo como sendo esse lugar de disputas a partir do qual também o Movimento de Mulheres Negras (MMN) no Brasil tem falado desde as margens. Desse corpo que, como bem enfatiza esta autora “não é apenas descrito, mas antes de tudo vivido” (EVARISTO, 2005, p. 205). É por intermédio deste corpo abjeto que

Tudo se combina para transmitir mensagens complexas sobre idade, estado, as fases da vida, a adesão de tribos ou grupos, poder e posição, riqueza, beleza e até mesmo a história pessoal. Para Stuart Hall (2003), essa percepção sobre o corpo negro, principalmente daqueles incluídos no processo da diáspora africana, é atribuída ao fato de que o corpo foi e é ainda por muitas vezes, o único capital cultural do indivíduo e é através dele que se dá a comunicação entre os sujeitos que compartilham de uma mesma experiência social ou que seja seu oposto (SOUZA, 2011, p.4 apud BERTON; HARGER, 2013, p.5).

Por essa lógica discursiva ocidental, o corpo das mulheres negras parece ser o principal alvo dos insultos raciais e da violência simbólica, especialmente, contra o seu cabelo, principal alvo e reflexo dessa violência. Estas, foram profundamente afetadas, desumanizadas, tomadas como corpos abjetos e transformadas no “outro feminino”, porém, não sem se rebelar, questionar, desafiar e subverter essa lógica de poder, estereótipos, preconceitos e representações negativas, enfrentar violências, desigualdades e discriminações. São protagonistas, portanto, de dissidências descolonizadoras.

Esse estado primeiro definido pelo corpo, tem, como condição objetiva, não respeitar os limites e as regras, mas, sim, aquilo que ele pode, desafiando as imagens negativas e estereotipadas de controle produzir outras representações sociais femininas negras positivadas, outras possibilidades de organização e outras formas de liderança autônoma, restituindo-lhes politicamente sua condição de sujeito histórico.

Desponta daí uma plataforma política de resistência perpetrada por nossas ancestrais ao longo da história. Portanto, o cerne dessa discussão consiste estabelecer um debate na atualidade em torno do papel da identidade como fundamento para a ação política do movimento de mulheres negras e da agenda feminista negra, visto que,

O corpo, nas sociedades africanas, tem um papel fundamental como suporte de signo, talvez por serem sociedades onde a cultura oral é predominante, o uso do corpo para enviar mensagens é fundamental, por meio das suas roupas e adornos representam e significam sua condição social e identitária (SOUZA, 2011, p.4 apud BERTON; HARGER, 2013, p.5).

No estágio atual do debate, que tematiza a retórica da dominação racial e de gênero, o pensamento da intelectual afro-brasileira Luiza Bairros em: Um discurso para ser lembrado (posse), título que o Geledés deu a esse texto, transita também nesta direção. Neste, Bairros revela que esse corpo negro seria fruto não apenas do reconhecimento de um histórico de opressão a que foram submetidas as pessoas negras desde a sua chegada nas américas, mas, igualmente, do reconhecimento de outro marco, de outra ética orientadora do político em sua total abrangência.

1.2. Novas dinâmicas e processos: Agenda feminista negra e a ação política do movimento de mulheres negras

Tendo o contexto da I MMNB como cenário, a intenção aqui é demonstrar as experiências coletivas acionadas para a formulação de um conjunto de ações estratégicas,

forjadas por meio de linguagens estéticas que se impõem como narrativas a estereótipos racistas, produzindo um novo olhar sobre esse corpo negro e sobre a noção de beleza que, por sua vez, ensejam novas dinâmicas e processos, ao mesmo tempo em que ampliam os sentidos dos feminismos negros (Vide Imagem 8).

Quando o movimento de mulheres negras suscita a ideia de articular nacionalmente as mulheres negras com o intuito de marcharem até Brasília, está intrínseca também a intenção de promover um deslocamento e ressignificação, por meio desse protagonismo, daquilo que até então se havia concebido como mulheres negras. O que pressupõe, desde então, um desafio para formulação dessa ideia na aposta de projeção deste corpo, importante não apenas na conquista de direitos e melhores condições de vida, devido ao seu potencial no processo de reconhecimento identitário, étnico-racial e descolonização cultural e epistemológica, mas também, como uma ferramenta de combate ao racismo e à discriminação racial (Imagem 9).

No Brasil, Sueli Carneiro (2005) tem discutido como o racismo e a heterossexualidade estão interconectados, dando sentido um ao outro; eles influenciam-se mutuamente produzindo gêneros subalternizados, causando danos a todos os/as diferenciados/as por raça, gênero, sexualidade, classe e nacionalidade. Uma sugestão para entender a articulação do racismo às questões mais amplas das mulheres negras em uma dimensão relacional mediante as produções do feminismo negro pode ser elaborada ao se evidenciar que “a “variável” racial, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas) (CARNEIRO, 2003, p. 119).

A esse respeito, Sueli Carneiro em *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero* (2001) sinaliza que as imbricações entre racismo e sexismo encontram guarida histórica, afirmando que no Brasil e na América Latina,

A violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades, configurando aquilo que Ângela Gilliam define como “a grande teoria do esperma em nossa formação nacional”, através da qual, segundo Gilliam: “O papel da mulher negra é negado na formação da cultura nacional; a desigualdade entre homens e mulheres é erotizada; e a violência sexual contra as mulheres negras foi convertida em um romance” (CARNEIRO, 2001, p.1).

Se, por um lado, seus corpos expressam historicamente uma imagem hipererotizada da mulher, fonte de exotização por outro lado, o racismo estrutural quando aliado ao elemento sexismo assume uma configuração específica que, segundo Gonzales (1984) estereotipa as negras como “mais fáceis e promíscuas”, ao mesmo tempo em que são excluídas dos padrões de beleza constituídos e afirmados a partir do corpo branco hegemônico.

A ocidentalização de corpos negros se traduz em máquina de prazer e de violência ao se negar saberes, conhecimentos tradicionais, memória ancestral por gestualidades, práticas culturais, rezas, musicalidade, jeito de se expressar e de andar, de ver e estar no mundo. (COLLINS, 2009; HOCH, 1979). Nos processos de mobilização para a Marcha a imagem da mulher negra é traduzida em experiências, desconstrução e afetividade, afirmadas como uma ferramenta de combate ao patriarcado, ao racismo e à discriminação racial, como uma prática feminista.

A imagem, assim traduzida, torna-se uma importante ferramenta política para o empoderamento e processos de afirmação cultural. Por meio de linguagens estéticas e afetivas, sentimentos de inadequação são desconstruídos coletivamente, reestabelecendo o papel das emoções na mediação de uma linguagem de engajamento e auto-estima.

Para lidar com esse conjunto de questões num primeiro momento, parto de narrativas colhidas em dois cenários diferenciados da fala da militante política Piedade Marques, da RMNPE. Desta seleciono dois aspectos que considero relevantes por refletir as disputas de narrativas que perpassaram esse espaço político, que se constitui como *locus* de permanente de afirmação identitária, resistência de enfrentamento ao racismo e a colonialidade.

Piedade Marques, militante da RMNPE destaca algumas de suas experiências as quais ela qualifica como fantásticas dentro desse processo de mobilização pelo seu caráter formativo: A ideia dos ensaios fotográficos e a história da conversa na cozinha. O que se pretendia com essas ações era através da fotografia e da convivência nesse espaço culinário era oportunizar o debate sobre como o corpo, o cabelo, a imagem, as experiências e os saberes das mulheres negras como um todo são colocados à margem dos padrões de beleza e episteme dominantes. Como isso afeta a vida desses sujeitos e caracteriza o racismo na sociedade brasileira.

Nesse processo, chama atenção os “Ensaio Fotográficos” (Vide Imagem 10) enfatizado por Piedade Marques da RMNPE, que consiste em possibilitar que esse conjunto de sentimentos de inadequação da imagem e da autodepreciação, por meio de referências outras de mulheres negras permitam lançar mão de outros padrões de beleza e estética com os quais possam se identificar e se fortalecer.

O processo formativo/pedagógico foi o caminho que nós escolhemos como a única possibilidade, porque consideramos que a partir da construção coletiva, mas de aprendizagens e de saberes que a gente tem condição de avançar, de se fortalecer, a partir desses espaços onde a gente se relaciona, onde a gente aprendendo e apreendendo as coisas que cada uma traz que faz a gente avançar. Destacamos duas experiências fantásticas dentro desse processo formativo: Ensaios fotográficos – Começou com esse nome, mas depois virou tirar fotografia mesmo. Perguntaram, mas pra que? A resposta foi pra se juntar mesmo. E quando isso acontece é que a gente produz. O fato é que numa tarde nós conseguimos colocamos mais de 150 mulheres querendo ser fotografada, achando muito importantes ser fotografada para uma outra pessoa olhar e dar um sentido aquele olhar. Uma das falas que me tocou muito durante o processo foi quando uma senhora de uns setenta anos que disse a ultima vez que fui maquiada foi quando me casei. E uma memória de mais de cinquenta anos. Quando a gente se agrupa muita coisa vem (MARQUES, 2016)⁸⁸.

De acordo com Patricia Hill Collins (1990), a busca por espaços seguros que possibilitem a expressão das diferenças para construção de vozes individuais e coletivas, configuram atos de resistência na luta contra o racismo. Estes espaços têm criticado as imagens controladoras uniformemente negativas, substituindo-as por um conhecimento autodefinido. Nestes, “A identidade não é só objetivo, mas, antes, o ponto de partida no processo da autodefinição” (idem, p. 25).

Esse cruzamento subjetivo, construído a partir de ações coletivas, conforma aquilo que a autora denomina como um processo de *autodefinição* que se dá por meio da vivência, de processo de desconstrução coletiva contra as imagens e definições sociais estereotipadas de controle e opressão. Um esforço e uma busca constante por uma autodefinição como mulheres negras. É o primeiro passo para a construção da própria imagem, a partir de um ponto de vista crítico e político. Esta tomada de consciência da importância da imagem das mulheres negras, se constitui o principal tema do pensamento feminista negro (COLLINS, 1990, p. 94),

O feminismo negro, como sugere Patricia Hill Collins (2000), é uma teoria centrada na teoria crítica a partir das histórias de vida das mulheres negras. Ao se recusarem ser construídas pelo olhar do outro assumem o controle da própria imagem, o que significa desconstruir para reconstruir uma nova imagem. (BAIRROS, 1995; CARNEIRO, 2001; COLLINS, 2000; FIGUEIREDO, 2008; hooks, 1990)

No cerne dessa tomada de consciência, estão presentes experiências das mais diversas que chama a atenção ao lugar das mulheres negras na reprodução da nação. Uma consciência que, a partir de um estado primeiro definido pelo corpo, tem como condição objetiva desafiar as imagens negativas e estereotipadas de controle, produzir outras representações sociais

⁸⁸ Maria Piedade Marques Souza, em entrevista concedida a autora em 08/09/2016, durante o 13º Fórum Internacional da AWID, na Costa do Sauipe – Bahia/Brasil.

femininas negras positivadas, outras possibilidades de organização e outras formas de liderança autônoma, restituindo-lhes politicamente sua condição de sujeito histórico.

Conversa na cozinha – Como o ensaio fotográfico estourou, resolvemos então fazer outra experiência que foi essa conversa na cozinha. Inicialmente pensamos em fazer um arrumadinho e como não tínhamos dinheiro resolvemos fazer uma cotinha e passamos umas horas conversando sobre o preparo, mas principalmente, qual o sentido para nós mulheres negras, quais os sentimentos que a gente traz na construção desse alimento. Então foram três horas de conversa, onde tinha mulheres de todas as idades – meninas e mulheres – que inclusive são trabalhadoras domésticas. E esse lugar da cozinha que para nós mulheres negras é um lugar de orgulho, lugar onde todas as pessoas da casa passam. É um espaço também que historicamente foi utilizado para libertar outros irmãos/ãs, comprando alforrias inclusive lá atrás. Então pensar na cozinha, no preparo, no alimento é pra lá de sagrado também. Ele é sagrado, organizativo, de memória e é um lugar extremamente especial. Disso nós chegamos a um entendimento de que tudo que a gente faz tem que tocar, tem que dar sentido, porque só quando as mulheres que estão ali se tocam aquilo bate na memória, no paladar, no olhar, no sentir, elas se fortalecem e reavivam o desejo de continuar (MARQUES, 2016).⁸⁹

É importante apresentar tais considerações, uma vez que, a cozinha – espaço historicamente reservado as mulheres negras – é uma dessas realidades travestidas sob as mais variadas formas, trazidas por esse sujeito para dentro do ambiente de construção da Marcha à medida que realidades não problematizadas ou ignoradas como a do trabalho doméstico desqualificado quando não, mal remunerado, das constantes formas de racismo religioso, das privações financeiras e de liberdade, da representação como mãe, em suma, de todas violências simbólica atreladas às bases materiais da sua existência pelo sujeito de discurso da sociedade colonial e patriarcal que é masculino e branco. Esse sujeito do discurso fala sobre as mulheres negras e seus anseios, descreve suas características e sentimentos, a classifica e coisifica, por meio de um sistema ideológico que a infantiliza. Neste, não há espaço para as mulheres negras como sujeito do discurso, e sim objeto de análise e de poder.

Conceição Evaristo (2005), em “Da representação a auto-representação da mulher negra na literatura brasileira”, ressalta que entre as várias visões estereotipadas deste sujeito está à negação da mulher negra como mãe.

Uma leitura mais profunda da literatura brasileira, em suas diversas épocas e gêneros, nos revela uma imagem deturpada da mulher negra. Um aspecto a observar é a ausência de representação da mulher negra como mãe, matriz de uma família negra, perfil delineado para as mulheres brancas em geral (EVARISTO, 2005, p. 53).

É importante que lugares e papéis de mulheres negras na sociedade sejam desmistificados e não tratados como se fossemos uma identidade fixa, única. As imagens que

⁸⁹ Maria Piedade Marques Souza, em entrevista concedida a autora em 08/09/2016, durante o 13º Fórum Internacional da AWID, na Costa do Sauipe – Bahia/Brasil.

tivemos durante o processo e as vésperas do dia da Marcha, por exemplo, foram de centenas de mulheres se identificando como negras, só que isso não foi suficiente para apagar suas outras identidades. Mais que isso, não era esta a intenção.

1.3. Saberes e epistemicídio: conceitos fundamentais do campo do feminismo negro

Ao tratar de pesquisa em ação política de mulheres negras, na perspectiva epistemológica feminista e afrodiaspórica, primeiramente é preciso levar em conta que, o racismo, desde a segunda metade do século XIX, “se constituía como a ‘ciência’ da superioridade cristã (branca e patriarcal), na medida em que estruturava o *modelo ariano* de explicação a sociedade ocidental eurocêntrica”, estruturando “o que viria a ser não só o referencial das classificações triádicas do evolucionismo positivista das nascentes ciências do homem”, guiando por um longo período o olhar da produção acadêmica ocidental (GONZALEZ, 1988b, p. 71).

Para a referida autora, o ocidente conheceu um movimento intelectual que construiu e constrói a cultura e a crença de que os negros/as não são dotados de capacidades, como a racionalidade. Este momento não facultava aos africanos qualquer criatividade, capacidade artística, intelectual, aptidão para criar, pensar, filosofar, fazer ciências, produzir História, dentre tantas outras formas de expressar conhecimentos.

Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o racismo, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim com parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades. [...] o racismo estabelece uma hierarquia racial e cultural que opõe a ‘superioridade’ branca ocidental à ‘inferioridade’ negroafricana (GONZALEZ, 1988a, p. 77).

As interpretações produzidas sobre os diversos temas que envolvem as ações políticas de mulheres negras, em especial a I MMNB, constituem, assim, uma opção de enfrentar os ocultamentos, à visão única, universal e ao silêncio impostos pelo conhecimento dominante. Silêncio este que invisibiliza corpos femininos sobre os quais a racialização impõe, se constitui como uma maneira de explicitar nossa escolha por um *locus* de enunciação referencial; aí é a mulher negra com seus corpos, saberes e experiências, cujas dores não são mencionadas e tampouco tratadas porque subsumidas em análises de gênero hegemônicas.

Com base nisso, estudos recentes no âmbito das ciências sociais vêm desenvolvendo uma crítica contundente às bases do conhecimento universal voltada para a desconstrução do

antropocentrismo, se opondo ao modelo de racionalidade excludente, característica da tradição moderna, sustentáculo do sistema-mundo ocidental, se voltando na direção de uma cosmovisão biocêntrica (KAKOSI, 2018). Historicamente, esse paradigma colocou o ser humano (branco, europeu, heterossexual) como o centro do universo e a medida de todas as coisas, limitando o espaço para uma compreensão mais plural e diversificada das relações entre humanos, natureza e cosmos.

Aliado a isto, a compreensão de que não apenas o racismo, mas todos os eixos de opressão (gênero, orientação sexual, classe, geopolítica, etc.) não operam isoladamente, carecendo, portanto, de serem analisados de forma entrelaçada com outros sistemas “de poder, saber, ser, [gênero] natureza e linguagem, sendo também constitutiva dessas” da colonialidade europeia na América Latina. Ao fazê-lo, nos deparamos com uma riqueza de saberes ancestrais, fruto da complexidade das experiências humanas, fundamentais para o enfrentamento a essas lógicas opressivas.

Maria Lugones nos auxilia nessas reflexões, em “Rumo a um feminismo descolonial” quando nos convida a olhar além das categorias fixas e a reconhecer a complexidade das experiências humanas que tem raízes nesse conhecimento ancestral e nessa resistência coletiva. Esses saberes, provenientes da sua ancestralidade africana, incorporados no exercício da liderança sócio-política em suas comunidades são desafiadores das estruturas opressivas, que caracterizam certas ações de enfrentamento e resistência a essas lógicas opressivas (LUGONES, 2014, p. 940).

Ao enfatizar elementos identitários, fundados em valores oriundos de outras matrizes civilizatórias e cosmovisão ancestral, no processo de subjetivação do sujeito-mulher-negra como uma “nova” força política na diáspora, nota-se uma ampliação do campo de visão e superação as limitações impostas por uma perspectiva exclusivamente antropocêntrica. Na busca por uma compreensão mais pluralista e diversificada das relações sociais, não apenas entre humanos, mas também, os não humanos, a natureza e o cosmos, percebem-se novas possibilidades de reinterpretação e leitura das relações de dominação colonial de ser/poder/saber.

Boaventura Souza Santos, no texto “Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social” (2007) faz uma crítica ao “pensamento abissal, eurocentrista e colonizador discorre sobre as ausências de muitas experiências sociais, a maneira como tudo que é “local ou particular” seja designado como uma alternativa não crível às práticas científicas universais. Santos qualifica a maneira como tudo isso procede, essa falta, essa ausência, como um “um desperdício de experiência”.

Como base em tais constatações Santos propõe um procedimento transgressivo, uma sociologia insurgente, uma inversão dessa situação a partir da criação de possibilidades para que “essas experiências ausentes se tornem presentes”, fazendo com que se busque com “a Sociologia das Ausências” a confrontação com a colonialidade, operando no sentido da substituição “das monoculturas pelas ecologias” do saber (SANTOS, 2007, p.32).

Posicionando-se nesta mesma direção, as feministas também seguem formulando críticas ao positivismo científico. Acerca disso, a filósofa norte-americana Sandra Harding (1986), autora de uma primeira tipologia dos modelos de crítica feminista à ciência, contribuiu para o desenvolvimento de estudos feministas, anti-racistas, multiculturais e pós-coloniais das ciências naturais e sociais, ao enfatizar que há uma boa razão para se acreditar na possibilidade de ver melhor a partir da periferia e dos abismos. Com isso, inaugura um posicionamento a favor de um conhecimento situado e corporificado. Mas não sem antes alertar que, também este, seria um conhecimento parcial e provisório, rechaçando assim, a ideia de verdades totalizantes e absolutas (HARDING, 1986; ANZALDÚA, 1987; FLAX, 1991; SARDENBERG, 2007; FOUCAULT, 2010).

Nos arquétipos deste conhecimento produzido pelo paradigma moderno – defendem essas autoras - verdades universais e irresponsáveis são construídas e defendidas em prejuízo da perspectiva dos grupos subjugados e de seus saberes localizados, produzindo análises padronizadas nos moldes de uma perspectiva europeia, androcêntrica, colonial (HARDING, 1986; ANZALDÚA, 1987; FLAX, 1991; SARDENBERG, 2007; FOUCAULT, 2010).

Assim, o resgate feito por intelectuais negros/as tem sido sempre no sentido de expor as causas da falta de interesse dos autores/as, que inabilitaram negros/as para serem agentes do processo de transformação social, nas origens do pensamento moderno que “conquistou o privilégio de definir, não só o que é ciência, mas o que é conhecimento válido” (Santos, et al, 2004, p. 19) que só via os valores de uma cultura particular (a ocidental) e omitia a centralidade da questão de raça nas hierarquias de gênero presentes na sociedade brasileira.

Essas críticas assumem o sentido de reforçar que o sujeito do conhecimento deve ser considerado como efeito das determinações culturais, inserido em um campo complexo de relações sociais estruturadas pelo racismo e clivadas por questões, patriarcais, de classe, geopolítica, entre outras. Assim, utrapassam as normas da colonialidade perseguindo soluções para problemas terceiro-mundistas através da combinação de teorias alternativas, como aquelas sugeridas pelo pensamento feminista negro decolonial.

No sentido de reforçar tais argumentos utilizo-me desta fala da doutora em Educação e pesquisadora da cultura afro-brasileira, Vanda Machado (2012) ao relatar sobre o processo de construção do conhecimento dentro do terreiro de candomblé, explicando, por exemplo, como se dá esse processo de aprendizado e como este se assemelha na aproximação com outros espaços de maioria negra. A respeito desta prática, diz a autora:

Viver no terreiro, sendo feita ou não, é estar pronto para construir seus saberes a partir de um novo espaço interno. Um espaço vivo e estimulado para aprender com todos os acontecimentos [...] A aprendizagem inclui atos celebrativos que estimulam e agregam tudo que dá vida à vida comunitária (MACHADO, 2012, p. 56).

A categoria experiência tem sido um conceito central na política feminista negra.

A experiência faz parte da linguagem cotidiana, está tão imbricada nas nossas narrativas, que seria em vão querer eliminá-la [...]. Isso exige um enfoque nos processos de produção da identidade, uma insistência na natureza discursiva da “experiência” e na política da sua construção. Experiência é, ao mesmo tempo, já uma interpretação e algo que precisa de interpretação (SCOTT, 1999, p. 40).

As mulheres brasileiras idealizadoras dessa ação coletiva reconhecem e se pautam em outra perspectiva e visão de mundo: nos Fundamentos e Valores Civilizatórios Afro-Brasileiros, já consagrados no alinhamento da experiência e reflexão sobre sua atuação no enfrentamento ao racismo. Como é passível de observação, tanto a filosofia da “afrocentralidade” (NASCIMENTO, 2008), como o feminismo negro nutrem-se desta fonte, tomando como ponto de partida epistemológico os saberes e fazeres africanos e da diáspora negra para pensar as *práxis* do sujeito mulher negra.

A I MMNB dá destaque a alguns desses fundamentos que se relacionam, especificamente, a esse movimento na diáspora que estão presentes na cultura como valores afro-brasileiros. É esse o eixo metodológico definido para ser aplicado nas análises das ações coletivas do movimento de mulheres negras que vai permitir expressar algumas identidades políticas sobre outras. E não foi diferente na análise da Marcha.

Fundamentos e Valores afro-brasileiros destacados na ação coletiva da RMNN

Valores	Princípios/ Fundamentos	Metodologia	Entrevista Metodologia
AXÉ = Energia vital, positiva, força de vida.	A certeza de que tudo que é vivo é sagrado, é	Exercícios de contato; Frequentes elogios e	“A ideia dos ensaios fotográficos, começou com

<p>Uma expressão que anuncia e pede o Bem.⁹⁰</p>	<p>divino, cheio de energia vital. Tudo é sagrado e está em interação. Esse é o primeiro fundamento que define e anuncia as metodologias presentes nas ações desenvolvidas pelas mulheres negras. A partir deste é trabalhada a potencialização desta energia no olhar, no coração, no corpo das mulheres negras.</p>	<p>afagos; São sempre direcionadas para espelho; Brincadeiras com conto de histórias nas quais são retratadas como a mais bela do mundo, alguém que cuida e é cuidada.</p>	<p>esse nome, mas depois virou tirar fotografia mesmo. Perguntaram, mas pra que? A resposta foi pra se juntar mesmo. E quando isso acontece é que a gente produz.” (Piedade Marques-PE).</p>
<p>ORALIDADE</p>	<p>A expressão oral é uma herança direta da cultura africana, uma força comunicativa a ser potencializada, não como negação da escrita, mas como afirmação de independência. Fazendo das mulheres contadoras de histórias, compartilhadoras de saberes, memórias, desejos, fazeres através da fala.</p>	<p>Promovendo momentos em que a história, a música, a lenda, as parlendas, o conto, os fatos do cotidiano possam ser ditos e reditos. Falar e ouvir podem ser libertadores.</p>	<p>A gente se organizou por educação porque a gente sabia ler, éramos todos analfabetos. E a gente precisava não só da luta, mas a gente precisava de uma luta da cultura também. Por isso a gente precisava nos preparar e lutar também por uma sobrevivência. Porque a gente coloca que a sobrevivência ela não é escrita em lugar nenhum. É feita no dia a dia (Dona Dijé, 2015)⁹¹</p>
<p>CIRCULARIDADE O movimento da roda a circularidade, a renovação,</p>	<p>Esse complexo pensamento contribui para reflexão sobre a relação homem/mundo, homem/terra, homem/espiritualidade. O caráter do pensamento cíclico, a compreensão de que a vida é cíclica. Aponta para a ideia de que podemos estar muito bem agora e numa posição ruim depois até voltar a um estado satisfatório.</p>	<p>Resgatamos esse fundamento na música, cirandas e outras brincadeiras com jogos, no ato de contar histórias ao redor da fogueira, com as atividades, reuniões acontecendo sempre através das tradicionais rodinhas. Para que elas conheçam e compreendam o prazer que advém do ato de sentar em roda para fazer coisas, manifestar sua religiosidade, na capoeira, no jongo, no tambor de crioula, na gira da umbanda, na roda de samba, etc”.</p>	<p>Circularidade na Prática. (Vide Imagem 46)</p>
<p>CORPOREIDADE – o corpo é muito importante, na medida em que com</p>	<p>O corpo como um patrimônio muito importante. A valorização desses</p>	<p>Cuidando do corpo, aprendendo a massageá-lo, tocá-lo, senti-lo, respeitá-lo é um dos</p>	<p>Corpos negros indóveis. Locus de resistência e luta política (Vide Imagem 29)</p>

⁹⁰ Axé. Na língua iorubá, dentro e fora do contexto religioso, significa poder, energia ou força presentes em cada ser ou em cada coisa. [Portanto, axé é uma saudação utilizada para desejar votos de felicidade e boas energias. Como é sabido por muitos/as de nós, a palavra axé significa poder, energia, força de realização, quer dizer é uma expressão que anuncia e pede sempre o Bem.

⁹¹ Maria de Jesus Ferreira Bringel – Coordenadora do MIQCB – MA. Disponível em <https://soscorpo.org/3107-a-0208-i-encontro-estadual-das-mulheres-negras-paraiba-rumo-a-marcha2015/>. Acessado em 12/06/2016.

ele vivemos, existimos, somos no mundo.	corpos como possibilidade de trocas, encontros, de construções, produções de saberes e conhecimentos coletivizados, compartilhados, não como algo narcísico.	nossos desafios de que no trabalho pedagógico com a Educação Infantil. Dançar, brincar, rolar, pular, tocar, observar, cheirar, comer, beber, escutar com consciência. Aparentemente nada de novo, se não fosse o desmonte de corpos idealizados e a aceitação dos corpos concretos.	
MUSICALIDADE Através da voz, da memória e da música, por exemplo, é que nos comunicamos e nos identificamos com o próximo.	Nossa expressão oral, nossa fala é carregada de sentido, de marcas de nossa existência. A música é um dos aspectos afro-brasileiros mais emblemáticos.	Vamos ouvir músicas que falem da nossa cultura, que desenvolvam nossos sentidos, nosso gosto pelos sons.	(Vide Imagem 36)
LUDICIDADE – A ludicidade, a alegria, o gosto pelo riso pela diversão, a celebração da vida.	Os valores afro-brasileiros afirmam cotidianamente a vida, o desejo de viver, através da sua cultura, manifestações culturais e do axé.	Os saberes são transmitidos através das brincadeiras, do brilho no olho, do riso, de sabores e de muita celebração da vida.	(Vide Imagem 42)
COOPERATIVIDADE	A cultura afro-brasileira, é plural, do coletivo, da cooperação.	Não sobreviveríamos se não tivéssemos a capacidade da cooperação, do compartilhar, de se ocupar com o outro.	

Fonte: Demonstrativo elaborado pela autora a partir de informações extraídas de Saberes e fazeres, v.3: modos de interagir / coordenação do projeto Ana Paula Brandão. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2006 (A cor da cultura).⁹²

Em suas práticas, se reconhece o legado ancestral africano, uma ideia de civilização fundada em outra bacia semântica, onde o próprio conceito de injustiça, opressão e escravidão não vigorem. Pois, como bem lembra a autora Magali Almeida, legado este “(cindido e repostado na Diáspora)” (ALMEIDA, 2018, p. 1), em uma “proposta malês de sociedade” (REIS et al., 1989).

Dito isso, é importante enfatizar que, não se trata da aplicação aleatória e mecânica de aportar a esse conjunto de estudos produzidos por inúmeras disciplinas, mas sim, de buscar categorias analíticas e conceitos que sejam capazes de auxiliar a pensar o objeto e o problema na riqueza de sua complexidade e especificidade histórica. Trata-se de uma tentativa de diálogo também com construções estratégicas e metodológicas diferenciadas oriundas de um acúmulo ainda não divulgado, advindas desse processo e dos efeitos deste sobre a nossa própria

⁹² Disponível em Tags: Comulher · Marcha das Mulheres Negras 2015 · Mulher Negra. <http://www.geledes.org.br/roda-de-conversapara-a-marcha-de-mulheres-negras/> Acessado em 15/04/2015.

realidade sócio-histórico-cultural-econômica, evidenciando as inúmeras possibilidades de lidar com a complexidade inerente a esse tipo de organização e ação política.

Em contrapartida, o Feminismo Negro segue sendo influenciado e fortalecido pelas ações políticas desencadeadas por essas mulheres, individual e coletivamente, o que conduz a uma série de questões, dentre estas: em que medida o conhecimento produzido por este coletivo tem retornado de forma eficaz a esta teoria como inspiração para novas formulações, dilemas, necessários à construção de novos paradigmas, hipóteses e afirmação do feminismo como movimento político, corrente plural de pensamento e ação?

2. Agência, ação política: multiplicidade de saberes contra-hegemônicos

O campo do feminismo negro tem a categoria experiência como um conceito central na sua política. Essa categoria de pensamento está tão imbricada na linguagem cotidiana, minimizando as distâncias entre práticas e processos sociais vividos e o trabalho reflexivo e analítico sobre tais práticas e processos, que parece compartilhar da ideia de que o “agenciamento do sujeito é criado através de situações e posições que lhes são conferidas historicamente” (SCOTT, 1999, p. 37). Neste entendimento, a experiência é, ao mesmo tempo, já uma interpretação e algo que precisa de interpretação (SCOTT, 1999, p. 40).

Uma gama de formulações teóricas sobre experiências diaspóricas nos múltiplos agenciamentos dessas atrizes sociais puderam ser observadas e analisadas para a compreensão desse protagonismo, como esses sujeitos vivenciam o gênero, o patriarcado, a racialização e a dominação colonial como experiências corporais (BRAH, 2006, p. 25). Tais formulações fortaleceram “um olhar analítico para diferentes escritos, em que as experiências sociais de mulheres negras foram visibilizadas, explicadas, elaborando linguagens e narrativas que possibilitaram que essas experiências pudessem ser usadas para pensar” outras experiências de mulheres, outras mulheres negras e de outros grupos sociais (CONRADO, 2017, p. 75), impulsionando e dando base para a sua ação política.

O olhar aqui é lançado para o sujeito desta ação, tendo em vista, inclusive, que diante de um contexto de descentramento do sujeito, a identidade é constantemente questionada. É voltado principalmente para além dos processos dessa construção coletiva onde procuro apresentar diferentes experiências de enfrentamento aos processos de subordinação e exploração deste grupo e distintas dinâmicas sociais que têm caracterizado as experiências deste grupo. Uma história marcada por genealogias, ações políticas, produção de conhecimentos.

Porque, como bem ressalta a escritora Alzira Rufino,

Nessa cotidiana experiência de "enfrentar um leão por dia", teremos que usar estratégias de descansar, recuar, avançar, para podermos chegar inteiros. Voltamos nossos olhos e coração para a África, berço da civilização, tambor que nos mantém unidos. [...] Sabemos fazer políticas. Experiência de quilombo, escola de Palmares. Passaremos nosso anel de bamba para a nova geração afro-descendente. Apesar dos ventos e chuvas fortes da discriminação, apesar da fria desigualdade de oportunidades destes quinhentos anos, os alquimistas estão chegando, herdeiros de Zumbi, Dandara, Luiza Mahin, Quintino de Lacerda, Esmeraldo Tarquínio, Lélia Gonzalez, Beatriz do Nascimento. Resistir sempre valerá (RUFINO, 2007 apud SILVA, p. 40).

As experiências tomadas a partir das identidades dos sujeitos - mulheres, negros, gays, trabalhadores, favelados -, e com estas, tantas outras formas de ação dos movimentos sociais passaram a ser articuladas, a partir das reivindicações movidas pelo ideal de autonomia, direitos, questionando práticas de inclusão e exclusão, lugares e papéis sociais.

Coaduno-me, em grande medida, com a ideia de alguns/as pesquisadores/as de que a literatura que tem analisado a agência das mulheres negras tem apresentado um considerável progresso. A partir de uma gama de contribuições teóricas, em especial as análises produzidas por feministas negras desde os anos 70, como Angela Davis (1983), Lélia Gonzalez (1985; 1988), Luiza Bairros (1988), Matilde Ribeiro (1995), Rosália Lemos (1997), Sueli Carneiro (2003; 2013), para a compreensão do protagonismo destas atrizes sociais nos seus múltiplos agenciamentos é que essas ações puderam ser observadas e analisadas.

Vale lembrar que, no Brasil, a década de 1970 se constituiu como um marco na resignificação do lugar dos sujeitos nos processos políticos. Com a reabertura política, o país ampliou significativamente as condições de contestação pública e participação política. Com a explosão da participação popular através das lutas contra os privilégios - raça, gênero, classe e orientação sexual - acirraram-se relações de poder entre os sujeitos com a emergência de ações coletivas articuladas a partir de suas identidades, agendas de mulheres, negros, gays, trabalhadores, favelados.

Com estas, tantas outras formas de organização dos movimentos sociais contemporâneos passaram a ser vistos reivindicando o ideal de autonomia, direitos, questionando práticas, lugares e papéis sociais. O que tem exigido dos pesquisadores/as um

enfoque nos processos de produção da identidade, uma insistência na natureza discursiva da “experiência” e na política da sua construção.

Dentre tais contribuições, o debate despertado pelo artigo “Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing”, da intelectual Matilde Ribeiro (1995), envolvendo o surgimento deste movimento. A autora sugere que o movimento contemporâneo de mulheres negras emergiu pós criação do Movimento Negro Unificado (MNU), como um movimento autônomo no bojo das lutas feminista e negra, em meados da década de 70.

Entretanto, convém atentar para o que enfatiza a pesquisadora Joselina da Silva, em seu artigo “I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980” (2014), quando alerta para o risco de se tomar a organização das mulheres negras como algo que emerge neste período, com os chamados “novos movimentos”. Antes disso, afirma Silva (2014, p. 36), da década de 70, nós “já éramos mulheres e negras, do ponto de vista argumentativo e da construção identitária”. Ou seja, com o advento das lutas feminista neste período o que ocorreu foi que nós passamos a reconhecer e nomear aquelas práticas individuais e coletivas oriundas deste sujeito, como sendo práticas feministas, da organização das mulheres negras. Houve uma afirmação de um sentido de identidade conjunto do sujeito social “mulheres negras”.

Ao tecer tais argumentos a autora, provavelmente, se referia a criação, em 1950, do Conselho Nacional de Mulheres Negras no Rio de Janeiro, considerado atualmente como o primeiro registro de organização autônoma de mulheres negras. Este Conselho foi um desdobramento do Departamento Feminino do Teatro Experimental do Negro (1944), sob direção de Maria Nascimento. Ao longo de suas análises Silva (2005) relembra vários nomes fortes de lideranças negras dessa época, como Maria de Lurdes Nascimento, Nair Theodora Araújo e Antonieta de Barros, que protagonizaram a luta por autonomia e reconhecimento das mulheres negras, associados as denúncias das desigualdades raciais, de gênero e social no Brasil.

Dessa forma, o discurso contra-hegêmonico, construído por esse movimento, tem sido o de que o ativismo político das mulheres negras, no Brasil, data desde o momento em que a primeira mulher foi sequestrada – retirada à força de África – para ser escravizada nas Américas pelo colonizador.

Desde o final dos anos 1960 e início dos 70, várias mulheres negras estadunidenses, africanas e brasileiras, a exemplo de Angela Davis, Alice Walker, Nina Simone, Miriam Makeba e Beatriz Nascimento, passaram a vestir-se com as chamadas cores “vivas” ou “quentes” que suas mães e avós eram desestimuladas a usar e

experimentaram vários penteados das tranças ao cabelo black power (RATTS, 2010, p. 69-70).

Segundo Silva (2014), a construção do I Encontro Estadual de Mulheres Negras foi perpassada por grandes tensões com os movimentos feminista e negro, ainda que estes não tivessem participado desta. O conflito se estabelecia devido ao fato de que o Movimento de Mulheres Negras no Brasil, como muitos costumam dizer, surgiu devido a questões específicas dessas mulheres não terem sido acolhidas pelo movimento feminista, como expressão do racismo velado e pelo movimento negro, com o sexismo demonstrado pelos militantes homens (VALE et al, 2015). Nesse a “autonomia era a palavra de ordem” (SILVA, 2014, p. 19). Emergia nesse momento um movimento de construção de autonomia do sujeito político “mulheres negras”, em relação as organizações políticas mistas com as quais se relacionava e dividia as pautas.

Daí provem outro aspecto polêmico que perpassa o movimento de mulheres negras, que também merece a problematização. A compreensão do feminismo hegemônico, na sua visão essencialista de gênero, de que todas as mulheres eram iguais se constituindo em um grupo homogêneo, como uma classe. O primeiro Encontro Nacional foi crucial para o rompimento com a fragmentação com essa suposta homogeneidade que existiria em torno da identidade “mulheres negras”. O sujeito “mulher negra”, de modo algum, se constitui em um grupo homogêneo, visto que, estas não são iguais entre si.

A presença de elementos diferenciadores estabelecidos por demandas específicas de grupos de mulheres negras, mulheres quilombolas, mulheres de terreiro, favelas, marisqueiras, ribeirinhas, lésbicas, transexuais, por exemplo, as interseções entre marcadores de opressão e as combinações específicas, que se refletem no próprio ser mulher são determinantes para reconhecer que as mulheres não são iguais entre si e, portanto, “não podem ser tratadas, exclusivamente, sob a rubrica da questão de gênero se esta não levar em conta as especificidades que definem o ser mulher” (CARNEIRO, 2003, p.119).

O que tem ocorrido, no período mais recente - do início da década de 1970 pra cá -, é que esse sujeito político, mediante denúncias sobre as desigualdades sustentadas pelo mito da democracia racial, tem se colocado no espaço público através do Movimento de Mulheres Negras de forma autônoma e pautas específicas das mulheres negras secundarizadas dentro de outros movimentos – negro e feminista.

No Brasil, no final da década de 70, esta discussão começou a ser realizada por mulheres negras – Lélia Gonzalez e Beatriz Nascimento, para citar algumas – dentro

do movimento negro e do movimento de mulheres dos quais faziam parte, resultando numa intensa produção acadêmica na década de 80 (RATTS, 2010)

Assim, as mulheres negras continuam se organizado contra toda forma de exclusão e opressão. Foi esta a mensagem que tivemos durante a construção deste processo, nas vésperas e no dia da IMMNB. Um cenário de agendas e bandeiras de luta das mais diversas aglutinadas ao longo do percurso (Vide Imagem 11), demarcando e politizando as desigualdades que perpassam a sociedade, sejam estas raciais, sexuais, de gênero, geracionais, capacitivas, etc., convertendo-se “em novos sujeitos políticos. Essa condição faz com esses sujeitos assumam, a partir do lugar em que estão inseridos, diversos olhares que desencadeiam processos particulares subjacentes na luta de cada grupo particular” (CARNEIRO, 2003, p.119).

[...] a noção de agência atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e desenhar maneiras de lidar com a vida, mesmo sob as formas mais extremas de coerção. Dentro dos limites de informação, incerteza e outras restrições (por exemplo, físicas, normativas ou político-econômicas), os atores sociais possuem “capacidade de saber” e “capacidade de atuar”. Buscam resolver problemas, aprendem como intervir no fluxo de eventos sociais ao seu redor e, em certa medida, são conscientes de suas próprias ações, observando como os outros reagem às suas condutas e tomando nota das várias circunstâncias contingentes (LONG, 2007, p. 48).

Centenas de mulheres se identificando como mulheres negras, só que isso não foi suficiente para apagar as suas outras identidades. Mais que isso, não era esta a intenção. Somos diversas: de diversas origens – rural, quilombolas, metropolitanas, sertão, chapada, do norte, do sul; lésbicas, heterossexuais, bissexuais, etc; diversas religiões – matriz africana, católicas, evangélicas, ateias, etc.; trabalhadoras diversas – domésticas, enfermeiras, prostitutas, bancárias, professoras, assistentes sociais, desempregadas, etc.; diversos partidos – PT, PC do B, DEM, PSol, PSC, etc., consolidando, mais ainda, dentro do feminismo negro o que se entende como movimento coletivo de mulheres negras como uma organização eclética, de REDE (Vide Imagem 12).

Maria da Glória Gohn (2000), em 500 Anos de Lutas Sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor, explica que na contribuição teórica dos anos 70, para a compreensão desta área dos movimentos sociais, trataram a ação coletiva sob um ponto de vista dualista: ou resultante de crises estruturais ou de contradições. Sob esse prisma de abordagem analítica, a ação coletiva não pode ser vista como um sistema de relações “e não apenas como uma crença ou um conjunto de interesses “objetivos”” (GOHN, 2000, p. 50), da mesma forma que os conflitos sociais foram reduzidos ao protesto político.

Os participantes da ação coletiva não são apenas parte de um sistema político, motivados por uma orientação econômica, calculando os custos e benefícios da ação. Eles também estão buscando solidariedade e identidade (PIZZORNO, 1983; MELUCCI, 1982, GOHN, 2000) que, diferentemente dos bens econômicos, não são mensuráveis e nem calculados. “A confrontação com o sistema político e com o Estado é apenas um fator mais ou menos importante na ação coletiva” (Idem, 2000, p. 50).

Para Gohn, a ação coletiva, que liga orientações e significados plurais, contem tipos variados de comportamentos, conformando o que empiricamente é chamado de movimento social. Logo, as análises devem ocorrer não à luz das aparências ou da retórica, mas sim como sistemas de ação, que têm como finalidade romper com essas aparentes formas de unidade e descobrir de fato os diferentes elementos nela convergentes, com suas possíveis e diferentes consequências (GOHN, 2000, p. 55).

Por conseguinte, como resultado de crises econômicas e desintegração social, reduzindo-a “à reação patológica da marginalidade”, percebe-se que houve certo negligenciamento da dimensão dos conflitos proporcionados pela ação coletiva de grupos excluídos. Como contradições, as abordagens eram construídas dentro de uma perspectiva marxista, a qual considerava os movimentos sociais como expressão de interesses comuns, partilhados dentro de uma situação comum e estrutural, insuficientes, portanto, para explicar “a passagem das condições sociais para a ação coletiva” (GOHN, 2000, p. 50).

Uma variedade de perspectivas teóricas e múltiplas abordagens críticas ao pensamento hegemônico, acerca do racismo epistêmico que invisibiliza a ação coletiva de mulheres negras e seu protagonismo político, já foram desenvolvidos pela teoria feminista negra, afrocêntrica, decolonial e pós-colonial, dentre outras. Do mesmo modo que, formas metodológicas por elas articuladas, apontam para a urgência da incorporação desse protagonismo como uma abordagem válida no campo dos estudos teóricos científicos.

No âmbito destas formulações também a feminista negra Lélia Gonzalez que destaca a importância de estarmos atentos/as as questões sociais, desde os processos globais a tudo que está ocorrendo em todas as dimensões da sociedade e não apenas aquelas relacionadas ao racismo que afeta a comunidade negra. Evidencia, sobretudo, como as identidades vão sendo construídas, reconstruídas, desconstruídas, num processo dialético e dinâmico realmente muito

rico para atuar no interior dela, a fim de desenvolver estratégias de luta. Somente a prática ativa e conciente e o engajamento político é capaz de transformar a sociedade (GONZALEZ, 1992)⁹³

Dentre tais ensinamentos destacamos também aqueles difundidos no pensamento Sueli Carneiro em “Mulheres em Movimento” (2003), que contribui negritando que: “Sumariamente, podemos afirmar que o protagonismo político das mulheres negras tem se constituído em força motriz, determinando mudanças nas concepções e o reposicionamento político” dos movimentos sociais e, em particular, do feminista no Brasil. Acrescenta, ainda, que “A ação política das mulheres negras vem promovendo”:

- o reconhecimento da falácia da visão universalizante de mulher;
- o reconhecimento das diferenças intragênero;
- o reconhecimento do racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil;
- o reconhecimento dos privilégios que essa ideologia produz para as mulheres do grupo racial hegemônico.

Entretanto, o cerne principal dos feitos emblemáticos das ações coletivas de mulheres negras e de seu movimento, com enfoque nos aspectos discursivos, que permita “capturar a dinâmica, o dissenso e a heterogeneidade na construção do esquema de significação da realidade” (CARLOS, 2011, p. 162), ainda carece de maior aprofundamento. Os “atuais quadros teóricos de análise dos movimentos sociais estão em crise e, como consequência, está constituído o contexto que exige das ciências humanas o desenvolvimento de novas formas de análises (REIS, 2012, p. 107).

De fato, é por esses e outros motivos, devido à complexidade intrínseca à vida e ação coletiva dessas mulheres, historicamente clivadas por desigualdades, o epistemicídio e violências que extrapolam fronteiras, entendo que a reflexão teórica, envolvendo o potencial organizativo dessas mulheres nos seus múltiplos agenciamentos, requer perspectivas mais amplas do pensamento alternativo e/ou periférico.

Em vista disso, resgato o importante artigo da feminista negra da República Dominicana, Ochy Curiel (2002), “Identidades Esencialistas o Construcción de Identidades Políticas: El dilema de las feministas negras”, o qual nos inspira na defesa da análise das ações políticas de mulheres negras, na medida em que, vai de encontro às lógicas hegemônicas de produção do conhecimento e às ideias ontológicas, que pressupõem uma resistência às

⁹³ Texto postado pelo Portal Geledés em 14.09.11. Lélia Gonzalez: Mulher Negra na História do Brasil. Ana Maria Felipe. <http://www.geledes.org.br/hoje-na-historia-10-de-julho-lelia/>. Acessado em: 14/09/2011.

verticalidades, ao tempo em que estabelece possibilidades de organizações e existências autônomas do povo negro, no geral, e das mulheres, em particular, que dialogam com o que apreendemos aqui como civilização, sentido central desta tese. Neste a autora ressalta que

O movimento de mulheres negras nasce articulando 'raça', gênero, classe e sexualidade como categorias políticas para explicar as realidades das mulheres negras frente ao racismo, sexismo, classismo e heterossexismo. A política de identidade tem sido uma das estratégias prioritárias dos grupos e coletivos que se dedicam a combater estes sistemas de dominação. Consiste em uma série de ações que buscam reafirmar uma subjetividade contextualizada nos efeitos de feitos históricos tais como a colonização e a escravidão que fazem o "ser negra" uma situação desvalorizada, depreciada e muitas vezes negada (CURIEL, 2002, p. 97).

Essas ações coletivas vêm sendo pautadas por diversas vias, a exemplo da ausência das vozes de atrizes protagônicas que historicamente foram silenciadas, invisibilizadas, limitadas ou não tiveram acesso às instâncias de fala e de poder da criação e decisão. Mas também às linguagens e conceitos que desobedecem às exigências e às regras da gramática normativa, considerados fora do modelo padrão, tanto para o discurso como para a produção textual acadêmica acerca dessas realidades.

A discussão sobre ação e prática política de mulheres negras ressalta a multiplicidade de saberes contra-hegemônicos, de resistência ao racismo, ao sexismo, ao pensamento moderno ocidental, ao imperialismo e de fortalecimento aos movimentos sociais de resistência. Para se pensar as ações e estratégias políticas adotadas pelas mulheres negras ao longo das diferentes lutas de resistência e enfrentamento ao racismo e sexismo na sociedade brasileira, e reconhecidas e acionadas como ferramentas metodológicas no processo de mobilização para a I MMNB, é imprescindível levar em conta como se deu esse protagonismo no Brasil, os termos, conceitos, definições, palavras que se estruturam e estruturam as relações nesta sociedade, assumidamente racista, patriarcal, capitalista e imperialista.

Desafio ainda maior, tentar construir um referencial teórico-metodológico para subsidiar uma investigação sobre a presença de traços e marcas decoloniais nas ações e práticas coletivas adotadas pelas mulheres negras no atual processo de mobilização desses sujeitos, em especial no que diz respeito aos seus fundamentos, às suas proposições, ao alcance, à efetividade, aos avanços e ao seu objetivo estratégico, ético-político. Ressalta-se a relevância de tais desafios, devido à importância de se assegurar novos direcionamentos não só à luta antirracista em geral, mas também, reflexões sobre o movimento de mulheres negras e demais movimentos contemporâneos no Brasil.

O fato é que chegamos lá. Éramos milhares de todos os estados do Brasil e de fora deste. Estávamos lá, unidas naquela quarta-feira, 18 de novembro de 2015, com nossos corpos, madeixas, agendas e bandeiras das mais diversas quanto possível de se imaginar e, sobretudo, guiadas, em forma de mobilização política, pela força cultural vindas dos/das ancestrais. Foram essas diferenças, por vezes, conflituosas e antagônicas, que nos impulsionaram até atingir o objetivo final: a I Marcha de mulheres negras em Brasília contra o racismo pelo bem viver.

Assim, do mesmo modo que a I Marcha de Mulheres Negras não pode ser entendida, exclusivamente, como um ato de protesto localizado, limitado a um determinado espaço de tempo e lugar, com propósito apenas reivindicatório de cidadania e garantia de direitos reservados aos homens, também a Rede de Mulheres Negras, em sua grande maioria constituída de mulheres e negras, não pode ser entendida como uma estrutura onde todas são iguais ou que suas agendas e demandas são coincidentes.

Muito pelo contrário, o processo de construção da Marcha, como todo espaço político, se mostrou como um ambiente de afirmação de diversidade, um *locus* permanente de conflitos e disputas ideológicas das mais diversas quanto se possa imagina. Portanto, ao refletir sobre a Marcha não há por que se esperar desta relação uma unanimidade desfocada de um contexto, cujo sentido é sugerido por alguns pensamentos. É importante desmistificar a ideia de mulheres negras como sendo uma identidade fixa, única, como bem enfatiza Mouffe (1993):

A “identidade” de um sujeito tão múltiplo e contraditório é, portanto, sempre contingente e precária, temporariamente fixa na intersecção dessas posições de sujeito e dependente de formas específicas de identificação. Por isso é impossível falarmos de agente social como se estivéssemos a lidar com uma entidade unificada e homogênea. Em vez disso, teremos de abordá-lo como uma pluralidade, dependente das várias posições de sujeito através dos quais se constitui em várias formações discursivas, e de reconhecer que não existe qualquer relação prévia e necessária entre os discursos que constituem as suas diferentes posições de sujeito... (MOUFFE, 1993, p.105).

Foram muitas Luízas, Lélías, Beatrizas, Carolinas, Clementinas, Dandaras, Akotirenes... que soltaram o verbo, que ecoaram, para os quatro cantos do país, palavras de ordem contra o racismo, o patriarcado e a violência. Exaltando suas identidades, reivindicaram um novo pacto civilizatório no Brasil, focado na eliminação do racismo estrutural, que desumanizam e abatem mulheres negras de todas as idades, de todas as classes, de toda a diáspora⁹⁴. É pelo Bem-Viver,

⁹⁴ Segundo dados do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), elaborado pelas Nações Unidas, o Brasil é o décimo país mais desigual do mundo. <https://oglobo.globo.com/economia/brasil-o-10-pais-mais-desigual-do-mundo-21094828>. Acessado em 20/11/2012.

dizem elas, que marchamos, mesmo cientes de que se trata de algo difícil de ser cogitado em um país campeão em desigualdade⁹⁵.

Neste sentido, chamamos atenção para expressões estéticas visualizadas no contexto da I Marcha que influenciam na construção de resistência, ou de uma contra-hegemonia no movimento de mulheres negras brasileiro. Parte-se de manifestações observadas no dia da Marcha (capturadas como discurso), para compreender essas manifestações. Em outras palavras, trata-se de expressões estéticas na ação coletiva de mulheres negras no país enquanto movimento que visa resistir às práticas de desumanização do colonialismo (hegemonia racista e patriarcal).

Sobre as imagens que compõem esse painel, importante destacar que elas trazem para o centro do debate atual do movimento - com destaque para as mulheres que aparecem em dois momentos – a mulheres negras em trajes das mais diversas cores e tons, expressando agendas de resistência contra-hegemônicas, que vêm sendo priorizadas pelo movimento de mulheres negras brasileiras contemporâneo, cuja importância é reforçada nas frases: “Parem de nos Matar”; “Contra o extermínio da Juventude Negra / Ceará; “Tiro tira a Vida Preta: contra o genocídio e encarceramento da Juventude Negra” – demandas urgentes do Movimento de Mulheres Negras do Brasil e motivo de constrangimento para o Movimento Feminista que não incorpora em seus discursos e documentos oficiais uma linha sequer sobre a abate dessas perdas humanas. Também a luta contra o racismo religioso marcou espaço nesse cortejo denunciando o crescimento do fundamentalismo religioso a partir das igrejas neopentecostais dentro das instituições públicas (governo, congresso, etc) no país. Além disso, evidenciam a importância do feminismo negro brasileiro, que se destaca pela ênfase do estilo e estética, que envolve mais rapidamente o sentido e o interesse daqueles/as que as observa, sintetizando, assim, em um único momento, os diversos aspectos que compõem esse cotidiano de lutas, impossível de sintetizar em algumas palavras, por isso resolvi evidenciar por meio dessas imagens.

Descrevendo essas expressões estéticas, coletivas, associadas as práticas e estratégias, típicas do modo de atuação desse sujeito, o processo de construção da I Marcha ressignifica esse lugar, reafirmando a sua importância, a partir de um conhecimento produzido por essas

⁹⁵ O Mapa da Violência mostra que enquanto o homicídio de mulheres negras experimentou um crescimento de 54,2% entre 2003 e 2013, no mesmo período, o homicídio de mulheres brancas caiu 9,8%. Além da violência contra si, a mulher negra também experimenta, com maior intensidade a violência contra seus filhos, irmãos e companheiros. Ainda segundo este mesmo relatório, de 2012, dos cerca de 30 mil jovens entre 15 e 29 anos assassinados por ano no Brasil, 93% são homens e 77% são negros. <https://anistia.org.br/o-racismo-nosso-de-cada-dia-e-situacao-da-mulher-negra-brasileira/>. Acessado em 20/11/2012.

mulheres em suas experiências diárias, assim como o caráter decolonial dessas ações históricas e diaspóricas no Brasil. Não como objeto ou vítima mas, sim, como protagonista desses processos em suas comunidades, territórios, redes, etc..

3. Feminismo Negro como expressão do conhecimento situado

Descolonizar nossas almas, nossas mentes, nossas práticas de subalternidade. Valorizar trajetórias como **o Julho das Pretas, a Marcha das Mulheres Negras**, as muitas iniciativas, as práticas de sobrevivência das ancestrais e mais velhas, que nos legaram vida, inspiração e capacidade de sobrevivência. Ir além de sobreviver, além do feminicídio e da solidão imposta, para dinamizar, com autonomia, a reorganização da vida, para que tenhamos vida.

Dulce Pereira (2019, p. 13-14).⁹⁶

Diferente do item anterior que destacou os motivos de ordem pessoal e institucional, nesta parte do trabalho, estão representados os elementos epistemológico-metodológicos dessa pesquisa. Nesta abordaremos a ação política de mulheres negras na caminhada de quem reinventa a roda todos os dias, mestras e griôs brasileiras em África e na diáspora, a partir do ponto de vista teórico, do feminismo negro decolonial e, obviamente, estudiosos/as do dito fenômeno.

As origens da corrente teórica feminista negra remetem a autoras como bell hooks e Patricia Hill Collins, intelectuais, ativistas feministas negras norte-americanas, que trabalham e desenvolvem marcos interpretativos da experiência comum de opressão compartilhada por negros/as assujeitados e os valores afrocêntricos que perpassam a sua ação coletiva, no Berea College e Universidade de Maryland, respectivamente. Estas duas autoras trouxeram contribuições particularmente úteis ao discurso feminista afrocentrado cunhado em referências/influências de Frantz Fanon (1993), constantemente acionado pelos movimentos negros do Brasil e Eua.

Ambas discutem, desde os anos 1980, as similaridades nas condições materiais e a conexão entre raça, gênero e classe como sistemas de dominação e opressão, resultantes da modernidade, do colonialismo, do imperialismo, da escravidão, do *apartheid*, e de outros, revelando a consciência global do racismo.

⁹⁶ E-book - VI edição do Julho das Pretas 2017. Mulheres Negras Transversais do Tempo: Negras Jovens Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver. Disponível em: https://institutoodara.org.br/wp-content/uploads/2019/02/ebook_julho_das_pretas.pdf

A filósofa Sueli Carneiro (2001), em texto célebre intitulado “Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina”, a partir de uma perspectiva de gênero”, cita a feminista negra norte-americana Patricia Collins para definir o pensamento feminista negro como.

(...) um conjunto de experiências e ideias compartilhadas por mulheres afro-americanas, que oferece um ângulo particular de visão de si, da comunidade e da sociedade... que envolve interpretações teóricas da realidade das mulheres negras por aquelas que a vivem...” A partir dessa visão, Collins elege alguns “temas fundamentais que caracterizariam o ponto de vista feminista negro”. Entre eles, se destacam: o legado de uma história de luta, a natureza interconectada de raça, gênero e classe e o combate aos estereótipos ou “imagens de autoridade. (COLLINS, apud Bairros, 1995, p. 463).

Trata-se de um movimento político e proposta teórica protagonizada por mulheres negras que tem por base a análise da realidade social a partir do entrelaçamento de diferenciações sociais. Compreende que, as discussões teóricas envolvendo a trilogia racismo, sexismo e identidade de gênero “mulher negra” tem sido fundamental para refletir sobre as ações de enfrentamento as desigualdades produzidas por estas lógicas, construção de estratégias, agendas e metodologias inauguradas nesses processos de enfrentamento, que frequentemente estão interligados.

O nascimento do feminismo negro no Brasil está marcado por obras de autoras como Rosália Lemos que marcou em sua escrita o nascimento do “feminismo negro” no Brasil, demonstrando que o movimento de mulheres negras no Brasil surgiu como uma alternativa ao feminismo tradicional; Núbia Moreira ao dissertar sobre a emergência de um “feminismo negro”, através da análise das ONGs de mulheres negras, reflete sobre a institucionalização do movimento de mulheres negras, através das ONGs; Raquel Barreto, em sua análise comparativa acerca da trajetória de Lélia González e Angela Davis evidenciou o papel crucial dessas atividades na luta contra o racismo e o sexismo em seus determinados contextos históricos Cristina Maher investigou os múltiplos discursos atribuídos à categoria raça, evidenciando a ação política realizada por atores e grupos ligados, principalmente ao movimento de mulheres negras, articulando violência doméstica contra as mulheres negras e saúde pública, como uma questão de políticas públicas.

Com base nas experiências e epistemologias culturais, a escritora afro-nigeriana Bibi Bakare-Yusuf (2003) alerta para a importância da aproximação do feminismo negro com outras epistemologias, posto que as eurocêntricas se distanciam com frequência da possibilidade de obtenção de um “conhecimento da abundante evidência de poder e autoridade das mulheres nas

esferas religiosas, políticas, econômicas e domésticas pré-coloniais” (BAKARE-YUSUF, 2003, p. 03).

Em suas críticas, problematiza o fato de o feminismo ocidental, influenciado pelo racismo estrutural que perpassa o sistema global moderno, ter imposto para outras sociedades experiências, estruturas históricas, gênero e conceitos aliados, a exemplo do sistema de família nuclear que, desde os anos 1980, vêm sendo rechaçados nos textos de feministas africanas.

Assim, o objeto desta pesquisa - ações e práticas coletivas de mulheres negras e o feminismo negro e decolonial - desde o início, desafiaram-nos no sentido de construir um quadro referencial que assumisse uma proposta contra-hegemônica ao modelo exclusivo racista colonialista que alimenta a dicotomia entre o “civilizado” e o “selvagem”.

Tem sido objeto de forte denúncia também o imperialismo e o etnocentrismo que perpassam o feminismo do Norte, devido a sua tentativa de colonização das lutas das mulheres negras na diáspora através, da imposição de agendas e debates alheios, cultural e politicamente esvaziados. Há uma dissonância entre o feminismo, quando este se funda em uma identidade comum e unificadora generalizável a todas as mulheres. “As mulheres tornam-se mulheres em contextos sociais e culturais específicos. A análise do feminismo, portanto, não pode ser dissociada do contexto de sua enunciação, que lhe dá o significado” (SARTI, 2004, p. 44).

Também o conceito de Mulher reproduzido das feministas ocidentais e de classe média, com que ainda se opera na maioria dos feminismos, apresenta, para as feministas africanas, pretensões universalizantes, expressas no modo como se institui como medida-padrão para aferir o nível de emancipação, ou não, das demais mulheres em outros cantos do mundo. Assim, torna-se difícil evitar o desconforto diante de postulados que pretendam fazer do feminismo uma categoria generalizável a todas as mulheres.

Em vista dos esforços empreendidos por autoras que como as feministas africanas escrevem sobre suas culturas utilizando como estratégia analítica suas próprias experiências cotidianas, é que tomo como fonte de reflexão nesta tese a ação coletiva de mulheres negras brasileiras, durante o processo de construção da I MMNB, a partir da mobilização e da articulação construída pelos estados do Nordeste brasileiro combinadas à formação, à comunicação e à incidência política, atendendo à necessidade de motivação do potencial criativo dessas atrizes sociais que protagonizam a luta antirracista e antissexista, constituída por conceitos de referências teórico-epistemológicas diversas (feministas, africanas, decoloniais, etc.) favoráveis ao diálogo sobre a dinâmica de práticas e estratégias pluriculturais.

Também a filósofa Sueli Carneiro tem denunciado reiteradamente o fato de que o feminismo

[...] esteve, por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres. A consequência disso foi a incapacidade de reconhecer as diferenças e desigualdades presentes no universo feminino, para além da identidade biológica (CARNEIRO, 2003, p. 118).

Sueli Carneiro (2001) faz menção à fala do poeta Aimé Césaire, para se contrapor a tais generalizações defendidas pelos feminismos desadjetivados. Segundo o autor, em todo esse contexto de conquista e dominação, há diversas maneiras de perder-se: uma delas é sendo enquadrado na particularidade, e a outra é por diluição no universal (CARNEIRO, 2001, p. 05), enfatizando a necessidade de se articular racismo e sexismo às inúmeras posições subjetivas possíveis de mulheres. A fala de Carneiro, a partir de uma perspectiva analítica de gênero, vai defender que:

[...] é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero (CARNEIRO, 2001, p. 1).

Da mesma forma que a teórica indiana feminista Gayatri Chakravorty Spivak (1988), em seu texto fundamental sobre o pós-colonialismo, “Can the subaltern speak?”, vê a condição de subalternidade na expressão do termo oprimido. Glória Anzaldúa em, “La frontera (2012)” também observa e retrata como se estrutura a dualidade entre a dominação e opressão e o processo de resistência desses sujeitos na pós-colonialidade. Neste sentido, Spivak defende que o:

[...] subalterno não pode falar e que não há nenhuma virtude em ter a mulher nos textos globais como um item de piedade e que a intelectual feminina enquanto intelectual tem uma tarefa circunscrita da qual ela não pode se manter como um adorno (SPIVAK, 1988, p.308).

Ainda assim, a fala de Carneiro, a partir de uma perspectiva analítica de gênero, continua sendo no sentido de defender que:

[...] é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero (CARNEIRO, 2001, p. 1).

Na perspectiva oferecida pela antropóloga, filósofa, escritora e feminista Lélia Gonzalez ainda na década de oitenta, quando iniciava em seus textos apontamentos teóricos que mais tarde seriam considerados como as premissas do pensamento feminista negro brasileiro, ao tempo em que, denunciava a situação da mulher negra na sociedade brasileira, defendia o que seria o “paradigma feminista-afrocentrista” e o “decolonial” perspectivas estas capazes de apreender a cultura como um valor a ser cultivado, capaz de traduzir as experiências passadas e presentes das mulheres negras, mas tornadas ausentes pelo pensamento dominante.

A pesquisadora Lícia Barbosa (2010), em diálogo com a produção teórica de Lélia, revela a ideia de experiência como este ponto de contato entre a perspectiva afrocêntrica e as análises feministas na epistemologia feminista negra. Centrada na ideia e nas práticas dos valores civilizatórios africanos, desponta-se por meio da centralidade e reconhecimento da experiência feminista negra, “como ponto de contato entre a perspectiva afrocêntrica e as análises feministas na epistemologia feminista afrocêntrica” (BARBOSA, 2010, p. 5).

Lélia Gonzalez (1988b) vê na hierarquização dos saberes um produto da classificação racial da sociedade. Com isso, afirma a autora, a epistemologia eurocêntrica ganhou *status* de único conhecimento válido, eliminando todas as outras experiências de conhecimento. É a partir dela que surgem os discursos, promovendo a hierarquização dos grupos dentro de uma lógica verticalizada, representativa das experiências que se conformaram aqui no Brasil. Em vista disso, adota a perspectiva conceitual da categoria político-cultural da amefricanidade, como uma maneira de se contrapor à exclusividade da ciência moderna como padrão de produção de conhecimento.

As implicações políticas e culturais (“Amefricanity”) são, de fato, democráticas; exatamente porque o próprio termo nos permite ultrapassar as limitações de caráter territorial, linguístico e ideológico, abrindo novas perspectivas para um entendimento mais profundo dessa parte do mundo onde ela se manifesta: A AMÉRICA e como um todo (Sul, Central, Norte e Insular). Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria de Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada (GONZALEZ, 1988a, p.76-77).

Por conta disso, a perspectiva defendida por Lélia é de que qualquer debate sobre a construção de conhecimento intelectual e político do feminismo no terceiro mundo deve tratar dois projetos simultâneos: a crítica interna aos feminismos hegemônicos ocidental e a formulação de interesses e estratégias feministas baseadas na autonomia, geografia, história e cultura (GONZALEZ, 1988a).

É o que vamos presenciar também na formulação da feminista indiana Chandra Talpady Mohanty (1984), que analisou uma série de publicações, frutos de pesquisas acadêmicas realizadas por estudiosos europeus, que colocam uma parcela significativa das mulheres do mundo em um lugar de enunciação subalterna, como “o outro” e utilizam suas próprias culturas como norma, para representar mulheres nativas dos países periféricos. (SULERI, 1992).

Uma entre tantas outras críticas feitas por Mohanty (2008) refere-se ao processo de colonização. A colonização, diz a autora, sempre envolve uma relação de dominação estrutural e de apagamento esmagador, muitas vezes violento, da heterogeneidade das experiências dos sujeitos, dentre estes as mulheres do “terceiro mundo”. Tem sido usada para caracterizar tudo, desde as hierarquias econômicas e políticas até a produção de um discurso cultural particular sobre o que é chamado "terceiro mundo". Em vista disso, Mohanty defende:

Qualquer discussão sobre a construção intelectual e política dos "feminismos do terceiro mundo" deve abordar dois projetos simultâneos: a crítica interna dos feminismos hegemônicos do "Ocidente" e a formulação de interesses e estratégias feministas com base na autonomia, geografia, história e cultura. O primeiro é um projeto de desconstrução e desmontagem; o segundo, de construção e criação. Esses projetos - o primeiro funcionando de forma negativa e o segundo de maneira positiva - parecem contraditórios, mas, a menos que o trabalho respectivo seja abordado simultaneamente, os feminismos do “terceiro mundo” correm o risco de serem marginalizados e guetizados em ambos. Tanto nas tendências principais (de direita e esquerda) do discurso feminista como no discurso feminista do Ocidente (MOHANTY, 2008, p.1).⁹⁷

Assim, recorro às reflexões articuladas por Chandra Mohanty (1984), Gayatri Spivak (1988) e Sara Suleri (1992), teóricas aliadas do pensamento pós-colonial, sobre a subalternidade feminina, que se apoiam no conceito de não lugar, dentre outros, para refletir sobre a forma como parcela significativa das mulheres do mundo, em condição de “dupla colonização” - pelo fato de ser mulher em uma nação colonizada - são colocadas como “o outro”, subalterno.

Defendem que na relação com o patriarcalismo, todas as mulheres são afetadas; entretanto, com o colonialismo, apenas as mulheres do chamado “Terceiro Mundo”. Por sua vez, as feministas negras têm resistido a essas tendências na qual são impedidas de falar, problematizando a autenticidade dessas narrativas elaboradas pelo feminismo ocidental, mas

⁹⁷ Texto original: Cualquier discusión sobre la construcción intelectual y política de las “feminismos del tercer mundo” debe tratar dos proyectos simultáneos: la crítica interna de los feminismos hegemónicos de “Occidente”, y la formulación de intereses y estrategias feministas basados en la autonomía, geografía, historia y cultura. El primero es un proyecto de desconstrucción y desmantelamiento; el segundo, de construcción y creación. Estos proyectos - el primero funcionando de forma negativa y el segundo de forma positiva - parecen contradictorios, pero a menos que sus labores respectivas se aborden de forma simultánea, los feminismos del “tercer mundo” corren el riesgo de verse marginados y ghettizados tanto en las tendencias principales (de derecha e izquierda) del discurso feminista como en el discurso feminista de occidente Occidente (MOHANTY, 2008, p.1).

não sem o suporte dado por autores dos estudos subalternos, como Edward Said, Gayatri Spivak e Homi Bhabha.

Esses/as autores/as se contrapõem as explicações de caráter dual que abordam gênero como uma simples relação entre sexos, trazendo à tona questões pouco observadas ou ignoradas pelo chamado feminismo ocidental, principalmente, no que tange as concepções generalizantes sobre as mulheres, no sentido de abordar as múltiplas formas de opressão embutidas na categoria gênero, amplamente debatido pelo feminismo pós-colonial. Este último problematiza o fato de que ser mulher, branca, heterossexual, do chamado “Primeiro Mundo” é bem diferente de ser, por exemplo, mulher, negra, homossexual, nascida em um país africano ou latino-americano. Essa condição de oprimido coloca-se como a principal diferença entre os povos do Ocidente e do “resto” do mundo. (MOHANTY, 1984; HALL, 1996)

Neste sentido, quero mais é demonstrar a importância de se elaborar um trabalho envolvendo essa temática, incorporando as razões “científicas” que me levaram a escolher a teoria feminista negra decolonial, ao invés de outra, para escurecer o assunto em pauta. O porquê de relacionar a I MMNB com esta teoria e, a partir desta, rever as ações e práticas políticas tecidas por mulheres negras e seu movimento na contemporaneidade, em busca de sinais, traços e marcas da presença de uma concepção decolonial nessa praxis. Na verdade, o que perdura e perpassa toda esta tese são questões que nos levam a pensar e repensar como assegurar a radicalidade do feminismo negro.

3.1. A relevância das práticas situadas de mulheres negras para o Feminismo Negro decolonial

Como dito, este trabalho alia conhecimentos construídos em diferentes lugares, dentre os quais a Teoria do Ponto de Vista feminista (*feminist standpoint theory*), proposta por Sandra Harding (1986, 1991). Como estratégia política, adoto, particularmente, esta proposta na perspectiva desenvolvida por Patricia Hill Collins (1989) e Chela Sandoval (2000), que dialogam diretamente com a pergunta inicial desta investigação, na medida em que apresentam a teoria do ponto de vista “como uma forma de capacitar os grupos oprimidos, de valorizar suas experiências e de apontar para uma maneira de desenvolver uma ‘consciência de oposição’” (HARDING, 2004, p. 2).

O *Standpoint*, de matriz marxista, surge dentro de um campo de teoria e epistemologia feminista que critica as ciências e as estruturas que a constroem, a partir do pressuposto de que não existe visão total ou premissa de validade universal, assim como o de que todos os saberes são sempre situados (HARTSOK, 1983; SMITH, 1983; CÁRCERES, 2005).

Entendendo que quando o assunto em pauta é a atividade humana cotidiana engendrada pelo trabalho, por experiências com práticas próprias de luta, o pessoal é político, são práticas e experiências que estão inscritas em nosso fazer cotidiano enquanto ativistas, intelectuais, militantes de movimentos sociais, que fazem política a partir da zona do não ser. Portanto, é imprescindível explicitar o porquê de eleger estes ou aqueles aspectos epistemológicos, político-ideológicos e éticos para fundamentar o paradigma de pesquisa, bem como associar a teoria ao método. Assumir que a escolha é um ato político é, portanto, indissociável das consequências e da responsabilidade sobre os saberes produzidos (HARDING, 1991; NARVAZ & KOLLER, 2006).

Em sua obra, *Introduction: Standpoint Theory as a Site of Political, Philosophic and Scientific Debate*, Harding explana que a “teoria do ponto de vista emergiu nas décadas de 1970 e 1980 como uma teoria crítica feminista sobre as relações entre produção de conhecimento e práticas de poder”. Entretanto, diante das características constitutivas da natureza humana e o ideal de sociedade proposto pela pesquisa feminista, situa-se, de modo simultâneo, não apenas como “uma teoria crítica explicativa, mas se configura também, prescritivamente, como normativa, na medida em que critica os principais marcos conceituais e discursivos, tanto da teoria política, quanto da epistemologia (HARDING, 2004, p. 1).

Assim, mais que um “método ou teoria do método”, é uma importante metodologia de pesquisa, de forte teor político, para orientar e expandir os convencionais horizontes das teorias feministas. O *standpoint* coloca em questão que o sujeito não é sociohistoricamente condicionado, revelando o caráter socialmente situado das crenças. A “crença de que podemos realmente nos ‘despir’ de todos os nossos valores e ideologias” e a conexão entre conhecimento e poder (BARBOSA, 2012, p. 2).

A filósofa feminista e crítica da *ciência* Donna Haraway (1995), no ensaio “Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial”, na tentativa de conciliar a questão do conhecimento produzido no mundo a partir de inúmeras perspectivas ou posições do sujeito cognoscente, propõe como alternativa a uma “doutrina da objetividade científica descorporificada” (HARAWAY, 1995, p. 9), o que ela denomina de “objetividade feminista” (Idem, p. 18). Ou seja, uma “doutrina feminista de objetividade corporificada” ou, simplesmente, “saberes localizados”. (Idem, p. 18).

Trata-se de conhecimentos dialogicamente situados, resultantes da tradução de uma conversa “não inocente” entre pesquisador/a e pesquisados/as. A autora sugere que, para a democratização do conhecimento, esta conversa seja necessariamente atravessada pela

explicitação e discussão das relações de poder na produção do conhecimento científico e feminista, na medida em que o conhecimento é situado apenas quando os padrões que o justificam são contextualizados.

Com isso, Haraway ilumina a possibilidade de reestabelecer a questão da ciência para o feminismo com a questão do conhecimento produzido. Argumenta que tanto o totalitarismo, defendido pelos materialistas, como o relativismo, incorporado pelos pós-estruturalistas, são o “perfeito reflexo no espelho da totalização nas ideologias da objetividade, pois ambos negam as implicações de localização, corporificação e perspectiva parcial. Ambos impossibilitam enxergar bem” (HARAWAY, 1991, p. 191). Conforme propõe a autora, o conhecimento científico e feminista será sempre parcial e incompleto. O que significa dizer que

O eu cognoscente é parcial em todas suas formas, nunca acabado, completo, dado ou original; é sempre construído e alinhavado de maneira imperfeita e, portanto, capaz de juntar-se a outro, de ver junto sem pretender ser outro. Eis aqui a promessa de objetividade: um conhecedor científico não procura a posição de identidade com o objeto, mas de objetividade, isto é, de conexão parcial. Não há maneira de "estar" simultaneamente em todas, ou inteiramente em uma, das posições privilegiadas (subjugadas) estruturadas por gênero raça, nação e classe (HARAWAY, 1995, p. 26).

A noção de ponto de vista, proposto por Haraway, me permite compreender a relevância das práticas desempenhadas pelas mulheres negras brasileiras no processo de construção da Marcha, para pensar sobre o compromisso político de transformação social, que se constitui como um dos principais traços constitutivos da epistemologia feminista negra que a diferencia de outras teorias do conhecimento científico.

Portanto, reforça a ideia de que o lugar de onde se vê (e se fala) - a perspectiva - determina nosso ângulo de visão (e nossa fala) do mundo. Esse entendimento tem lançado novas luzes sobre a inserção social de sujeitos excluídos, especialmente sobre as práticas e estratégias adotadas pelas mulheres negras desta região do país (BAIRROS, 1987; HARAWAY, 1991b; AZÊREDO, 1994; HARDING, 1996; GUZMÁN, 2005; SILVA, 2011; VALE, 2014).

Também Guzmán & Pérez (2005) retomaram o debate inaugurado por Donna Haraway, em 1995, ao afirmar que a relevância do sujeito cognoscente para a epistemologia como um

[...] indivíduo histórico particular cujo corpo, interesses, emoções e razão estão constituídos por seu contexto histórico concreto [...] está condicionado pelo sujeito e sua situação particular (espaço temporal, histórico, cultural e social) e que os padrões

de justificação são sempre contextuais. Do caráter situado se deriva a conexão entre conhecimento e poder (GUZMÁN, M. & PÉREZ, A. 2005, p. 113).⁹⁸

Assim, o Feminismo Negro repercute no Brasil como expressão da teoria do ponto de vista feminista das mulheres negras, a partir do trabalho de intelectuais e ativistas que, como Lélia Gonzalez⁹⁹, Beatriz Nascimento¹⁰⁰, Rosália Lemos, Helena Theodoro Lopes e Sueli Carneiro, iniciam as primeiras discussões sobre raça, racismo, cultura e religiosidade afro-brasileira. Voltam-se à desconstrução dos estereótipos que foram construídos, engendrando uma agenda específica de combate, simultâneo, as desigualdades de gênero e intragênero, em defesa da afirmação positiva das múltiplas identidades do ser mulher negra, a suas condições de vida no mercado de trabalho e na educação além de colocar no espaço público, de forma autônoma, esse novo sujeito político.

[...] a “variável” racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas) (CARNEIRO, 2003, p. 119).

O termo “Raça”, neste contexto, não é apenas “uma categoria política necessária para organizar a resistência ao racismo no Brasil, mas é também uma categoria analítica indispensável”. Talvez a única capaz de revelar que as discriminações e desigualdades vividas por negros(as) brasileiros(as) fundadas em sua “cor” são efetivamente raciais e não apenas sociais e de “classe” - como nos querem fazer crer (GUIMARÃES, 2002, p. 50).

Este termo, para nós, negros/as, além de muito caro, se mostra como bastante útil pois, conforme já enfatizado por Lélia Gonzalez, “a tomada de consciência da opressão ocorre, antes de tudo, pelo racial” (GONZALEZ apud BAIROS, 2000, p. 56). É a partir da tomada de consciência sobre como se estruturam as relações raciais no Brasil que foi possível atuar em defesa da construção e da afirmação positiva de múltiplas identidades do ser mulher negra nesse contexto e, nesse sentido, na desconstrução dos estereótipos que foram construídos sobre esse sujeito, assertiva de Gonzalez (1984).

[...] o racismo - enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas - denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma *divisão racial do trabalho* extremamente útil e compartilhado pelas formações socioeconômicas capitalistas e

⁹⁸ Texto original: [...] individuo histórico particular cuyo cuerpo, intereses, emociones y razón están constituidos por su contexto histórico concreto [...] está condicionado por el sujeto y su situación particular (espacio temporal, histórica, cultural y social) y que los estándares de justificación son siempre contextuales. Del carácter situado se deriva la conexión entre conocimiento y poder (GUZMÁN, M. & et PÉREZ, A. 2005, p. 113).

⁹⁹ (1935-1994)

¹⁰⁰ (1942-1995)

multirraciais contemporâneas. Em termos de manutenção do equilíbrio do sistema como um todo, ele é um dos critérios de maior importância na articulação dos mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social. Portanto, o desenvolvimento econômico brasileiro, enquanto desigual e combinado, manteve a força de trabalho negra na condição de massa marginal, em tempos de capitalismo industrial monopolista, e de exército de reserva, em termos de capitalismo industrial competitivo (satelitizado pelo setor hegemônico do monopólio) (GONZALEZ, 1984, p. 3).

Reverencio o trabalho dessas autoras na luta por uma vida sem racismo e sem sexismo, por reconhecer a dívida histórica que a sociedade brasileira tem para com estas intelectuais da vida cotidiana. Reconhecendo, por assim dizer, que a história das mulheres negras no Brasil ainda está por ser contada, mas pelas mãos dessas mulheres já demos um grande passo. É isso que estas mulheres negras têm se proposto a fazer dentro da academia ou fora desta. Colocar pedra sobre pedra, a partir do ponto mais longínquo que se possa imaginar, de tal modo que tenhamos uma historiografia condizente com a pluralidade constitutiva do povo brasileiro.

Um aspecto relevante incorporado a esta pesquisa vem da tese da historiadora e feminista negra Cláudia Cardoso (2012), “Outras Falas: feminismo na perspectiva das mulheres negras”, quando discute questões sobre como as opressões e desigualdades interseccionadas são transformadas em instrumentos de luta para a construção de uma organização própria, está se referindo a essa postura do feminismo negro. Nesta, a autora vai além ao traçar o pensamento que tem guiado a ação política das mulheres negras em face de uma realidade cuja base justifica o persistente comportamento social que se confirma como seletivo quanto ao acesso aos direitos humanos, a desigualdade e exclusão imposta à população negra ao longo dos tempos.

Isso aliado ao ato de rejeição à propagação de explicações “generalizantes sobre as mulheres”, ao tempo em que questiona o “emprego de categorias fundadas em experiências distantes da realidade das mulheres negras brasileiras para explicar fenômenos sociais que lhes dizem respeito” (CARDOSO, 2014, p. 85). Ressalta que a constituição de subjetividades complexas vai além dos conceitos ocidentais de sexo e gênero, bem como sua articulação com raça, classe, etc., presentes nos processos de estruturação capitalista e globalizado.

A crítica epistêmica tem sido feita no sentido de descolonizar, ou seja, descartar a lógica que assume um ponto de vista universalista, neutro e objetivo, que quebra a ligação entre o sujeito da enunciação (quem fala), a “egopolítica do conhecimento”¹⁰¹ e o lugar epistêmico

¹⁰¹ Diz respeito ao lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala. O *locus* da enunciação e o mito de um “Ego” não situado e de um mito sobre um conhecimento universal Verdadeiro da filosofia das ciências ocidentais, que oculta aquele que fala, o sujeito enunciatador, o corpo-político das estruturas de

geopolítico, corpo-político, ou o mito de um “Ego” não situado, presente na filosofia e nas ciências ocidentais do “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/ moderno”. A quebra deste elo de ligação nas ciências ocidentais, entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico, foi responsável por gerar um mito sobre um conhecimento Verdadeiro e aplicável para todos os povos e culturas (GROSFOGUEL, 2008, p. 119).

Na modernidade eurocêntrica, aquele que fala encontra-se, sempre, desvinculado, está sempre escondido, oculto, apagado da análise. Ocultar não apenas aquele que fala como também o lugar epistêmico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia é uma das formas de reproduzir “dentro dos seus domínios de pensamento e prática, uma determinada forma de colonialidade do poder/conhecimento (GROSFOGUEL, 2005, 2006b).

As contribuições provenientes das perspectivas subalternas étnico-racial/sexual/de gênero para o debate epistemológico sobre paradigmas eurocêntricos hegemônicos tem, como pontos de partida uma crítica radical, que defende abertamente uma geopolítica e uma corpo-política do conhecimento, de fato, descoloniais. (GROSFOGUEL, 2005, 2006b).

O lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero que busco para esta tese advém de perspectivas subalternas que apontam para “um mundo pluriversal e não a um mundo universal”. No primeiro o sujeito enunciador, ou seja, o lugar geopolítico e corpo-político do sujeito que fala é o *locus* essencial e fundante da enunciação. O que significa dizer que, é exigido que seja “levado a sério a perspectiva/cosmologias/visões de pensadores críticos do Sul Global, que pensam com e a partir de corpos e lugares étnico-raciais/sexuais subalternizados” (GROSFOGUEL, 2009, p. 44).

Neste sentido, para que seja assegurada a ideia de uma teoria crítica feminista de fato decolonial radical, uma perspectiva epistêmica que parta de lugares étnico-raciais subalternos, capaz de transcender a forma como conceitos são incorporados pelos paradigmas tradicionais, enquanto sistema global ou sistemamundo, o primeiro projeto teórico-político aqui destacado é o da feminista indiana Gayatri Chakravorty Spivak (1988), cujo percurso teórico transita, também, pelo hibridismo identitário conforme apontado no seu texto fundamental sobre o pós-colonialismo, “Can the subaltern speak?”

Este se relaciona com sua necessidade biográfica de desfazer o duplo lugar de fala subalterna que lhe foi imposto desde a infância, como mulher numa nação colonizada,

poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia, logo, o lugar epistêmico geopolítico étnico-racial/sexual/de gênero encontram-se, sempre, desvinculados).

construído a partir de uma arena discursiva que mantinha todo o debate sobre a subjetividade contemporânea centrada no Ocidente. Esses estudos definem esses sujeitos, como as mulheres, em termos de pobreza, ignorância, vitimização, vida doméstica e orientadas para a família, como se todas do “Terceiro Mundo” necessitassem de uma representação pelo fato de não terem uma voz própria contra o patriarcalismo. Precisassem falar por meio de representantes cuja legitimidade se dá pelo lugar, e não pela fala em si.

Gayatri Chakravorty Spivak também se insere neste debate refazendo essas coordenadas, ao transportar o campo discursivo para outro lugar onde se estabeleça a capacidade do subalterno, que vive em uma situação de insuficiência representativa, possa se fazer ouvir e se representar. Dito de outra forma, Spivak teoriza sobre as possibilidades de um espaço no qual a voz, não apenas às colônias ou ex-colônias, mas de todas, em geral, inseridas em populações marginalizadas, todos os sujeitos periféricos, como grupos étnicos e imigrantes em países desenvolvidos, colonizados, indígenas e outros grupos de oprimidos, sejam capazes de expor seu conhecimento sobre os fatos e de se subjetivar autonomamente sobre a sua vida e sua comunidade (PRASAD, 2003).

A fala de Spivak, ao tempo em que, nos remete a reflexão sobre as formas de opressão sofridas pelas mulheres na relação com o patriarcalismo e com o colonialismo, sustenta um posicionamento/compromisso das intelectuais de resistirem à tendência de as feministas ocidentais caracterizarem todas as mulheres como uma categoria essencializada, homogênea e unificada.

[...] subalterno não pode falar e que não há nenhuma virtude em ter a mulher nos textos globais como um item de piedade e que a intelectual feminina enquanto intelectual tem uma tarefa circunscrita da qual ela não pode se manter como um adorno. (SPIVAK, 1988, p.308)

Como ressalta Chanda (2005), o pensamento pós-colonial tem sido um campo de estudos que problematiza o feminismo ocidental fundado em uma perspectiva eurocêntrica, com base em uma crítica ao conceito universal de “mulher”. Questiona esse tipo de feminismo estritamente definido, que isola gênero de todas as outras formas de opressão, obscurecendo as diferenças reais entre mulheres, negando a possibilidade de heterogeneidade.

Também a mestiça da feminista chicana Glória Anzaldúa, em “La conciencia de la mestiza” (2005) questiona a “colonialidade do poder”, ao salientar que o feminismo hegemônico construiu a imagem da mulher do “terceiro mundo” como um sujeito carente de representação. Anzaldúa direciona sua crítica às teorias feministas ocidentais, por seu caráter generalizante, que, segundo ela, excluem mulheres com especificidades relativas à raça e

classe, sendo necessária a construção de um feminismo capaz de superar essa dominação, opressão e o processo de resistência desses sujeitos na pós-colonialidade. Uma das grandes contribuições da prática teórica de Anzaldúa é a articulação, simultânea, de uma perspectiva política identitária e política de alianças. Formar alianças para a autora é um processo que requer estratégias flexíveis e transitórias, históricas, contingentes a cada circunstância específica.

3.2. Paradigma afrocêntrico e decolonial: disputas de narrativas no âmbito do feminismo

Até que os leões tenham seus próprios historiadores,
as histórias de caçadas continuarão glorificando o caçador.
Proverbio africano.

Pássaro
Impreciso
este corpo carrega a realidade
anda pára e pensa
apalpa a essência
escreve
presente
e cansa

Alzira Rufino – Eu, mulher negra, resisto (1988)¹⁰²

Início referenciando, nesta seção, o trabalho da ativista política, atuante no Movimento Negro, Alzira Rufino, na luta por uma vida sem racismo e sem sexismo, por reconhecer a dívida histórica que sociedade brasileira tem para com estas intelectuais da vida cotidiana. Como diria Matilde Ribeiro “São estes versos fragmentos de uma história sem fim” (RIBEIRO, 1998, p. 198), reconhecendo, por assim dizer, que “este corpo carrega a realidade” e logo, a história das mulheres negras no Brasil ainda esta por ser contada, mas pelas mãos desse “pássaro impreciso” (RUFINO, 1988). Ainda assim, já demos um largo passo.

Daí a importância de explicar, de forma sistemática, em que consiste o aporte específico do feminismo negro dentro da academia ou fora desta. Colocar pedra sobre pedra, a partir do ponto mais longínquo que se possa imaginar, de tal modo que tenhamos uma historiografia condizente com a pluralidade constitutiva do povo brasileiro.

¹⁰² Alzira dos Santos Rufino, é graduada em enfermagem, fundadora em 1986, o “Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista”. Atualmente é coordenadora geral da “Casa de Cultura da Mulher Negra”, localizada em Santos/SP, que é uma organização não-governamental criada em 1990 e que, além de outras atividades de assistência jurídica e psicossocial à mulher negra, possui um programa de combate à violência doméstica e racial, dirigido pela própria escritora. Além disso, a “Casa de Cultura Mulher Negra” promove a publicação da revista semestral *Eparrei*, da qual Alzira Rufino é editora. É criadora do coral de crianças negras *Omó Oyá* e o Grupo de Dança Afro *Ajáina*. <https://www.geledes.org.br/tereza-de-benguela-uma-heroina-negra/>. Acessado em 05/11/2018.

O feminismo negro tem sido pautado por diversas matrizes teóricas, as quais têm disputado a sua interpretação no âmbito das ciências sociais sob inúmeras perspectivas. Uma delas, geralmente, associada às obras de mulheres não brancas, dentre as quais destacam-se duas, a anglo-saxônica e as que se encontram fora desse eixo do que tem sido admitido como saber, definidas a partir das fronteiras da geopolítica, gênero, étnicas, raciais,

De forma ainda mais específica, o primeiro paradigma, normalmente associado às obras de mulheres negras anglo, onde a socióloga Patricia Hill Collins (1991) assina “Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento, parte do cânone bibliográfico e contexto histórico dos estudos de gênero e raça nos Estados Unidos, é tomada como uma de suas obras de maior referência.

Nesta, a autora constrói a base teórica fundamental para a consolidação do pensamento feminista negro, a partir do mapeamento dos principais temas e ideias tratados por intelectuais e ativistas negras estadunidenses como Sojourner Truth, Angela Davis, bell hooks, Alice Walker e Audre Lorde, construindo um panorama do feminismo negro com referências de dentro e de fora da academia, que inclui como parte da Teoria Social Crítica.

Sojourner Truth (c. 1797-1883), nome adotado a partir de 1843 por Isabella Baumfree, foi uma abolicionista afro-americana, ativista dos direitos da mulher e a mais famosa oradora das mulheres negras estadunidenses do século XIX, que nasceu em um cativo em Swartekill, Nova York. Oradora, fez seu discurso mais conhecido chamado “E eu não sou uma mulher?” – que inspirou o primeiro livro da feminista negra bell hooks, publicado em 1981 – na Convenção dos Direitos da Mulher, na cidade de Akron, em Ohio, nos Estados Unidos. Libertada em 1827 sob a lei de emancipação gradual do estado, ela dedicou sua vida à abolição e à igualdade de direitos entre mulheres e homens.¹⁰³

Patricia Hill Collins (2000) resgata as origens do pensamento feminista negro com os discursos da feminista María W. Stewart, negra e ex-escrava, na década de 1830. Ainda no século XIX Stewart aponta a opressão racial e sexual como sendo a maior responsável pela condição de pobreza das mulheres negras e as aconselha a terem um espírito de independência, chamando-as a assumirem as lutas nas suas comunidades negras contra todos esses sistemas de opressão.

Collins entende a afrocentricidade como um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria

¹⁰³ Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/feminismo-negro-para-alem-de-um-discurso-identitario/>. Acessado em 18/11/2018.

imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos. Conceber-se de forma compatível com sua história, cultura e ancestralidade é estar centrada/a, pois, tendo em vista que o povo africano foi deslocado é importante que qualquer avaliação de suas condições seja feita, também, com base em uma localização centrada em África e suas diásporas. O deslocamento ocorre quando alguém apreende a realidade pelo centro de outro grupo.

Segundo a autora, essa perspectiva tem permitido analisar a situação da mulher negra, apresentando elementos bastante interessantes para entender “como nossas vidas pessoais têm sido fundamentalmente moldadas por opressões de raça, gênero, sexualidade e classe que se interseccionam”, assim como entender a supressão e a desvalorização do pensamento feminista negro pelas correntes teóricas dominantes. Argumenta ainda, que a conscientização está no cerne da afrocentricidade, o que pressupõe ter consciência da opressão e também das suas vitórias (COLLINS, 1991, p. 25).

Com esta abrangência, defende que a conscientização sobre a agência dos povos africanos é a chave para a reorientação e a recentralização, de modo que a pessoa possa atuar como agente, e não como vítima ou dependente. Em nossos termos, um agente é sempre um ser humano capaz de agir de forma independente em função de seus interesses (Idem, idem).

Para articulação desses argumentos Collins aciona diversas correntes teóricas, como: estudos de gênero e etnia, classes sociais, nos estudos da sociologia da ciência, no pensamento social marxista, teoria crítica e inspira-se também na Perspectiva Feminista de Sandra Harding, nos trabalhos de Angela Davis, uma das principais referências dos estudos de gênero e etnia, nas histórias de vida, nas experiências e no ponto de vista das mulheres negras estadunidenses.

Esta tradição afrocentricidade tem criticado as imagens controladoras uniformemente negativas, substituindo-as por um conhecimento autodefinido. Nesta, “A identidade não é só objetivo, mas, antes, o ponto de partida no processo da autodefinição” (idem, p. 25). Articulado a raça, o gênero e a classe teoricamente propõem uma teoria centrada na teoria crítica a partir das histórias de vida das mulheres negras, ao restaurar a luta antirracista na diáspora africana, qualificando e publicando a primeira tradição do feminismo negro: o *“paradigma feminista-afrocentrista”*.

A esse respeito, Cecília Sardenberg (2002) argumenta que

Para Patricia Hill Collins (1990), as epistemologias alternativas (perceptivistas) formulam um desafio mais sério às posturas eurocêtricas e androcêtricas dominantes do que as pós-modernistas. Collins identifica a epistemologia afrocêntrica e a feminista como duas epistemologias alternativas que coincidem em pontos significativos, baseando-se em ambas para postular o que denomina de “epistemologia afrocêntrica e feminista”. Para ela, esta implica em investigadores comprometidos

com uma ética do cuidar e da responsabilidade pessoal e que se valem do diálogo como meio para validar suas afirmativas na produção de conhecimentos (SARDENBERG, 2002, p. 24).

Na segunda tradição do pensamento feminista negro, identifico o “*paradigma da decolonialidade*”, geralmente tem estado atrelado à publicação de autoras pertencentes à tradição do pensamento negro, posicionadas fora do eixo ocidental, como é o caso da intelectual brasileira Lélia Gonzalez (1982), com a obra “A mulher negra na sociedade brasileira”, da escritora chicana Glória Anzaldúa *Borderlands/La Frontera: The new mestiza*, Anzaldúa (1987) que, juntamente com autoras da mesma envergadura, Beatriz Nascimento (1974), Gayatri Chakravorty Spivak (1988), Matilde Ribeiro (1998), a socióloga nigeriana Oyèronké Oyèwúmi (2000), Sueli Carneiro (2001), Ochy Curriel (2002), Helen Longino (2005), Jurema Werneck (2007), Maria Lugones (2014), Yuderlys Espinosa (2009) e Houria Bouteldja (2016), dentre outras, que reafirmam a importância da incorporação das experiências e práticas extraídas do cotidiano de resistência, ensinamentos vindos do legado de outra matriz civilizatória, desde posições e de acordo com as múltiplas experiências de sujeitos que sofrem de distintas formas a colonialidade do poder, do saber, do ser e do gênero.

Essas autoras, ainda que não sejam integrantes dessa rede de pesquisadores/as que se inserem na genealogia do pensamento que trata especificamente da modernidade/decolonialidade, possuem uma evidente intervenção e contribuição que vai ao encontro da linha dessa desobediência epistêmica que pressupõe a opção decolonial.

Nessa direção, é possível identificar na práxis investigativa dessas autoras um posicionamento contínuo de transgressão, intervenção e incidência. Importantes contribuições para “pensar a partir da exterioridade e em uma posição epistêmica subalterna vis-à-vis à hegemonia epistêmica que cria, constrói, e rege um exterior a fim de assegurar sua interioridade” (MIGNOLO, 2008, p. 304), de forma crítica a lógica da modernidade, sobre as mais variadas dimensões e efeitos do processo colonial, que acarretou na imposição sistemática da cultura europeia sobre os demais povos, com a função de formar mentalidades coloniais de inferioridade, de submissão, de subalternidade.

O colonialismo, resumindo, foi um movimento de dominação. Uma série de discursos que legitimam e reafirmam formas de opressão, desigualdades, que apontam para um discurso de base hegemônica servil à ideia de dominação e progresso, que têm nas instituições seu braço acordal. (MIGNOLO, 2007). Neste fim, é também marcado pelas hierarquias raciais, de classe, gênero, sexuais etc. que incidem sobre o corpo. Um caminho de luta contínuo no qual podemos

identificar, visibilizar e estimular sua representatividade geopolítica, lugares de exterioridade e construções alternativas.

A exterioridade é o lugar de residência daquela população mundial que não pertence à casa da civilização e da democracia. Assim, a modernidade é um discurso que define a sua interioridade ao criar a diferença a ser marginalizada e eliminada. A retórica da modernidade tem um vocabulário abundante para marcar a diferença, para criar exterioridade espacial e temporalmente: pagãos, bárbaros, primitivos, mulheres, gays, lésbicas, negros, índios, subdesenvolvidos, as economias emergentes, comunistas, terroristas, amarelos, etc. Todos estes serão incorporados na modernidade ou deixado de fora quando necessário (RESTEPO e ROJAS, 2010, p. 45).

A modernidade surge entre o século XV e XVI, com a chegada dos espanhóis e portugueses nas Américas, conforme sustenta Enrique Dussel (1992), identificando uma primeira e uma segunda modernidade. Para Dussel (1994, 2005), a modernidade se originou, de fato, na Europa, mas nasceu quando a Europa se confrontou com o/a outro/a, controlando-o/a, vencendo-o/a, violentando-o/a.

Assumindo a forma da colonialidade, o colonialismo chega às raízes mais profundas de um povo e sobrevive apesar da descolonização ou da emancipação das colônias latino-americanas, asiáticas e africanas nos séculos XIX e XX. Uma matriz ou padrão de dominação fundada na lógica monológica da modernidade, na racionalidade universal, abstrato imperial eurocêntrico, fundada pelo poder colonial.

A colonialidade é a continuidade das relações coloniais de poder e parte do projeto civilizatório da modernidade. Então, se refere à ideia de que, mesmo com o fim do colonialismo, uma lógica de relação colonial permanece entre os diferentes grupos humanos, ou seja, se o colonialismo termina, a colonialidade se propaga de diferentes formas ao longo do tempo. Ela se mantém viva no saber, na cultura, no senso comum, na autoimagem, no cotidiano, no comportamento, nas crenças, nas formas de relação do trabalho, nas formas de pensar (DIAS apud TORRES, 2015). A colonialidade se reproduz em uma tripla dimensão: a do poder, do saber, do ser e Maria Lugones (2014) acrescentou a colonialidade de gênero.

A Colonialidade e Modernidade são pares pensados e não derivados um do outro, logo não podem ser dissociados um do outro. É considerada o outro lado da modernidade, seu lado oculto, como uma moeda que tem duas faces. A colonialidade é constitutiva da modernidade, o que nos leva a escrever com uma barra (/): modernidade/colonialidade, moderno/colonial e assim por diante, ou seja, sem colonialidade não há modernidade. Assim, a colonialidade é apenas um dos muitos efeitos da colonização e da modernidade. (MIGNOLO, 2013).

Este conceito dá conta de um dos elementos fundantes do atual padrão ou matriz de poder colonial que, com base na naturalização de determinadas hierarquias em torno de ideias territoriais, raciais, epistêmicas, culturais e de gênero, produz a classificação social básica e universal dos humanos, dividindo, desqualificando, produzindo subalternidade, obliterando conhecimentos, legitimando formas de opressão (colonialidade), da negação de direitos, experiências e formas de vida de todos os povos não europeus, os quais devem ser explorados/as e dominados/as. (QUIJANO, 2000).

A modernidade/colonialidade só se tornou possível através da constituição de algumas lógicas de dominação e opressão - o racismo, o machismo, a fome, etc - constitutivas premissas do modo de viver nesta sociedade, elementos fundantes do atual padrão de poder, fundado na negação da existência de outros mundos com diferentes pressuposições ontológicas e cosmológicas que impregnam todas e cada uma das áreas de existência social (QUIJANO, 2002).

Muitas teóricas feministas da América Latina, a exemplo de Lugones (2014); McClintock, (2010); Paredes; Guzmán, s/d), tem direcionado algumas críticas a ideia de colonialidade proposta por Quijano (2000, 2007) que parece ignorar que as relações de gênero também são tão constituintes do imaginário da colonialidade quanto as relações raciais.

O racismo, o machismo, a fome, as desigualdades são premissas desse modo de viver nessa sociedade (MIGNOLO, 2007). São suas consequências mais perversas, que têm na decolonialidade uma grande rival, que denuncia frequentemente e ferozmente essas formas permanentes de colonialidade, insurgindo-se contra elas. A opção decolonial é fundante para a construção de projetos decoloniais que “pressupõe o desprendimento inicial da retórica da modernidade em que modelos de pensamento se legitimam e se tornam equivalentes da própria organização das sociedades e de seus acontecimentos históricos.”¹⁰⁴ (MIGNOLO, 2008, p. 15)
Tradução da autora.

A crítica decolonial feita pelos/as adeptos/as deste paradigma busca analisar as dimensões, sociais, culturais e econômicas, organizadas no curso da expansão do colonialismo europeu, em torno da colonialidade do poder. Esta tem evidenciado que estes aportes teóricos não são meras retóricas, na medida em que, problematizam uma série de ensinamentos que

¹⁰⁴ Texto original: “presupone el desprendimiento inicial de la retórica de la modernidad en la que se legitiman modelos de pensamiento y se convierten en equivalentes de la organización misma de las sociedades y sus acontecimientos históricos”.

constituem a mais profunda e eficaz forma de dominação social, material e intersubjetiva, sugerindo modos de pensar alternativos ao modelo hegemônico ocidental. (QUIJANO, 2002).

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões materiais e subjetivas da existência social cotidiana e da escala social. Origina-se e mundializa-se a partir da América (QUIJANO, 2000, p. 342).

A prática feminista negra decolonial que religa corpo e mente, emoção e razão, individualidade e coletividade, que foram separados e hierarquizados pela modernidade aproxima-se nesses aspectos dos aportes teóricos da decolonialidade e do Feminismo Latino-Americano. A religação defendida por essas construções teóricas visa não apenas modificar discursos e narrativas como também práticas que fazem e desfazem dos nossos corpos e lugar de sujeitos da ação (ESPINOSA MIÑOSO et al., 2013).

Assim, a I MMNB se insere na genealogia desses paradigmas críticos decolonial enquanto prática e pesquisa social, ação e movimento, ligada a projetos de emancipação e enfrentamento localizados contra a racialização dos nossos corpos de mulheres negras e de fortalecimento de experiências vindas de práticas cotidianas de resistência a desumanização provocada pela colonialidade moderna.

A partir destes, o que tem prevalecido é a crítica radical ao paradigma moderno dominante, questionamentos à relação saber-poder - cuja fundamentação está no controle do conhecimento, fazendo deste controle as bases do domínio político, econômico, cultural e social -, às narrativas da historiografia oficial, exaltando as especificidades históricas, econômicas, políticas e culturais de sociedades não-europeias.

É dentro destes que se localiza esta tese. A Decolonialidade e a Marcha de Mulheres Negras a Brasília por si se referem a “[...] transgredir, deslocar e incidir na negação ontológica, epistêmica e cosmogônico-espiritual que foi – e é – estratégia, fim e resultado do poder da colonialidade” (WALSH, 2009, p. 27).

Utilizo o conceito de decolonialidade¹⁰⁵ por inspiração de um conjunto de autores organizados em torno do “programa de investigação da modernidade/decolonialidade latino-

¹⁰⁵ A opção por diferenciar a utilização da expressão “decolonização” – com ou sem hífen – e não “descolonização”, por sugestão feita por Catherine Walsh, deve-se a diferença, cara aos/às teóricos/as do as contribuições teóricometodológicas do Grupo Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade, no que se destaca a distinção entre colonialismo e colonialidade. A supressão da letra “s” marcaria a distinção entre o projeto decolonial e a ideia histórica de descolonização, via libertação nacional durante a Guerra Fria. Não obstante o termo descolonial tem circulado em algumas produções no Brasil, como sinônimo de decolonialidade, ainda que

americano”, ou, simplesmente, “rede modernidade /colonialidade”. Na esteira de autores como Aimé Césaire (1978), Frantz Fanon (1992), Enrique Dussel (1993), Walter Mignolo (1998; 2005; 2007), Anibal Quijano (1992; 2005; 2007), Edward Said, (1993), Catherine Walsh (2008; 2009), Ramón Grosfoguel (2008), Edgardo Lander (2006), Ella Shoat (1992), dentre outros/as, as feministas negras têm redesenhado um pensamento crítico latino-americano decolonial, partindo de experiências próprias de mulheres não brancas da América Latina.

Opto, portanto, por usar os termos “decolonial” e “decolonialidade”, tais como são usados nas línguas espanhola e inglesa (nas quais os termos foram cunhados), ao invés de “descolonial” e “descolonialidade”, que é uma tradução possível para a língua portuguesa, buscando preservar o sentido do que vem sendo chamado de pensamento, giro, prática ou inflexão descoloniais (MOTA, 2015, p. 16).

O segundo (“*paradigma da decolonialidade*”) aproxima-se do primeiro (“*paradigma feminista-afrocentrista*”), ao exigir que se atente sempre para a especificidade histórica de toda assimetria intercultural observáveis no contexto.

O debate inaugurado pelo “paradigma da decolonialidade”, através do tríptico racismo/eurocentrismo/colonialismo, evidencia como se conformam as hierarquias sociais produzidas na relação entre raça, gênero, classe e ainda acrescentaria a geopolítica mundial pois, conforme veremos mais adiante, este último, ao aliar-se a raça, assume um papel central nos propósitos de opressão da modernidade (CASTRO-GÓMEZ, 2005; RAEWYN CONNELL (2010); SLATER, 2011).

A partir desses pressupostos, nota-se que questões chegam aos dias atuais promovendo tensões diversas em conceitos como saber, identidades, desenvolvimento, fronteira, território, tradição, democracia, nação, que ora se apresentam relacionados a ideias inseparáveis – racismo, modernidade, colonialismo e colonialidade – concebidos de modos distintos por dois modelos civilizatórios antagônicos que se contrapõem em termos de civilização, visão de mundo, valores, crenças e princípios.

Se, por um lado, o colonialismo se refere a um padrão de poder que determina formas de relações pautadas na dominação e exploração econômica, política, cultural, sexual, epistêmica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo ou nação constituindo-a em um império, por outro, a colonialidade que emergiu como resultado do colonialismo

este último designe o questionamento radical e a busca de superação das mais distintas formas de opressão perpetradas contra os grupos subalternos pelo conjunto de agentes, relações e mecanismos de controle, discriminação e negação da modernidade/colonialidade. Ver também Stuart Hall (2003), Ochy Curriel (2009-2014); Walter Mignolo (2008-2010); Mota Neto (2015).

moderno, refere-se a um padrão de poder que relaciona-se à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas articulam-se entre si, através de algumas ideias, a exemplo de raça.

A colonialidade pressupõe uma dominação no campo das mentalidades e do imaginário social com fins de exploração. A colonialidade estabelece conceitos forjados a partir da lógica eurocêntrica, como é o caso do conceito de raça, que operou transformações na mentalidade, capazes, alterando valores, conhecimento e culturas. Desta forma, o colonizador anula o outro em toda a sua instância e coloca no esquecimento os processos históricos anteriores à colonização ocidental.

O conceito de colonialidade refere-se à permanência das relações de poder mesmo após a descolonização ou emancipação de povos, como ocorrido na América, África e Ásia, ao invés de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, constituindo-se, como base fundamental dos estudos decoloniais. O enfoque epistemológico que parte da descolonialidade associa-se diretamente ao tema do poder e articula-se a um outro debate: o da colonialidade do saber “enquanto repositório de práticas e valores que mantêm e reproduzem subjetividades e conhecimentos”, que discute entre outras coisas, as relações de dominação entre o Norte e o Sul no mundo. Leva em conta uma concepção pautada nas referências epistêmicas de outra matriz que não a do mundo moderno ocidental (GOHN, 2011).

O saber dominante, colonial, ao trabalhar com noções de que existe uma única episteme ou forma de produzir conhecimento para a compreensão do mundo, desqualificou outros conhecimentos e saberes que não o do colonizador, advindo dos brancos, europeus, do hemisfério Norte. Com isso, o problema central seria a descolonização do saber e do ser, Saberes estes que são sustentados por uma espécie de economia que nutre as instituições, as representações sobre a vida sociocultural de seu povo (MIGNOLO, 2009).

Indagamos, então: em que medida o Feminismo Negro tem sido eficaz no empoderamento das mulheres brasileiras? Como se configura a ação e prática política dessas mulheres em sua relação com o feminismo negro? Onde há espaço para o conhecimento produzido por essas mulheres resultante das elaborações sobre o tema da autonomia, as novas formas de lutas contra o neoliberalismo em busca de novas relações sociais focadas/orientadas pelo Bem-Viver na construção de um novo mundo? Onde converge nas teorias dos movimentos sociais o interesse em destacar a capacidade de resistência do movimento de mulheres negras e ver nestas ações e práticas políticas a constituição de um pensamento feminista negro

decolonial? Outros estudos já apontaram a existência de tais marcas na ação e prática política de mulheres negras no Brasil?

Trata-se de propiciar um encontro entre teoria e prática, visto que ambos, movimentos sociais e intelectuais negros/as, necessitam mutuamente de teorias que lhes permitam pensar sobre a sua prática e que fomentem a produção de conceitos e de teorias que se adequem às problemáticas presentes nas novas realidades e contextos.

A primeira, na maioria das vezes, associada às obras de bell hooks onde *Ain't I a Woman? Black Women and Feminism* (1981) e “Feminist theory: from margin to center” (1984), são tomadas nesse contexto como as obras de maior referência. Ao lado identificamos também nomes como o de Patrícia Collins (1990), Audre Lorde (1984a), Angela Davis (1982), Kimberlé Crenshaw (1989) e tantas outras¹⁰⁶. Estas obras têm suas bases fincadas nos trabalhos precursores desenvolvidos por intelectuais negras como Sojourner Truth (1951)¹⁰⁷, Ida B. Wells-Barnett (1951)¹⁰⁸, Maria W. Stewart (1980)¹⁰⁹, Anna Julia Cooper¹¹⁰.

A outra está, geralmente, atrelada à publicação de autoras posicionadas fora desse eixo ocidental como é o caso da obra da intelectual brasileira Lélia Gonzalez (1982) com a obra “A mulher negra na sociedade brasileira e a chicana Glória Anzaldúa *Borderlands/La Frontera: The new mestiza*, (1987) que, juntamente com autoras da mesma envergadura como Beatriz Nascimento (1974), Gayatri Chakravorty Spivak (1988), Sueli Carneiro (2001), Ochy Curriel

¹⁰⁶ Na contemporaneidade cita-se as figuras como: Alice Walker, Gloria T. Hutt, Barbara Smith, Toni Morrison, Maya Angelou, Toni Cade Bambara, Audre Lorde, e outras. Para maiores informações sobre este tema vide também: Kia L. Caldwell em – A institucionalização de estudos sobre a mulher negra: perspectiva dos estudos nos Estados Unidos e do Brasil. Revista da ABPPN, v. 1, n. 1 – março/junho de 2010.

¹⁰⁷ Sojourner Truth (c. 1797-1883), nome adotado a partir de 1843 por Isabella Baumfree, foi uma abolicionista afro-americana e ativista dos direitos da mulher e a mais famosa oradora das mulheres negras estadunidense do século XIX, que nasceu em um cativeiro em Swartekill, Nova York. Oradora, fez seu discurso mais conhecido chamado “E eu não sou uma mulher?” – que inspirou o primeiro livro da feminista negra bell hooks, publicado em 1981 – na Convenção dos Direitos da Mulher, na cidade de Akron, em Ohio, nos Estados Unidos. Libertada em 1827 sob a lei de emancipação gradual do estado, ela dedicou sua vida à abolição e à igualdade de direitos para mulheres e homens. Disponível em <https://revistacult.uol.com.br/home/feminismo-negro-para-alem-de-um-discurso-identitario/>

¹⁰⁸ Desde o século XIX estas mulheres negras, desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento de uma crítica feminista negra, revelando suas experiências na sociedade escravocrata e nas épocas pós-escravidão. Negras norte-americanas como Sojourner Truth, Maria W. Stewart, Anna Julia Cooper e Ida B. Wells-Barnett.

¹⁰⁹ Patricia Hill Collins (2000) resgata as origens do pensamento feminista negro com os discursos da feminista Maria W. Stewart, negra e ex-escrava, na década de 1830, ainda no século de XIX Stewart apontava a opressão racial e sexual como sendo a maiores responsáveis pela condição de pobreza das mulheres negras e aconselha as mulheres a terem um espírito de independência, chamando-as a assumirem as lutas nas suas comunidades negras contra todos esses sistemas de opressão.

¹¹⁰ Anna Julia Haywood Cooper foi escritora, professora e ativista que defendeu a educação de afro-americanos e mulheres. Nasceu em cativeiro em 1858 em Raleigh, Carolina do Norte, filha de uma escrava com seu senhor branco, iniciou sua educação formal em 1867. Bacharel e mestre em matemática em 1887, trabalhou na Wilberforce University e em Saint Augustine. Publicou seu primeiro livro, *A Voz do Sul por uma Mulher Negra do Sul*, em 1892. Além de pedir educação igual para mulheres, *A Voz do Sul* avançou a afirmação de Cooper de que mulheres afro-americanas educadas eram necessárias para elevar a corrida preta inteira.

(2002), Helen Longino (2005), Jurema Werneck (2007) e Yuderkys Espinosa (2009) dentre outras, articulando a raça, o gênero e a classe teoricamente, publicam restaurando a luta antirracista na diáspora africana qualificando a primeira tradição do feminismo negro: o “*paradigma feminista-afrocentrista*”.

A partir destes, discute-se também a identidade cultural, social, geopolítica e física, incorporadas as lutas e a importância da incorporação das experiências e práticas cotidianas de resistência, ensinamentos vindos do legado ancestral africano, ao enfrentamento das estruturas de opressão colonial moderna.

Na segunda tradição do pensamento feminista negro, à luz das reflexões aportadas por feministas decoloniais, como Lélia Gonzalez (1979; 1988^a), Collins (2000), Ochy Curiel (2002; 2007); Maria Lugones (2008; 2014) refletimos o “paradigma da decolonialidade”, redesenho o pensamento crítico latino-americano descolonizado a partir de experiências próprias de mulheres não brancas da América Latina. Neste pensamento o que tem prevalecido é a crítica radical ao paradigma dominante, questionamentos as narrativas da historiografia oficial, exaltando as especificidades históricas, econômicas, políticas e culturais de nossas sociedades. É dentro destes que se localiza esta tese.

Na segunda tradição do pensamento feminista negro, identificamos o “*paradigma da decolonialidade*”, geralmente atrelada à publicação de autoras posicionadas fora desse eixo ocidental, como é o caso da obra da intelectual brasileira Lélia Gonzalez (1982), com a obra “A mulher negra na sociedade brasileira”, e a chicana Glória Anzauldua, *Borderlands/La Frontera: The new mestiza* (1987) que, juntamente com autoras da mesma envergadura, tem contribuído para compreensão das dimensões sociais e culturais da identidade coletiva negra, sua representatividade geopolítica e física e suas lutas e estratégias de enfrentamento do racismo à brasileira.

Trata-se de propiciar um encontro entre teoria e prática, visto que ambos, movimentos sociais e intelectuais negros/as necessitam mutuamente de teorias que lhes permitam pensar sobre a sua prática e que fomentem a produção de conceitos e de teorias, que se adequem às problemáticas presentes nas novas realidades e contextos.

3.3. O feminismo negro e os limites para explicar mostras tão polissêmicas de África no Brasil

Por tudo que já foi produzido até então sobre o feminismo negro é possível considerá-la uma espécie de epistemologia? Naturalmente que isto exigiria uma revisão sistemática e

aprofundada das perspectivas usadas por esta teoria até o momento. Entretanto, afirmo a urgência da construção de um marco teórico-metodológico fundado nas formulações do feminismo negro brasileiro. Um quadro que possa ser recrutado sempre que preciso como uma fonte poderosa de experiência local para auxiliar o movimento das mulheres negras na sua autorreflexão e avaliações, articulado por meio das principais questões que abarcam o racismo e o sexismo no Brasil, que impactam, sobremaneira, as condições de vida das mulheres negras.

A construção de um quadro referencial teórico elaborado a partir de um estreito diálogo crítico, entre as epistemologias feministas, com o pensamento feminista negro e os estudos decoloniais, assim como com a tensão estabelecida pelas críticas desenvolvidas, inclusive, por feministas, a ciência hegemônica e as estruturas que a constroem, os dualismos e o modelo de racionalidade ocidental, auxiliara bastante na reflexão, de forma integrada, do problema que envolve a situação de desigualdades, exclusão, silenciamento, apagamento e opressão e da sua ação política sobre tais problemas que recaem sobre a população negra no Brasil.

Tudo isso conduz não apenas a uma mudança radical, no que se refere à perspectiva teórica, como também em relação aos conceitos utilizados para analisar a ação política e estratégias metodológicas, geralmente “vistas na perspectiva do Norte global”. Para falar sobre a ação política das mulheres negras, diz Djamila Ribeiro (2015), “seria necessário trazer vozes que foram dissonantes no que diz respeito ao modo pelo qual o feminismo constitui os seus sujeitos para fins de representação. Era necessário contestar essas representações por outros olhares” (RIBEIRO, 2015, p. 11). Não como algo que “emergia como uma reação cumulativa de desagrvos” que se encerra no racismo, no patriarcado ou mesmo na ideia de uma resistência a essas práticas, mas sim, como “uma operação ativa de afirmação de um outro projeto político”, de um outro projeto civilizatório (MENESES et al, 2018, p. 80).

Essa tipologia discursiva do Norte global tira de foco, ou desfoca, aquilo que de fato importa: em termos de um problema oriundo da sua matriz, a “colonialidade do poder”, a “retórica da modernidade” e a “geopolítica do conhecimento” (MIGNOLO, 2017), que rouba o protagonismo das ações sociais e políticas de intervenção e resistência travadas pelo excluídos nos países do terceiro mundo, bem como suas conexões na contemporaneidade.

Neste sentido, esta mudança de perspectiva teórica exigiria que o problema que atravessa a condição das mulheres negras na sociedade brasileira fosse analisado pela teoria feminista negra, não apenas como provenientes do racismo e do patriarcado, conforme dito, mas, também, em termos de um problema criado pelo sistema mundial moderno - colonialismo, racismo, imperialismo, escravismo, totalitarismo, capitalismo, autoritarismo, seguindo os seus

interesses econômicos, políticos, sociais e religiosos, a partir da normatividade - família nuclear, homem, mulher, branco, hétero e cristão – que se aliam a modelos de desenvolvimento local, nacional e global, para construir discursos, valores familiares e, a partir destes, legitimar, estruturar desigualdades, opressões, produzir silenciamentos e apagamentos (OYÈRONKÉ, 2000).

Outro aspecto que muito me incomodou no início desta caminhada, e que vale pontuar na medida em que para mim se constitui como um problema de investigação, foi a constatação da carência de diálogos teórico-metodológicos entre os debates elaborados por autores/as negros/as que abarcam o pensamento social brasileiro, a partir das condições econômica e social da população negra com o campo participação política das mulheres negras, que critiquem concomitantemente o racismo/eurocentrismo/colonialismo na perspectiva do feminismo. Isso tende a criar um muro entre estas pesquisadoras/es e outro grupo que o estuda dentro de uma perspectiva mais ampla do pensamento social alternativo e/ou periférico, a exemplo do paradigma afrocêntrico e do paradigma da decolonialidade, acentuando a separação desses campos em dois universos distintos, limitando, conseqüentemente, o alcance dessas produções teóricas.

Tem sido requerida também pelas vias de uma mudança ético-política-epistemológica” trazida, como bem salienta Miglievich-Ribeiro (2014) pela razão decolonial que

é a consciência da geopolítica do conhecimento, a partir da qual se trata de rejeitar a crença iluminista na transparência da linguagem em prol de uma fratura epistemológica capaz de inserir uma perspectiva inédita e libertadora tanto no campo discursivo como na esfera da ação, assumindo a impossibilidade de qualquer ciência falar em nome de coletividades heterogêneas e multifacetadas mas a premência de se insurgir contra quaisquer estruturas de poder e opressão que silenciem alguém. A denúncia da geopolítica do conhecimento é condição de afirmação, dentre outros, também da América Latina, ou melhor, da América Indo-AfroLatina como lócus de enunciação (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2014, p. 78).

O pensamento feminista negro no Brasil tem estabelecido inúmeros debates no sentido de demonstrar que a colonialidade e o colonialismo, ainda que sejam dois conceitos distintos, estão relacionados. Para a filósofa argentina Maria Lugones (2008), a colonialidade manifesta na teoria feminista ocidental, hegemonizada ao longo do século XX, está fundada em ideias eurocentradas e universalizadas de emancipação da mulher, sem considerar as diferenças intragênero, as desigualdades existentes entre as mulheres brancas, negras, latinas, indígenas e suas experiências com a opressões.

Segundo Vera Candau (2010), enquanto o colonialismo é mais antigo que a colonialidade e denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo está no poder de outro povo e nação, a colonialidade se funda numa práxis política que Walter Dignolo identifica como “colonialidade do poder”, na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial, que se mantém viva em textos didáticos, na cultura, na auto-imagem dos povos e em muitos outros aspectos e operando a partir de três faces: a colonialidade do poder, do saber e do ser (QUIJANO, 2005; WALSH, 2006). A colonialidade sobrevive ao colonialismo.

A ética-política-epistemológica do feminismo negro decolonial, pressupõe persistir no desafio de desenvolver outras perspectivas de análise sobre esses temas. Numa mudança para perspectivas teóricas alternativas e/ou periféricas que melhor expressem a realidade vivida pelas pessoas em sociedade, bem como urgência na ruptura com conceitos, paradigmas, perspectivas e propostas metodológicas, enquanto uma manifestação e reprodução disfarçada das “ferramentas do mestre” (Lorde, 1984) que impedem a “consciência objetiva desse racismo sem disfarces e o conhecimento direto de suas práticas cruéis” (GONZALEZ, 1988a). A esse respeito Lélia enfatiza que, ao persistirmos nestas formas de abordagens “prevalecem as ‘teorias’ da miscigenação, da assimilação e da ‘democracia racial’”, no Brasil (GONZALEZ, 1988a, p. 72; 74).

Enfocando nessas contribuições, vislumbro a possibilidade de contribuir para a eliminação desses apagamentos e desigualdades marcantes no atual contexto brasileiro é que decidi trabalhar com o protagonismo das mulheres negras na diáspora africana no cenário contemporâneo. Contudo, tinha consciência de que sugerir que tal ação desencadeada por este sujeito seja entendida como um “campo-tema” para o Feminismo, como dado empírico, político, cultural, existencial, se constitua como tal, não é algo simples, muito menos sem problemas.

Parto, então, da premissa de que o Pensamento Feminista Negro, além das críticas oriundas do reconhecimento quanto à pluralidade presente nas experiências dessas mulheres, influenciou a condução dos mais variados processos organizativos, da luta antirracista, antissexista, antilesbohomofóbica, a exemplo do que presenciamos neste momento de ascensão da extrema direita, quando protagonizaram a I MMNB. Essa apropriação contribuiu, não apenas no processo de formação e mobilização deste sujeito político mas, sobretudo, para a conscientização e engajamento das mulheres negras neste cenário de lutas contemporâneas.

Ressalto a urgência de nos apropriarmos das críticas formuladas pelas feministas negras que nos antecederam que, além de oferecer uma compreensão das bases desse feminismo concebidos a partir das experiências de sujeitos de um único grupo social, sugerem uma revisão crítica das estruturas de dominação do conhecimento e dos poderes instaurados a partir da colonialidade do poder e dos neocolonialismos e à forma moderna de pensar e construir o conhecimento. Diga-se de passagem, conhecimentos estes pautados em pressupostos de tradições filosóficas ocidentais essencialistas, baseadas em esquemas dicotômicos¹¹¹, oposições binárias¹¹², verdades absolutas e universalizantes incorporadas para dificultar o acesso ou impedir totalmente o acesso às instâncias de representação e poder para esses sujeitos.

¹¹¹ Preceito dividido em dois e geralmente de caráter contrários ou integrantes.

¹¹² Uma definição positiva que se baseia na negação ou repressão de algo representado como sua antítese, por exemplo, homem/mulher, masculino/feminino, identidade/diferença, público/privado, corpo/espírito, produção/reprodução.

PARTE II – GIRO DECOLONIAL FEMINISTA NEGRO NO BRASIL

É tempo de falarmos de nós mesmas: Eu sou Atlântica



O livro *Eu sou Atlântica*, sobre a trajetória de vida da historiadora, pesquisadora, poeta e ativista negra Maria Beatriz Nascimento (Aracaju, 1942 – Rio, 1995), de autoria de Alex Ratts, e prefaciado por Sueli Carneiro, se divide em duas partes. Na primeira – “Quantos caminhos percorro” –, o autor estabelece um diálogo com a obra de Beatriz Nascimento, por meio das temáticas e categorias trabalhadas pela pesquisadora. A segunda – “É tempo de falarmos de nós mesmos” – traz oito artigos escritos por Beatriz Nascimento entre 1974 e 1990, publicados em periódicos.

Ao longo de vinte anos, tornou-se estudiosa das temáticas do racismo e dos quilombos, abordando ainda a correlação entre corporeidade negra e espaço e as experiências de longos deslocamentos socioespaciais de africanos/as e descendentes, por meio das noções de “transmigração” e “transatlanticidade”.¹¹³

¹¹³ Alex Ratts é antropólogo, geógrafo e professor da Universidade federal de Goiás, além de pesquisador/ativista do campo das relações raciais, de gênero e socioespaciais.

A segunda parte desta tese traz o suporte teórico que a sustenta, focando a teoria feminista negra decolonial que, no debate atual sobre a ação política de mulheres negras remete não apenas as muitas iniciativas, saberes, experiências e estratégias desenvolvidas pelos/as nossos/as ancestrais, principalmente quilombos, terreiros, irmandades, etc, reconhecidas práticas de sobrevivência e enfrentamento ao racismo, como também aos sujeitos, militantes, ativistas, religiosas, cientistas envolvidas na discussão para refletir sobre o significado desses feitos por elas mesmas, enquanto influenciadoras da sociedade e cultura no Brasil.

Investigar o feminismo negro na teoria social significa, para nós mulheres negras, dar um grande mergulho nesse oceano, retornar ao “berço” não apenas dos conceitos clássicos da sociologia, mas, sobretudo, da correlação dialética entre corporeidade negra, expressão cultural, identidade, espaços, resistência e luta contra o racismo no contexto sócio-cultural negro-diaspórico.

Nestas reflexões aparecem como especialmente relevantes as contribuições teórico-metodológicas de autoras como Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Helena Theodoro Lopes, Rosália Lemos, Petronilha Beatriz Silva, Matilde Ribeiro, Jurema Werneck, Sueli Carneiro, Luiza Bairros que, desenvolvendo trabalhos desde a década de 1970, vêm refletindo sobre o caráter estruturante e estrutural do racismo enquanto uma prática social que constitui e organiza as instituições políticas e econômicas da sociedade em que vivemos e suas variadas dimensões e efeitos. O racismo é uma série de desempoderamentos, formas diversas de violências e desigualdades por ele produzidas na vida das pessoas negras, no que se destaca o epistemicídio, para além da inabilidade e supressão de saberes de povos subjugados, quando associado de modo interseccional a outros eixos de dominação e opressão.

No momento em que sujeitos silenciados dizem o que pensam e o que querem, de acordo com seus interesses e valores, denunciando as múltiplas formas de exploração as quais estão submetidos o povo negro, e em particular, as mulheres negras, os efeitos do racismo cultural, tende-se a rechaçar “a nossa fala como sendo “emocional””. No entanto, conforme enfatiza Lélia, “a emoção, por razões óbvias, está muito mais em quem nos ouve”. Afinal,

Na medida em que o racismo, enquanto discurso, situa-se entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito. Consequentemente, é infantilizado, não tem direito a voz própria, é falado por ele. E ele diz o que quer, caracteriza o excluído de acordo com seus interesses e seus valores. No momento em que o excluído assume a própria fala e se põe como sujeito, a reação de quem ouve só pode se dar nos níveis acima caracterizados. O modo mais sutilmente paternalista é exatamente aquele que atribui o caráter de “discurso emocional” à verdade contundente da denúncia presente na fala do excluído. Para nós, é importante ressaltar que emoção, subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam numa renúncia à razão, mas, ao contrário, num modo de torná-

la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de uma outra razão (GONZALEZ, 1979, p. 16).

Daí a importância de reafirmar e dar visibilidade à contribuição do feminismo negro no processo de construção da IMMNB. Fundamental, ainda, é tecer, antes de tudo, algumas considerações a respeito do que se tem compreendido por feminismo negro, considerando a aproximação deste com o pensamento decolonial e a ação política de mulheres negras brasileiras, face às inúmeras formas de dominação social, material e intersubjetiva, dominação política, dentro do padrão de poder presente no Brasil de hoje (QUIJANO, 2002, p. 4).

A experiência de ser uma mulher negra não pode ser entendida apenas em termos de ser negro e de ser uma mulher cis, separadamente, mas deve incluir as interações, uma vez que essas categorias se relacionam entre si, reforçando-se mutuamente. Dessa forma, o feminismo negro é elaborado nessa perspectiva, como expressão da teoria do ponto de vista feminista interseccional, articulando essas categorias – raça e gênero - como uma referência essencial, devido às múltiplas opressões vivenciadas por esse corpo.

CAPÍTULO IV – MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS: MOVIMENTOS PLURAIS

A democracia é um regime político que, no Brasil, não atinge todos/as. Não há como negar que existem problemas tanto no que se refere à "qualidade" de bens e serviços imprescindíveis à sobrevivência demandados pelos cidadãos quanto ao funcionamento efetivo do processo decisório democrático. As privações materiais, isto é, os elevados índices de pobreza, a concentração de renda, a extrema desigualdade social, a participação política e a crise de representatividade política de todos/as são fatores que ainda constroem a consolidação da democracia no país. Vale lembrar que um dos pilares democráticos é a garantia, por lei, das reivindicações de direitos por parte dos cidadãos, de modo que a destruição de qualquer desses significa a extinção do próprio Estado Democrático de Direito em si.

A sociedade civil, com a implementação dos “novos movimentos sociais” enquanto entidades de mediação, transcende a perspectiva reivindicatória contra o Estado, caracterizada apenas pela demanda por bens e serviços imprescindíveis à sobrevivência. Esses movimentos sociais extrapolam a perspectiva democrática formal e maximizam a participação popular organizada, a partir da criação pela sociedade civil de espaços públicos de discussão.

Ao refletir mais do que reações às privações materiais e vislumbrar o potencial político, os novos movimentos sociais” aumentam a capacidade de controle do poder institucionalizado, tornando possível uma nova relação entre Estado e poder popular. Inauguram um diálogo entre a sociedade civil organizada e o Estado baseado numa soberania popular, indicando sua vitalidade no que ela contém de controle sobre o exercício da representação política. Isso como forma de assegurar tanto a eficácia do regime democrático como o funcionamento da própria sociedade democrática no Brasil. "o poder emana do povo" (CF/88, art. 1º).

Em relação às formas de atuação, os movimentos sociais são entendidos como forma de expressão da sociedade civil, elementos fundamentais das sociedades plurais e democráticas, perante as desigualdades, em que os cidadãos agem em diversas frentes em busca do mesmo objetivo: mudanças na sociedade e inclusão social, por meio de ações coletivas, estratégias de resistência e enfrentamento.

A esse respeito, são coerentes os argumentos provenientes das análises de Alain Touraine (1973), quando afirma que “os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade”, na medida em que “eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção

do novo que liberte”. No entendimento do autor, as energias sociais antes dispersas são canalizadas e potencializadas por meio de suas práticas em “fazer propositivos” (TOURAINÉ, 1973).

Nessa conjuntura, a dimensão do “novo” que emerge, na década de 70, dos “novos movimentos sociais” remete às suas energias, que foram redirecionadas para expectativas de ordem cultural, para a capacidade de transformação política da sociedade, para uma esfera pública que transcende a perspectiva reivindicatória contra o Estado, a burocracia do Estado liberal, concebendo-o não, simplesmente, como o adversário dos movimentos, mas como seu principal interlocutor, com capacidade de aceitar a politização do cotidiano por meio da democracia participativa.

A corrente teórica dos Novos Movimentos Sociais se destacou principalmente com a obra de Touraine (1973), com a ideia de que, a ação coletiva contra o sistema social é o conceito-chave desses movimentos e que os movimentos sociais seriam o próprio objeto da Sociologia.

A partir das análises sobre o movimento estudantil e de trabalhadores, na década de 60, o autor buscou diferenciar-se de Durkheim, pois, acreditava que a sociedade seria um sistema capaz de se transformar; da abordagem determinista econômico marxista, que priorizava a análise pela categoria de luta de classes; que passaram a ser criticados pelos acionistas, representados, principalmente, por pensadores neomarxistas, tendo como um dos principais representantes, Manuel Castells. Na visão desses autores a sociedade não poderia ser reduzida a um sistema de regras e seu funcionamento.

Em vista disso, Touraine considerava que a ação política estudantil, dos eventos observados em maio de 1968, não se tratava apenas de uma ação reativa ao sistema, mas, possuía uma postura transformadora, sendo necessário, portanto, a busca para compreender como os atores são influenciados por intenções, orientações culturais e relações sociais. O autor buscou com isso, compreender como os movimentos sociais se constituem em lutas pelo controle da “historicidade”. Ou seja, a luta contra as estruturas e as formas culturais da vida social, visando à transformação do sistema de ação (MIRANDA, 2009, p. 224).

O ponto de partida da obra do italiano Alberto Melucci (1991), “A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas” é a teoria da ação coletiva. Os movimentos sociais, como ações coletivas em busca de um objetivo em comum, se organizam por meio de indivíduos, que veem na unidade desses vários atores uma força coletiva, plural de reivindicação mais ampla.

Dessa maneira, eles surgem como grupos de reivindicação que têm como alterar, substancialmente, a correlação de forças nas disputas de poder entre Estado e sociedade, visando o bem comum. Portanto, é natural que esta seja uma relação conflituosa entre ambas as partes. Nesta o autor estuda as crises atuais, por exemplo, dos movimentos sociais, dos sindicatos, da participação política, dos partidos políticos, oferecendo uma nova compreensão com matizes sociais e psicológicas.

Enquanto Touraine realiza uma análise macrossocietal, a visão do italiano Alberto Melucci (apud Gohn, 2004) se volta à análise de estruturas micro, com um enfoque mais psicossocial, combinando a análise da subjetividade à análise das condições político-ideológicas. Seguindo a trilha traçada por esses autores, Maria da Glória Gohn (2011) diz que os movimentos sociais representam forças sociais organizadas que mobilizam pessoas não como força tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividades e de experimentação social.

Essas atividades, são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. A autora diz que “Na realidade histórica os movimentos sociais sempre existiram e cremos que sempre existirão” (GOHN, 2011, p. 336). Isto porque, quanto maior for o cenário de desigualdade, maiores as chances da sociedade civil se organizar em diferentes movimentos sociais.

Conforme salienta Avritzer (1994, p. 189-190) isto decorre do fato de que “os movimentos sociais constituem aquela parte da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas sociais, onde a ação é a portadora imediata da tessitura relacional da sociedade e do seu sentido” (MELUCCI, 1994, p. 190). Eles não constituem um simples objeto social e sim uma lente por intermédio da qual problemas mais gerais podem ser abordados.

1. Movimento de Mulheres Negras: movimentos plurais de atrizes e agendas

Mas, como discorrer sobre a ação política de mulheres negras sem apresentar, ainda que brevemente, o seu movimento de cunho social, político, religioso, etc.? Essas diferentes estratégias de enfrentamento articulado por essas mulheres no formato de rede de movimento sociais se configuram como motivações básicas para outras organizações sociais e contribuíram, inclusive, no caso do movimento de mulheres negras, para deliberação do ato de marchar.

Analisar os paradigmas que envolvem esse ato, o movimento e as organizações dirigidas por mulheres negras serve para evidenciar que não partimos do zero, posto que, desvelam ensinamentos pautados em experiências, condições culturais, históricas e epistemológicas que confirmam as concepções políticas identitárias e práticas decoloniais, de matriz africana, com que o movimento de mulheres negras se relacionou no passado e se relacionam na atualidade.

Como afirma Patricia Hill Collins (2000), em *Black Feminist Thought*,

Partindo da experiência do racismo como base legítima para a construção do conhecimento, essa contra-hegemonia trouxe também à tona a importância do conhecimento produzido por mulheres comuns em suas experiências diárias como mães, professoras, escritoras, empregadas domésticas, militantes pelos direitos civis, cantoras e compositoras da música popular que, nesse outro feminismo, assumiram a posição de contribuir intelectualmente. Essa experiência coletiva, forjada no contexto histórico de cada localidade, tornou o racismo a principal categoria para repensar as teorias, discursos e práticas feministas (COLLINS, 2000 apud BELLO, 2015, p. 4).

Historicamente, essa sabedoria tem moldado as perspectivas das mulheres negras a tal ponto que vemos reproduzidos em seus feitos como trabalhadora doméstica, religiosa, marisqueira, professora, esta forma de ser e estar neste não-lugar, de fronteira. Essas experiências têm possibilitado a essas mulheres “um ângulo particular de visão do eu, da comunidade e da sociedade” (BAIRROS, 1995, p. 463).

Mas não só isso corrobora com a afirmativa de que esta não tem sido uma tarefa fácil, hajam vista as inúmeras lacunas presentes historicamente em sua teorização. As múltiplas visões e aspectos ideológicos que perpassam a pluralidade das mulheres desse movimento possibilitam uma visão privilegiada dos fenômenos sociais, em especial, da dinâmica dos processos de opressão e exploração capitalista instituídos por uma supremacia branca e patriarcal moderna (BAIRROS, 1987; VALE, 2014).

Mas o fato é que, seguindo os passos sinalizados por Lélia Gonzalez, vinte anos após sua entrada no Orun e ter se tornado uma “ancestral”, em 2015, as mulheres negras atravessaram a Esplanada do Planalto, marcham na capital brasileira. Este ato veio reafirmar esse legado e o protagonismo político de mulheres herdeiras de uma tradição que teve início lá em África. Ensinamentos que vêm influenciando, ainda hoje, intelectuais e os movimentos negros, de mulheres e de feministas negras de diversos continentes, interessados na luta contra o racismo e sexismo, pelo bem viver.

É pelo bem viver, anunciam elas, que marchamos. Mesmo sabendo que se trata de algo difícil de ser cogitado, em um país campeão em desigualdade, ressaltam¹¹⁴. E disseram isso a partir de corpos com múltiplas visões e aspectos ideológicos que perpassam a pluralidade do ser mulher nesse movimento.

As especificidades existentes inerentes ao devir mulheres negras, sendo estas constituídas, inclusive, de disputas, dissensos, oposições e conflitos, se apresentam como múltiplas e concorrentes. Essa multiplicidade e diversidade de sujeitos, de formas de luta e organizações que atuam em defesa dos direitos da população negra têm uma trama comum, oculta na diversidade de suas expressões: pode significar uma luta desigual por legitimidade e representatividade, devido ao desequilíbrio histórico investido em cada segmento, classe social, estado, etc. que repercute nos processos de mobilização e prioridade das agendas. Entretanto, tal cenário não impediu a unificação destas sujeitas em torno de uma única iniciativa: a de construir a I MMNB.

Ao contrário, tais especificidades definiram os contornos desse processo, que ganhou organicidade por meio da RMNN e outras articulações existentes na região em seus diversos estados. Os estados da região que têm maior capital político e econômico - da mesma forma que os grupos predominantes que atuam nesse movimento, como é o caso das mulheres localizadas na região sudeste, cis, heterossexuais - não são, necessariamente, as que mais contribuem propositivamente para manter a radicalidade deste movimento, nem tampouco tem sido as que apresentam maior capacidade política de mobilização deste sujeito e articulação no cenário nacional, não havendo, portanto, correspondência imediata entre capital político-econômico, educacional e potência política.

Dito de outra forma, uma grande parte dos enfrentamentos promovidos pelo movimento de mulheres negras tem sido desencadeado por atrizes políticas localizadas fora do eixo conhecido como o mais desenvolvido economicamente do país – Sul e Sudeste. Na maioria das vezes esses processos emergem por iniciativa das regiões norte-nordeste (Bahia, Recife e Pará) que, depois de deflagrado, ganha força a partir da adesão das demais regiões, sul e sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, não necessariamente nesta ordem).

¹¹⁴ O Mapa da Violência mostra que enquanto o homicídio de mulheres negras experimentou um crescimento de 54,2% entre 2003 e 2013, no mesmo período, o homicídio de mulheres brancas caiu 9,8%. Além da violência contra si, a mulher negra também experimenta, com maior intensidade a violência contra seus filhos, irmãos e companheiros. Ainda segundo este mesmo relatório, de 2012, dos cerca de 30 mil jovens entre 15 e 29 anos assassinados por ano no Brasil, 93% são homens e 77% são negros.<https://anistia.org.br/o-racismo-nosso-de-cada-dia-e-situacao-da-mulher-negra-brasileira/>. Acessado em 20/11/2012.

Uma grande parte dos enfrentamentos promovidos por esse movimento tem sido desencadeado por atrizes políticas localizadas fora desse eixo, por iniciativa das regiões norte-nordeste do país (Bahia, Pernambuco e Pará) que, depois de deflagrados, ganham força a partir da adesão das demais regiões, sul e sudeste (Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul), não necessariamente nesta ordem.

Certamente, a escolha de marchar não evoluiria a tal ponto se cada uma não estivesse totalmente convicta e envolvida no contexto político, comprometida com o objetivo e se limitasse a reivindicar somente seus próprios interesses ou de seu estado. Diante de um grupo tão diverso, esta convivência só foi possível a ponto de ter evoluído a unanimidade porque porque a discussão “recoloca no seio de uma dada comunidade o papel do simbólico, ela redefine sua identidade, relembra a sua origem, assume a violência e busca as soluções para consolidar a convivência” (LATOUCHE, 2004, p.192).

Essa perspectiva que ressalta a importância do acordo, do consenso e da reconciliação, tem raízes na Filosofia Africana e se estende na diáspora, conforme observado nas inter-relações da Rede. Esteve presente em todas as fases do processo de construção da I Marcha guiando e se colocando como uma instituição política, no sentido mais amplo do termo.

A intelectual Jurema Werneck (2010), ao discorrer sobre as estratégias e ação política de mulheres negras, em “Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil”, defende a tese de que “nossos passos vêm de longe”, desde África, e que estes se estabeleceram no Brasil sob as mais diversas “formas políticas e organizacionais, cuja origem precedeu a invasão escravista e colonial” (WERNECK, 2010, p. 157).

Demarcando o debate que envolve a luz da razão e o direito a História, fundado pela filosofia ocidental moderna, a partir da visão hegeliana de que somente os seres eminentemente humanos são racionais e fazem História, a autora Jurema Werneck, em “Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo” (2010), direcionando a atenção para a figura das ialodês, as divindades e as diferentes associações de mulheres, descreve formas de participação política das mulheres negras no processo pré-colonial/colonial/pós-colonial de escravização nas Américas, para refletir sobre como o processo de subalternização e opressão molda as identidades, tornando evidente que essas expressões não têm nada a ver com a história e a razão fundada com a colonização europeia.

[...] é um modo de destacar exemplos das formas políticas e organizacionais cuja origem precedeu a invasão escravista e colonial. Estes reafirmavam e reafirmam a

política como um atributo feminino desde a época anterior ao encontro com o ocidente. Diga-se de passagem, ao contrário do que afirmam muitas e muitos, a ação política das mulheres negras nas diferentes regiões não foi novidade inaugurada pela invasão europeia e a instauração da hegemonia cristã. O que torna fácil compreender que tais ações precederam a criação do feminismo (WERNECK, 2010, p. 80).

Utiliza, ainda, a metáfora das ialodês para discutir como a identidade política “mulher negra” é construída enquanto um instrumento poderoso de desobediência, resistência e enfrentamento às inúmeras desigualdades, forjada na luta por justiça e na garantia de direitos. Luta esta que também se aplica aos indígenas, asiáticos e outros povos que foram também excluídos desse atributo que é, a luz da razão e o espírito da História, pela civilização ocidental no processo histórico (WERNECK, 2010).

Com isso, Werneck vai mais além contrinuido nesse debate ao circunscreve que, as mulheres negras quando aqui chegam com seus saberes ancestrais são marcantes na liderança de quilombos, como organizadora e cooperadora de alforrias, fugas e revoltas. Além disso, utilizam-de desse conhecimento incorporado dessa conexão com a ancestralidade africana para criar espaços de solidariedade e colaboração para enfrentar e resistir às precariedades do sistema de educação, prisional, saúde, moradia, transporte, etc. São empreendedoras da luta contra todas as formas de opressão, em particilar, a antirracista, em diferentes dimensões, tornando as mobilizações políticas negras contemporâneas por justiça e liberdade uma busca de coletiva (WERNECK, 2010).

Jurema Werneck conclui que é a partir da tomada de consciência desse processo de construção do corpo-mulher-negra de como este “se torna visível como objeto de múltiplas opressões e o centro das disputas políticas” (LÓPEZ, 2009, p. 176), que vai descobrir que enquanto fenótipo, biologicamente falando, “As mulheres negras não existem” (WERNECK, 2010, p. 76). São fruto de demandas históricas, políticas, culturais e econômicas estabelecidas pelo sistema-mundo da modernidade colonial.

Estas reflexões aprofundadas no pensamento de Werneck, envolvendo essas experiências ancestrais, ajudam a compreender não apenas o debate instalado na base do conhecimento científico universal, mas, sobretudo, a resolver as nossas próprias contendas dentro do coletivo, a partir de outra perspectiva. É enriquecedor saber que

As mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos (WERNECK, 2010, p. 76).

Daí, ao contrário do que muitos pensam, não foi exigindo sua inclusão no sistema capitalista de escravidão¹¹⁵ moderno que as mulheres negras enfrentaram a dominação colonial, o racismo estrutural e suas regras injustas que as colocaram como população mais oprimida nesse país. Mas sim, como mensageiras transgressoras, de quem ultrapassa os limites e não respeita normas e regras opressivas de nenhuma espécie que, “apesar de tantos não tanta dor que nos invade”¹¹⁶ elas chegam a contemporaneidade. Aquilo que há muito afirmava o próprio Santo Agostinho: que “Uma lei injusta não é lei alguma”, bem como Martin Luther King: que “É nosso dever moral, e obrigação, desobedecer a uma lei injusta”.

Por razões como estas que Gohn (2011), em diálogo com Melucci (1994, p. 190), argumenta que “os movimentos transitam, fluem e acontecem em espaços não-consolidados das estruturas e organizações sociais. Na maioria das vezes eles estão questionando estas estruturas e propondo novas formas de organização à sociedade política” (MELUCCI, 1994; GONH, 2012). Atuando em redes, criam identidades para grupos antes dispersos e desorganizados, construindo ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social (GOHN 2011; MARTINHO, 2011).

(...) aparecem como ‘redes submersas de grupos, de pontos de encontro, de circuitos de solidariedade’, que ‘exibem uma estrutura segmentada, reticular, policéfala’ e, o que é particularmente importante para a nossa análise, uma ‘forma nebulosa pelas fronteiras indefinidas e com uma densidade variável’ (MARTINHO, 2011, p. 53).

Melucci (apud MARTINHO, 2011) afirma que a rede – nesta conjuntura dos movimentos sociais contemporâneos – assumi uma forma de modelo organizativo com um forte caráter de diferenciação política: os novos movimentos organizam-se em rede como expressão de uma tomada de posição frente às antigas formas de organização e o que elas representam.

2. Redes de Movimentos Sociais: uma fragmentada área de pesquisa

Diferente das seções anteriores, que destacaram as dimensões arquetípicas de experiências e práticas emblemáticas que marcam a ação política de mulheres negras, em

¹¹⁵ O tráfico escravista negro foi considerado crime lesa humanidade na III Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata – Conferência de Durban, da qual o Brasil é signatário.

¹¹⁶ Música “Alegria da Cidade” (1986) de Lazzo Matumbi e Jorge Portugal.

especial o processo de construção da I MMNB e, por isso mesmo, foram preservadas na memória daquelas que estiveram de alguma forma envolvidas nesta construção, desejo analisar a ideia de redes de movimentos sociais, introduzindo exemplos de processos organizativos do movimento de mulheres negras brasileiras, a partir de algumas ações promovidas pela Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN), durante o processo de construção coletiva da I MMNB.

Vale ressaltar que, a princípio, não tinha a pretensão de me aprofundar no debate sobre redes sociais para pensar as novas configurações que o movimento de mulheres negras brasileiras assumiu no século XXI, suas relações com o Estado e sociedade. Todavia, fui convencida, ao longo das investigações, quanto à pertinência de incorporar esse recurso metodológico, para a sólida e necessária produção e transmissão de conhecimento científico, assim como contribuir com o movimento social na reflexão dos problemas oriundos de um campocomplexo de relações sociais estruturadas pelo racismo e clivadas por questões, patriarcais de classe, para superação de desigualdades e problemas comuns enfrentados. Pois, conforme salienta Marques & Bichir (2003),

No plano macro, a sociedade não é interpretada como um sistema autônomo, internamente organizado e auto-sustentável, mas sim são destacadas as múltiplas redes de interação social que compõem a sociedade e se sobrepõem de modo complexo. No plano micro, os indivíduos não são tomados como entidades pré-constituídas e bem definidas; ao contrário, destaca-se que a formação dos próprios indivíduos ocorre por meio de interações complexas – ou seja, a noção cara à sociologia de que o indivíduo só existe em relação social é levada ao extremo. Porém, é importante destacar que a análise de redes sociais não constitui uma teoria e nem tampouco um conjunto de técnicas estatísticas complexas, mas sim uma estratégia analítica. (MARQUES & BICHIR, 2003, p.14)

Antes de apresentar os aspectos gerais da análise de redes e a literatura especializada sobre o tema das redes de movimentos sociais e, mais especificamente, o do movimento de mulheres negras que, mediante a RMNN utiliza tal metodologia, é importante estabelecer algumas distinções preliminares, para melhor situar o/a leitor/a.

São vários os usos e abordagens em relação ao conceito de redes no campo das ciências sociais. Entretanto, em todas essas abordagens dá-se uma relação direta com a informação como processo de troca permanente. A ideia articulada à tecnologia da informação tem sido a mais naturalizada ou que se aproxima desta. Logo, pensar na noção de redes pressupõe pensar a ideia de informação (ACIOLI, 2007; LÉVY, 1998). Como aponta Lévy,

Se todo processo é interfaceamento, e, portanto, tradução, é porque nenhuma mensagem se transmite tal qual, em um meio condutor neutro, mas antes deve

ultrapassar descontinuidades que a metamorfoseam. A própria mensagem é uma movente descontinuidade sobre um canal e seu efeito será o de produzir outras diferenças. Portanto, trabalhar com a ideia de redes significa trabalhar de forma articulada com a ideia de informação (LÉVY, 1998, p. 183).

Assim, antes de apresentar detidamente a RMNN, é preciso minimamente pensar aspectos gerais da análise de redes de movimentos sociais e a literatura especializada sobre o tema. Neste sentido, me disponho a discutir este conceito de forma a ampliar a ideia que, inicialmente, possamos ter, a fim de melhor evidenciar a pluralidade de atores contra-hegemônicos que compõem os espaços de disputa política da atualidade, os quais são os sujeitos de saberes e protagonistas dessas ações políticas.

É importante que se estabeleça algumas distinções preliminares, para melhor situar o leitor/a. Afinal de contas, o que é uma rede? O que é uma Rede de Movimentos Sociais? O que é a Rede de Mulheres Negras do Nordeste? São questões desta ordem que desenvolvo aqui nesse capítulo.

De acordo com Sonia Acioli

A noção de redes/redes sociais nasce na Antropologia Social. A primeira aproximação remonta à Claude Lévi-Strauss em sua análise etnográfica das estruturas elementares de parentesco (década de 40). Em 1940, Radcliffe-Brown usa o termo "redes". Barnes (1972) preocupava-se com a heterogeneidade dos usos da noção de redes, alertando que a ideia de "redes" pudesse tornar-se mais uma palavra da moda, sem definição clara, nem uso específico. Barnes (1972) e Mitchell (1969), referem-se à necessidade de distinguir o uso metafórico do analítico no que se refere às redes (ACIOLI, 2007, p. 3).

As redes podem ser pensadas em diversos sentidos:

[...] ou como **sistema de integração entre pessoas**, mediante práticas de interação, em um sentido mais social; ou **como um sistema de troca de mercadorias e bens materiais**, em um sentido mais econômico; ou **como trocas de informações e bens simbólicos**, em um sentido mais cultural (ENNE, 2004, p. 271).

Transitando por diferentes campos, as abordagens produzidas, até então, sobre a noção de redes/redes sociais, constituiu-se como excelente porta de entrada e instrumento particularmente apto para compreensão mais ampliada das “rugosidades”¹¹⁷, expressas por

¹¹⁷ Conceito desenvolvido pelo professor *Milton Santos*, a partir de uma reflexão dialética do espaço geográfico como “corpo vivo do tempo”, para analisar os tempos passados materializados nas formas do presente. A partir desta abordagem afirma que ao longo da História as ações humanas e as sociedades vão imprimindo formas e processos inerentes ao conflito histórico e dialético expressos na persistência da condição de precariedade da estrutura urbana, uma urbanização que homogeneiza, ao mesmo tempo fragmenta e hierarquiza as condições de vida na cidade, registrando suas atividades, seus costumes, suas tecnologias, suas culturas como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações, fixos e fluxos, contraditório e solidário no qual a história se dá (SANTOS, 2002).

processos inerentes ao conflito histórico e dialético impressos pela ótica das resistências e de enfrentamento ao racismo locais frente às demandas da tríade capital, Estado e mercado.

O conceito de rugosidades foi desenvolvido pelo professor Milton Santos, a partir de uma reflexão dialética do espaço geográfico como “corpo vivo do tempo”, para analisar os tempos passados materializados nas formas desse espaço no presente. Com esta abordagem o autor afirma que, ao longo da História, as ações humanas e as sociedades vão imprimindo formas e processos inerentes ao conflito histórico e dialético expressos na persistência da condição de precariedade da estrutura urbana. Uma urbanização que homogeneiza, ao mesmo tempo fragmenta e hierarquiza as condições de vida na cidade, registrando suas atividades, seus costumes, suas tecnologias, suas culturas como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e ações, fixos e fluxos, contraditório e solidário no qual a história se dá (SANTOS, 2002).

Visto sob este formato, a rede é um recorte do território nacional que constitui um conjunto de localidades pela sua história, identidades, relações e práticas cotidianas, amizade, moradia, vizinhança, vida comum, reconhecimento da sua existência por parte dos seus pares e reconhecimento da sua luta em função do silenciamento, e exclusão por parte do poder estatal e sociedade. Mas, para estar inserido neste contexto territorial, não é necessário que se preencha todos esses atributos, bastando alguns para que se reconheça essa condição de fundamental (SANTOS, 2002; SOUZA, 2006; WAREEN, 2008).

Não resta dúvidas de que o acúmulo de reflexões desenvolvidas no campo interdisciplinar nos permite defender o potencial metafórico e condição de fundamental do conceito de redes de movimentos sociais (RMS)

Nesse percurso de análise do objeto desta tese, me deparei com inúmeros trabalhos dentre os quais destacamos o de Ilse Scherer-Warren (2008), a partir do seu artigo “Redes de Movimentos Sociais na América Latina: caminhos para uma política emancipatória”, que esboça uma análise profunda do conceito de rede de movimentos sociais no contexto da América Latina.

Do seu lado, identifiquei Jean L. Conhen (2003) que, levando em conta a ação coletiva da sociedade civil num contexto do Estado nacional e globalizado, faz um estudo sobre o conceito de rede enquanto modo de associação e solidariedade que vem se convertendo na forma paradigmática de pluralidade da sociedade civil, nesta primeira parte do século XXI.

Estamos falando de uma rede interorganizacional, que se insurge contra os modelos de desenvolvimento econômico e político desigual, adotado pelo Estado, para atuar pela

construção de modos sustentáveis de vida, em um território que está para além do nacional, em defesa dos interesses das mulheres negras.

Sendo assim, vou me deter em apenas uma dessas definições, para melhor delimitar o conceito nesta reflexão sobre as Redes de Movimento Social, como

[...] uma estrutura informal de organizações, grupos e indivíduos ligados por identidades coletivas ou reconhecimento mútuo, cuja ação pode ocorrer ao longo de um continuum intertemporal e passar por períodos de protesto específico e/ou de articulação com canais da política institucional (CARLOS, 2011, p. 157).

É possível, ainda, elencar esse movimento como uma característica central das mulheres negras. Esta forma organizativa, que envolve articulações entre várias cidades e regiões, representa estratégias espaciais, e não movimentos desconectados, aleatórios, desterritorializantes.

Seguindo essas abordagens, entendo que as ações e práticas políticas, melhor detalhadas nas próximas seções, delimitam um espaço de relações mais amplo que aqueles inerentes à vida cotidiana em uma escala local, como a própria escala regional, os chamados territórios-rede. Ao levantar suas bandeiras nesta dimensão, reivindicando o bem-viver para as mulheres negras aciona o legado histórico guardado na memória ancestral, num contexto de diáspora africana, o pedido de inclusão vai não apenas para parcela significativa da população brasileira, mas para as mulheres negras nesta condição no mundo todo. Mulheres que um dia ousaram denunciar as práticas e a força ideológica do colonialismo e imperialismo, traduzidas no racismo e sexismo combinados sob a terra.

Os pioneiros dos estudos de redes sociais, os antropólogos J. A. Barnes (1972) e E. Bott asseguram que o conceito de rede pode ser empregado junto às diversas teorias, pois é um instrumento de análise e não de construção teórica. Esse recurso metodológico para uma produção e transmissão de conhecimento científico é necessária por contribuir não apenas para uma análise conectada, sem negligenciar conhecimentos complementares com as mais diversas áreas do saber.

A construção de um quadro de referências teóricas e conceitual sobre Rede, elaborado a partir de um diálogo crítico, estabelecido entre a Análise de Redes de Movimentos Sociais apropriada recentemente – pouco mais que 30 anos – pelas pesquisas nas Ciências Sociais e suas imbricações com experiências práticas concretas advindas do Feminismo Negro Brasileiro, auxiliar-nos-ia na reflexão do problema que engloba a situação das mulheres negras no Brasil.

A tentativa de proceder a avaliações fundadas na realidade social das mulheres negras com o atual modelo de desenvolvimento que é reservado para os países tercermundistas, tendo como abordagem de análise dos enquadramentos interpretativos, de repertórios discursivos produzidos por ativistas e militantes negras, certamente abriria espaços para o reconhecimento de formas de articulação desse movimento e suas conexões na atualidade.

Parece que mapear algumas das principais abordagens referentes ao conceito de Redes, mediante a elaboração de um quadro de referências teóricas, construído a partir das avaliações da realidade social das mulheres negras e de um diálogo crítico estabelecido entre a Análise de Redes Sociais (ARS) e suas imbricações com experiências práticas concretas é o melhor direcionamento a seguir. Auxiliaria na reflexão dos problemas e no reconhecimento de formas de articulação desse movimento, suas conexões na contemporaneidade e opinar, cientificamente, sobre questões que englobam a realidade sobre um ponto de vista.

A ARS visa examinar as configurações dos relacionamentos em um sistema, sendo possível avançar em respostas sobre as influências dos comportamentos e as normas sociais estabelecidas, definindo, de forma precisa, os aspectos ambientais, quais sejam: políticos, econômicos, sociais, de gestão, entre outros (WASSERMAN; FAUST, 1994).

Procurando melhor explorar as possibilidades teóricas geradas por esse conceito para descrever determinados tipos de relações sociais esquematizei três possibilidades de abordagens inspiradas na literatura produzida por Barnes, J. A. e Mitchell, J. Clyde - Tipologias – teorias de redes de movimentos sociais (Vide Quadro 3).

Em todas essas abordagens percebemos que a configuração das redes de movimentos sociais dá-se em uma relação direta com a informação, se percebemos informação como processo de troca permanente, posto que, trabalhar com a ideia de redes pressupõe trabalhar de forma articulada com a ideia de informação.

Uma rede está sempre em transformação, o que implica que nesta condição dinâmica às redes, laços são constituídos e desfeitos, identidades grupais são afirmadas e negadas, instrumentalizando alguns argumentos fundados nas experiências de sujeitos excluídos, no caso aqui específico, as mulheres negras.

Como explicita Eduardo Marques & Bichir (2003), a análise de redes sociais não constitui uma teoria e nem tampouco um conjunto de técnicas estatísticas complexas, mas sim uma estratégia analítica (Idem, 2003, p.14). Essa utilização metodológica – de redes como método para descrição e análise dos padrões de relação - se baseia na sociologia relacional. É essa perspectiva que utilizo neste trabalho.

Incorporando essas reflexões de Santos (2002) após transitar por diferentes campos analíticos, percebo que as abordagens sobre o conceito de rede de movimentos sociais constituiu-se como porta de entrada e instrumento particularmente apto para compreensão mais ampliada da condição de precariedade vivida por este corpo mulher negra nessa estrutura social e econômica, expressas por processos inerentes ao conflito histórico e dialético de enfrentamento às opressões e exclusões produzidas por esse modelo de sociedade regulado pela colonialidade e pelo racismo, por modelos de desenvolvimentos excludentes e outros sistemas opressivos, impressos pela ótica das resistências locais, quando vão imprimindo formas e processos persistentes de enfrentamentos e resistências.

É notório que o acúmulo de reflexões desenvolvidas neste campo interdisciplinar acerca deste conceito nos permite defender sua condição de fundamental. Ao transitar por diferentes campos, as abordagens sobre as redes constituíram-se como excelente porta de entrada e instrumento particularmente apto para compreensão mais ampliada das “rugosidades” (SANTOS, 2002), expressas por processos inerentes ao conflito histórico e dialético impressos pela ótica das resistências locais frente às demandas da tríade capital, Estado e mercado.

Um meio de tentar contribuir com mais esta estratégia analítica, não importando quão problemático e desafiador seja seu uso como construção explicativa. Não apenas porque se alia aqueles/as que estão abrindo a lacunas metodológicas, mas também pelo potencial explicativo de estratégias analíticas específicas vislumbradas por obras que sinalizam para a formação de alianças estratégicas, que coloca a ação política de mulheres negras a luz de um novo marco metodológico, que atravessa as classes nacionais, sociais e de raça. Afinal, no enfrentamento e superação de problemas comuns face às demandas exigidas ao movimento pela tríade capital, Estado e sociedade – não na forma em que originalmente era acionada, mas sim na ordem mundial emergente e seu processo de globalização, são as relações de poder que dinamizam e garantem a construção permanente das redes sociais. (WASSERMAN & FAUST, 1994).

3. Redes de movimentos sociais: seu uso e sentido no quadro dessa pesquisa

O objetivo desta seção é a partir da interface deste conceito com a ação e práticas de mulheres negras, abrir espaço para melhor compreendê-las e explicar a capacidade de agir do seu movimento, estruturado e conectado pela lógica de redes em um mundo cada vez mais globalizado, interdependente e dinâmico. Como explicitam Eduardo Marques *et al* (2003) a

análise de redes sociais não constitui uma teoria e nem tampouco um conjunto de técnicas estatísticas complexas, mas uma estratégia analítica (MARQUES & BICHR, 2003, p.14).

Apropriada recentemente – pouco mais que 30 anos – pelas pesquisas nas ciências sociais, estudos culturais, feministas, os repertórios discursivos produzidos por ativistas e militantes sobre cidadania, democracia e movimentos sociais, tendo como abordagem de análise os enquadramentos interpretativos sobre o conceito de redes de identidade e solidariedade com o Feminismo, Sônia Alvarez, et al (2000, p. 35) consideram que, por se tratar de abordagens cada vez mais multidisciplinares, a análise da configuração das redes ou teias dos movimentos sociais, é um modo particularmente frutífero de explorar como as intervenções políticas dos movimentos sociais se estendem para dentro e para além da sociedade política e do Estado.

É neste sentido que o estudo sobre as redes de movimentos sociais é incorporado a esta investigação. Como um plano intermediário de análise, que tem como objetivo nos ajudar a identificar, compreender e descrever os processos sociais que envolvem conexões entre atores, sejam essas, entre indivíduos, entre instituições, ou de indivíduos com instituições. Pois, conforme Marques (et al., 2003),

No plano macro, a sociedade não é interpretada como um sistema autônomo, internamente organizado e auto-sustentável, mas sim são destacadas as múltiplas redes de interação social que compõem a sociedade e se sobrepõem de modo complexo. No plano micro, os indivíduos não são tomados como entidades pré-constituídas e bem definidas; ao contrário, destaca-se que a formação dos próprios indivíduos ocorre por meio de interações complexas – ou seja, a noção cara à sociologia de que o indivíduo só existe em relação social é levada ao extremo. Porém, é importante destacar que a análise de redes sociais não constitui uma teoria e nem tampouco um conjunto de técnicas estatísticas complexas, mas sim uma estratégia analítica. (MARQUES & BICHR, 2003, p.14).

Como dito, outro aspecto relevante com relação às pesquisas que abarcam o conceito de redes sociais centra-se na reciprocidade das relações sociais. Nestas observamos que as redes sociais são apresentadas como sinônimo de relações entre atores pautadas em confiança ou solidariedade. No trabalho de Tichy, Tuschman e Fombrum (1979), por exemplo, é possível observar que “redes sociais e reciprocidade não significam que os atores que estão naquela relação possuem as mesmas expectativas e compartilham da mesma intensidade na relação” (LOPES et al, 2009, p. 1009), ressaltando uma condição dinâmica às redes.

As abordagens multidisciplinares na análise da configuração das redes referem-se à difusão do modo crescente que este tema figura na agenda e no debate político-social, acionados pelos movimentos sociais nas suas ações e estratégias coletivas, especialmente no

âmbito do movimento de mulheres negras, sendo incorporadas às concepções políticas e planos governamentais. O que nos interessa neste debate são as interferências políticas dessa configuração para o movimento de mulheres negras, à forma como esses sujeitos mudaram sua forma de incidência, seu jeito de reclamar por direitos que assegurem sua qualidade de vida e existência sua e desse coletivo.

Visto desse ângulo, pode-se dizer que esta forma de abordagem analítica, que defende sua importância estratégica, seja do papel das redes como mecanismo de fortalecimento das lutas sociais, seja dos horizontes democráticos possibilitados por essa forma de organização e atuação contribui para a compreensão das lutas das mulheres negras em suas mais variadas escalas (FREEMAN, 1996; WASSERMAN; FAUST, 1999; OLIVEIRA, 2014).

Trata-se da difusão do modo crescente que esta figura na agenda e no debate político-social, acionados nas ações e estratégias coletivas, especialmente no âmbito dos movimentos sociais, em particular das mulheres negras, sendo incorporados às concepções de políticas e planos governamentais.

Repensar o conceito de redes e as abordagens clássicas que privilegiam o diálogo e a interdependência de diferentes áreas de saber permite a compreensão do conceito de redes sociais para além de um modelo de análise quantitativo, um entendimento mais contextualizado do fenômeno e, também, como tal fenômeno pode ser compreendido a partir de perspectivas pautadas em diferentes referenciais teórico-metodológicos.

É nesta perspectiva que o estudo sobre as redes sociais é incorporado a esta investigação. Como um plano intermediário de análise, que visa nos ajudar a identificar, compreender e descrever os processos sociais que envolvem conexões entre atores, quer sejam, entre indivíduos, entre instituições, ou de indivíduos com instituições. Conforme salienta Marques (et al., 2003).

No plano macro, a sociedade não é interpretada como um sistema autônomo, internamente organizado e auto-sustentável, mas sim são destacadas as múltiplas redes de interação social que compõem a sociedade e se sobrepõem de modo complexo. No plano micro, os indivíduos não são tomados como entidades pré-constituídas e bem definidas; ao contrário, destaca-se que a formação dos próprios indivíduos ocorre por meio de interações complexas – ou seja, a noção cara à sociologia de que o indivíduo só existe em relação social é levada ao extremo. Porém, é importante destacar que a análise de redes sociais não constitui uma teoria e nem tampouco um conjunto de técnicas estatísticas complexas, mas sim uma estratégia analítica. (MARQUES & BICHER, 2003, p.14)

Apresentar pontos de vista e práticas diversas desse coletivo, pontualmente mencionadas na tentativa de repensar as abordagens clássicas que se utilizam do conceito, de

rede. Não resta dúvidas de que o acúmulo de reflexões desenvolvidas por diversas áreas no campo interdisciplinar acerca deste conceito nos permite defender o seu potencial metafórico, na medida em incorporam outros ângulos pelos quais elas poderiam ser referenciadas, ressaltando sua condição de fundamental.

De acordo com Euzineia Carlos (2011) podemos dizer que um movimento social tomou corpo quando este desenvolve uma identidade coletiva. Quando chega ao ponto em que já se constitui baseado em interpretações e narrativas, que se colocam para além de um evento específico, que possibilita que cada membro se indentifique, se reconheça como parte do esforço coletivo, assumindo o seu pertencimento. Ainda assim, mantendo a sua identidade como ativista individual (CARLOS, 2011, p. 156).

Ainda neste sentido, Diani (2003 apud CARLOS, 2011, p.157) contribui argumentando que

Os movimentos são redes não-hierárquicas e formas de organização com fronteira fluida definida pela identidade coletiva, ou seja, pelo reconhecimento mútuo de atores como membros do movimento interligados por uma cultura e solidariedade distintas (DIANI apud CARLOS, 2011).

Em vista disso, o objetivo deste capítulo é, a partir da interface deste conceito com a ação e práticas de mulheres negras, abrir espaço para melhor compreendê-las e explicar a capacidade de agir do seu movimento, estruturado e conectado pela lógica de redes em um mundo cada vez mais globalizado, interdependente e dinâmico. Pois, conforme Eduardo Marques *et al* (2003), a análise de redes sociais não constitui uma teoria e tampouco um conjunto de técnicas estatísticas complexas, mas sim uma estratégia analítica (MARQUES & BICHIR, 2003, p.14).

Sendo assim, procurando dar conta das possibilidades teóricas geradas por esse conceito para descrever determinados tipos de relações sociais, por conta inclusive do atual modelo de desenvolvimento reservado ao mundo colonizado, a exemplo do Brasil, parece-nos que mapear algumas das principais abordagens referentes ao conceito de Redes, mediante a construção de um quadro de referências teóricas, elaborado a partir de um diálogo crítico estabelecido entre a Análise de Redes Sociais e suas imbricações com experiências práticas concretas é o melhor direcionamento a seguir.

De acordo com Sonia Acioli, o que concebemos como redes ou redes sociais é originário da Antropologia Social. A autora argumenta que

A primeira aproximação remonta à Claude Lévi-Strauss em sua análise etnográfica das estruturas elementares de parentesco (década de 40). Em 1940, Radcliffe-Brown usa o termo "redes". Barnes (1972) preocupava-se com a heterogeneidade dos usos da noção de redes, alertando que a ideia de "redes" pudesse tornar-se mais uma palavra da moda, sem definição clara, nem uso específico. Barnes (1972) e Mitchell (1969), referem-se à necessidade de distinguir o uso metafórico do analítico no que se refere às redes (ACIOLI, 2007, p. 3).

Seguindo essas abordagens, as ações e práticas políticas mencionadas em sessões anteriores delimitam um espaço de relações mais amplo que aqueles inerentes à vida cotidiana em uma escala local, como a própria escala regional, os chamados territórios-rede. Ao levantar suas bandeiras nesta dimensão, reivindicando o bem-viver para as mulheres negras resgata o legado histórico guardado na memória ancestral, o pedido de inclusão vai, não apenas para parcela significativa da população brasileira, mas para as mulheres negras na condição de dáspora no mundo todo. Mulheres que um dia ousaram denunciar as práticas e a força ideológica do colonialismo, traduzidos no racismo e sexismo combinados sob a terra.

Para o sociólogo Manuel Castells (2007), em seu trabalho sobre a sociedade em rede, uma nova forma espacial tem caracterizado e moldado as práticas sociais desempenhadas pelos sujeitos neste modelo de sociedade dominado pela ideia de rede: o espaço de fluxos.

A Análise de Redes Sociais (ARS), aqui, visa examinar as configurações dos relacionamentos em um sistema, sendo possível avançar em respostas sobre as influências dos comportamentos e as normas sociais estabelecidas, definindo, de forma precisa, os aspectos ambientais, quais sejam: políticos, econômicos, sociais, de gestão, entre outros (WASSERMAN; FAUST, 1994).

Destarte, o que pretendo aqui não é esgotar a discussão sobre o conceito de "rede", mas sim, delimitar o seu uso e sentido no quadro dessa pesquisa. Aprender uma nova unidade de análise, uma linguagem conceitual, identificada como campo-tema, não no sentido da tecnologia da informação e economia, mas no diálogo com a sociologia que, como tal, continua sendo um espaço de disputas entre forças sociais. É nessa perspectiva que pretendo costurar este conceito ao sujeito/objeto de investigação para um melhor entendimento do porvir ou do rumo que o movimento de mulheres negras brasileiras tem dado a suas ações no contexto nacional brasileiro.

Os estados da região que têm maior capital político e econômico - da mesma forma que os grupos predominantes que atuam nesse movimento, como é o caso das mulheres localizadas na região sudeste, cis, heterossexuais - não são, necessariamente, as que mais contribuem propositivamente para manter a radicalidade deste movimento social, nem tampouco têm sido

as que apresentam maior capacidade de articulação e mobilização no cenário nacional, não havendo, portanto, correspondência imediata entre capital político-econômico, educacional, advocacy e potência política.

De partida, um exemplo prático dessa observação é a escolha da data para realização da Marcha, que entra nesta história como um fato bastante emblemático e que sugere, de modo explícito, que a pluralidade de pensamentos e interesses perpassam e potencializam conflitos no âmbito da RMNN.

Em reunião de avaliação do processo de construção da Marcha, feita pela RMNN, em maio de 2014, Valdecir Nascimento, coordenadora do Odara, argumenta que aceitou a colocação do seu nome para representante da AMNB na coordenação da Marcha, porque é importante assegurar a presença da RMNN neste espaço de formulação e deliberação. Nascimento diz que estar nesta Coordenação é importante:

[...] para garantir a representação da RMNN na Marcha. Nós avançamos nas estratégias e lançamento da Marcha na região, portanto, nada mais justo que ocupar lugar na coordenação da Marcha, mas essa representação é da Rede. A rede do Nordeste precisa estar dentro da coordenação da marcha por que nós já estamos nesse processo de construção desde 2013, criando a dinâmica e metodologia de divulgação e mobilização para a Marcha. Quem entrar agora estará pensando a partir disso (NASCIMENTO, 2014).¹¹⁸

Em 2014, por ocasião da avaliação de conjuntura feita pela Rede de Mulheres Negras da Bahia – RMNBA, durante a Caravana ao município de Feira de Santana, foi dado o informe de que, naquela altura dos acontecimentos, em reunião da AMNB realizada nos dias 06, 07 e 08 de dezembro de 2014, em Brasília, as companheiras do sul e sudeste cogitaram a possibilidade de mudança da data da I Marcha do dia 13 de maio para 18 de novembro de 2015, no auge do mês da consciência negra (VALE, 2015, p. 11).

Nessa ocasião, saímos da reunião sem nenhuma posição definida em relação a tal mudança, mas fizemos questão de deixar evidente que tínhamos interesse na discussão sobre a modificação desta data. Fizemos uma série de considerações sobre o prejuízo desta mudança. O fato é que mais adiante fomos surpreendidas com a mudança já postada na rede sem um diálogo deste desfecho. Esta atitude nos fez recuar internamente para avaliar o significado deste processo e sua repercussão na conjuntura local e regional. Porque a Rede não é somente Brasília, São Paulo e Rio. (NAIARA LEITE, 2015)¹¹⁹

¹¹⁸ Fala de Valdecir Nascimento, extraída do Relatório de Avaliação da atuação da Rede, no processo de construção da I Marcha, de 01 a 03 de maio de 2014.

¹¹⁹ Fala de Naiara Leite, extraída do Relatório da Caravana de Feira de Santana, realizada em 11 de abril de 2015, no município de Feira de Santana/BA.

Conforme aponta a fala de Naiara Leite, a comitiva da Bahia saiu desta reunião sem nenhuma posição definida em relação a tal mudança. Entretanto, fez questão de deixar evidente que as organizações da Bahia tinham interesse na manutenção dos diálogos dos pontos-chaves, estratégias e metodologias relativas a construção da Marcha, o que sugere, também, a modificação da data. Esta proposta de mudança de data apresentada por representações de Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro causou muito mau estar às lideranças que estavam construindo este processo desde a sua deflagração em 2011, principalmente para as representantes da Bahia, que recebem com preocupação esta medida, como uma forma de atropelar um processo já em curso e, mais ainda, como um forte fator de desmobilização. Por conta disso uma série de considerações foram feitas acerca do prejuízo desta mudança, principalmente, pelo fato de este processo de construção, com data previamente aprovada, já estar em curso, com materiais gráficos produzidos na rua, e tudo o mais.

Este assunto também veio à tona no I Congresso Internacional sobre o Pensamento das Mulheres Negras, entre 09 a 12 /12/2014, em Salvador, durante reunião realizada no contexto deste evento para discutir questões relativas ao processo organizativo da Marcha, quando algumas organizações do sudeste propuseram a mudança de data. Isso mais uma vez foi motivo de desgosto, resultando em um forte embate devido ao fato de a RMNN já ter se posicionado contra e colocado os prejuízos que essa mudança de data para 18 de novembro poderia trazer para o processo mobilizatório.

“Isto é loucura! Zumbi vai engolir Dandara”, diziam algumas participantes do evento com espanto, se referindo ao prejuízo de se fazer uma marcha em pleno mês da Consciência Negra, quando acontece a Marcha Zumbi dos Palmares desde 1995, no dia 20 de novembro, em Brasília. Esta mudança poderia apagar o protagonismo das mulheres negras, e isso sem um prejuízo grande demais que a RMNN queria evitar.

A saída para tal impasse foi cada estado realizar sua Marcha na data que desejasse, sendo inicialmente o dia 13 de maio a data acordada para a atividade local. Neste sentido, a Bahia realizou sua Marcha nesta data, do Bahia Café Hall até a governadoria (CAB) (Vide Imagem 13). Foi computando mais de 100 mulheres presentes nesse ato. Minas Gerais fazendo concentração no quarteirão fechado da Rua Rio de Janeiro, próximo à Praça Sete de Setembro até a Praça da Estação, na Região Central da capital, com apresentações e intervenções artísticas, levou mais de 200 mulheres a caminhada pela Marcha das Mulheres Negras (Vide Imagem 14). Assim, juntamente com alguns estados do Nordeste que também decidiram em

manter a data inicialmente deliberada, colocaram o pé na estrada deflagrando que em 2015 as negras brasileiras estavam em marcha contra o racismo, a violência, pelo bem viver.

Assim, o mês de maio neste ano foi convertido em mês de denúncia contra o racismo, com o tema “2015 motivos para marchar contra o racismo, a violência, o fim do genocídio da juventude negra e pelo Bem Viver das mulheres negras”. Com as ações foram intensificadas assumiram o papel de denunciar em todos os espaços institucionais, as iniquidades e as múltiplas violências provocadas pelo racismo e sexismo, conquistar visibilidade, reconhecimento social, político, além de reivindicar direitos e cidadania plena.

Neste sentido, o movimento contou com o fundamental apoio da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira UNILAB, a partir da professora e ativista política, Matilde Ribeiro que,

[...] acolheu a ida de alunas da instituição, com o apoio de mulheres negras organizadas em São Francisco do Conde, como a Associação Flor de Lótus e o Coletivo Juventude Viva, a I Marcha das Mulheres Negras da Bahia, realizada dia 13 de maio de 2015, em Salvador, organizado pela Rede de Mulheres Negras da Bahia. Na ocasião a marcha foi até o Centro Administrativo da Bahia - CAB, onde foi entregue um documento com as reivindicações das mulheres negras ao governador do Estado. (MAIA, 2016, p. 92)

O Movimento de Mulheres Negras da Bahia havia solicitado, sem êxito, uma audiência com o governador do estado, Rui Costa – PT/BA. A ideia era fazer uma exposição dos problemas que tem afetado a vida dessas mulheres e entregar-lhe uma carta sintetizando o teor do que seria abordado nesta conversa. Ocorre que, para surpresa da maioria dessas lideranças que apoiaram a candidatura petista para o governo do estado, o governador se recusou a receber o movimento, e a carta entregue ao Secretário de Relações Institucionais (SERIN): Josias Gomes. Momento de grande frustração para algumas que ainda nutriam a possibilidade de diálogo, como já havia funcionado no início da gestão petista no estado.¹²⁰

Na pauta apresentada pelo Movimento de mulheres Negras constava: O Fim do Genocídio da Juventude Negra; Poder e Participação Política nas instâncias executiva e legislativa; Autonomia Econômica; Trabalho e Renda; Educação Não Racista e Não Sexista; Saúde e Direitos Reprodutivos; Fim das revistas vexatórias em presídios e nas ruas da cidade e agressões sumárias às mulheres negras em casas de detenções; Reivindicação do direito ao livre culto das divindades de matriz africana, sem perseguição; Luta pela terra e pelos territórios tradicionais (dos terreiros de candomblé, quilombolas, ribeirinhos, assentados, marisqueiras e

¹²⁰ Até o término desta pesquisa, não houve nenhuma devolutiva do chefe do executivo ou seu secretariado sobre o conteúdo abordado nessa carta, o que só confirma o descaso do poder público, constantemente denunciado por esse coletivo.

pesadoras e outros); Fim da Violência Doméstica e do Femicídio; Garantia dos Direitos das Trabalhadoras Domésticas; Fim da concentração de poder estruturado pelo racismo, machismo, patriarcado, lesbohomofobia e qualquer desigualdade que atinja as mulheres negras.

Assim, é possível constatar o quanto esta pluralidade se constitui como um forte marcador de divergências que se refletem na condução das ações da Rede, mas, por outro lado, há também muito debate em torno destas para se estabelecer consensos, que permitem os encaminhamentos fortalecimento dos elos desta unidade. Como nesse espaço as relações se dão sempre horizontalmente, não seria prudente restringir teias de valores que perpassam relações tão complexas, onde o que está em jogo é a sobrevivência de um coletivo, face ao racismo e sexismo combinados.

O que sugere que não se trata de uma simples relação democrática *stricto sensu*, onde sempre é a maioria que determina os feitos ou de uma única perspectiva, como pressupõe a visão moderna ocidental. Trata-se muito mais de um consenso operativo contrário aos direitos individuais à maneira do iluminismo ocidental.

4. Rede de Movimentos Sociais: Rede de Mulheres Negras do Nordeste

A pesquisa é um estudo de caso único, aplicado à Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN), sendo identificadas algumas militantes e ativistas que participaram ativamente do processo de construção da I MMNB. Ao falar das ações coletivas que impulsionaram a Marcha e, por isso mesmo, compõem este estudo de caso, primeiro é preciso contextualizá-las.

Em vista disso, a ideia é, nos três capítulos que compõem a Parte III, a partir da interface dos conceitos de rede de movimentos sociais de ação política do movimento de Mulheres Negras na contemporaneidade, resgatar as práticas coletivas dos sujeitos desta pesquisa: as mulheres negras com as organizações, que compõem a Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN), sua história, estrutura, metodologia, dentre outras características, que possam revelar as especificidades desse Movimento Social. Aponto para as formas de atuação que caracterizaram esse processo, evidenciando, ainda, as transformações e o crescimento dessa mobilização ao longo dos anos nos estados envolvidos.

Uma das técnicas usadas para análise dos dados foi a Análise de Redes Sociais (ARS), cujo objetivo baseia-se no exame dos vínculos alimentados entre os sujeitos desse grupo observados durante a pesquisa. A ideia de redes apropriada neste estudo visa examinar as

configurações dos relacionamentos cultivados nesse contexto, buscando avançar em respostas sobre as influências desses formatos na efetivação das ações e incidências, sejam elas políticas, econômicas, sociais, de gestão, entre outros.

Assim, o que nos interessa são as interferências políticas desse movimento contemporâneo de redes – a RMNN, naquilo que corresponde a forma como esses sujeitos mudaram seu jeito de se organizar, construindo conexões entre eles, se agrupando em redes sociais mais amplas de relacionamentos para reclamarem por seus direitos, de forma a se manterem vivas e assegurar formas de existir na legalidade com qualidade de vida.

A configuração das redes de movimentos sociais está sempre em transformação. O que implica dizer que nesta condição dinâmica às redes, laços são constituídos e desfeitos, identidades grupais são afirmadas e negadas. Nesta, alguns argumentos fundados nas experiências das mulheres negras são instrumentalizados, representada aqui também pelos pontos de vista e práticas diversas desse coletivo pontualmente mencionados na tentativa de repensar as abordagens clássicas que se utilizam desse conceito, de rede, demonstrando outros ângulos pelos quais ele poderia ser referenciado, ressaltando assim, sua condição de fundamental.

Evidenciar as especificidades desse Movimento Social, apontando as transformações ocorridas ao longo desses anos de construção da Marcha. Abrir espaço para melhor compreendê-la e explicar a capacidade de agir desse movimento em sua abrangência, complexidade e heterogeneidade, estruturado e conectado por esta lógica em um mundo cada vez mais complexo, globalizado, interdependente e dinâmico.

Do ponto de vista do feminismo negro decolonial, analiso três projetos implementados pela Rede – a Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN) propriamente dita, a I MMNB e o Julho das Pretas, todos estes voltados à mobilização desse sujeito político para a I Marcha. Ações estas que pertencem a um campo dinâmico, por conseguinte, um exercício de compreensão de fatores que nem sempre se apresentaram tão facilmente, ou estiveram à disposição para a pesquisadora.

PARTE III – I MARCHA DE MULHERES NEGRAS A BRASÍLIA: O QUE A TEORIA FEMINISTA NEGRA TEM A VER COM ISSO?

Havia ameaça, mas não choveu.

O que era um tantinho de mulher negra virou um tantão e comoveu.

Lembrava um rio onde flutuavam milhares de flores coloridas.

As dezenas de faixas traziam mensagens; traduziam anseios de vidas doloridas.

As falas emocionadas alternavam com as melodias cheias de ginga e exalavam alegria.

Nem os fascista pró-ditadura empanaram ou reduziram nossa energia. No todo, um Estado um tanto indiferente, embora um governo reticente. Os meios de comunicação não comunicaram, omitiram, silenciaram – mídia de brancos para brancos e brancas -, mas com o silêncio, não nos calaram. Sim, mulheres negras se importam com outras e repudiam o extermínio de seus rebentos, fêmeas e machos, pela mão do Estado que é o primeiro a violar a Lei das Leis.

Nunca poderemos sair deste 'buraco' puxando-nos por nossos próprios cabelos. Algo tem de acontecer além de nossos apelos.

Capitalismo só é bom para capitalistas.

Sim, quem lá esteve sabe que o tudo que fizerem ainda será pouco, neste país encharcado de racismo e machismo; 'desnaturalizá-los' é apenas um item das listas. A maioria das que atenderam à convocação' pôde fazer uma catarse racial e aliviará o coração.

Pode ter sido só cócegas no poder, mas, é sabido que quando o piso se move, a estrutura da pirâmide trinca.

E... com mulheres negras não se brinca.

Rimas pobres na língua do colonizador; não dá para roçar minha língua na língua de minha afro-etnia desconhecida por força da dor.

Crianças, adolescentes, jovens, adultas, idosas; cadeirantes, lésbicas, não-alfabetizadas, doutoras, empregadas domésticas, professoras e todas que lá estiveram, fizeram desse 18 de novembro de 2015 um dos dias mais significativos para a luta de nossa gente negra, contra a opressão, subalternização secular. A AMNB–Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras e as demais organizações do Comitê Impulsor da Marcha de Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver podem reivindicar a autoria desse 'atentado' em favor da democracia racial. (Nilma Bentes, 2015) ¹²¹

Nesse texto, Nilma Bentes delinea os momentos que marcaram a presença das mulheres negras de diversas regiões do país naquele dia em Brasília, porque a fala desta autora resgata e registra as diversas imagens que ficaram cravadas na memória coletiva desse movimento. A percepção de quem participou de todo esse processo de construção desta que é considerada o maior ato político contra o racismo e o sexismo no Brasil, neste milênio.

Mas, não apenas, pois também traz à tona a subversão e a conseqüente afirmação identitária dessas protagonistas que não desistem de difundir ideias de que há, sim, racismo no Brasil. De que os problemas que atravessam o nosso cotidiano não são estritamente de classe, nem são "mimimi". Que, dentro dos parâmetros meritocráticos eurocêtricos, negros/as jamais conseguiram romper com as barreiras das desigualdades e exclusões historicamente impostas pelo colonizador para impedir o seu acesso aos espaços de poder e decisão política.

Faço uma reflexão integrada de três projetos que potencializaram, sobremaneira, a I Marcha, quando apresento essas experiências de forma conjunta. Nesta comparação, evidencio as semelhanças e diferenças em relação a forma de atuação dessas atrizes, dando ênfase as estratégias por elas aplicadas em cada local. Ao término, faremos um balanço geral das

¹²¹ Às ancestrais: Quinhentos anos em um dia, por Nilma Bentes. Data da postagem: 03/12/2015. <http://www.ceert.org.br/noticias/direitos-humanos/9218/as-ancestrais-quinheiros-anos-em-um-dia-por-nilma-bentes>. Acessado em 15/08/2016.

experiências detalhadas nesse processo para dar coesão as ideias expostas, mostrando seus avanços, implicações e limitações.

Desse modo, as ações selecionadas que identificaremos e analisaremos de forma detalhada nesse ponto, apresentando as organizações envolvidas nas ações que compõem o escopo da nossa pesquisa, sua estruturação, seu raio de atuação, projetos, metodologias, articulações e estratégias, bem com formas estéticas de apresentação e comunicação, todas alinham-se com a teoria feminista negra, em seu sentido decolonial. Este desenvolvimento nos possibilitará, mediante o referencial teórico detalhado na parte II, adotar o “feminismo negro decolonial” como lente teórica de avaliação das ações coletivas desempenhadas pela RMNN.

Assim, por exemplo, quando estou interessada em saber se a RMNN produziu saberes a partir de ferramentas metodológicas, há uma relação oculta com a ideia de ancestralidade comum africana. O importante é ter em evidência que o conhecimento produzido pelas mulheres da RMNN, não se apresenta, nem é tratado, na sua maioria, da mesma forma que os conteúdos produzidos em outros estados do território nacional, a exemplo do sul e sudeste, mas, de maneira consciente ou não, muitas vezes se assemelha.

Para tecer um panorama dos passos da construção e das ações políticas que tornaram possível a efetivação da I MMNB, a fim de compreender a sua importância históricoformativa para as mulheres negras e seu reflexo no cenário político brasileiro, no início do século XXI, organizei didaticamente uma narrativa com entrevistas, textos, imagens, tendo por base teórica, dentre outras, as considerações de Lélia Gonzalez sobre o conceito de identidade política e prática política feminista negra no Brasil; de Sueli Carneiro sobre os saberes e epistemicídio; e o registro foto-documental reunido a partir das pesquisas realizadas nas organizações que fazem parte da Rede, que guardam a memória desta caminhada na região e no Brasil. O gênero textual busca clareza histórica, realismo calcado em documentos oficiais, fotos e revisão analítica das críticas formuladas por aquelas que me antecederam.

A Parte III é composta por quatro seções, cada uma das quais traçando um particular relevo do percurso trilhado pela RMNN para efetivação da I Marcha, a saber: 1) A I MMNB vista amiúde na trama da RMNN; 2) Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste: 3) e o Julho das Pretas: estratégia de comunicação e incidência política; privilegiando desdobramentos da dinâmica instaurada pela ação coletiva dessas mulheres no cenário político

local e nacional, salientando o papel informal que essas organizações, enquanto lócus de resistência negra, cumprem como formadoras pedagógicas e de opinião no cenário político contemporâneo.

CAPÍTULO V – IMMNB VISTA AMIÚDE NA TRAMA DA RMNN

(...) A noite não adormece
 nos olhos das mulheres
 a lua fêmea, semelhante nossa,
 em vigília atenta vigia
 a nossa memória.
 A noite não adormece
 nos olhos das mulheres
 há mais olhos que sono
 onde lágrimas suspensas
 virgulam o lapso
 de nossas molhadas lembranças
 (...)

A noite não adormece nos olhos das mulheres – Conceição Evaristo¹²²

Por mais que se fale sobre esse dia – 18 de novembro de 2015 – em que cerca de 100 mil mulheres negras se rebelaram, transgredindo todas as previsões de aniquilamento da comunidade negra - com datas marcadas inclusive - de possibilidades de concretização dessa utopia de marchar, ainda não temos a real dimensão do significado desta Marcha para a vida das mulheres negras brasileiras. Sabemos, no entanto, que ainda há muito pra se contar sobre este dia, considerando a repercussão que este fato ainda produz no cenário de disputas políticas no Brasil.

É tudo muito complexo, podendo até dizer difícil e, em tempos tenebrosos, por demais arriscado. Pois, ainda que seja este um lugar especial de autonomia e aceitação de si mesma como pessoa – imprescindível no enfrentamento a um sistema opressivo que desqualifica e mata mulheres – é também um lugar muitíssimo doloroso. Todavia, se uma mulher que seja, é tocada por este desejo de liberdade e se lança um passo à frente em direção a esse movimento de autonomia ... nossa! Isso sim é gratificante, extasiante, libertador.

Por isso mesmo, devemos de imediato, abraçá-la. E com bastante força pra que ela se sinta acolhida, confiante, fortalecida. Pois, a caminhada das mulheres negras por autonomia, tem sido muito longa, e as baixas maiores ainda. Mas porque é importante enfatizar isso antes desde logo na partida?

Digo isso para que fique evidente que não é nada fácil trazer uma mulher negra para estar do lado de cá da militância no movimento social, quiça se deslocar até o centro do poder político do país para protestar, denunciar os graves problemas de negação de direitos humanos, violências das mais diversas que as colocam como sendo as principais vítimas do racismo institucional estruturante do Brasil.

¹²² Poema escrito por Conceição Evaristo em homenagem a Beatriz Nascimento.

“I Marcha de Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver: o que a teoria feminista negra tem a ver com isso?” é o título desta pesquisa. Mas, afinal, qual a importância de elaborar um trabalho com esse título? O que isto significa? Qual a sua justificativa? Parte da resposta a essas perguntas pode ser verificada nos relatos trazidos no memorial, item que trata da história de vida da autora dessa pesquisa, mas também, pode ser encontrada nas graves violações de direitos presenciadas cotidianamente nas ruas asfaltadas das cidades, nos morros, favelas, duramente denunciadas pelos movimentos sociais e órgãos observadores da nossa “democracia capenga” (TOMAZI, 2007, p. 124).

Defendo, desde já, a emergencia deste debate a partir do posicionamento da filósofa Sueli Carneiro ao afirmar que o movimento feminista hegemônico não se interessa pela questão racial estruturante das relações sociais no Brasil. Ignoram, sobretudo, que a "metade da população feminina do país que não é branca", tem a sua existência em constante ameaça, ficando a cargo das/os intelectuais negros/as a tarefa de problematizá-la (CARNEIRO, 2001, p. 3).

Utopia tão bem sintetizada nas palavras da socióloga afro-brasileira Luiza Bairros¹²³, em seu discurso de posse como ministra chefe da SEPPIR, de que a sociedade brasileira passasse a se ver na sua diversidade e

[...] passasse a perceber a ideia de democracia racial como elemento impeditivo da nossa realização enquanto sujeitos políticos detentores de uma história e de uma cultura, que singularizam a nossa participação na sociedade e que reclamam pela superação de desvantagens sociais, produzidas e reproduzidas ao longo dos séculos (BAIROS, 2011, p. 1).

Conforme seguem revelando, os últimos dados do Censo (2010) indicam que as mulheres negras são a maioria - 25,5% da população brasileira (48,6 milhões de pessoas). De acordo com o Mapa de Violência 2015, a partir de estudos feitos pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso): Homicídios de Mulheres no Brasil, de 2003 a 2013, a pedido da ONU Mulheres¹²⁴, as mulheres negras ainda são as maiores vítimas de crimes violentos neste país e que o assassinato de mulheres negras cresceu 54,2%, enquanto que, no mesmo período, o índice de assassinatos de mulheres brancas recuou 9,8%. A ação política deflagrada pelo movimento de movimento de mulheres negras brasileiras que, pelo seu potencial e relevância, vem dinamizando como ondas a luta do movimento negro na diáspora contemporânea.

¹²³ Disponível em <https://feminismo.org.br/luiza-bairros-um-discurso-para-ser-lebrado-posse/17924/>. Acessado em 11/07/2015).

¹²⁴ https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/06/politica/1446816654_549295.html. Acessado em 20/12/2015.

Detenho-me na explicitação acerca da situação de vulnerabilidade da mulher negra no cenário brasileiro, os aspectos conjunturais que dão conformação a essa situação, pois são elas que vêm informando sobre a veemência dessa realidade, que tem sua agravante nas inúmeras formas de opressão, violências e morte dessas mulheres, flagradas na fala de Angela Davis durante a sua passagem pela Bahia, em conferência no Julho das Pretas de 2017:

As mulheres negras estão entre os grupos mais ignorados, mais subjugados e também os mais atacados deste planeta. As mulheres negras estão entre os grupos mais sem liberdade do mundo. Mas, ao mesmo tempo, as mulheres negras têm uma trajetória histórica que atravessa fronteiras geográficas e nacionais de sempre manter a esperança da liberdade viva. As mulheres negras representam o que é não ter liberdade sendo, ao mesmo tempo, as mais consistentes na tradição, que não foi rompida, da luta pela liberdade, desde os tempos da colonização e escravidão até o presente (DAVIS, 2017, p. 8).¹²⁵

É nessa conjuntura que nós, mulheres negras, ao invés de arrastar-nos ao acomodamento, paralisar-nos por um sentimento de desamparo ou privar-nos dos meios de reagir, fomos compelidas a resistir à realidade amarga vivida pela grande maioria, à injustiça racial e à objetificação como o Outro. Articular-nos coletivamente enquanto grupo de afrodescendentes na diáspora, para denunciar, aguentar e, em muitos casos, transcender o confinamento das opressões que se interseccionam.

Quero crer que as condições históricas, materiais, sócio-político-econômico-culturais foram o estopim, a causa imediata motivadora da I Marcha. O que fez com que as mulheres negras decidissem deflagrar uma série de acontecimentos nacionalmente para que viesse à tona os atributos necessários que proporcionaram a Marcha.

É na ação coletiva que as mulheres negras encontram forças para se oporem à situação de pobreza na qual estão imersas e criam estratégias de resistência para constituição de novos parâmetros para um outro modelo de sociedade, “calcados na utopia de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os)”. Tem sido assim na vida cotidiana e foi assim na construção da Marcha.

A ideia de trazer a I MMNB para esta tese se resume em três coisas: (i) refletir sobre a Rede de Mulheres Negras que emergiu no Brasil neste início de década levando à capital brasileira mais de setenta mil mulheres que protestando contra o racismo, a violência e pelo bem-viver; (ii) pensar sobre as inúmeras maneiras em que se apresentam esse protagonismo, não somente a partir do uso da linguagem, mas sobretudo, por meio de expressões culturais não verbais de comunicação que se fazem fortemente presentes na vida social embora consideradas

¹²⁵ Discurso de Angela Davis, p. 08).

fora do modelo estabelecido para a produção textual acadêmica (ROSA, 2010, p. 03); (iii) e, entender a ação política das mulheres negras na contemporaneidade para além de um enfrentamento ao racismo. Sua relação direta a sua existência, sua representatividade, como um forte elemento condutor das mensagens impingidas pelas ancestrais em seus fazeres cotidianos.

Considerando algumas abordagens encontradas sobre discursos e estratégias desenvolvimentistas poderia arriscar que esse foi o dia em que esse movimento criticou as “estratégias” até então utilizadas pelos governos para superação da pobreza, pautados na agenda secreta do desenvolvimento. Denunciaram a ocidentalização do mundo e seus desgastados modelos econômicos de morte, de fome e de escravidão que incluem padrões da modernidade. Diz o autor que, “Por isso, não é o fracasso do desenvolvimento que se tem que temer, mas o seu êxito” (BEZAQUEM, 2012, p. 13 apud SACHS, 2001).

Em vista disso, nesse dia as mulheres negras ofertaram ao governo e sociedade brasileira outra lógica civilizatória, de matriz africana, para barrar a onda moderna ocidental de desenvolvimentos ancorados em desigualdades, violência, racismo, sexismo, patriarcado contraria a sua existência e o Bem Viver de todo/as. Portanto, mais que resgatar o dia em que as mulheres negras se rebelaram contra esse sistema opressivo, este capítulo volta-se para a relação existente entre as experiências das mulheres negras brasileiras e a presença, de fato, de ações e práticas políticas descolonizadas e descolonizadoras, de emergência emancipatória observadas no processo de construção da I MMNB.

Chegamos aqui ao ponto central de nossa reflexão: a ação política de mulheres negras. Iniciamos por tentar dimensionar o que vem a ser a ideia de ação enquanto uma prática. Dentro de uma visão funcionalista ou positivista, prática somente existe no momento em que se coloca algum ato, quando se faz algo visível. Mas também pode ser que o “não agir”, o “não colocar ações”, também seja “ação”, isto também é, “prática”. (ZANELLA V. et al, 2008, p. 4).

Diferente do que temos presenciado muitas vezes em algumas rodas de debate tradicional sobre políticas públicas – estas normalmente são atreladas à prática do Estado – se contrapondo a argumentos de que a inércia do Estado também seria uma política pública, na medida em que o não fazer, a omissão, a neutralidade não é somente uma ação deliberada, mas, uma política pública, uma prática.

Defendo aqui, no entanto, a “ação política” como sendo algo que está para além do entender tradicional, como sendo muito mais do que uma prática. Entendo a ação política no sentido proposto por Judith Butler (2009b), de resistência/agência, na medida em que cria possibilidades de enfrentamento no interior das relações de poder que limitam a subjetividade,

sobretudo na compreensão dos processos de resistência e de agência que emergem das “margens sociais” e reverberam em termos de ações afirmativas ou de direitos, em uma consciência reflexiva. Ao assumir este sentido, o agir “passivamente” não poderia ser considerado uma prática política.

A omissão, apesar de, em alguns casos, acontecer muita coisa exatamente por conta dessa permissividade, o ato de omissão implica que determinado sistema opressivo, de sociedade, de Estado, siga se perpetuando fundamentado em determinadas relações, no caso em tela, em relações de dominação e exploração racista, patriarcal, liberal e suas consequências.

Neste sentido, a noção butleriana de agência para a teoria social, sobretudo na compreensão dos processos de resistência e de agência que emergem das “margens sociais” a concepção de ação política, pode ser entendida como um processo de luta e de enfrentamento a uma ordem social patriarcal, androcêntrica, liberal. No caso, é o desejo que gera a possibilidade da resistência, de forma que ele abre portas para uma ação política, política radical e transformadora. Esses entendimentos apontam para a possibilidade da emergência de outros modelos sociais de ação política, ressignificando espaços, lugares e práticas culturais. Trata-se da capacidade de agência dos sujeitos, individual ou coletivamente, como elemento central da ação humana (LONG, 2007).

Assumo, portanto, que somente há uma “prática” quando ajo e interfiro positivamente na sociedade.

[...] a noção de agência atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e desenhar maneiras de lidar com a vida, mesmo sob as formas mais extremas de coerção. Dentro dos limites de informação, incerteza e outras restrições (por exemplo, físicas, normativas ou político-econômicas), os atores sociais possuem “capacidade de saber” e “capacidade de atuar”. Buscam resolver problemas, aprendem como intervir no fluxo de eventos sociais ao seu redor e, em certa medida, são conscientes de suas próprias ações, observando como os outros reagem às suas condutas e tomando nota das várias circunstâncias contingentes (LONG, 2007, p. 48).

Mas o nosso foco principal decorre da ação política no sentido de agência que, para nós, é bastante proveitoso para o tipo de abordagem que queremos desenvolver nesta tese e tem mais a ver com a I MMNB. Encontra respaldo em diversos momentos da disputa pelo poder por outro modelo civilizatório. Formas de participação, improvisos, mediações - enquanto dado empírico - que, conforme salienta a filósofa afro-brasileira Sueli Carneiro, “emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre” (CARNEIRO, 2003, p. 118), mas que configuram certos traços característicos de resistência com vistas à sobrevivência e à existência dos povos descendentes de africanos, dentro e fora desse continente.

É o que observamos também na fala de Marlise Reis (2012), por exemplo, em sua tese de doutoramento “Diáspora como movimento social: políticas de combate do racismo numa perspectiva transnacional”, na qual, inspirada pela noção de diáspora africana, denominada por Paul Gilroy (2001) de *Black Atlantic*, defende que as ações políticas desencadeadas por este sujeito diz muito sobre “o empoderamento e protagonismo dessas mulheres como um movimento diaspórico, constituído como movimento social e dotado de uma estética de ação que se configura cada vez mais na forma de redes, transnacionalmente” (REIS, 2010, p. 1). Estratégias estas que encontram respaldo em diversos momentos históricos, se constituindo, portanto, em um tema-problema para as teorias sociais contemporâneas.

Estas ações, que têm como fator de mobilização o reconhecimento das diferenças e de suas inúmeras identidades políticas, extrapolam as fronteiras étnicas do Estado-Nação, revelando a sua força motriz para mobilização de protestos, diálogos e negociações frente às estruturas de dominação colonial.

Os fenômenos sociais cotidianos que atingem em cheio suas vidas e são impeditivos ao bem viver, pleno acesso a bens e serviços de qualidade, representação política e direito de realização enquanto mulheres, negras, cidadãs brasileiras são articulados e explorados de tal modo em suas experiências e práticas que o que sobressai como evidente propósito é “um ideal de vida onde o que prevalece é o viver bem juntos”, para a “melhora das condições sociais de todos”, buscadas de diferentes formas, segundo os contextos (LATOUCHE, 2004, p.195). “Somos muitas, por isso podemos mais” (VALE, 2016, p. 5).

A I Marcha de Mulheres Negras à Brasília exterioriza esse novo discurso articulado por Lélia ao apontar o inter cruzamento do gênero, raça e classe como responsável pela perpetuação de desigualdades sociais e econômicas. Problematisa, inclusive, no nível da linguagem, um tipo de classificação hierárquica imposta pela ideologia dominante, mantida, mesmo pelas teorias feministas.

O protagonismo destas mulheres vem de longe, desde África, se estabelecendo no Brasil sob diversos formatos. Admitido que nada fica de fora, toda sua atuação assume uma conotação política mais ampla, compreendendo essa participação desde os acontecimentos que se situam antes da sua chegada ao Brasil até essas experiências vistas na atualidade, que têm moldado as perspectivas das mulheres negras.

A homenagem às ancestrais que lutaram para a superação das desigualdades e vulnerabilidade que ainda submetem a mulher negra revela a concepção que elas têm das

africanidades que carregam. É por elas que se marcha, diz a música feita exclusivamente para a Marcha (Vide a letra na íntegra. Anexo F - Música 1):

Eu sou Tereza de Benguela, Eu Sou.
 Carolina de Jesus, Eu Sou.
 Minha resistência aqui não para
 Eu sou filha de Dandara
 Sou Chiquinha Gonzaga, Eu Sou.
 Sou Luiza Mahin, Eu Sou.
 Estou disposta a dar um basta
 Eu sou filha de Anastácia
 Marcha Contra o Racismo, Eu Vou.
 Marcha Contra Violência,
 Marcha pelo Bem Viver (2x) Refrão (2x)".¹²⁶

Somos um país multi-étnico, com uma grande fonte proveniente da diversidade de manifestações culturais vindos de África, na qual todos vão se abeberar desses saberes. Justamente em função disso, essas ancestrais foram homenageadas durante a I Marcha de mulheres negras, revelando o quanto se reconhece os avanços por elas produzidos e o grande trabalho que ainda temos pela frente no sentido de não mais vermos essa sabedoria milenar marginalizada.

1. Linha estratégica adotada pela RMNN

Tudo começou sem grana, como sempre acontece no movimento de mulheres negras. Importante que isso seja dito para que se tenha em mente a real dimensão do potencial criativo do movimento de mulheres negras brasileiras enquanto responsável por criar uma e Rede de Mulheres Negras e manter uma presença mais sistemática deste coletivo nas inúmeras atividades promovidas por suas organizações no contexto do pré-marcha em todo o país em prol desta ida à Brasília e por fazer repercutir na vida dessas mulheres toda essa experiência e capital político acumulado ao longo desse processo de construção.

Recorrendo as narrativas de duas ativistas históricas do movimento de mulheres negras - a filósofa feminista negra, Maria Piedade Marque Souza (RMNPE) e a jornalista feminista negra, Ivana Braga¹²⁷ (RMNMA) podemos ter uma dimensão do que estruturou as escolhas feitas ao longo do processo da I Marcha de Mulheres Negras e do olhar que cada uma delas

¹²⁶ Tags: Comulher · Marcha das Mulheres Negras 2015 · Mulher Negra. <http://www.geledes.org.br/roda-de-conversa-para-a-marcha-de-mulheres-negras/> Acessado em 15/04/2015.

¹²⁷ Coordenadora Executiva do Odara Instituto da Mulher Negras/BA. Fala proferida na mesa do Forum de Feminismos Negros da Awid, na Bahia, 05 e 06 de setembro de 2016.

guarda desse protagonismo que ajudou a mobilizar nacionalmente este coletivo para enfrentar o racismo e as desigualdades ocasionadas por este.

Quadro ilustrativo para análises das entrevistas:

Pernambuco numa construção coletiva de irmandade e parceria com outras mulheres

1º passo

Trecho da transcrição da “Ação Coletiva”

Estive na construção da Marcha desde 2013 quando na conferência Racial foi feito o lançamento oficial. A Marcha é um processo que nunca acabou e nunca vai acabar enquanto nós mulheres negras estivermos em condições de violência, racismo, sexismo. A Marcha pode ser considerada a partir de três vertentes: a política, a pedagógica e organizacional. Então são essas construções que pontuamos como resultado hoje. **perspectiva política** nós conseguimos colocar a voz das sujeitas políticas desse processo. Somos as sujeitas políticas deste processo. E disso nós não abrimos mão. Esse processo é nosso, portanto, seguimos com ele. Durante o processo de construção percebemos também que se trata sim de uma construção coletiva, de irmandade que vai continuar fazendo parcerias com outras mulheres feministas, não negras inclusive, mas o processo é nosso, continuaremos indo em frente com ele. E é também um processo político que considera a questão geracional durante este processo percebemos a presença de mulheres de todas as idades precisando, não se reconstruir, mas fortalecer, trazer a memória daquelas coisas que a gente aprendeu lá atrás pra dar sentido a este coletivo. Por isso entendemos que ela é política também porque cada geração traz coisas que muitas vezes, inclusive, são contraditórias entre si e que, **na construção de irmandade africana**, sempre dizemos o seguinte: que cada um traz e a gente reconhece. Esse reconhecimento da outra é algo imprescindível, portanto, não há como a gente se liberar – fato a gente não quer. Compactuamos a ideia de que tudo que vem é importante, inclusive porque a construção do nosso amor significa que as vezes a gente vai ter que se pegar. Obviamente que a gente não se machuca, mas vamos fraternalmente construindo esse fazer. (Piedade Marques – RMNN – Pernambuco)

3º passo	2º passo		4º passo – Análise do conhecimento				
"Trajetórias"	Evocação indexada (Quem fez o que, quando, onde)	Evocação não-indexada (Valores, juízo, sabedoria de vida)		Palavras-chave (D) e (A)	Síntese Analítica (D)	Síntese Analítica (A)	Eixo Temático (D) e (A)
		Descritiva (D)	Argumentativa (A)				
A Marcha é um processo que nunca acabou e nunca vai acabar enquanto nós mulheres negras estivermos em condições de violência, racismo, sexismo.	Durante esse processo de construção percebemos também que se trata sim de uma construção coletiva, de irmandade e que vamos continuar fazendo parcerias com outras mulheres feministas, não negras inclusive.	A Marcha é um processo que nunca vai acabar enquanto nós estivermos excluídas.	[...] sempre dizemos o seguinte que cada um traz e a gente vai reconhecendo. Esse reconhecimento da outra é algo imprescindível, portanto, não há como a gente se liberar – e de fato a gente não quer.	(D) A Marcha é um processo de construção coletiva, de irmandade, de parcerias contrário as condições de violência, racismo, sexismo. (A) Esse reconhecimento da outra é algo imprescindível, portanto, não há como a gente se liberar – e de fato a gente não quer.	Construir coletivamente a Marcha de mulheres negras é um exercício de cultivo da irmandade e parcerias com outras mulheres.	Esse reconhecimento da outra é algo imprescindível na construção coletiva de irmandade. É algo imprescindível, portanto, não há como a gente se liberar – e de fato a gente não quer.	(D) Unidade, irmandade, solidariedade racial entre homens e mulheres negras. (CARNEIRO, 2003 – Mulheres em Movimento. (A) O reconhecimento da outra é algo imprescindível na construção da irmandade coletiva. DAVIS 2011) - As mulheres negras na construção de uma nova utopia.

Este quadro é uma construção iniciada a partir da apresentação proposta por Schütze (1977, 1983) no Ateliê "Histórias de Vida e Formação", semestre 2007.1, para análise de narrativas e posteriormente configurado pela autora desta tese nesse formato.

Quadro ilustrativo para análises das entrevistas: O Maranhão tem uma cultura de trabalhar junto

1º passo
Trecho da transcrição do "Processo político"
Primeiro o que me impressionou foi essa coisa de ter uma Rede de mulheres. Quando Josenira chegou pra nós isso tinha sido discutido e aceito como um desafio pra todas as negras. Então acho que teve muito companheirismo de aquela responsabilidade era coletiva de cuidar daquilo que ia acontecer. Nesse cuidado, acho que a gente tem protagonismo que precisamos reconhecer nessas lideranças. O movimento de mulheres do Maranhão tem uma cultura de trabalhar articulado. Já existia até uma articulação de mulheres negras no Maranhão, mas eu acho que a Marcha juntou, ela uniu os pontos, entendeu? A construção da Marcha ligou a gente ainda mais, porque tinha algo que a gente tinha que fazer e tinha um processo pra ser construído. Porque não era só pegar uma, duas representantes de várias organizações e fazer algumas atividades como comumente a gente tem feito. Exigia muito mais. Exigia da gente primeiro colocar na cabeça e no coração dessas mulheres que estão na frente de suas organizações, que a gente precisava chamar outras mulheres negras, inclusive, mulheres negras que não estavam lutando. E esse processo acho que foi muito diluído. E aí tem essa questão do protagonismo que te digo Josenira teve um grande papel nisso porque comprou a marcha, assim no coração dela e vamos fazer e levou a gente. [...] ela escreveu projetos... acho que foi o Fundo Baoba, a CESE. Ela, Concita também contribuíram muito nessa sustentabilidade pra fazer esse processo.

criou uma Campanha Contra a Violência o Racismo e pelo Bem Viver que era o mote também da Marcha. Então invés de trabalhar a Marcha nós trabalhamos com uma Campanha preparatória da Marcha. Isso foi também a gente com essas atividades que culminaria na marcha. Isso teve um grande impacto. Pra mim foi marcante essa questão ter a campanha de ter alguém apaixonada em querer fazer essa marcha. Ela voltou muito empolgada, em religa organizações do Maranhão, envolver atores e atrizes novas nesse processo, então eu percebo que foi m intersetorial, porque a gente lá envolveu o pessoal da Secretaria das Mulheres, que inclusive foi muita pressão, foi Queremos os ônibus. A gente vai pra essa marcha. O Maranhão foi com oito ônibus. A gente quer ir, vocês vão ter pagar os ônibus. Ao mesmo tempo, eles não deram todos os ônibus que a gente achava que a gente precisava. Então a gente começou a se juntar, fazer camisas pra vender, a fazer jantar, então teve muita coisa que a gente também t bolso pra fazer aquilo acontecer. Então esse movimento também de solidariedade foi importante. Aí a gente começou ver muita coisa que somente os ônibus não era suficiente. Como é que essas mulheres vão se alimentar? Então a g também tinha a perspectiva de que algumas mulheres elas tinham que ter uma ajuda de custo pra se manter no perc até chegar em Brasília. Porque do Maranhão pra Brasília é muito longe. Então a gente também tinha isso. Então a gente for ver também do ponto de vista de mobilização, formação e sustentabilidade pra ir pra Marcha, qualquer pe diria assim, vocês não vão conseguir. Eu acho que esse tanto de desafio na verdade fez a gente ficar muito mais uni de modo que a fala era a gente vai conseguir, o Maranhão vai chegar lá e chegamos... (Ivana Braga - RMNMA).

3º passo	2º passo		4º passo – Análise do conhecimento				
"Trajetórias"	Evocação indexada (Quem fez o que, quando, onde)	Evocação não-indexada (Valores, juízo, sabedoria de vida)	Palavras-chave (D) e (A)	Síntese Analítica (D)	Síntese Analítica (A)	Eixo Temático (D) e (A)	
		Descritiva (D)	Argumentativa (A)				
O movimento de mulheres do Maranhão tem uma cultura de trabalhar articulado, [...] mas eu acho que a Marcha juntou, ela uniu os pontos, [...] ligou a gente ainda mais [...] Exigia da gente, primeiro colocar na cabeça e no coração dessas mulheres que estão na frente de suas organizações, que a gente precisava chamar outras mulheres negras, inclusive, mulheres negras que não estavam luta. E esse processo acho que foi muito diluído. [...] percebo que foi muito intersetorial.	A gente tem um protagonismo que precisamos reconhecer nessas lideranças. O movimento de mulheres do Maranhão tem uma cultura de trabalhar articulado, [...] mas eu acho que a Marcha juntou, ela uniu os pontos. A construção da Marcha ligou a gente ainda mais, porque tinha algo que a gente tinha que fazer e tinha um processo pra ser construído [...] Esse processo acho que foi muito diluído.	O movimento de mulheres tem uma cultura de trabalhar articulado. Precisamos reconhecer o protagonismo que emana nessas lideranças.	A Marcha juntou, uniu os pontos, ligou a gente ainda mais, em torno de um processo que havia de ser construído. Do ponto de vista da mobilização, formação e sustentabilidade, o processo foi muito diluído.	(D) Cultura de trabalhar junto e articulado. (A) A Marcha primeiro precisou entrar no cabeça e no coração dessas mulheres.	Precisamos reconhecer o protagonismo que emana dessas lideranças, essa articulação de mulheres negras pautado em uma cultura de trabalhar junto.	Mesmo que o processo tenha sido muito diluído, muito intersetorial, percebo que a Marcha juntou, ligou e uniu ainda mais os pontos.	(D) Jurema Werneck (2009); Cristiano Rodrigues (2010) (A) Silvana Bispo (2011); Rosália Lemos, 1997; 2016)

Este quadro é uma construção iniciada a partir da apresentação proposta por Schütze (1977, 1983) no Ateliê “Histórias de Vida e Formação”, semestre 2007.1, para análise de narrativas e posteriormente configurado pela autora desta tese nesse formato.

**Quadro ilustrativo para análises das entrevistas:
Para o Maranhão a Marcha juntou, uniu, ligou ainda mais a gente**

1º passo							
Trecho da transcrição da “Ação Coletiva”							
<p>Primeiro o que me impressionou foi essa coisa de ter uma Rede de mulheres. Quando Josenira chegou pra nós isso já tido discutido e aceito como um desafio pra todas as negras. Então acho que teve muito companheirismo de que a responsabilidade era coletiva de cuidar daquilo que ia acontecer. Nesse cuidado, acho que a gente tem um protagonismo precisamos reconhecer nessas lideranças. O movimento de mulheres do Maranhão tem uma cultura de trabalhar articulada. Já existia até uma articulação de mulheres negras no Maranhão, mas eu acho que a Marcha juntou, ela uniu os pontos. Entendeu? A construção da Marcha ligou a gente ainda mais, porque tinha algo que a gente tinha que fazer e tinha um processo pra ser construído. Porque não era só pegar uma, duas representantes de varias organizações e fazer algumas atividades como comumente a gente tem feito. Exigia muito mais. Exigia da gente, primeiro colocar na cabeça e no coração dessas mulheres que estão na frente de suas organizações, que a gente precisava chamar outras mulheres negras, inclusive mulheres negras que não estavam na luta. E esse processo acho que foi muito diluído. E aí tem essa questão do protagonismo que te digo Josenira teve um grande papel nisso porque ela comprou a marcha, assim no coração dela e vamos fazer e levar a gente. Então ela escreveu projetos porque... acho que foi o Fundo Baoba, a CESE, ela, Concita também contribuíram nessa sustentabilidade pra fazer esse processo. Então ela criou uma Campanha Contra a Violência o Racismo e pelo Direito de Viver que era o mote também da Marcha. Então ao invés de trabalhar a Marcha nós trabalhamos com uma Campanha preparatória da Marcha. Então isso foi também a gente tá com essas atividades que culminaria na marcha. Isso teve grande impacto. Pra mim foi marcante essa questão de ter a campanha de ter alguém apaixonada em querer fazer a marcha. Ela voltou muito empolgada, em religar as organizações do Maranhão, envolver atores e atrizes novas no processo, então eu percebo que foi muito intersetorial, porque a gente lá envolveu o pessoal da Secretaria das Mulheres, inclusive foi muita pressão, foi... – Queremos os ônibus. A gente vai pra essa marcha. O Maranhão foi com oito ônibus e a gente quer ir, vocês vão ter que pagar os ônibus. Ao mesmo tempo, eles não deram todos os ônibus que a gente achava que a gente precisava. Então a gente começou a se juntar, fazer camisetas pra vender, a fazer jantar, então teve muita coisa que a gente também tirou bolso pra fazer aquilo acontecer. Então esse movimento também de solidariedade foi importante. A gente começou a ver muita coisa que somente os ônibus não era suficiente. Como é que essas mulheres vão se alimentar. Então a gente também tinha a perspectiva de que algumas mulheres elas tinham que ter uma ajuda de custo pra se manter no percurso até chegar em Brasília. Porque do Maranhão pra Brasília é muito longe. Então a gente também tinha isso. Então a gente foi ver também do ponto de vista de mobilização, formação e sustentabilidade pra ir pra Marcha, qualquer perspectiva que a gente não vai conseguir. Eu acho que esse tanto de desafio na verdade fez a gente ficar muito mais unida. No modo que a fala era a gente vai conseguir, o Maranhão vai chegar lá e chegamos... (Ivana Braga).</p>							
3º passo	2º passo		4º passo – Análise do conhecimento				
“Trajetórias”	Evocação indexada (Quem fez o que, quando, onde)	Evocação não-indexada (Valores, juízo, sabedoria de vida)		Palavras-chave (D) e (A)	Síntese Analítica (D)	Síntese Analítica (A)	Eixo Temático (D) e (A)
	Descritiva (D)	Argumentativa (A)					

O movimento de mulheres do Maranhão tem uma cultura de trabalho articulado. Já existia até uma articulação de mulheres negras no Maranhão, mas eu acho que a Marcha juntou, ela uniu os pontos, entendeu? A construção da Marcha ligou a gente e tinha um processo pra ser construído [...] Se a gente for ver também do ponto de vista de mobilização, formação e sustentabilidade	O movimento de mulheres do Maranhão tem uma cultura de trabalho articulado. Já existia até uma articulação de mulheres negras no Maranhão. A construção da Marcha ligou a gente ainda mais, porque tinha algo que a gente tinha que fazer	...eu acho que a Marcha juntou, ela uniu os pontos, entendeu? A construção da Marcha ligou a gente	O movimento de mulheres do Maranhão tem uma cultura de trabalho articulado. A gente tem um protagonismo que precisa ser reconhecido. Do ponto de vista de mobilização, formação e sustentabilidade, acho que foi muito diluído.	(D) Cultura de trabalho articulado. (A) A Marcha juntou, ligou a gente ainda mais	Temos um protagonismo, pautado em uma cultura de trabalho articulado, que precisa ser reconhecido	A Marcha juntou, ela uniu os pontos, ainda que tenha sido muito diluído	(D) Unidade, irmandade, solidariedade racial, trabalho articulado, entre homens e mulheres negras. (CARNEIRO, 2003 – Mulheres em Movimento; DAVIS 2011) - As mulheres negras na construção de uma nova utopia. (A) O reconhecimento da
---	---	--	--	---	---	--	--

Este quadro é uma construção iniciada a partir da apresentação proposta por Schütze (1977, 1983) no Ateliê “Histórias de Vida e Formação”, semestre 2007.1, para análise de narrativas e posteriormente configurado pela autora desta tese nesse formato.

Desde o momento em que as mulheres negras decidiram marchar até “O Dia D”¹²⁸, mais de cem mil mulheres de todas as regiões do país foram sensibilizadas e atenderam ao chamado feito por esta rede de solidariedade, se predispondo a alertar a sociedade e o Estado brasileiro para os riscos aos quais estão submetidas as mulheres negras e avisar que estão na luta contra o racismo, o sexismo e as violências em busca do bem viver em prol da maioria da população deste país.

Foram cerca de quatro anos de trabalho duro com Comitê Impulsor em, praticamente, todos os Estados e Distrito Federal, desenvolvendo ações: reuniões, torneios esportivos, rodas de samba/de conversas, bingos, cartas, e-mails etc. A mobilização ficou mais adensada em 2015, quando dezenas de lideranças negras, usando suas sabedorias e canalizando as da ancestralidade, entraram de cabeça na mobilização, o que acabou por contagiar milhares de outras mulheres negras de todas as idades, profissões/ocupações, afiliações partidárias, seguidoras de diferentes religiões e em

¹²⁸Até então as mulheres Negras haviam realizado três atos políticos em nível nacional. O I e II Encontros Nacionais de Mulheres Negras, sendo o primeiro na cidade de Valença/RJ (1988) e o segundo na cidade de Salvador/BA (1991).

situações diversas. O esforço resultou em uma belíssima Marcha. Foi como se um pequeno olho d'água se transformasse em um belo, caudaloso e vigoroso rio. Mostrou, inclusive, que mulheres negras podem, sim, contar com a solidariedade de outras negras e emergirem como um sujeito político a ser respeitado. Milhares de nós foram *possuídas* por emoções nunca antes experimentadas. Com certeza, desde o início, nossas ancestrais estiveram ao nosso lado. Continuamos em Marcha. (LINO, 2016, p. 9)¹²⁹

Inicialmente, havia a pretensão de fazer uma Marcha com 100 mil mulheres. Contudo, o número final pontuado, em avaliação feita por algumas organizações que participaram do Comitê Impulsor, foi de que chegamos a algo entre 80 e 100 mil pessoas ao longo do percurso (Vide Figura 9). Assim, assumindo inúmeras performances, as mulheres negras trajando roupas coloridas, turbantes dos mais variados modelos e estampas, com muita música, dança, cartazes e discursos, ocuparam as ruas de Brasília, anunciando que marchariam até que todas as mulheres fossem livres.

O fato é que não há um número preciso contabilizado de quantas marcharam naquela quarta-feira de primavera, mas, conforme evidenciaremos mais adiante, a Rede de Mulheres Negras estima que mais de cem mil mulheres¹³⁰ foram sensibilizadas pela Marcha e que cerca de sessenta mil se deslocaram de seus territórios - a pé, de ônibus, barco, avião - até Brasília para praticar este ato de insurgência ao percorrerem o Eixo Monumental e ocuparem a Esplanada dos Ministérios¹³¹.

Na coletiva de imprensa convocada pela Rede de Mulheres Negras da Bahia e do Odara (Instituto da Mulher Negra), às vésperas da Marcha, no dia 13 de novembro de 2015, no Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), para comunicar a sociedade civil que nós, as Mulheres Negras, estaríamos em Marcha até Brasília para dar nosso recado, Valdecir Nascimento, sempre pautada pela ideia de advocacy, resume o espírito que conduzia o nosso pensamento e desafio maior era conseguir atravessar os obstáculos e,

colocar em Brasília o maior número possível de mulheres negras, pois, se formos para a rua com um número significativo, teremos condições de estabelecer diálogos e a marcha é uma das formas que temos, para fazer pressão política. (VALDECIR

¹²⁹ E-book Marcha das Mulheres Negras, Introdução, AMNB, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/E-book-Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf>. Acessado em: 21/03/2018.

¹³⁰Esses números variam de 4 a 100 mil mulheres, a depender da agência divulgadora da notícia. Optei por considerar o dado de 60 mil mulheres negras presentes na marcha.

¹³¹A concentração para saída da Marcha será a partir das 9h, no dia 18/11, nas imediações do Ginásio Nilson Nelson, ao lado do Estádio Nacional Mané Garrincha. O percurso da Marcha será do Ginásio até o Congresso Nacional, cerca de 5 km de caminhada.

NASCIMENTO, integrante da Rede de Mulheres Negras e do Odara (Instituto da Mulher Negra)¹³²

A I MMNB contou com a presença de companheiras de destaque no cenário nacional e internacional, a exemplo da ex-vice-presidente da África do Sul e atual diretora executiva da ONU Mulheres, Phumzile Mlambo-Ngcuka (Vide Imagem 15), reconhecida internacionalmente por ter atuado na luta contra o *apartheid* e pelo fim do racismo na África do Sul. As palavras inspiradoras Phumzile Mlambo-Ngcuka ainda ecoam como um chamado à ação. Ela reconhece o poder fundamental e potencial criativo das mulheres negras, destacando sua contribuição vital na luta contra a discriminação e o racismo na diáspora. Lembra que na África do Sul, as mulheres negras lideraram a luta contra o *apartheid* e aqui no Brasil elas continuam na vanguarda, reforçando a importância de unir forças para alcançar a justiça, a igualdade racial e de gênero.

[...] No meu país, na África do Sul, as mulheres são fortes e poderosas. E vejo que aqui no Brasil são as mulheres negras são poderosas e fortes. Na África do Sul, as mulheres estavam à frente na luta contra o *apartheid*. E aqui no Brasil, as mulheres negras estão à frente da luta contra o racismo.¹³³

Também marcaram presença a deputada federal (PT-RJ) Benedita da Silva; a deputada federal baiana Moema Gramacho; a cantora e compositora deputada estadual – PC do B/SP Leci Brandão e mais uma gama de militantes históricas, de diversos movimentos, marcaram presença na I Marcha contra a violência, o racismo, pelo bem viver (Vide Imagem 16).

É o caso também da deputada Janete Capiberibe (PSB-AP) (Imagem 17) que, acompanhada por uma delegação de 60 mulheres do Amapá se juntou a este evento político histórico para denunciar a Proposta de Emenda Constitucional (PEC 215/2000), alertando para os riscos desta proposta para os direitos das mulheres negras, que visam impedir o reconhecimento das terras de quilombo; a discriminação das mulheres negras no Sistema Único de Saúde (SUS) e em prol da inclusão das parteiras tradicionais na saúde pública, como forma de humanizar o atendimento às mulheres negras. Destaca ela em sua fala,

A mulher negra sofre na saúde, nos atendimentos do SUS. Os médicos não olham essas mulheres, principalmente os ginecologistas e obstetras. E a marcha também apoia o projeto das parteiras tradicionais, para regulamentar a sua atividade e definir

¹³² Entrevista dada a Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, apoiadora institucional da marcha, em 13/11/2015. Acessado em 24/08/2017. Disponível em <https://www.bahiana.edu.br/galeria/detalhes/18034/1-marcha-das-mulheres-negras/>.

¹³³ Disponível em <http://www.onumulheres.org.br/noticias/diretora-executiva-da-onu-mulheres-marcha-com-as-mulheres-negras-brasileiras-contr-o-racismo-a-violencia-e-pelo-bem-viver/>. Acessado em 14/12/2015.

um salário para essas mulheres que estão nas comunidades longínquas, onde nenhum profissional da saúde chega.¹³⁴

Assim, seguiam animadas por mulheres negras históricas que, de cima do trio elétrico, impulsionaram o cortejo com falas poderosas ao longo de todo percurso da Marcha, a exemplo, da então ministra Nilma Lino Gomes, da SEPPIR; a ex-ministra da SEPPIR Luíza Bairros; a escritora Conceição Evaristo; a socióloga política Vilma Reis; a intelectual Nilma Bentes, dentre outras (Imagem 18) que, com bastante entusiasmo, diziam:

Daqui de cima não há como não ver a maravilha que está esse movimento e a presença de todas vocês. Nós sabemos da luta que foi para cada uma conseguir estar aqui nesse momento. A luta nos estados, a luta nos municípios e mais, a luta cotidiana de cada dia. Hoje as mulheres negras mostram pra o Brasil pra o mundo a nossa força, a nossa garra, a nossa persistência, e também, que nós temos lugar nessa sociedade e que o lugar da mulher negra é todo lugar é o lugar que ela quiser estar (NILMA GOMES, 2015).¹³⁵

E das destemidas representantes do movimento de mulheres negras brasileiras, a deputada federal (PT-RJ) Benedita da Silva e da ex-ministra da SEPPIR/PR durante a maior parte do governo de Dilma Rousseff, Luíza Bairros. Enquanto as mulheres atravessaram a esplanada dos ministérios, num discurso acalorado, dizia Benedita lá do alto:

Nós somos as pretas que parimos [e por isso] queremos um Brasil cada vez mais forte. Mas queremos, sobretudo, defender o estado democrático de direito. Ninguém vai impedir a nossa marcha, porque ela não começou em Brasília. Ela começa quando nós nascemos, seja no barraco, seja no meio da rua, seja na senzala e trouxemos essa garra para aqui pra dizer com muita emoção: Brasília, estamos aqui! [...] Estamos marchando para dizer não a esses projetos retrógrados que tiram das mulheres os seus direitos já conquistados. Não queremos retrocessos [...] Nem um direito a menos! (BENEDITA DA SILVA, 2015).¹³⁶

A referida assertiva não apenas no ato de marchar, mas também nas estratégias metodológicas de atuação incorporadas ao longo dessa caminhada é ponto de destaque e reflexão na fala, inclusive, do ex-deputado federal do PT e membro do MNU baiano Luiz Alberto. Em sua análise de conjuntura política, quando da reunião de avaliação da Marcha e planejamento estratégico, a convite do Instituto Odara, o militante político tece em fala, repleta

¹³⁴ Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/cerca-de-4-mil-mulheres-negras-marcham-contra-o-racismo>. Acessado em 22/12/2015.

¹³⁵ Nilma Lino Gomes, ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR/PR), na gestão da presidenta Dilma Rousseff. <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/cerca-de-4-mil-mulheres-negras-marcham-contra-o-racismo>. Acessado em 22/12/2015.

¹³⁶ Benedita da Silva, Deputada Federal. Disponível em: <http://www.beneditadasilva.com.br/videos/tv-bene-marcha-das-mulheres-negras/>. Acessado em 22/12/2015.

de comparações sutis, argumentos no sentido de que essa tentativa do Movimento de Mulheres Negras de superar as dificuldades orgânicas identificadas no movimento negro, também precisa ser um ponto central de reflexão e avaliação, pois anuncia a necessidade de criação de um movimento em comum que possa galvanizar e dar vida à luta contra o racismo a partir do protagonismo e olhar deste sujeito, mulheres negras no Brasil.

Ressalta, ainda, em sua fala, o fato de que qualquer ação que, não apenas, o movimento negro, mas, a esquerda brasileira venha a fazer daqui por diante, necessariamente tem que considerar o potencial político construtivo desse movimento que articulou a I MMNB, no Brasil, em 2015.

1.1. As cartas que antecederam o ato

Durante a reunião da RMNN,¹³⁷ de 01 a 03/05/2014, em Análise de Conjuntura Nacional, foi avaliado o encontro realizado pela AMNB, cujo caráter mobilizador ficou evidente, pois, além de conseguir contar com a participação das representantes de organizações filiadas a RMNN, de organizações que pretendiam se filiar trouxe, também, mulheres negras de outras organizações, autônomas, mulheres que vem atuando em diversas frentes no país.

Regina Adami, ativista da AMNB e do Comitê Nacional Impulsor da Marcha das Mulheres Negras a Brasília, convidada para participar desta reunião de avaliação das ações adotadas pela RMNN, aponta este encontro como marco primeiro de Nacionalização da Marcha o Seminário da AMNB, ocorrido em setembro no Rio de Janeiro, considerando que, no norte e nordeste, o processo de mobilização da Marcha já havia iniciado e se espalhava pelos estados.

Este encontro foi considerado importante para o processo de construção da IMMNB, na medida em que ele reaqueceu e sensibilizou muitas mulheres negras, trazendo-as para cena e impulsionando novas organizações para fortalecimento da ideia em seus territórios. Nesta foi apontada, também, a necessidade de reforçar o posicionamento político das Mulheres Negras, face omissão do Estado brasileiro. (RMNN, 2014).

Adami explica, ainda, que em análise de conjuntura nacional, realizada durante a reunião de diretoria da AMNB (Imagem 19), foi apontada a necessidade de reforçar um

¹³⁷ Fala extraída do relatório da reunião da RMNN, 01 a 03/05/2014. Arquivo do Odara Instituto da Mulher Negra.

posicionamento político das Mulheres Negras sobre as inúmeras denúncias ignoradas pela sociedade brasileira e governos acerca das desigualdades proporcionadas pelo racismo.

É importante enfatizar que esta reunião realizada pela Articulação de Organização de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), em 2013, (Figura 5) teve caráter mobilizador, na medida em que contou com a participação das representantes de organizações filiadas à RMNN, de organizações que pretendiam se filiar, mas também mobilizou mulheres negras de outras organizações, autônomas, mulheres que vêm atuando em diversas frentes, o que repercutiu, positivamente, na convocação do Seminário Nacional: “Democracia e desenvolvimento sem racismo – Por um Brasil afirmativo”, (Imagem 20) que aconteceu entre os dias 27 e 28 de setembro de 2013, no Rio de Janeiro, e para organização da I Marcha a nível nacional.

A importância deste seminário reside no fato de que, também este, serviu para reaquecer e sensibilizar centenas de mulheres negras e trazê-las para a cena e impulsionar o surgimento de novas organizações que atualmente se articulam em todo o território nacional (Relatório da RMNN, 2014)¹³⁸.

A publicação das Cartas (Vide ANEXO D), diz ele, - primeiro a de Curitiba, na sequência a de Recife e de outros estados; a ideia de chamar as mulheres mais velhas - a Irmandade da Boa Morte - para fazer abertura da Marcha e entregar o documento à Presidenta Dilma, tudo isso visto no conjunto, torna evidente que ali havia um conjunto de expertises, direcionando a linha estratégica de ação que o movimento queria adotar (LUIZ ALBERTO, PT-BA, 2016).¹³⁹

Na carta aprovada no VII Seminário Mulheres Negras e Saúde e no I Seminário Nacional Interseccionalidade de Raça e Gênero no Enfrentamento a Feminização DST/Aids¹⁴⁰ (Figura 4), as mulheres negras denunciavam não apenas o Estado brasileiro pela sua conivência, omissão em relação ao racismo, mas, também, o sexismo e tantas outras formas de opressão, por não ter sido capaz de dar respostas efetivas que alterem significativamente o quadro de desigualdades e exclusão que ainda afetam este segmento.

¹³⁸ Fala extraída do relatório da reunião da RMNN, 01 a 03/05/2014. Arquivo do Odara Instituto da Mulher Negra.

¹³⁹ Militante do Movimento Negro, Ex-deputado Federal, Secretário-Geral, Sindicato dos Petroleiros, BA.

¹⁴⁰ Carta das Mulheres Negras tirada no VII Seminário Mulheres Negras e Saúde e no I Seminário Nacional Interseccionalidade de Raça e Gênero no Enfrentamento a Feminização DST/Aids, realizados pela Rede Mulheres Negras – PR, em Curitiba – PR. Disponível em <https://institutoodara.org.br/carta-da-marcha-das-mulheres-negras-brasileiras-em-curitiba-pr-2/>. Acessado em 29/09/2019.

[...] afirmam que elas permanecem sendo a base para o desenvolvimento econômico e político do Brasil sem que a distribuição dos ativos do trabalho seja revertida para seu próprio benefício. Denunciam que vivem a face mais perversa do racismo e do sexismo por serem negras e mulheres, e alvo de discriminações de toda ordem, as quais não permitem que gerações e gerações de mulheres negras desfrutem daquilo que produzem (LEMOS, 2015, p. 210).

Esses documentos listados no Quadro 4, aos quais se refere o ex-deputado Luiz Alberto - Carta de Curitiba - Encontro da Rede Lai, Lai Apejo, Carta de Recife (Seminário Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste), Carta de Salvador (Reunião da Rede de Mulheres Negras do Nordeste), Carta de Brasília (III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CONAPIR) e, por fim, a Carta do Rio de Janeiro, no Seminário “Democracia e desenvolvimento sem racismo – Por um Brasil afirmativo), fazem parte do acervo do marco de construção da IMMNB. Daí o entendimento construído por ele de que havia um fio condutor estratégico articulando nacionalmente as Mulheres Negras rumo a Marcha..

O Seminário da AMNB, ocorrido em setembro de 2013, no Rio de Janeiro, é apontado por algumas, a exemplo da ativista de Regina Adami, como o primeiro marco de Nacionalização da Marcha. Vale ressaltar que, neste momento, no norte e nordeste, o processo de mobilização da Marcha já havia sido iniciado e se espalhava pelos demais estados do país (Quadro 12).

Nas cartas, as mulheres negras brasileiras declaram não apenas o reconhecimento e o compromisso com o processo de construção da I Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo e pelo Bem Viver 2015, como comunicam que no ano de 2015 estariam marchando, devido ao fato de o Estado brasileiro, até então, não ter sido capaz de dar respostas efetivas que alterassem significativamente o quadro de desigualdade produzido pelo racismo. Assim, a carta da Marcha inicia dizendo ao Estado e sociedade que em 2015 iríamos marchar

[...] contra o Racismo e pelo bem viver.
Acreditamos que a marcha das mulheres negras é fundamental para denunciar aos diferentes setores do Estado e da sociedade brasileira a situação em que se encontram as 49 milhões de mulheres negras no país.
O Brasil já possui todos os indicadores e projeções de desigualdades da população negra nas diversas áreas, da saúde à inserção no mundo do trabalho [...] (CARTA DA MARCHA DE MULHERES NEGRAS).¹⁴¹

Importante enfatizar a relevância do encontro realizado pela AMNB pelo seu caráter mobilizador, pois contou com a participação das representantes de organizações filiadas a

¹⁴¹ Trecho da Carta da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo bem viver como nova Utopia. Disponível em <http://shoutout.wix.com/so/2L4bNw81#/main>. Acessado em 18/11/2015.

Rede, de organizações que pretendiam se filiar, mas sobretudo, de mulheres negras de outras organizações autônomas, mulheres que vem atuando em diversas frentes sem necessariamente estarem vinculadas a AMNB.

Foi importante na medida em que reaqueceu e sensibilizou muitas mulheres negras, trazendo-as para a cena e impulsionando as novas organizações (Relatório da RMNN, 2014).¹⁴² Daí a importância de a Articulação Nacional de Mulheres Negras ter assumido uma posição central em relação ao processo de construção da Marcha. Neste seminário da AMNB foi realizada uma Análise de Conjuntura Nacional, que apontou e reforçou a necessidade de um posicionamento político mais incisivo das Mulheres Negras.

Contextualizo, mesmo que de forma sucinta, alguns episódios vividos por essas atrizes ao longo dessa jornada, baseadas na ação coletiva, vivências e na experiência deste sujeito, trama principal dessa tese, que conforme aponta Regina Adami tem o seminário da AMNB em setembro no Rio de Janeiro, como o primeiro marco de nacionalização da Marcha considerando que no norte e nordeste o processo de mobilização da Marcha já havia iniciado e se espalhava pelos estados.

Com esse espírito, Sueli Carneiro se insere ao debate, face ao reconhecimento “do racismo e da discriminação racial como fatores de produção e reprodução das desigualdades sociais experimentadas pelas mulheres no Brasil”, que buscam a transformação social. Destarte, é razoável conjecturar que a ação social e política das mulheres negras, por afirmar o movimento de mulheres negras enquanto uma “nova” potência política na diáspora, “força motriz para determinar as mudanças nas concepções e o reposicionamento político feminista no Brasil” (CARNEIRO, 2002, p.129) sugerem que se trata, na verdade, de práticas emancipatórias, fundadas em uma matriz civilizatória ancestral africana.

Assim, me valendo das contribuições oferecidas por Claudia Cardoso (2012), acerca da construção do pensamento das mulheres negras, percebo que a ação política desempenhada pelas amefricanas no Brasil durante o processo de construção da I MMNB se insere no âmbito do debate acadêmico, exatamente naquilo que identifico como sendo a sua contribuição no deslocamento e ampliação das reflexões e debates produzidos até hoje pelo feminismo negro.

Trata-se dos efeitos das estruturas de dominação e opressão atribuídas ao racismo na vida das pessoas,¹⁴³ (ALMEIDA, 2019), principalmente das mulheres negras (hooks, 1984),

¹⁴² Fala extraída do relatório da reunião da RMNN, 01 a 03/05/2014. Arquivo do Odara Instituto da Mulher Negra.

¹⁴³ De acordo com Almeida “a concepção institucional do racismo trata o poder como elemento central da relação racial. Com efeito, o racismo é dominação” (ALMEIDA, 2019, p. 27).

“que têm seu *status do ser* negado pelo racismo, pela discriminação racial e pelo sexismo, resultando em sua exclusão como “sujeito social” e na negação de suas habilidades intelectuais para produzir conhecimento” (CARDOSO, 2012, p. 68), bem como “ocupantes naturais de lugares de poder e destaque” (ALMEIDA, 2019, p. 48).

E assim foi. Vários foram os meios de comunicação que noticiaram a I MMNB, motivo pelo qual destaco alguns dos veículos que cobriram o evento para que tivéssemos uma ideia de quantitativo de mulheres na Esplanada do Planalto naquele dia.

Quantitativo de Mulheres presentes na I MMNB

MEIO DE COMUNICAÇÃO	LINKS	CHAMADA	QUANTITATIVO
FOPIR	http://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Dossie-Mulheres-Negras-.pdf	Marcha de mulheres negras contra o racismo e a violência e pelo bem viver, 18/12/2015.	Cerca de 50.000
CESE	https://www.cese.org.br/marcha-das-mulheres-negras-reune-30-mil-em-brasilia-df/	Marcha das Mulheres Negras reúne 30 mil em Brasília (DF) – Notícias ...	30 mil
Conexão Jornalismo	http://www.conexaojornalismo.com.br/todas-as-noticias/policial-faz-disparos-durante-marcha-das-mulheres-negras-em-brasilia-video-0-41452	Cerca de 10 mil ativistas cruzaram a Esplanada dos Ministérios, na tarde desta quarta-feira, para reivindicar políticas de combate à discriminação e à violência.	10 mil
Revista Forum	https://www.revistaforum.com.br/confira-fotos-da-marcha-das-mulheres-negras-em-brasilia/	Cerca de 10 mil ativistas se reuniram para reivindicar políticas de combate à discriminação e à violência.	10 mil
G1. Globo	http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/11/ato-por-mulheres-negras-fecha-tres-faixas-do-eixo-monumental.html	Marcha de mulheres negras fecha faixas do Eixo Monumental	PM 4 mil Organização - 20 mil
PT – Partidos dos Trabalhadores	http://www.pt.org.br/em-ato-historico-marcha-das-mulheres-negras-reune-mais-de-4-mil-em-brasilia/	Em ato histórico, Marcha das Mulheres Negras reúne mais de 4 mil em Brasília.	4 mil
CPERS/SINDICATO – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sindicato dos Professores em Educação	http://cpers.com.br/marcha-das-mulheres-negras-2015-uniao-coragem-e-luta/	Marcha das Mulheres Negras 2015: união, coragem e luta. Representantes da Direção Central do CPERS e educadoras de diversos Núcleos do Sindicato participaram, esta semana, da Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo e pelo Bem Viver, realizada em Brasília. Cerca de 50 mil mulheres de todo o Brasil marchou juntas pela igualdade racial e pelo fim do racismo e da violência.	50 mil
Metrópole	https://www.metropoles.com/.../m	Marcha das Mulheres Negras	10 mil

	archa...mulheres-negras-reune...mil...brasil/amp	reúne cerca de 10 mil pessoas na área ... A Marcha das Mulheres Negras reúne cerca de 10 mil mulheres na área central de Brasília nesta quarta-feira (18/11), segundo a Polícia Militar.	
Caritas	caritas.org.br/marcha-das-mulheres-negras-reune-20-mil-em-brasil/31605	Marcha das Mulheres Negras reúne 20 mil em Brasília. Nesta quarta-feira, dia 18/11, Brasília foi território da Primeira Marcha das Mulheres Negras. A ação é uma iniciativa de diversos coletivos, ...	20 mil
Ministério da Educação – Portal do MEC	portal.mec.gov.br/component/tags/tag/37211-marcha-das-mulheres-negras	Marcha das mulheres negras - Ministério da Educação - Portal do MEC. Marcha das Mulheres Negras reúne 50 mil pessoas em protesto contra racismo ... 18, em Brasília, em um protesto contra o racismo e a desigualdade social e ...	50 mil
APADE – Associação Paranaense de Administradores Escolares	www.apade.com.br/content/marcha-das-mulheres-negras-reune-50-mil...em.../579	Marcha das Mulheres Negras reúne 50 mil pessoas em ... - Apade.com. Mulheres de todas as partes do Brasil marcharam nesta quarta-feira (18), em Brasília, em um protesto contra o racismo e a desigualdade social e de gênero no ...	50 mil
SINDSEPMT – Sindicato dos Sevidores Públicos Federais no Mato Grosso	www.sindsepmt.org.br › Ass. Imprensa › Notícias	Marcha das Mulheres Negras: “Contra racismo, violência e pelo bem ... 7 de dez de 2015 - Mulheres negras de todo o país participaram da Marcha. ... Evento reúne mais de 50 mil participantes que denunciaram o preconceito.	Mais 50 mil
Calle 2	https://calle2.com/a-forca-das-nossas-ancestrais/	A força das nossas ancestrais Calle 2. 15 de dez de 2015 - Movimento das mulheres negras reúne 50 mil pessoas em Brasília.	50 mil

* Este Demonstrativo é uma construção da autora baseada nos dados extraídos de matérias postadas em blogs e site na internet.

Trazendo tais questões para o campo do social e político é possível afirmar já no contexto do pós-marcha, que, de modo geral, a I Marcha de Mulheres Negras à Brasília deixou para este coletivo um capital há muito não visto. A Rede de mulheres negras, enquanto

movimento responsável pela articulação e mobilização deste coletivo em todo o território nacional para esta ida à Brasília, tem hoje a responsabilidade de fazer repercutir na vida dessas mulheres, de forma tão ou mais contundente que na Marcha, toda essa experiência – a melhor professora – acumulada, no intuito de alterar a lógica perversa que afasta sujeitos não brancos de direitos básicos como a religião, saúde, educação, representação, uma vida sem violências.

O fato é que a IMMNB aconteceu e se apresenta, hoje, sem sombra de dúvida, como a maior manifestação histórica contra o racismo, a violência e pelo bem viver neste país. E, ainda que diante de tantos presságios, com datas marcadas para o desaparecimento do povo negro no Brasil, em prol de um sonho de “nação” - diluídas na miscigenação racial, ou na particularidade da universalidade ocidental hegemônica que reduz a nossa humanidade, nós estávamos lá, lindas e pretas (CARNEIRO, 2001, p. 5).

Afinal, mais de 100 mil mulheres (Vide Figura 6) foram tocadas por esta chamada e muitas se deslocaram de seus territórios para reivindicar suas bandeiras em Brasília. É considerada, também, a maior mobilização nacional que se preocupou em apresentar uma proposta alternativa para o progresso da humanidade, baseada em outra bacia semântica, saberes, valores e tradições herdadas de uma matriz civilizatória africana, que se contrapõem ao hegemônico ocidental.

1.2. As pegadas de quem caminha junto nunca se apagam

“Quando as mulheres negras se movem, toda a estrutura política e social se movimentam na sociedade”. Exatamente porque, estando na base, o movimento das mulheres negras desestrutura/desestabiliza as rígidas e consolidadas relações sociais.

Exatamente porque, estando na base da pirâmide, o movimento de mulheres desestabiliza a ordem hierárquica desigual do sistema capitalista.

(DAVIS apud FIGUEIREDO, 2017, p.11).¹⁴⁴

Com esta citação de Angela Davis, convido o leitor/a a conhecer mais de perto essa iniciativa do movimento de mulheres negras brasileiras que, historicamente, tem movido a estrutura social e política deste país. Ações que foram observadas ao longo dos cinco anos dessa jornada, período de mobilização da IMMNB, num contexto de intenso enfrentamento ao racismo e a outros sistemas opressivos, à discriminação racial e fortalecimento de sua identidade étnico-racial e de gênero.

¹⁴⁴ Discurso de Angela Davis realizada em Cachoeira, em 17 de julho de 2017. E-book - VI edição do Julho das Pretas 2017. Mulheres Negras Transversais do Tempo: Negras Jovens Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver.. Disponível em: https://institutoodara.org.br/wp-content/uploads/2019/02/ebook_julho_das_pretas.pdf

O mês de novembro é conhecido em Brasília como um período de muita instabilidade, com possibilidades de chuvas fortes, sol muito quente e pouca umidade no ar, em um mesmo dia, com temperatura que varia dos 18 a 35 graus, tranquilamente, o que representa um perigo para muitas que, por terem uma idade mais avançada, podiam vir a apresentar algum problema de saúde, em decorrência desses fenômenos. Contando com isso, o Comitê Impulsor socializou na rede uma série de informações orientando os cuidados que tinham que ter com a saúde para amenizar possíveis reações atribuídas as condições climáticas (Vide Figura 7). Mas, quem disse que alguma delas quis ficar pra trás?

Casos curiosos como o de Ebomi Nice de Oyá (Vide Imagem 21) que, às vésperas da Marcha, devido ao seu estado de saúde fragilizado, tinha orientação médica que a desaconselhava a viagem de avião. Diante da sua insistência, seus filhos/as tiveram que pedir ajuda ao Comitê Impulsor, no sentido de persuadi-la a desistir da viagem. O que de nada adiantou. Na data marcada ela pronta para paritr no ônibus com as jovens de Salvador até Brasília – 18 horas de viagem. Segundo comentários de suas compenheiras de viagem, não deu pra ninguém. Foi ela, a maior animadora da caravana.

Uma comitiva de mulheres chegou bem antes à Brasília, a fim de colaborar com o Comitê Impulsor nos últimos preparativos da Marcha e orientar aquelas que desejassem ser incorporadas nas comissões criadas e, assim, assegurar o bem estar, segurança, cuidado das mulheres e a logística do local neste dia.

Assim, as 9h da manhã, as mulheres negras começaram a chegar no ponto de concentração da Marcha, com faixas, cartazes, apitos, balões, palavras de ordem e protestos que se espalharam e foram pronunciadas no centro do poder político nacional, concretizando, assim, este grandioso projeto que, durante quatro anos, foi gestado por essas atrizes brasileiras (Imagem 22). A concentração para a marcha que percorreu cerca de 5 km, pelo Eixo Monumental de Brasília, começou no Ginásio Nilson Nelson, ao lado do Estádio Nacional Mané Garrincha e prosseguiu até o Congresso Nacional (Vide Figura 8).

Comissão responsável pelo processo de organização, finanças e distribuição dos alimentos (almoço e jantar); distribuição dos tickets de alimentação; venda e prestação de contas dos tickets vendidos (Figura 9).

A Marcha contou com muitos apoios vindos de voluntárias, de tal modo que foi possível distribuir as demandas em comissões de todo tipo, criadas pra fazer a coisa acontecer: organização – que estruturou e acompanhou a instalação das barracas agrupadas por estados no acampamento das mulheres no Ginásio Nilson Nelson (Vide Imagem 23); divulgação –

responsável pela sinalização, construção de placas de aviso de localização e orientação das pessoas no espaço, placas de sinalização dos banheiros, praças de alimentação, dentro e fora do ginásio; etc.

Muitas delas chegaram bem cedinho em Brasília, em caravanas, com seus cabelos afros, tranças, *dreads*, turbantes, trajes coloridos. Era um verdadeiro desfile de rainhas do Ébano. Mas não só isso: trouxeram também filhos/as, sobrinhos/as, pois algo dizia que aquele seria um momento histórico. Semelhante ao que aconteceu com a Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida,¹⁴⁵ há vinte anos que, desde então, a I MMNB tem influenciado a formulação das políticas públicas afirmativas e de reparação, voltadas à promoção da igualdade e de enfrentamento concreto ao racismo e de garantia dos direitos para a população, negra, quer seja no âmbito econômico, político ou social. Para muitos/as, um marco, um “divisor de água”, dessa nova ressignificação da luta antirracista no Brasil, daquelas vozes que ainda iriam ecoar por muitos e muitos anos. Pois, como bem ressalta Rosália Lemos,

O foco central da Marcha das Mulheres Negras 2015 era a valorização da memória de lutas de mulheres negras, visando fortalecê-las na atualidade, com o resgate histórico, partilhando conhecimentos e inspiração, rumo a uma sociedade mais igualitária e democrática (LEMOS, 2016, p. 235).

Desta vez foram mulheres negras que seguiram até a capital federal, para exigir do Estado brasileiro e sociedade, o fim do racismo e a melhoria das condições de vida da população negra. Por questão de segurança, a PM havia recomendado que os motoristas pegassem acessos por trás do Ginásio Mané Garrincha e pelo Parque da Cidade, visto que, uma das faixas do Eixo Monumental havia sido fechada para os carros, de modo que aqueles/as que passassem pelas outras faixas pudessem ver e interagir tranquilamente com a manifestação (Vide Imagem 24).

A cerimônia de abertura da I MMNB se deu sob as bênçãos das Ialorixás da Irmandade da boa morte¹⁴⁶ e religiosas de matriz africana, vindas de todo o país. Com esta proteção as mulheres negras deram os primeiros passos nesta mobilização nacional que levou às ruas de Brasília uma expressão de reconhecimento da nossa ancestralidade e da visibilidade do vínculo passado-presente e futuro, com ampla diversidade de agendas e bandeiras contra o racismo e pelo bem viver (Vide Imagem 25). “E nós fizemos o enfrentamento da forma que deveria ter sido feito. Então,

¹⁴⁵Em 1995, milhares de negras e negros seguiram para a capital federal, em protesto, reivindicando o fim do racismo, ação do Estado brasileiro contra as desigualdades raciais e a melhoria das condições de vida da população negra. <http://criola.org.br/wp-content/uploads/2014/10/2005-MarchaZumbi.pdf>. Acessado em out/2014.

¹⁴⁶ Confraria religiosa afro-católica brasileira constituída apenas por mulheres negras.

quando a gente cunhou dizendo que nossos passos vêm de longe eu só pensava na irmandade da Boa Morte abrindo a nossa caminhada...” (Valdecir Nascimento, 2016).¹⁴⁷

A escolha da Irmandade da boa morte pelo Comitê Impulsor Nacional da Marcha não se deu de forma aleatória. Havia nesta deliberação a intenção de reverenciar com esse gesto uma das mais antigas formas de organização política estabelecida sob diversos formatos pelas mãos das mulheres negras no solo brasileiro. Uma expressão de reconhecimento da nossa ancestralidade e da visibilidade do vínculo passado presente, e futuro elementos fundantes para pensar a história do povo negro, a partir da postura dessas mulheres, pertencentes às religiões afro-brasileiras que, mesmo com todo esforço, luta e persistência, ainda hoje, não são reconhecidas enquanto sujeitas políticas e de direito. Daí o desafio de marcar a abertura da Marcha com esse protagonismo.

Além de mostrar o respeito pela ancestralidade, tal decisão dialoga com as contradições na contemporaneidade, impostas às mulheres negras e de Axé que ficaram por muito tempo fora do relato histórico “como se estivessem destinadas a ser sujeito de “‘última categoria’ praticamente ‘Ninguéns’” (MIRANDA, 2012, p. 6). Pouco se sabe sobre as ações dessas mulheres durante momentos de conflitos políticos, logo não ha o seu devido reconhecimento e sim a marginalização dos seus feitos. A sua afirmação como sujeito político é resgatada na IMMNB para reafirmar esse lugar de onde aprendemos e apreendemos o devir mulher negra.

Assim como fez Amanaiara Miranda (2012), referindo-se ao papel histórico das Ialorixás na luta pela emancipação do povo negro no Brasil, ao resgatar em seus estudos a trajetória, os feitos políticos das Ialorixás, imaginadas, representadas, mas ainda pouco estudadas, também o Comitê Impusor, ao assumir tal escolha, demarcou a partir desta trajetória de luta das Ialorixas brasileiras no interior de uma sociedade clivada pelo racismo, que “a negação da participação dessas mulheres em ações políticas é uma tentativa de invisibilizá-las para produzir uma demonstração de inferioridade dentro dos estudos feministas” (MIRANDA, 2012, p. 7).

Mas não só isso. Surge também como uma forma de acalmar os ânimos diante das disputas regionais, partidárias, sindical, etc., na distribuição da fala em cima dos trios, daqueles que reivindicavam mais e maior visibilidade nos espaços desse ato. Assim, a forma encontrada para acalmar os egos e neutralizar as vaidades e estrelismos e focar no objetivo inicial da

¹⁴⁷ Coordenadora Executiva do Odara Instituto da Mulher Negras/BA. Fala proferida na mesa do Forum de Feminismos Negros da Awid, na Bahia, 05 e 06 de setembro de 2016.

Marcha. Portanto, resulta de um ponto de conciliação e mediação. Uma proposta unificadora diante de uma sociedade que historicamente cria narrativas para nos afastar umas das outras.

As mulheres da RMNN já eram esperadas desde a véspera pelas companheiras que compunham o Comitê Impulsor da Marcha, para uma última reunião de avaliação e encaminhamentos. Horas antes da Marcha, uma comissão foi tirada para fazer uma revisão final do manifesto construído por várias mãos¹⁴⁸, que estava prestes a ser encaminhado para impressão e distribuído ao longo do circuito.

Entre os dias 16 e 18/11/2015, em Brasília, no Ginásio Nilson Nelson e ao redor, uma vasta programação cultural as aguardava: feiras de afro empreendedorismo, roda de conversa, oficinas de customização, estética negra e turbante; feira de afro empreendedorismo; exibição de filmes; lançamento de livros; apresentações artísticas; etc. (Vide Figura 10) assim como, apresentações musicais. Show das Mulheres Negras pelo Bem Viver: da Banda Didá e Ilê Aiyê (BA); Márcia Moura (Rio de Janeiro); Luana Hansen e MC Sofia (SP) Vera Verônica e Donas da Rima (DF); Jéssica Pérola Negra e Andrea Felix (MG); As Caixeiras do Divino e Lilian (MA); Banda Afro Axé Dudu e Banda Akomabu (PA) (Vide Figura 11).

Ainda nesse dia, além da Marcha, era entregue por uma comitiva formada pelas Ialorixás e representantes de diversas organizações e coletivos do movimento de mulheres negras brasileiras à presidenta legitimamente eleita, Dilma Rousseff a oferta de um novo pacto civilizatório descrito em uma carta. A Carta das Mulheres Negras brasileiras contra o racismo, a violência, pelo Bem Viver. Nesta está expressa esse novo discurso que ocupou as ruas de Brasília em que elas, revivendo sua ancestralidade, reafirmam sua condição diaspórica e disposição de luta contra os processos de opressão e dominação, ao tempo em que, generosamente, ofertam ao Estado brasileiro outro modelo civilizacional, fundado em uma cosmovisão e ancestralidade africana (Vide Imagem 26).

Para a então presidente nacional do Movimento Negro Unificado – MNU, Ieda Leal (Imagem 27), o teor desta carta sintetiza um conjunto de recomendações tiradas pelo coletivo de mulheres negras para o Estado e sociedade brasileira.¹⁴⁹ Relata, ainda, que ela é contundente, na medida em que nós, afro-brasileiras, "Defendemos o fim do extermínio da juventude negra e viemos dizer para a presidenta que é necessária uma atitude bem organizada

¹⁴⁸ Valdecir Nascimento e Máisa Vale, pelo Odara; Suely Carneiro e Nilza Iraci, pelo Geledés; e Lúcia Xavier, pelo Criola.

¹⁴⁹ Carta da Marcha na íntegra disponível em <https://fopir.org.br/wp-content/uploads/2017/01/Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf>

pelo fim da intolerância religiosa. Ela recebeu nossas reivindicações e vai continuar o diálogo. Temos uma pauta no Mês da Consciência Negra", afirma Ieda¹⁵⁰.

A Carta da Marcha apresentou uma proposta civilizatória de democracia plurirracial, em contraponto à proposta de democracia popular para solucionar problemas antigos de exclusão ocasionados pelo racismo no Brasil, seguida de uma série de políticas públicas estruturantes para o bem viver das mulheres negras. Diz trecho da carta da Marcha:

Nós, mulheres negras do Brasil, irmanadas com as mulheres do mundo afetadas pelo racismo, sexismo, lesbofobia, transfobia e outras formas de discriminação, estamos em marcha. Inspiradas em nossa ancestralidade somos portadoras de um legado que afirma um novo pacto civilizatório.

[...] Somos trabalhadoras domésticas, prostitutas/profissionais do sexo, artistas, profissionais liberais, trabalhadoras rurais, extrativistas do campo e da floresta, marisqueiras, pescadoras, ribeirinhas, empreendedoras, culinárias, intelectuais, artesãs, catadoras de materiais recicláveis, yalorixás, pastoras, agentes de pastorais, estudantes, comunicadoras, ativistas, parlamentares, professoras, gestoras e muitas mais.

A sabedoria milenar que herdamos de nossas ancestrais se traduz na concepção do Bem Viver, que funda e constitui as novas concepções de gestão do coletivo e do individual; da natureza, política e da cultura, que estabelecem sentido e valor à nossa existência, calcados na utópica de viver e construir o mundo de todas(os) e para todas(os) (CARTA DAS MULHERES NEGRAS).¹⁵¹

Diz, ainda, outro trecho da Carta das Mulheres Negras 2015 que nós mulheres negras.

Na condição de protagonistas, oferecemos ao Estado e à Sociedade brasileiros nossas experiências como forma de construirmos coletivamente uma outra dinâmica de vida e ação política, que só é possível por meio da superação do racismo, do sexismo e de todas as formas de discriminação, responsáveis pela negação da humanidade de mulheres e homens negros (AMNB, 2015, p. 163).¹⁵²

Mulheres negras, militantes, ativistas, simpatizantes, individualmente e por intermédio de suas organizações, vieram dos quatro cantos do país e se reuniram em torno do Comitê Impulsor para traçar estratégias de mobilização e enfrentamento. Estava, assim, lançada a I Marcha Nacional das Mulheres Negras contra o Racismo, Violência e pelo Bem Viver (I MMNB), reafirmando que “Nossos Passos Vêm de Longe”!

Da mesma forma, a Ex-ministra-chefe da SEPPIR, Luíza Bairos (Vide Imagem 28) convocou todas para uma reflexão sobre o sentido de tamanha rebeldia diante do então cenário de pré-golpe, já em curso no país e o desejo de que o Brasil se reconheça na sua diversidade

¹⁵⁰ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-11/tumulto-na-marcha-das-mulheres-negras-foi-racismo-afirma-militante>.

¹⁵¹ Trecho da Carta da Marcha das Mulheres Negras 2015 contra o Racismo e a Violência e pelo bem viver como nova Utopia. Disponível em <http://shoutout.wix.com/so/2L4bNw81#/main>. Acessado em 18/11/2015.

¹⁵² Carta das Mulheres Negras 2015. Disponível em <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2015/11/Carta-das-Mulheres-Negras-2015.pdf>.

racial. Nesta ocasião a ativista, que não minimiza em sua fala as conquistas das mulheres negras brasileiras nos últimos anos e sinaliza o rumo que o movimento tomaria a partir daí:

Essa marcha, desde que ela foi pensada e apresentada há cerca de três anos atrás pela companheira Nilma, do CEDENPA, já se apresentava como uma possibilidade de constituir um ponto de mudança nas lutas do movimento negro no Brasil, comandado, capitaneado pelas mulheres negras deste país. É com essa consciência histórica de que estamos produzindo um ponto de inflexão na luta do povo negro no Brasil é que nós devemos descer essa esplanada e gritar bem alto: – as mulheres negras são dignas, sim! – as mulheres negras têm capacidade, sim! De fazer com que o Brasil se reconheça na sua diversidade racial (LUIZA BAIROS, 2015)¹⁵³

Neste sentido, ainda que de forma sucinta, relatamos alguns episódios emblemáticos ocorridos durante esta ação política de resistência, atentando para formas organizativas, metodologias, estratégias políticas e de mobilização, reproduzidas nesse ativismo feminista negro, de experiências vindas da vivência num ambiente de diáspora.

1.3. Corpos negros importam: mulheres negras indóceis que por ali circularam

Mas, de fato, nós estávamos lá. Éramos milhares de todos os estados do Brasil e de fora deste. Estávamos lá, unidas naquela quarta-feira, 18 de novembro de 2015, com nossos corpos, madeixas, agendas e bandeiras das mais diversas e, sobretudo, nossas forças ancestrais.

A imagem de mulheres negras movendo ações políticas de mobilizações e narrativas com uma dimensão disruptiva da colonialidade no Brasil são quase que uma constante em todo o período de construção da I Marcha. A presença desses corpos/sujeitos políticos decoloniais demandando visibilidade desse protagonismo e justiça racial. Tais movimentações, levando a sério perspectivas diaspóricas amefricanas, focam o corpo como centro das disputas políticas, a partir de um conhecimento situado decolonial, no sentido de desracializar e pluralizar as relações sociais e as teorias.

As mais diversas expressões de mulheres negras em diferentes situações, com trajés variados tiveram destaque para ilustrar como esses sujeitos vêm implodindo o imaginário social acerca dos corpos, comportamentos e formas de ser mulher negra. A resistência às imagens estereotipadas e externamente definidas aparece como central, por exemplo, através dos punhos cerrados que denotam força, resistência e engajamentos, além de repotar à luta do movimento

¹⁵³ Luíza Bairos, ativista do Movimento de Mulheres Negras e ex-ministra da SEPPPIR/PR, não chegou a ver o *impeachment* de Dilma Rousseff. Em 12/07/16, partiu para o orun, de onde continua nos inspirando, como ser de luz, através do seu legado. <http://www.beneditadasilva.com.br/videos/tv-bene-marcha-das-mulheres-negras/>. Acessado em 22/12/2015.

Panteras Negras nos EUA, na Imagem 29, 1ª foto à esquerda do painel. Essas expressões têm sido preservadas como um conhecimento gestado no processo de resistência historicamente perpetrado por mulheres negras na diáspora, flagrados no percurso da IMMNB.

É o que presenciamos também, não apenas através da imagem, mas, também, do pronunciamento de Sarah Neves (Imagem 29, 1ª linha, 2ª foto à direita), ao tempo em que, exalta a figura da mulher negra afroamazônica, denuncia o mito do vazio demográfico amazônico e o esquecimento de uma região que possui a maior população quilombola do Brasil, acentuando as desigualdades raciais, que agravam a situação das mulheres negras neste local. Em seu desabafo argumenta que:

Enquanto mulher afro-amazônica, eu trago a necessidade de visibilidade. Em todos os aspectos nós somos invisibilizadas, principalmente no nosso estado, que não enxerga essa população preta, que a nega e tenta enxergar no máximo a miscigenação entre o branco e o índio. A gente está aqui pra dizer que a gente existe lá no Pará e que estamos resistindo e combatendo esse machismo, esse racismo e essa violência todos os dias (SARAH NEVES - CEDENPA).¹⁵⁴

Esse corpo diaspórico aparece no decorrer do cortejo da Marcha representando o longo processo de resistência, desde onde é possível desafiar as imagens negativas estereotipadas sobre mulheres negras, refletindo dinâmicas de poder estabelecidas sobre corpos e experiências de vida, cerne de disputa e resistência de onde flui à retórica da vitimização que tenta tornar a negritude vítima constante e cumulativa de opressões simbólicas e materiais. As mulheres negras, assim como Audre Lord, fazem desde o corpo política feminista localizada (KAPLAN, 1994; MOHANTY, 2003), lugar de autonomia, denotando representações críticas, propositivas, afirmativas e de celebração.

Melhor dizendo, celebram a organização e liderança de suas ancestrais que não é do tipo “que visa dar visibilidade ou poder a indivíduos, baseada em carisma, o individualismo masculino carismático”. Mas antes de tudo que é aquela que “ênfatiza as intervenções coletivas e apoia as comunidades que estão em luta. A liderança feminista negra é fundamentalmente coletiva” (DAVIS, 2017).

Foram muitas Luízas, Lélías, Beatrizas, Carolinas, Clementinas, Dandaras, Akotirenes... que soltaram o verbo, que ecoaram, para os quatro cantos do país, palavras de ordem contra o racismo e a violência. Reivindicaram um novo pacto civilizatório no Brasil focado, na

¹⁵⁴ Sarah Neves do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará – CEDENPA e da Rede Fulanas. Relato extraído de matéria on-line da página da CESE <https://www.cese.org.br/marcha-das-mulheres-negras-reune-30-mil-em-brasilia-df/>. Acessado em 13/02/2016.

eliminação do racismo e do sexismo, que desumanizam e abatem mulheres negras de todas as idades, de todas as classes, de todo o mundo¹⁵⁵.

Aliado a isto, todos estes eixos de opressão devem ser pensados como produto do sistema-mundo da colonialidade europeia na América Latina - que é “de poder, saber, ser, [gênero] natureza e linguagem, sendo também constitutiva dessas” (LUGONES, 2014, p. 940). Tais saberes, incorporados no exercício da liderança sócio-política em suas comunidades, provenientes da sua ancestralidade africana, caracterizam certas ações de enfrentamento e resistência a essas lógicas opressivas.

O fato é que há muito não se via tamanha presença de espírito e ousadia. A indignação que emanava daqueles corpos era tão profunda que dava para ler as suas mentes: Como esse “Dia” demorou a chegar! Entre tantas expressões, como esquecer a imagem daquela senhora negra, moradora de Brasília, que tinha ido apenas para assistir, mas não resistiu? Ao ser abordada pela jornalista Juci Machado, que cobria o ato desabafa: “Eu tinha que viver para ver isso!” Uma expressão que revelava o grau de desalento de alguém farta de presenciar tantas iniquidades e maus-tratos dirigidos ao povo negro.

Prestes a encerrar a Marcha, manifestantes do movimento pró-impeachment acampados no gramado em frente ao palácio do Planalto na Esplanada (Vide Imagem 30), tentaram acabar com o entusiasmo daquelas aguerridas mulheres. Dois policiais civis, um membro de grupos pró-ditadura e outro a favor do *impeachment* da presidente da república eleita Dilma Rousseff, dispararam tiros com arma de fogo durante a manifestação, provocando tumulto e pânico aquelas que se dirigiram até Brasília com um único propósito de desobedecer a ordem social racista e deram o seu recado.

Entretanto, nem mesmo a ação violenta desses grupos extremistas foi capaz de tirar o brilho e o entusiasmo que caracterizou esta Marcha. A esse respeito, Valdecir Nascimento argumenta que,

Todas que estiveram na marcha sabem que os Orixás estavam lá ligados, na verdade eles se mudaram pra Brasília naquela semana. As que não choravam... Falar da Marcha qualquer hora faz isso. Eu mesma me arrepio toda. Eles saíram de turma e disseram nós não vamos deixar essas mulheres sozinhas. E aquele babaca que estava lá em Brasília estava cumprindo o papel dele. A nossa religião, a nossa ancestralidade diz isso né? Não há um mal que não seja também para um bem. Então ele estava lá

¹⁵⁵ Segundo dados do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH), elaborado pelas Nações Unidas, o Brasil é o décimo país mais desigual do mundo. <https://oglobo.globo.com/economia/brasil-o-10-pais-mais-desigual-do-mundo-21094828>. Acessado em 20/11/2012.

porque ele tinha um papel a cumprir. Também se ele não estivesse lá a Rede Globo não teria noticiado a nossa existência não é verdade? (Valdecir Nascimento, 2016).¹⁵⁶

Já a coordenadora do MNU Iêda Leal, que presenciou de cima do trio elétrico toda a violência racial direcionada as mulheres negras durante a Marcha pelos golpistas (Vide Imagem 31), avaliou esse episódio da seguinte maneira:

Nós chamamos isso de racismo. Queremos punição para as pessoas que agrediram não uma mulher negra, agrediram 50 mil mulheres que participavam da marcha para dizer que nós não aguentamos mais esse tipo de violência. A organização do evento vai fazer um boletim de ocorrência e buscar justiça pelo que houve (Ieda Leal – presidenta do MNU).¹⁵⁷

Ao longo do trajeto era visível a perplexidade e admiração estampadas nos olhos dos transeuntes que por ali passavam naquele momento e se espantavam, ao ver tanta mulher preta a protestando. Eram expressões múltiplas, incrédulos, orgulhosos, admirados, com contentamento diante de tamanha façanha, o que de alguma forma contagiava e era correspondido por todas/os, num gesto de reconhecimento naquelas imagens.

Neste sentido, ainda que de forma sucinta, foram mostrados alguns episódios emblemáticos ocorridos durante esta ação política de resistência, atentando para formas organizativas, metodologias, estratégias políticas e de mobilização, reproduzidas desse ativismo feminista negro, de experiências vindas da vivência deste sujeito num ambiente de diáspora, trama principal dessa tese.

Essas diferentes estratégias de enfrentamento se configuram como motivações básicas para sua organização e que contribuiu para deliberação do ato de marchar. Servem também para evidenciar que não partimos do zero, posto que desvelam condições culturais, históricas e epistemológicas que confirmam as concepções e práticas descoloniais com que se relacionaram no passado e relacionam.

“Inesquecível”! Esse termo resume aquele dia 18 de novembro de 2015, quando as mulheres negras ocuparam a Esplanada dos Ministérios com suas histórias de vida marcadas pelo racismo, mas também por uma história de contribuições através de saberes e fazeres específicos de sua cultura ancestral. Foi assim, diante de um Congresso Nacional – com baixíssima representatividade que denuncia a falácia que é o estado democrático de direitos e a democracia racial com apenas duas negras eleitas na atual legislatura eleitas para a Câmara dos

¹⁵⁶ Coordenadora Executiva do Odara Instituto da Mulher Negras/BA. Fala proferida na mesa do Forum de Feminismos Negros da Awid, na Bahia, 05 e 06 de setembro de 2016.

¹⁵⁷Relato extraído de matéria on-line da página da CESE <https://www.cese.org.br/marcha-das-mulheres-negras-reune-30-mil-em-brasilia-df/>.

Deputados – que exclui seus corpos, cabelos em estilo afro, turbantes, palavras de ordem, agendas, bandeiras e, sobretudo, seu protagonismo e visão de outro modelo de sociedade. A Marcha das Mulheres Negras ofertou esse conhecimento.

CAPÍTULO VI – MULHERES KIZUMBA: TECENDO A REDE DE MULHERES NEGRAS DO NORDESTE

Seminário Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste¹⁵⁸



Relatório do Seminário Tecendo a Rede de
Mulheres Negras do Nordeste

Recife, 27 e 28 de abril de 2013.

Contato: mulheresnegrasdonordeste@gmail.com



Fonte: Relatório da RMNN, Seminário “Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste”.

Arquivo do Odara Instituto da Mulher Negra.

¹⁵⁸ Seminário de lançamento, articulação e construção da Rede de Mulheres Negras do Nordeste, projeto “Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste”, que contou com representantes de 25 organizações de mulheres negras da região nordeste do país.

Ajuizar, do ponto de vista da teoria feminista negra decolonial, como vimos, a ação coletiva da RMNN, significa buscar um entendimento sobre a realidade social em que estão inseridas, a fim de emitir uma opinião pertinente sobre o contexto em que se apresentam as tecnologias sociais - práticas educacionais, de mobilização, empreendedoras, resistência e articulação. Mas, também, o grau de desobediência presente nessas práticas que vão de encontro às normas impostas pelo colonizador.

O que instiga a querer apreender os mais variados aspectos que caracterizam a incidência política deste sujeito sobre a dura realidade social, que as atinge ao longo do processo histórico. Esse julgamento se dá sobre uma, dentre tantas outras iniciativas que poderíamos ter selecionado para estabelecer a análise do que, para nós, representa a força motora desta Marcha: a Rede de Mulheres Negras do Nordeste (Vide Imagem 32).

Neste capítulo apresento, mais detalhadamente, o que hoje vem sendo considerada a maior sacada do movimento de mulheres negras na atualidade, no sentido de potencializar a I MNNB e, com esta, a luta antirracista e antissexista no Brasil: a Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMMN)¹⁵⁹.

O Odara – Instituto da Mulher Negra, desde 2012 assumiu juntamente com a Fundação Ford, Cese e do UNFPA (apoio Institucional) o compromisso político de desenvolver um projeto de articulação e construção de uma rede de mulheres negras nos nove estados da região do Nordeste do país com capacidade de fortalecer suas organizações, com foco na autonomia e garantia da inclusão destas mulheres no novo ciclo de desenvolvimento do país e no enfrentamento da violência contra essas mulheres na região.¹⁶⁰ O que significa colocá-las no centro das prioridades políticas, dos investimentos, do orçamento público, com foco na garantia da cidadania e do bem viver.

Como primeira estapa do ciclo de ações previstas na agenda de articulação, mapeamento e fortalecimento das organizações de mulheres negras do Nordeste, o Odara organizou o seminário “Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste” (2013) (Vide Imagem 33) com a “Oficina de Mobilização e Ampliação da Articulação de Mulheres Negras do Nordeste – Câmbio Negro”. Nesta ocasião foi possível contar com a participação de 25

¹⁵⁹ Disponível em <https://odarainstituto.wordpress.com/2013/09/03/odara-realiza-la-reuniao-de-formacao-da-rede-de-mulheres-negras-do-nordeste/>. Acessado em 04/07/2014.

¹⁶⁰ Disponível em https://www.facebook.com/pg/rededemulheresnegrasdonordeste/about/?ref=page_internal. Acessado em 08/08/2018.

representantes de organizações de mulheres negras da região nordeste do país. Conforme retrata a fala de Benilda Brito¹⁶¹, coordenadora de Programa do Odara,

Desde 2012 o Odara – Instituto da Mulher Negra assumiu o compromisso político de articular a Rede de Mulheres Negras do Nordeste, formada por organizações de mulheres negras dos nove estados da região. A partir dos diálogos e definições políticas foram apontadas e a importância da Rede de Mulheres Negras do Nordeste ganha valor histórico ao resgatar Beatriz Nascimento, Carolina Maria de Jesus e Lélia Gonzalez, entre outras lideranças históricas do Nordeste, que possuem na sua trajetória de militância a luta das mulheres negras. A sugestão de referenciar as ações da Rede na narrativa de vida dessas mulheres sustenta-se no princípio africano da ancestralidade e parte da compreensão de que o movimento de mulheres negras da atualidade deve ser compreendido em um contexto mais amplo – como o resultado das construções e lutas de outras mulheres negras que vem de muito longe (Benilda Brito, 2016).¹⁶²

Na mesa de abertura (Vide Imagem 34) do seminário foi possível contar com a presença de diversas lideranças, que contribuíram com sua expertise e comprometimento para o êxito deste encontro. São estas as ilustres participantes:

1. Valdecir Nascimento: coordenadora executiva do Instituto Odara.
2. Rosana Fernandes: assessora de projetos da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese)
3. Rita Santos: presidenta da Associação das Baianas do Acarajé (ABAM)
4. Nilma Bentes: coordenadora do Centro de Estudos e Defesa do Negro no Pará (CEDENPA).

Esta iniciativa tem a ver com o compromisso político assumido com seus parceiros, de construir uma estrutura de rede nos estados e municípios da região Nordeste visando oxigenar a ação política desse movimento. Essa rede visa mapear, construir, mobilizar, rearticular e apoiar institucionalmente as organizações das jovens, mulheres e lésbicas negras, com foco na sustentabilidade e formação política dessas mulheres nas dimensões de raça, gênero e orientação sexual¹⁶³.

Ao longo de sua existência esteve voltada para a consolidação de uma ampla parceria entre organizações nacionais e internacionais, buscando gerar as condições necessárias para

¹⁶¹ Benilda Brito, Pedagoga, Mestre em Gestão Social - CIAGSUFBA (2015). Coordenadora do Nzinga Coletivo Mulheres Negras de Belo Horizonte-MG e Coordenadora do Programa de Direitos Humanos do Odara Instituto da Mulher Negra.

¹⁶² Fala extraída do Relatório de Atividades da RMNN, da reunião ocorrida no dia 07 de maio de 2016, em Feira de Santana-BA.

¹⁶³ Informação extraída do site do Odara Instituto da Mulher Negra, 08/08/2018.

garantir que as opressões que abarcam as mulheres negras sejam tratadas por mais de um véis, não apenas de raça, mas, sobretudo, considerando o deslocamento das fronteiras com a possibilidade da recriação de identidades e construção de agendas mais abrangentes que deem conta dessa diversidade. Tem na radicalização da democracia, do pluralismo e do bem viver de todos/as, os principais motivos da sua existência.

Neste sentido, apresento os sujeitos desta pesquisa: as mulheres negras, suas organizações, que compõem a Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN), com sua história, estrutura, metodologias, dentre outras características, que identificam as especificidades desse Movimento Social imbricados com seu contexto territorial, apontando as diversas formas de atuação no processo de construção da I MMNB. Evidencio ainda as transformações e o crescimento dessa articulação ao longo dos anos – desde a sua criação até agora - nos estados envolvidos.

Apresento, também, os dados levantados no campo de pesquisa, envolvendo o contexto, onde estão inseridas as organizações que compõem a RMNN: o estado, quantidade de organizações envolvidas; Tempo de articulação; Municípios mobilizados; Parceiros; Financiadores para a compreensão de como se constituiu esta rede, assim como a importância dessas ações para impulsionar o processo de construção da I MMNB e, a partir destas, renovar o feminismo negro.

Trago o referencial teórico que contribui nas reflexões sobre as formulações trazidas para análise; apresento a RMNN: sua organização, história, metodologia, representação e formas de atuação, bem como algumas ações políticas selecionadas especialmente para essa análise. Essa forma de apresentação tem como propósito identificar as especificidades das estratégias utilizadas pelo Movimento de Mulheres Negras, tendo sempre como pano de fundo a realidade local, apontando suas escolhas e as transformações que ocorreram a partir de suas intervenções, caracterizadas por intensos processos de mobilização, articulação e formação em torno de diversos temas e agendas. Em vista disso, passo então a apresentar o aporte teórico utilizado para analisar a Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN).

1. Movimentos Sociais e a Rede de mulheres negras

Analisar os paradigmas que tratam os diversos movimentos sociais não tem sido uma tarefa fácil, haja vista as inúmeras lacunas presentes em sua teorização. Muitos analistas têm considerado este campo de pesquisa bastante complexo, tanto em termos de sua abrangência nacional e consequentes especificidades regionais em relação às formas de fazer política, como

quanto ao impacto que diferentes organizações com distintas visões sobre o seu direcionamento têm sobre a sociedade e sobre os caminhos delas próprias (GOHN, 2012; MELUCCI, 1994).

De acordo com o pensamento de Maria da Glória Gohn (2012), em diálogo com Melucci (1994, p. 190), acerca de como se estruturam o campo político e força social, isto decorre do fato de que os movimentos acontecem em espaços não-consolidados das estruturas e organizações sociais, fora das estruturas das desigualdades existentes, local onde “as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas, onde a ação é portadora imediata de tessitura relacional da sociedade e do seu sentido” (Melucci, 1994, p. 190). Ou seja, “Na maioria das vezes, eles estão questionando estas estruturas e propondo novas formas de organização à sociedade política” (MELUCCI, 1994; GONH, 2012).

“Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum (GOHN, 1995, p. 13).

Diante do exposto, é possível dizer que os movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais que se manifestam devido a grande desigualdade social, política e econômica existente no mundo todo. Para Gohn (1995, p. 44), eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento a partir de interesses em comum. Essa identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo (GOHN, 1995; 1997).

O movimento de mulheres negras contemporâneo, por exemplo, é um processo em escala mundial de práticas mobilizatórias, que forjou o aparecimento de inúmeras organizações sociais, transformando, de forma veloz, a dinâmica da luta desse sujeito social e político. Adotando configurações absolutamente novas do ponto de vista estratégico, diferentes do que até então vem sendo utilizadas na luta antirracista e no enfrentamento às estruturas dominantes, como resposta contundente ao imperialismo ocidental, originou-se uma agenda de tamanhos e densidades superlativas para o poder público.

Inicialmente, para pensar as ações políticas dentro destas novas configurações que o movimento de mulheres negras assumiu no final do século XX, suas relações com o Estado e sociedade, não tinha a pretensão de me aprofundar no debate sobre redes de movimento social. Todavia, ao longo desse processo investigativo, face às demandas exigidas ao movimento pela tríade capital, Estado e sociedade – não na forma em que originalmente era acionada, mas na ordem mundial emergente e seu processo de globalização – fui convencida quanto à pertinência de incorporar também a esta pesquisa esse recurso metodológico para a sólida análise da ação política das mulheres negras na contemporaneidade.

Um meio de tentar contribuir com mais esta estratégia analítica, não importando quão problemático e desafiador seja seu uso como construção explicativa. Não apenas porque se alia aqueles/as que estão abrindo a lacunas metodológicas, mas também pelo potencial explicativo de estratégias analíticas específicas vislumbradas por obras que sinalizam para a formação de alianças estratégicas que coloca a ação política de mulheres negras a luz de um novo marco metodológico, que atravessa as classes nacionais, sociais e de raça. Afinal, no enfrentamento e superação de problemas comuns são as relações de poder que dinamizam e garantem a construção permanente das redes sociais. (WASSERMAN & FAUST, 1994).

Explicar a capacidade de agir do movimento de mulheres negras, caracterizado cada vez mais pela consolidação de suas identidades grupais, em um mundo cada vez mais interdependente e dinâmico, estruturado e conectado em rede pela globalização requer, sem sombra de dúvida, uma análise conectada com as mais diversas áreas do saber, sem negligenciar, contudo, de conhecimentos complementares necessários produzidos por outras tantas áreas.

A Rede de Mulheres Negras do Nordeste foi a articulação escolhida para refletir sobre a potência do feminismo negro na construção da I MMNB, em razão das especificidades demográficas, socioculturais, econômicas e políticas que fazem desta a terceira maior região do Brasil em extensão territorial, com área superior a 1,5 milhão de Km², com o maior número de unidades da federação (nove), que são: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. É a segunda região mais populosa, com aproximadamente 30% da população brasileira, de acordo com Censo IBGE 2010 (Vide Mapa 3).

Importante salientar que aproximadamente 34,1 milhões de habitantes residem nesta região, segundo dados do censo demográfico de 2010, número equivalente a 28% da população nacional, sendo a grande maioria desta população constituída de mulheres e descendentes de

africanos. Isso a torna a terceira região mais povoada do Brasil, com densidade populacional de pouco mais de 34 habitantes por km².¹⁶⁴

Dados dos dois censos demográficos mais recentes realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) permitem constatar que a Região Nordeste, entre 2000 e 2010, apesar de sua importância e crescimento econômico acima da média nacional observado nos últimos anos, possui o pior PIB per capita e também o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) se comparado às demais regiões do país. Mais de três quartos de seus municípios enquadram-se na categoria de baixo IDH, com Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) médio dos estados de 0,6598 (de acordo com informações disponíveis no site do Ipeadata).¹⁶⁵

Apesar de ter o terceiro maior Produto Interno Bruto (PIB) total do Brasil (R\$ 555.325 milhões – atrás das regiões Sudeste e Sul), correspondendo a pouco mais de 13% do PIB brasileiro, a Região Nordeste é a mais pobre, com PIB per capita de R\$ 10.379. Ademais, a citada região abrange os dois estados com menor PIB per capita do país, a saber, Maranhão e Piauí, com R\$ 7.853 e R\$ 7.836, respectivamente. Na mesma época, o PIB *per capita* brasileiro era de cerca de R\$ 21.536 (IBGE, 2013a apud GUIMARÃES et al).

O Nordeste brasileiro é, também, o que concentra o número (70%) de mulheres negras em sua população e são essas que têm sofrido de forma mais aguda os desastrosos impactos dos modelos de desenvolvimento adotados pelo Brasil. Nestes, observamos que políticas universalistas foram responsáveis por manter esse segmento em condições extremas de pobreza, expostas a violências, ao analfabetismo, e a precárias condições de saúde e baixo acesso à justiça. A RMNN é resposta para o resultado desses desastres e uma iniciativa que, para além de fortalecer individualmente essas mulheres, volta-se para o fortalecimento das suas organizações, que atuam na luta antirracista, pela democracia, pela liberdade, pela equidade e autonomia da população negra.

1.1. Tecendo a Rede de mulheres negras no Brasil

Tendo inicialmente como incumbência o mapeamento, mobilização, rearticulação, apoio e fortalecimento institucionalmente das organizações das jovens, mulheres e lésbicas negras dos nove estados do nordeste brasileiro, visando a construção da I MMNB coube

¹⁶⁴ Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?id=3&idnoticia=2125&view=noticia>. Acessado em 29/08/2014. Acessado em 14/08/2018.

¹⁶⁵ Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste, Paulo Ferraz Guimarães et al, Rio de Janeiro: BNDS, 2014, p. 70. Disponível em file:///C:/Users/Samsung/Downloads/Um%20olhar%20territorial%20sobre%20o%20desenvolvimento_2014_P.pdf. Acessado em 19/10/2019.

também ao Odara construir a Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN), uma tecnologia com propósitos ainda maiores como a de implementar uma comunicação estratégica de incidência política como ferramenta de disputa no campo da contranarrativa ao discurso hegemônico de dominação da sociedade colonial e patriarcal.

Com mais de cinquenta participantes dos oito estados do nordeste do país, o seminário de lançamento do projeto de articulação e construção da Rede de Mulheres Negras do Nordeste (27 e 28 de abril de 2013) contou com a participação de representantes de 25 organizações de mulheres negras dos estados do Maranhão, Alagoas, Piauí, Ceará, Pernambuco, Sergipe, Paraíba, Bahia e da Articulação Nacional de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB).

Esse Seminário teve como objetivo principal construir o processo de rearticulação e mobilização das jovens e mulheres negras do nordeste brasileiro, que envolve nove estados da região, a fim de estruturar uma rede de fortalecimento das organizações de mulheres negras para incidir nas políticas públicas de promoção da igualdade.

Na programação o seminário incluiu além da apresentação do projeto: “Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste”, a palestra da professora Joselina da Silva,¹⁶⁶ com o tema “Mulheres Negras – Uma análise de conjuntura dos últimos dez anos”, e uma roda de conversa sobre a mobilização da Marcha Nacional de Mulheres Negras pelo Bem Viver.

A oficina de dois dias aconteceu nos dias 27 e 28 de abril de 2013, no Auditório do Hotel Jangadeiro, em Recife, e contou com a presença de representantes de 25 organizações de mulheres negras da região norte e nordeste do país, com a seguinte proposta de pauta:

- *Apresentação do Projeto “Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste”;
- *Análise da conjuntura com os principais desafios para as mulheres negras do Nordeste;
- *Definição da Identidade, dos desafios e das agendas da Articulação de Mulheres Negras do Nordeste;
- *Apresentação da proposta da Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo e pelo Bem Viver - Rumo a Brasília em 2015.

Embora essas mulheres que compõem a Rede já desenvolvam ações conjuntas há bastante tempo, a RMNN tem como marco de sua fundação este seminário ocorrido em 27 e 28 de abril de 2014, em Recife. A presença dessas 25 organizações de mulheres negras e mistas da região nordeste do país sugere que essa é apenas a etapa mais recente do ativismo conjunto

¹⁶⁶ Socióloga, intelectual, militante do movimento negro e professora da Universidade Federal do Ceará (UFC-Cariri).

dessas organizações que agregam em sua estrutura, entidades com perfil político caracterizado pela resistência ao racismo, sexismo e lesbofobia em seus territórios.

Trata-se de uma rede de movimentos sociais, de caráter local, com forte capilaridade e participação no território brasileiro que influencia, de maneira cada vez mais crescente e propositiva, as esferas públicas locais, regional e nacional. Sua forma de atuação tem contribuído para a garantia e conquista de novos direitos, para o fortalecimento das agendas de suas organizações, em seus locais de atuação, bem como contribuiu, ativamente, para a concretização da IMMNB.

Como muitos movimentos sociais que se constituíram à luz de movimentos de justiça global, a Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN) tem como concepção e definição estratégica a consolidação de uma ampla parceria com organizações nacionais e internacionais no sentido de apresentar uma agenda sólida na linha dos direitos das mulheres negras da região e assim influenciar no leque de políticas públicas e nas agendas internacionais. Busca uma nova cultura política, que tem na radicalização da democracia, do pluralismo e do bem viver o principal motivo da sua existência.

As ações e práticas políticas já mencionadas delimitam um espaço de relações mais amplo que aqueles inerentes à vida cotidiana em uma escala local, como a própria escala regional, os chamados territórios-rede. Ao levantar suas bandeiras nesta dimensão, reivindicando o bem viver para as mulheres negras, ressalta-se o legado histórico guardado na memória ancestral, o pedido de inclusão, não apenas para parcela significativa da população brasileira, mas para as mulheres negras do mundo todo, em codição de diáspora africana. Mulheres que um dia ousaram denunciar as práticas e a força ideológica do racismo e do sexismo combinados sob a terra.

É com o foco neste amplo cenário que o Odara realiza de 03 a 08/09/2013 a I Reunião de Formação das representantes da comissão de comunicação e mobilização da RMNN (Vide Figura 12) para além de dar continuidade ao processo de organização e estruturação da Rede, deflagrar por meio de ações de *advocacy*, uma série de incidência política e disputa de narrativa contra a lógica colonial dominante nos planos econômico, político, religioso, cultural, social, ambiental e psicológico, das representações distorcidas, estereotipadas do “ser negro”, que visa a desumanização da população negra.

Mediante esse cenário aqui exposto, o movimento de contranarrativa e incidência política pactuado com as ativistas negras da região nordeste ganha centralidade nesse processo de articulação da Marcha, rompendo com arquétipos, tornando-se eixo orientador de um projeto

de sociedade antirracista, anticolonial e plurirracial, as resistências alternativas, em defesa dos interesses das mulheres negras localizadas nesse corpo no contexto geopolítico, visibilizando histórias, exploração e violação da cidadania negra e construindo modos sustentáveis de vida em prol da autonomia desse sujeito.

A Rede de Mulheres Negras é, portanto, uma estratégia organizativa de enfrentamento, orquestrada pelo movimento de mulheres negras na região ao longo dos anos, por meio de iniciativas coletivas e auto-organizadas. Como rede, é a instituição que consegue arregimentar e manter as mulheres negras mobilizadas o ano inteiro. Sob essa articulação abriga, não apenas, a formação política dessas mulheres em torno dos conflitos reais ocasionados pela violência colonial, racismo, sexismo, lesbotransfobia, ocultamentos, opressão e o epistemicídio de suas culturas, mas também, suas dores e angústias associados ao longo processo de apagamento ao qual negros/as foram submetidos.

Assim, dedico meu olhar neste capítulo, particularmente, às tramas das mulheres negras no Nordeste a partir das redes constituídas por esse movimento social. Depois analiso as frações da rede para compreender sua diferenciação interna e sua complexidade. Examino a forma como esse processo se deu, possibilitando o engajamento ativo das mulheres nesta região. Isso é tudo que interessou à teoria feminista negra da transformação social, da ação e prática ancestral e da autodeterminação e autodefinição das mulheres negras: um processo de insurgência contra os modelos de desenvolvimento econômico e político desigual, adotado pelo Estado e sociedade, contra o qual sejam levantadas bandeiras reivindicativas de inclusão da população negra. Conteúdo este que tem levado a Teoria feminista negra a se debruçar cada vez mais na tentativa de traduzir práxis de luta estratégicas mais contundentes para um combate afrodiaspórico do racismo.

1.3. RMNN: *locus* epistêmico geopolítico e corpo-político do sujeito da enunciação

A Rede de Mulheres Negras do Nordeste é um movimento constituído da coalizão de grupos, coletivos, organizações de mulheres negras, que atua na região Nordeste do Brasil. Baseia-se na cumplicidade e solidariedade das mulheres que compartilham os mesmos projetos políticos de emancipação da comunidade negra. Tem como objetivo defender os interesses das mulheres negras, promoverem modos de vida sustentáveis e fortalecer sua autonomia. Diz o seu documento de fundação que a RMNN “tem como principal propósito construir um processo de rearticulação e mobilização das organizações de jovens, mulheres e lésbicas negras do

Nordeste que venha a fortalecer essas organizações no enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia”¹⁶⁷.

A Rede cumpre um papel crucial na recriação de identidades, na formulação de agendas e deslocamento das fronteiras sociais e políticas, se propondo a vivenciar, a partir das organizações que a representam, os seguintes princípios (RELATÓRIO DE FUNDAÇÃO DA RMMN)¹⁶⁸:

1. Autonomia: reconhecimento da capacidade de autodeterminação das mulheres sobre suas próprias vidas, corpos e escolhas;
2. Respeito à ancestralidade: Valorização das raízes ancestrais e heranças culturais e históricas africanas;
3. Reciprocidade: Troca mútua de experiências, conhecimento e apoio;
4. Respeito mútuo: Valorização das experiências e trajetórias individuais;
5. Circularidade: O caráter do pensamento cíclico, o movimento da roda, a renovação, a compreensão de que a vida é cíclica, a participação ativa e contínua;
6. Luta contra as opressões: Combate as diversas formas de opressão;
7. Horizontalidade na tomada de decisões: Igualdade na participação e influência nas decisões;
8. Respeito às diferentes trajetórias das mulheres negras: Reconhecimento das diversidades entre as mulheres;
9. Irmandade: Fortalecimento dos laços de cumplicidade e solidariedade entre mulheres negras.

As negras que compõem a RMNN são, na sua maioria, pessoas que já militam de alguma forma, no movimento social, incidindo politivamente sob diversas agendas. Muitas delas são representantes de coletivos, articulações, conselhos, seja de um movimento social, seja de um grupo populacional (movimento Negro, de Mulheres, um bairro, uma comunidade quilombola, pescadoras, marisqueiras, sindicato, partido, por exemplo). Já suas organizações são instituições que mantêm acesas em sua missão a utopia de outro modelo civilizatório, mais agregador, por isso mesmo acreditaram na proposta de marchar até Brasília em defesa do bem viver para todos/as.

¹⁶⁷ Relatório da RMNN, Seminário “Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste”, Hotel Vila Velha, Salvador-Bahia, de 06 a 08/09/2013. Extraído dos arquivos da RMNN.

¹⁶⁸ Relatório do I Encontro do Movimento de Mulheres Negras para Fundação da Rede de Mulheres Negras da Bahia. Data de Fundação: 26 de abril de 2014, na cidade de Salvador/BA.

No decorrer da pesquisa, as áreas a serem pesquisadas foram ampliadas até chegar a um total de cinco estados por se tratar de uma área que já se articula politicamente a bastante tempo, sob a legenda do Movimento Negro Unificado, e mais recentemente, por meio da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB). Cada um desses estados com ocupações históricas distintas e com acentuadas diferenças no perfil populacional nos deu o espectro desses protagonismos na região.

A princípio, essa mobilização assumiu uma forma interinstitucional de atuação e aproximação do diálogo entre as organizações da RMNN e as demais organizações feministas, a sociedade civil, o setor privado e as secretárias de Estado, principalmente as secretarias de políticas para as mulheres, de Promoção da Igualdade Racial, Direitos Humanos e Juventude visando envolvê-las nas demandas da Marcha e promoção de avanços nas políticas de enfrentamento ao racismo e demais desigualdades.

Até o término do processo de mobilização para a Marcha, esta configuração, em muitos estados do Nordeste, já não seria mais a mesma, devido a uma série de disputas internas relacionadas ao espaço de atuação e representação. Motivo pelo qual a articulação da RMNN não deve, sob nenhuma hipótese, ser confundida com uma iniciativa de Estado (SEPPIR ou SPM) ou de mulheres genericamente falando, mais sim como uma articulação que teve seu protagonismo centrado nas mulheres negras brasileiras.

Para o sociólogo Manuel Castells (2007), em seu trabalho sobre a sociedade em rede, uma nova forma espacial tem caracterizado e moldado as práticas sociais desempenhadas pelos sujeitos neste modelo de sociedade dominado pela ideia de rede: o espaço de fluxos. De acordo com o autor,

O território será um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre ‘nós’ (o grupo, os membros da coletividade ou ‘comunidades’, os insiders) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders). (SOUZA, 2006, p. 86)

Nesse modelo, a ideia de território tem sido fortemente apropriada como um conceito polissêmico, podendo ser analisado de diversas formas, entretanto, a nossa proposta conceitual busca o entendimento da lógica da construção desse território de atuação da RMNN, por meio de sua identidade territorial, os símbolos que as alicerçam nesse espaço, além da forma como se estruturam.

O espaço de fluxos e o tempo intemporal são as bases principais de uma nova cultura, que transcende e inclui a diversidade dos sistemas de representação historicamente transmitidos: a cultura da virtualidade real, onde o faz-de-conta vai se tornando realidade. [...] O espaço de fluxos é a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos. Por fluxos, entendo as sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais nas estruturas econômica, política e simbólica da sociedade. Práticas sociais dominantes são aquelas que estão embutidas nas estruturas sociais dominantes. Por estruturas sociais dominantes, entendo aqueles procedimentos de organizações e instituições cuja lógica interna desempenha papel estratégico na formulação das práticas sociais e da consciência social para a sociedade em geral. (CASTELLS, 2007, p.462-501). [Grifo do autor].

Daí é que podemos supor que a RMNN é um amplo movimento, que incorpora perspectivas raciais, étnicas e de gênero como elemento de construção de laços de significados comuns, de ligação e de grande fator aglutinador. Uma rede de ativismo que se caracteriza em sua forma de atuação, por um contínuo de ações articuladas por uma história comum, pela influência de uma identidade ancestral, orientada para o combate às desigualdades, à discriminação racial, ao racismo, ao sexismo e à lesbofobia, com foco na garantia de direitos, da inclusão das mulheres negras e no enfrentamento da violência. Condição esta de existência comum agravada na região nordeste que, mesmo vivendo e contribuindo significativamente para o atual crescimento econômico brasileiro, ainda apresenta os piores índices de desenvolvimento do país.

No intuito de formalizar sua estrutura deliberou-se, nos acordos firmados na I Reunião de Formação da Rede de Mulheres Negras do Nordeste – RMNN, que esta é, “exclusivamente, composta por organizações de mulheres negras, organizações mistas do movimento negro e militantes negras que atuem de forma individual” na luta antirracista no Brasil.

No que tange à gestão, decidiu-se sua composição por meios de um núcleo gestor (neste negritou-se a participação exclusiva de organizações de mulheres negras – em situação jurídica e fiscal regular, posto que o objetivo da rede é fortalecê-las na captação de recursos para o fortalecimento da sua atuação no território) e, inicialmente, por duas comissões, a saber: comissão de comunicação e comissão de articulação e mobilização (estas podendo ser compostas por organizações mistas do movimento negro, além das entidades de mulheres negras.¹⁶⁹

¹⁶⁹ Relatório da I Reunião de Formação da Rede de Mulheres Negras do Nordeste - RMNN. Hotel Vila Velha, Salvador-Bahia, de 06 a 08/09/2013 - Projeto “Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste” – Extraído dos arquivos da RMNN.

Como uma rede interorganizacional insurge contra os modelos de desenvolvimento econômico e político desigual adotado pelo Estado brasileiro, para atuar pela construção de modos sustentáveis de vida, no território nacional, em defesa dos interesses das mulheres negras. Esta forma organizativa, que envolve articulações entre várias cidades e regiões, apresenta estratégias espaciais, e não movimentos desconectados, aleatórios, desterritorializantes.

Em vista disso, pontos relevantes e prioritários foram traçados pelo movimento para que as mulheres negras possam superar as desigualdades raciais no nordeste impostas por esses modelos fracassados, porém ainda adotados pelo Estado brasileiro. Um modelo civilizatório que exclui mais de 104 milhões de pessoas. São eles:

- Aprofundar o debate com a juventude negra sobre os termos e efeitos desse pacto civilizatório;
- Formação política;
- “Representação”. Como criar uma nova forma de mídia onde seja possível acionarmos outra “imagem”.

Esta crítica está presente na avaliação feita por Valdecir Nascimento no Encontro da RMNN em 2016.

Nós já afirmávamos que o modelo civilizatório brasileiro é um fracasso. O modelo civilizatório brasileiro porque você não pode compreender um modelo civilizatório que deixa mais de 104 milhões de pessoas fora. Isso nós estávamos falando apenas da população negra. Quando você vai pensar nas populações indígenas, as mulheres de forma mais geral, os homens trans, as mulheres trans, quando nós vamos discutir cada uma desses segmentos, que pacto civilizatório brasileiro é esse que não inclui a maioria significativa desse país? Então também na Carta nós nos ousamos a dizer a presidente da república da nossa generosidade porque nós queremos emprestar a presidente da república uma nova perspectiva de pensar um modelo um novo pacto civilizatório para o Brasil [...] Nessa nossa caminhada da Marcha de Mulheres Negras nos reensina a pensar um conjunto de estratégias para fazer uma grande pressão no Brasil. A marcha de mulheres negras nos diz que essa esquerda brasileira é branca, racista e que sempre nos tratou com migalhas, nos diz ainda que é possível nos fortalecer e que é possível mudar a ordem por isso estamos no Nordeste, uma futucando a outra, uma inquietando a outra [...] que o bem viver para além de pressopor que só é possível se estivermos juntas, uma por todas e todas por uma traduzindo para o bom português que nós temos especificidades, que nós temos limites, que nós temos diferenças” (Valdecir Nascimento)¹⁷⁰

Assim, desde a relação entre movimento e rede, passando pela maneira de lidar com as demais organizações que a compõem, até a forma que estabelece as articulações com outros agentes externos, as organizações da rede procuram potencializar a participação democrática de

¹⁷⁰ Discurso proferido por Valdecir Nascimento na mesa de abertura do Encontro da RMMN – Recipe-PE, em 2016

todas e fortalecer os laços de solidariedade entre estas. Com isso chegamos a mesma constatação pontuada por Silvana Bispo (2013) ao

[...] afirmar que o processo de gestação e atuação do movimento de mulheres negras, hoje espalhado por todo o país – em forma de coletivos, organizações, entidades, casas, grupos, núcleos, institutos –, deve ser percebido como referencial importante de militância e ativismo político que cotidianamente expressa e denuncia as percepções das desigualdades diante das quais as mulheres negras são vítimas em potencial. Nossa luta, enquanto mulheres, orienta-se pelo combate ao racismo, sexismo, a homo/lesbofobia e às diferenças socioeconômicas e deve estar focalizada nas experiências e práticas reivindicatórias cotidianamente construídas (BISPO, 2013, p. 10).

As negras que compõem a RMNN são, na sua maioria, pessoas que já militam de alguma forma no movimento social. Muitas dessas mulheres são representantes de um coletivo, seja um movimento social, seja de um grupo populacional (um bairro, uma comunidade quilombola, ou de marisqueiras, por exemplo). A grande maioria de suas ativistas trabalhou de forma voluntária e muitas ou faziam parte de outros movimentos sociais (feminista, negro, de bairros, partidos, sindicais) e migraram ingressando no movimento de mulheres negras ou ainda mantêm suas ligações com seus movimentos de origem.

Quanto a formas de atuação, as organizações que compõem a RMNN têm buscado radicalizar, tencionando o modelo de democracia vigente por entender que esta, desde a abolição da escravatura - há 131 anos - manteve a população negra a margem de praticamente todos os setores da sociedade brasileira, com seus direitos negados, não incluindo, portanto, parcela significativa da sociedade, nos campos de deliberação democrática.

Tal tratamento levou, inclusive, o autor Abdias do Nascimento (1968c, p. 73), a estabelecer debate acalorado, ao se posicionar sobre os limites da “democracia abstrata”, onde o/a negro/a é uma entidade à parte no conjunto da humanidade no Brasil, e pontuar a necessidade da população negra tomar uma posição ativa diante de uma proposta de “democracia plurirracial”, se contrapondo, portanto, a idéia de “democracia popular”, defendida por parte da esquerda brasileira (NASCIMENTO, 1968c).

Para Abdias Nascimento, em sua obra *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* (1978), a falsa ideia de democracia racial, na qual se supõe que na sociedade brasileira, pretos e brancos, convivem de forma harmoniosa com igualdade de direitos e, portanto, que não há porque se falar em racismo, a realidade de negras e negros brasileiros têm sido atravessada por reiteradas violências raciais, desde o seu sequestro no continente africano. O que se leva a crer que tal falseamento da suposta democracia racial

brasileira tem o intuito de desencorajar a análise crítica e discussão sobre os conflitos raciais no Brasil; ao “manter as diferenças inter-raciais fora da arena política, criando severos limites às demandas do negro por igualdade racial” (HASENBALG, 1987, p. 80).

Em vista disso, várias análises de conjuntura nacional e da região foram realizadas, o que foi de grande valia para identificar caminhos, possibilidades, o que há na região em relação à história, memória, sobre a participação política, bem como, qual o lugar ocupado pelas mulheres negras nesta arena de disputas. Todas essas informações têm sido fundamentais para orientação dos nossos passos.

Esse tipo de abordagem adotada pela rede tem sido bastante útil, subsidiando a formulação de diagnósticos da realidade no cenário local, nacional e internacional posicionando em cada contexto as organizações, o que tem possibilitado a construção de perfis dessas organizações, identificarem as dificuldades, as fragilidades, às potencialidades e quais são os desafios que estão colocados para garantir autonomia no diálogo regional.

Daí que a RMNN é um amplo movimento de mulheres negras que incorpora perspectivas raciais, étnicas e de gênero como elemento de construção de laços de significados comuns, de ligação e de grande fator aglutinador. Uma rede de ativismo que se caracteriza por um contínuo de ações articuladas por uma história comum, pela influência de uma identidade ancestral, orientada para o enfrentamento às desigualdades, à discriminação racial, ao racismo, ao sexismo e à lesbofobia, com foco na garantia de direitos, da inclusão das mulheres negras e no enfrentamento da violência. Condição esta agravada na região nordeste, que mesmo vivendo e contribuindo significativamente para o atual crescimento econômico brasileiro, ainda apresenta os piores índices de desenvolvimento do país.

Ao lançar um olhar sobre o planejamento dos trabalhos da RMNN (Vide Imagem 35) para a construção da I MMNB percebe-se que a concepção e definição estratégica adotada para o êxito desse processo foi à consolidação de uma ampla parceria com organizações nacionais e internacionais, no intuito de apresentar uma agenda sólida, na linha dos direitos das mulheres negras da região e, assim, influenciar no leque das políticas públicas e nas agendas internacionais (Figura 13).

O relatório de atividades da Rede de Mulheres Negras do Nordeste 2015 destaca os impactos significativos pontuados nos quase três anos de estruturação e articulação dessa Rede (Figura 14). A rede ao longo desse período se dedicou a luta pela garantia dos direitos, apresentando uma agenda robusta focada no direito das mulheres negras, que tem sido reconhecida e incorporada em várias esferas da sociedade e poder público.

Denúncias sistemáticas dos abusos e violências sofridos por essas mulheres têm ajudado a aumentar a conscientização sobre a importância de não se calar diante dessas questões de forma específica e sensível têm influenciando positivamente na formulação de políticas públicas e agendas sólidas na linha dos direitos das mulheres negras na região. Alguns desses resultados notáveis incluem:

- Consolidação da Mobilização e da articulação das organizações de Mulheres Negras na região;
- Fortalecimento Institucional das Mulheres Negras nos seus respectivos estados e municípios;
- Consolidação de parcerias estratégicas para o fortalecimento das organizações, a exemplo de agências internacionais de fomento, intercâmbios com organizações de mulheres na América Latina e Caribe e, também, da Pan Amazônica;
- Ampliação de Organizações de Mulheres Negras na Captação de Recursos;
- Fortalecimento de Redes de Mulheres Negras de pequenos negócios, a exemplo de redes de alimentação, costura, reciclagem e produção artesanal e etc.);
- Participação em audiências sobre a situação das mulheres negras do Nordeste na Corte Suprema de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), em Washington D.C;
- Maior aproximação do diálogo entre as organizações de Mulheres Negras do Nordeste e as secretarias de Estado, principalmente as secretarias de Políticas para as Mulheres, de Promoção da Igualdade Racial, Direitos Humanos e Juventude (RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ODARA, 2015).

Assim, dedico meu olhar especificamente às tramas tecidas pelas mulheres negras do Nordeste, particularmente, a partir dessa rede de movimentos sociais que tem abraçado o feminismo negro como uma práxis de luta para um combate afrodiaspórico do racismo e transformação social.

2. Como se estruturaram os processos de mobilização da RMNN

Antes de me dedicar a busca de traços de uma concepção feminista negra decolonial nas práticas, metodologias e métodos adotados na concepção desses processos, contextualizo a rede ao expondo sua gênese, os objetivos e as estratégias que possibilitaram a ocorrência dessa I Marcha. Exponho em que sentido as atividades de logística, gestão dos recursos, a estrutura se aproximam de um movimento decolonial. Dito de outra forma, em que medida estas secom a tradição ancestral de saberes locais de articulações globais.

Tanto no sujeito político, Mulheres Negras, como na RMNN, a concepção feminista negra decolonial é perseguida a partir dos seguintes elementos: movimento individual e coletivo, político, epistêmico, sócio-cultural, metodológico, espiritual, ontológico e ético-político. As ações e práticas políticas aqui mencionadas serão delimitadas em um espaço de

relações mais amplo que aqueles inerentes a vida cotidiana em uma escala local, como a própria escala regional, os chamados territórios-rede.

Ao levantar suas bandeiras nesta dimensão, reivindicando o bem viver para as mulheres negras em condição de diáspora africana, a RMNN resgata o legado histórico guardado na memória ancestral. O pedido de inclusão que vai, não apenas para parcela significativa da população brasileira, mas para as mulheres negras do mundo todo, que se encontram nessa condição. Mulheres que um dia ousaram denunciar as práticas e a força ideológica do racismo e do sexismo combinados sob a terra.

Tomando como ponto de partida todos esses pressupostos a Rede teceu os seguintes pontos a serem perseguidos:

DESAFIOS DA RMNN

- 1 – Capacitar no convencimento do outro (Negociação). Processo organizativo de formação política;
- 2 – Encontrarmos a nossa agenda unificada.
- 3 - Avaliar processo de implantação dessas políticas a nível local. Levantar prioridades de bandeiras;
- 3 – Antever o depois. Avaliação e monitoramento;
- 4 – Levantar um número significativo de pessoas, pois cem mil pessoas em Brasília é nada, mas um milhão sim, “dá um bom caldo”.

No exercício de avaliação que sempre era feita para tirarmos o que foi bom? O que foi ruim? Quais as dificuldades enfrentadas e no que podemos melhorar? Falas e visões diferenciadas brotaram daqueles momentos de interação/formação, que faço questão de destacar por reconhecer a potência que dali emergia:

- Sugestão para que seja publicado no site da Rede o número de adesões ao Julho das Pretas desde a sua criação;
- “Nem todos os municípios têm organismos de defesa dos direitos das mulheres e isso dificulta a questão do transporte para essas atividades que nos diz respeito”;
- “Vamos pra os nossos encontros com uma bolsa e voltamos com uma mala” (MARILENE – Candeias). [Se referindo ao quanto de conhecimento se adquire numa atividade dessa natureza];
- “Como educadora entendi que perdemos a oportunidade de formar mais as mulheres naquele momento. Senti que ficou um vazio na logística pensada”. [Ideljane faz esta fala referindo-se à Mostra de Arte e Cultura que percebeu as mulheres muito dispersas num momento caro como este que conseguimos construir] (Ideljane Melo, 2014).¹⁷¹

¹⁷¹ Fala de Ideljane Melo, extraída do Relatório da Caravana para São Francisco do Conde/BA, 23/08/14. Arquivo do Odara Instituto da Mulher Negra.

Em reunião de avaliação das mobilizações feitas nos estados, pela RMNN para I Marcha, a historiadora Odara Valdecir Nascimento tece o seguinte relato sobre as ações desencadeadas até então e os rumos da articulação feita pela Rede em todos os estados do Nordeste.

Ainda não atingimos os outros setores, a exemplo do Maranhão que esta articulando com os sindicatos, por enquanto a articulação está na mobilização das Mulheres Negras. A ouvidora da Defensoria é uma ativista como nós e parceira no processo de construção da Rede Estadual. Quem vai discutir com o povo de Santo é a Rede de Mulheres de Terreiros; Na semana passada criamos a Rede do estado. Aprovamos reuniões itinerantes – sendo que a próxima será realizada em Cruz das Almas (Território do Recôncavo), dia 07 de junho, em seguida será a vez de Arembepe, na região metropolitana de Salvador. Existe uma demanda para a reunião acontecer em Maragogipe devido os conflitos que as comunidades Quilombolas do território estão enfrentando com a pauta de desenvolvimento do local, construção do Polo Naval, fato que agudizou a violência, prostituição e drogas, afetando diretamente as comunidades locais de pescadoras, marisqueiras e quilombolas. Apresentamos na análise de conjuntura para a criação da Rede da Bahia a trajetória de incidência política das mulheres negras; Estamos enegrecendo todos os meses da Bahia. Hoje, além do Novembro Negro temos o Maio Negro (criado pela Sepromi); Agosto Negro; Colocamos a Marcha na Festa do Bonfim. Fizemos praguinha, 200 ojas amarelos e um texto explicitando por que a marcha? Além de falas no percurso; [...] Temos contado com alguns segmentos como a ABAM - Associação das Baianas de Acarajé e Mingau, Cooperativas de Mulheres recicláveis, Movimento popular de Rua, MNU, Sindoméstico, Coletivo Carolinas, ICEAFRO, Casa Mariazinha de Oração, Afoxés, entre outras organizações parceiras. Tudo isso só esta sendo possível porque as mulheres negras estão respondendo muito positivamente às nossas chamadas. A Unegro não tem participado, apesar de terem sido convidadas. Ubiraci inclusive foi quem nos indicou o carro que puxou o nosso som na Lavagem do Bonfim, mas até agora não apareceram. Estamos no aguardo das definições da reunião da Rede do Nordeste pra saber como daremos dar continuidade porque até então estamos mobilizando só às mulheres negras e apostamos em uma agenda única do nordeste para a construção deste processo e o êxito da nossa Marcha em 2015 (Valdecir Nascimento, coordenadora Executiva do Odara).¹⁷²

No decorrer da pesquisa, foram ampliadas as áreas pesquisadas para cinco estados da região Nordeste do Brasil, por se tratar de uma área que já se articula politicamente há bastante tempo, sob a legenda do Movimento Negro Unificado e, mais recentemente, através da AMNB – Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras. Cada um desses estados com ocupações históricas distintas, com acentuadas diferenças no perfil populacional.

Em vista disso, escolhi, para fazer parte do escopo desta pesquisa de campo, as ações e práticas políticas de organizações da RMNN de cinco estados do Nordeste brasileiro: em Pernambuco; no Maranhão; em Sergipe; na Paraíba, e no estado da Bahia; que aparece como o grande protagonista desse processo, despontando, inclusive, como o primeiro estado desta região abraçar a proposta da I Marcha a Brasília.

¹⁷² Ata de Reunião da RMNNE, em Salvador-BA, em 15/05/2014. Arquivo do Odara Instituto da Mulher Negra.

Portanto, inicialmente, apresento o estudo de caso. Para apresentar os cinco estados que compõem este estudo é necessário primeiro contextualizá-lo.

2.1. Ação social e política da RMNN na Paraíba



Fonte: Site da Organização

O estado da Paraíba corresponde a uma das unidades federativas com uma população de 3,996 milhões de habitantes, ou seja, o décimo quarto estado mais populoso do Brasil. Está localizada no leste da Região Nordeste com seu território dividido em 223 municípios em uma área de 56.469.778 km² sendo João Pessoa a sua capital e município mais populoso, conhecido como “Porta do Sol” ou “o lugar onde o Sol nasce primeiro nas Américas”. Outros municípios mais populosos neste estado (com população superior a cem mil habitantes) são Campina Grande, Santa Rita e Patos.

Antes da colonização portuguesa o litoral da Paraíba era originariamente habitado pelos índios Potiguaras e Tabajaras, ambos da nação tupiguarani - e, por todo o interior, por índios da nação Cariris e os Ariús.¹⁷³ O tom da pele mais clara, resultante dessa miscigenação, com a predominância de fenótipos negros e indígenas, associado a outros aspectos, de fato tem dificultado a população se autodeclarar como não branca escamoteando o resultado dos censos nessa localidade.

Só para contextualizar melhor o estado possui uma riquíssima cultura, bastante representativa da cultura popular brasileira por meio de suas das festas populares, celebrações, danças folclóricas, etc. Suas festas juninas, por exemplo, são consideradas uma das melhores do país, representativa da alegria genuína do povo brasileiro. Essas festividades constroem figuras e cenários como as festas juninas, as danças folclóricas, o maracatu com forte conteúdo

¹⁷³ Disponível em <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2019/06/05/cerca-de-91percent-das-pessoas-assassinadas-na-pb-em-2017-eram-negras-aponta-atlas-da-violencia.ghtml>. Acessado em 10/06/2019.

social, político e também religioso, representativo da permanência e resistência da cultura africana na região.

A presente seção tem como objetivo apresentar preliminarmente aspectos que demarcaram o processo de mobilização da Rede de Mulheres Negras em solo paraibano e sua presença na I Marcha de Mulheres Negras contra o racismo, machismo e o genocídio da juventude negra, como fizeram questão de frisar. Também discorro sobre força cultural do estado utilizada por este coletivo para forjar a mobilização deste sujeito político, tendo como fundamento as estampas da chita, um dos tecidos mais conhecidos por todo o país, representativa da Paraíba e da região Nordeste do país. “É de chita que a Paraíba vai marchar” (Vide Imagem 36).

Elege na sua composição visual a chita como símbolo representativo da região. Tecido de algodão com estampas de cores fortes, geralmente florais, e tramas simples, originárias da Índia na Idade Média, conhecido como chintz. A chita foi trazida para o Brasil pelos portugueses, sendo atualmente considerada como um bem do patrimônio cultural brasileiro.

Assim sendo, a delegação da Paraíba levou a Chita, quer seja no formato de bandeiras, estandarte quer seja como saia, short, calça, turbante, adereço de cabelo ou acessório. O importante era ter a chita como parte do look da Marcha das Mulheres 2015. Quando faço esta referência à chita é no sentido de tensionar estereótipos largamente difundidos, social e academicamente, relacionados ao seu status de menor valor social, como “outras” artes consideradas menores/populares, a fim de dificultar a reprodução de conceitos modernistas que dificultam a apropriação popular em trabalhos de cunho etnicorracial.

A chita é um tecido que remete a alegria da cultura paraibana e nordestina principalmente nas festividades juninas, se apresentando como um elemento fundamental na construção de sentidos simbólicos e formação de ideias e imagens sobre/para a identidade cultural brasileira. Processos estes que envolvem as apropriações e a ressignificação de vários elementos simbólicos, entre os quais também a chita com suas cores vibrantes, temas florais bem típicos da vida tropical brasileira faz parte (CASTELLS, 1999).

Deste modo, a chita, enquanto um símbolo histórico cultural que carrega consigo processos de memória, de significação da/para história e da identidade afrobrasileira de vários estados do Nordeste é o ícone que melhor traduz o significado de brasilidade presente nestas manifestações culturais e de resistência para melhor “representar um Brasil que a gente quis negar” (Mellão; Imbrosi, 2005, p. 178). Na sua composição visual a chita rompe com

estereótipos e nos remete a imagens que exploram linguagens artísticas, tais como as cores, formas, padrões e texturas (GOBEL; FRAGA, 2014, p. 42).

Em vista disso, na I Marcha de Mulheres Negras no Brasil, a RMNPB escolheu a chita como meio de expressão para reverenciar a cultura e celebrar a alegria genuína das mulheres paraibanas. Essa escolha não ressalta apenas a beleza e autenticidade deste pano popular bastante original, mas também trazer a tona para as ruas e praças de Brasília, a chita, característico da região, enquanto tecnologia social, como meio de expressão e mecanismo de mobilização e protesto contra o modelo de sociedade que muitas vezes as invisibiliza, reduzem e oprime. Através dessas expressões, as mulheres negras paraibanas seguem deixando sua marca na história e desafiando normas sociais excludentes.

Tudo isso em verdadeira sintonia com as manifestações artístico-cultural do estado. Sons do maracatu, axé, frevo, samba; brincadeiras, danças, performances alinhadas com os trios. Esse foi o mote utilizado pela RMNPB para caracterizar a força do movimento de mulheres negras do estado no contexto da I MMNB (Vide Imagem 37). Inspirador ver como a chita se entrelaça a luta feminista, trazendo consigo não apenas beleza estética por meio aos tecidos florais, com contornos em preto, de caráter tropical, vibrantes e inúmeras padronagens (MELLÃO; IMBROSI, 2005), mas também uma mensagem poderosa de enfrentamento as estruturas dominantes, através de cores vivas, descontroladas e contrastantes.

Entretanto, ainda que seja possuidora de toda esta riqueza são inúmeras as motivações que levaram as mulheres paraibanas a se rebelar contra esse modelo de sociedade que lhes reduzem e invisibilizam e as impedem alcançar o seu bem viver neste estado (Vide Figura 13).

Segundo as estatísticas do Anuário da Segurança Pública da Paraíba, publicado em janeiro de 2019, os últimos dez anos não foram os mais tranquilos para as mulheres da Paraíba. A série histórica bastante variável de 2009 a 2018, demonstra que um total de 1.083 mulheres foram assassinadas e que de 2011 até 2019 o número de mulheres assassinadas cresceu mais de 70% (Vide Gráfico 9). Os dados oscilam bastante, entretanto, é possível constatar que a maior alta foi no ano de 2011, com 146 mulheres vítimas de crimes violentos e letais.

Também os dados do Mapa da Violência de 2012 e 2014 vão apontar que na Paraíba, para cada branco assassinado, 19 negros são mortos. Esses índices colocam no ranking o Estado em homicídios da população negra no Brasil. Ainda segundo o Mapa, só em 2012 foram assassinados

em João Pessoa 12 brancos para 358 negros, o que torna esta cidade a capital com maior vulnerabilidade para negros no país.¹⁷⁴

Tendo em vista essa realidade, em alguns estados brasileiros, a exemplo da Paraíba, foram disponibilizadas para a população algumas políticas e ações inovadoras no intuito de frear a escalada desses homicídios no território como: a Paraíba Unidos pela Paz (2011), a criação do “S.O.S Mulher”, interligado às Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (DEAM) e ao Centro de Operações 15 da Polícia Militar, e os Núcleos de Atendimento à Mulher.

Com esses esforços os dados pontuados nos anos de 2016 (1.711 ocorrências) e 2017 (1.516 casos), observamos ter havido uma redução de 11% nos números desse tipo de casos, entretanto, as estatísticas fornecidas pelo Atlas da Violência apontam que os números relacionados aos feminicídios no estado ainda permanecem alarmantes.

Esses dados são reforçados também pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o qual sinaliza que quando é feita a diferenciação entre as mulheres negras e não negras, 86% das mulheres assassinadas na Paraíba em 2017 eram negras, ou seja, 77 dos 88 assassinatos de mulheres ocorridos na Paraíba, neste ano, as vítimas eram mulheres negras.

Diante desse quadro de frequentes violações aos direitos na Paraíba,¹⁷⁵ enfrentamentos ao racismo, à discriminação racial, à violência racial e de gênero, ao feminicídio que as Mulheres Negras foram motivadas a criar o Comitê Impulsor Paraíbano da Marcha das Mulheres Negras 2015 e a ingressar nessa nova fase ampliando o número de coletivos de mulheres em todo território. O movimento de mulheres negras paraibanas responderam positivamente ao chamado para participar da construção do processo de organização da I MMNB – 2015.

De acordo com relato de militantes do Movimento de Mulheres Negras na Paraíba, trata-se de uma articulação local que começou a dar seus primeiros passos no estado em 1998, tendo como protagonistas mulheres que já se articulavam no estado, a partir do movimento negro, desde os Agentes de Pastoral Negros – APN’s e do movimento feminista, com o objetivo de fortalecer a organização social e política dessas mulheres no território.

¹⁷⁴ Dados disponível em <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/07/evento-debate-racismo-e-violencia-contra-mulheres-negras-na-paraiba.html>. Acessado em 03/04/2017.

¹⁷⁵ Disponível em

https://www.facebook.com/pg/MOVDDEMULHERESNEGRASNAPB/about/?ref=page_internal. Acessado em 25/03/2018.

O ano de 2001 foi um marco importante para esse movimento, pois é quando ocorre a institucionalização da Bamidelê Organização de Mulheres Negras. Instituição de maior expressividade no estado da Paraíba foi fundada com a finalidade de construir uma identidade positiva e desenvolver ações políticas efetivas para assegurar o reconhecimento e afirmação da herança cultural e dos valores religiosos afro-brasileiro e africanos na formação cultural da comunidade negra no estado da Paraíba.

Com esse propósito a Bamidelê vem desenvolvendo uma série de estratégias, atividades e campanhas, a exemplo da Campanha de afirmação da identidade negra na Paraíba: “Morena, não. Eu sou Negra!” Criação do Comitê Impulsor da Paraíba (Figura 15); do I Encontro Estadual de Mulheres Negras da Paraíba (Vide Figura 16).

Um meio utilizado pelo movimento de mulheres negras para denunciar a onda crescente de violência contra as mulheres; estimular a população a se autodeclarar como não branca; e afirmar o protagonismo político das mulheres negras no cenário político do estado da Paraíba. Com isso, a RMNN da Paraíba tem conseguido assegurar uma presença marcante deste sujeito na arena de disputas político neste território, bem como barrar o processo de apagamento das mulheres negras nestes espaços e corrigir uma distorção histórica, legado da miscigenação predominante no quesito raça/cor nos censos dessa localidade, nutrido pelo mito da democracia racial.

A Bamidelê compreende uma das organizações de mulheres negras com maior incidência na luta antirracista e antissexista do Estado. Ao longo de sua trajetória tem se dedicado a construção de estratégias em defesa da diversidade, afirmação/construção e fortalecimento da identidade negra, a visibilidade das suas lutas, opondo-se ao racismo, ao patriarcalismo, às violências e todas as formas de opressão e discriminação (raça, lesbotransfobia, sexualidade, intolerância religiosa, etc.), visando contribuir com a construção de um outro modelo de sociedade, livre das opressões do racismo, do sexismo, das desigualdades de classe, de orientação sexual e pelo fim do genocídio da população negra.

Dentre as ações de maior impacto atribuída a este coletivo vale destacar o resgate a celebração do 25 de julho (Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha), criado em 1992 por ocasião do 1º Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas, realizado em Santo Domingo, na República Dominicana. Esta data também é comemorada porque remete a outra referência da luta contra o racismo na diáspora, a criação da Rede de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-Caribenhas que muito contribuiu para o reconhecimento e politização desta data.

O início do século XXI foi bastante promissor para o movimento de mulheres negras no estado da Paraíba, pois, com a constituição do Grupo de Mulheres Negras da Comunidade Caiana dos Crioulos, de Alagoa Grande, que se aliou também aluta, participando ativamente contra as desigualdades sociorraciais ainda presentes no estado. Como legado dessas articulações tem a fundação desta Coletiva, a Bamidelê.

A Bamidelê, além de atuar no controle social de políticas públicas, na mobilização e ações de fortalecimento político dos movimentos negro e feminista local e nacionalmente, observamos que as organizações com as quais se articula no âmbito da RMNPB, se voltaram para ações educativas e formativas - oficinas, cursos, palestras, campanhas, feiras de saúde, capacitações, rodas de diálogos, seminários e produção de material didático e ações afirmativas, com foco nas temáticas de saúde (sexual, reprodutiva e da população negra), educação, direitos sexuais e direitos humanos.

Com o tema da Marcha: a luta contra o racismo, a violência e pelo bem viver foram construídos uma série de eventos preparatórios e de formação na Paraíba, com o intuito de aprofundar o debate sobre o racismo e seus rebatimentos na vida dessas mulheres, visando fortalecer a autoestima e discutir pautas, agendas e demandas específicas desse segmento.

A retomada desta comemoração no estado veio no sentido de potencializar ainda mais a luta contra o racismo no estado, dando mais visibilidade a voz e as demandas específicas das mulheres negras no território, mantendo reacendendo a chama das ações políticas do 25 de julho no enfrentamento ao racismo, genocídio da população negra e o feminicídio. Em função disso, a Bamidelê e o Comitê Impulsor Paraibano da Marcha programaram uma série de atividades atendendo ao fluxo das demandas nos espaços de discussão da RMNN, dentre as quais, o I Encontro Estadual de Mulheres Negras da Paraíba, preparatório para a I MMNB 2015 – contra o racismo, a violência e pelo bem viver, realizado na sede do RCetera, no Bairro de Quadramares, de 31/07 a 02/08/2015, em João Pessoa/PB, com o lema: “Não queremos apenas sobreviver: Conjuntura Política e os Impactos na Vida das Mulheres Negras”. Queremos viver bem e com dignidade, tendo nossos direitos respeitados e efetivados (Vide Figura 17).

Esse Encontro teve como objetivo discutir e aprofundar esse conceito a partir das histórias, trajetórias e experiências das mulheres negras (Vide Imagem 38), e também, assegurar a presença marcante da cultura paraibana na Marcha em 2015 (Figura 18). Em vista disso, foi redigido um documento relatando vários temas que afetam a vida das mulheres negras no estado: saúde da mulher negra; diversidade religiosa/casos de intolerância religiosa no estado da Paraíba, bem como uma série de relatos sobre o racismo institucional das

Delegacias de Polícia no atendimento as comunidades de terreiro em Campina Grande. No dia seguinte, domingo 02/08/2015, foi a vez das oficinas: tranças, florais, dança afro, etc.

Basicamente essas reuniões foram bastante úteis para deliberar sobre as pautas tratadas anteriormente e aquelas que ainda estavam por serem avaliadas; socializar informações e tirar novos encaminhamentos, estreitar diálogos com as comissões do Comitê Impulsor Nacional e Local e as chamadas reuniões abertas, as quais eram voltadas para atividades como: exibição de filmes, reflexões com base em textos, compartilhamento de experiências de vida e desagues (canalizar todo esse acúmulo em ações novas).

Ainda em 2015, seguindo a força dessa experiência acumulada por meio das metodologias trabalhadas ao longo da Campanha de afirmação da identidade negra na Paraíba: Morena, não. Eu sou Negra! (Vide Figura 19) e da Oficina de Fotografia Olhares de Caiana dos Crioulos, em 15/07/2015, Alagoa Grande/PB – a Bamibelê, articulada com o Comitê Impulsor da Marcha na Paraíba, promoveu o Prêmio Mulheres Negras em Foco: Um Click contra o Racismo.

Este teve como finalidade estimular a produção fotográfica e incentivar as artes, convidando mulheres fotógrafas, profissionais e amadoras a dedicar seus diferentes olhares e percepções ao registro positivo da diversidade das mulheres negras paraibanas, apresentando representações sociais que valorizem a história e cultura desse segmento. Esta atividade aconteceu na Usina Cultural Energisa. As fotografias premiadas foram utilizadas na composição do portfólio da quarta edição desta Campanha (Imagem 39).

Conforme ressalta Terlúcia Silva, coordenadora da Bamidelê, a Paraíba ainda é um estado que renega suas raízes negras. Por esse motivo a Bamidelê, há 16 anos, tem se voltado para realização de ações de fortalecimento do 25 de Julho. Momento em que além de dar visibilidade às pautas das mulheres negras, reforça a identidade e auto-estima dessas mulheres e meninas. Salienta ainda, a importância que é estar num evento específico de mulheres negras, onde as questões, os sentimentos, o protagonismo são compartilhados, onde não precisamos convencer ninguém sobre a existência do racismo, porque todas ali todas têm ele como vivência. Por tudo isso, afirma que “neste momento, todos os estados brasileiros têm mulheres fazendo a construção da Marcha das Mulheres Negras. Nossos passos vêm de longe. A Marcha terá o tamanho da nossa força. E nós temos muita força” (SILVA, 2015).¹⁷⁶

¹⁷⁶ Disponível em <https://soscopo.org/3107-a-0208-i-encontro-estadual-das-mulheres-negras-paraiba-rumo-a-marcha2015/>. Acessado em 12/06/2016.

No 25 de julho de 2015, Dia das Mulheres Negras da América Latina e do Caribe, o Comitê Impulsor da Marcha na Paraíba, juntamente com outros estados brasileiros, realizou o Lançamento da Marcha das Mulheres Negras 2015. Especificamente este 25 de julho corresponde à 15ª comemoração desta data na Paraíba e contou com várias apresentações de expressões culturais afro e shows de cantoras negras.¹⁷⁷

O evento de lançamento da Marcha das Mulheres Negras 2015 na Paraíba aconteceu na 15ª comemoração do 25/07 na Paraíba, Dia das Mulheres Negras da América Latina e do Caribe, assim como em outros Estados brasileiros e contou com várias apresentações de expressões culturais afro e os shows das cantoras negras Dandara Alves e Manu Lima. Momento e muita celebração!

É com este formato e missão que a Rede de mulheres negras da Paraíba tem buscado se afirmar enquanto sujeito político autônomo que reivindica, através da formulação de propostas de políticas públicas, a parte que lhes cabe na fatia do orçamento público, que assegurem o seu bem viver dentro e fora deste território. Atua no controle social de políticas públicas – saúde, educação, ect, mobilização social e ações de fortalecimento político dos movimentos negro e feminista no estado, com os quais se articula local e nacionalmente.

2.2. Ação social e política da RMNN no Maranhão

O processo de articulação da I Marcha Nacional das Mulheres Negras a Brasília no Estado do Maranhão teve como principal eixo articulador a Campanha “Contra o Racismo a Violência e pelo Bem Viver”. Esta metodologia foi traçada pelo Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa (GMNMA), juntamente com a Rede de Mulheres Negras do Maranhão (REMNEGRA), Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN), Grupo de Mulheres Negras Maria Firmina, o Instituto pela Cidadania – AKONI e o Centro de Cultura Negra do Maranhão (CCN-MA).

De acordo com o Atlas da Violência, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), o Maranhão é um dos estados com o maior índice de feminicídio no país. Na última década – entre 2005 e 2015 – a violência contra a mulher no estado do Maranhão aumentou mais de 100%, o mais alto até então, indo na contramão de outros estados. Entre as negras, em 10 anos a taxa que cresceu 130%, um

¹⁷⁷ Disponível em

<https://www.facebook.com/negrasbamidele/photos/a.259179127477219.60983.256785111049954/323408807720917/?type=3&theater> Acessado em 23/08/2018.

fator que agrava ainda mais as estatísticas: o racismo. A cada 38 mortes no estado do Maranhão 4 são de mulheres negras, afirma o estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Além do Feminicídio, este quadro é agravado por uma variável fundamental para compreendermos os altos índices de violência contra a mulher hoje: o racismo. Racismo este que se manifesta de forma dramática nos números de violência letal. Foi verificado que as mulheres negras compõem 62% das vítimas de mortes por agressão, mas que esta, por sua vez, se manifesta de diversas, visíveis a partir dos dados divulgados na pesquisa intitulada “Visível e Invisível: a Vitimização de Mulheres no Brasil”, publicada em março deste ano pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), divulgada em junho deste ano.

Quando buscamos saber mais sobre o GMNMA descobrimos que se trata de uma organização feminista negra que surge em 1986 com o objetivo de construir um processo de rearticulação e mobilização das organizações de jovens, mulheres e lésbicas negras da região Nordeste no combate ao racismo e ao sexismo. O nome desta organização é uma homenagem feita a Andresa Maria de Sousa Ramos, líder espiritual durante 40 anos, da Casa das Minas em São Luís. Mãe Andresa nasceu em 10 de novembro de 1854, em Caxias e faleceu em 20 de abril de 1954. A organização insere-se nas atividades da RMNN desde a sua fundação, se contrapondo aos ditames sociais que tentam regular, inferiorizar e invisibilizar a figura da mulher negra na sociedade brasileira e, particularmente, a maranhense (SOUZA, 2018).

Sobre o processo de mobilização para a Marcha Josanira da Luz, da Rede de Mulheres Negras do Maranhão - REMNEGRA e coordenadora do GMNMA destaca que quando a ideia de construção da I Marcha chegou aos ouvidos do movimento elas decidiram como metodologia a articulação e mobilização das mulheres em torno uma campanha “Contra o racismo, a Violência e pelo Bem Viver”.

Não temos percebido nenhuma resistência por parte da Marcha das Margaridas, muito pelo contrário temos visto muita flexibilidade por parte delas; - Reunião com a Coordenadoria da Mulher - Pensamos em ir para os município e capital com o dinheiro do projeto que elas mandaram para a Fundação para atender algumas oficinas. Nosso desafio é ampliar o diálogo com os demais estados e pensar as temáticas a partir de oficinas para o enfrentamento de tudo isso. Mesmo que não dê para ser pessoalmente, mas pode ser por email, porque os encontros têm que acontecer. O ideal é fazer um trabalho colegiado e não ficar fazendo um trabalho individualmente (Josanira da Luz, 2014).¹⁷⁸

Mas as atividades não pararam por aí.

¹⁷⁸ Ata de reunião da RMNN, de 01 a 4/05/2014.

No carnaval fomos pra rua os três dias com a nossa faixa bem grande e turbantes que mexeu até com a imprensa que entendeu que a caminhada era para denunciar o racismo, mobilizar para a marcha – 25 e 27 lançamento oficial da marcha pegamos Lurdinha Cerqueira que é uma professora bastante ativa, o pessoal de comunicação, que aceitaram apenas uma pró-labore, para pegar os depoimento para o documentário; - realizamos dialogos com a defensoria; vamos regravar a musica e fazer os spots. As mulheres da Marcha das Margaridas também estão no Comitê desta marcha ajudando na captação de recurso que será dividido com as duas marchas, a CONTAG¹⁷⁹.

De acordo com as informações de Josanira no Maranhão o movimento decidiu que o Pré-lançamento da Marcha contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver (Vide Imagem 40) seria no mês de março, com o apoio das companheiras da Marcha das Margaridas e da Coordenadoria da Mulher, ainda que tenham contado também com a ajuda de outros segmentos sociais, a exemplo do movimento sindical, é o que evidenciamos.

Em março foi um pré-lançamento da marcha com o movimento sindical, reunimos com a Coordenadoria da Mulher, pensa em ir para os município e capital com o dinheiro do projeto que mandaram para a Fundação para atender algumas oficinas. Nosso desafio é ampliar o diálogo com os demais estados e pensar as temáticas a partir de oficinas para o enfrentamento de tudo isso. Mesmo que não dê para ser pessoalmente, mas pode ser por email, porque os encontros têm que acontecer. O ideal é fazer um trabalho colegiado não dá pra ficar fazendo o trabalho no individualmente não (Josanira da Luz, 2014).¹⁸⁰

De todas as articulações, diálogos e parcerias contra formas diversas de opressão causadas pelo racismo, machismo e sexismo, destacam as motivações extraídas da fala de Dona Dijé, no vídeo-documentário produzido pelas mulheres negras maranhenses para mobilizar as mulheres para a Marcha. Assim expressa o que tem sido a luta das mulheres negras contra projeto e mais projetos de desenvolvimento que não nos enxergam e pela nossa sobrevivência.

Quando a gente sai dos conflitos da terra, primeiro a gente lutava contra a grande pecuária extensiva, hoje a gente luta contra os grandes projetos do tal desenvolvimento que a gente não sabe pra quem. Pra quem é o desenvolvimento? Porque esse desenvolvimento tão falado na mídia, nos jornais, na revista eles não chegam nas comunidades de direito e de fato. Então a gente se organizou e a gente vem se organizando. A gente se organizou por uma educação porque a gente não sabia ler, éramos todos analfabetos. E a gente precisava não só da luta, mas a gente precisava de uma luta da caneta também. Por isso a gente precisava nos preparar e lutar também por uma sobrevivência. Porque a gente coloca que a luta pela

¹⁷⁹ Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag - entidade brasileira fundada em 1964, representante dos trabalhadores rurais.

¹⁸⁰ Ata de reunião da RMNNE, de 01 a 4/05/2014.

sobrevivência ela não está escrita em lugar nenhum. Ela é feita no dia a dia (Dona Dijé, 2015)¹⁸¹

Dona Dijé (Vide Imagem 41) líder fundadora do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) teve uma presença marcante nos movimentos sociais até o seu falecimento em 13/09/2018. Sua luta por direitos das mulheres quebradeiras de coco babaçu do Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí, na defesa dos territórios quilombolas e da preservação da biodiversidade está viva no vídeo-documentário produzido pela Rede de Mulheres Negras do Maranhão, nas vésperas da Marcha, sobre a luta dessas mulheres contra formas diversas de opressão causadas pelo racismo, machismo e sexismo.

Com extrema sabedoria de quem vivencia há décadas a luta pelo território e pelos direitos das quebradeiras de coco babaçu e das mulheres negras, dona Dijé chama a atenção para a exposição “das mulheres das águas, das florestas e dos campos que são ainda mais vulneráveis, pois a violência chega muita das vezes pelas mãos daqueles que têm a obrigação de nos proteger”. Ressalta, ainda, a situação de extrema violência à qual estão submetidas milhares de mulheres trabalhadoras no Brasil.

2.3. Ação social e política da RMNN em Pernambuco



Fonte: Site da Organização

Como vimos anteriormente, avaliar do ponto de vista da teoria feminista negra decolonial a ação política da RMNN de Pernambuco, significa buscar compreender uma realidade social e emitir cientificamente um julgamento sobre essas práticas. No caso em tela, cabe avisar que, devido à situação especial dessa articulação - as mulheres negras de

¹⁸¹ Maria de Jesus Ferreira Bringel – Coordenadora do MIQCB – MA. Disponível em <https://soscorpo.org/3107-a-0208-i-encontro-estadual-das-mulheres-negras-paraiba-rumo-a-marcha2015/>. Acessado em 12/06/2016.

Pernambuco que, inicialmente, optaram por não se juntar sob um formato de Rede, mas sim como um Comitê Impulsor da Marcha – tive que enfrentar algumas dificuldades no levantamento dos dados que serviriam de base para as análises nesta tese. O que, de certa forma, se constituiu em um grande desafio para mim, suprido pelo laço de irmandade com as mulheres da RMNPE, a exemplo de Piedade Marques, Rosa Maria Marques, Mônica Oliveira, as quais são imprescindíveis agradecer por nossas longas conversas e reflexões, que muito contribuíram na seleção dos fatos, mas, sobretudo, para confirmar o que já suspeitava: que é impossível deixar esse protagonismo de fora.

O fato é que, somente na fase avançada dessa pesquisa foi que conseguimos montar um número razoável de materiais residuais que me proporcionou sua análise, a partir de mais de uma iniciativa, inclusive, que nos auxiliaram nessas reflexões, quando comparado com outras iniciativas observadas em outros estados por mim analisados.

A RMNPE apresenta-se como uma articulação social e política de mulheres negras oriundas de diferentes setores da sociedade e faixas etárias, que atuam no enfrentamento ao racismo e o machismo, visando a transformação social. Tem como propósito ampliar a visibilidade das questões que afetam as mulheres negras e ampliar a representatividade das mulheres negras no cenário político local e nacional. Neste sentido tem desempenhado um papel crucial na defesa dos direitos dessas mulheres, na construção de um futuro mais justo e promoção da igualdade, da justiça e do bem estar social. Atualmente a Rede possui núcleos nas quatro grandes regiões de Pernambuco: Sertão, Zona da Mata, Agreste e Região Metropolitana.

A periferia do Recife não se caracteriza apenas pelo seu empobrecimento. Quando nos aproximamos desses espaços, percebe-se que esta vai além dessa característica da escassez. São, principalmente, espaços de grande efervescência cultural, de multiplicidade de crenças religiosas e de relacionamentos mais próximos de vizinhança, só para mencionar alguns exemplos.

Conforme relata em reunião da rede a advogada e coordenadora da Uiala Mukaji - Sociedade das Mulheres Negras de Pernambuco, Vera Baroei, as mulheres de sua organização iniciaram seu processo de articulação para a I Marcha com a Casa da Mulher do Nordeste. Reuniram-se e construíram uma lista de mulheres negras organizadas ou não, históricas, feministas, etc, realizaram uma primeira reunião no final do mês de janeiro de 2014. Nesta ocasião, diz a militante política,

[...] apresentaram a proposta da Marcha Nacional e o pequeno coletivo refletiu sobre o processo de construção da Marcha que elas querem desenvolver, que envolve o

incentivo as organizações e as mulheres negras para construir conjuntamente o processo. Definimos que se não levarmos todas à Brasília faríamos uma concentração concomitante nos estados e municípios. Que ocorram caminhadas; seminários de formação de mulheres negras. Estruturamos a comissão de infraestrutura para pensar na logística para a viagem, comissão de articulação e mobilização – fará o registro e estão articulando os municípios e conversado no sentido de realizar o lançamento da Marcha. Criamos o Comitê Impulsor do Estado com a finalidade de apontar as ideias que serão construídas nacionalmente e localmente. Ficaram responsáveis três pessoas e no processo serão agregadas mais duas: Vera Barone, Piedade Marques e Martha (MNU). Entrarão também no comitê o sindicato das trabalhadoras domésticas e comissão estadual de comunidades quilombolas, mas, ele não é fechado. A comissão de comunicação do Núcleo no estado fará a articulação das informações, criará o núcleo mobilizador local e alimentará as companheiras com informações e materiais, mantendo-as mobilizadas. Reunião 01 vez por mês; investir na autoformação das mulheres negras; desenvolver iniciativas próprias com iniciativas que já são comuns em suas mobilizações; construção das parcerias - Organização de mulheres negras, organizações mistas, fórum de mulheres de Pernambuco, gestoras negras (saúde, educação e cultura), os neab's – da federal e da rural, sindicatos CUT, sindicato dos professores, organizações feministas – SOS corpo. (Vera Barone – Coordenadora do Uiala Mukaje).¹⁸²

Sobre o processo organizativo da Marcha em Pernambuco Barone explica que varias propostas forma apresentadas pelo coletivo que refletiram bastante sobre que tipo de processo de construção da Marcha elas queriam desenvolver, incentivando as organizações das mulheres negras para construírem, conjuntamente. Ainda, segundo relata Vera Barone:

As mulheres do Uiala Mukaje (PE) tomaram a iniciativa de falar com as mulheres da Casa da Mulher do Nordeste, elas já sabiam da mobilização para a Marcha por conta do lançamento na Conferência de Igualdade Racial. Construímos uma lista com uma série de nomes de mulheres do estado/município que trabalham a questão racial, acadêmicas históricas, feministas organizadas, mulheres independentes... A primeira reunião foi realizada na sede do SOS Corpo para retiramos algumas propostas e decidimos embarcar no processo de construção da Marcha onde cada coletivo ou mulher autônoma vão chamar para uma discussão das demandas que são inegociáveis para as mulheres pernambucanas até desembocar na Marcha propriamente dita para Brasília (BARONE, 2015).¹⁸³

A ideia era de que, mesmo que não fosse possível levar todas a Brasília, teria que se pensar uma forma de, concomitantemente, nos estados e municípios, ocorressem caminhadas; realizássemos seminários de formação de mulheres negras. Relata, ainda, que as mulheres do Uiala Mukaje iniciaram o processo de articulação da Marcha, na reunião com a RMNN, juntamente com as mulheres da Casa da Mulher do Nordeste. Com esta finalidade, reuniram-se e construíram uma lista de militantes e ativistas negras organizadas ou não, históricas,

¹⁸² Fala de Vera Barone extraída do Relatório da Reunião de Avaliação da RMNN, em 01 05 2014. Arquivos do Odara.

¹⁸³ Extraído do Relatório de atividades da Rede de Mulheres Negras do Nordeste, de 18/06/2015. Arquivo do Odara Instituto da Mulher Negra.

feministas, etc e, a partir daí, realizaram uma primeira reunião no final do mês de janeiro de 2014. Sendo assim, diz Barone:

Criamos as seguintes comissões: Infraestrutura, articulação e mobilização; Registro desse processo; Comunicação (internas e com a sociedade me geral). Em um primeiro momento constituímos a Coordenação política e avançamos para um Comitê Impulsor para pensar a marcha dentro da nossa realidade de Pernambuco que tem um candidato a presidência da Republica e a Secretária de Política para as Mulheres pensa em ser Ministra no futuro. Não pensamos numa coordenação política, criamos o Comitê Impulsor, que vão apontar as ideias que serão construídas nacionalmente e localmente. Inicialmente três pessoas ficaram responsáveis e no processo foram agregadas mais duas – Vera Barone, Piedade Marques e Martha Rosa. Em seguidas entraram no comitê o sindicato das trabalhadoras domésticas e a Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas, mas, ele não é fechado, podemos estar agregando mais organizações e mulheres no processo. Reunião uma vez por mês vai investir na autoformação das mulheres negras, desenvolver iniciativas próprias com iniciativas que são comuns e cada organização deverá estar promovendo ações durante este processo. Construimos várias parcerias, Fórum de Mulheres de Pernambuco que está presente em todo estado; gestoras negras (que estão ocupando cargos principalmente no segundo escalão); representação do NEABS; Sindicatos (CUT e dos Professores); organizações feministas várias (a exemplo do SOS Corpo e Sintep); Outra iniciativa é a articulação com os municípios que vão tendo conhecimento e se organizando. A ideia é que quando a articulação nos municípios estiver pronta fazermos o lançamento da Marcha nesses municípios. O Comitê de Promoção da Igualdade Racial neste momento não tem sido o nosso principal foco. Acreditamos que o Eixo centralizador da primeira formação das mulheres no estado de Pernambuco seja: ancestralidade, fortalecimento das nossas identidades, nossa contribuição na resistência e a intersetorialidade (BARONE, 2015).¹⁸⁴

A feminista negra e filósofa da RMNPE, Piedade Marques, destaca como tendo sido uma importante iniciativa a ideia dos Comitês Impulsores, organizando ações locais e nacionais, fazendo captação de recursos, orquestrando as discussões e o processo de construção da Marcha. Tudo isso numa linha formativa pautada na pedagogia negra.

O processo formativo/pedagógico foi o caminho que nós escolhemos como a única possibilidade, porque consideramos que a partir da construção coletiva, mas de aprendizagens e de saberes que a gente tem condição de avançar, de se fortalecer, a partir desses espaços onde a gente se relaciona, onde a gente aprendendo e apreendendo as coisas que cada uma traz que faz a gente avançar (MARQUES, 2016).¹⁸⁵

Pontua duas experiências que para ela foram emblemáticas dentro do processo de construção da Marcha, pelo seu caráter formativo: A ideia dos “ensaios fotográficos” (Vide Imagem 42) e a história da “conversa na cozinha” (Vide Imagem 43).

Ensaios fotográficos – Começou com esse nome, mas depois virou tirar fotografia mesmo. Perguntaram, mas pra que? A resposta foi pra se juntar mesmo. E quando isso

¹⁸⁴ Extraído do Relatório de atividades da Rede de Mulheres Negras do Nordeste, de 18/06/2015. Arquivo do Odara Instituto da Mulher Negra.

¹⁸⁵ Maria Piedade Marques Souza em entrevista concedida a autora em 08/09/2016, durante o 13º Fórum Internacional da AWID, na Costa do Sauipe – Bahia/Brasil.

acontece é que a gente produz. O fato é que numa tarde nós conseguimos colocamos mais de 150 mulheres querendo ser fotografada, achando muito importantes ser fotografada para uma outra pessoa olhar e dar um sentido aquele olhar. Uma das falas que me tocou muito durante o processo foi quando uma senhora de uns setenta anos que disse a ultima vez que fui maquiada foi quando me casei. E uma memória de mais de cinquenta anos. Quando a gente se agrupa muita coisa vem (MARQUES, 2016).¹⁸⁶

A data escolhida para fazer o pré-lançamento da I Marcha de Mulheres Negras Contra o Racismo, Violência e Pelo Bem Viver, em Pernambuco, foi o dia 21/03/2014 – Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial¹⁸⁷. A coletiva aconteceu na sede da organização SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, com debate na universidade e entrevistas com as ativistas negras de Pernambuco.

Conversa na cozinha – Como o ensaio fotográfico estourou, resolvemos, então, fazer outra experiência que foi essa conversa na cozinha. Inicialmente pensamos em fazer um arrumadinho e, como não tínhamos dinheiro, resolvemos fazer uma cotinha e passamos umas horas conversando sobre o preparo mas, principalmente, qual o sentido para nós mulheres negras, quais os sentimentos que a gente traz na construção desse alimento. Então foram três horas de conversa, onde tinha mulheres de todas as idades – meninas e mulheres – que inclusive são trabalhadoras domésticas. E esse lugar da cozinha que para nós mulheres negras é um lugar de orgulho, lugar onde todas as pessoas da casa passam é uma espaço também que historicamente foi utilizado para libertar outros irmãos/ãs, comprando alforrias inclusive lá atrás. Então pensar na cozinha, no preparo, no alimento é pra lá de sagrado também. Ele é sagrado, organizativo, de memória e é um lugar extremamente especial. Disso nós chegamos a um entendimento de que tudo que a gente faz tem que tocar, tem que dar sentido porque só quando as mulheres que estão ali se tocam aquilo bate na memória, no paladar, no olhar, no sentir, elas se fortalecem e desejam continuar (MARQUES, 2016).¹⁸⁸

O que se pretendia que com esses momentos de conversa e dos ensaios fotográficos era, através do estímulo ao diálogo, em torno de temas diversos, inclusive, a imagem, oportunizar debates sobre como o corpo, o cabelo e sexualidade, maternidade, etc. que são colocados à margem dos padrões de beleza dominantes, como isso afeta a vida da mulher negra e caracteriza o racismo na sociedade brasileira.

Outra coisa que Piedade Marques destaca como tendo sido uma ótima iniciativa foi a criação dos Comitês Impulsores em cada estado que organizavam as ações, discutiam, construía o processo formativo, faziam captação de recursos, etc.

¹⁸⁶ Maria Piedade Marques Souza em entrevista concedida a autora em 08/09/2016, durante o 13º Fórum Internacional da AWID, na Costa do Sauipe – Bahia/Brasil.

¹⁸⁷ Em 21 de março de 1960, em Joanesburgo, na África do Sul, 20.000 pessoas faziam um protesto contra a Lei do Passe, que obrigava a população negra a portar um cartão que continha os locais onde era permitida sua circulação. Porém, mesmo tratando-se de uma manifestação pacífica, a polícia do regime de apartheid abriu fogo sobre a multidão desarmada resultando em 69 mortos e 186 feridos.

¹⁸⁸ Maria Piedade Marques Souza em entrevista concedida a autora em 08/09/2016, durante o 13º Fórum Internacional da AWID, na Costa do Sauipe – Bahia/Brasil.

Essas iniciativas se deram no sentido de viabilizar a ida das mulheres a Brasília, além de pensar nas logísticas. Argumenta, ainda, que a Marcha de Pernambuco foi feita em dezembro – depois da marcha oficial – em virtude de muitas não terem conseguido ir.

2.4. Ação social e política da RMNN em Sergipe

A realização do exercício de compreensão de um projeto depende de fatores que nem sempre estão ao alcance do pesquisador. Sabendo disso, um dos critérios metodológicos por mim assumidos para conseguir dar conta das análises foi priorizar a investigação daqueles estados que possibilitassem um mínimo de materiais residuais que pudessem ser submetidos a análise.

No caso das ações realizadas pelo Comitê Impulsor no estado de Sergipe, cabe avisar que, no início da execução dessa pesquisa não foi encontrado materiais suficientes para este fim. Somente na fase final desta investigação, foi que consegui um bom número de materiais, que me proporcionou a sua análise a partir de mais de um item, quando comparado com outros estados aqui analisados.

O Comitê Impulsor local esteve organizado por diversas entidades e movimentos sociais que já se articulavam há bastante tempo para tratar de questões raciais e de gênero no município, como é o caso da: Auto-organização de Mulheres Negras Rejane Maria, Unegro/SE, Movimento Negro Unificado, Quilombo Raça e Classe, Levante Popular da Juventude, Coletivo de Mulheres de Aracaju, MML, Marcha Mundial de Mulheres, CRP, Omolaye, Movimento de Mulheres Camponesas e outros. Neste período as Mulheres Negras em Sergipe realizaram uma série de intervenções urbanas no sentido de barrar a onda de violência que atinge a população negra no estado, a exemplo do ato contra a proposta de redução da maioria penal no Brasil, de 18 para 16 anos nos casos de crimes hediondos, homicídio doloso e lesão corporal seguida de morte – PEC 115/2015, na região central de Aracaju (Vide Imagem 44).

Neste processo destaco o protagonismo das mulheres que compõem a “Auto-Organização de Mulheres Negras de Sergipe Rejane Maria”, entidade criada no primeiro semestre de 2014, com o objetivo de realizar “trabalhos de base” com mulheres negras na luta contra o racismo e o sexismo no estado de Sergipe. Neste curto espaço de tempo de sua existência, sem sombra de dúvidas, o processo de mobilização para a Marcha das Mulheres Negras, foi o que conquistou maior visibilidade, visto que conseguiu manter as mulheres negras mobilizadas em todo o estado em torno deste propósito.

Dentre as atividades desenvolvidas pelo Comitê Impulsor da Marcha em Sergipe o grupo optou por centralizar esforços na realização de atos públicos, diversas oficinas, cursos de formação, apresentação de filmes, documentários, seminários e debates. Foram elas que tocaram as inúmeras demandas levantadas pelo Comitê Impulsor (Vide Figura 20), assumindo a 1ª formação política do Comitê Impulsionador de Sergipe, em maio de 2015, realizada pela “Auto-Organização de Mulheres”, em parceria com o Odara Instituto da Mulher Negra e o Sindipetro (Vide Imagem 45).

Esta formação esteve voltada a sensibilização para a Marcha Nacional de Mulheres Negras – 2015 e sistematização de pautas específicas do estado. O evento consistiu em uma palestra proferida por Valdecir Nascimento e Maisa Vale do Instituto Odara, que discorreram sobre a conjuntura internacional e do país, assim como o impacto desses acontecimentos na vida das mulheres negras.

Vale salientar que, mesmo não tendo conseguido acessar qualquer financiamento público e com escassa ajuda financeira vinda de doações, a delegação de Sergipe marcou presença em Brasília por meio da parceria firmada entre a Rejane Maria e as companheiras da Bahia, articulação esta que já vem de longas datas, desde os tempos do MNU (Vide Imagem 46).

Ressalto ainda que a Rejane Maria embora não tenha sede própria e seja autofinanciada pelos próprios membros do grupo, formado por militantes e ativistas negras que fazem parte de diversas entidades do movimento negro sergipano, a exemplo do Uneafro, Movimento Negro Unificado, grupo Abaô, comunidades de terreiro, assim como estudantes universitários ou secundaristas em geral, Sergipe estava lá representado por três companheiras da organização Auto-organização de Mulheres Negras Rejane Maria, na carona de um ônibus conseguido pelo Odara Instituto da Mulher Negra.

A grande maioria de suas ativistas trabalhou de forma voluntária e muitas ou faziam parte de outros movimentos sociais (feminista, negro, de bairros, partidos, sindicais) e migraram ingressando no movimento de mulheres negras ou, ainda, mantêm suas ligações com seus movimentos de origem.

2.5. Ação social e política da RMNN na Bahia

Empoderamento da RMNBA na Marcha 2015



Fonte: Arquivos do Odara Instituto da Mulher Negras.¹⁸⁹

Embora as organizações que compõem a RMNBA já desenvolvam ações conjuntas há bastante tempo, vale ressaltar que o início desta articulação para a Marcha data de 26 de abril de 2014, quando da sua fundação na sede da entidade Projeto Bahia Strett¹⁹⁰. Sendo esta apenas a etapa mais recente desse ativismo político, considerando que a trajetória das organizações que agregam essa estrutura está marcada por um histórico e perfil político caracterizado pela resistência ao racismo, sexismo e lesbofobia neste estado.

Muitas dessas lideranças têm atuado no território nacional em defesa dos interesses da comunidade negra, pela construção de modos sustentáveis de vida, em prol da sua autonomia, geração das condições necessárias não só para a recriação de identidades e agendas, mas, sobretudo, para o deslocamento das fronteiras. Tem na radicalização da democracia plurirracial – contraria a ideia de uma democracia popular ou antirracista por entender que esta não nos inclui, além de continuar centralizando os protagonismos na figura dos mesmos sujeitos - e do bem viver o principal motivo dessa atuação desde a década de 70, dentro do Movimento Negro Unificado.

A presente seção tem como objetivo apresentar a ação social e política da RMNN, iniciando pelo contexto da Bahia preliminar a análise de suas agendas políticas no processo de mobilização deste território. Isto por se tratar de uma das 27 unidades federativas do Brasil,

¹⁸⁹ Rede de Mulheres Negras da Bahia na I Marcha de Mulheres Negras a Brasília, em 18 de novembro de 2015.

¹⁹⁰ Projeto Bahia Street, localizado no bairro do Dois de julho, Centro de Salvador, atua no empoderamento meninas em situação de vulnerabilidade social, através do conhecimento, facilitando a sua ascensão socioeconômica, política e cultural. <http://correionago.com.br/portal/bahia-street-completara-20-anos-emponderando-meninas-atraves-da-educacao/>. Acessado em 28/12/2015.

com maior extensão territorial - 567.295 km² - distribuídos ao longo dos 417 municípios, já de partida, se constituiu como um grande desafio.

Além dessa forma afetuosa de nos cumprimentarmos nos encontros das caravanas – “Caiu na Rede é pititinga, baleia, piranha, arraia... É ‘peixa’”, esta sintetiza como de fato a forma como essa articulação vinha sendo gestada naquele momento. Expressar o propósito desta articulação, que é de sensibilizar o máximo de mulheres possível para a Marcha, reconhecendo a complexidade deste movimento diante da grande diversidade que ali se apresentava.

O Odara Instituto da Mulher Negra, em parceria com a Fundação Ford, foi a organização responsável por articular a RMNN para marcharem até Brasília, em 2015. Por ser o estado da Bahia a quinta maior unidade da federação em extensão territorial - 567.295 km², distribuídos ao longo de 417 municípios, além de ter sido bastante estratégico foi também extremamente desafiador.

A relevância desta articulação no território baiano se deu também pelo fato deste ser o estado que possui o quarto maior contingente populacional dentre os estados do Brasil, e a segunda maior população de pretos do país em números absolutos, logo abaixo de São Paulo (3.453.975), que é o estado brasileiro mais populoso. Somando-se os pretos e pardos (negros) na Bahia, chegava-se, em 2018, a 81,1%, (11,994 milhões de pessoas) (PNAD Contínua, 2018).

191

Fundada em 26 de abril de 2014, na sede do Bahia Street¹⁹², a Rede de Mulheres Negras da Bahia (RMNBA), é uma Organização da Sociedade Civil, que visa atuar no território nacional em defesa dos interesses deste segmento, por prazo indeterminado, sendo o início dessa articulação apenas a etapa mais recente desse ativismo político, considerando que a trajetória das organizações que agregam essa estrutura está marcada por um histórico e perfil político caracterizado pela resistência ao racismo, sexismo e lesbofobia; consolidação de novos sujeitos políticos e movimentos sociais; luta contra todas as formas de discriminação, desigualdades sociais, econômicas, políticas e civis; universalização e construção de novos direitos e a consolidação de espaços democráticos de poder; pela construção de modos sustentáveis de vida e pela radicalização da democracia, do pluralismo e do bem viver. A

¹⁹¹ Segundo maior percentual entre os estados, abaixo do Amapá, onde 81,3% da população se declaravam pardos ou pretos.

¹⁹² Projeto Bahia Street, localizado no bairro do Dois de julho, Centro de Salvador, atua no empoderamento meninas em situação de vulnerabilidade social, através do conhecimento, facilitando a sua ascensão socioeconômica, política e cultural. <http://correionago.com.br/portal/bahia-street-completara-20-anos-emponderando-meninas-atraves-da-educacao/>. Acessado em 28/12/2015.

RMNBA em sua fundação definiu que assumiria o seguinte modelo de estrutura organizacional (Vide Figura 21).

Esta estrutura da RMNBA congrega organizações que buscam alternativas de desenvolvimento sustentáveis e socialmente justas para as mulheres negras. Não tem fins lucrativos e é mantida por doações de indivíduos, fundações, fundos, instituições públicas ou privadas. Sua agenda não é ditada ou comprometida com qualquer fonte financiadora, que a torne representante de qualquer interesse ideológico de doador, governo ou empresa.

Em sua carta de princípios consta que a RMNBA defende e se propõe a vivenciar, a partir das organizações que a representam, os seguintes valores: Identidade, ancestralidade e religiosidade; Tradição cultural negra; Experiência; Legado histórico de luta; Autoestima e combate aos estereótipos; política sexual.¹⁹³

Conforme deliberaram a organização baseia-se, não na unidade como um fim para as mulheres negras, mas na irmandade, na cumplicidade e solidariedade dessas mulheres que compartilham projetos políticos de emancipação mútua. Insurgem contra os modelos de desenvolvimento econômico e político desigual, adotado pelo Estado, contra o qual são levantadas bandeiras reivindicativas de inclusão da maioria da população excluída.

Essas reuniões aconteceram em espaços como a sede do Odara – Instituto da Mulher Negra (Imagem 47), sede do Bahia Street, Centro de Estudos Afro Oriental/UFBA, e outros fora da capital como no caso das caravanas quando levamos nossas reuniões para outros municípios: Camaçari, Cachoeira, São Francisco do Conde, Feira de Santana, Cruz das Almas, Serrinha, Itaberaba, Bom Jesus da Lapa e tantos outros. Nestas ocasiões, pontuamos a participação de diversos coletivos e representações dos movimentos de mulheres negras (lésbicas, marisqueiras, de santo, população em situação de rua, movimento sem teto, trabalhadoras domésticas e de Juventude).

Esses encontros foram pensados para serem momento de acolhimento, auto-cuidado e formação política.

E que seria regida pelos seguintes valores e princípios:

Valores

- Identidade, ancestralidade e religiosidade; Tradição cultural negra; Experiência; Legado histórico de luta; Auto-estima e combate aos estereótipos; política sexual.

¹⁹³ Relatório do I Encontro do Movimento de Mulheres Negras para Fundação da Rede de Mulheres Negras da Bahia. Data de Fundação: 26 de abril de 2014, na cidade de Salvador/BA.

Princípios

- **Autonomia e independência** – A Rede de Mulheres Negras da Bahia é independente de qualquer grupo político, religioso, empresarial ou governamental. Não aceita contribuições que impliquem posicionamento predeterminado diante de qualquer tema ou outro procedimento que de alguma forma comprometa a integridade intelectual de seus trabalhos e sua missão;
- **Apartidária** – É uma organização que não apoia candidatos ou partidos políticos. Seu compromisso é com o fluxo livre de informação e com o debate transparente e aberto que mantenha seu foco em propostas de soluções concretas para o avanço e o empoderamento de mulheres negras, enquanto sujeito coletivo e político, e não em pessoas ou ideologias.

Muitas dessas lideranças têm atuado no território nacional há muitos anos em defesa dos interesses da comunidade negra, pela construção de modos sustentáveis de vida, em prol da sua autonomia, geração das condições necessárias não só para a recriação de identidades e agendas, mas, sobretudo, para o deslocamento das fronteiras. Tem na radicalização da democracia plurirracial – contrária à democracia popular por entender que esta não nos inclui - e do bem viver o principal motivo dessa atuação desde a década de 70, dentro do Movimento Negro Unificado.

Assim, delimita, no seu documento de fundação, como sendo área de atuação da Rede:

- A promoção de debates, encontros e seminários com a participação de especialistas de sua rede e convidados sobre assuntos de interesse público.
- Realizar reuniões itinerantes da Rede para o cuidado, amparo, unicidade, formação e o fortalecimento local e regional das mulheres Negra da Bahia. Articula e organiza encontros periódicos entre grupos;
- Agregar, mobilizar, dar visibilidade, estimular, colher e acolher, provocar, incentivar, sensibilizar, capacitar e fortalecer suas organizações e as Mulheres Negras individualmente;
- Mapear e divulgar as expertises de cada mulher negra da Rede para empoderamento profissional solidário;
- Intervir, de forma organizada, planejada nas esferas públicas e espaços de decisão política;
- Unir e consolidar as pautas, a partir das demandas e necessidades das mulheres negras.

Em sua fundação, na carta de princípios, a RMNBA diz que defende e se propõe a vivenciar, a partir das organizações que a representam, os seguintes valores: Identidade,

ancestralidade e religiosidade; Tradição cultural negra; Experiência; Legado histórico de luta; Autoestima e combate aos estereótipos; política sexual.¹⁹⁴

Define, como suas principais agendas inegociáveis:

- “Negracentrismo” - A mulher negra no centro de tudo, tendo como eixo central as suas demandas;
- (Re)afirmar que a rede é de/com/para as mulheres negras;
- Garantir o atendimento á saúde física e mental da população negra, principalmente das mulheres;
- Inclusão das jovens negras;
- Agenda da saúde (anemia, falciforme, saúde mental, saúde sexual, direito reprodutivo, humanização do corpo);
- Luta contra a violência domestica;
- Participação da reorganização urbana, participação e fortalecimento da imagem da mulher negra na mídia;
- Homenagens as heroínas negras através da premiação com medalhas no 25 de julho;
- A implementação da Lei 10.639/2003;
- O combate ao racismo, sexismo e a lesbofobia;
- Regulamentação dos direitos das trabalhadoras domesticas PEC-72, a luta contra o genocídio da juventude negra e a criação de espaço de lazer;
- A denúncia ao turismo sexual, trafico de mulheres, inserção e qualificação da mulher negra no mercado de trabalho;
- Denúncia do assedio moral de estudantes negros na academia, racismo institucional.

E que anseia que este seja um espaço que:

- Seja de acolhimento escuta, segurança e bem estar, voltado ao fortalecimento individual de cada mulher negra;
- Dê visibilidade às ações desenvolvidas por mulheres e a luta negra feminina: Parteiras, Marisqueiras, pescadoras e etc. Históricas e Contemporâneas;
- Realize a formação política com capacidade de formar multiplicadoras e interventoras qualificadas nas comunidades;

¹⁹⁴ Relatório do I Encontro do Movimento de Mulheres Negras para Fundação da Rede de Mulheres Negras da Bahia. Data de Fundação: 26 de abril de 2014, na cidade de Salvador/BA.

- Construa possibilidades de articulação e empoderamento das organizações de mulheres negras, priorizando a fala e escuta de cada uma delas;
- Pesquise, denuncie e construa ações coletivas para o enfrentamento das diversas formas de violência e exclusão em relação às mulheres negras;
- Promova a compreensão da diversidade das mulheres negras, fortalecendo a solidariedade entre elas, independente de suas outras identidades;
- Dissemine a ideologia feminista negra.

Durante o período de construção da I MMNB - 2011 a 2015 - a RMNBA realizou uma série de reuniões, encontros e caravanas para debater a conjuntura local e nacional das mulheres negras; construir estratégias de mobilização e organização; construir atividades, em comemoração as datas simbólicas emplacadas pela intelectualidade e pelo Movimento Negro, na luta pela igualdade racial no país; Julho das Pretas, homenageando o dia 25 de julho: Dia Internacional da Mulher Negra Latino Americana e Caribenha, todas voltadas para assegurar a participação das mulheres negras da Bahia na I MMNB Contra o Racismo, à Violência e Pelo Bem Viver.

As reuniões de planejamento, discussão da conjuntura e construção de estratégias de mobilização para a Marcha normalmente aconteciam na sede do Odara – Instituto da Mulher Negra, quando sempre contávamos com a presença de representantes de diversas organizações de mulheres negras (lésbicas, marisqueiras, de santo, população em situação de rua, movimento sem teto, trabalhadoras domésticas, Juventude, etc) de Salvador, Camaçari, São Francisco do Conde, Feiras de Santana, Serrinha e Itaberaba e outras localidade do estado.

Essas reuniões aconteceram em diversos espaços, a exemplo da sede do Odara – Instituto da Mulher Negra, do Bahia Street, no Centro de Estudos Afro Oriental- CEAO/UFBA, e outros fora da capital como no caso das caravanas: Camaçari (Vide Imagem 48), Santo Amaro (Imagem 49), Francisco do Conde (Vide Imagem 50), Cachoeira, Feira de Santana, Cruz das Almas, Serrinha, Itaberaba, Bom Jesus da Lapa, Maráú e tantos outros, contando sempre com a participação de representações dos movimentos de mulheres negras (lésbicas, marisqueiras, de santo, população em situação de rua, movimento sem teto, trabalhadoras domésticas e de Juventude).

A Caravana de Camaçari (Vide Figura 22) aconteceu nos dias 20 e 21/09/2014 e foi pensada para ser um momento de acolhimento, auto-cuidado e formação política. A ideia central desses encontros sempre foi a de contribuir para que elas, com a desnaturalização da exclusão e opressão que tinham que conviver cotidianamente, pudessem reconhecer as

estruturas e condições sociais de dominação, que as desumaniza. Assim, com esse olhar indagador, foi possível fazê-las notar a forte relação entre desumanização e racismo, pois, não se tratava, unicamente, de treinar mulheres para algo, mas fazer com que elas se conectassem, umas com as outras, ambas com a realidade que compartilham e, partir daí construísse soluções coletivas para ir à Marcha e se lançarem para além dela.

Nesse sentido as formações tinham sempre como objetivo romper com esse processo de desumanização que lhes foram impostos pelo branco europeu colonizador. O que pressupôs extrair de conteúdos do seu dia a dia, as possibilidades que brotam dessa experiência, para atribuir-lhes significado, dar-lhes sentido e apropriar-se para uso no seu cotidiano. Mas, sobretudo, o de atuar responsavelmente e conscientemente, contra as estruturas e condições sociais que pretendem negar a sua humanidade.

➤ **Caravana de São Francisco do Conde – 23/08/2014**

Considerado que São Francisco do Conde este é o maior município de população negra no Brasil (maior que 90%) de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as mulheres negras da região promoveram o Encontro “Mulheres Negras na Construção da Igualdade Racial e de Gênero” (Vide Figura 23), no intuito de ser a chave mobilizadora do município e de parte significativa da Região Metropolitana de Salvador para a I Marcha de Mulheres Negras.

Neste sentido, elaboraram um painel demarcando desde a saída do movimento em caravana pelo recôncavo, contando a história das caravanas desde a sua saída em Cachoeira até aquele momento, através do registro fotográfico destes encontros, importante estratégia de sensibilização no processo de adesão à Marcha e de ânimo para aquelas desbravadoras que assumiram a utopia de tocar no coração das mulheres no interior da Bahia sobre a importância de colocarmos 100 mil em Brasília.

Estes ciclos formativos foram pensados no formato de caravanas pela RMNBA para atender uma solicitação das mulheres do interior do estado quanto à necessidade de interiorização das atividades de acolhimento, auto-cuidado e formação política que normalmente ocorriam em Salvador. Esta tecnologia social embasada no deslocamento territorial das mulheres proporcionou trocas e vivências *in loco* que ampliaram a percepção no que se refere à realidade e diversidade dessas mulheres, o que seriam impossíveis com a centralização das atividades na capital (Figura 24).

A programação adotada para esta caravana ganhou uma conotação especial na questão metodológica ao priorizar aos processos formativo-pedagógico. Isto porque tivemos a oportunidade de firmar uma parceria com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira UNILAB, através Escritora, Ex-ministra da SEPPIR e atual Prof^a do Campus Malês, Matilde Ribeiro e contar com o seu apoio neste ciclo formativo.

Esta contribuição se deu que, não só na disponibilização do espaço da Universidade, mas também, com a sua participação como palestrante brilhante no resgate da trajetória do movimento negro no Brasil. Sua fala também abrangeu o significado das Marchas como uma das estratégias adotadas pelo povo negro na luta contra a opressão ocasionada pelo racismo, enfatizando, a ideia de racismo, como um fenômeno social que retira a humanidade não apenas dos negros, mas, de todos não brancos – índios, ciganos, judeus, etc. neste país.

Com esta Matilde Ribeiro resgata o fato de que esta não era a primeira vez que o povo negro iria marchar no intuito de denunciar a violência e o racismo, bem como exigir reparação para os danos por ele provocados. Ribeiro cita algumas dessas experiências na história do movimento social no enfrentamento a este fenômeno.

A esse respeito, Catherine Walsh (2009), uma das intelectuais que atualmente mais tem investido no entendimento da educação popular pelo viés da concepção decolonial, a partir de um diálogo crítico entre a obra de Paulo Freire e a de Frantz Fanon aponta, no sentido objetivo de pensar uma pedagogia decolonial na América Latina, que:

Tanto para Freire como para Fanon, o processo de humanização requer ser consciente da possibilidade de existência e atuar responsavelmente e conscientemente sobre – e sempre contra – as estruturas e condições sociais que pretendem negar sua possibilidade. A humanização e liberdade individual requerem (sic) a humanização e libertação social, o que implica a conexão entre o subjetivo e o objetivo; quer dizer, entre o interiorizado da desumanização e o reconhecimento das estruturas e condições sociais que fazem esta desumanização (WALSH, 2009, p. 33).

Nas formações elaboradas pela RMNN, a necessidade de formar todos/as, inclusive quem está formando, sempre esteve implícita. São possibilidades para que se possa refletir sobre o conhecimento e sobre o ato de pensar, desenvolvendo estratégias pedagógicas na perspectiva anti-racista, considerando suas experiências como instrumento de ensino e de aprendizagem, possibilitando para essas mulheres a reflexão sobre a complexidade social acerca de diversas dimensões da vida, do corpo, da corporeidade, do comportamento e da subjetividade. De acordo com Kabengele Munanga

O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem biológica e cultural entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimular as desigualdades e impedindo os membros das comunidades não-brancas de terem consciência dos sutis mecanismos de exclusão da qual são vítimas na sociedade (MUNANGA, 2006, p.89).

Graças a uma gama de estudos abordando a presença do racismo, do preconceito racial e da discriminação racial no âmbito das relações sociais brasileira, principalmente nas escolas, foi possível comprovar que as pessoas estão sendo socializadas para o silêncio sobre estas questões e de seus efeitos, altamente prejudiciais para a vida das pessoas negras, no processo de construção de identidade, uma vez que este já se inicia coberto por uma nuvem de estereótipos, conceitos negativos, logo que se estabelece o reconhecimento das diferenças, gerando sentimentos de superioridade ou inferioridade a depender do grupo com o qual se identifique, dificultando, assim, a socialização (SILVA, 1987, 1988; GOMES, 2002, 2005; CAVALLEIRO, 2005, MUNANGA, 2005, MOTA, 2015).

A auto-rejeição, desenvolvimento de baixa auto-estima com ausência de reconhecimento de capacidade pessoal; rejeição ao seu outro igual racialmente; timidez, pouca ou nenhuma participação em sala de aula; ausência de reconhecimento positivo de seu pertencimento racial; dificuldades no processo de aprendizagem; recusa em ir à escola e, conseqüentemente, evasão escolar (CAVALLEIRO, 2005, p. 12).

Várias pesquisas quantitativas evidenciam os problemas que perpassam a vida dos sujeitos negros/as em decorrência desses (IPEA 1999; PNUD 2005; UNESCO 2006), porém, é nas pesquisas qualitativas que vamos constatar os efeitos que o racismo acarreta na vida das pessoas negras ou mesmo como este se materializa na constituição das frustrações, traumas invisibilização nos espaços da esfera pública, estereótipos, os quais não se restringem ao ambiente escolar (SILVA, 1987, 1988; GOMES, 2002, 2005; CAVALLEIRO, 2005, MUNANGA, 2005, MOTA, 2015). Acerca de tudo isso Gomes (2005) argumenta que:

Não podemos negar que, na construção das sociedades, na forma como negros e brancos são vistos e tratados no Brasil, a raça tem uma operacionalidade na cultura e na vida social. Se ela não tivesse esse peso, as particularidades e características físicas não seriam usadas por nós, para identificar quem é negro e quem é branco no Brasil. E mais, não seriam usadas para discriminar e negar direitos e oportunidades aos negros em nosso país. (GOMES, 2005, p. 48).

Uma das coisas que tive a oportunidade de apreender nessa caminhada, lado a lado, com essas educadoras que estiveram presentes no processo de construção da IMMNB, foi que

jamais devemos subestimar esse modelo educacional que adotado pelo Brasil. Durante os três séculos de colonização brasileira o modelo educacional teve como premissa a manutenção da colonialidade com a formação subalternos por meio da educação, e formou. O que nos leva a constatação de que este modelo, por focar no resultado, se constitui, entre tantos, como um dos melhores neste quesito, uma vez que, cumpre o que se propõe. Do que conclui que se trata de um modelo bom, mas a contestação é, bom pra quem?

É a partir de questões como estas que a RMNBA, por meio de iniciativas no fomento educacional e práticas pedagógicas afrocentradas - como as observadas no Quilombo Eduacional da Ilha - (Vide Imagem 52), assumi o compromisso de preparar jovens e adultos negros/as para o ingresso no Ensino Superior e mercado de trabalho numa perspectiva de afirmação da cultura e identidade afro-brasileira. Isso sem silenciar diante do racismo estrutural para o qual vários agentes colaboram.

A decisão de não silenciar sobre as práticas racistas, incorporando a dimensão proporcionada pelos termos raça e racismo nas práticas pedagógicas, favorecem para a desnaturalização das desigualdades, bem como implica a afirmação da existência de relação de poder, dominação e exploração que se estabelece cotidianamente na vida das mulheres negras, por imposição de determinadas culturas e povos que consideram que diferentes raças devem ser tratados de forma distinta.

Considera-se importante, desenvolver estratégias pedagógicas na perspectiva anti-racista para compreender a complexidade social, respeitando as outras identidades construídas socialmente pelos sujeitos; lidando de maneira positiva com todas elas (GOMES, 2002, 2005; CAVALLEIRO, 2005, MUNANGA, 2005, MOTA, 2015).

Outro fator que é possível extrair de iniciativas como estas é que elas estão voltadas para o rompimento com o racismo imposto pela colonialidade, levando em conta a dimensão da subjetividade, do corpo e da corporeidade na interpretação, construção de sentidos da realidade e produção do conhecimento, uma vez que estes, além de expressar a opressão perpetrada pelo racismo, dimensionam-se como um indicador de inferioridade, mas também, como instrumento de resistência.

O sujeito nesta perspectiva não é visto como alguém “sem corpo” (MARIN, 2013), mas, concebido, como sugere Freire, como “um corpo consciente” (FREIRE, 1987, p. 90). A RMNN cumpre com este papel formativo de revelar “o mito da modernidade” questões que estão presentes no horizonte destas formações e movimento, que se apresenta como feminista negro de perspectiva decolonial.

Concepção de saberes que orientam as práticas dos sujeitos oprimidos, pois, sendo a produção de significados subjetiva e ocorrendo a partir dos conceitos prévios presentes nas suas estruturas cognitivas, é necessário dar-lhes a possibilidade de revisitar os conceitos e atribuir-lhes sentido para seu uso nas práticas cotidianas, a partir de sua disposição para aprender, de suas vivências, conhecimentos e das interações que se estabelecem em e com o seu fazer.

O que se tem tentado afirmar cotidianamente com essa prática pedagógica, portanto, é que se o modelo educacional padrão, que forma a sociedade brasileira, é racista e contribui para a formação de sujeitos disciplinados, dóceis, subalternos, reforçando os papéis e as desigualdades sociais, a pedagogia preta é genuinamente de resistência. Isso porque a pedagogia para o empoderamento das mulheres negras tem o potencial de contribuir para que elas revejam suas concepções e vivências das formas e conteúdos construídos a partir da sua própria experiência de vida.

Nessas formações os conteúdos utilizados devem favorecer a independência, a criatividade e a autocrítica na construção do conhecimento. Aqui a coerência entre forma e conteúdo está a serviço da autonomia e da transformação social, contrária à manutenção da ordem social opressiva, desigual estabelecida, oferecendo uma chance para que o processo de construção da I Marcha opere como um *lôcus* de empoderamento de sujeitos.

Durante o período de construção da I MMNB Contra o Racismo, à Violência e Pelo Bem Viver, 2011 a 2015, a RMNBA realizou uma série de reuniões, encontros e marchas com o propósito de debater a conjuntura local e nacional das mulheres negras; pensar novas estratégias de mobilização, organização de enfrentamento ao racismo; construção de atividades em comemoração a datas simbólicas, a exemplo, do Julho das Pretas, uma homenagem ao dia 25 de julho: Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha do Julho das Pretas voltada para visibilização deste sujeito e suas pautas e assegurar a sua participação na I MMNB (Vide Imagem 53). Como sugeri a música por diversas vezes cantada nas atividades. “Pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga não atíça o formigueiro” (Vide Música 2).

3. Projeto Julho das Pretas: estratégia de incidência política e comunicação

Incansáveis, ousadas, superando limites...

É urgente aumentar o número de mulheres negras, no Legislativo e no Executivo, dando voz, hoje, a essa vasta população feminina que é negra. Quando as cotas de candidaturas femininas serão, finalmente, repartidas? A adoção de uma cota para mulheres negras deverá, a médio prazo, contribuir para o desenvolvimento das lideranças femininas negras que poderá dar representação política às mulheres negras dentro da esfera do poder. Nós, mulheres negras, somos a maioria da população

feminina, conhecemos o nosso lugar. Vocês não podem adiar mais os nossos sonhos... (Alzira Rufino, 2002).

Há 26 anos centenas de mulheres negras reunidas no 1º Encontro de Mulheres Afro-Latino-Americanas e Afro-Caribenhas, em 1992, na República Dominicana, em protesto à ocupação das Américas pelo colonizador, definem o “25 de Julho como Dia Internacional da Mulher Negra Afro Latino-americana e Caribenha”.¹⁹⁵ Esse marco teve, sobretudo, a finalidade de visibilizar as lutas históricas de resistência travadas pelas Mulheres Negras na diáspora em face da questão das desigualdades determinadas pela articulação entre racismo, sexismo e capitalismo na região.

Além da definição deste marco, outra deliberação importante ocorreu neste encontro: a criação da Rede de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas. Esta data é reafirmada em 2014, quando foi sancionada por Dilma Rousseff no Brasil a Lei nº 12.987, definindo o 25 de Julho como o “Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra”.

Por um longo período o 25 de Julho foi comemorado por meio de agendas esporádicas, sendo que, nos últimos anos, em muitas destas comemorações convencionou-se a entrega de flores, medalhas e títulos em homenagem a algumas mulheres. O que não agradava, nem um pouco a militância política do movimento por entender que esse tipo de evento só serve para despolitizar a luta, dando ênfase ao individualismo liberal, no intuito de criar entre nós uma espécie de hierarquização das mulheres negras dentro do processo. Além disso, deturpa nossos processos políticos com a idéia de que os avanços vistos ao longo dos anos são fruto de ações individuais e não coletivas. Como nos lembra um dos lemas da luta das mulheres negras, síntese do feminismo negro “Quando uma sobe e puxa a outra”.

É se contrapondo a tudo isso que em 2013, o Odara propõe ao movimento a criação do “Julho das Pretas” que, além de homenagear o 25 de Julho fosse como uma data de reflexão e ação política do Movimento de Mulheres Negras. Uma tecnologia social estratégica

¹⁹⁵ Esta data nacional foi inspirada nessa celebração internacional e foi instituída no Brasil por meio da Lei nº 12.987/2014, que entrou em vigor no dia 2 de junho de 1992. Tereza de Benguela foi escolhida para ser o símbolo desta luta porque é uma importante figura da resistência à opressão que como tantas outras negras heroínas, ficou escondida na historiografia oficial. Conhecida como “Rainha Tereza”, ela viveu no século XVIII no Vale do Guaporé, no Estado do Mato Grosso. Contam os registros que, após seu companheiro, José Piolho, ser morto por soldados, ela resistiu e assumiu a liderança do Quilombo de Quariterê, da década de 1730 até o final daquele século, abrigando mais de 110 pessoas – cerca de 80 afro-brasileiros/as e 30 índios/as. Tereza de Benguela morreu após ser capturada por soldados em 1770, seu corpo foi decapitado e sua cabeça ficou exposta em um poste no centro do quilombo, que só viria a ser totalmente extinto próximo de 1795. A história da “Rainha” foi lembrada em 1994 pela escola de samba Unidos da Viradouro no samba-enredo “Tereza de Benguela, uma rainha negra no Pantanal”. <https://www.geledes.org.br/tereza-de-benguela-uma-heroína-negra/>. Acessado em 05/11/2018.

genuinamente preta. Uma voz dissonante que impulsionou os processos de mobilização da I Marcha das Mulheres Negras 2015 a Brasília e ainda ecoa para além das fronteiras, ganhando visibilidade em todo o território nacional, comemorado em vários países da América Latina e fora desta.

Criado em 2013 pelo Odara – Instituto da Mulher Negra, “O Julho das Pretas” é uma estratégia de mobilização, articulação e comunicação, voltada para o fortalecimento das organizações de mulheres negras. Esta iniciativa do Odara foi essencial à formulação e implementação de uma agenda política conjunta e propositiva das mulheres negras da Bahia, da Região Nordeste, e, atualmente, de caráter nacional. Sobre este tema Valdecir Nascimento ressalta que nesse momento

No estado da Bahia - lançamos a marcha em julho 2013 durante as comemorações do “**Julho das Pretas**” que funcionou como um chamariz pra marcha. Com essa mobilização foi possível sensibilizar a CESE que entrou com recurso para apoiar 14 organizações de mulheres Negras a realizar as suas atividades no Julho. Foram realizadas, roda de conversa, caminhada, Xirê das Pretas, ao pé da fogueira e outras tantas atividades, foram contabilizadas – 172 só no Julho das Pretas (NASCIMENTO, 2013).

Este marco teve, ainda, como objetivo, visibilizar a trajetória de luta, as demandas e as reivindicações históricas das mulheres negras na diáspora. Busca favorecer a construção de estratégias para o enfrentamento do racismo e do sexismo, além do fortalecimento das identidades, no diálogo com a realidade desses territórios, afim de emplacar uma luta mais eficiente, mediante uma agenda conjunta.

Desde a sua criação, foram 8 edições¹⁹⁶ do Julho das Pretas, mobilizando as mulheres negras em diversos lugares no país. Esta tecnologia social, Julho das Pretas, trouxe para o centro do debate reflexões, temas importantes e necessários relacionados à superação das desigualdades de raça e gênero que perpassam a sua história no continente americano, colocando em evidência a pauta e agenda política das mulheres negras e um modelo de desenvolvimento para o país.

Ao longo desses oito anos de existência, o “Julho das Pretas” “Se constitui enquanto um espaço de trocas, vivências, entrelaçamentos e fortalecimento da luta das diversas mulheres negras que enfrentam a perversidade de uma sociedade desigual, mas, no entanto, persistem de cabeças erguidas no fazer político” (Release Julho das Pretas 2014).

¹⁹⁶ Ainda que o escopo desta análise esteja limitado ao período de construção da *I Marcha de Mulheres Negras*, decidimos por estender o período até 2020 devido ao potencial mobilizador desta tecnologia para a Marcha e o impacto desta como um forte impulsor dos processos de enfrentamento ao racismo.

Do ponto de vista da identidade visual dessa tecnologia, o impacto produzido por esses subsídios, a partir das mensagens lançadas uma mês inteiro e circuladas ao longo do ano de denúncias ao racismo e a visibilização do protagonismo das mulheres negras no âmbito local e nacional, tem ajudado a compreender os sentidos e os não sentidos desses processos construídos comunicativamente na sociedade, na medida em que, trazem algumas outras variáveis que apontam para a necessidade de inovar e repensar criativamente, o papel do movimento de mulheres negras no Brasil, bem como os imaginários e subjetividades que necessitam ser ressignificados, de baixo pra cima, a partir das ações e práticas políticas protagonizadas por essas atrizes individualmente (SCHERER-WARREN, 2005, 2006; REIS, 2011, 2012).

É o que retrata o Quadro a seguir. O sentimento que essas militantes carregam em relação às estratégias do Julho das Pretas.

O olhar das ativistas sobre as mensagens trazidas anualmente pelo Projeto Julho das Pretas

Definição	Entrevistada	Campo de Intervenção
...é uma agenda comum de intervenção do movimento de mulheres negras da Bahia, que além de discutir a programação de atividades e ações de mulheres negras para o mês de julho se propõe a “debater amplamente o perfil, as problemáticas e prioridades das intervenções nos territórios da Bahia”. ¹⁹⁷	Valdecir Nascimento - coordenadora executiva do Odara Instituto da Mulher Negra.	Incidência política.
“Nem sempre nossas agendas são pautadas e valorizadas em outros movimentos. Trazer essa data como ponto de reafirmação e resistência das mulheres negras significa visibilizar uma luta histórica que no interior, por exemplo, é pouco conhecida. Queremos uma agenda de mulher que inclua quilombolas, trabalhadoras rurais e marisqueiras em nossa cidade”. ¹⁹⁸	Noélia Sacramento - Representante do Movimento de Mulheres Negras do Baixo Sul.	Visibilidade do protagonismo dessas atrizes
“As mulheres negras sempre lutaram contra o racismo, o machismo, a violência e pelo bem viver de outras mulheres e principalmente da comunidade negra. Portanto, o 25 de julho vai além das comemorações, esta data tem como objetivo principal reduzir os efeitos da invisibilidade das mulheres negras da Bahia”. ¹⁹⁹	Lindinalva de Paula - Rede de Mulheres Negras da Bahia.	Historicidade - Nossos passos vem de longe
“O Julho das Pretas esse ano tem também como estratégia o fortalecimento da Marcha. Um olhar das mulheres negras baianas sobre esses pontos (Racismo, Violência e Bem Viver), a partir da reflexão sobre a nossa participação política”, ²⁰⁰	Naiara Leite - Coordenadora de Odara.	Visão de mundo
“Consideramos o Julho das Pretas um momento importante para a visibilidade da luta das mulheres negras. [Apoiando projetos] a CESE reafirma o seu compromisso com a luta anti-racista, anti-	Rosana Fernandes - Assessora de Projetos e Formação	Compromisso político

¹⁹⁷ Instituto Mídia Étnica. <http://correionago.ning.com/profiles/blogs/projeto-julho-das-pretas-quer-contribuir-para-protagonismo-da-mul>. Acessado em 22/07/2014.

¹⁹⁸ <http://www.irdeb.ba.gov.br/evolucaohiphop/?p=7544>. Acessado em 22/04/2015.

¹⁹⁹ <https://www.cese.org.br/julho-das-pretas-mobiliza-para-marcha-das-mulheres-2015/>. Acessado em 03/06/2016.

²⁰⁰ <https://www.cese.org.br/julho-das-pretas-mobiliza-para-marcha-das-mulheres-2015/>. Acessado em 03/06/2016.

sexista, por justiça social e igualdade racial. Enfrentar as desigualdades raciais e de gênero significa avançar na construção de uma sociedade justa e democrática”. ²⁰¹	da CESE	
--	---------	--

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações extraídas de canais de comunicação diversos.

Anualmente o Julho das Pretas tem realizado o seu planejamento reunindo mulheres de vários segmentos, da capital e interior, sempre a partir do mês de abril de cada ano, voltado para a captação de recursos e implementação de ações formativas, culturais e educacionais, favorecendo trocas, vivências, entrelaçamentos, de forma a contribuir para assegurar a valorização e preservação das culturas afro-brasileiras, patrimônio, memória, narrativas, agendas políticas, a trajetória e presença africana e de seus descendentes na História do Brasil.

Desde sua criação em 2013 até 2020 toda a região nordeste e vários municípios do país estiveram engajados nestas ações para colocar em evidência o protagonismo das mulheres negras no contexto latino-americano e caribenho. Do ponto de vista da sua identidade visual o projeto tem retratado em sua marca e tema as lutas e estratégias adotadas por estas mulheres no contexto brasileiro, conforme evidenciado no quadro a seguir:

Do ponto de vista da identidade visual do projeto, o Quadro a seguir, retrata objetivamente, a marca e o tema, por edição do Julho das Pretas.

²⁰¹ <https://www.cese.org.br/julho-das-pretas-mobiliza-para-marcha-das-mulheres-2015/>. Acessado em 03/06/2016.

Marca e Tema do Julho das Pretas por edição

Edição	Marca	Tema	Objetivo
1ª 2013		Fortalecimento Institucional das Organizações de Mulheres Negras na região do Nordeste	Mapear as organizações de mulheres negras da região e discutir estratégias de fortalecimento político, financeiro e institucional.
2ª 2014		Mostra de Arte e Cultura de Mulheres Negras.	Aprofundar e discutir o fortalecimento em torno da autonomia econômica das mulheres negras, do intercâmbio de experiências solidárias e criativas do empreendedorismo negro protagonizado pelas mulheres.
3ª 2015		A Participação da Mulher Negra na Política: Estratégias e Desafios.	Colocar em pauta a participação e representação política das mulheres negras nos diferentes espaços políticos no país, através de um olhar crítico sobre as estratégias de participação, as agendas apresentadas pela luta de enfrentamento ao racismo e fortalecimento das mulheres negras.
4ª 2016		Mulheres Negras em Foco: Mídia, Representação e Memória.	A construção de novas narrativas e estratégias de implosão de imaginários estereotipados sobre a população negra, a partir do debate sobre o direito das mulheres, lésbicas, jovens e negras à comunicação, à representação política, à narrativa de luta.
5ª 2017		Mulheres Negras transversais do Tempo: Negras Jovens Enfrentando o Racismo, a Violência, e Pelo Bem Viver	Potencializar trocas intergeracionais entre ativistas do movimento de mulheres e jovens negras no diálogo sobre o enfrentamento ao racismo, ao machismo, a lgbtphobia e todas as formas de opressão e violência.
6ª 2018		Mulheres Negras Movem O Brasil: Contra O Racismo, A Violência e pelo Bem Viver.	Visibilizar as lutas históricas e as estratégias travadas pelas mulheres negras no contexto diaspórico para combater o racismo, a violência e todas as formas de opressões que afetam diretamente a vida das mulheres e população negra.

7 ^o 2019		Mulheres Negras Por um Nordeste Livre	Destacar a vanguarda da região Nordeste nas lutas por liberdade, contra o racismo, o patriarcado, a democracia plurirracial e pelo Bem Viver e visibilizar a ação e alinhamento político de uma gigantesca rede de mulheres atuantes na Região, articulada, sobretudo, pela Rede de Mulheres Negras do Nordeste.
8 ^o 2020		Em Defesa das Vidas Negras, pelo Bem Viver (Uma edição virtual para atender as medidas de segurança sanitária)	Transpor a narrativa da “denúncia do genocídio” para a “valorização das vidas negras”, dando um tom mais propositivo para a mobilização política. Ao clamar pela importância da defesa da vida das pessoas negras buscamos evitar que o debate caia em dados e números frios.

Fonte: Síntese elaborada pela autora a partir de informações extraídas do Site do Odara Instituto da Mulher Negra. <http://institutoodara.org.br/julho-das-pretas/>. Acessado em 22/08/2020.

4. Projeto Julho das Pretas uma Tecnologia Social Preta – Princípios e metodologia

Destacamos aqui nesta seção as atividades realizadas pela RMMBA. Afirmamos que, o escopo desta análise está limitado ao período de construção da Marcha, por isso, não abordamos todas as iniciativas realizadas pela Rede. Entretanto, no caso específico do Julho das Pretas, resolvi estender um pouco mais as análises da pesquisa, até o período pós-marcha - 8ª Edição do Julho das Pretas de 2020 - por entender ser esta uma tecnologia social de grande relevância para entender o processo de mobilização da IMMNB e na manutenção deste estado em caráter permanente – no pós Marcha, bem como, para posterior agenciamento e monitoramento das políticas públicas de enfrentamento ao racismo e seus efeitos – desigualdades, violências, exclusão, pobreza, etc - na contemporaneidade e, em especial, para se ter a dimensão do impacto dessas políticas na vida das mulheres negras, dos destinos desse movimento, da luta contra o racismo na diáspora negra.

Ainda que esses períodos estejam fora do escopo desta tese, seguramente está dentro do propósito que esta se compromete: evidenciar em que medida as ações desenvolvidas por essas mulheres sugerem traços, marcas que se conectam as concepções feministas negras decoloniais. Busco, assim, obter uma melhor dimensão do impacto destes feitos e da sua pontencialidade para romper definitivamente a colonialidade que perpassam as relações sociais no Brasil.

Acredito que o julgamento das ações produzidas pela RMNN pode ser feito sobre um projeto específico, uma série de outros projetos, por região, por períodos que compõem o amplo processo que caracterizou a construção da I Marcha, qualquer que seja o meio escolhido

para decifrar essas ações é possível vislumbrar o potencial agregador e criativo deste projeto, conforme demonstrado adiante:

Municípios envolvidos com as atividades do Julho das Pretas por edição

Edição	Município	Quant Ações
2013	Salvador	25
	Maraú	3
	Santo Antônio de Jesus	1
	Camaçari	2
	Feira de Santana	1
	Amargosa	1
	Amélia Rodrigues	1
	Serrinha	1
TOTAL		35
2014	NÃO HOUE AGENDA COLETIVA IMPRESSA ²⁰²	
TOTAL		19
2015	Salvador	12
	Vera Cruz	1
	Coração de Maria	1
	São Francisco do Conde	1
	Cachoeira	2
	Santo Amaro	1
	Camaçari	1
TOTAL		19
2016	Salvador	26
	Ituberá	1
	Camamu	4
	Cachoeira	3
	Senhor do Bonfim	1
	Vera Cruz	1
	Nilo Peçanha	1
	Camaçari	1
TOTAL		38
2017	Salvador	39
	Cachoeira	2
	Santo Amaro	1
	Lauro de Freitas	1
	Serrinha	1
TOTAL		44
2018	Salvador	75

²⁰² Em 2014 as organizações do movimento de Mulheres Negras decidiram por não fazer uma agenda coletiva e sim concentrar esforços na divulgação de uma única ação principal: “Mostra de Arte e Cultura de Mulheres na Bahia, nos dias 24 e 25/07/2014, no forte da capoeira, no Santo Antônio Além do Carmo.

	São Felix	1
	Biritinga	1
	Camaçari	3
	Cachoeira	1
	Sergipe	11
TOTAL		92

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações extraídas do Site do Odara Instituto da Mulher Negra. <http://institutoodara.org.br/julho-das-pretas/>. Acessado em 22/04/2018.

É possível constatar, com base na análise desenvolvida a partir da 1ª Edição do Julho das Pretas, em 2013 que, do total das ações produzidas pelas organizações da Rede de Mulheres Negras ao longo desses anos, os temas mais abordados foram: atividades relacionadas à arte, música, poesia, literatura, cinema e teatro; seguidas das celebrações e audiências públicas; e as ações de Controle Social sobre as políticas públicas.

Creemos que o julgamento da ação coletiva da RMNN poderia ser feito sobre um projeto específico, ou uma série de outros projetos que compõem o amplo processo mobilizatório que caracterizou a construção da I MMNB. Afirmamos, todavia, que em nome da economia da pesquisa, não abordamos todas estas iniciativas, principalmente aquelas que se referem ao Julho das Pretas, ainda que julgue muito importantes, na medida em que, as ações desenvolvidas por essas mulheres sugerem traços, marcas que se conectam a concepções feministas negras decoloniais no Brasil.

Vale salientar, a partir da análise desenvolvida desde a 1ª Edição do Julho das Pretas em 2013 que, do total das ações produzidas pelas organizações da Rede de Mulheres Negras, os temas mais trabalhados por estas organizações foram: a arte, música, poesia, literatura, cinema e teatro; seguidas das celebrações e audiências públicas; e por último as ações de Controle Social sobre as políticas públicas.

Dentre questões abordadas nestas atividades destacamos o debate sobre as agendas: visibilidade da mulher negra, afetividade, sexualidade, saúde, representação e representatividade destes sujeitos. Temas caros na contemporaneidade que repercutem, inexoravelmente, sobre a vida dessas mulheres e diz muito sobre a sua cidadania.

➤ **1ª Edição do Julho das Pretas 2013 - Fortalecimento Institucional das Organizações de Mulheres Negras**

Reunião de Planejamento do Projeto Julho das Pretas 2013 - Mulheres negras da capital e das regiões do Recôncavo, Feira de Santana e Baixo Sul, em 19 de junho de 2013



Fonte: Site do Odara Instituto da Mulher Negra²⁰³. Reunião de planejamento do Projeto Julho das Pretas - em de junho de 2013

Desde 2013, em seu lançamento, o movimento de Mulheres Negras da Bahia tem se empenhado no sentido de consolidar o 25 de Julho, data em que se comemora o Dia Internacional da Mulher Afro-Latino Americana e Afro-Caribenha, homenageando a luta das mulheres negras em toda a diápora africana. Já neste primeiro momento, tem atuado no sentido de consolidar o 25 de Julho com um mês totalmente dedicado a elas, por meio de uma agenda comum de intervenção política, contendo uma ampla programação de atividades, debates, seminários, passeatas a acontecer de 1º a 31 de julho em todo o estado.

Sendo assim, tendo em conta a condição de opressão de racial/étnica e de gênero em que vivem as mulheres negras, explícita em muitas situações do cotidiano, nada mais emblemático do que assumir um posicionamento afrocentrado de trazer para o centro do debate a valorização, individual e coletivo, deste sujeito e dar visibilidade ao seu protagonismo a promoção e valorização da identidade da mulher negra na formação histórico cultural do Brasil, bem como a importância do Fortalecimento institucional das organizações de mulheres negras na região nordeste, conforme salienta Valdecir Nascimento, coordenadora executiva do Odara.

O Julho das Pretas é direcionado para as mulheres negras e, para dar visibilidade, destaque para as atividades e ações que vem sendo realizadas pelas organizações de mulheres negras durante todo o ano, além de evidenciar a luta das mulheres negras pela garantia de direitos antirracista e antixista. Outro aspecto importante é marcar o mês de julho como um mês direcionado a homenagem e fortalecimento do ativismo das negras feministas, já que no dia 25 de julho comemoramos o dia da Mulher Afro-latino Americana e Afro-Caribenha VALDECIR NASCIMENTO, 2013)²⁰⁴.

²⁰³ Disponível em <https://odarainstituto.wordpress.com/2013/06/27/julho-das-pretas-odara-propoe-construcao-de-agenda-na-bahia-para-homenagear-a-luta-das-mulheres-negras/>. Acessado em 16/07/2014.

²⁰⁴ Postado por Instituto Mídia Étnica em 16 julho 2013 às 6:00. Disponível em <http://correionago.ning.com/profiles/blogs/projeto-julho-das-pretas-quer-contribuir-para-protagonismo-da-mul>. Acessado em 16/07/2014.

Neste período o movimento de mulheres negras já homenageava esse protagonismo em toda a diápora africana. Seguindo este propósito o Instituto Odara se reuniu com as mulheres negras da capital e das regiões do Recôncavo baiano, Feira de Santana e Baixo Sul, em Salvador, em 19 de junho de 2013, com o intuito de lançar o Julho das Pretas.

Com isso, além de discutir a programação da Agenda o grupo debateu amplamente o contexto, o perfil, a conjuntura, as problemáticas e prioridades das intervenções de cada organização nos três territórios presentes nesta reunião. Nesta ocasião, já vislumbrava o potencial criativo e deste projeto ao defender que:

“É necessário fortalecer o dia 25 de julho em todo o país. Acredito que a construção e validação dessa agenda vão garantir respeito e visibilidade para a luta das mulheres negras. Queremos mobilizar o máximo de organizações de mulheres negras possível na Bahia. O Dia Internacional da Mulher Afro-Latino – americana e Afro-Caribenha é um dia para ampliar parcerias, dar visibilidade à luta, às ações, promoção e valorização do debate e da identidade da mulher negra brasileira e na Bahia vai reafirmar o julho como um mês de intervenção das feministas negras”. (VALDECIR NASCIMENTO, 2013)²⁰⁵.

Neste momento de criação do Julho das Pretas a diretriz do debate se deu torno do fortalecimento institucional das organizações de mulheres negras na região Nordeste. Isso implicou como objetivo geral, na realização de um mapeamento das organizações de Mulheres Negras na região, identificando a situação em que se encontravam suas necessidades, quantas somos o que estamos fazendo e para onde queremos seguir, proporcionando uma radiografia prévia das organizações neste território visando a formação de uma rede que ampliasse essa conexão. Pontos fundamentais para traçar um plano de ação voltado para a estruturação da Rede de Mulheres Negras do Nordeste. Afinal, nosso propósito era colocar 100 mil mulheres negras em Brasília.

Munidas dessas informações, em setembro de 2013, nasce a Rede de Mulheres Negras do Nordeste com o lançamento do Projeto “Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste”, na cidade do Recife. Uma parceria entre o Instituto Odara, a Fundação Ford e a Coordenadoria Ecumênica de Serviços – CESE. Idealizado este projeto foi possível fazer o mapeamento, mobilizar as organizações e promover seu fortalecimento institucional de forma estruturada e

²⁰⁵ Disponível em <https://odarainstituto.wordpress.com/2013/07/17/julho-das-pretas-proposta-de-uma-agenda-negra-e-feminista-para-a-bahia-2/>. Acessado em 16/07/2014.

articulada, com sustentabilidade e formação política focada nas dimensões de raça, gênero e orientação sexual.

A representante do movimento de mulheres negras do Baixo Sul, professora Noélia Sacramento, que acompanhou desde o início este processo segue essa linha de pensamento para argumentar que a idéia impulsionadora do “Julho das Pretas” era a de que este serviria como um ponto de apoio e fortalecimento das ações protagonizadas por mulheres negras, a partir das suas organizações.

“Nem sempre nossas agendas são pautadas e valorizadas em outros movimentos. Trazer essa data como ponto de reafirmação e resistência das mulheres negras significa visibilizar uma luta histórica que no interior, por exemplo, é pouco conhecida. Queremos uma agenda de mulher que inclua quilombolas, trabalhadoras rurais e marisqueiras em nossa cidade” (NOÉLIA SACRAMENTO, 2013)²⁰⁶.

Outro aspecto marcante na programação deste primeiro Julho das Pretas foi à apresentação do projeto da I Marcha de Mulheres Negras contra o Racismo, a violência e pelo bem viver 2015, rumo a Brasília. Neste momento foi aprovada a carta do Recife em apoio a Marcha e apresentada a logomarca da Marcha. As organizações presentes acolheram a proposta com muita expectativa, no dia 25 de julho de 2013.

Destaque para as mulheres do Maranhão que já haviam lançado esta proposta no estado e realizado a primeira marcha estadual neste processo. A Associação da Bianas de Acarajé - ABAM, que também esteve presente neste momento, assumiu o compromisso de apoio a Marcha, realizando em 25 de novembro de 2013, dia de Homenagem as Baianas do Acarajé, uma ação de mídia de guerrilha em cinco estados do nordeste lançando a I Marcha de mulheres negras no Brasil. Mais adiante, em setembro, nos dias 6, 7 e 8 foi realizada a primeira reunião para a formação do Comitê Gestor da Marcha e a definição da identidade da Rede de Mulheres Negras do Nordeste - RMNN, como desdobramento do seminário de Recife.

Como resultado deste primeiro Julho das Pretas, pontuamos a realização do seminário fundação da RMNN que garantiu a presença de oitos estados da região, além de contemplar presença das mulheres negras do campo - quilombolas de Piauí, Paraíba, Maranhão e Alagoas; as representantes das religiões de matriz africana – Bahia e Recife (REMAS, ABAM e Uiala Mukaje); como também mulheres negras de organizações mistas do movimento negro e

²⁰⁶ Disponível em <https://odarainstituto.wordpress.com/2013/07/17/julho-das-pretas-proposta-de-uma-agenda-negra-e-feminista-para-a-bahia-2/>. Acessado em 16/07/2014.

feminista (CCN, Instituto Búzios, e juventude (INTERREDES, FORJUNE); Lésbicas - Safo, além da presença das companheiras do CEDENPA – Pará e Maria Mulher – Porto Alegre.

➤ **2ª Edição do Julho das Pretas 2014 - Mostra de Arte e Cultura de Mulheres Negras**

Mostra de Arte e Cultura de Mulheres na Bahia – 24 e 25/07/2014.



Fonte: Arquivos do Odara Instituto da Mulher Negra.

Na 2ª Edição do Julho das Pretas o Odara uniu forças com a Rede de Mulheres Negras do Nordeste para apresentar uma “Mostra de Arte e Cultura de Mulheres na Bahia”. Essa iniciativa promoveu o intercâmbio de experiências solidárias e criativas no empreendedorismo negro, destacando o protagonismo dessas mulheres, dando visibilidade as vozes desses sujeitos tanto no cenário local quanto nacional. A luta contra o racismo e a garantia de direitos foram temas centrais das discussões. As participantes aproveitaram a ocasião para debater sobre a autonomia econômica e a autonomia sobre seus próprios corpos. Discussão extremamente crucial considerando os números alarmantes de feminicídio, que assombram o país.

O Julho das Pretas neste ano se configurou como um meio de reafirmar que quando as mulheres negras cantam, representam, produzem peças artesanais, curam, também preservam as tradições que as fortalecem, ao tempo em que, rompem barreiras, denunciam uma convivência cotidiana de enfrentamento ao racismo, sexismo, a opressão e a ausência de direitos.

A participação das mulheres negras no cotidiano das cidades do nordeste é parte deste imaginário popular, concretizadas na imagem de artistas, rezadeiras, vendedoras de bejú, de acaçá, baianas de acarajé, camelôs, feirantes, agricultoras, coletoras, pescadoras, marisqueiras, vendedoras de iguarias, quitutes, as parteiras, que mesclaram o trabalho para o sustento da família com a arte de encantar.

Foi também na celebração do 25 de Julho em 2014, que a presidenta Dilma Rousseff, instituiu a Lei 12.987, de 02/06/2014, definindo esta data como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. Uma oportunidade para celebrar, reconhecer e refletir sobre as contribuições dessas mulheres na história e na sociedade brasileira. É na trajetória dessas mulheres que nos antecederam que a 2ª Edição do Julho das Pretas buscou estruturar uma rede capaz de representar os seus anseios e sinalizar novos rumos para o enfrentamento ao racismo, à violência, pelo Bem Viver, rearticulando e fortalecendo as mulheres negras e suas organizações no Nordeste brasileiro.

Nesta “Mostra de Arte e Cultura de Mulheres na Bahia” a RMNN articulou uma série de expressões artísticas cultural de mulheres negras da região proporcionando um espaço de trocas, vivências e entrelaçamentos, exposição e comercialização produtos da agricultura familiar, do beneficiamento de búzios e conchas, da palha da bananeira, do capim dourado, oriundos da produção artesanal das Mulheres Negras Rurais, marisqueiras e Quilombolas.

A partir da fala da coordenadora do Odara Instituto da Mulher Negra, uma das responsáveis pela consolidação desta agenda, durante reunião de planejamento desta atividade, dá uma dimensão dos custos e capital político a ser mobilizado para efetividade desta ação. Diz Valdecir Nascimento.

Nos dias 24 e 25 Julho, vai acontecer no Centro de Cultura Popular (Forte da Capoeira) a I Amostra de Arte e Cultura de Mulheres Negras da Bahia/NE, uma feira de produtos diversos, lançamento de livros, Hip Hop; música, saraus de poesia, é a Culminância do “Julho das Pretas”, com a participação de todas as organizações de Mulheres Negras do Estado que compõem a Rede e vão realizar a programação durante todo o mês, mobilizando as mulheres negras no estado; [...] Estamos discutindo com a Petrobras e demais parceiros, apoio e suporte financeiro para a realização da I Amostra de Arte e Cultura de Mulheres Negras da Bahia/NE que possui custos com: transporte, hospedagem, material gráfico, comunicação e alimentação com o objetivo de criar um ambiente acolhedor e assegurar um espaço digno e de qualidade para receber em Salvador 500 mulheres negras do estado. Para trazer essas mulheres estamos negociando com o Instituto Mauá, Juliana Ribeiro, Gal do Beco, Micaela, Márcia Short e Mariela Santiago, que também puxarão o nosso carro no dia 25/07 em nossa passeata/manifestação Rumo a Marcha. (Valdecir Nascimento, coordenadora do Odara)²⁰⁷.

Assim, a Amostra de Arte e Cultura aconteceu conforme planejado (Vide Quadro 5), no Forte da Capoeira, no Santo Antônio Além do Carmo e redondezas, em Salvador. No término foi realizada uma marcha que percorreu as ruas do Santo Antonio, Pelourino e Centro Histórico. Ao todo foram 421 participantes transitando neste espaço de 12 territórios da Bahia.

A Mostra foi dividida nos seguintes momentos:

1. Exposição da produção artístico e cultural das mulheres negras do nordeste e Bahia, a fim preservar, visibilizar e comercializar suas produções, revelando as particularidades e especificidades de cada uma;
2. Feira de artesanato como exposição e comercialização de produtos diversos;
3. Cultural: performance teatral; lançamento de livros, saraus de poesia;
4. Música: samba de roda, show de Juliana Ribeiro, Gal do Beco, Micaela, Márcia Short e Mariela Santiago, Hip Hop;
5. Político: passeata pelas ruas do Centro Histórico, Santo Antonio e Pelourinho, carro de som;
6. Oficinas de qualificação da produção, sobre como agregar valor ao produto, empreendedorismo, informações sobre crédito/financiamento e capacitação técnica.
 - Oficina 1. Gestão de Negócios e Empreendedorismo.
 - Oficina 2. Como Adquirir crédito/ financiamento para a estruturação do empreendimento social.
 - Capacitação Técnica SEBRAE.
 - Momentos de vivências durante a mostra, dando destaque e reconhecendo o protagonismo das mulheres negras nas comunidades e na promoção do seu próprio desenvolvimento (marisqueiras, pescadoras, quilombolas, trabalhadoras rurais, etc);
 - Troca de experiências sobre formas coletivas de organização da produção artesanal, resultado

²⁰⁷ Ata de Reunião da RMNN, em Salvador-BA, em 15/05/2014. Arquivo do Odara Instituto da Mulher Negra.

transformação e beneficiamento da palha da banana, palmeiras e da produção alimentícia: exemplo de mel, cachaça, cocadas e doces, cajuína, e manutenção das tradições afro brasileiras.

7. Ato de lançamento Rumo a Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver.

Para muitas A Mostra de Arte e Cultura do Julho das Pretas 2014 foi um sucesso. O engajamento das organizações de mulheres negras garantiu a eficácia desta ação que mobilizou algo em torno de (400) quatrocentas mulheres, com as mais diversas especificidades, dos dez territórios de identidade do estado da Bahia para promover o intercâmbio de experiências de economia criativa e solidária, aprofundar o debate sobre o empreendedorismo negro protagonizado por mulheres e refletir sobre a autonomia econômica das mulheres negras.

Desde janeiro de 2014, o Julho das Pretas se articulou em torno deste tema, emplacando um resultado positivo com a efetividade deste espaço de debate, exposição e comercialização de suas expressões artísticas.

➤ **3ª Edição do Julho das Pretas 2015 - A Participação da Mulher Negra na Política: Estratégias e Desafios**

Mesa de abertura da 3ª Edição do Julho das Pretas 2015 - Seminário “A Participação da Mulher Negra na Política: Estratégia e Desafio”



Da esquerda para direita: Olívia Santana - Secretária da SPMBBA, Valdecir Nascimento Coordenadora Executiva do Odara, Mãe Raidalva – Ialorixá Ilê Axé Oyá Tolá, Dulce Pereira - Professora da UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, Benilda Brito – Coordenadora do Nzinga/BH, Rosana Fernandez – Coordenadora da Cese.

Fonte: Cobertura jornalística do Jornal A Tarde – Uol.²⁰⁸

²⁰⁸ Diapontável em <https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1785006-julho-das-pretas-e-aberto-com-dois-dias-de-debates>. Acessado em 13/06/2017.

No ano de 2015 o Odara – Instituto da Mulher Negra, em parceria com a Rede Norte, Nordeste de Mulheres Negras, ambas associadas à Articulação Nacional de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) comemoram a **3ª Edição Julho das Pretas** com o Seminário “*A Participação da Mulher Negra na Política: Estratégias e Desafios*” (Vide Imagem 54). Evento de dois dias - 23 e 24 de julho de 2015 – contou com uma programação envolvendo membros da Rede de Mulheres Negras da Bahia e mulheres negras que atuam no cenário político, no Espaço Cultural da Barroquinha, Salvador/BA.

Assim, seguindo uma metodologia genuinamente preta (Vide Quadro 6), guiadas pelas experiências e legado transmitido por aquelas que nos antecederam, este Seminário serviu como espaço de reflexão sobre o cenário político, rumo às eleições futuras, em especial a 1ª Marcha de Mulheres Negras Contra o Racismo, Violência e pelo Bem Viver. Para tanto, contou com a colaboração de candidatas pontentes, eleitas e não eleitas, convidadas para participarem da roda de conversa, “Mulheres Negras e as disputas pelo poder: diálogos com as organizações da RMNBA sobre os entraves e desafios”. Contra o Racismo, Violência e Pelo Bem Viver, nas mesas temáticas: Mesa 1. “Participação política e poder: mais Mulheres Negras nos Espaços de Poder”; Mesa 2. “Mulheres Negras um diálogo possível: Contra o Racismo, Violência e Pelo Bem Viver”; Mesa 3. “Mulheres Negras um diálogo possível: Contra o Racismo, Violência e Pelo Bem Viver”, estimulando a plenária a emergir nessas questões que impactam na representação política das mulheres negras, mas, também sendo provocadas pelas mesmas a propor soluções para tais dilemas e melhoria dos indicadores que, ainda hoje, apontam para um déficit democrático de raça e gênero que perpassa a história e a política brasileira (Vide Imagem 55).

Durante esse seminário, um olhar crítico foi lançado sobre as estratégias adotadas até então pelas mulheres negras no âmbito da arena política. Também foram estimuladas algumas reflexões acerca dos obstáculos, subjetividades e antagonismos que perpassam práticas discursivas, a permanência de imagens estereotipadas, que reforçam a sua persistente sub-representação política, mas, sobretudo, a ação política das diversas experiências concretas de mulheres negras que nos inspiram, em especial, as lésbicas, candomblecistas, quilombolas, suburbanas, periféricas, pobres, de favela, frequentemente consideradas incompatíveis com os espaços de poder, segundo discurso patriarcal, litúrgico, neo-pentecostais, capitalista, que legitimam e reforçam a condição de

subalternidade, exploração e obediência das mulheres às lógicas de dominação estruturantes desse modelo de sociedade.

As mulheres negras historicamente foram excluídas dos projetos de desenvolvimento do país e, no caso da representação política, não foi diferente. Como não se lembrar de quadros valorosos como Benedita da Silva, Antonia Garcia, Olívia Santana, Vida Bruno, Matilde Ribeiro, Marta Rodrigues, Wanderlay Reina, Creuza Oliveira, Célia Sacramento, Leo kret do Brasil, Valquiria Barbosa, Eronildes Vasconcelos (Tia Eron) que, em razão de seus corpos e origem serem consideradas com frequência incompatíveis com os espaços de poder e o direito de representar seus segmentos. Ou seja, mais do que votar elas queriam ser vistas como candidatas eleitas, representando os seus projetos.

É inegável os desafios enfrentados por essas mulheres que pleiteiam a queda dessa lógica de hierarquização dos sujeitos, que produz e reproduz desigualdades sociais e obstáculos para o acesso aos direitos civis e políticos, que lhes assegurem a representação política dos seus segmentos. O fato de elas terem conseguido ultrapassar essas barreiras, se contrapondo, audaciosamente, a partir de seus corpos, à narrativa sobre o ideal hegemônico de sujeito, homem, branco, heterossexual, cristão, e se tornarem aquilo para o qual foram destinadas, e mesmo com toda idiossincrasia, nos serve de luz para a nossa caminhada, visibilizando positivamente à comunidade negra, onde quer que estejam. A história de vida dessas mulheres nos remete a força das nossas ascendentes no enfrentamento às negações, a nossa existência e humanidade.

Este quadro de desigualdade persiste nos dias atuais colocando o Brasil entre os países com menor representação de mulheres na política, ficando à frente somente de países Arabes, do Oriente médio e ilhas polinésias. Sobre este cenário dados do PNAD/2007²⁰⁹, apontam que as mulheres na Região Metropolitana de Salvador - RMS, representam algo em torno de 52% da população, sendo que mais de dois terços (81%) deste contingente é constituído de mulheres negras (pretas e pardas). Entretanto, nas eleições municipais de Salvador, especificamente, nos pleitos de 2008 e 2012, das 161 e 356 mulheres, respectivamente, que se candidataram para disputa dos 43 cargos de Vereador desta cidade, apenas 06, no primeiro ano, e 05, no segundo, conseguiram

²⁰⁹ PNAD/2007 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios http://www.spm.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=36&Itemid=100. Acessado em 24/09/2013.

ocupar essas cadeiras. Destas, apenas 03 em 2008 e 02 em 2012 são identificadas como negras, comprometendo os princípios da democracia representativa, previsto constitucionalmente no país. Sabemos que este déficit democrático de raça e gênero no Brasil vem de longe, melhor dizendo, desde o período colonial até 1932, as mulheres brasileiras estiveram totalmente fora da política institucional (VALE, 2014).

Vale ressaltar que os indicadores sociais têm apontado para desigualdades de raça e gênero crescentes, não apenas na representação política, mas, também, no mercado de trabalho, nas carreiras acadêmicas e jurídicas, com a preponderância das mulheres negras na chefia dos domicílios das grandes regiões metropolitanas que atingem de forma contundente a vida dessas mulheres.

O reconhecimento formal de que existem desigualdades entre homens e mulheres nos processos de decisão política, em especial, nas disputas eleitorais resultou, em 1995, na aprovação da Lei de Cotas, visando assegurar a paridade entre homens e mulheres nos sufrágios. Contudo, no que se refere ao acesso a esse direito político, em se tratando das desigualdades entre brancos e negros, e entre as mulheres brancas e negras, o mesmo não foi observado, muito menos corrigido (VALE, 2014).

Este seminário foi pensado como espaço de reflexão sobre o cenário político e o sufrágio, a partir de trocas, vivências e entrelaçamentos, produzindo debates sobre como se organiza a arena política brasileira na disputa pelo poder. Os entraves e desafios que perpassam essas disputas e impactam diretamente na sua presença nesses espaços, ditando como e de que forma se dará a sua participação no sufrágio, impossibilitando que esta se dê pelas vias da representação de seu segmento nos diferentes espaços de poder e político que definem os rumos do país. Elas podem até votar, mas não serem votadas.

Por meio deste alinhamento a RMNBA possibilitou, no âmbito do movimento, o intercâmbio de ideias entre mulheres negras pesquisadoras, intelectuais, assessoras e aquelas que disputam e/ou ocupam espaços de representação política para pensar novas estratégias voltadas para melhoria dos indicadores que apontam para um déficit democrático de raça e gênero que perpassa a história e a política brasileira, contribuindo para a construção de um projeto político feminista negro, verdadeiramente inclusivo, plurirracial.

Destaque para as trocas, vivências e entrelaçamentos usadas para rearticular as mulheres negras e suas organizações, do Norte, Nordeste, com muitos questionamentos acerca destas disputas, falas relevantes situando o lugar das mulheres negras nos sufrágios: como estão inseridas no mundo da política no Brasil, formas de participação em seus coletivos, nos partidos políticos, no executivo, judiciário, legislativo, religiosos, enfim nas instituições representativas da sociedade.

Esta agenda comemorativa possibilitou também a realização de outras atividades no intuito de trazer a tona essas questões e estimulando o debate entre as mulheres, como: rodas de diálogos, conversas, shows, marchas, etc., dando início ao processo de conscientização política destas mulheres, a partir de uma agenda política positiva para as Mulheres Negras e organizações do norte, nordeste e da Bahia, pois entende-se com tudo isso que a melhoria da condição de vida das Mulheres Negras, passa necessariamente por intervenções que politize e contribua para a sua participação nos debates sobre como determinadas decisões políticas afetam a sua vida e de sua comunidade e, conseqüentemente, assegurar a representatividade políticas desse segmento nos espaços de poder e decisão.

Trata-se da tomada de consciência das mulheres negras, enquanto atores/es sociais historicamente excluídos dos projetos de desenvolvimento. Sobre a forma com que esse eixo racismo, sexismo, capitalismo, se articulam, determinando relações hierarquizadas para produzir e reproduzir processos de opressão, exploração e desigualdades sociais.

O Seminário possibilitou o intercâmbio entre mulheres negras e candidatas que ocupam e/ou disputam espaços de representação na política local, estadual e nacional acerca do déficit democrático que perpassa a história e a política brasileira, culminando;

- 1) Na socialização de práticas consideradas exitosas entre mulheres negras construção de uma proposta de reforma política antirracista e feminista;
- 2) Na construção de uma agenda positiva antirracista e feminista para as Mulheres Negras e organizações, do norte, nordeste, se contrapondo ao projeto político em curso, visando às eleições futura, potencializando a organização das Mulheres Negras Contra o Racismo, Violência e pelo Bem Viver;

- 3) Em maior visibilidade da lógica excludente em vigor e dos entraves para uma democracia verdadeiramente representativa;
- 4) No registro das ações políticas concretas antiracistas e feministas desenvolvidas por Mulheres Negras em espaços de poder, que com maior capilaridade, possibilitam a conscientização política dessas mulheres, imprescindíveis para o fortalecimento deste movimento, o enfrentamento ao racismo e ao sexismo, na arena de disputa pelo acesso ao poder.

A comemoração deste Julho das Pretas também contou com a contribuição do Recôncavo baiano no fortalecimento desta agenda, a partir do Seminário: Mulher Negra! O que esperar dessa sociedade, em 19/07/2015 (Figura 25). Este evento produzido pela Rede de Mulheres Negras de Santo Amaro, na Casa do Samba, na cidade de Santo Amaro da Purificação – Bahia, com o apoio da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE) proporcionou as mulheres negras do território, a oportunidade participar de palestras com temas: “A visibilidade da Mulher Negra na Sociedade Baiana” e “Mulher negra Afetividade, sexualidade e Saúde”.

Nesta ocasião, guiadas pelas formulações apresentadas por Lindinalva de Paula (Coletivo Abayomi e Rede de Mulheres Negras da Bahia), Ana Bispo (Associação Flor de Lotus e Rede de Mulheres Negras da Bahia), Suely Santos (MNU e Rede de Mulheres Negras da Bahia) e Valdedir Nascimento (Odara Instituto da Mulher Negra), puderam refletir sobre questões relacionadas à raça, gênero, sexualidade, educação e direitos humanos, em consonância com a conjuntura política estadual e local, acerca de políticas públicas de equidade e, com isto, o bem viver para todos/as (Figura 26).

Este Julho das Pretas em Santo Amaro, além de marcar a presença da Rede de Mulheres Negras no território, serviu para qualificar as lutas protagonizadas pelas mulheres Negras em seus espaços de atuação e o movimento de mulheres negras na efetivação dos seus direitos, ainda negligenciados pelo poder público no território.

➤ **4ª edição do Julho das Pretas 2016 - Mulheres Negras em Foco: Mídia, Representação e Memória**

No primeiro ano pós-Marcha, o Julho das Pretas 2016 apresentou os primeiros resultados dos esforços empreendidos durante os três anos que antecederam a I MMNB,

comemorando o crescimento significativo de organizações de mulheres negras no cenário nacional; a afirmação do Julho das Pretas como uma das tecnologias sociais mais poderosas deste processo, devido a sua capacidade de manter o segmento permanentemente em estado de mobilização, nessa escala territorial. Uma agenda que, inicialmente, incorporava apenas as regiões Norte e Nordeste do país, se estendeu com a mesma potência pelas demais regiões do país fora deste.

A Agenda comemorativa da 4ª edição do Julho das Pretas 2016, na Bahia, apresentou o Seminário “Mulheres Negras no Foco: Mídia, Representação e Memória” (Vide Imagem 56), debatendo iniciativas que garantem ou ampliam o direito das mulheres negras para além direito à vida, à terra, à reparação, o direito das mulheres negras à comunicação e à memória. Este seminário que aconteceu na Biblioteca Pública dos Barris e no Espaço Cultural da Barroquinha, em Salvador, nos dias 7 e 8 de julho, deu ênfase às estratégias e desafios enfrentados para assegurar às jovens e mulheres negras o direito a memória - enquanto algo essencial na percepção de si e dos outros (POLLAK, 1992, p. 3) - e o registro da história da população negra na formação do Estado brasileiro (Vide Quadro 7).

Além do debate sobre políticas públicas que permitam a representação positiva das mulheres negras no setor da comunicação, também foram pontos de conversa neste seminário as estratégias e desafios na construção dos discursos e narrativas de luta deste sujeito, com foco na construção da imagem contra hegemônica sobre as mulheres negras nas diferentes linguagens de comunicação, no acesso aos direitos, no enfrentamento às violências e incidência política.

Tudo isso foram pontos de conversa neste seminário, além dos debates sobre estratégias para implosão dos imaginários estereotipados que possibilitem a construção de novas narrativas sobre a população negra - mulheres, jovens e lésbicas negras e políticas públicas que permitam a representação positiva das mulheres negras no setor da comunicação e demais espaços de poder e decisão.

A programação do Julho das Pretas 2016 foi vasta, pois, além do seminário temático e seus painéis, o evento abrangeu performances, sessões de filmes, conferências, exposições, oficinas, rodas de diálogos, trocas de saberes e shows, marchas, etc., pois se entende que a igualdade racial e de gênero, assim como a melhoria da condição de vida das Mulheres Negras, passa necessariamente por intervenções que politize e contribua para que

atores/es sociais historicamente excluídos dos projetos de desenvolvimento, tomem consciência acerca de que forma esse eixo racismo, sexismo, capitalismo, tem determinando relações hierarquizadas para produzir e reproduzir processos de opressão, exploração e desigualdades sociais.

Dentre os nomes de mulheres negras do movimento local e nacional que passaram pela mesa da 4ª edição do Julho das Pretas 2016, na capital baiana, a autora Djamila Ribeiro²¹⁰; a cineasta carioca, Yasmin Thayná²¹¹; as cineastas baianas, Viviane Ferreira²¹², e Larissa Fulana de Tal²¹³ e a jornalista, repórter do grupo A Tarde e criadora do personagem Tia Má, quando o público teve a oportunidade de dialogar sobre casos de racismo, machismo e intolerância religiosa no espaço da mídia, a visibilidade e representação da comunicação negra e Representatividade.

Por falar, sobre tantos assuntos, não apenas sobre feminismo negro e representatividade, Azevedo tem sido um destaque na atualidade, acumulando na sua página do Facebook, mais de 90 mil seguidores. Em vista disso, tem sido uma jornalista que tem transformado o espaço da mídia, também, em um local de empoderamento das mulheres negras.

➤ **5ª Edição do Julho das Pretas 2017 – Mulheres Negras Transversais do Tempo: Negras jovens enfrentando o racismo, a violência, e pelo bem viver**

“Quando as mulheres negras se movem, toda a estrutura política e social se movimenta na sociedade (ANGELA DAVIS, 2017)”.

Nesta 5ª Edição do Julho das Pretas, em 2017, as negras brasileiras somaram forças ao movimento abolicionista mundial elevando, mais uma vez, o nível das formulações produzidas e difundidas por este projeto, que afirma a potência do protagonismo destas mulheres representantes da maior agenda política da contemporaneidade na diáspora negra.

O contexto no qual Angela Davis lança esta fala diz muito sobre o fato das mulheres negras, logo agora que o mito da democracia racial foi totalmente exposto, ainda

²¹⁰ Colunista da Carta Capital e do Blog Boitempo, e secretária Adjunta de Direitos Humanos de São Paulo Carmo

²¹¹ Realizadora do filme Kabela e diretora e fundadora do Afroflix.

²¹² Diretora do filme O Dia de Jeruza, indicado ao Festival de Cannes.

²¹³ Diretora e roteirista de Cinza (2015), Lápis de Cor (2014).

estarem localizadas na base da pirâmide econômico-social do país. O que implica dizer que, quando o seu movimento resiste ao sistema opressor capitalista, patriarcal desestrutura/desestabiliza as rígidas e consolidadas ordem hierárquica desigual desse sistema opressor, pois como afirma Davis:

Afirmamos que, na medida em que nos levantamos contra o racismo, nós não reivindicamos ser inclusas numa sociedade racista. Se dizemos não ao hetero-patriarcado, nós não desejamos ser incluídas em uma sociedade que é profundamente misógina e hetero-patriarcal. Se dizemos não à pobreza, nós não queremos ser inseridas dentro de uma estrutura capitalista que valoriza mais o lucro que seres humanos. (EBOOK JULHO DAS PRETAS, 2017).

Trazer a Pantera Negra Ângela Davis para ser uma das anfitriãs do Julho das Pretas 2017 na Bahia, sem sobra de dúvida, era o que o movimento precisava para fortalecer a sua atuação política nas denúncias dos descasos do Estado em relação à vida das pessoas negras, bem como, para colocar na rua a perspectiva de que são “as mulheres negras que movem o Brasil” (EBOOK JULHO DAS PRETAS, 2017, p. 11). Esta 5ª Edição o Julho das Pretas também se apresentou de forma muito especial por potencializar trocas intergeracionais entre ativistas do movimento de mulheres e jovens negras no diálogo sobre o enfrentamento ao racismo, ao machismo, a lgbtfobia e todas as formas de opressão e violência.

A fala trazida pela Pantera Negra neste momento se estabelece em consonância com o que se predispôs o movimento de mulheres negras com o projeto Julho das Pretas: fortalecer a luta política de mulheres negras em resistência as instituições racistas dominantes, o que tem exigido do movimento de mulheres negras, além de renovação, constantes denúncias sobre os descasos do Estado brasileiro em relação à vida das pessoas negras. Sintetizando, é o que significou a presença da filósofa e ativista política Angela Davis, referência internacional das lutas abolicionistas, de enfrentamento ao racismo e feministas contemporâneas, em solo brasileiro.

O evento lotou a Reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA) com mais de três mil jovens negros/as que adentraram o espaço e 830 mil telespectadores que acompanharam Angela Davis ao vivo, transmitido pelo canal de televisão do governo do

estado, atingindo uma audiência jamais vista, reforçando o potencial da agenda do Julho das Pretas, bem como, a importância da resistência das mulheres negras contra o racismo e as violências perpetradas por este.

Essa informação está contabilizada na TV Bahia e abriu a possibilidade da gente ir atrás da TV Educadora de a gente debater com eles estratégia de um programa que pudesse visibilizar a problemática das mulheres negras considerando a audiência que o público deu naquela data de 25 de Julho que Angela Davis foi a atração principal (VALDECIR NASCIMENTO - FOPIR, 2019).²¹⁴

A vinda de Davis ao Brasil se deu, também, devido ao lançamento da primeira Escola Internacional sobre o Feminismo Negro e Decolonial (Vide Imagem 57), com o Curso Internacional “Decolonial Black Feminism in The Americas”, em parceria com a rede internacional de organizações feministas e descoloniais. Além do curso, aconteceu também a Conferência de abertura (Vide Imagem 58), proferida por Angela Davis, e a Mesa Redonda “Práticas e desafios do Feminismo Negro”, aberta ao público, voltado á pesquisadoras, ativistas e feministas negras brasileiras e de outros países. Este curso teve como objetivo principal a criação de um espaço de diálogo, onde a reflexão, as estratégias de intervenção e atuação política caminham lado a lado. A idéia é

contribuir com a formação e ampliar os diálogos na busca do conhecimento sobre nós, mulheres negras, e o mundo que nos cerca, bem como propiciar e ampliar o diálogo entre o Feminismo Negro e Decolonial, numa perspectiva de intervenção junto aos movimentos sociais e à universidade (EBOOK JULHO DAS PRETAS, 2017).

Este lançamento aconteceu na Universidade Federal do Reconcavo (UFRB), na Cidade de Cachoeira, entre os dias 16 e 21 de julho de 2017, com a aula inaugural que contou como docentes com a Davis, referência internacional das lutas antirracista, abolicionistas e feministas contemporâneas e das professoras, Gina Dent, dos Estados Unidos e Ochy Curiel da Colômbia.

O curso teve como propósitos: a) fomentar o compartilhamento de experiências e conhecimentos entre as participantes; b) deslocar a geografia da razão, motivo pelo qual foi

²¹⁴ Entrevista concedida por Valdecir Nascimento ao Fórum Permanente pela Igualdade Racial (FOPIR). Disponível em <https://fopir.org.br/julho-das-pretas-2019-mulheres-negras-em-marcha-por-um-pais-livre/2617>. Acessado em 11/11/2019.

escolhido o Brasil e, em especial, a cidade de Cachoeira, conhecida por abrigar a centenária irmandade feminina negra da Boa Morte, e c) propiciar e ampliar o diálogo entre o Feminismo Negro e Decolonial numa perspectiva de intervenção junto aos movimentos sociais e a universidade²¹⁵.

A organização do curso decidiu como método criar uma roda de conversa que criasse um espaço de diálogo onde todas as participantes pudessem se expressar, e, sobretudo, escutar as outras e a si mesmas. Nesta ocasião foram abordados temas como solidão da mulher negra, religiosidade, genocídio da população negra, resistência na arte e na literatura, estética, gênero e sexualidade, mundo do trabalho e participação política das negras jovens.

Mas não só isso, durante as comemorações da 5ª Edição do Julho das Pretas 2017, o Odara - Instituto da Mulher Negra também aproveitou para reunir na Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA um time de mulheres empoderadas que assumiram o papel de provocar as jovens e mulheres negras para pensar e se posicionar sobre temas estratégicos e estruturantes da atual conjuntura política brasileira, em uma perspectiva intergeracional.

A perspectiva intergeracional que baseia as reflexões e os diálogos propostos se fundamenta na filosofia marca das organizações políticas e a luta das mulheres negras no Brasil, através dos tempos. A afirmação de que “Os Nossos Passos vem de Longe” revela a história de luta e resistência desenhada no corpo e na memória das nossas ancestrais, alimentada, cultivada e reafirmadas pelas mais velhas. Um diálogo intergeracional é a busca de fonte de água limpa para se banhar, se alimentar, para aprender a fazer, para se proteger e afinar a percepção e o olhar sobre o que somos e o que queremos (EBOOK JULHO DAS PRETAS, 2017, p. 16).

Neste foram debatidos os eixos temáticos: - Mulheres Negras Transversais do Tempo: Negras Jovens em busca permanente por soluções contra o racismo, a Violência e Pelo Bem Viver; - Solidão e Afetividade da Mulher Negra na Perspectiva Intergeracional; Religiosidade a as Negras Jovens; - A Participação Política das Jovens e Mulheres Negras; - Negras Jovens: Uma estética para luta; - Negras Jovens produzindo Resistência Através

²¹⁵Disponível em <https://ufrb.edu.br/portal/component/chronoforms5/?chronoform=ver-evento&id=240>. Acessado em 21/01/2018.

da Arte e da Literatura; - Negras Jovens Identidade de Gênero e Sexualidade; e - Negras enfrentando as Diversas Formas de Genocídio da População Negra (Vide Quadro 8).

Este evento contou com a presença de um público majoritariamente de negras jovens, lésbicas, periféricas, ativistas, pesquisadoras, estudantes secundaristas, universitárias, artistas, blogueiras, poetas, para um diálogo intergeracional. A perspectiva intergeracional que baseia as reflexões e os diálogos propostos se fundamenta na filosofia marca das organizações políticas e a luta das mulheres negras no Brasil, através dos tempos.

Impulsionadas pelo tema “Mulheres Negras Movem o Brasil” as mulheres negras de Serrinha, na Bahia também decidiram somar com a Agenda do Julho das Pretas 2017, com o lançamento do Movimento Dandara do Sisal, por meio da palestra “Representação de Representatividade da Mulher Negra em Serrinha e na Bahia”, no Auditório da UNEB, Campos XI Serrinha/BA, faz referência a representação e representatividade da mulher negra nos espaços públicos e de decisão política (Figura 27).

Trata-se de uma organização feminina negra, que agrega como pauta a afirmação da identidade raciais e étnicas do sujeito mulher negra, a reivindicação dos direitos, a melhoria das condições de vida dessas mulheres e a luta contra o racismo e o machismo que, ainda hoje, atingem as mulheres negras do Território do Sisal, pela garantia dos direitos para a população negra, especialmente, as mulheres negras.

O movimento de Mulheres Negras Dandara do Sisal (MMNDS) é fruto de outras organizações negras mistas do município de Serrinha/BA, atuantes há bastante tempo neste Território, que integram a atuação do movimento de combate ao racismo no Território do Sisal, com o objetivo de dar continuidade e subsidiar políticas públicas com foco na superação do racismo, das desigualdades sociais e da violência contra as mulheres neste território.

O Território do Sisal que integra os 27 Territórios de Identidade da Bahia se caracteriza por possuir uma população feminina (39.082) pouco mais que à masculina (37.680) de um total de 76.762 habitantes, em uma área de 583,314 km², de acordo com o Censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Destaca o fato de que no município de Serrinha, localiza-se uma das 22 comunidades

remanescentes quilombolas (CRQs) certificadas pela Fundação Cultural Palmares no Território do Sisal, no estado da Bahia, a comunidade Lagoa do Curralinho (BRASIL, 2019).

Sua área de atuação se estende ao longo do Território do Sisal, através de núcleos compostos por mulheres em alguns dos seus municípios, como Lamarão, Queimadas e Teofilândia, e comunidades remanescentes quilombolas, como Sítio Santana/Lamarão e Lagoa do Curralinho/Serrinha. Daí a emergência de se estabelecer nesta região uma organização assuma o enfrentamento ao racismo, da discriminação e das desigualdades proporcionadas por estes, bem como, reduzir os danos causados pela conjuntura, denunciando os descasos e as condições de vulnerabilidade impostas aos pretos e pardos neste território.

➤ **6ª edição do Julho das Pretas 2018 – “Mulheres Negras Movem o Brasil”:
Contra o racismo, a Violência e Pelo Bem Viver**

A 6ª Edição do Julho das Pretas, em 2018, esteve marcada pelos 130 anos da falsa abolição da escravatura, pela comemoração dos 30 anos do I Encontro Nacional de Mulheres Negras ocorrido em 1988, no Rio de Janeiro²¹⁶ e 30 anos da promulgação da atual Carta Magna do Brasil, conhecida como a Constituição Cidadã, após a ditadura militar no país. Neste ano, o Julho das Pretas se articulou em todo o território nacional sob o mote, “Mulheres Negras Movem o Brasil”, dando visibilidade e o devido valor às lutas de resistência travadas por estas mulheres no contexto diaspórico, desde os tempos da colonização e escravidão até o presente.

Este ano, já no auge da sua maturidade (a CESE,²¹⁷ por exemplo, apostou nesta iniciativa desde o início), o Julho das Pretas, resgatando o passado e reafirmando a força da organização das mulheres negras da Região Nordeste somou esforços em todo o território

²¹⁶I Encontro Nacional de Mulheres Negras ocorrido entre os dias 02 e 04 de dezembro de 1988, em Valença (RJ), contou com a participação de 450 mulheres negras de 19 estados. A importância deste Encontro reside no fato deste reafirmar o papel das mulheres negras como sujeito central no processo de reivindicação por uma sociedade mais justa e ter contribuído para impulsionar o movimento contemporâneo de mulheres negras no país a ultrapassar as fronteiras do feminismo através de uma articulação da questão racial com as questões de gênero e classe.

²¹⁷ Desde a 1ª Edição a CESE já apoiou mais de 30 projetos beneficiando 17.447 pessoas, com envolvimento de mais de 6 mil jovens.

nacional junto à organização do Encontro de Mulheres Negras + 30, programado para acontecer em Goiânia, em 2018, colocando em evidência a voz, a pauta e a agenda política, de quem continua moldando esse país, enquanto protagonistas de sua própria história, com o propósito de garantir a articulação e participação dessas mulheres no Encontro Nacional de Mulheres Negras 30 anos: Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver (AGENDA DO JULHO DAS PRETAS, 2018).

Sem sombra de dúvida, era esse o mote que o movimento precisava para sintetizar o significado da presença da filósofa e ativista política Angela Davis em solo brasileiro, no Julho das Pretas de 2017, a partir da articulação e mobilização das mulheres negras rumo ao Encontro. Um momento impar para intercabiar ideias, vivências, entrelaçamentos e fortalecimento da luta das inúmeras mulheres que historicamente enfrentam a perversidade de uma sociedade desigual, mas, também, como um espaço propício de avaliação da conjuntura política destas últimas três décadas e das políticas relacionadas à superação das desigualdades de gênero e raça, no Brasil, América Latina e Caribe, bem como o impacto destas na vida destas mulheres (AGENDA DO JULHO DAS PRETAS, 2018).

➤ **7ª Edição do Julho das Pretas 2019 - Mulheres Negras por um Nordeste Livre**

Ao se constatar o agravamento da situação das mulheres negras no país após a confirmação do resultado das eleições de 2018, com a derrota da extrema direita na região Nordeste, as mulheres negras seguiram, a partir deste resultado, construindo no Nordeste brasileiro formas de enfrentamento, além do racismo e do machismo, desta vez também, o facismo, em defesa da democracia e seus valores: liberdade, igualdade, negritando a história de luta e resistência e a força política da RMNN (Imagem 60).

Em vista disso, neste ano da 7ª Edição, o Julho das Pretas trouxe para as ruas o tema: “Mulheres Negras por um Nordeste Livre” (Figura 28) e com este, uma série de questionamentos do tipo: Do que queremos ser livres? Do feminicídio, do extermínio, do abuso sexual, da violência doméstica familiar, livre de todas as formas de opressão. Essa é a perspectiva do Julho das Pretas neste ano. (VALDECIR NASCIMENTO, 2019).

Importante dizer que em 2016 o Brasil passou por um golpe de Estado, seguindo governado por uma extrema direita e, posteriormente, pela eleição de um presidente que negava, em cadeia nacional, a existência do racismo. Isso se configurou como algo muito sério, visto que repercutiu no agravamento das condições sócioeconômicas das mulheres negras e um retrocesso na luta antirracista no país.

Com estas declarações, o governo não apenas passou a se omitir da responsabilidade de enfrentar o racismo, enquanto problema estrutural das relações sociais brasileiras, como se eximiu da obrigação de promover políticas públicas eficazes de equidade, inclusão e melhoria nas condições de vida de parcela significativa da população. Esses acontecimentos fizeram com que a região Nordeste se colocasse nas últimas eleições presidenciais como a região que mais disse não ao fascismo em 2018. Em vista disso,

O nordeste se posicionou contra essa ordem conservadora, branca, racista, lesbofóbica e tudo o mais que compõe esse governo que está aí. Então, nós queríamos reafirmar e puxar a campo o capital social qual a leitura das mulheres negras sobre essa política. Do que queremos ser livres? Do feminicídio, do extermínio, do abuso sexual, da violência doméstica familiar, livre de todas as formas de opressão. Essa é a perspectiva do Julho das Pretas (VALDECIR NASCIMENTO, 2019).

No Brasil as mulheres são maioria e representam 51,2% da população, sendo 46% delas pretas e pardas. No Nordeste 69,6 % das mulheres são negras, entretanto, dados apontam que esta parcela significativa da população está na base da pirâmide social, com os piores salários, nas colocações menos prestigiadas e vulneráveis a violências de toda ordem, inclusive física e sexual. Condição esta que observamos uma leve melhoria no mundo do trabalho, sobretudo, entre 2005 e 2014, período do governo democrático-popular, mas tão logo o esgotamento desse modelo essa situação agravou drasticamente para essa população e, em especial, para a mulher negra.

Somos o grupo humano brasileiro que mais disse não ao fascismo nas urnas em 2018. Somos a mão de obra que move o motor do desenvolvimento no Brasil. Somos a contribuição política intelectual que pensa e constrói a sociedade brasileira em toda sua história, e ainda assim somos constantemente apagadas, silenciadas, violadas. No que tange a política, dados da Campanha Mulheres Negras Decidem apontam que, dos 513

parlamentares que concorreram as eleições em 2018, apenas 10 eram mulheres negras. Por isso este ano toda região Nordeste gritou por liberdade

Somos a mão de obra que move o motor do desenvolvimento no Brasil. Somos a contribuição política intelectual que pensa e constrói a sociedade brasileira em toda sua história, e ainda assim somos constantemente apagadas, silenciadas, violadas, e por isso este ano toda região Nordeste grita por liberdade. Construímos os caminhos de liberdade contra o racismo, o sexismo, a violência policial, o feminicídio, o encarceramento em massa e as diversas formas de terrorismo do Estado (AGENDA JULHO DAS PRETAS, 2019).²¹⁸

Nesta 7ª Edição a ideia passou por estratégias de incidência sob conjuntura política com o engajamento de diversas lideranças e organizações da Rede, reafirmando em todas as ações, metodologias e estratégias produzidas, o nosso compromisso com a vida, a autonomia e a liberdade do povo negro. Assim, com irreverência, criatividade e competência, a sétima edição do Julho das Pretas consolidou-se em 2019, com 46 atividades ao todo organizadas em parceria com a Rede de Mulheres Negras do Nordeste, contabilizando um saldo de algo em torno de 200 atividades, demarcando a resistência histórica das mulheres negras da nossa região nas lutas por liberdade, igualdade e pela democracia (Vide Imagem 60 e 61).

Atuamos por uma infância sem racismo, machismo e violência, por isso construindo atividades como aniversário de bonecas e bonecos, rodas de contação de história e gincana de conhecimentos. Atuamos por uma adolescência segura e com possibilidades de futuro, e por isso temos nesta agenda atividades sobre direitos sexuais e reprodutivos, sexualidade e família, e educação pública de qualidade. Apostamos na juventude, a faixa etária mais numerosa da população brasileira, por isso defendemos o acesso e a permanência nas Universidades, acesso a emprego, a arte e a cultura. Queremos dignidade e felicidade para todas nós, por isso acreditamos na importância das políticas sociais. E acima de tudo sabemos o caminho da construção de uma sociedade mais justa, em que a pluralidade que constitui o Brasil esteja representada (MANIFESTO 25 DE JULHO DE 2019 – MARCHA DE MULHERES NEGRAS, 2019).²¹⁹

²¹⁸ Entrevista concedida por Valdecir Nascimento ao Fórum Permanente pela Igualdade Racial (FOPIR). Disponível em <https://fopir.org.br/julho-das-pretas-2019-mulheres-negras-em-marcha-por-um-pais-livre/2617>. Acessado em 11/11/2019.

²¹⁹ Disponível em <https://institutoodara.org.br/saiu-a-agenda-da-7a-edicao-do-julho-das-pretas-mulheres-negras-por-um-nordeste-livre/>. Acessado em 11/09/2019.

Mas não só isso, essa movimentação política mobilizou milhares de pessoas com ações nas cinco regiões do país – no Distrito Federal e em 16 estados – Maranhão, Sergipe, Bahia, Piauí, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Fortaleza, São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul, Goiás, Pará, Amapá, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, com a ocupação de ruas, praças, escolas, teatros, universidades, quilombos fato que promoveu o reconhecimento do Julho das Pretas como a maior agenda feminista conjunta e propositiva, de organizações do movimento de mulheres negras do Brasil. Uma tecnologia social preta, potente estratégica de incidência política com alcance nacional.

5. Tendências atuais do Movimento de Mulheres Negras no Nordeste: Dedobramentos no pós-Marcha desdobramentos

➤ Campanha “Parem de nos Matar”

Xequerê, mais que um instrumento: símbolo de tradição luta e resiliência²²⁰



Xequerê instrumento de origem africana (‘jeje-nagô’) chamado também de ‘agbé’, ‘ágüe’ ou ‘age’, ‘go’, ‘xaque-xaque’, ‘amelê’, ‘chequerê’, ‘xequedê’, ‘sekere’, ‘cabaço’, dentre outros.

Fonte: Arquivos da RMNBA.

Uma quarta ação que atraiu bastante a minha atenção, devido forma como foram canalizadas as discussões ainda na sua fase de estruturação e o modo das mulheres, individualmente ou a partir de suas organizações, desenvolverem suas atividades/projetos ou opera-la, é a Campanha “Parem de nos Matar”. Criada pela Rede de Mulheres Negras da Bahia, em julho de 2016, é um desses pontos de destaque deste momento que acostumamos chamar de “deságues”.

²²⁰ O xequerê é um instrumento de origem africana, produzido através de uma cabaça revestida numa rede de malhas grandes em cujas interseções, e, eventualmente, em todo o fio da malha, são colocados sementes ou miçangas (contas) que, quando tocado, produz um som típico e que sustenta e preenche os intervalos rítmicos de um toque ou baque. Serve como base para o ritmo do conjunto dos instrumentos e da dança. <https://maracatuita.wordpress.com/2012/05/22/mas-o-que-e-o-agbe/>. Acessado em 25/05/2016.

Os “desagues”, por sua vez, caracterizam-se por apresentarem grande potencial de disseminação, mantendo as mulheres negras permanentemente mobilizadas em seus territórios. Estas ações normalmente incorporam certas nuances que requalificam e mantêm a radicalidade da teoria feminista negra, das perspectivas decoloniais e a subservitude do MMN que, por meio destas ações seguem denunciando o racismo da sociedade e governo, o que tem sido uma afronta aos defensores do mito da democracia racial, da lógica da democracia, ainda que esta seja a dita popular (ao invés de plurirracial), na medida em que, a primeira não nos enxerga, logo, não inclui pessoas lidas como não brancas.

Trata-se de um facho de diálogo com a sociedade sobre as várias formas de caracterizar esta violência - racial, xenófoba, misógina e 'lesbotransbofóbica' - que atinge as mulheres negras cotidianamente, ao promover o debate em relação à efetividade da aplicação das Leis, a exemplo da Maria da Penha; ao racismo institucional e a garantia do direito à saúde, educação, moradia e liberdade religiosa; ao combate do genocídio da juventude negra e ao epistemicídio.

Um processo dialético, rico, de construção, reconstrução e desconstrução, na prática, do que se naturalizou tratar ou não como violência. Uma campanha que é importante porque, diga-se de passagem, está para além da violência física.

Assim, o ponto escolhido para análise deste momento de deságue é a Campanha “Parem de nos Matar” (Imagem 60), que representa um desses frutos oriundos da I Marcha. Um facho de diálogo com a sociedade sobre as várias formas de caracterizar esta violência que mata cotidianamente milhares de mulheres negras. Uma das ações e estratégias políticas, a meu ver, mas emblemática no enfrentamento à violência, que ressalta a radicalidade deste movimento face às práticas do colonialismo e da colonialidade, colocando por terra a “Casa Grande”.

Neste intuito, este trabalho buscou refletir sobre a Campanha Pare de nos Matar, adotadas pela Rede de Mulheres Negras do Nordeste no período pós-marcha, no enfrentamento as violências ocasionadas pelo racismo ao povo negro pela lente do pensamento feminista negro decolonial brasileiro. O que pressupõe uma atitude deliberada de problematizar a universalidade do relato da modernidade e romper com as amarras e os controles da “Casa Grande”, incorporando nas análises linguagens outras – no caso aqui um instrumento musical (xequerê) e não apenas a oralidade.

Neste sentido, trago para reflexão a perspicácia dessas mulheres da RMNBA observada nesta iniciativa que, ainda que sob condições adversas, “se encontra numa luta constante pela sobrevivência [...] no desenvolvimento de táticas, absolutamente inesperadas para o inimigo, cuja fonte está no saber do próprio grupo” (GONZALEZ, 1988c apud CARDOSO, 2012, p.

140). Assim, um dos focos que privilegiamos neste debate diz respeito à campanha “Parem de nos Matar”. Mas especificamente, à marca escolhida pela Rede para representar a campanha: A figura do o xequerê.

Entendermos que esta escolha melhor possibilita o descentramento do sujeito (branco, europeu, heterossexual, etc.), capturando sua pluralidade nas mais diversas formas em que este se apresenta no contexto sócio-político em que se estabelece a ação de enfrentamento. Um processo dialético, rico, de construção, reconstrução e desconstrução, na prática, da leitura do que se naturalizou tratar ou não como violência. Uma campanha que, é importante que se diga, está para além do genocídio desses corpos.

As lentes através das quais me aproprio dessas ações e estratégias levam em conta não somente o uso da linguagem, mas também outros tipos não verbais de comunicação, como a música, instrumentos, poesia, artes-visuais, que representam fortemente um modo, um jeito de linguagem e expressão corporal que liga várias gerações da diáspora e de diversos contextos de África, num movimento cíclico de trocas (ROSA, 2010). A vida social cotidiana dessas mulheres remete simbolicamente, ao papel milenar da cultura africana na representação de seus feitos e aproximação dos sujeitos, que denotam um *modus operandi* específico desta tradição.

Vamos trazer para reflexão a perspicácia dessas mulheres que, ainda que sob condições adversas, “se encontra numa luta constante pela sobrevivência [...] no desenvolvimento de táticas, absolutamente inesperadas para o inimigo, cuja fonte está no saber do próprio grupo” (CARDOSO, 2012). Uma dessas ações e estratégias políticas, a meu ver, é emblemática no enfrentamento à violência, que ressalta a radicalidade deste movimento face às práticas do colonialismo, colocando por terra a “Casa Grande”.

As lentes através das quais nos apropriamos de tais ações e estratégias levam em conta não somente o uso da linguagem, mas também outros tipos não verbais de comunicação – música, instrumentos, poesia - que representam fortemente um modo, um jeito de linguagem corporal que liga jovens da diáspora e de diversos contextos de África, num movimento cíclico de trocas (ROSA, 2010). A vida social cotidiana dessas mulheres remete simbolicamente, ao papel milenar da cultura africana na representação de seus feitos, que denotam um *modus operandi* específico desta tradição.

Outro aspecto importante e que, de forma estreita, dialoga com as estratégias de articulação da Marcha, é a metodologia adotada pela campanha: a campanha seguiu a mesma autonomia adotada no processo de construção da I Marcha de Mulheres Negras a Brasília. Ou

seja, qualquer mulher negra que viesse a participar de uma atividade da Rede já era considerada membro da Rede. O que pressupunha que esta tinha autonomia para falar e representá-la em qualquer ambiente público. A forma de apropriação da campanha por parte desse movimento em seus municípios pode acontecer de forma tão ampla, a tal ponto que, cada município pode se identificar ou operar a partir da problemática que mais represente e dê a entender a condição de violência vivida pelas mulheres em âmbito local.

Como frequentemente era dito durante as caravanas que percorreram os municípios baianos no período de construção da I MMNB: “Caiu na Rede é pititinga, é piranha, é baleia, ... é *peixa*”. É essa capacidade de envolvimento dos territórios e municípios, de romper com as fronteiras, e atingir outros estados e influenciar igualmente nações, esse modo peculiar, a forma de abordagem para articulação que a Campanha “Parem de nos Matar” fez questão de assegurar.

A campanha “Parem de nos Matar” acontece neste contexto, em meio ao descaso do SUS diante da inércia quanto a mortalidade materna, o descaso das DEAM’s em relação ao feminicídio, o descaso da política, porque nós não brigamos tanto pra ver direitos constitucionais rasgados dentro das instituições.

Quando as companheiras de Santo Amaro, por exemplo, lembram que lá as mulheres estão morrendo por causa da profissão que exercem (as marisqueiras são acometidas por doenças provenientes da lama que penetra em seu útero e que ninguém nos postos de saúde e hospitais sabe diagnosticar), esse pode ser o mote, o eixo, o perfil, a conotação a ser dada à campanha, explicita a socióloga e militante da RMNN, Vilma Reis:

Uma das coisas que nos motivam a fazer a campanha foi saber que durante a última greve da polícia com 223 assassinatos em menos de uma semana e com aquela pilha de cadáveres no Instituto Médico Legal, as mães chegavam procurando seus filhos e - aquele tratamento que você só dá a uma mulher negra – eles diziam assim: Olhe ali naquela pilha e veja qual é o seu. Não é sutian sabe? O que eles estavam mandando a gente procurar. É o filho morto. O descaso, a violência é tão grande que você impõe esta segunda morte a mãe (REIS, 2016).²²¹

A manutenção do colonialismo no seio da teoria feminista negra pressupõe seguir “analisando nossas experiências com olhos imperiais, com a consciência planetária da

²²¹Fala de Vilma Reis, extraída do relatório da reunião da Rede de Mulheres Negras, ocorrida em Feira de Santana, dia 07 de maio de 2016.

Europa e da América do Norte que define o resto do mundo como o OUTRO não civilizado e natural, irracional e não verdadeiro (CURIEL, 2009, p. 7- 8)²²²

Adotando como ponto de partida o uso de simbologias representativas da cultura afro-brasileira, a RMNBA trouxe à tona o rastro da presença-agência das mulheres negras do/no terceiro mundo, do sul global, elementos do pensamento feminista negro brasileiro caracterizado nas práticas e ações políticas dessas militantes negras, que dialogam estreitamente com questões consideradas caras neste pensamento extraídos dos escritos de Gonzalez (1983), Bairros (1995), Bento (2002) e Cardoso (2012) tomadas como ponto de partida para estas reflexões. Me refero as mulheres negras, quilombolas, de favelas, marisqueiras, pescadoras, sertanejas, juventude, religiosas, ribeirinhas, etc..

Por muito tempo essas mulheres estiveram fora da cultura escrita, sendo esse saber, protagonismos, transmitidos em sua grande maioria por meio de tradições orais. Destaque-se, portanto, a dificuldade que tem sido a apropriação deste legado histórico, de quem um dia ousou denunciar as práticas e a força ideológica do racismo e do sexismo combinados que se perpetuam e impactam de forma violenta suas vidas. Daí o porquê de se buscar incorporar outras linguagens, não apenas as fontes e objetos de investigação, mas também na forma de apresentação dos seus resultados, que melhor se adequem à pesquisa no lugar onde elas estão e na forma como se constitui esse cotidiano

Assim, ainda que intelectuais que se encontram a serviço dessa ideologia, efetivamente, não queiram abrir mão de métodos experimentais ou investigativos mais tradicionais para acerrar-se dos fenômenos sociais, outras formas de abordagens necessitam urgentemente ser incorporadas às teorias feministas se, se deseja de fato, a construção de uma nacionalidade brasileira enquanto resultado da incorporação de negros/as e índios/as, da pluralidade da cultura brasileira.

[...] este olhar é o do opressor, que desde a colonização buscou ocultar suas razões e seus interesses, desconsiderar ou deturpar as consequências de sua ação condenável, culpando e desvalorizando o colonizado. Estudos que se apoiam neste modo de ver o mundo caracterizam-se pela reconstrução de uma ação condenável destituída de sua carga de horror, por meio da racionalização dos motivos e dos fatos. Isto podemos verificar largamente nos estudos sobre o negro no Brasil. (BENTO, 2002, p. 25).

²²² Texto original: “analizando nuestras experiencias con los ojos imperiales, con la conciencia planetaria de Europea y Norteamericana que definen al resto del mundo como lo OTRO incivilizado y natural, irracional y no verdadeiro”. Tradução da autora.

A Rede elegeu este instrumento para representar a campanha em todas as atividades inerentes a esta campanha e ser tocado em todos os acontecimentos públicos e caminhadas promovidas por esta articulação. A em virtude de este, além de simbolizar perfeitamente o sagrado - está na vida e na cultura da população negra - ter uma relação direta com as cabaceiras, com a mulher e por ser um instrumento que somente elas tocam. Não há representação melhor para transmitir à sociedade as mensagens e reflexões que a Rede deseja neste momento, que exige reações mais contundentes de enfrentamento às violências e ao genocídio.

O xequerê está para além de ser somente um instrumento musical. Como muitos sabem, antes de ser xequerê, é uma cabaça de uso tipicamente indígena. Logo, ela já é uma coisa bem marcante de uma cultura que também vem sendo a cada dia ameaçada pela mão dizimadora do colonizador. Por isso, foi a imagem escolhida para representar todas as atividades inerentes a esta campanha e ser tocado em todos os acontecimentos e caminhadas promovidas pela Rede

Assim, ao desviarmos o foco de análise para privilegiar em nosso referencial a figura do xequerê, salientamos que tal fato se dá por influência das reflexões compartilhadas sobre o objeto desta pesquisa com a turma da disciplina Tópicos Especiais de Gênero II - Música e Feminismos ministrada pela professora Laila Rosa²²³, numa atitude proposital de afugentar aquilo que simbolicamente tem representado o poder masculino, europeu e branco. A esse respeito, a jornalista e militante da RMNN, menciona que

Geralmente as campanhas que envolvem violência trazem como símbolos ou uma mancha de sangue, ou é uma língua pra fora, só que a nossa ideia não é essa. Queremos marcar com um diferencial a partir do xequerê. [...] Possivelmente não haverá outras campanhas semelhantes, espaços ou propaganda semelhante que venham nos confundir com outros grupos (DORALI, 2016).²²⁴

As mulheres da RMNBA, presentes na reunião em Feira de Santana, relataram que quando estavam discutindo sobre qual seria o símbolo representativo da campanha não faziam ideia de que se chegaria a um instrumento, muito menos que este seria a cabaça.

²²³ Pesquisadora e docente do NEIM/UFBA.

²²⁴ Ivana Dorali (militante da RMNB e Jornalista da TVE BAHIA. Fala extraída do relatório da reunião da Rede de Mulheres Negras, ocorrida em Feira de Santana, dia 07 de maio de 2016.

“Olha a questão da sincronicidade das coisas como vem, como favorecem. Como se diz por aí, até sem saber a gente tem acertado” (KIAZALA, 2016)²²⁵.

Quem reside nos municípios sabe as diversas utilidades que a cabaça tem, principalmente no cotidiano das mulheres negras; por isso mesmo ela carrega essa representatividade nos remetendo às mulheres tradicionais. Nos ritos fúnebres não se toca atabaques em terreiros de candomblé. Fica proibido durante um bom período quando só se toca a cabaça e somente ela pode acompanhar essas cerimônias. Então, em todos os ritos de passagem, tanto de nascimento como da morte, a gente tem a presença desse instrumento. Mas não só quem vem do candomblé ou do afoxé tem essa referência com o xequerê. O instrumento também é utilizado nas rodas de capoeira. Então a ideia é que também no lançamento da campanha centenas de xequerês fossem colocados em pontos estratégicos e tocados.

Segundo o Mapa da Violência de 2015 o número de femicídio de mulheres negras aumentou 54% em todo o Brasil, enquanto que o número de mulheres brancas caiu quase 10%. Só em Salvador esse tipo de crime cresceu mais de 260% neste mesmo período. Denúncia e enfrentamento. Esse é o mote da campanha que a RMNBA vem utilizando como armas para incentivar as vítimas de violência a não se calarem.

Uma violência que, segundo a militante do Movimento Negro, pesquisadora, historiadora Luciana Brito, tem raízes históricas, na medida em que a sociedade brasileira é fundada no tríptico patriarcado, sexismo e escravidão. A pesquisadora, diz que isso acontece porque,

[...] desde que a primeira mulher africana veio para o Brasil ela foi violentada porque ela veio contra a sua vontade. Ela teve os seus direitos reprodutivos controlados de acordo com as lógicas do escravismo e do sexismo da sociedade brasileira, essa democracia racial e miscigenação que a sociedade brasileira celebra é fundada na violência sexual sofrida pelas mulheres negras, então tem raízes históricas profundas (Luciana Brito, 2016).²²⁶

²²⁵ Kiazala, *Nengwa kamukenge* “mãe pequena” do Terreiro de Jauá, militante da RMNBA - Camaçari. Fala de extraída do relatório da reunião da Rede de Mulheres Negras, ocorrida em Feira de Santana, dia 07 de maio de 2016.

²²⁶ Fala de Luciana Brito, em entrevista concedida ao *noticias.r7*. – Jornal Bahia no Ar, durante o lançamento da campanha “Parem de nos Matar”, dia 14/07/2016. Disponível em <https://noticias.r7.com/bahia/bahia-no-ar/videos/mulheres-negras-lancam-campanha-parem-de-nos-matar-14072016>. Acessado em 21/10/2016.

A situação de vulnerabilidade que coloca fatalmente a mulher negra de frente com a bárbara faceta das hierarquias criadas pela lógica patriarcal se materializa nas relações afetivas, sobre seus filhos e pessoas próximas, e indireta, àquela que se manifesta no descaso do poder público em dar respostas institucionais concretas em favor das mulheres negras e protege-las dessas situações que são muito duras, de modo que não tenham que enfrentar, na maioria das vezes, sozinhas.

Quando a gente vê que são a maioria das mulheres negras que recorrem, por exemplo, as DEAM's e como elas são recebidas nessas delegacias que deveria ser especial de atendimento a mulher, e que muitas vezes esse tem sido o lugar da segunda violência, esse tem sido o lugar da negligência, esse tem sido o lugar da negação do direito. Imagine que a gente tem um contexto em que 94% dos casos são arquivados, não são julgados, não são investigados, isso você está dizendo para a sociedade, mandando uma mensagem para a sociedade de que a vida dessas pessoas não vale nada (Vilma Reis, 2016).²²⁷

Outro aspecto bastante interessante diz respeito à metodologia adotada. Elas decidem que a campanha seguirá a mesma autonomia adotada no processo de construção da I Marcha de Mulheres Negras, O que pressupunha que esta tem autonomia para falar e representá-la e falar pela campanha em qualquer ambiente público.

Adotando como ponto de partida a realidade local uma grande corrente foi formada com autonomia, do seu jeito ser, da forma que se fala habitualmente no espaço local. Todas essas nuances possibilitaram que a Marcha em determinado momento tivesse vida própria, que fez com que perdêssemos o seu controle de vista. Em determinado momento a Bahia, juntamente com outros estados da federação, já estava envolvida nas mesmas possibilidades de trocas e identificações, contaminada por este sentimento de pertença a esse propósito de levar 100 mil mulheres negras para protestar em Brasília, tendo na cultura e tradição de origem africana, o tom necessário e significação para marchar.

Ao assumir como ponto de partida a realidade local, uma grande corrente autônoma é formada com do seu jeito, da forma que se fala habitualmente no espaço local. Essa nuance possibilitou que a Marcha, em determinado momento, tivesse vida própria, o que fez com que a perdêssemos de vista e que em determinado momento a Bahia, juntamente com outros estados, já estivesse envolvida nas mesmas possibilidades de

²²⁷ Fala de Vilma Reis, em entrevista concedida ao *noticias.r7*. – *Jornal Bahia no Ar*, durante o lançamento da campanha “Parem de nos Matar”, dia 14/07/2016. Disponível em <https://noticias.r7.com/bahia/bahia-no-ar/videos/mulheres-negras-lancam-campanha-parem-de-nos-matar-14072016>. Acessado em 21/10/2016.

trocas e identificações, enredadas por este sentimento de pertença a uma cultura, tradição de origem africana que deu significação à Marcha.

Também decidiram adotar o uso de simbologias representativas da cultura afro-brasileira. Trouxemos à tona, pelos feitos RMNN, o rastro da presença-agência das mulheres negras do/no terceiro mundo, do sul global, elementos do pensamento feminista negro brasileiro caracterizado nas práticas e ações políticas dessas militantes negras, que dialogam estreitamente com questões consideradas caras neste pensamento extraídos dos escritos de Gonzalez (1983), Bairros (1995), Bento (2002) e Cardoso (2012) tomadas como ponto de partida para estas reflexões.

Trata-se de processos de resistência e insurgência aos poderes estabelecidos, de ações de oposição às relações de dominação instauradas pelo colonizador que comprometem a vida e a existência das comunidades negras. Fundamentados em saberes, na maioria das vezes ainda ocultos, Lélia Gonzalez interpreta historicamente algumas dessas iniciativas, regatando a história da Rainha Nanny, líder espiritual, cultural e militar dos Maroons, da qual se atribui o crédito de ter unido esse povo, no sentido de facilitar a compreensão de outras experiências de mulheres negras nas Américas. Através desta analogia Gonzalez contribuirá na compreensão do sentido dos processos de luta deflagrado pelas amefricanas, resumindo que simbolicamente esta nos remete

[...] ao papel da mulher que assegura a regeneração e a continuidade de uma sociedade que, sob condições adversas, se encontra numa luta constante pela sobrevivência. [...] apontaria para a perspicácia feminina no desenvolvimento de táticas, absolutamente inesperadas para o inimigo, cuja fonte está no saber do próprio grupo. [...] a nosso ver, simbolizaria a profunda radicalidade de uma posição anti-colonialista. O significado de seu gesto implica uma rejeição de tal ordem que põe por terra o conjunto de valores, instituições e práticas do colonizador. E este, supondo-se superior, é quem fica literalmente ‘desbundado’ em face de tanta contundência (1988c, p. 25).

É sabido que, por muito tempo, as mulheres negras estiveram fora da cultura escrita, sendo esse saber, protagonismos, transmitidos em sua grande maioria por meio de tradições orais. Destaque-se, portanto, a dificuldade que tem sido a apropriação deste legado histórico, de quem um dia ousou se rebelar e denunciar as práticas e a força ideológica do racismo e do sexismo combinados que se perpetuam e impactam de forma violenta a vida das mulheres negras.

Daí o porquê de se buscar incorporar experiências de mulheres negras nas mais diversas linguagens, não apenas a escrita, mas também, em tantas outras linguagens, fontes e objetos de investigação, na forma de apropriá-las e na apresentação dos seus resultados, que melhor se adequem à pesquisa, ao lugar onde elas estão e na forma como se constroem essas experiências e se constitui esse cotidiano.

A respeito das formas de participação, as organizações que compõem a RMNN buscam radicalizar a democracia, entendendo que esta, desde a abolição, há 131 anos, manteve a população negra à margem de praticamente todos os setores da sociedade brasileira, com seus direitos negados, não incluindo, portanto, parte significativa da sua população nos campos de deliberação democrática. Este tratamento levou Abdias do Nascimento (1968c, p. 73)²²⁸ a estabelecer debate acalorado, ao se posicionar sobre os limites da “democracia abstrata”, onde o/a negro/a é uma entidade à parte no conjunto da humanidade no Brasil, e pontuar a necessidade de a população negra tomar uma posição ativa diante de uma proposta de democracia plurirracial, pensar uma sociedade para todos. A crítica está presente na avaliação feita por Valdecir Nascimento no Encontro da RMNN, em 2016.

Nós já afirmávamos que o modelo civilizatório brasileiro é um fracasso. [...] porque você não pode compreender um modelo civilizatório que deixa mais de 104 milhões de pessoas fora. Isso nós estávamos falando apenas da população negra. Quando você vai pensar nas populações indígenas, as mulheres de forma mais geral, os homens trans, as mulheres trans, quando nós vamos discutir cada uma desses segmentos, que pacto civilizatório brasileiro é esse que não inclui a maioria significativa desse país? Então também na Carta nós nos ousamos a dizer a presidente da república da nossa generosidade porque nós queremos emprestar a presidente da república uma nova perspectiva de pensar um modelo um novo pacto civilizatório para o Brasil [...] Nessa nossa caminhada da Marcha de Mulheres Negras nos reensina a pensar um conjunto de estratégias para fazer uma grande pressão no Brasil, A marcha de mulheres negras nos diz que essa esquerda brasileira é branca, racista e que sempre nos tratou com migalhas, nos diz ainda que é possível nos fortalecer e que é possível mudar a ordem por isso estamos no Nordeste, uma futucando a outra, uma inquietando a outra [...] que o bem viver para além de pressopor que só é possível se estivermos juntas, uma por todas e todas por uma traduzindo para o bom português que nós temos especificidades, que nós temos limites, que nós temos diferenças” (Valdecir Nascimento, 2016)²²⁹

Assim, desde a relação entre movimento e rede, passando pela maneira de lidar com as demais organizações que a compõem, até a forma que estabelece as articulações com outros agentes externos, as organizações da rede procuram potencializar a participação democrática de

²²⁸ (ABDIAS DO NASCIMENTO in NASCIMENTO ET AL., 1968c: 73).

²²⁹ Discurso proferido por Valdecir Nascimento na mesa de abertura do Encontro da RMMN – Recipe-PE, em 2016.

todas e fortalecer a relação de solidariedade entre estas. Com isso, chegamos à mesma constatação de Silvana Bispo (2013), quando esta afirma que:

O processo de gestação e atuação do movimento de mulheres negras, hoje espalhado por todo o país – em forma de coletivos, organizações, entidades, casas, grupos, núcleos, institutos –, deve ser percebido como referencial importante de militância e ativismo político que cotidianamente expressa e denuncia as percepções das desigualdades diante das quais as mulheres negras são vítimas em potencial. Nossa luta, enquanto mulheres, orienta-se pelo combate ao racismo, sexismo, a homo/lesbofobia e às diferenças socioeconômicas e deve estar focalizada nas experiências e práticas reivindicatórias cotidianamente construídas (BISPO, 2013, p. 10).

O processo de construção da Marcha deixou para o movimento uma série de questões do tipo

[...] a capacidade que o discurso do feminismo negro tem para a gente, capaz de agrupar mulheres e agendas tão diversas. Este foi e continua sendo um dos grandes desafios que está posto, por exemplo, para as mulheres negras da Amazônia na questão do cuidado; para o resgate das nossas tradições porque elas voam muito e vão se esvaindo. Como lidar com indígenas e quilombolas com vergonha de assumir suas identidades? Ela nos diz não queremos equidade de gênero e raça, queremos é destruí-los. Mas qual seria o caminho? A partir de qual método é que iríamos construir até chegar a um modelo social diferente deste que está aí? (VALDECIR NASCIMENTO, 2016).²³⁰

As nossas memórias são muito fortes no sentido pautado nas tradições. Com a questão do feminismo e a questão do cuidado, da Amazônia, assim como da garantia da terra, por exemplo, que tem sido uma forte bandeira de reivindicação e luta desse sujeito na atualidade, mas também, tão invisibilizada, mirar nas simplificações ofertadas pelas histórias de nossas ancestrais, carregadas de conhecimentos como o bem viver, em situações da nossa vida ritualística e no campo do afeto, a política da irmandade, que é a nossa outra face, toda essa experiência tem um sentido e valor incomensurável, de acúmulo histórico e antológico.

Após a Marcha deixar de ser uma utopia e se tornar um paradigma de incidência política das mulheres negras, que demarcou o início do século XXI, Valdecir Nascimento ressalta o legado deixado por essas mulheres, referindo-se ao protagonismo desse sujeito político e a eficácia das suas estratégias e metodológicas. Sobre este marco, a partir de experiências ancestrais ela ressalta que, “(...) depois da Marcha ter se tornado uma realidade, sabemos que o que nos levou até lá foi esse legado, essa trajetória de incidência política nas diversas frentes, que as mulheres negras na diáspora têm imprimido e

²³⁰ Discurso proferido por Valdecir Nascimento na mesa de abertura do Encontro da Rede de Mulheres Negras do Nordeste – Recife-PE, em 2016.

assegurado a existência do povo negro” fundamental para sua transcendência no tempo e lugar (ATA DE REUNIÃO DA RMNN, 2014).

A história da I MMNB em 2015 é a prova disso. Marcada, não apenas por inúmeros desafios e obstáculos, mas também, por muita determinação Valdecir relembra o momento de fundação da RMNN, as demandas naquele momento, agendas, as mobilizações que caracterizaram as fases iniciais determinantes no êxito desse projeto. Naquele momento, diz ela: “a pergunta era que capital tínhamos para acreditar que seria possível chegar até Brasília?” quando a conjuntura em que nos encontrávamos sinalizavam o contrário. Pensa nos desafios que nos aguardavam para se construir uma marcha dentro daquelas condições.

Na ocasião, comemora Valdecir:

[...] estamos enegrecendo todos os meses da Bahia. Hoje, além do Novembro Negro temos o Maio Negro (criado pela Sepromi); Agosto Negro. Colocamos a Marcha na Festa do Bonfim. Fizemos praguinha, 200 ojás amarelos e um texto explicitando por que a marcha? Além de falas de denúncia ao racismo feitas no percurso. [...] Temos contado com alguns segmentos como a ABAM - Associação das Baianas de Acarajé e Mingau, Cooperativas de Mulheres recicláveis - CAMA, Movimento popular de Rua, MNU, Sindoméstico, Coletivo Carolinas, ICEAFRO, Mães da Nova República do Nordeste de Amaralina, Casa Mariazinha de Oração, Afoxés, entre outras organizações parceiras. Tudo isso só está sendo possível porque as mulheres negras estão respondendo muito positivamente às nossas chamadas. A Unegro não tem participado muito, apesar de terem sido convidadas. Ubiraci, inclusive, foi quem nos indicou o carro que puxou o nosso som na Lavagem do Bonfim, mas até agora não se incorporaram de fato. Estamos no aguardo das definições da reunião da RMNN pra saber como daremos continuidade porque, até então, estamos mobilizando só às mulheres negras e apostamos em uma agenda única do nordeste contra o racismo para a construção de um processo mais amplo a partir do êxito da nossa Marcha em 2015. (VALDECIR NASCIMENTO, 2014)²³¹.

Em vista de tudo isso, encaro o ato de documentar esta ação política de mulheres negras brasileiras como um ato de insubmissão, nos termos sugerido por as regras que definem a condição do ser e existir neste mundo. Serve para reafirmar a heterogeneidade de experiências constitutivas desse coletivo, devido à existência de inúmeras diferenças que perpassam essas mulheres, ainda que sejam todas estas negras, como algo característico, extremamente rico, fonte essencial de criatividade e potencia para a luta e

²³¹ Ata de Reunião da RMNN, em Salvador-BA, em 15/05/2014. Arquivo do Odara Instituto da Mulher Negra.

resistências contínuas ao racismo estrutural, à mortalidade, à violência policial, ao encarceramento e a violência doméstica.

Entretanto, essas diferenças não se constituem como impeditivos para a construção de processos políticos da magnitude da Marcha, tão pouco tem sido um fator preponderante de obstáculo para o enfrentamento ao racismo. Ao contrário do que habitualmente se costumou pensar, estas diferenças, enriquecem o movimento sinalizam que esse *modus* de ser e estar, neste não-lugar, abarca certas particularidades que não podem, de forma alguma, ser ignoradas, na medida em que se constituem como um ponto forte, potente, uma característica que se constitui como fonte de criatividade imprescindível para a luta e resistência desse povo.

A *práxis* feminista necessita estar atenta e construir os caminhos que lhes são próprios para conhecer e expressar a realidade, o cotidiano das mulheres em sua diversidade. A meu ver, e a finalidade do feminismo é a libertação das mulheres, essa *práxis* necessita, de fato, compartilhar este propósito. Isso ajudaria e muito a potencializar a geração de teorizações locais, distintas, particulares, férteis, significativas e úteis acerca dos feitos das mulheres em uma determinada região.

6. Se o racismo se reinventa, nós, as mulheres negras, também

Considerando as palavras de Maria Odila Dias (1992): que nos alerta para o fato de que “o documentar das configurações específicas e das diferenças desconstrói o mito de uma condição feminina universal e abre horizontes políticos novos para os feminismos” (DIAS, 1992, p.48) cabe-nos, então, desconsidera-lo e deixar fluir a criatividade, fazendo emergir novos formatos de luta e militância política pelo bem de todos/as. Já que se trata de um mito.

Em um país que dá tanto destaque aos Direitos Humanos, a situação das mulheres negras ainda se encontra longe das condições minimamente aceitáveis de dignidade humana. Sendo acumulando altos índices de feminicídios, morrendo com a morte de seus filhos, sendo o omicídio de jovens negros o calcanhar de Aquiles dos Direitos Humanos no Brasil.

A *práxis* feminista necessita estar atenta e construir os caminhos que lhes são próprios para conhecer a realidade, o cotidiano das mulheres em sua diversidade. A meu ver, e a

finalidade do feminismo é a libertação das mulheres, essa práxis necessita, de fato, compartilhar este propósito. Isso ajudaria e muito a potencializar a geração de teorizações locais, distintas, particulares, férteis, significativas e úteis acerca dos feitos das mulheres em uma determinada região.

O movimento das mulheres negras tem sido o mais atuante, resistente, inovador e criativo movimento social na América Latina e Caribe dos últimos anos. Um bom exemplo disso é o ciberativismo ou ativismo digital, Jovens Negras Feministas (JNF), Empoderamento Crespo e o Encrespando, Abayomi - Coletiva de Mulheres Negras na Paraíba, movimentos políticos que tem se mostrado atuante no combate ao racismo, nos quais aspectos como geracionais e o corpo são vistos como um espaço de intervenção política.

Acredita-se, de fato, que ao longo do contexto pós-Marcha muitas organizações sugeriram, outras se reeditaram, como é o caso das Jovens Negras Feministas (JNF)²³² (vide Imagem 61), que nos dias 06 a 10 de setembro de 2017, se reuniram em Capela do Alto, interior de São Paulo - cerca de 400 negras jovens, com idade entre 15 e 35 anos -, para discutir temas e demandas atuais de interesse da juventude, como: Direito ao Bem Viver, Participação Política, Tecnologias, Comunicação, Identidades e Feminismo Negro, assim como fortalecer suas ações inseridas nos diferentes espaços e esferas políticas, com foco na relação intergeracional.

Ainda no que diz respeito ao período pós I MMNB, é importante ressaltar que elas continuaram mobilizadas promovendo ações de enfrentamento as inúmeras formas de violência, mantendo acesa a chama vista naquele dia 18 de novembro em Brasília. Nós continuamos em marcha, dizem. Com isso, em vez de focar somente nas ações preparatórias para a Marcha, a atenção volta-se também para outras ações que emergiram fora desse intervalo e que contribuíram para manter acesa a mobilização construída para IMMNB: é o que presenciamos com a Campanha Parem de nos Matar, Fórum Permanente de Mulheres Negras - Fórum Social Mundial (Vide imagem 65), (Vide Quadro 9); 2º Encontro das Negras Jovens Feministas (Imagem 66), o movimento das Crespas, etc.

Ainda que este não seja o foco deste trabalho, o Encontro das Negras Jovens Feministas requer uma atenção especial, na medida em que, por contribuir para uma

²³² O Encontro Negras Jovens Feministas já teve sua primeira edição, em 2009, Salvador/BA, contando com a participação de 200 jovens em mesas temáticas e rodas de debate. O segundo encontro é realizado sobre o contexto do pós Marcha das Mulheres Negras. Disponível em <https://www.geledes.org.br/sao-paulo-recebe-2-encontro-nacional-de-negras-jovens-feministas/>. Acessado em 29/08/2017.

organização mais ampla, o mais diversa possível que fortaleça o movimento de mulheres negras brasileiras também nessa dimensão, mas, sobretudo, porque explicita que, é preciso construir novas frentes, com nova estética e expertise, formas diferentes de se colocar frente ao enfrentamento ao racismo, sexismo, lgbtifobia e tantas outras opressões que precisam ser repensadas e expostas pelas as mulheres e jovens negras para sociedade. Não é possível, sob nenhum pretexto, a invisibilização, o apagamento e o silenciamento de nenhum corpo.

Esse sistema colonial moderno atinge a todas as mulheres, mas de formas e intensidade distintas, de acordo com a realidade de cada uma delas, o contexto histórico, cultural, social, político e econômico. Conforme explicita Regina Adami

O racismo é a obra mais bem acabada que o ser humano conseguiu inventar, logo, desconstruí-lo também é a coisa mais difícil que temos a fazer. O conceito trabalhado na eco + 20 para gente trabalhar na marcha dando a forma de como destruir o sistema capitalista como também oferecer um modelo econômico com base em outro processo civilizatório. Não temos possibilidade de viver bem sob o marco do capitalismo. Se para ficar rico tem que empobrecer o resto. 2018 vai ser o ano de maior concentração da história do mundo e o restante que ficar será distribuído com o resto do mundo. Ou trabalhamos com uma perspectiva de reconhecermos as nossas identidades e construirmos outro modelo civilizatório que a gente quer num modelo de economia em que o que é produzido seja para todas. A Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD) é um marco importante disso que estou falando. Um banco criado por pretos para ajudar a manter essas famílias (ADAMI, 2016).²³³

A necessidade de lutar contra esses sistemas opressivos tem nos aproximado cada vez mais de outras mulheres e com estas de outros feminismos, alinhando-os ao Feminismo Negro para nos ajudar a pensar sobre formas de conhecimento e cuidado que não são contemplados pelo feminismo hegemônico ocidental.

Maria Luiza, que defende as ideias do Feminismo Afro-amazônico, trouxe para a reunião da RMNN, em 2016, algumas anotações dentre as quais a de que esta proposta teórica não cuida apenas das mulheres, mas de toda a comunidade. Representa um acúmulo muito grande na nossa história. Esse entendimento elaborado por esses outros Feminismos (Feminismo Negro, Feminismo Afro-amazônico, Feminismo Comunitário), o de que nós, as mulheres negras, que habitamos diversos espaços, cuidamos de toda a comunidade, tem sido

²³³ Fala extraída do relatório da reunião da RMNN – Recife-PE, 2016.

uma alternativa para nos colocar na centralidade das questões que nos afetam diretamente na contemporaneidade.

Maria Luiza Nunes, do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), convidada para a avaliação da I Marcha na reunião da RMNN, em 2016, falou sobre a sororidade que marcou essa construção histórica, a riqueza de se ver mulheres negras de vários segmentos, todas juntas pelo bem viver. Destaca as simplificações do bem viver em situações da nossa vida ritualística, o campo do afeto, da irmandade, que é a nossa outra face. As nossas memórias são muito fortes neste sentido. O Feminismo de bairro, como ressaltam as nossas irmãs, é o mulherismo africano que conduz a fala de nós mulheres negras (NUNES, 2016).²³⁴

Para Paredes (2011), falar de comunidade é falar de todos os grupos humanos, comunidades urbanas, rurais, religiosas, esportivas, culturais, políticas, de luta, territoriais, educativas, de lazer, de bairro, de gerações, sexuais, agrícolas, escolares, etc. É compreender que todos os grupos humanos podem fazer e construir comunidades. Ressalta que,

O patriarcado é reciclado e nutrido pelas mudanças sociais e revolucionárias dessa mesma humanidade. Afie seus tentáculos, corrija suas maneiras brutais de operar e relance opressões com instrumentos cada vez mais sutis e difíceis de detectar e responder. (PAREDES, 2011, p.6)²³⁵

Em vista de tudo isso, Paredes defende a ideia do corpo como sendo o nosso grande legado e não a cultura. Propõe a descolonização do corpo, que é cultural, é construído, passível, sim, de desconstrução. Mas também a ideia de tempo. Enxergar que este tempo está para além de mim. Muitas vidas são violentadas a partir dessas verdades.

Para Piedade Marques, militante da RMNPE, reporta-se a esse dilemas dizendo que “a desconstrução dessa ideia de gênero fechado na vida das mulheres negras pressupõe a vida para além disso”, destacando que o posicionamento da sua organização é o de que tais dilemas requerem que conversemos mais e mais a esse respeito, sobre quais as implicações na vida das mulheres negras, pois também “o Feminismo comunitário só com afeto no coletivo, e daí? tá a missão de dar porrada também... Trabalhar eu trabalho com qualquer pessoa, mas comer, beber, dançar e fazer amor só com quem me identifico”. (MARQUES, 2016)²³⁶.

O que se percebe ainda hoje, inclusive nas investigações feministas, é que se resiste a maneiras outras de se abordar o mundo social e natural e isto é parte de uma premissa moderna.

²³⁴ Fala extraída do relatório da reunião da RMNN – Recife-PE, 2016.

²³⁵ Texto original: “el Patriarcado, se recicla y se nutre de los cambios sociales y revolucionarios de esta misma humanidad. Afina sus tentáculos, corrige sus formas brutales de operar y relanza las opresiones con instrumentos cada vez mas sutiles y dificiles de detectar y responder” (PAREDES, 2011, p.6).

²³⁶ Fala extraída do relatório da reunião da RMNN – Recife-PE, 2016.

Descolonizar o pensamento feminista hegemônico brasileiro é preciso e pressupõe um processo dialético realmente muito rico de construção e desconstrução associado à superação dos “centrismos” e binarismos entre teoria e prática. O que só seria possível com o descentramento do sujeito “euronocêntrico” e a revisão da subalternidade produzida historicamente por este feminismo em seu interior. Não podemos fechar os olhos diante disso.

Do que podemos dizer que a *práxis* feminista necessita estar atenta e construir os caminhos que lhes são próprios para compreender a realidade, o cotidiano das mulheres em sua diversidade. A nosso ver, si a finalidade do feminismo é a libertação das mulheres essa *práxis* necessita de fato compartilhar este propósito. O que ajudaria e muito a potencializar a geração de teorizações locais, distintas, particulares, férteis, significativas e úteis acerca dos feitos das mulheres negras em uma determinada região.

As histórias de nossas ancestrais, carregadas de conhecimentos desse tipo, expõem que o feminismo hegemônico invisibiliza esse protagonismo quando se refere à questão na Amazônia, por exemplo, por isso ela carrega a ideia do feminismo Amazônico para tirar da invisibilidade esse cuidado com a terra, mas uma bandeira de reivindicação. E destacou as origens da Marcha. “Ela foi gerada no útero da Mãe Amazônia. É na invisibilidade que se cria a resistência, do coração da Amazônia para o coração do país.

Julieta Paredes, intelectual boliviana de origem aimará, que se apresenta como uma feminista comunitária, também convidada para a reunião de avaliação da I Marcha pela RMNN, 2016, em Pernambuco, comenta, em seu livro “Tecendo fino a partir de um feminismo comunitário” (2010), que comunidade é um “princípio de inclusão que cuida da vida”, e é o espaço em que convivem as pessoas. Falar de comunidade, é falar de uma proposta alternativa à sociedade individualista

O Feminismo comunitário é o WARMIKUTI, ou seja, o regresso, o retorno das mulheres na comunidade, feito histórico e imprescindível para o PACHAKUTI.” E “não haverá Pachakuti, que é o regresso do espaço, o tempo e o movimento de nossos povos originários, não haverá Pachakuti se não há o retorno das mulheres na comunidade para o equilíbrio da comunidade. (PAREDES; GUZMÁN, 2014, p. 60, tradução livre).

Daí que a palavra de ordem que não quer calar é a de que precisamos descolonizar e “descolonizar pressupõe pensar corpo e gênero desmembrado”. O corpo desligado do gênero, com possibilidade de ele ser o que ele quiser, para além do gênero, de ele ser ele mesmo, diz Paredes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu mesma acho que a gente tá aqui pra se admirar. Para admirar. Pra perguntar. E admirando as grandes coisas e perguntando sobre as grandes coisas é que a gente vai aprendendo as coisas pequenas, quase por acaso".²³⁷
Alice Walker (A Cor Púrpura)

Toda pesquisa científica sustenta implicações políticas, cotidiana e formal. Em vista disso, a responsabilidade do/a pesquisador/a é dupla quando comparada com a dos representantes da política formal e a de homens e mulheres comuns. A responsabilidade do/a cientista social está no compromisso de orientar, de modo responsável, o campo científico, político e a vida cotidiana em sociedade. É com essa ideia de compromisso que fui levada a refletir sobre os aspectos que nortearam esta pesquisa, que abrange os rumos do Movimento de Mulheres Negras brasileiras, face à teoria feminista negra, que se conformam ao longo desta tese.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, que se debruçou sobre 03 (três) ações políticas praticadas pela RMNN durante o processo de construção da I MMNB, que possibilitou uma melhor compreensão dos acontecimentos e de sua repercussão na forma de incidência política, estratégica e metodológica desse sujeito e de suas organizações, no cenário contemporâneo brasileiro: a construção da Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN) propriamente dita, responsável por essa articulação para efetividade da Marcha; a I MMNB; e o Julho das Pretas, igualmente mobilizador deste evento, que ganhou proporção nacional e se firmou para além desse território e dessa Marcha.

O período histórico escolhido como escopo para análise se limita a cinco anos de construção da Marcha, de 2011 a 2015, ainda que me estenda um pouco para o momento de sua avaliação por parte do movimento. Este marco é importante pois, assim como os anos 2000 foram marcados pela ascensão ao poder da esquerda política brasileira, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2004, sucedido por Dilma Rousseff, em 2012, esta passagem se torna bastante emblemática, já que com ela, muitas conquistas foram efetivadas para a população em geral e, em especial, para o povo negro e para as mulheres.

²³⁷ I think us here to wonder, myself. To wonder. To ast. And that in wondering bout the big things and asting bout the big things, you learn about the little ones, almost by accident. In Search of Our Mothers' Gardens: Womanist Prose - Página 36, Alice Walker - Harcourt Brace Jovanovich, 1983 - 397 páginas. https://pt.wikiquote.org/wiki/Alice_Walker. Acessado em 20/02/2019.

No início da investigação, recorde que a ideia era analisar os nove estados da região, entretanto, devido a sua dimensão territorial e as mudanças ocorridas no cenário político e econômico do país, o *impeachment* de Dilma Rousseff e ascensão da extrema direita, que atentaram contra a democracia no país, além de outros fenômenos que monopolizaram a vida da sociedade civil organizada, não houve viabilidade para manter uma presença mais sistemática em todos os eventos programados por estas organizações, nos convencendo quanto à necessidade de levar em conta outras informações e ações em destaque neste período.

Assim, sistematizei a análise nessas três ações na seguinte ordem das estratégias metodológicas preponderantes para o êxito da I MMNB, na região nordeste. Primeiro, uma dimensão na concepção emergente feminista negra decolonial, da ação política das mulheres negras brasileiras. O que tem requerido um duplo deslocamento por parte dessas teorias no âmbito da diáspora africana, com força suficiente para desestabilizar as bases desse ser/poder/saber universal. Ou seja, um descolamento que se situa na ordem teórico-metodológica dos conceitos e a outra de ordem de valores-político-epistemológicos da ação política em si. Um movimento que se apresenta contrário ao eurocentrismo e ao epistemicídio, promovendo tenções constantes na teoria, capazes de influenciar debates que resultem na inclusão de mulheres negras como *intellectual sentipensante*, no campo de conhecimento.

É possível constatar, a partir dos feitos das mulheres da RMNN, como essa ação política vem sendo de fato eficaz e de emergência emancipatória para o empoderamento desses sujeitos e na luta antirracista, pela igualdade racial e de gênero e justiça social. No meu entender, estas abarcam aspectos que, de forma explícita, evidenciam a ligação direta que existe entre essas ferramentas metodológicas com a matriz de valores afrocêntricos, podendo-se dizer, a partir dessas três investidas – Marcha, RMNN e Julho das Pretas -, que a ação das mulheres negras, ao dar ênfase a questões fundadas em uma matriz civilizatória ancestral africana, no processo de subjetivação do sujeito-mulher-negra, representa uma “nova” força política negra na diáspora.

Caravanas, reuniões, fóruns de discussão, seminários muitas foram as iniciativas que igualmente fizeram parte do processo de mobilização da Marcha. Entretanto, essas características apresentam-se limitadas no contexto pesquisado e o estudo da RMNN revelou que o conhecimento produzido a partir da construção social da I MMNB encontra-se fragmentado, disperso entre as organizações e com membros que estão mais diretamente ligados a essas instituições, carecendo de uma maior socialização que poderia tornar esses

saberes produzidos pelo movimento um sistema mais integrado e a RMNN mais coesa e fortalecida.

Essas nos permitem constatar que, ainda que ocupando um não-lugar, um lugar de fronteira na diáspora, apartada dos resultados do fruto do nosso trabalho, as mulheres negras brasileiras desde quando foram integradas inicialmente como mão de obra escrava têm demarcado em negrito esta sociedade. Suas práticas e experiências têm repercutido de tal forma que a trajetória de vida destas mulheres está cravada na memória e no cotidiano do imaginário popular com o verdadeiro significado do que de fato traduz o que é viver na resistência a sistemas múltiplo de exploração e opressão.

Seguida de outra questão que diz respeito a aspectos de ordem ético-política, epistemológica que, a maior parte das vezes se apresenta subordinada a lógicas do tríptico racismo/eurocentrismo/colonialismo que, por sua vez, nos tem exigido uma revisão das perspectivas teóricas usadas até então para pensar tais ações face ao genocídio, ao epistemicídio, à opressão, às desigualdades e à violência que extrapola fronteiras por destituí-las do *status* do ‘ser’.

Tudo isso conduz a uma mudança teórica radical, onde os conceitos utilizados para analisá-las sejam abordados não como algo que se encerra no racismo, no patriarcado ou mesmo na ideia de uma resistência a essas práticas “vistas na perspectiva do Norte global”. Vendo a questão das mulheres negras brasileiras sob um outro prisma, que não o das valorosas contribuições produzidas por Patricia Hill Collins e nossas outras irmãs norte-americanas, percebo que este tem sido o direcionamento dado por intelectuais feministas negras brasileiras, num tempo recente, dos anos de 1990 pra cá, em termos da colonialidade e diáspora.

Era necessária a coragem de tocar nessa questão, como fez Rosália Lemos na década de 90, sem correr o risco de causar qualquer mal entendido, que, por sua vez, também, vem sendo renovado por intelectuais africanas e decoloniais, no seu debate com a questão da geopolítica e da diáspora negra, com a temática do desenvolvimento econômico liberal global. Percebo com isso a necessidade de mudança na forma de abordagem desse sujeito sob as diversas vezes e de incorporar um novo referencial teórico-metodológico a teoria feminista negra.

Por isso mesmo, é imprescindível que esses levantamentos sejam feitos e identificado o que foi feito e bem feito. Que se reconsidere as relações entre as várias especificidades e linhas argumentativas por elas apresentadas como ferramentas metodológicas, durante este período, e negritar questões que permanecem ainda não respondidas.

Sabe-se que, ao longo do contexto pós-Marcha, muitas organizações surgiram, como é o caso da articulação das Crespas e outras se reeditaram, como é o caso das Jovens Negras Feministas (JNF).²³⁸ Esses processos ainda estão por serem mais amplamente conhecidos. O Movimento de Mulheres Negras precisa melhor compreender e se apropriar das experiências dessas jovens para que a luta antirracista e antissexista seja realizada, atualizada e sem tantas baixas.

Ainda que não possamos afirmar que, em decorrência das ações protagonizadas pelas mulheres negras para esta I Marcha, tenha havido um deslocamento quantitativo das mulheres negras da base da pirâmide socioeconômica, em muitos aspectos por conta de uma série de modelos de “desenvolvimentos” desassociados ao compromisso de combater os privilégios assegurados pelo racismo para um único grupo social, testemunhamos, ao longo desse período pós-Marcha, um impressionante deslocamento qualitativo no processo organizativo desse sujeito na ampliação do número de organizações, coletivos e núcleos nos quatro cantos do país, na incidência política, na consolidação de novas agendas e enfrentamentos pela garantia de direitos.

Neste sentido, consciente da importância da ação política das mulheres negras e de sua Rede no Nordeste para a efetivação da I MMNB e a teoria feminista negra no Brasil, bem como de suas influências sobre o Movimento Negro de um modo geral e paradigmas teóricos emancipatórios, como o da decolonialidade, foi que levantei a questão-chave desta tese: em que medida o feminismo negro influenciou a realização da I MMNB e, em contrapartida, quais as contribuições dessas ações concretas para oxigenação destas teorias emancipatórias, em especial, o feminismo negro decolonial?

Após o estudo sistemático e aprofundado, da atuação da Rede de Mulheres Negras do Nordeste, no processo de construção da I MMNB, abrangendo diferentes momentos e lugares de sua atuação política, somado à leitura das fontes fundamentais do pensamento Feminista Negro e Decolonial, posso afirmar agora que, do meu ponto de vista, o feminismo protagonizado pelas mulheres negras por meio de ações políticas, sociais, teóricas pautadas em experiências e saberes ancestrais no processo de construção da I MMNB são referências da decolonialidade do ser, saber, poder e de gênero deste sujeito na diáspora africana.

²³⁸ O Encontro Negras Jovens Feministas já teve sua primeira edição em 2009 em Salvador, contando com a participação de 200 jovens em mesas temáticas e rodas de debate. O segundo encontro é realizado sobre o contexto do pós Marcha das Mulheres Negras. Disponível em <https://www.geledes.org.br/sao-paulo-recebe-2-encontro-nacional-de-negras-jovens-feministas/>. Acessado em 29/08/2017.

Que a constituição deste feminismo negro decolonial no Brasil vem sendo fortalecido pela ação política dessas mulheres na região nordeste no campo articulador, mobilizador, da incidência política, formativo, epistemológico, sociológico, etc. para transformação social, a partir de suas trajetórias praxiológica (condutor moral das suas ações, das normas e causas que as conduzem) como intelectuais, militantes e ativistas, nas suas rebeldias, insurgências, utopias, na formulação de críticas e enfiamentos a colonialidade, em prol de outro modelo de sociedade, pautado em Valores Civilizatórios Afrobrasileiros.

Fazendo referência ao meu lugar de pesquisadora, este trabalho me permitiu conhecer meus próprios limites de pesquisa como esta, que longe de ser um trabalho acabado, se constitui em si mesmo, um processo, mais que um fim, objetivo em si; um documento que eu não sei qual o curso que seguirá, mas, que pelo menos, proporcionará a mim e a minha militância mais fundamentos para uma reflexão, ainda que parcial, do curso que me levou a seguir, permitindo-me também, que eu me construa e reconstrua de alguma maneira nessas memórias, tensões proporcionadas pelo campo, nas voltas e reviravoltas da escrita, agora autônoma, em relação às mãos de quem a escreveu.

Em vista de tudo isso, reconhecendo a relevância desses estudos para promover avanços na eliminação de desigualdades marcantes no contexto sócio-cultural-político-econômico brasileiro, a partir da implementação de política de promoção da igualdade, enfoco aqui, a possibilidade de contribuir, analisando a partir de um viés mais amplo e complexo, o devir mulheres negras, como sugere o feminismo negro; na sua diversidade, princípio da interseccionalidade; e suas múltiplas e heterogêneas *práxis* de organização e enfrentamento ao racismo como uma herança do processo de colonização Europeia, o decolonial. Entretanto, reconhecendo que “ficava (e ficará) sempre um resto que desafiará as explicações”, por exemplo, do processo de coisificação do corpo as quais estão submetidas às mulheres negras na diáspora africana (GONZALEZ, 1984, p. 225).

E, finalmente, uma dimensão subjetiva, em que se enquadram a sanidade mental dessas lideranças negras, na luta pela efetivação do bem viver. O impacto dessas novas percepções acerca da relação predominante entre sistemas de desenvolvimento econômico combinados com o racismo, e o efeito destes na vida das mulheres negras, se manteve presente em todo o processo como um forte fator de mobilização e articulação da I Marcha. Mas não apenas neste momento, se estendem para além dos encontros de avaliação e retirada dos próximos desafios, e mesmo além dos problemas na forma antagônica de apropriação dos termos inicialmente – rede, identidade, saberes, ancestralidade, territorialidade, tradição, religiosidade e diáspora.

Sumariamente, diante de tão rica construção protagonizada por esse sujeito político, estamos vislumbrando hoje a “maioridade política” das organizações de mulheres negras, almejada por Matilde Ribeiro em 2008 e tantas outras intelectuais negras que pavimentaram esta estrada. Essas experiências aqui coletadas, e tantas outras que aqui não couberam, demonstram que nesta Marcha de 2015 as organizações de mulheres negras fizeram valer seu propósito de promover os deslocamentos necessários na estrutura social, subjetividades e concepções clivadas pelo racismo, em prol de novas formas de socialidade humana pelo bem viver, reposicionando politicamente narrativas, governos, instituições públicas e privadas, e próprio feminismo negro no Brasil e diáspora.

REFERÊNCIAS

ACHUGAR, Hugo. Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, literatura e cultura. Trad. Lisley Nascimento. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

ALBERTI, Verena e PEREIRA, Amílcar Araújo (org). Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC – FGV, 2007.

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Jandaíra, 2019.

ALVAREZ, Sonia E. A “Globalização” dos Feminismos Latinoamericanos: Tendências dos Anos 90 e Desafios para o Novo Milênio. In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (ed.). Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-americanos: Novas Leituras. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 2000, pp.383-426.

ALVAREZ, Sônia E., DAGNINO, Evelina, e ESCOBAR, Arturo. Organizadores – Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras. Ed. UFMG, Belo Horizonte, 2000.

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral, História. São Paulo, n. 14, p. 125-136, 1995;

ANZALDÚA, Gloria. Borderlands/La Frontera: The New Mestiza. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. Revista Estudos feministas. Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 1995.

_____. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema et al. Livro da Saúde das mulheres negras. Rio de Janeiro: Pallas; Crioula, 2000. p. 42-61.

BAKARE-YUSUF, Bibi. Além do determinismo: A fenomenologia da existência feminina Africana. Tradução para uso didático de BAKARE-YUSUF, Bibi. Beyond Determinism: The Phenomenology of African Female Existence. Feminist Africa, Issue 2, 2003, por Aline Matos da Rocha e Emival Ramos.

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira. Brasília, 11: 89-117. 2013.

BARBOSA, Lícia Maria de Lima. Feminismo Negro: Notas sobre o debate norte-americano e brasileiro. Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Florianópolis, 2010. Disponível em: Acesso em 16 set 2014.

BARRET Michèle & PHILLIPS, Anne. Destabilizing Theory: Contemporary Feminist Debates. Stanford: Stanford University Press. (eds.) (1992)

BARRET Michèle, “Words and Things: Materialism and Method in Contemporary Feminist Analysis,” in *Destabilizing Theory: Contemporary Feminist Debates*, organizado por M. Barrett e A. Phillips. Cambridge: Polity Press, 1992, 202-3.

BARRETO, Raquel de Andrade. *Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da PUC-Rio. 2005.

BERNARDO, Terezinha. *Negras, mulheres e mães: lembranças de Olga de Alaketu*. São Paulo: EDUC, Rio de Janeiro: Pallas, 2003. CALDWELL, Kia Lilly. *Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil*. *Revistas Estudos Feministas*, vol. 8, nº 2, 2000.

BISPO, Silvana Santos. *Feminismos em debate: reflexões sobre a organização do movimento de mulheres negras em Salvador (1978–1997)*. 2011, Salvador, 198f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2011.

BONFIM, Vânia Maria da Silva. *A identidade contraditória da mulher negra brasileira: bases históricas*. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (Org.). *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009, p. 219-249.

BOSI, M. L. M.; MERCADO, F.J. (org). *Pesquisa Qualitativa de Serviços de Saúde*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Arco Zero, 1983.

_____. *O Poder Simbólico*. São Paulo: Difel, 1998.

BRAH Avtar. *Diferença, diversidade, diferenciação*. *Cadernos Pagu* (26), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2006, pp.329-376.

BRAH, Avtar. *Cartografia de la diáspora: identidades encuestión*. Madrid: *Traficantes de Sueños*, 2011, p. 212.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BUTLER, Judith. “Fundamentos Contingentes: O feminismo e a questão do “pós-modernismo””. *Cadernos PAGU*, (11) 1998, Pp:11-42.

_____. *Problemas de Gênero*. Rio de Janeiro, *Civilização Brasileira*, 2003.

CALDWELL, Kia Lilly. *Mulheres Negras, Militância Política e Justiça Social no Brasil*. *Revista Gênero*, Niterói, v.8, n 1, p. 53-69, 2007. Disponível em: Acesso em 10 nov 2016.

CARDOSO, Cláudia Pons. Outras falas: feminismos na perspectiva das mulheres negras brasileiras. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, Bahia, 2012.

_____. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. Revista de Estudos Feministas. 2014.

CARNEIRO, Sueli. e SANTOS, Tereza. A mulher negra brasileira na década da mulher. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985, (mimeo).

CARNEIRO, Sueli. Identidade Feminina. In. Cadernos Geledés. Nº4, 1993.

_____. Gênero, raça e ascensão social. In: Revista Estudos Feministas. v.3 n.2, Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

_____. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE RACISMO, XENOFOBIA E GÊNERO, Durban, 2001. Anais... p. 1-6. Disponível em: <<http://www.unifem.org.br/sites/700/710/00000690.pdf>>. Acesso em: 25 nov 2018.

_____. Mulheres em movimento. Estudos Avançados [online], vol.17, n.49 [cited 2014-08-31], 2003, pp. 117-133.

_____. Mulher negra e o poder: um ensaio sobre a ausência, publicado em 21 de dezembro de 2009. <http://www.geledes.org.br/sueli-carneiro/mulheres-negras-e-poder-um-ensaio-sobre-a-ausencia.html>. Acessado no dia 22 de junho de 2010.

CARVALHO Rayssa Andrade; ROCHA Solange. Ações políticas de mulheres negras na Paraíba contemporânea na afirmação e na construção da identidade negra (2001-2012). XXVII Simpósio Nacional de História. ANPUH. Natal/RN. Julho/2013.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. Discriminação racial e pluralismo nas escolas públicas da cidade de São Paulo. In: MUNANGA, Kabengele. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº10. 639/03. Secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade – Brasília: Ministério da educação, secretaria de educação continuada, alfabetização e diversidade, 2005. Disponível em: Acesso em 09/03/2018.

CLIFFORD, James. Diásporas. In: Montserrat Guibernau and John Rex (Ed.) The Ethnicity Reader: Nationalism, Multiculturalism and Migration, Polity Press, Oxford, 1997, p. 287.

COHEN Robin. Global Diasporas: An Introduction. Seattle: University of Washington Press, 1997.

_____. Sólidas, Dúcteis e Líquidas: noções em mutação de “lar” e “terra natal” nos estudos da diáspora. Caderno CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 519-532, Set./Dez. 2008.

COLLINS, Patricia Hills. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: Jabardo, Mercedes (Org.). *Feminismos Negros: una antología*. Madrid, Traficante de Sueños, 2012, p. 104.

_____. "The Social Construction of Black Feminist Thought." *Signs: Journal of Women in Culture and Society* 14:4, 1989, 745-73.

_____. *Black, feminists thought. Knowledge, consciousness and politics of empowerment*. New York: Routledge/Perspectives on Gender, 1991, v. 2.

COLLINS, P.H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v.31, n.1, Janeiro/Abril 2016.

CONRADO, Mônica P. Homem negro, negro homem: Masculinidades e feminismo negro em debate. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, 25(1): 73-97, janeiro-abril/2017. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ref/v25n1/1806-9584-ref-25-01-00073.pdf>

CRENSHAW, KimberléW. “Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics”. *University of Chicago Legal Forum*, pp. 139-167. 1989.

_____. Mapping the margins: Interseccionalidade, identidade política, and violence against women of color. *Source: Stanford Law Review*. Vol. 43, nº6, jul. 1991, pp. 1241-1299.

_____. “Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero”. *Estudos Feministas*, ano 10, nº 1/2002.

CURIEL, Ochy. Identidades Esencialistas o Construcción de Identidades Políticas: El dilema de las feministas negras. *Revista Otras Miradas: Universidad de los Andes, Grupo de investigación em Gênero y Sexualidad –Venezuela, GIGESSEX*. Vol.2, nº 2, p. 96-113, dez. 2002.

DIAS, Sonia Maria Barbosa. O papel da internet para as redes de organizações não-governamentais: o caso da Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB). 2009. 111 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

DICIONÁRIO infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2017. Disponível na Internet: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/identidade>. Acesso em 16. set. 2017.

DICIONÁRIO brasileiro da língua portuguesa. [2017]. Disponível em:<<http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=identidade>>. Acesso em 16. set. 2017.

D'SOUZA, Radha. As prisões do conhecimento: pesquisa ativista e revolução na era da “globalização”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 145-171.

DURAND, Gilbert (1999). O imaginário. Difel, São Paulo.

EVARISTO, Conceição. Ponciá Vicêncio. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2003.

_____.

_____. Da representação auto-representação da mulher negra na literatura brasileira. Revista Palmares. Cultura Afro-brasileira. Ano I, nº I – agosto, 2005, ISSN 108 7280.

_____. Insubmissas lágrimas de mulheres. 2ª ed., Rio de Janeiro: Editora Malê, 2016.

FANON, Franz. Pele Negra, Máscaras Brancas. Salvador, EDUFBA, 2008. GIACOMINI, Sônia. Mulher e escrava: uma introdução histórica ao estudo da mulher negra no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

_____. Pele negra máscara branca. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEYERABEND, P. 1987. Adiós a la Razón. Madrid: Tecnos

FIGUEIREDO, João Batista de Albuquerque. Pesquisa engajada em educação ambiental dialógica. In: 27ª Reunião Anual da ANPEd, 2004, Caxambu – MG. Anais do 27ª Reunião Anual da ANPEd. Manaus – AM: Microservice Tecnologia Digital da Amazônia LTDA, 2004.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1.ed., 1967. 2005a.

_____. Microfísica do Poder. 21ª. ed. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2005b.

_____. Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1980, p. 1972-77.

FREIRE, Paulo. A alfabetização de adultos: crítica de sua visão ingênua; compreensão de sua visão crítica. In: Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. Arquivo PDF. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/otp/livros/acao_cultural_liberdad_e.pdf. Acesso em: 02 de julho de 2017.

_____. Pedagogia do Oprimido. 17ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Unesp, 1991.

_____. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro: Modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro: UCAM, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

GOFFMAN, Erving. 4ª ed. *Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOMES, N. L. *Corpo e cabelo como ícones de construção da beleza e da identidade negra nos salões étnicos de Belo Horizonte*. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: SILVA, L. A. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos*. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

_____. *The black woman's place in the brazilian society*. In: NATIONAL CONFERENCE, AFRICAN-AMERICAN POLITICAL, Caucus/Morgan Sate University, Baltimore, 1984. Disponível em: <<http://www.lesiagonzalez.Org.br>>. Acesso em: 20 dez. 2008.

_____. *A cidadania e a questão étnica*. In: Teixeira, João Gabriel Lima (org.). *A construção da cidadania*. Brasília: UNB, 1986, p. 176.

_____. *Mulher Negra*. In: *Revista Afrodiáspora*. A.3, n 6-7, São Paulo: IPEAFRO, 1985.

GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988a.

GROSGOUEL, Ramon. (2016). *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídio do longo século XVI*. *Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril*, p. 25- 49.

_____. *Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global*. 2012. Disponível em: <http://www.febf.uerj.br/periferia/V1N2/02.pdf>

_____. *Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias descoloniais*. In: *Ciência e Cultura*. São Paulo: v. 59, nº. 2, 2007, p. 32-35.

GOHN, M. G. *Movimentos Sociais na Contemporaneidade*. *Revista Brasileira de Educação*. V. 16 n. 47. Rio de Janeiro mai./agos. 2011.a Glória. *Movimentos Sociais na Contemporaneidade*. (2011, p.336),

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. (2009). Contexto histórico-ideológico do desenvolvimento das Ações Afirmativas no Brasil. In: SILVERIO, V. R.; MOEHLECKE, S. (Org.). Ações Afirmativas nas políticas educacionais: o contexto pós-Durban. São Carlos, SP: EDUFSCar.

GUHA, Ranajit. "On Some Aspects of the Historiography of Colonial India". Subaltern Studies 1: Writings on South Asian History and Society. Delhi: OUP, 1982.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte/Brasília: UFMG/UNESCO, 2003.

_____. A identidade cultural na pós-modernidade, DP&A Editora, 1ª edição em 1992, Rio de Janeiro, 11ª edição em 2006, 102 páginas, tradução: tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença. Rio de Janeiro: Vozes. 2000.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.). História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010, p. 167-212.

HARAWAY, Donna, "Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial", Cadernos Pagu, (5), 1995: 07-42.

HARDING, Sandra. A Instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. In: Revista Estudos Feministas, n 1, 1993: 07-31.

_____. Del problema de la mujer en la ciência al problema de la ciência en el feminismo. In: Ciência y feminismo. Madri: Ediciones Morata, 1995, pp. 15 - 27.

_____. The Science Question in Feminism. Ithaca: Cornell University Press, 1986.

_____. Feminism and Methodology: Social Science Issues, 1987.

_____. Introduction: Standpoint Theory as a Site of Political, Philosophic, and Scientific Debate In: The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual & Political Controversies. New York and London: Routledge, 2004. p. 1-15.

HASENBALG, Carlos. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____; SILVA, Nelson. Raça e oportunidades educacionais no Brasil. Fundação Carlos Chagas (SP), Cadernos de Pesquisa, n. 73, maio 1987.

hooks, bell. Feminism is for everybody. Inglaterra, Londres: Pluto Press, 2000.

_____. Intelectuais Negras. Estudos Feministas, n. 2, ano 3, 2º semestre. Florianópolis, 1995, p. 464-478. 2011.

_____. Straightening our hair. Z Magazine, September 1988. Disponível em. 09 de set. de 2011.

_____. Mulheres negras moldando uma teoria feminista. Mimeo, 2012. Tradução de Zelinda Barros.

JAGGAR, Alison M.; BORDO, Susan R. Gênero, Corpo, Conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

KAKOZI, Jean Bosco. Filosofia africana: a luta pela razão e uma cosmovisão para proteger todas as formas de vida. 2018. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/geral/2018/05/filosofia-africana-a-luta-pela-razaoe-uma-cosmovisao-para-protoger-todas-as-formas-de-vida/>. Acesso em 12 nov. 2018

KOFES, S. Uma Trajetória em Narrativas. Campinas; SP: Mercado de Letras, 2001.

KRISTEVA, Julia. Estrangeiros para nós mesmos. Trad. Maria Carlota Carvalho Gomes. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LANDER, E. (Org.). A Colonialidade do Saber: Eurocentrismo e Ciências Sociais. Trad. Júlio César Casarin Barroso Silva. 3. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 227-278.

LATOUCHE, Serge. Pode a África contribuir para resolver a crise do Ocidente? IV

Congresso Internacional de Estudos Africanos, Barcelona 12-15 de janeiro de 2004. Trad. Acácio Sidinei Almeida Santos 2013, p.195.

LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: História e Memória. Campinas: Ed. UNICAMP, 1994, p. 423-483.

LE MOS, Rosália de Oliveira. Feminismo Negro em Construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ. Departamento de Psicologia, 1997. https://www.academia.edu/8587583/O_Feminismo_Negro_em_Constru%C3%A7%C3%A3o_a_Organiza%C3%A7%C3%A3o_das_Mulheres_Negras_no_Rio_de_Janeiro. Disponível em: Acessado em 02 de junho de 2016.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. Tabula Rsa. Bogotá. Nº 9: 73-101, jul-dez, 2008.

_____. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas. Florianópolis. SetDez. 2014.

MARTINHO, Cássio. Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Brasília: WWF Brasil, 2003.

MELUCCI, Alberto. A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOHANTY, Chandra Talpade. Under western eyes: feminist scholarship and colonial discourse. *Boundary*, v. 12, n. 3, p. 333-358, 1984.

_____. Bajo La mirada occidental: La investigación feminista y los discursos coloniales. Tradução de Pilar Cuder Dominguez. U. de Huelva. Original em língua inglesa publicado originalmente in: Chandra Mohanty, Ann Russo and Lourdes Torres, edd. *Third World Women and the Politics of Feminism*. (Bloomington: Indiana UP, 1991).

MAIA, Bruna A T. Matilde Ribeiro: a minha história é talvez igual a tua: uma trajetória de militância e empoderamento da mulher negra. Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2016.

MALDONADO-TORRES, Nelson. (2007a). On the coloniality of being: contributons to the development of a concept. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 240-270.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. São Paulo: Atlas, 1988.

MCKLINTOCK, Anne. The Angel of Progress: Pitfalls of the term “pos-colonialism”. *Social text*, n. 31/32, *Third World and Post-Colonial Issues*, p. 84-98, 1992.

MIGNOLO, Walter. (2003), Histórias locais, projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. UFMG, Belo Horizonte.

_____. (2005). Cambiando las Éticas y las Políticas del Conocimiento: La Lógica de la Colonialidad y la Postcolonialidad Imperial. Disponível em: www.trيستestopicos.org.

_____. (2007). La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa Editorial.

_____. (2008). Desobediência Epistêmica: a Opção Descolonial e o significado de Identidade Em Política. *Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, Rio de Janeiro, nº 34, p. 287-324.

_____. (2011). *Historias Locales/Diseños Globales: Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. 1ª reimpressão. Madrid: Akal.

MOREIRA, Núbia Regina. Representação e identidade no feminismo negro brasileiro. Artigo apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 7. Agosto de 2006 na UFSC.

_____. O Feminismo Negro Brasileiro. Um estudo do movimento de mulheres negras no rio de Janeiro e São Paulo. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de

Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2007.
NASCIMENTO, Elisa Larkin. O sortilégio da cor: identidade, raça e gênero no Brasil. SP, Summus, 2003.

_____. (org). Guerreiras de Natureza: Mulher negra, religiosidade e ambiente. São Paulo: Selo Negro, (Sankofa: matrizes africanas da cultura brasileira; 3) 2008.

MUNANGA, Kabengele. (2010). Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 3 ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

NASCIMENTO, Abdias do. O Genocídio do Negro Brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. O quilombismo. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

PACHECO, Ana Claudia Lemos. Branca para casar, mulata para f.. e negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador\Bahia. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP. 2008.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PRASAD, A. Postcolonial theory and organizational analysis: a critical engagement. Palgrave: McMillan, 2003.

PAIXÃO, Marcelo. et al. (Org.). (2010). Acesso ao Sistema de Ensino e Indicadores de Proficiência. In: Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil, 2009-2010: Constituição Cidadã, Seguridade Social e seus Efeitos sobre as Assimetrias de Cor ou Raça. Rio de Janeiro: Editora Garamond Ltda., pp. 205-248.

PERROT, M. Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. História das mulheres no Ocidente. Porto: Afrontamento, 1990. RAMOS, Alberto Guerreiro. O problema do Negro na Sociologia Brasileira Transcrito de Cadernos de Nosso Tempo, 2 (2): 189-220, jan./jun., 1954. Republicado em Simon Schwartzman, editor, O Pensamento Nacionalista e os "Cadernos de Nosso Tempo". Brasília, Câmara dos Deputados e Biblioteca do Pensamento Brasileiro, 1981, pp. 39-69. Disponível em: <https://ia800309.us.archive.org/14/items/OProblemaDoNegroNaSociologiaBrasileira/1981negritude.pdf>. Acesso em 15 de fev. de 2016.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. Revista Sociedade e Cultura, v.11, n.2, jul-dez. 2008, pp. 263 a 274.

RAMOS, Alberto Guerreiro. A Redução Sociológica. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

_____. A Redução Sociológica e o Imaginário Pós-colonial. Caderno CRH, vol. 25, núm. 65, mayo-agosto, 2012, pp. 347-363.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Edgardo Lander (org), A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, Colección Sur Sur: CLACSO, Buenos Aires, 2005.

_____. Colonialidad del Poder y Clasificación Social. Journal of world-systems research, VI, 2, summer/fall, 2000, p. 342-386.

RATTS, Alex. Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo: Imprensa Oficial do estado de São Paulo: Instituto Kuanza, 2007.

REIS, Marilise Luiza Martins dos. "Diáspora como movimento social: implicações para a análise dos movimentos sociais de combate ao racismo". Ciências Sociais Unisinos, 2010, 46 (1): 37-46.

RIBEIRO. Adelia Miglievich. Por uma razão decolonial: desafios ético-políticoepistemológicos à cosmovisão moderna. Civitas.PortoAlegre.v. 14. Nº1. P.66-80. Janabri.2014.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras brasileiras: de Bertioga a Beijing. Revistas Estudos feministas. Vol. 3, nº2, 1995.

_____. Antigas personagens, novas cenas: mulheres negras e participação política. Site: empreende.org.br/artigo-programas.htm. Acessado no dia 20 de maio 2010.

_____. "O feminismo em novas rotas e visões." Revista Estudos Feministas 14.3, 2006: 801-811.

_____. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. Estudos Feministas, v. 16, n. 3, p. 987-1004, 2008.

_____. Tornar-se negra: construção da identidade de gênero e de raça. Presença da Mulher. São Paulo, v. 7, n. 28, p. 22-5, 1995.

_____. Antigas personagens, novas cenas: mulheres negras e participação política. Mulher e política-Gênero e Feminismo no Partido dos Trabalhadores, p. 189-207, 1998.

Santos, J.R. Movimento negro e crise brasileira. Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares: Brasília, 1994.

ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: HUNTLEY, Lyn e GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Tirando a Máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo. Ed. Paz e Terra, 2000.

ROLAND, Edna Maria. Santos; RIBEIRO, Matilde. (2012) Políticas Internacionais e Questão Racial no Século XXI. In: Matilde Ribeiro. (Org.). As Políticas de Igualdade Racial, Reflexões e Perspectivas. 1ed.São Paulo: Fundação Perseu Abramo, v. 1, p. 1-300.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, J.R. Movimento negro e crise brasileira. In: SANTOS, J.R.; BARBOSA, W.N. Atrás do muro da noite: dinâmica das culturas afro-brasileiras. Brasília, DF: Ministério da Cultura; Fundação Cultural Palmares, 1994. p. 157.

SCOTT, Joan Wallach. Gender and the Politics of History. New York: Columbia University Press, 1988.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, v. 20, n. 2, p. 5-22, 1988.

_____. “Experiência”. In: RAMOS, Tânia Regina de O. et al. (Orgs.). Falas de gênero. Florianópolis: Mulheres, 1999. p. 21-55.

SEBASTIÃO, Ana Angélica. Memória, imaginário e Poder: práticas comunicativas e de ressignificação das organizações de mulheres negras. Rio de Janeiro, Dissertação de mestrado em Comunicação – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

SENGHOR, Leopold Sédar. Négritude et civilisation de l'Universel. Paris: Seuil, 1977.

SERRA, Carlos. O que é filosofia africana? Cadernos de ciências sociais. Lisboa: Escolar Editora, 2015.

SHOHAT, Ella. Notes on the “Post-Colonial”, Social Text n. 31/32, Third World and Post-Colonial Issues, p. 99-113, 1992.

SILVA. Ana Célia da. Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro de Comunicação e Expressão de 1º grau, nível 1, Projeto de pesquisa: In Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, São Paulo, nov/1987, nº 63: 96-98.

_____. Estereótipos e preconceitos em relação ao negro no livro de Comunicação e Expressão de 1º grau, nível 1, Salvador (Ba), UFBA/FACED, (Dissertação de mestrado), 1988.

SILVA, Eliane Borges da. Para além do próprio umbigo: as mulheres negras militantes de Salvador e a construção do imaginário feminino. Dissertação de mestrado apresentado a Universidade Federal da Bahia. 1998.

SILVA, Eliane Borges da. Tecendo o fio, aparando as arestas: o movimento de mulheres negras e a construção do pensamento negro feminista. Rio de Janeiro: UFRJ; CFCH, 2000. Disponível em: <<http://www.desafio.ufba.br>>. Acesso em: 12 de agosto de 2018.

SILVA, José Marmo, XAVIER, Lúcia. Mulheres negras e ação política: participação democrática nos processos de desenvolvimento, garantia de direitos e efetividade de políticas públicas. Manual de Ação Política. Rio de Janeiro, Criola, 2010.

SILVA, Joselina da. União dos homens de cor (UHC): uma rede do movimento social negro, após o Estado Novo. Tese de Doutorado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. RJ, 2005.

_____. Feministas negras entre 1945 e 1964: o protagonismo do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Artigo apresentado no XXV Congresso de Sociologia (ALAS) – Grupo: Gênero, Desigualdades e Cidadania, Porto Alegre, 22 a 25 de agosto de 2005.

_____. Vozes Soantes no Rio de Janeiro, São Paulo e Florianópolis: mulheres negras no pós 1945. Revista da ABPN. V.1, Nº1, mar-jun de 2010, p. 28-38.

_____. I Encontro Nacional de Mulheres Negras: o pensamento das feministas negras na década de 1980. In: SILVA, Joselina; PEREIRA, Amauri Mendes. O Movimento de Mulheres Negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil. Belo Horizonte: Nandyala, 2014. p. 13-40.

SOUZA, Grace Kelly S. S. Memórias da trajetória de luta e resistência dos movimentos de mulheres negras do Maranhão a partir do “Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa”. Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros. Universidade Federal do Maranhão. Kwanissa, São Luís, v.1, n.1, p.154-172, jan./jun. 2018.

SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se Negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1983.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. "Can the Subaltern Speak? Speculations on Widow Sacrifice". *Wedge* 7 (8), 1885.

_____. *Death of a discipline*. New York: Columbia University Press, 2003.

_____. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

STOLKE, Verena. La mujeres puro cuento: la cultura del género. *Revista Estudos Feministas*. Vol.12. n.2. Rio de Janeiro. 2004.

SULERI, S. Woman skin deep: feminism and the postcolonial condition. *Critical Inquiry*, v. 18, n. 1, p. 756-769, 1992.

SUPTITZ, Carolina Elisa. Da neutralidade ao ativismo: a pesquisa ativista no direito e a experiência do Núcleo de Webcidadania (NEW). In: (org.) Koltermann Andewes Pozeczek e SOUZA Liana Estela Merladete de. *ReVista de Estudos em Webcidadania: Do Direito à*

Informação, uma expressão local e ativista nas searas da Acessibilidade. Entretenimento, Saúde, Segurança no Trânsito, Criança e Adolente. Vol. 1, nº 1 – Santa Maria, RS, 2015.

SUDBURY, Júlia. Outros tipos de sonhos: organizações de mulheres negras e políticas de transformação. Ed. Selo Negro. Summus, SP. 2003.

THEODORO, Helena. Mito e espiritualidade: mulheres negras. Rio de Janeiro: Pallas, 1996. VIGOYA, Mara Viveiros. La sexualización de la raza y la racialización de la sexualidade en el contexto latinoamericano actual. In. www.wie.im.ufba.br/pub/Main/LivioSansone/Texto_de_Mara_viveros.doc (consultado no dia 15/04/2010. p.1-20. WALKER, Alice. A cor púrpura. São Paulo: Marco Zero, 1986.

THOMPSON, Edward P. A voz do passado – História Oral. 2. edição. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

THOMPSON, Edward P. La formación histórica de la clase obrera. Inglaterra, 1780-1832. Barcelona: Editorial Laia, 1977, 3v.

_____. La política de la teoría. In: Samuel, R. (ed.) Historia popular e teoría socialista. Barcelona: Akal, 1984b, p.301-317.

_____. A miséria da teoria. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. Tradición, revuelta y conciencia de clase. 2ªed. Barcelona: Crítica; Grijalbo, 1984.

_____. A formação da classe trabalhadora inglesa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 3v.

_____. Senhores e caçadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. As peculiaridades dos ingleses e outros artigos. Campinas: Ed. UNICAMP, 2001. LUCIANO M. de FARIA FILHO e LIANE M. BERTUCCI 24

TORRES, Nelson Maldonado. Sobre la colonialidad del ser: contribuições al desarrollo de um concepto. 2007.

TOURAINÉ, Alain. Production de la société. Paris: Seuil, 1973.

TRINDADE, Azoilda Loretto da (org.). Africanidades brasileiras e educação: salto para o futuro. Rio de Janeiro: TV escola /MEC, 2013.

VALE Máisa M. Mulheres Negras na Política: Trajetória social e política de mulheres negras candidatas às eleições municipais de Salvador (2008 — 2012). <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/18291/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Ma%C3%ADsa%20Maria%20Vale.pdf>. 2014, p. 68. Acessado em 18/12/2015.

_____. Articulação da Rede de Mulheres Negras na Diáspora africana: tradição viva, contraditória, em constante reinvenção. *Pontos de Interrogação: Revista de Crítica Cultural*, do Programa de Pós-Graduação em Crítica Cultural, v. 5, n. 2, jul./dez. 2015. Número temático: Leituras e identidades negras: narrativas, histórias, memórias. ISSN 2237-9681 online. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/pontosdeint>.

_____. A quem pode ser atribuído o status de sujeito do conhecimento? Desafios para o debate teórico-crítico feminista sobre gênero. *Caderno Espaço Feminino* - Uberlândia-MG - v. 28, n. 2 – Jul./Dez. 2015 – ISSN online 1981-3082. 122-148.

WALLACE, Michele. Imagens negativas. Para uma crítica cultural feminista negra. *Estudos Feministas*, v. 2, n. 3, 1994.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: WERNECK, Jurema. *Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro, Criola, 2010.

_____. O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. (org.) Jurema Werneck, Maisa Mendonça, Evelyn C. White; (tradução) Maisa Mendonça, Marilena Agostini e Maria Cecília Macdowell dos Santos, 2ª edição. RJ. Ed. Pallas/Criola, 2002.

_____. O samba segundo as Ialodês: Mulheres negras e cultura midiática. Tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

_____. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de Mulheres Negras e Estratégias Políticas contra o sexismo e o racismo. *Revista da ABPN*. V.1, N.1, mar-jun de 2010.

ANEXO A

IMAGENS

Imagem 1

I Marcha de Mulheres Negras a Brasília contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver - 2015



Fonte: Arquivos do Odara Instituto da Mulher Negras

Imagem 2

Afro XXI: Encontro de lideranças, governantes e parlamentares de países ibero-americanos e africanos



Foto: Roberto StukertFº/PR²³⁹



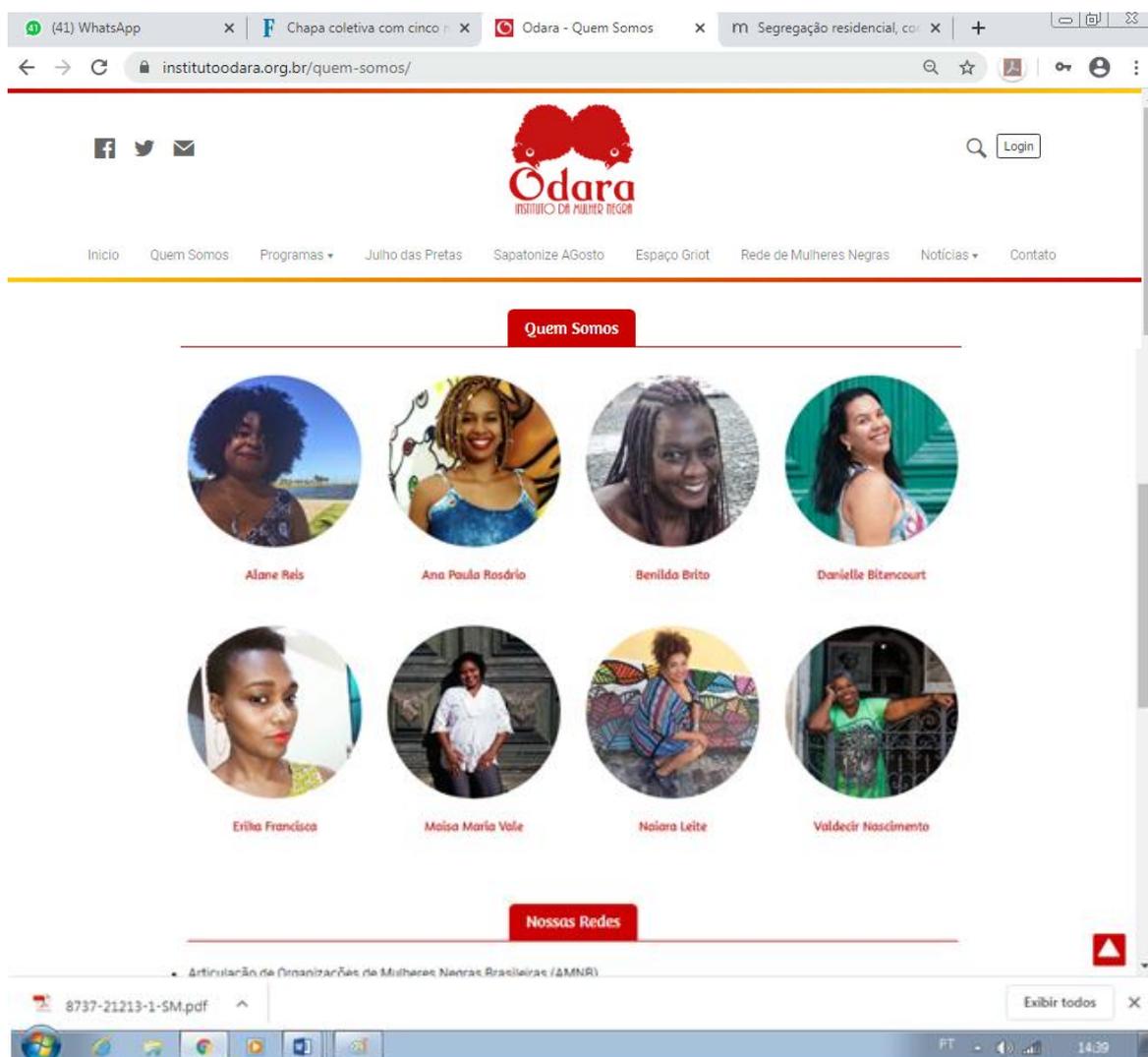
Foto: SECULT/BA²⁴⁰

Imagem 3

Home page do Odara – Instituto da Mulher Negra

²³⁹ Disponível em <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2011/11/declaracao-de-salvador-indica-caminhos-para-luta-por-cidadania-de-afrodescendentes/>. Acessado em 24/09/2015.

²⁴⁰ Disponível em <http://www.cultura.ba.gov.br/2011/11/3444/Declaracao-de-Salvador-e-aprovada-no-AFRO-XXI.html>. Acessado em 24/09/2015.



Fonte: Web site do Odera – Instituto da Mulher Negra²⁴¹.

Imagem4

Home page do Ceafro – Educação e Profissionalização para a Igualdade de Raça e Gênero.

²⁴¹Disponível em: <https://institutoodara.org.br/quem-somos/>. Acessado em 19/08/2018.



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Imagem 5

A ameaça do fundamentalismo religioso cristão as manifestações laicas e as liberdades individuais no Brasil



[Visualizar mais no Instagram](#)



1,757 curtidas

jeanwyllys_real

A foto é chocante (ao menos para mim). O fundamentalismo religioso no Brasil - articulado profundamente à lógica de mercado e promovido por estratégias publicitárias que interpelam as pessoas a partir de preconceitos históricos e do senso comum que o sistema de educação formal de má qualidade não tem conseguido desconstruir - esse fundamentalismo religioso tem sido negligenciado pela intelectualidade brasileira de prestígio e por políticos democratas e republicanos ao mesmo tempo em que é incorporado, de maneira irrefletida, por quase todos os partidos e diferentes governos. O fundamentalismo cristão no Brasil tem ameaçado as liberdades individuais, a diversidade sexual e as manifestações culturais laicas. Agora ele está formando uma milícia que, por enquanto, atende pelo nome de "gladiadores do altar" (assistam ao vídeo inteiro disponível no link abaixo!). Quando atentaremos de verdade para o monstro que emerge da lagoa? Quando começarem a executar os "infiéis" e ateus e empurrar os homossexuais de torres altas como vem fazendo o fundamentalismo islâmico no Oriente Médio? Não é porque tem a palavra "cristão" na expressão que o fundamentalismo cristão deixa de ser perigoso e não fará o que já faz o fundamentalismo islâmico. <https://www.facebook.com/video.php?v=707222839396979>

visualizar todos os 578 comentários

Adicione um comentário...



Fonte: Matéria publicada pela Notícias.uol "Em culto da Universal no CE, jovens 'gladiadores' se dizem 'prontos para a batalha'", de 03/03/2015²⁴².

Imagem 6

Mulheres Negras marcham em Brasília contra o racismo estrutural, a violência e a miséria produzida por ele no país

²⁴²Disponível em <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/03/03/em-culto-da-universal-jovens-gladiadores-se-dizem-prontos-para-a-batalha.htm>. Acessado em 28/12/2015.

Marcha das Mulheres Negras inicia, de fato, combate ao racismo estrutural do País



Publicado 19/11/2015

Já não restam dúvidas de que o Brasil é um país racista. Mas a Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver, ocorrida nesta quarta-feira (18), em Brasília, deu um grande passo para mudar esta realidade. Na semana da Consciência Negra, a manifestação declaratória ofereceu ao País a oportunidade de reparar, ao menos parte, dos danos incalculáveis causados a esta parcela da população desde que a nação foi descoberta.

“Cansadas do lugar de inferioridade, de conviver com tanta desigualdade”, assim cantavam as protagonistas do ato – mais de 10 mil mulheres – crianças, jovens e senhoras negras, de todo o território nacional, numa linda atitude de reafirmação da luta do povo negro. Um momento histórico para elas e para o conjunto dos movimentos sociais e sindicais, parceiros e presentes na marcha.

Fonte: CTB - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil ²⁴³

Imagem 7

Corpo da negra como *locus* de disputas e resistência política - instrumento de combate ao racismo e ao patriarcado

²⁴³Disponível em <https://ctb.org.br/sem-categoria/marcha-das-mulheres-negras-inicia-de-fato-o-combate-ao-racismo-estrutural-do-pais/>. Acessado em 16/11/2016.



Fonte: https://www.vice.com/pt_br/article/kbejex/marcha-das-mulheres-negras-contr-o-racismo-brasilia



Fonte: <http://operamundi.uol.com.br/conteudo/saue/42327/marcha+das+mulheres+negras+reunite+ativistas+em+brasilia+contra+racismo+e+machi:mo.shtml>



Foto: Thais Macedo²⁴⁴



Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil.²⁴⁵

Imagem 8

Expressões estéticas contra-hegemônicas - linguagens estéticas produzindo um novo olhar sobre esse corpo e sobre a noção de beleza



Foto: Thais Macedo²⁴⁶



Foto: PNUD/Tiago Zenero

²⁴⁴Disponível em https://www.vice.com/pt_br/article/kbejex/marcha-das-mulheres-negras-contr-o-racismo-brasilia. Acessado em 21/09/2018.

²⁴⁵Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-11/apos-dois-anos-da-marcha-mulheres-negras-continuam-mobilizadas-contr-racismo>.

²⁴⁶Disponível em https://www.vice.com/pt_br/article/kbejex/marcha-das-mulheres-negras-contr-o-racismo-brasilia. Acessado em 21/09/2018.

Foto: Mariana Leal²⁴⁷Foto: cese – Coordenadoria Ecumênica de Serviço ²⁴⁸

Imagem 9

Corpo colonial e a política no corpo que demarcaram esta Marcha
Racismo religioso é crime **Contra o genocídio do povo negro -**
Parem de nos Matar

Foto: Adriana Medeiros. AMNB, 2016.²⁴⁹

Contra o genocídio e encarceramento da
juventude negra

Fotos: Adriana Medeiros e Claudia Ferreira. AMNB, 2016.²⁵⁰

Negras Jovens Feministas

²⁴⁷Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - Secadi) do Ministério da Educação – MEC. Disponível em <http://www.apade.com.br/content/marcha-das-mulheres-negras-reune-50-mil-pessoas-em-protesto-contraracismo/579>. Acessado em 21/09/2018.

²⁴⁸Disponível em <https://www.cese.org.br/marcha-das-mulheres-negras-reune-30-mil-em-brasilia-df/>. Acessado em 21/09/2018.

²⁴⁹E-book Marcha das Mulheres Negras, AMNB, 2016, p.24. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/E-book-Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf>. Acessado em: 21/03/2018.

²⁵⁰E-book Marcha das Mulheres Negras, AMNB, 2016, p. 87. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/E-book-Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf>. Acessado em: 21/03/2018.



Fotos: Adriana Medeiros e Claudia Ferreir AMNB, 2016.²⁵¹



Foto: Marcello Casal Jr/Agência Brasil. Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-11/apos-dois-anos-da-marcha-mulheres-negras-continuam-mobilizadas-contraracismo>

Contra o patriarcado e pelo direito sexualidade

Pelo direito ao corpo



Foto: Thais Macedo²⁵²



Foto: Thais Macedo²⁵³

Imagem 10 Processo formativo/pedagógico – Ensaios fotográficos

Grupo realizará ensaio fotográfico para discutir a beleza negra em Caruaru

²⁵¹E-book Marcha das Mulheres Negras, AMNB, 2016, p.87. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/E-book-Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf>. Acessado em: 21/03/2018.

²⁵²Disponível em https://www.vice.com/pt_br/article/kbejex/marcha-das-mulheres-negras-contraracismo-brasil. Acessado em 21/09/2018.

²⁵³Disponível em https://www.vice.com/pt_br/article/kbejex/marcha-das-mulheres-negras-contraracismo-brasil. Acessado em 21/09/2018.

Evento ocorrerá na Casa do Boi Tira Teima, localizada na Estação Ferroviária. Integrante do movimento 'Cabelão' ajudará a fazer amarrações de turbantes.

De 01 Caruaru



Experiência resultará na divulgação do projeto nas redes sociais (Foto: Divulgação/ Organização do evento)

Com a intenção de promover uma reflexão sobre a estética e o papel da identidade racial negra no Brasil, um grupo de artistas realizará um ensaio fotográfico neste domingo (5), em Caruaru, Agreste de Pernambuco. Para isto, mulheres negras, de qualquer idade, são convidadas a participar do evento que ocorrerá às 15h, na Casa do Boi Tira Teima, localizada na Estação Ferroviária.

Uma das integrantes do movimento 'Cabelão', de Olinda, na Região Metropolitana do Recife, ajudará a fazer amarrações de turbantes com lenços africanos. Ela também discutirá a afirmação dos cabelos naturais e a autoestima das mulheres.

Com Marina Chalegre assinando a fotografia, a experiência resultará na divulgação do projeto nas redes sociais, de acordo a organização. "É uma manifestação da cultura popular e um verdadeiro exemplo de resistência negra na cidade", acredita Gabriela Monteiro, idealizadora.

Serviço

Ensaio Fotográfico de Mulheres Negras em Caruaru
Local: Casa do Boi Tira Teima, localizada na Estação Ferroviária
Dia: 5 de Julho
Horário: 15h

Fonte: g1. globo.²⁵⁴

Imagem 11

Agendas e bandeiras das mais diversas aglutinadas na I MMNB



Fonte: https://www.vice.com/pt_br/article/kbejex/marcha-das-mulheres-negras-contra-o-racismo-brasilia

²⁵⁴Disponível em <http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2015/07/grupo-realizara-ensaio-fotografico-para-discutir-beleza-negra-em-caruaru.html>. Acessado em 18/02/2018.

Imagem 12

Movimento Coletivo de Mulheres Negras - Uma organização eclética de Agendas e REDE

Quilombolas da Bahia protestam em Brasília contra racismo e violência



Foto: Gabriel Luiz/G1

Movimento lésbico. Presente!²⁵⁶



Fonte: Slideshow produzido a partir de fotos compartilhadas da participação de mulheres maranhenses na Marcha Nacional das Mulheres Negras.

Movimento Sindical

Grupo reivindicando a não discriminação no ambiente de trabalho, o direito à terra e o fim da escravidão moderna



Foto: Thaís Mallón (abre); ChaiaDechen²⁵⁵

Movimento das Trabalhadoras Domésticas²⁵⁷



Fonte: Arquivos do Odara

Movimento das Religiões de Matriz Africana²⁵⁸

²⁵⁵Disponível em <https://calle2.com/a-forca-das-nossas-ancestrais/>. Acessado em 20/12/2015.

²⁵⁶Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=r_O6iWGz434. Acessado em 05/10/2016.

²⁵⁷Disponível em <https://portalctb.org.br/site/secretarias-da-ctb-nacional/igualdade-racial/marcha-das-mulheres-negras-liderancas-politicas-comentam-a-importancia-do-ato>. Acessado em 15/08/2016.

²⁵⁸Disponível em https://www.vice.com/pt_br/article/kbejex/marcha-das-mulheres-negras-contra-o-racismo-brasil. Acessado em 15/08/2016.



Fonte: Arquivos do Odara



Fonte: Arquivos do Odara



Fonte: https://www.vice.com/pt_br/article/kbejex/marcha-das-mulheres-negras-contr-o-racismo-brasil



Fotos marcha_1 a march_4 – SizanLuisEsberci
<http://janetecapiberibe.com.br/mulheres-negras-marcham-em-brasil/>

Fonte: Arquivo do Odara Instituto da Mulher Negra

Imagem 13
Marcha das mulheres negras da Bahia – Do Bahia Café Hall até a Governadoria - Centro Administrativo da Bahia – 13/05/2015

Foto: Livia Ferreira ²⁵⁹

De frente concedendo entrevista: Matilde Ribeiro, Ex-Ministra da SEPIR

Da direita para esquerda: Valdecir Nascimento Coordenadora Executiva do Odara e Sueli Sousa Representante da RMNBA

Foto: Livia Ferreira ²⁶⁰

Imagem 14

²⁵⁹<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=641191609314041&set=pcb.641192262647309&type=3&theater>. Acessado em 05 de dezembro de 2016.

²⁶⁰<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=641191609314041&set=pcb.641192262647309&type=3&theater>. Acessado em 05 de dezembro de 2016.

Marcha das mulheres negras de Minas Gerais – Da Praça Sete de Setembro até a Praça da Estação – 13/05/2015.



Fonte: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2015/05/13/interna_gerais,647268/marcha-das-mulheres-negras-de-minas-faz-caminhada-pelo-centro-de-belo.shtml

Imagem 15
Presença marcante de companheiras com destaque no cenário internacional²⁶¹



Foto: Bruno Spada/ONU Mulheres. Dadiireita para esquerda: Phumzile Mlambo-Ngcuka, à esquerda Nilma Lino

Imagem 16
Presença de militantes históricas de movimentos sociais no cenário nacional²⁶²

²⁶¹#MarchaDasMulheresNegras. Dilma Rousseff Conta verificada @dilmabr 18 de nov de 2015. Disponível em www2.planalto.gov.br. Acessado em 22/11/2018.

²⁶²#MarchaDasMulheresNegras. Dilma Rousseff Conta verificada @dilmabr 18 de nov de 2015. Disponível em www2.planalto.gov.br. Acessado em 22/11/2018.



Sueli Sousa
Site da Revista Afirmativa. Disponível em:
<https://revistaafirmativa.com.br/3591-2/>



Lindinalva de Oaula
Tiago Zenero PNUD/Brasil. Disponível em:
<https://www.brasildefatope.com.br/2022/07/20/saiba-as-atividades-que-acontecem-no-julho-das-pretas-em-pernambuco>



Creuza Oliveira
Site da FENATRAD. Disponível em:
<https://fenatrad.org.br/biblioteca-de-midia/2015/11/IMG-20151119-WA0028.jpg>



Antonia Garcia
Site da Alma Preta. Disponível em:
<https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/morre-antonia-garcia-sociologa-e-primeira-presidente-do-pt-em-salvador/>

Imagem 17

Presença de militantes históricas de partidos políticos - Beneditada Silva, Janete Capiberibe, Lecy Brandão, Moema Gramacho



Diponível em: <http://janetecapiberibe.com.br/mulheres-negras-marcham-em-brasilia/>

https://www.vice.com/pt_br/article/kbejex/marcha-das-mulheres-negras-contra-o-racismo-brasilia



Fonte: <http://www.conexaojornalismo.com.br/todas-as-noticias/policial-faz-disparos-durante-marcha-das-mulheres-negras,-em-brasilia-video-0-41452>. Acima esquerda para direita: Sueli Carneiro, Ieda Leal, Benedita da Silva, à direita Moema Gramacho, Nilma Lino

Imagem 18

Mulheres Negras históricas que impulsionaram o cortejo com falas poderosas.



Fonte: Arquivos do Odara

Da esquerda para direita: Luiza Bairros, Sueli Carneiro e Vilma Reis.²⁶³

Imagem 19
Reunião Geral da AMNB - Rio de Janeiro, em setembro/2013.²⁶⁴



Fonte: Arquivos da

AMNB²⁶⁵

Imagem 20
AMNB - Seminário “Democracia e desenvolvimento sem racismo: Por um Brasil afirmativo”- Rio de Janeiro, 2013



Fonte: Galeria de fotos do site da AMNB.²⁶⁶

²⁶³ Disponível em <http://soscorpo.org/recomendamos-e-book-da-marcha-das-mulheres-negras-2015-criola-org-br/>. Acessado em 22/04/2018.

²⁶⁴ Disponível em http://www.amnb.org.br/view_galeria.asp?id=6. Acessado em 29/09/2019.

²⁶⁵ Disponível em http://www.amnb.org.br/view_galeria.asp?id=6. Acessado em 18/08/2019.

²⁶⁶ Disponível em http://www.amnb.org.br/view_galeria.asp?id=6#ancora. Acessado em 27/07/2019.

Imagem 21
Mulheres Negras da Bahia saem rumo a I MMNB

Ebomi Nice de Oyá: 18 horas de viagem de ônibus de Salvador até Brasília



Ebomi Nice com a bengala ao centro



Ebomi Nice a primeira da direita para esquerda

Fonte: Disponível em ONU Mulheres Brasil. [\(20+\) Vídeo | Facebook](#) Acessado em 20/11/2015.

Mulheres Negras de Feira de Santana/BA saem em caravana rumo a I MMNB

Feira de Santana

Publicado em 17/11/2015 12h25

Caravana sai de Feira para Marcha das Mulheres Negras em Brasília

São esperadas cerca de 100 mil mulheres de todo o Brasil na marcha, que acontece na quarta-feira (18), em Brasília.

Curtir 0 Compartilhar Tweetar

Mudar o tamanho da letra: A+ A-



Foto: Ed Santos/ Acorda Cidade

Natara Moura

Um grupo de mulheres saiu da rodoviária de Feira de Santana na noite de segunda-feira (16) para participar da Marcha das Mulheres Negras 2015. São esperadas cerca de 100 mil mulheres de todo o Brasil no evento, que acontece na quarta-feira (18), em Brasília. Da região de Salvador e Feira, saíram seis ônibus, saindo também caravanas de Bom Jesus da Lapa, Barreiras e lugares mais próximos de Brasília.



Segundo Cleusa Cerca Juriti, da Rede de Mulheres Negras do Território, estão indo pelo menos 31 mulheres de Serrinha, Água Fria, Lamarão, Biritinga, Coité, Ixu e Água Fria. O grupo viajará por 30 horas levando pautas como combate ao racismo, machismo, sexismo e em busca do bem viver.

“A gente compreende que tendo essa pauta a gente envolve a saúde, educação, segurança, esporte e lazer e está contemplando as famílias e as mulheres negras para ter um bem viver com esses aspectos”, afirma.

Cleusa explica que caravanas circularam por cerca de 200 cidades da Bahia para conscientizar as mulheres sobre os objetivos da marcha em Brasília. “Nós levamos a informação para que as mulheres que estão indo hoje para a marcha saibam o que estão indo fazer em Brasília, com essa pauta de reivindicação que é dar visibilidade às mulheres negras da Bahia e do Brasil”, informa.



Conforme a representante do grupo, a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial ajudou com os ônibus, outras secretarias contribuíram com alimentação e água. "E em Brasília, tanto o Governo Federal quanto algumas ONGs estão contribuindo para a permanência dessas mulheres. A gente vai ficar num alojamento e fomos orientadas a levar colchonete e pertences pessoais", destacou.



Com informações do repórter Ed Santos do Acorda Cidade

Fonte: Site *acorda Cidade*²⁶⁷

Imagem 22 **Mulheres Negras ocupam a Esplanada dos Ministérios em Brasília**

²⁶⁷<https://www.acordacidade.com.br/noticias/150800/caravana-sai-de-feira-para-marcha-das-mulheres-negras-em-brasilia.html>





Fonte: Arquivo do Odara Instituto da Mulher Negra

Imagem 23
Acampamento das Mulheres Negras dentro do Ginásio Nilson Nelson, em Brasília

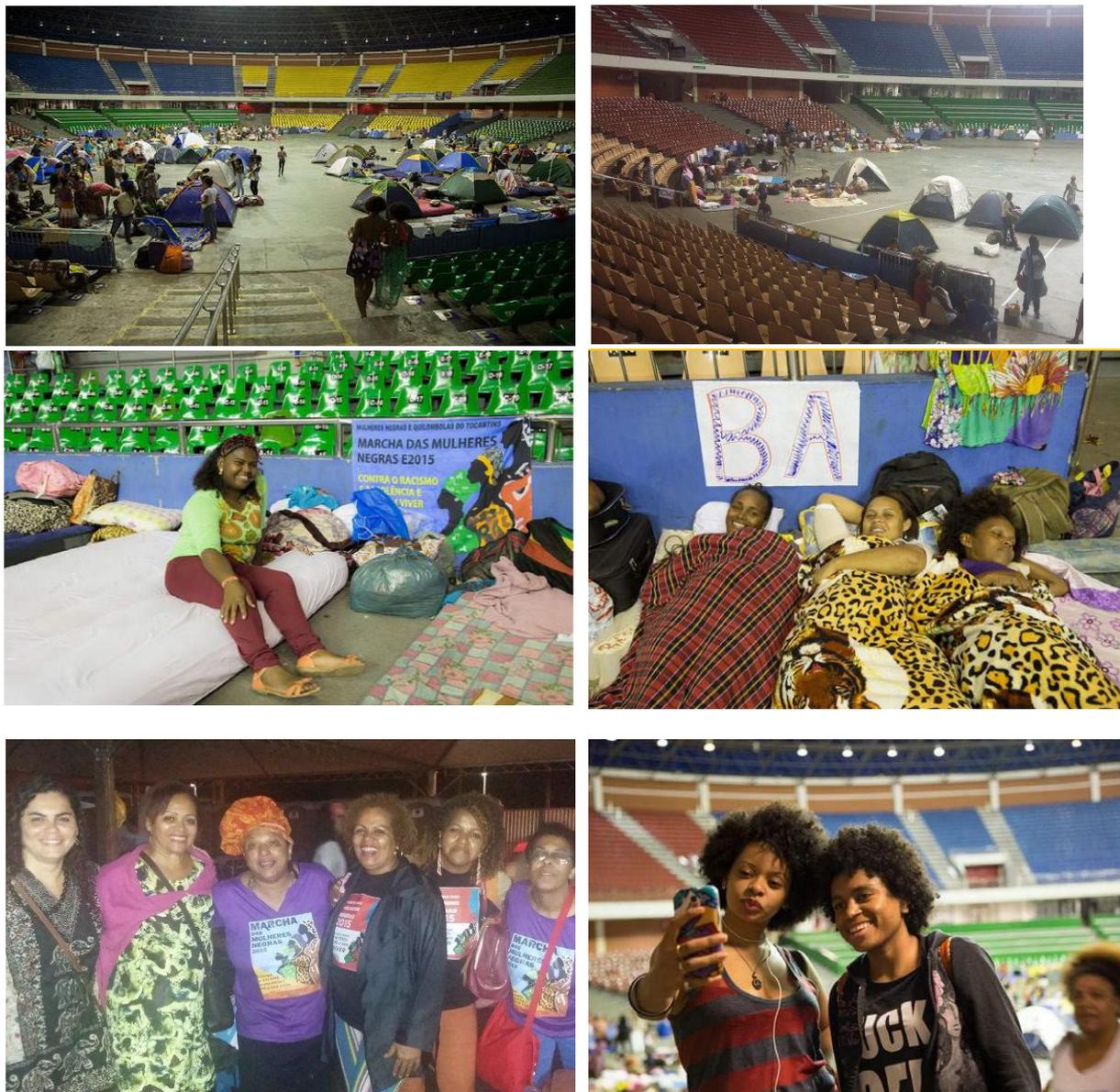


Foto: Cláudia Ferreira.

Fonte: E-book AMNB. Marcha das Mulheres Negras e Site MAMATERRA Comunicação Livre Participativa²⁶⁸

Imagem 24

Mulheres negras seguiram até a capital federal pelo fim do racismo e a melhoria das condições de vida da população negra.

²⁶⁸ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/E-book-Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf>, p. 124 – 125 e <https://mamapress.wordpress.com/category/marcha-das-mulheres-negras/>. Acessado em 20/032016.



Fonte: Simproeste (2015). Disponível em <https://sinproeste.org.br/wp-content/uploads/2015/11/march-mulheres-03-face-minc.jpg>. Acessado em 20/03/2016

Imagem 25
Uma expressão de reconhecimento da nossa ancestralidade e da visibilidade do vínculo passado-presente e futuro



Foto: Nelson Inocência (UNB)



Fonte: https://www.vice.com/pt_br/article/kbejex/marcha-das-mulheres-negras-contr-o-racismo-brasilia



Fonte: Arquivo Instituto Odara



Fonte: Arquivo Instituto Odara

Imagem 26
Presidenta Dilma Rousseff recebe representantes da Marcha Das Mulheres Negras²⁶⁹

²⁶⁹#MarchaDasMulheresNegras. Dilma Rousseff Conta verificada @dilmabr 18 de nov de 2015. Disponível em www2.planalto.gov.br. Acessado em 22/11/2018.

Dilma recebe representantes da Marcha das Mulheres Negras

18 de novembro de 2015, às 16h01

339



Foto: Roberto Stuckert Filho/PR

18/11/2015 - Brasília - DF, Presidenta Dilma Rousseff recebe representantes da Marcha das Mulheres Negras.

Foto: Roberto Stuckert Filho/PR

Imagem 27 **Presidente nacional do Movimento Negro Unificado – MNU: A Marcha defende o fim do extermínio da juventude negra**



Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-11/tumulto-na-marcha-das-mulheres-negras-foi-racismo-afirma-militante>

Imagem 28

Ex-ministra-chefe da SEPPIR, Luíza Bairos sinaliza o rumo que o movimento iria tomar



Fonte: Arquivos do Odara.

Da esq. para dir., Conceição Leal (Uberlândia/MG -Superintendente de igualdade racial de Uberlândia), Luíza Bairos (Porto Alegre/RS - Ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil), Eunice Léa de Moraes (Belém/PA -Coordenadora da Área do Trabalho da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)).

Imagem 29 Corpos negros indóceis. Lócus de disputas e resistência política



Fonte: https://www.vice.com/pt_br/article/kbejex/marcha-das-mulheres-negras-contra-o-racismo-brasil



Fonte: <https://www.cese.org.br/marcha-da-mulheres-negras-reune-30-mil-em-brasil-ia-df/>



Foto: Mariana Leal (MEC)²⁷⁰



Foto: PNUD/Tiago Zenaro



Fonte: Marcello Casal Jr/Agência Brasil.²⁷¹



Fonte: <https://www.bahiana.edu.br/galeria/detalhes/1804/1-marcha-das-mulheres-negras/>



Imagem 30

Manifestantes do movimento pró-impeachment tentaram apagar o entusiasmo daquelas aguerridas mulheres

²⁷⁰Disponível em <http://www.apade.com.br/content/marcha-das-mulheres-negras-reune-50-mil-pessoas-em-protesto-contraracismo/579>. Acessado em

²⁷¹Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-11/apos-dois-anos-da-marcha-mulheres-negras-continuam-mobilizadas-contraracismo>.



Fonte: https://www.vice.com/pt_br/article/kbejex/marcha-das-mulheres-negras-contra-o-racismo-brasilia



Fonte: https://www.vice.com/pt_br/article/kbejex/marcha-das-mulheres-negras-contra-o-racismo-brasilia

Imagem 31
Violência direcionada as mulheres negras durante a Marcha é racismo



Foto de Ieda Leal – presidenta do MNU
 Fonte: Valter Campanato/Agência Brasil

Imagem 32
Energia motora da Marcha: a Rede de Mulheres Negras do Nordeste



Fonte: Arquivos do Odara Instituto da Mulher Negra.²⁷²

Imagem 33
Apresentação do projeto: “Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste”



Fonte: Arquivos do Odara Instituto da Mulher Negra e Rede de Mulheres Negras do Nordeste.²⁷³

Imagem 34
Mesa de Abertura do Seminário “Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste”

²⁷²Mulheres Negras do Nordeste do Brasil, reunidas o seminário “Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste”, realizado nos dias 27 e 28 de abril de 2013, no Auditório do Hotel Jangadeiros, em Pernambuco/ Recife.

²⁷³ A mesa de abertura do Seminário Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste, no dia 27/04/2013 das 18 às 20h., com a participação de Rita Santos - ABAM (Associação das Baianas do Acarajé); Rosana Fernandes – CESE; Jenair Alves – INTERREDES e a Coordenadora Executiva do ODARA – Valdecir Nascimento



Fonte: Arquivo do Odara Instituto da Mulher Negra.²⁷⁴

Fonte: Relatório da Rede de Mulheres Negras do Nordeste. Seminário Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste. Arquivo do Odara Instituto da Mulher Negra. Da direita para esquerda Valdecir Nascimento (coordenadora executiva do Odara Instituto da Mulher Negra), Rita Santos – ABAM (Associação das Baianas do Acarajé); Rosana Fernandes (assessora de projetos da Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese)) e Jenair Alves – INTERREDES.²⁷⁵

Imagem 35
Planejamento dos trabalhos da RMNN: Relatório Parcial da Rede de Mulheres Negras do Nordeste – Maio 2014

²⁷⁴Relatório da Rede de Mulheres Negras do Nordeste (RMNN). Mesa de abertura do lançamento do projeto de articulação e construção da Rede de Mulheres Negras do Nordeste, Seminário Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste. Dias 27 e 28 de abril de 2013. Da direita para a esquerda Valdecir Nascimento, Rita Santos, Rosana Fernandes e Nilma Bentes.

²⁷⁵ Mesa de abertura do lançamento do projeto de articulação e construção da Rede de Mulheres Negras do Nordeste, Seminário Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste. Dias 27 e 28 de abril de 2013, no Auditório do Hotel Jangadeiros, em Recife.

**RELATÓRIO PARCIAL DA REUNIÃO
REDE DE MULHERES DO
NORDESTE/MARCHA DE MULHERES NEGRAS
2014**



Salvador, maio de 2014

Rua do Sodré, 33 - Largo 2 de Julho - CEP: 40.060-240. Salvador, Bahia

Fonte: Informações extraídas do Relatório parcial da reunião da Rede de Mulheres Negras do Nordeste/Mar-
de Mulheres negras 2014, em 01 a 03/05/2014, Salvador/BA.

Imagem 36
É de chita que a Paraíba vai marchar contra o Racismo, Machismo e Genocídio



Fonte: UM Women/Bruno Spada.²⁷⁶



Fonte: Site Partido dos Trabalhadores

Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2016/11/18/novembro-reforca-a-luta-e-a-resistencia-das-mulheres-negras-no-brasil>

Imagem 37

Manifestações artístico-cultural do estado da Paraíba: Mote utilizado pela Rede para caracterizar a força do movimento de mulheres negras.

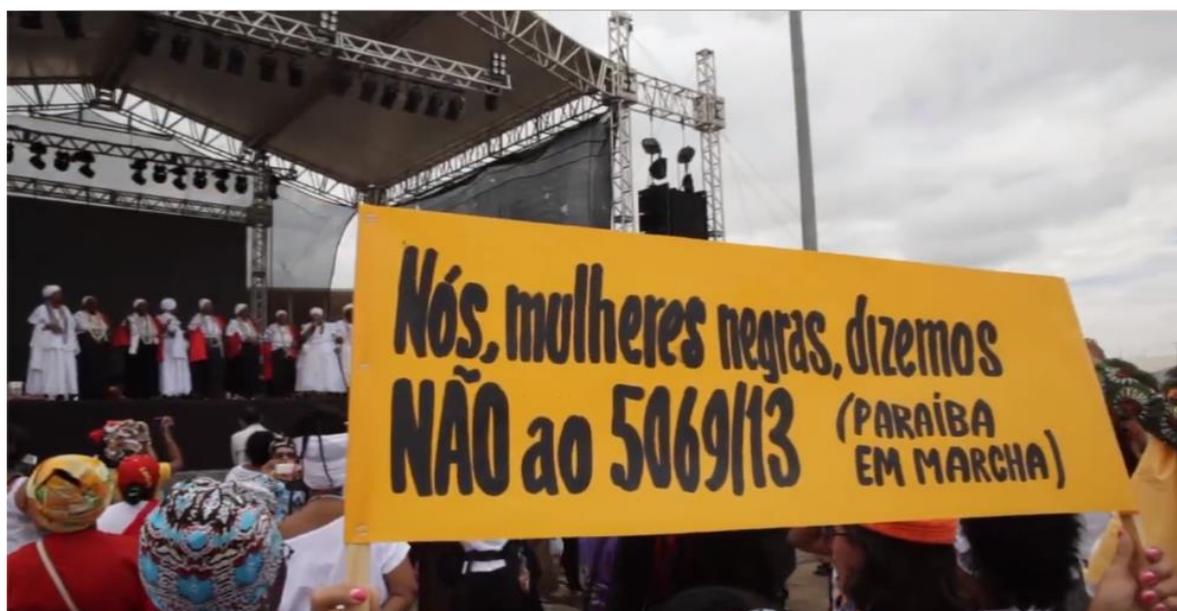
²⁷⁶Disponível em Speech by UN Women Executive Director Phumzile Mlambo-Ngcuka at the March of Black Women in Brazil on 18 November. | UN Women – Headquarters. Acessado em 21/11/2015.



Encontro valoriza cultura (Foto: Acervo/Bamidelê)

Imagem 38

Conjuntura Política e os Impactos na Vida das Mulheres Negras. Diga Não ao PL 5039/2013 - Um retrocesso no que é hoje é um direito as vítimas de violência sexual.



Fonte: Disponível em ONU Mulheres Brasil. (20+) Vídeo | Facebook Acessado em 20/11/2015.

Imagem 39

Campanha de afirmação da identidade negra na Paraíba: Morena, não. Eu sou Negra!



Fonte: Site da Bahiana Escola de Medicina e Saúde Pública.²⁷⁷

Imagem 40

²⁷⁷Disponível em <https://www.bahiana.edu.br/galeria/detalhes/18034/1-marcha-das-mulheres-negras/>. Acessado em 10/06/2019.

Chamada para o Pré-lançamento da Marcha contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver no Maranhão²⁷⁸.

PRE-LANÇAMENTO DA CAMPANHA CONTRA O RACISMO, A VIOLÊNCIA E PELO BOM VIVER

POSTADO EM 20 DE MARÇO DE 2014 ATUALIZADO EM 20 DE MARÇO DE 2014



O Grupo de Mulheres Negra; Movimento Negro, Social e Sindical realizam no próximo dia 21, o pré-lançamento da Campanha Contra o Racismo, a Violência e pelo Bom Viver.

O evento acontece no Dia Internacional pela Luta e Eliminação da Discriminação Racial, instituído pela Organização das

Nações Unidas (ONU).

O pré-lançamento da Campanha terá como palco a sede da Central Única dos Trabalhadores no Maranhão (CUT/MA), Rua Santo Antônio, 294, Centro, a partir das 9h. Na ocasião será oferecido um café da manhã.

Dia Internacional pela Luta e Eliminação da Discriminação Racial

Em 21 de março de 1960, em Joanesburgo, na África do Sul, 20.000 pessoas faziam um protesto contra a Lei do Passe, que obrigava a população negra a portar um cartão que continha os locais onde era permitida sua circulação. Porém, mesmo tratando-se de uma manifestação pacífica, a polícia do regime de apartheid abriu fogo sobre a multidão desarmada resultando em 69 mortos e 186 feridos.

Em memória a este massacre a ONU instituiu 21 de março o dia Internacional de Luta contra a Discriminação Racial.

Fonte: Site da ONU Mulheres.

Imagem 41

Dona Dijé – Coordenadora do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu do Maranhão – MIQCB/MA²⁷⁹



²⁷⁸ Disponível em <https://mulheresnegrasma.wordpress.com/>. Acessado em 27/09/2018.

²⁷⁹ Neste, mulheres negras falam de formas diversas de opressões causadas pelo racismo, machismo e sexismo, e também de suas lutas e enfrentamentos. Publicado em 29 de set de 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=DGTyk60gkG0>. Acessado em 13/08/2017.

Fonte: Vídeo-documentário produzido pelo Movimento de Mulheres Negras do Maranhão. Publicado em 29 de set de 2015.

Imagem 42

Processo formativo/pedagógico – Ensaios fotográficos

MULHERES NEGRAS EM PERNAMBUCO

Ensaio Fotográficos



A ideia dos “ensaios fotográficos” teve a intenção de promover uma reflexão sobre a estética, a partir da afirmação dos cabelos naturais e auto-estima, bem como o papel da identidade racial negra no Brasil, seguidos de amarração de turbantes, maquiagem negra, etc.

04/07/2015 15h13 - Atualizado em 04/07/2015 15h13

Grupo realizará ensaio fotográfico para discutir a beleza negra em Caruaru

Evento ocorrerá na Casa do Boi Tira Teima, localizada na Estação Ferroviária. Integrante do movimento 'Cabelação' ajudará a fazer amarrações de turbantes.

Do G1 Caruaru.



Experiência resultará na divulgação do projeto nas redes sociais. (Foto: Divulgação/Organização do evento)

Com a intenção de promover uma reflexão sobre a estética e o papel da identidade racial negra no Brasil, um grupo de ativistas realizará um ensaio fotográfico neste domingo (5), em **Caruaru**, Agreste de Pernambuco. Para isto, mulheres negras, de qualquer idade, são convidadas a participar do evento que ocorrerá às 15h, na Casa do Boi Tira Teima, localizada na Estação Ferroviária.

Uma das integrantes do movimento 'Cabelação', de Olinda, na Região Metropolitana do Recife, ajudará a fazer amarrações de turbantes com lenços africanos. Ela também discutirá a afirmação dos cabelos naturais e a autoestima das mulheres.

Com Marina Chalegre assinando a fotografia, a experiência resultará na divulgação do projeto nas redes sociais, de acordo a organização. "É uma manifestação da cultura popular e um verdadeiro exemplo de resistência negra na cidade", acredita Gabriela Monteiro, idealizadora.

Serviço

Ensaio Fotográfico de Mulheres Negras em Caruaru

Local: Casa do Boi Tira Teima, localizada na Estação Ferroviária

Dia: 5 de julho

Horário: 15h

Fonte: g1. globo.²⁸⁰

Imagem 43 Processo formativo/pedagógico – Conversa de cozinha

²⁸⁰Disponível em <http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2015/07/grupo-realizara-ensaio-fotografico-para-discutir-beleza-negra-em-caruaru.html>. Acessado em 18/02/2018.

MULHERES NEGRAS EM PERNAMBUCO

Conversa de Cozinha

geledes.org.br/o-pe-na-cozinha-que-nao-esta-na-tv-por-bia-cardoso/

HOME | GELEDÉS | QUESTÕES DE GÊNERO | QUESTÃO RACIAL | EM FALTA | DIVERSIDADE E PRECONCEITO

O pé na cozinha que não está na TV - por Bia Cardoso
22/08/2015 em Mulher Negra, São Lourenço 3 min 20s



Tanto assisto muitos programas de culinária ultimamente. É um tanto que considera referencial nessa relação entre mulheres negras e a cozinha a A Tia Nastácia e o pé na cozinha da Larissa Januário.

Dizer ter o pé na cozinha traveste de lúdico um preconceito sócio-racial que coloca todas nós, mulheres negras, na linha de serviço. Não por opção, mas por condenação. É tão somente pela herança maldita da escravidão.

Inicialmente pensamos em fazer uma conversa na cozinha com arrumadinho e passarmos umas horas conversando sobre o preparo deste alimento mas, principalmente, qual o sentido que ele traz para nós mulheres negras? Quais os sentimentos que a gente traz na construção desse alimento? Então foram três horas de conversa, e esse lugar da cozinha que para nós é um lugar de orgulho, lugar onde todas as pessoas da casa passam. É um espaço também que historicamente foi utilizado para libertar outros irmãos/ãs, comprando alforrias inclusive lá atrás. Pensar na cozinha, no preparo, no alimento é pra lá de sagrado, organizativo, de memória. Um lugar extremamente especial.”

Imagem 44
Mulheres Negras de Sergipe em intervenção urbana contra a redução da
maioridade penal – PEC 115/2015



Fonte: Facebook do Comitê Impulsor da Marcha em Sergipe.²⁸¹

Imagem 45

1º formação política do Comitê Impulsionador Sergipe para a Marcha Nacional de Mulheres Negras – 2015



Fonte: Comitê Impulsor da Marcha em Sergipe.

Fotos: Arquivos pessoal da autora.

Imagem 46

Mulheres Negras de Sergipe presentes na IMMNB contra o racismo e pelo Bem Viver

²⁸¹ Disponível em: <https://www.facebook.com/Comit%C3%AA-Impulsionador-Sergipe-Marcha-Mulheres-Negras-707186622760692/>. Acessado em: 25/11/2015.



Fonte: Comitê Impulsor da Marcha de Mulheres Negras em Sergipe.

Imagem 47
Reunião da RMNN na Sede do Odara Instituto da Mulher Negra.



Fonte: Site do Odara Instituto da Mulher Negra. Reunião da RMNBA, na Sede do Odara Instituto da Mulher Negra – 05/04/2014.

Disponível em <http://institutoodara.org.br/rede-de-mulheres-negras-da-bahia-articula-mobilizacao-da-marcha-pelo-bem-viver-2015/>. Data de publicação: 08 de abr de 2014. Acessado em 05/12/2014



Fonte: Arquivos do Odara Instituto da Mulher Negra.
Reunião da RMNN de 01 a 03/05/2014

Imagem 48

Caravana de Camaçari/BA - Visitas e vivências. De 20 e 21/09/2014

Formação da Rede

Visita a Associação dos Moradores
de Cordoaria

Trilha pelo Rio Joanes



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Imagem 49

Processos formativo-pedagógicos na perspectiva afrocentrada: Caravana de Santo Amaro/BA – 23/08/2014



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Imagem 50
Painel elaborado pela RMNBA - Trajetórias das Caravanas 2014 –
São Francisco do Conde /BA



Fonte: Painel construído pelas mulheres da organização Flor de Lotus. Arquivo pessoal da autora.

Imagem 51

Processos formativo-pedagógicos na perspectiva afrocentrada: São Francisco do Conde/BA

Circularidade na prática



Identidade e diversidade



Formação da Rede



Fonte: Arquivo pessoal da autora

Imagem 52

Processos formativo-pedagógicos na perspectiva afrocentrada: Quilombo Educacional da Ilha, em Vera Cruz/BA



Fonte: Atividade preparatória do Instituto Quilombo Educacional da Ilha – Vera Cruz/BA. Arquivo pessoal da autora. Helen Moreira, a 7ª da esquerda para direita ²⁸²

Imagem 53

Pisa ligeiro, pisa ligeiro, quem não pode com a formiga não atça o formigueiro - Marcha 2015



Fotos: Thais Moreira. AMNB, 2016.²⁸³

²⁸² Ata de Reunião da RMNNE, em Salvador-BA, em 15/05/2014. Arquivo do Odara Instituto da Mulher Negra.

Imagem 54
3ª Edição do Julho das Pretas 2015 - Seminário “A Participação das Mulheres Negras na Política”.

Seminário: A Participação das Mulheres Negras na Política

Mesa 1 “Participação política e poder: mais Mulheres Negras nos Espaços de Poder”.

24 de julho às 9h

Vilma Reis
 Ouvidora da Defensoria Pública do Estado da Bahia;
 Matilde Ribeiro – UNILAB
 Universidade Luso Afro- Brasileira

Elis Souza Santos
 Rede de Mulheres Negras da Bahia
 Sílvia Cerqueira
 Ex-Superintendente da Pesca na Bahia

Sueli Souza
 MNU | Rede de Mulheres Negras da Bahia
 Mediadora

Local: Espaço Cultural da Barroquinha
 Informações: 71 3013 7674
 odarainstituto@gmail.com

Realização:
 Odara

Seminário: A Participação das Mulheres Negras na Política

Mesa 2: “Mulheres Negras um diálogo possível: Contra o Racismo, Violência e Pelo Bem Viver”

24 de julho às 11h

Tia Eron
 Deputada Federal
 Ivete Sacramento
 Secretária Municipal da Reparação

Creuza Oliveira
 Presidente da FENATRAD
 Valdecir Nascimento
 Odara Instituto da Mulher Negra

Célia Sacramento
 Vice-Prefeita de Salvador
 Valquíria Barbosa
 Ex-Vereadora de Salvador

Local: Espaço Cultural da Barroquinha
 Informações: 71 3013 7674
 odarainstituto@gmail.com

Realização:
 Odara

²⁸³E-book Marcha das Mulheres Negras, AMNB, 2016, p. 30. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2016/09/E-book-Marcha-das-Mulheres-Negras-comprimido-20.09.16.pdf>. Acessado em: 21/03/2018.



Seminário: A Participação das Mulheres Negras na Política
 Mesa 3. "Mulheres Negras e as disputas pelo poder: diálogos com as organizações da Rede de Mulheres Negras (Ba) sobre os entraves e desafios". Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver.
 24 de Julho às 14h30









Ligia Margarida Jesus
 Renascer Mulher
 Edileuza Vida Bruno
 Assessora Parlamentar
 Ana Cristina Santos
 Rede Afro- LGBT

Lindinalva de Paula
 (mediadora) Afoxé Kabalaguanzi | RMNB
 Drª Antonia Garcia
 NEIM/UFBA
 Tânia Palma
 SPM/ Salvador

Edileuza Vida Bruno
 Assessora Parlamentar
 Karine Damasceno
 MNU | Rede de Mulheres Negras da Bahia

Local: Espaço Cultural da Barroquinha Informações: 71 3013 7674 odarainstituto@gmail.com

Realização:


Imagem 55
Mesas Temáticas: “A Participação da Mulher Negra na Política: Estratégia e Desafio”



24/07 – TARDE

- 14h30min – 17h30min

Roda de Conversa: “Mulheres Negras e as disputas pelo poder: diálogos com as organizações da RMNB sobre os entraves e desafios”. Contra o Racismo, Violência e Pelo Bem Viver

Ligia Margarida– Renascer Mulher
 Drª Antonia Garcia – NEIM/UFBA;
 Srª Edileuza Vida Bruno – Assessora Parlamentar
 Srª Lindinalva de Paula – Afoxé Kabalaguanzi;
 Ana Cristina – Rede Afro-LGBT
 Karine Damasceno – MNU
 Tânia Palma – Superintendência Municipal de Políticas para as Mulheres - SPM

- 17h30min – 21h:00min

Poesia, Performances Teatral, Show



Mesa 1. “Participação política e poder: mais Mulheres Negras nos Espaços de Poder”.

Vilma Reis – Ouvidora da Defensoria Pública do Estado da Bahia;
 Maria das Dores - Durica – IMENA – Instituto da Mulher Negra do Amapá;
 Sueli Souza – Movimento Negro Unificado - Mediadora
 Matilde Ribeiro – UNILAB – Universidade Luso Afro- Brasileira
 Elis Souza Santos - MNU
 Silvia Cerqueira – Superintendente da Pesca

11h30min – 13h30min

Mesa 2. “Mulheres Negras um diálogo possível: Contra o Racismo, Violência e Pelo Bem Viver “

Sr^a Tia Eron - Deputada Federal/PRB;
 Sr^a Ivete Sacramento – Secretária Municipal da Reparação;
 Sr^a Creuza Oliveira - Presidente da FENATRAD;
 . Sr^a Célia Sacramento - Vice-Prefeita de Salvador
 Sr^a Valquiria Barbosa – Ex-Vereadora de Salvador
 Sr^a Valdecir Nascimento –
 Odara Instituto da Mulher Negra

13h30min – 14h30min - Almoço

Mesa 3. “Mulheres Negras um diálogo possível: Contra o Racismo, Violência e Pelo Bem Viver “

Sr^a Tia Eron - Deputada Federal/PRB;
 Sr^a Ivete Sacramento – Secretária Municipal da Reparação;
 Sr^a Creuza Oliveira - Presidente da FENATRAD;
 . Sr^a Célia Sacramento - Vice-Prefeita de Salvador
 Sr^a Valquiria Barbosa – Ex-Vereadora de Salvador
 Sr^a Valdecir Nascimento –
 Odara Instituto da Mulher

	<p>Negra</p> <ul style="list-style-type: none"> • 13h30min – 14h30min - Almoço
--	---

Imagem 56

4ª edição do Julho das Pretas 2016 - Evento de abertura do Seminário “Mulheres Negras no Foco: Mídia, Representação e Memória”

A TARDE

Notícias › Bahia › Salvador

Sex, 08/07/2016 às 22:32 | Atualizado em: 08/07/2016 às 23:17

Julho das Pretas é aberto com dois dias de debates

Itana Silva

Tags: cidadania julho das pretas seminário salvador agora








A jornalista Maira Azevedo foi uma das convidadas para roda de conversa nesta sexta-feira, 8

Fonte: Cobertura jornalística do Jornal A Tarde – Uol.²⁸⁴

Imagem 57

²⁸⁴ Disponível em <https://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1785006-julho-das-pretas-e-aberto-com-dois-dias-de-debates>. Acessado em 13/06/2017.

5ª edição do Julho das Pretas 2017 - Curso Internacional “Decolonial Black Feminism in The Americas”, dias 16 e 21 de julho de 2017

FEMINISMO NEGRO E DECOLONIAL
numa perspectiva de intervenção
juntos aos movimentos sociais e à produção
17 a 21 de julho | UFRB

INTERNATIONAL SCHOOL OF TRANSNATIONAL DECOLONIAL BLACK FEMINISM

Aula inaugural com Angela Davis
Quando: 17/7
Horário: 10h
Onde: Auditório do Leite Alves CAHL/UFRB

Práticas e desafios dos feminismos negros Mesa redonda
Quando: 21/7
Horário: 15h
Onde: Auditório do Leite Alves CAHL/UFRB

REALIZAÇÃO
ODARA INSTITUTO DA MULHER NEGRA
INSTITUTO CULTURAL STEVE BIKO
DIÁLOGO GLOBAL
COLETIVO ANGELA DAVIS
UFRB
Universidade Federal do Rio de Janeiro

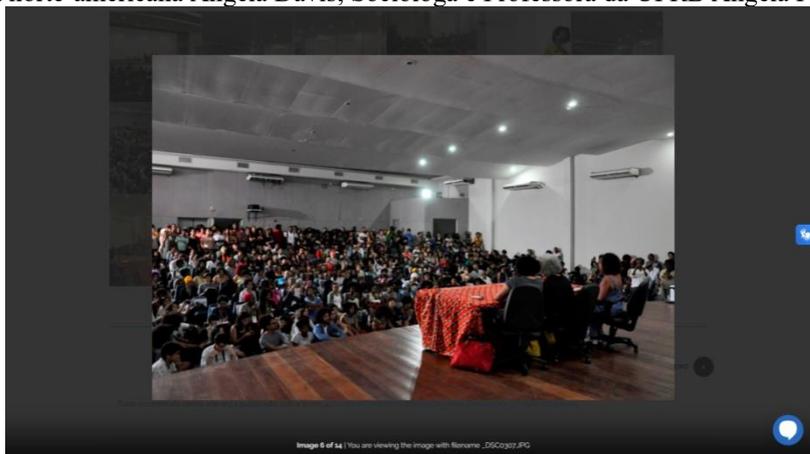
Fonte: Arquivos do Odara Instituto da Mulher Negra

Imagem 58
5ª edição do Julho das Pretas 2017 - Mesa da Conferência de abertura do curso “Decolonial Black Feminism in The Americas”.



Da direita para esquerda Raquel de Souza, (Tradutora e professora do Instituto Cultural Steve Biko);

a filósofa e ativista norte-americana Angela Davis; Socióloga e Professora da UFRB Angela Figueredo.²⁸⁵



Fonte: Arquivos do Odara Instituto da Mulher Negra

Imagem 59
6ª Edição do Julho das Pretas 2018 – “Mulheres Negras Movem o Brasil”: Contra o racismo, a Violência e Pelo Bem Viver



Fonte: Boletim Odara – Outubro/2018

Disponível em: <https://institutoodara.org.br/wp-content/uploads/2018/10/Boletim-ODARA.pdf>. Acessado em 21/09/2019

Imagem 60

²⁸⁵Disponível em: <https://ufrb.edu.br/porta1/noticias/4793-ufrb-recebe-angela-davis-na-abertura-do-curso-black-feminism>. Acessado em 21/01/2018.

6ª Edição do Julho das Pretas 2018: Mulheres Negras Movem Sergipe

facebook.com/pg/redemulheresnegrasdesergipe/posts/

Rede Mulheres Negras de Sergipe

22 de outubro de 2018 ·

MULHERES NEGRAS MOVEM SERGIPE.
O sentimento é de realização. Dever cumprido. Mais de 120 Mulheres Negras de Sergipe se uniram nos dias 19 e 20 para lutar contra o racismo, a violência e pelo bem viver. Na manhã do dia 20, saímos em marcha pelas ruas da cidade reivindicando políticas públicas eficazes e denunciando e repudiando toda forma de opressão e dizendo NÃO AO FASCISMO. Agradecemos os nossos parceiros SINDIPEMA, SINTUFS, SINDIPETRO E REDE DE MULHERES NEGRAS, que acreditaram e nos apoiaram nessa luta anti-racista que é de todos.
A luta continua. A participação de cada mulher negra foi de suma importância para que esse evento acontecesse. Temos certeza que foi um marco na história sergipana. Gratidão a todxs.
RUMO AO ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS + 30 EM GOIÂNIA.



Fonte: Facebook da Rede Mulheres Negras de Sergipe.²⁸⁶

Imagem 61

7ª edição do Julho das Pretas 2019: Mulheres Negras por um Nordeste livre



²⁸⁶ <https://www.facebook.com/pg/redemulheresnegrasdesergipe/posts/>. Acessado em 03/11/2018.



Fonte: Arquivo da Rede de Mulheres Negras da Bahia
Disponível em <https://revistaquilombo.com.br/julho-e-o-movimento-das-mulheres-negras-na-bahia/>. Acessado em 10/08/2019

Imagem 62 Julho das Pretas 2019: Mulheres Negras Movem Sergipe

facebook.com/pg/redemulheresnegrasdesergipe/posts/

Rede Mulheres Negras de Sergipe

Maisa Página inicial

Curtir Seguir Compartilhar ...

22 de outubro de 2018 · 🌐

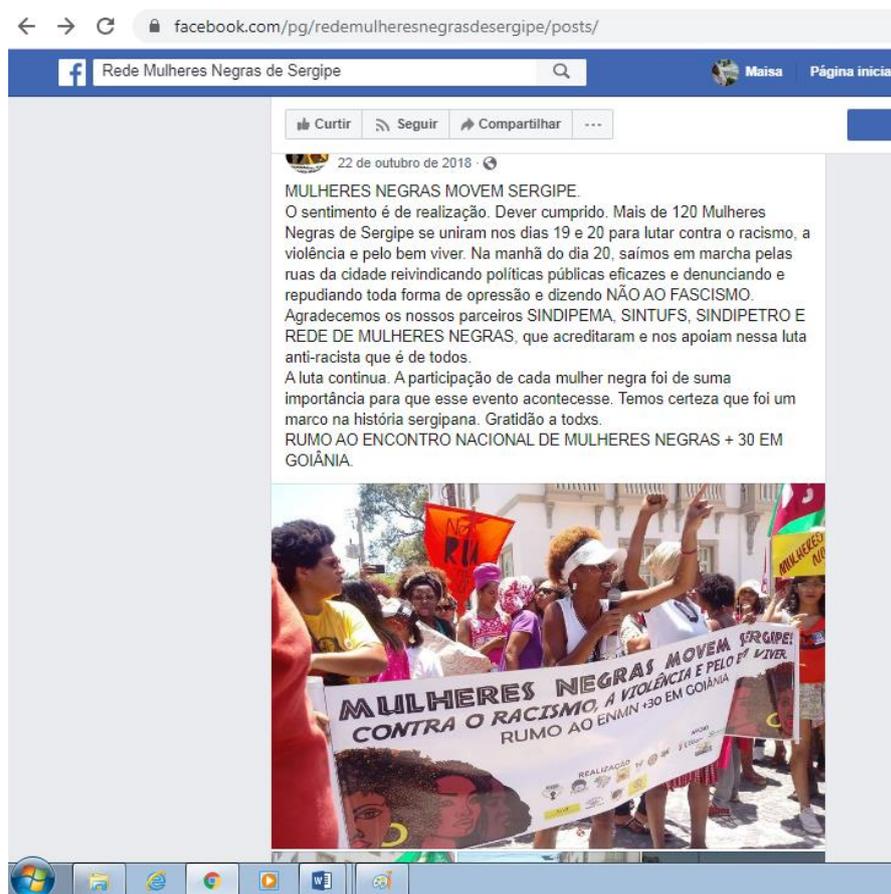
MULHERES NEGRAS MOVEM SERGIPE.
O sentimento é de realização. Dever cumprido. Mais de 120 Mulheres Negras de Sergipe se uniram nos dias 19 e 20 para lutar contra o racismo, a violência e pelo bem viver. Na manhã do dia 20, saímos em marcha pelas ruas da cidade reivindicando políticas públicas eficazes e denunciando e repudiando toda forma de opressão e dizendo **NÃO AO FASCISMO**. Agradecemos os nossos parceiros SINDIPEMA, SINTUFS, SINDIPETRO E REDE DE MULHERES NEGRAS, que acreditaram e nos apoiam nessa luta anti-racista que é de todos.
A luta continua. A participação de cada mulher negra foi de suma importância para que esse evento acontecesse. Temos certeza que foi um marco na história sergipana. Gratidão a todxs.
RUMO AO ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS + 30 EM GOIÂNIA.

Windows Taskbar: Windows, File Explorer, Google Chrome, Microsoft Word, and other applications.

Fonte: Facebook da Rede Mulheres Negras de Sergipe.²⁸⁷

Imagem 60

Julho das Pretas 2019: Mulheres Negras Movem Sergipe



Fonte: Facebook da Rede Mulheres Negras de Sergipe.²⁸⁸

Imagem 65

Ato por Marielle Franco no Fórum Social Mundial

²⁸⁷<https://www.facebook.com/pg/redemulheresnegrasdesergipe/posts/>. Acessado em 03/11/2018.

²⁸⁸<https://www.facebook.com/pg/redemulheresnegrasdesergipe/posts/>. Acessado em 03/11/2018.



Fonte: - Carolina Guimarães

Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/15/ato-por-marielle-franco-marca-manha-desta-quinta-15-no-forum-social-mundial/>

Imagem 66

Mulheres Negras Jovens Fortalecidas na Luta Contra o Racismo e o Sexismo



Fonte: Site do Ibase.²⁸⁹

Imagem 67

Lançamento da Campanha “Parem de nos Matar”, no auditório da OAB – Bahia.²⁹⁰



²⁸⁹ “Encontro Mulheres Negras Jovens Fortalecidas na Luta Contra o Racismo e o Sexismo” é um projeto feito em uma parceria entre Oxfam Brasil, Criola, Ong FASE, Ação Educativa, Inesc, Instituto Pólis e Ibase. Disponível em <https://ibase.br/pt/noticias/2-encontro-jovens-mulheres-negras-feministas-fortalece-o-combate-ao-racismo-e-ao-machismo/>.

²⁹⁰ A Rede de Mulheres Negras da Bahia, em parceria com a Comissão de Promoção da Igualdade Racial da OAB - Bahia, lançam dia 13/07/16, no auditório da seccional, a campanha “Parem de Nos Matar”.



Fonte: Arquivo da Rede de Mulheres Negras da Bahia

Imagem 68
Lançamento da Campanha “Parem de nos Matar”, Praça da Piedade – Salvador/BA





Fonte: Arquivos da RMNBA. ²⁹¹

Imagem69

²⁹¹ Disponível em https://www.facebook.com/paremdenosmatar/photos/?ref=page_internal. Acessado em 22/11/2017.

Fórum Social Mundial (24/04/2018) - Plenária do Fórum Permanente de Mulheres Negras



Fonte: Arquivos do Odara Instituto da Mulher Negra

FIGURAS

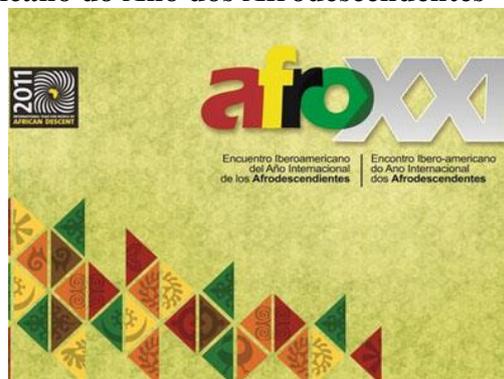
Figura 1
Marcha Nacional na Campanha em Defesa dos Direitos Quilombolas²⁹²

²⁹² Disponível em <https://www.forumjustica.com.br/conaq-realiza-marcha-nacional-em-defesa-dos-direitos-em-quilombolas/>. Acessado em 13/08/2017.



Fonte: Coordenação Nacional da CONAQ

Figura 2
Marca do Encontro Paralelo da Sociedade Civil para o Afro XXI: Encontro Ibero-Americano do Ano dos Afrodescendentes



Fonte: <http://sindladrilhos.com.br/internacional/encontro-ibero-americano-do-ano-internacional-dos-afrodescendentes-comeca-na-proxima-semana>

Figura 3
Marca do I Seminário Nacional Interseccionalidade de Raça e Gênero no Enfrentamento à Feminização DST/Aids



Fonte: Rede de *Mulheres Negras* – PR

Figura 4
Carta das Mulheres Negras em Curitiba/PR.

CARTA DA MARCHA DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS EM CURITIBA – PR

MULHER NEGRA NO PODER



Data de publicação: 20 de nov de 2012

CARTA DA MARCHA DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS EM CURITIBA – PR

Nós, mulheres negras, vindas de vários estados do Brasil, reunidas no VII Seminário Mulheres Negras e Saúde e no I Seminário Nacional Interseccionalidade de Raça e Gênero no Enfrentamento a Feminização DST/Aids, realizados pela Rede Mulheres Negras – PR, em Curitiba – PR, de 09 à 13 de novembro de 2012, vimos por meio desta, comunicar que no ano de 2015 nós mulheres negras brasileiras marcharemos contra o Racismo e pelo bem viver. Acreditamos que a marcha das mulheres negras é fundamental para denunciar aos diferentes setores do Estado e da sociedade brasileira a situação em que se encontram as 49 milhões de mulheres negras no país.

Fonte: Site do Odara Instituto da Mulher Negra

Figura 5
Reunião Geral da Articulação de Organização de Mulheres Negras Brasileiras – AMNB, em setembro/2013, Rio de Janeiro²⁹³

²⁹³ Disponível em http://www.amnb.org.br/view_galeria.asp?id=6. Acessado em 29/09/2019.

OBSERVATÓRIO
Brasil da
IGUALDADE
DE GÊNERO



Boletim Observa Gênero Nº 38 - julho a setembro de 2013 - Ano 5

	MOVIMENTO DE MULHERES	POLÍTICAS PÚBLICAS	
Violência contra as mulheres	Foram divulgados, no mês de setembro, os vídeos vencedores do concurso "Em briga de marido e mulher se mete a colher", promovido pelo Instituto Avon. O concurso tem o objetivo de incentivar denúncias de casos de agressão. Para assistir aos vídeos, clique aqui <small>Fonte: Agência Patrícia Gabriel</small>	- O 6º Festival Latinidades foi um dos destaques do mês de julho, em Brasília. Organizado com apoio da SPM, o festival amplia a arena de diálogo a partir do tema central Arte e Cultura Negra - Memória Afrodescendente e Políticas Públicas. A programação do festival contemplou mesas de diálogo, debates sobre a temática, oficinas e performances musicais. Leia mais. <small>Fonte: SPM</small>	Raça e Gênero
Raça e Gênero	A Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB) realizou, entre os dias 27 e 28 de setembro, no Rio de Janeiro, o Seminário Nacional: "Democracia e desenvolvimento sem racismo - Por um Brasil afirmativo". Os resultados do encontro serão divulgados em novembro, em Brasília, na III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial. Leia mais.	A VII Jornada da Lei Maria da Penha, que ocorreu em Brasília, no dia 7 de agosto, foi marcada por debates entre o governo federal e o sistema de justiça. O encontro teve como objetivo discutir métodos mais eficazes na aplicação da Lei, assim como fomentar o debate acerca do combate à violência doméstica e fa-	Violência contra as Mulheres

Fonte: Observatório Brasil do Boletim Observa Gênero. Julho a setembro de 2013. ²⁹⁴

Figura 6
Card Comemorativo do êxito da I MMNB



Fonte: Arquivo do Odara Instituto da Mulher Negra

Figura 7
Dicas importantes de saúde para se manter em forma e fazer uma boa Marcha.

²⁹⁴ Disponível

emfile:///C:/Users/Samsung/Downloads/Boletim%20Observat%C3%B3rio%20de%20G%C3%AAnero%20-%2038.pdf. Acessado em 12/07/2019.

facebook.com/Comitê-Impulsionador-Sergipe-Marcha-Mulheres-Negras-707186622760692/

Comitê Impulsionador Sergipe Marcha Mulheres Negras

Maisa Página inicial Criar

Curtiu Seguindo Compartilhar

Comitê Impulsionador Sergipe Marcha Mulheres Negras
17 de novembro de 2015

**MULHERES NEGRAS em
marcha com saúde!**

Nós do Coletivo de Médicas/os Negras/os Peseshet vimos respeitosamente e orgulhosamente, através destas curtas informações, contribuir para a manutenção da Saúde da População Negra, durante a tão importante **Marcha das Mulheres Negras em 2015**. Esperamos que seja de grande utilidade!

Algumas dicas:

- Ande sempre com garrafa de água;
- Se você é diabética ande com uma fruta ou suco na bolsa;
- Evite bebidas com álcool, porque contribuirão para sua desidratação;
- Evite comidas e bebidas ricas em sal, açúcar e cafeína para evitar retenção de líquido e aumento da pressão;
- Vá ao banheiro urinar sempre que tiver vontade;

Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo, Violência e pelo Bem Viver
16 de novembro de 2015

Algumas dicas importantes pelo BEM VIVER!

Você e 1 outra pessoa

Curtir

https://www.facebook.com/Comitê-Impulsionador-Sergipe-Marcha-Mulheres-Negras-707186622760692/#

Fonte: Comitê Impulsor da Marcha de Mulheres Negras em Sergipe

Figura 8
Comunicado do Comitê Impulsor informando os horários e locais de concentração da Marcha



Fonte: Comitê Impulsor da Marcha de Mulheres Negras em Sergipe.

Figura 9

Informações sobre como garantir a alimentação na Marcha das Mulheres Negras



Fonte: Comitê Impulsor da Marcha de Mulheres Negras em Sergipe.

Figura 10

Marcha de Mulheres Negras 2015 – Programação Cultural de 16 a 18/11/2015

PROGRAMAÇÃO

MARCHA DAS MULHERES NEGRAS 2015

SEGUNDA – 16 DE NOVEMBRO

9h as 12h	Cuidado entre ativistas para aliviar e curar as dores da violência	Guacira Cesar de Oliveira	Auditório I Museu Nacional da República	Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB Articulação Feminista MarcoSurUniversidade Livre Feminista e CFEMEA
14h as 16h	Os saberes tradicionais e a saúdegrãos	Verônica Lourenço da Silva	Auditório I Museu Nacional da República	Sapatá - Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras
14h as 16h	Negra Soul Identidade e Autoestima	Regina Recalde da Fonseca Cotrim	Auditório II do Museu Nacional da República	
16h as 18h	Arte Cultura e Pensamento Afrofuturista	Leila Lopes	Auditório I do Museu Nacional da República	Egrégora afrofuturista
	Violência	Mariana de Melo Pessanha	Auditório II do Museu Nacional da República	

TERÇA – 17 DE NOVEMBRO

9h as 12h	Roda de conversa sobre a luta contra o racismo, a violência e pelo bem viver na perspectiva feminista	Guacira Cesar de Oliveira	Auditório I do Museu Nacional da República	Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB Articulação Feminista MarcoSurUniversidade Livre Feminista
9h as 12h	Mulher negra, programa bolsa família e a assistência social	Lucimar Alves Martins	Auditório II do Museu Nacional da República	
9h as 18h	Abertura da Feira Kinah		Ginásio Nilson Nelson	
14h	Comissão Geral "Realidade da Mulher Negra Brasileira"	Congresso Nacional	Plenário da Câmara Federal	
14h as 16h	Do Estatuto da Igualdade Racial à Marcha das Mulheres Negras	Rosalia Lemos	Auditório I do Museu Nacional da República	ELÉÉKÓ: Gênero, Desenvolvimento e Cidadania - Comitê Impulsor de Niterói
16h as 17h	Vozes de mulheres negras na obra de Cidinha da Silva	Cidinha da Silva	Auditório II do Museu Nacional da República	
14h as 16h	Customização de camisetas	Jacqueline da Silva Ferreira Trajano	Área Externa do Museu Nacional da República	Promotora em saúde da população negra da SMS de Porto Alegre
14h as 16h	Oficina de Turbante	Dete Lima	Área externa do Museu Nacional da República	Grupo Ilê Aiyê
17h as 18h	Lançamento do Filme/Livro História de Laudelina	Cleusa Silva	Auditório I do Museu Nacional da República	
17h as 18h	Lançamento de Livros		Auditório II do Museu Nacional da República	
16h as 18h	Rainhas Coroadas na Beleza Étnica	Adelina Benedita Alves Santiago	Área Externa do Museu Nacional da República	Educadores Populares - CCB
19h	Exibição do filme "Reze Antes que o Diabo Volte"		Ginásio Nilson Nelson	
19h	Filme: Das Raízes as Pontas	Flora Egécia	Cine Brasília	

QUARTA – 18 DE NOVEMBRO

8h30min	Concentração - Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver 2015	Ginásio Nilson Nelson
09h30 as 13h	Ato de abertura da Marcha Roteiro: Ginásio Nilson Nelson, Eixo Monumental, Museu da República, Segue Eixo Monumental, Congresso Nacional, encerra no Ginásio Nilson Nelson.	Ginásio Nilson Nelson
13h as 17h	Encerramento e Show das "Mulheres Negras Pelo Bem Viver"	Ginásio Nilson Nelson

Fonte: Comitê Impulsor da Marcha das Mulheres Negras 2015
Disponível em: <https://mamapress.wordpress.com/category/marcha-das-mulheres-negras/>

Figura 11
Programação Cultural: Show das Mulheres Negras pelo bem viver



Fonte: Comitê Impulsor da Marcha de Mulheres Negras em Sergipe.²⁹⁵

Figura 12
Iª reunião de formação das comissões de comunicação e mobilização da Rede de Mulheres Negras do Nordeste.²⁹⁶

²⁹⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/Comit%C3%AA-Impulsionador-Sergipe-Marcha-Mulheres-Negras-707186622760692/>. Acessado em 17/10/2016.

²⁹⁶ Disponível em <https://odarainstituto.wordpress.com/2013/09/03/odara-realiza-1a-reuniao-de-formacao-da-rede-de-mulheres-negras-do-nordeste/>. Acessado em 11/08/2015.

Odara realiza Iª reunião de formação da Rede de Mulheres Negras do Nordeste.

Publicado em 3 de setembro de 2013 por [odara instituto](#)



De 06 a 08 de setembro, o Odara – Instituto da Mulher Negra realiza a primeira reunião de formação das representantes das comissões de comunicação e mobilização da Rede de Mulheres Negra do Nordeste, no Hotel Vila Velha, em Salvador/BA.

A reunião tem como objetivo dar continuidade ao processo de organização e estruturação da Rede de Mulheres Negra do Nordeste criada em abril deste ano, em Recife. O encontro contará com a participação de duas representantes de organizações de mulheres negras, feministas e de lésbicas negras dos nove estados do Nordeste, que compõe a comissão de mobilização e comunicação da Rede.

A Rede é uma das ações do projeto “Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste” que tem como principal propósito construir um processo de rearticulação e mobilização das organizações de jovens, mulheres e lésbicas negras do Nordeste, que venha a fortalecer essas organizações na luta pelo combate ao racismo, sexismo e lesbofobia.

A reunião é a primeira atividade de formação do ciclo de ações, após o lançamento da Rede, previstas na agenda de mobilização a serem realizadas durante este ano com o apoio institucional da Ford Foundation. Até o final de 2013, o projeto deverá articular, mobilizar e mapear todas as organizações de mulheres e lésbicas negras do Nordeste.

Fonte: Extraído do site do Odara Instituto da Mulher Negra

Figura 13
Planejamento dos trabalhos da Rede de Mulheres Negras do Nordeste²⁹⁷

²⁹⁷Informações extraídas do Relatório parcial da reunião da Rede de Mulheres Negras do Nordeste/Marcha de Mulheres negras 2014, em 01 a 03/05/2014, Salvador/BA.

IDENTIFICAÇÃO DAS PARTICIPANTES	DATA: 01, 02, 03 /05/2014 INÍCIO: 14HORAS
Valdecir Pedreira, Maísa Vale, Érika Souza e Ana Paula (Odara - BA), <u>Josenira Luz</u> (Mãe Andresa - MA), <u>Terlúcia Silva</u> (Bamidelê/PB), <u>Halda Regina</u> (Ayabás-PI), Vera Baroni (Ujala Mukaji - PE), Piedade Marques - PE. Convidadas Ivana Leal (GO) Regina Adami (DF), <u>Érika Loraine</u> (EUA)	
INFORMES/ ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	
<p>2 – Apresentação da pauta deste encontro:</p> <p>01/05 – Núcleo Gestor – Das 10h00 às 18h00. Avaliação da atuação da Rede / Novas Estratégias para a Construção da Rede de Mulheres Negras nos Estados.</p> <p>02/05 – Marcha de Mulheres – Um olhar sobre a marcha - as 14h00 às 19h00. Situação atual da marcha – Regina Adami. Em seguida Estratégias para Construção da marcha - Logomarca da Marcha, Mobilização, Capacitação de recursos, Fortalecimento das Redes Estaduais, Data da marcha, Cronograma e o que ocorrer.]</p> <p>03/05 - Oficina de Captação de Recursos – Das 09h00 às 16h00. <u>Oficineira</u> – <u>Srª Renata Thereza Fagundes Cunha</u> – Sesi/PR.</p>	
1. AVALIAÇÃO DA ATUAÇÃO DA REDE	

Fonte: Informações extraídas do Relatório parcial da reunião da Rede de Mulheres Negras do Nordeste/Marcha de Mulheres negras 2014, em 01 a 03/05/2014, Salvador/BA.

Figura 14
Impactos significativos pontuados nos anos que antecederam a I MMNB -
Cronograma de atividades da Rede de Mulheres Negras do Nordeste²⁹⁸

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA REDE DE MULHERES NEGRAS
DO NORDESTE /RUMO A MARCHA DE MULHERES NEGRAS

ATIVIDADE	ESTADO	MÊS/ANO	RESPONSÁVEL
Lançamento da Marcha com o Movimento Sindical.	Maranhão	Maio	Josanira Luz
Consulta Popular sobre – Quais são as questões inegociáveis para as Mulheres Negras?	Todas as Mulheres Negras do Brasil.	Maio	Vera Barone e Piedade Marques
Reunião Nacional da Coordenação da Marcha.	Brasília	Maio - 29 e 30	Regina Adami
Consultar Sueli Carneiro, Rosane Borges e Lúcia Xavier para construir o Manifesto Nacional para o Lançamento da Marcha.	Brasília	Maio	Regina Adami
Contato com Edvaldo Brito – análise sobre tributos e mulher negra;	Salvador	Maio	Valdecir
Articulação do “Julho das Pretas” na região nordeste e demais estados.	Estados do Nordeste, Goiás, Minas.	Maio a Julho 16/05 até 25/07	Núcleo Gestor da Rede Nordeste – Vera Baroni, Valdecir Nascimento, Josanira Luz, Halda Regina, Terlúcia Silva.

Fonte: Informações extraídas do Relatório parcial da reunião da Rede de Mulheres Negras do Nordeste/Marcha de Mulheres negras 2014, em 01 a 03/05/2014, Salvador/BA.

Figura 15
Dia das Mulheres Negras da América Latina e do Caribe - Debate Racismo e Violência
Contra as Mulheres Negras da Paraíba – 31/07 a 02/08/2015.²⁹⁹

²⁹⁸Informações extraídas do Relatório parcial da reunião da Rede de Mulheres Negras do Nordeste/Marcha de Mulheres negras 2014, em 01 a 03/05/2014, Salvador/BA.

²⁹⁹ Dados disponível em <http://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2015/07/evento-debate-racismo-e-violencia-contra-mulheres-negras-na-paraiba.html>. Acessado em 05/04/2016.

31/07/2015 09h01 - Atualizado em 31/07/2015 09h01

Evento debate racismo e violência contra mulheres negras na Paraíba

Encontro começa nesta sexta-feira (31) e segue até domingo (2).
Evento é atividade preparatória para a Marcha de Mulheres Negras.

Do G1 PB

f FACEBOOK



Encontro prepara para Marcha das Mulheres Negras 2015 (Foto: Acervo/Bamidelê)

João Pessoa sedia a partir desta sexta-feira (31) o I Encontro Estadual das Mulheres Negras da Paraíba. O evento acontece até domingo (2) e a expectativa da organização é de que aproximadamente 100 mulheres participem do encontro, que marca as comemorações relativas ao Dia das Mulheres Negras da América Latina e do Caribe, comemorado no dia 25 de julho.

O encontro é uma atividade preparatória para a Marcha de Mulheres Negras 2015 – contra o racismo, a violência e pelo bem viver, que vai contar com uma delegação paraibana e mobilizar mulheres de todo o país, em

Brasília, no dia 18 de novembro. A Marcha tem como objetivo construir estratégias para enfrentar o racismo e o sexismo e também fortalecer as organizações de mulheres negras.

Fonte: Site do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia.³⁰⁰

Figura 16 Campanha de Promoção da Identidade Negra na Paraíba³⁰¹.

³⁰⁰Disponível em <https://soscorpo.org/3107-a-0208-i-encontro-estadual-das-mulheres-negras-paraiba-rumo-a-marcha2015/>. Acessado em 12/06/2016.

³⁰¹Disponível em <https://www.facebook.com/negrasbamidele/photos/a.259179127477219.60983.256785111049954/728187460576381/?type=3&theater>. Acessado em 23/08/2018.

AFIRME SUA NEGRITUDE

**Moren@, não.
Eu sou negr@!**

**CAMPANHA
DE PROMOÇÃO
DA IDENTIDADE
NEGRA
NA PARAÍBA**

"A afirmação da identidade negra se constitui como um dos pilares para o enfrentamento ao racismo e pela promoção da igualdade racial"

Site: www.bamidele.org.br
 Blog: negrasbamidele.blogspot.com
 twitter: @negrasbamidele
www.facebook.com/ongnegrasbamidele
 email: bamidele@uol.com.br

Global Fund for Women
 elas
 CESE

Fonte: Extraído do facebook da Bamindelê

Figura 17
Abertura do I Encontro Estadual de Mulheres Negras da Paraíba – 31/07 a 02/08/2015

← → ↻ soscorpo.org/3107-a-0208-i-encontro-estadual-das-mulheres-negras-paraiba-rumo-a-marcha2015/

Home » #lutafeminista » 31/07 a 02/08 - I Encontro Estadual das Mulheres Negras - Paraíba Rumo a Marcha/2015

31/07 a 02/08 – I Encontro Estadual das Mulheres Negras – Paraíba Rumo a Marcha/2015

Publicado por SOS Corpo em 31 de julho de 2015 - Nenhum Comentário

A educadora do SOS Corpo Analba Brazão participa nesta sexta do painel de abertura do 1o. Encontro Estadual de Mulheres Negras da Paraíba. A abertura contará também com a presença de Vera Baroni (AMNB e Rede de Mulheres Negras).

O encontro, alusivo ao "25 de julho", acontecerá em João Pessoa, de 31/07 a 02/08, tendo como objetivos aprofundar o debate sobre o racismo e seus reatamentos na vida das mulheres negras, buscando fortalecer a autoestima individual e coletiva das mulheres negras e discutir pautas e demandas específicas desse segmento na Paraíba. Num ano de grandes mobilizações, as organizadoras do encontro pretendem debater e reafirmar estratégias de mobilização, no estado, rumo à Marcha de Mulheres Negras que acontecerá em 18 de novembro deste ano, em Brasília.

O encontro é uma realização da Bamidelé e Comitê Impulsor Paraibano da Marcha das Mulheres Negras 2015, em parceria com a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras, Articulação de Mulheres Brasileiras e Rede de Mulheres Negras do Nordeste.



Windows taskbar icons: Internet Explorer, Firefox, Chrome, VLC, Word, Paint.

Fonte: Site do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia.³⁰²

Figura 18 Chamada de Reunião pelo Comitê Impulsor da Paraíba – 25/08/2015³⁰³

³⁰²Disponível em <https://soscorpo.org/3107-a-0208-i-encontro-estadual-das-mulheres-negras-paraiba-rumo-a-marcha2015/>. Acessado em 12/06/2016.

³⁰³ Disponível em <https://www.facebook.com/negrasbamidele/photos/a.259179127477219.60983.256785111049954/743577762370684/?type=3&theater>. Acessado em 23/08/2018.



Fonte: Facebook do Comitê Impulsor da Marcha na Paraíba³⁰⁴

Figura 19

Oficina de Fotografia Olhares de Caiana dos Crioulos – Metodologias adotadas pelo Comitê Impulsor da Paraíba em torno da marcha³⁰⁵



Fonte: Facebook do Comitê Impulsor da Marcha na Paraíba³⁰⁶

Figura 20

Chamada do Comitê Impulsionador de Sergipe para a IMMNB

³⁰⁴Disponível em <https://soscorpo.org/3107-a-0208-i-encontro-estadual-das-mulheres-negras-paraiba-rumo-a-marcha2015/>. Acessado em 12/06/2016.

³⁰⁵Fala extraída do site do SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia. Disponível em <https://soscorpo.org/a-marcha-tera-o-tamanho-da-nossa-forca-e-nos-temos-muita-forca/>. Acessado em 23/08/2018.

³⁰⁶Disponível em <https://soscorpo.org/3107-a-0208-i-encontro-estadual-das-mulheres-negras-paraiba-rumo-a-marcha2015/>. Acessado em 12/06/2016.

MARCHA NACIONAL DE MULHERES NEGRAS



"Contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver!"
18 DE NOVEMBRO/2015 – BRASÍLIA/DF

Esta é uma iniciativa de articular as mulheres negras brasileiras marchando contra as injustiças da nossa sociedade. Nós, mulheres negras, continuamos na base da pirâmide social, recebendo menos que os homens brancos, as mulheres brancas e os homens negros.

Sob nós pesa o conjunto de opressões como racismo, machismo, classismo e outros. E a luta contra a redução da maioridade penal reflete em nossa pauta.

Nosso posicionamento é contrário à redução, pois a população negra e pobre é a que sentirá maiores consequências. Diminuir a maioridade penal é fechar os olhos para o sofrimento de irmãs negras e ter a prisão como uma solução aceitável. É ignorar o sistema racista que quer encarcerar nossa população, sujeitando cada vez mais mulheres ao controle de seus corpos pelo Estado que as humilha a cada visita através da revista vexatória.

As mulheres negras dizem não à redução da maioridade penal! Chega de revista vexatória!

JUNTE-SE A NÓS! ESTAMOS EM MARCHA!
NÚCLEO IMPULSOR DO ESTADO DE SERGIPE



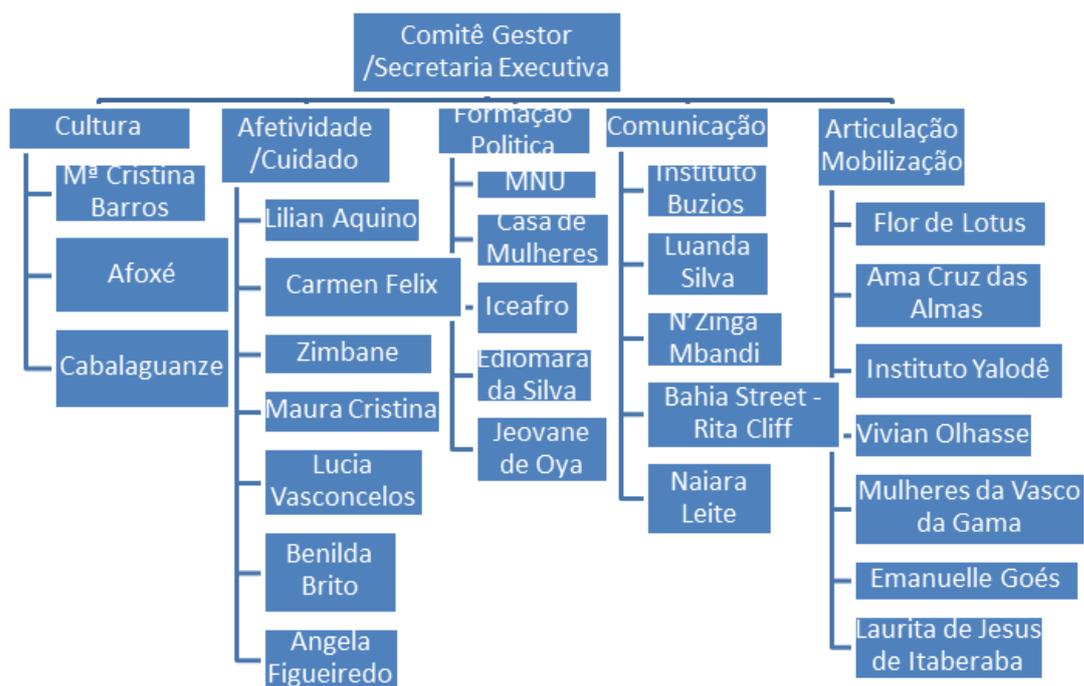
Comitê-impulsionador-Sergipe-Marcha-Mulheres-Negras



Fonte: Facebook do Comitê Impulsor da Marcha em Sergipe.³⁰⁷

Figura 21
Rede de Mulheres Negras da Bahia (RMNBA) - Estrutura Organizacional

³⁰⁷Disponível em: <https://www.facebook.com/707186622760692/photos/rpp.707186622760692/783315435147810/?type=3&theater>. Acessado em 25/11/2015.



Fonte: Arquivos do Odara Instituto da Mulher Negras. ³⁰⁸

Figura 22
Programação da Caravana de Camaçari

³⁰⁸ Ata de Fundação da Rede de Mulheres Negras da Bahia, de 26 de abril de 2014.

PROGRAMAÇÃO

Dia 20/09/2014	Horário	Item	Local
	08h:00min às 10h:00min	Acolhimento/Café da Manhã.	Arembebe/Sispec - Colônia de férias.
	10h:00min às 12h:00min	Apresentação da Rede de Mulheres.	Arembebe/Sispec - Colônia de férias.
	12h:00min às 14h:00min	Almoço.	Arembebe/Sispec - Colônia de Férias.
	14h:00min às 15h:00min	Hora do aconchego Depoimento, desabafo.	Arembebe/Sispec - Colônia de Férias.
	15h:00min às 17h:30min	Formação da Rede.	Arembebe/Sispec - Colônia de Férias.
	17h:30min às 19h:00min	Jantar.	Arembebe/Sispec - Colônia de Férias.
	19h:00min às 20h:00min	Cinema.	Praça das Amendoeiras.
	20h:00min às 0h:00min	Noite Cultural (Grupo Feminino de Capoeira, Grupo Espermacete, Chegança e Levada Nívea Mafuane)	Praça das Amendoeiras.
Dia 21/09/2014			
	07h:30min	Saída Sispec	Destino Cordoaria/Associação
	08h:30min	Café da Manhã	Cordoaria/Associação
	10h:00min	Saída Associação	Destino Rio Joanes/Vivência.
	11h:30min	Saída Rio Joanes/Vivência	Destino Terreiro de Jauá.
	12h:30min	Almoço.	Terreiro de Jauá.
	14h:00min	Saída Terreiro de Jauá	Destino Praça das Amendoeiras/Praia
	17h:00min	Encerramento	Destino local de origem

Associação de Mulheres Ativas – AMA

Associação Cultural Zimbabwe – ACZ

Negra Magna

Kiazala Silva

Fonte: Relatório de Atividades da RMNBA. Arquivo interno do Odara Instituto da Mulher Negra.

Figura 23
Chamada da RMNBA para a Caravana de São Francisco do Conde



Fonte: Arquivo do Odara Instituto da Mulher Negras

Figura 24

Programação da Caravana de São Francisco do Conde CARAVANA DE MULHERES NEGRAS PARA SÃO FRANCISCO DO CONDE

QUEM É? REDE MULHERES NEGRAS DA BAHIA

ONDE? São Francisco do Conde – UNILAB

QUANDO: 23/08/14

POR QUE? Pela construção de modos sustentáveis de vida, pela radicalização da democracia e do bem viver.

PROGRAMAÇÃO:

08:30h - Acolhimento com a Comissão de Afetividade e café solidário

09:30h - Recepção das representantes do município (Flor de Lótus de NUDEAM)

09:50h - Homenagem a Prefeita ~~Rilza~~ Valentim

10:20h - Fala sobre a Lei 13 de maio

11:00h - Avaliação sobre a atividade de 25 de julho

12:30h - Almoço

14 as 14h30min - Roda de conversa - Racismo e Sexismo: Desafios para emancipação das mulheres negras.

Palestrante: Ex-ministra ~~Sr~~ Matilde Ribeiro

14:30 - Grupo de trabalhos / perguntas geradoras a partir da mesa anterior

15:30 as 16:30 - Sistematização

16:30h - Apresentação de samba com Isabel Nogueira.

17:00h - Retorno da Caravana

"Vem pra marcha você também, vem!"

Fonte: Arquivo do Odara Instituto da Mulher Negra

Figura 25

3ª edição do Julho das Pretas 2015 – Chamada para o Seminário: Mulher Negra! O que esperar dessa sociedade

NOTÍCIAS

Julho das Pretas

Publicada em 16-07-2015

Rede de Mulheres Negras de Santo Amaro realiza Seminário "Mulher negra! O que esperar dessa sociedade...?", no próximo dia 19 de julho às 8h na Casa do Samba em Santo Amaro.

SEMINÁRIO
Mulher Negra!
O que esperar dessa sociedade?



19 de Julho de 2015 - Santo Amaro



Mulher negra! O que esperar dessa sociedade...?

Fonte: ASSEBA – Samba de Roda Bahia

Figura 26
3ª edição do Julho das Pretas 2015 - Programação - Seminário: Mulher Negra! O que esperar dessa sociedade –

19 de Julho de 2015 - Santo Amaro



Mulher negra! O que esperar dessa sociedade...?

Data: 19 de julho de 2015
 Local: Casa do Samba - Rua do Imperador, 01. Centro - Santo Amaro.
 Horário: das 8hs às 16hs30mn

PROGRAMAÇÃO

8hs - Credenciamento
 8hs30mn - Mesa de abertura
 9hs - Palestra: A visibilidade da mulher negra na sociedade baiana
 * Palestrante: Lindinalva de Paula
 10hs - Rodadas de perguntas
 10hs20mn - Lanche
 10hs40mn - Mesa Redonda: Mulher Negra - Afetividade/Sexualidade/Saúde.
 Palestrantes: Ana Bispo; Valdeci nascimento; Suely Santos
 12hs10mn - Almoço
 13hs30mn - Rodas de conversa
 15hs - Apresentação dos grupos
 15hs30mn - Apresentação cultural / lanche

[Listar todas as notícias](#)

Fonte: ASSEBA – Samba de Roda Bahia

Figura 27
5ª edição do Julho das Pretas 2017 – Lançamento do Movimento de Mulheres Negras Dandara do Sisal

Julho das Pretas
11 de julho de 2017 · 🌐

#JulhodaPretas #Serrinha

Movimento de Mulheres Negras Dandara do Sisal.



No próximo dia 19 de julho mês em que se comemora o Julho das Pretas, a Rede de Mulheres Negras do Estado da Bahia realizará a partir das 14:00, no auditório da UNEB Campus XI, Serrinha/Ba, o lançamento do Movimento de Mulheres Negras Dandara do Sisal "Representação e representatividade da mulher negra em Serrinha e na Bahia. Aberto ao público a atividade faz parte das mobilizações do julho das Pretas.

O objetivo do lançamento do Movimento de Mulheres Negras Dandara do Sisal é para dar continuidade e subsidiar Políticas públicas com foco na superação do racismo, das desigualdades sociais, da violência contra as mulheres, na saúde que atingem a população negra, historicamente excluída da Sociedade.

Desta forma convidamos todas e Todos para estarem presentes nessa atividade construindo igualdade de Direitos.

Movimento de Mulheres Negras
DANDARA do SISAL
COBERTURA
GN NEWS
www.galonegro.com

Fonte: Arquivo da Rede de Mulheres Negras da Bahia

Figura 28
7ª Edição do Julho das Pretas 2019: “Mulheres Negras por um Nordeste livre”



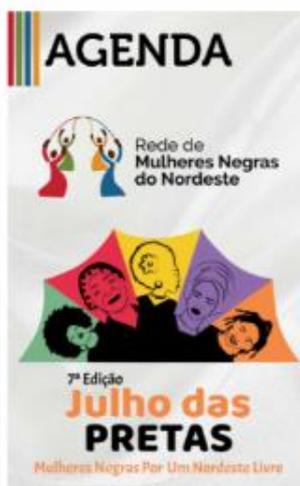
Boletim Especial Julho das Pretas 2019



A REDE DE MULHERES NEGRAS DO NORDESTE ANUNCIOU

E O JULHO DAS PRETAS 2019 FOI MULHERES NEGRAS POR UM NORDESTE LIVRE

FORAM AO TODO 46 ATIVIDADES ORGANIZADAS EM PARCERIA COM A REDE NORDESTE



A 7ª edição do Julho das Pretas teve como tema "Mulheres Negras Por Um Nordeste Livre". A chamada foi proposta pela Rede de Mulheres Negras do Nordeste e acolhida por centenas de organizações, coletivos e ativistas da região, demarcando a resistência histórica das mulheres negras da nossa região nas lutas por liberdade, igualdade e pela democracia. Somos o grupo humano brasileiro que mais disse não ao fascismo nas urnas em 2018. Somos a mão de obra que move o motor do desenvolvimento no Brasil. Somos a contribuição política intelectual que pensa e constrói a sociedade brasileira em toda sua história, e ainda assim somos constantemente apagadas, silenciadas, violadas, e por isso este ano toda região Nordeste grita por liberdade. Construímos os caminhos de liberdade

contra o racismo, o sexismo, a violência policial, o feminicídio, o encarceramento em massa e as diversas formas de terrorismo do Estado.

Publicado em: 30 de out de 2019

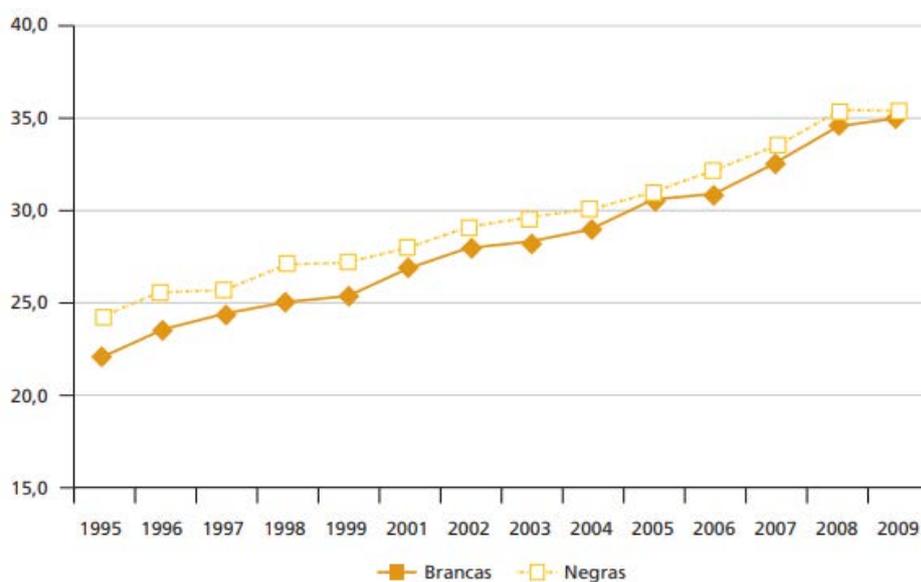
Fonte: Site do Odara Instituto da Mulher Negra

GRÁFICOS

ANEXO B

Gráfico 1

Histórico da proporção de famílias chefiadas por mulheres, segundo a raça/cor – Brasil (1995-2009) (Em %).³⁰⁹



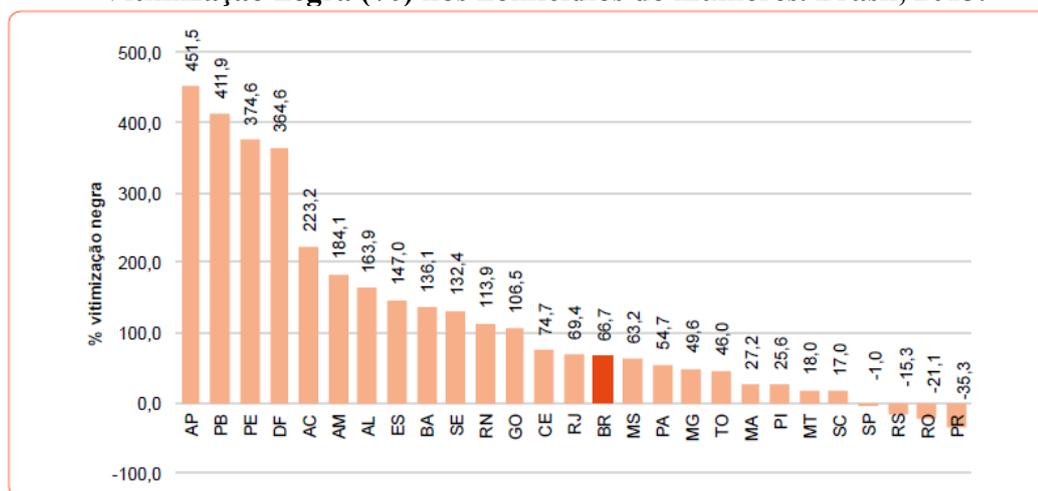
Fonte: Ipea et al. (2011).

Obs: 1. A PNAD não foi realizada no ano de 2000; 2. Em 2004 passa a contemplar a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Pará e Amapá.

³⁰⁹ Elaboração do Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil – 2013, p. 27. Disponível em <https://www.mdh.gov.br/biblioteca/igualdade-racial/dossie-mulheres-negras-retrato-das-condicoes-de-vida-das-mulheres-negras-no-brasil>. Acessado em 13/10/19.

Gráfico 2

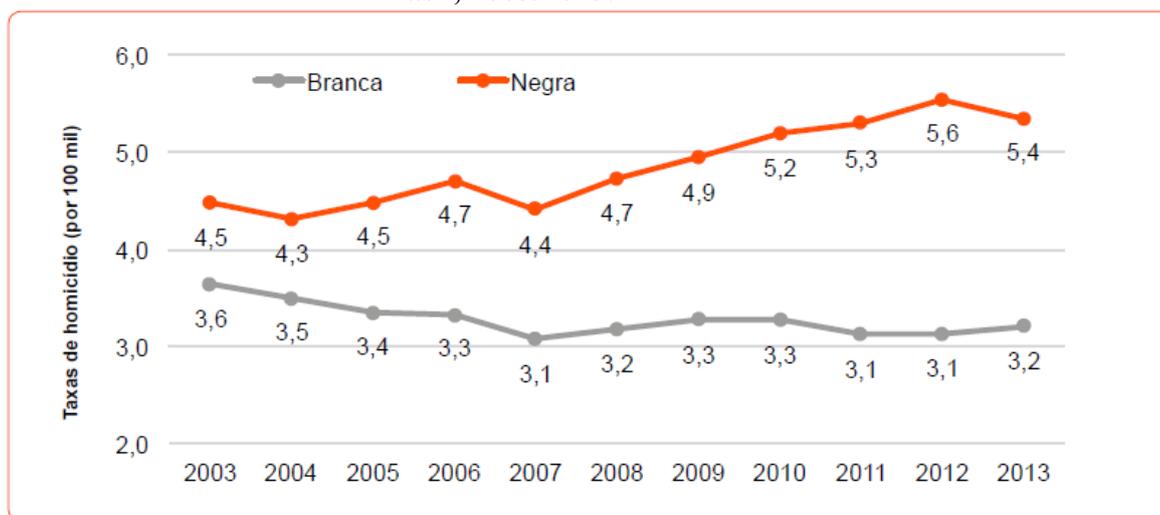
Vitimização negra (%) nos homicídios de mulheres. Brasil, 2013.³¹⁰



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídios de Mulheres no Brasil

Gráfico 3

Evolução das taxas de homicídios de mulheres brancas e negras (por 100 mil). Brasil, 2003/2013.³¹¹



Fonte: Mapa da Violência 2015. Homicídios de Mulheres no Brasil

Gráfico 4

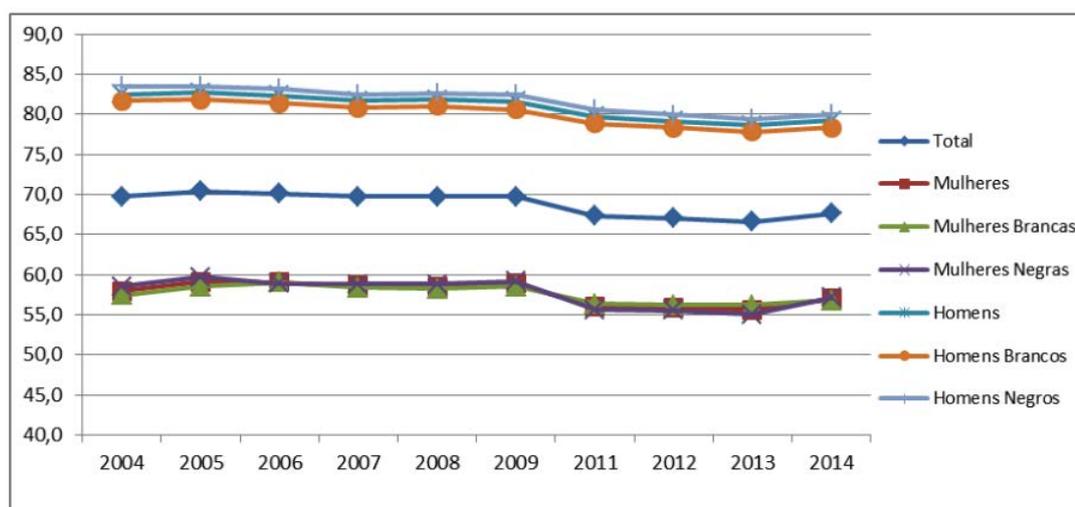
Taxa de atividade da população de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça. Brasil, 2004 a 2014.³¹²

³¹⁰Mapa da Violência 2015. Homicídios de Mulheres no Brasil. p. 36. Disponível em https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acessado em 21/06/2016.

³¹¹Mapa da Violência 2015. Homicídios de Mulheres no Brasil. p. 36. Disponível em https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf. Acessado em 21/06/2016.

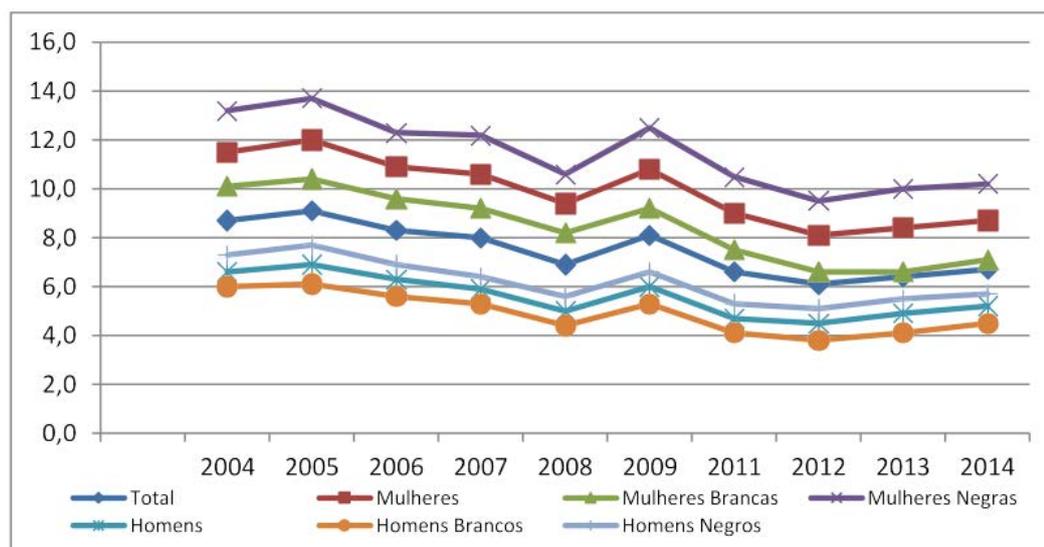
³¹²Acessível em

http://www.sintrahtur.com.br/igc/uploadAr/FileProcessingScripts/PHP/UploadedFiles/versao_final_cartilha-c81e728d9d4c2f636f067f89cc14862c.pdf



Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração: IPEA/DISOC/MINSOC - Núcleo de Gestão e Informações Sociais

Gráfico 5
Taxa de desocupação da população de 16 anos ou mais de idade, por sexo e cor/raça. Brasil, 2004 a 2014.³¹³

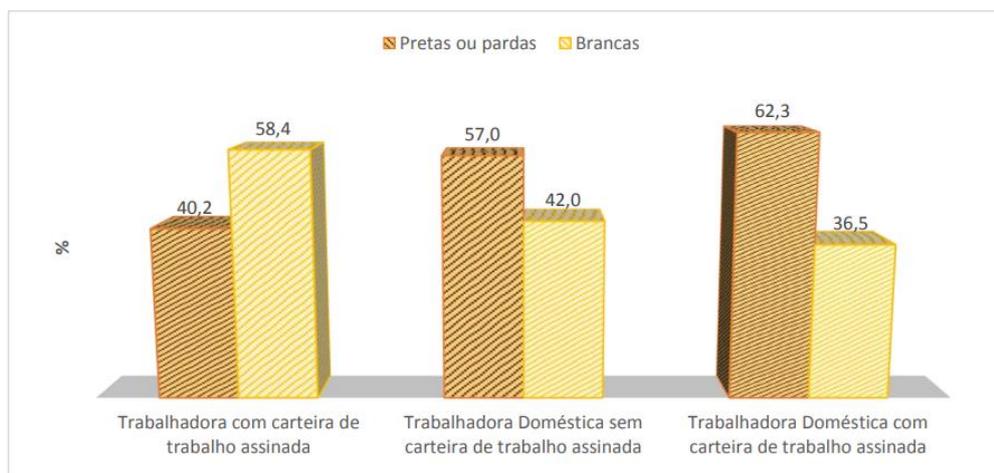


Fonte: Pnad/IBGE. Elaboração: IPEA/DISOC/MINSOC - Núcleo de Gestão e Informações Sociais

Gráfico 6
Mulheres x Carteira de trabalho assinada, por cor – Brasil, 2010.

³¹³ Acessível em

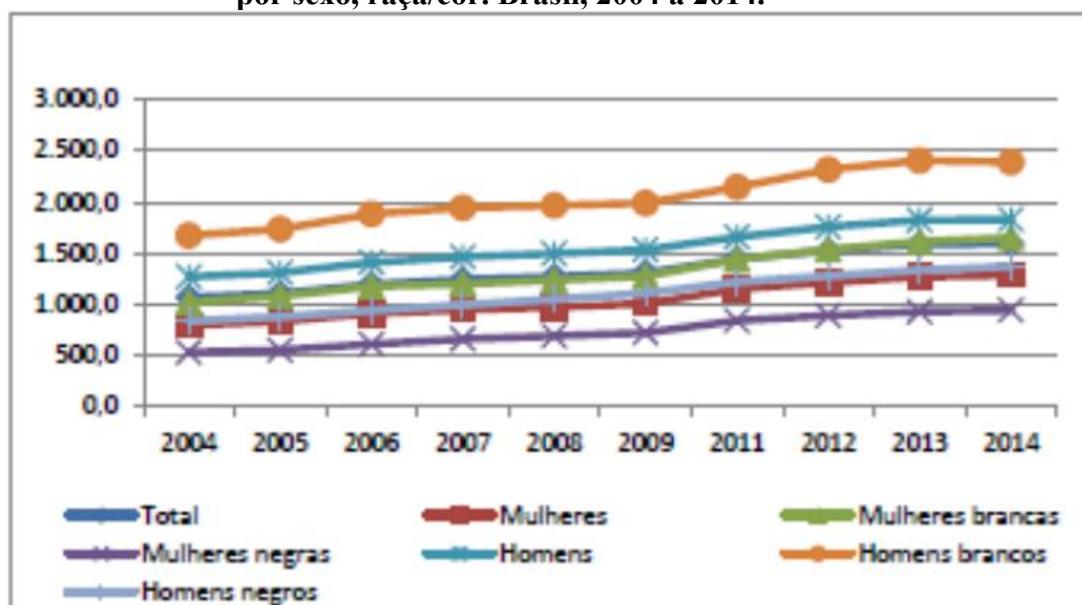
http://www.sintrahtur.com.br/igc/uploadAr/FileProcessingScripts/PHP/UploadedFiles/versao_final_cartilha-c81e728d9d4c2f636f067f89cc14862c.pdf



*Excluídas as trabalhadoras que se declararam de cor ou raça amarela ou indígena.

Fonte: Censo Demográfico 2010, do IBGE. Elaboração: IPEA/DISOC/MINSOC – Núcleo de Gestão de Informações Sociais.

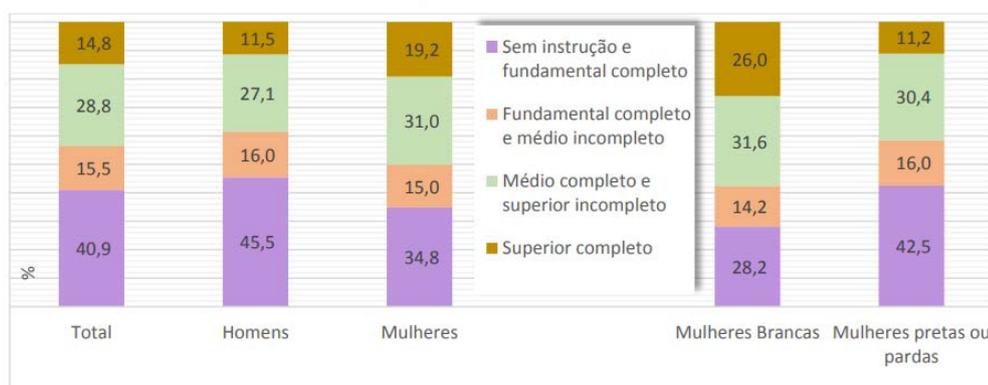
Gráfico 7
Rendimento médio do trabalho principal da população ocupada de 16 ou mais de idade, por sexo, raça/cor. Brasil, 2004 a 2014.³¹⁴



Fonte: Pnad/IBGE

Elaboração: IPEA/DISOC/MINSOC – Núcleo de Gestão de Informações Sociais

Gráfico 8
Nível de instrução* da população ocupada, com 25 anos de idade ou mais, por gênero e cor – Brasil, 2010.**



Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010.

* Excluído nível de instrução não determinado.

** Excluído pessoas que se declararam de cor amarela ou indígena

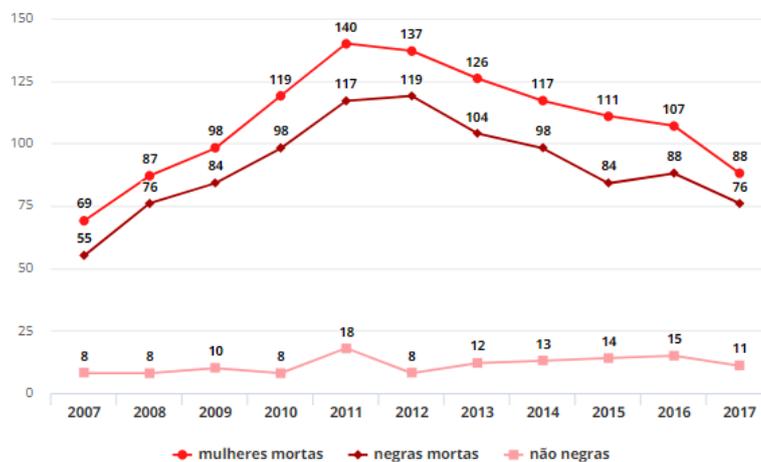
Gráfico 9
Mulheres negras e não negras vítimas de feminicídio na Paraíba

³¹⁴ Acessível em

http://www.sintrahtur.com.br/igc/uploadAr/FileProcessingScripts/PHP/UploadedFiles/versao_final_cartilha-c81e728d9d4c2f636f067f89cc14862c.pdf

Número de mulheres vítimas de assassinato na Paraíba

Casos cresceram aproximadamente 27% entre 2007 e 2017



Fonte: Atlas da Violência. Dados cruzados pelo G1

ANEXO C

TABELAS

Tabela 1

Percentual de formalização dos trabalhadores com idade de 16 anos ou mais, por sexo e cor – Brasil – 2000/2010 ³¹⁵

ANO	COR		
		BRANCA	PRETA OU PARDA
2000	HOMENS	56,3	42,3
	MULHERES	56,8	43,3
2010	HOMENS	64,8	53,9
	MULHERES	64,3	50,8

Fonte: Censos do IBGE, 2000 e 2010

ANEXO D

AS CARTAS

³¹⁵INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Acessível em https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/estudos-e-notas-tecnicas/publicacoes-da-consultoria-legislativa/areas-da-conle/tema7/2016_12416_mulheres-no-mercado-de-trabalho_tania-andrade

1 - CARTA DA MARCHA DAS MULHERES NEGRAS BRASIEIRAS EM CURITIBA**– PR**³¹⁶

³¹⁶VII Seminário Mulheres Negras e Saúde e no I Seminário Nacional Interseccionalidade de Raça e Gênero no Enfrentamento a Feminização DST/Aids, realizados pela Rede Mulheres Negras – PR, em Curitiba – PR, de 09 à 13 de novembro de 2012, <https://institutoodara.org.br/carta-da-marcha-das-mulheres-negras-brasileiras-em-curitiba-pr-2/>. Acessado em 16/12/2012.

CARTA DA MARCHA DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS EM CURITIBA – PR

novembro 13, 2012

MULHER NEGRA NO PODER



<https://populacaonegresaude.blogspot.com/2012/11/carta-da-marcha-das-mulheres-negras.html>

Nós, mulheres negras, vindas de vários estados do Brasil, reunidas no VII Seminário Mulheres Negras e Saúde e no I Seminário Nacional Interseccionalidade de Raça e Gênero no Enfrentamento a Feminização DST/Aids, realizados pela Rede Mulheres Negras – PR, em Curitiba – PR, de 09 à 13 de novembro de 2012, vimos por meio desta, comunicar que no ano de 2015 nós mulheres negras brasileiras marcharemos contra o Racismo e pelo bem viver.

Acreditamos que a marcha das mulheres negras é fundamental para denunciar aos diferentes setores do Estado e da sociedade brasileira a situação em que se encontram as 49 milhões de mulheres negras no país.

O Brasil já possui todos os indicadores e projeções de desigualdades da população negra nas diversas áreas, da saúde à inserção no mundo do trabalho. Em 2015 contamos com 14 anos da III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata (Durban - África do Sul, 2001), 20 anos da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995) e 21 anos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento – CIPD (Cairo, 1994), apesar de o Estado brasileiro ser signatário de todos os

acordos e protocolos produzidos nestas e em outras conferências internacionais, muito pouco ou quase nada foi feito para remover as barreiras que historicamente impedem a projeção, protagonismo e a participação das mulheres negras nos espaços de decisão e nas agendas do desenvolvimento brasileiro.

O nosso objetivo é fomentar a criação e fortalecer as organizações de mulheres negras brasileiras, dar maior visibilidade a situação de opressão secular das mulheres negras, homenagear nossas ancestrais e exigir do Estado brasileiro, bem como de todos os setores da nossa sociedade, respeito e compromisso com a promoção da equidade racial e de gênero, a fim de que possamos exercer plenamente os nossos direitos como cidadãs brasileiras e construtoras históricas deste país chamado Brasil.

Por isso, você mulher negra é parte deste processo, vamos construir a Marcha das Mulheres Negras Brasileiras contra o Racismo e pelo bem viver.

**O PROTAGONISMO É DAS MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS!
ASSIM, CONVOCAMOS VOCÊ PARA REENCANTAR ESTE PAÍS,
PARA PENSAR NOS DESAFIOS QUE ESTÃO POSTOS SOB OS
NOSSOS PONTOS DE VISTA.**

2 - CARTA DE RECIFE: COMPROMISSO COM A MARCHA DE MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS³¹⁷

Carta de Recife: Compromisso com a marcha das Mulheres Negras Brasileiras

5 de maio de 2013. Sem categoria Combate Racismo Ambiental

AMNB - Articulação de Mulheres Negras do Brasil



Nós, mulheres negras do Nordeste do Brasil, reunidas no Seminário Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste, realizado nos dias 27 e 28 de abril de 2013, em Recife, Pernambuco, declaramos nosso reconhecimento e nosso compromisso com o processo de construção da Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo e Pelo Bem Viver.

Consideramos de extrema importância essa iniciativa da Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras no atual contexto de persistência das desigualdades raciais e de gênero na sociedade brasileira, de avanço dos fundamentalismos, de crescente criminalização dos movimentos sociais e retrocessos em direitos já conquistados.

O Estado não tem sido capaz de dar respostas efetivas que alterem significativamente esse quadro. Apesar de alguns avanços no marco legal, sendo o Brasil signatário de diversos instrumentos internacionais de proteção de direitos das mulheres e da população negra, temos assistido com preocupação a sistemática violação dos direitos das mulheres negras, o que é agravado no Nordeste pelas desigualdades regionais e pelas marcas deixadas pelo poder exercido pelas oligarquias na nossa região.

Reconhecemos a luta da nossa história, mulheres negras contra o racismo e o sexismo, protagonizadas desde o período da escravidão no Brasil, nos quilombos, mocambos, terreiros e irmandades, e é com a força dessa ancestralidade que seguimos resistindo e nos organizando para enfrentar coletivamente as diversas formas de violência, discriminação, subordinação e opressão que nos atingem.

Entendemos que o momento exige uma demonstração contundente da nossa indignação, em caráter nacional, e por isso chamamos cada mulher negra nordestina a se envolver na organização da Marcha, contribuindo para que a ela reflita o conjunto das realidades, contextos e reivindicações das mulheres negras do nosso país.

Recife, 28 de abril de 2013

—

Enviada por Emanuelle Goes para Combate Racismo Ambiental.

³¹⁷Seminário Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste, realizado nos dias 27 e 28 de abril de 2013, em Recife, Pernambuco. <https://acervo.racismoambiental.net.br/2013/05/05/carta-de-recife-compromisso-com-a-marcha-das-mulheres-negras-brasileiras/>. Acessado em 05/05/2012.

3 - CARTA DE PRINCÍPIOS-REDE DE MULHERES NEGRAS DA BAHIA

REDE DE MULHERES NEGRAS DA BAHIA

CARTA DE PRINCÍPIOS

1. Quem Somos

História

A Rede de Mulheres Negras da Bahia tem sua origem em organizações com perfil político caracterizado pela resistência ao racismo, sexismo e lesbiofobia; consolidação de novos sujeitos políticos e movimentos sociais; lutam contra todas as formas de discriminação, desigualdades sociais, econômicas, políticas e civis; a universalização e construção de novos direitos e a consolidação de espaços democráticos de poder, pela construção de modos sustentáveis de vida e pela radicalização da democracia, do pluralismo e do bem viver.

Fundada em 26 de abril de 2014, a Rede de Mulheres Negras da Bahia, é uma Organização da Sociedade Civil, que visa atuar no território nacional em defesa dos interesses deste segmento, por prazo indeterminado. Sua estrutura congrega organizações que buscam alternativas de desenvolvimento sustentáveis e socialmente justas para as mulheres negras. Não tem fins lucrativos e é mantida por doações de indivíduos, fundações, fundos, instituições públicas ou privadas. Sua agenda não é ditada ou comprometida com qualquer fonte financiadora, que o torne representante de qualquer interesse de doador ou empresa.

Missão

Tomar-se referência de incidência pública no controle e proposição de políticas públicas (Saúde, Educação, Cultura e Justiça) de combate ao racismo, sexismo e lesbofobia e agente de divulgação de soluções para a sociedade brasileira, baseadas em visão pragmática de assuntos públicos de governo, política, economia, sociedade e cultura. Cumprirá sua missão por seus próprios méritos, por meio do prestígio e integridade profissional de suas atrizes, documentação rigorosa de suas pesquisas e um processo de avaliação de resultados que assegure a qualidade de suas ações.

2. Princípios que defendemos:

Considerando a sua origem e o atual contexto histórico, a Rede de Mulheres Negras da Bahia, a partir das organizações que a compõe, defende e se propõe a vivenciar, em busca de uma nova cultura política, os seguintes valores e princípios:

Valores

Identidade, ancestralidade e religiosidade; Tradição cultural negra; Experiência; Legado histórico de luta; Auto-estima e combate aos estereótipos; Política sexual.

Princípios

Autonomia e independência – A Rede de Mulheres Negras da Bahia é independente de qualquer grupo político, religioso, empresarial ou governamental. Não aceita contribuições que impliquem posicionamento predeterminado diante de qualquer tema ou outro procedimento que de alguma forma comprometa a integridade intelectual de seus trabalhos e sua missão;

Apartidária – É uma organização que não apoia candidatos ou partidos políticos. Seu compromisso é com o fluxo livre de informação e com o debate transparente e aberto que mantenha seu foco em propostas de soluções concretas para o avanço e o empoderamento de mulheres negras, enquanto sujeito coletivo e político, e não em pessoas ou ideologias;

Área de atuação:

- A Rede de Mulheres Negras da Bahia promove debates, encontros e seminários com a participação de especialistas de sua rede e convidados sobre assuntos de interesse público.
- Realiza reuniões itinerantes da Rede para o cuidado, amparo, unicidade, formação e o fortalecimento local e regional das mulheres Negra da Bahia. Articula e organiza encontros periódicos entre grupos;
- Agrega, colhe e mobiliza, dá visibilidade, estimula, colhe e acolhe, provoca, incentiva, sensibiliza, capacita e fortalecer suas organizações e as Mulheres Negras;
- Mapeia e divulga as expertises de cada mulher negra da Rede para empoderamento profissional solidário;
- Intervém de forma organizada planejada nas esferas publica espaços de decisão política;
- Uni e consolida as pautas a partir das demandas e necessidades das mulheres negras.

Quais as nossas agendas inegociáveis:

- “Negracentrismo”- A mulher negra no centro de tudo, tendo como eixo central as suas demandas;
- (Re)afirmar que a rede é de/com/para as mulheres negras;

- Garantir o atendimento á saúde física e mental da população negra, principalmente das mulheres;
- Inclusão das jovens negras;
- Agenda da saúde (anemia, falciforme,saúde mental, saúde sexual, direito reprodutivo, humanização do corpo);
- Luta contra a violência domestica;
- Participação da reorganização urbana, participação e fortalecimento da imagem da mulher negra na mídia;
- Homenagens as heroínas negras através da premiação com medalhas no 25 de julho;
- A implementação da Lei 10.639/2003;
- O combate ao racismo, sexismo e a lesbiofobia;
- Regulamentação dos direitos dos trabalhadoras domesticas PEC-72, a luta contra o genocídio da juventude negra e a criação de espaço de lazer;
- A denúncia ao turismo sexual, trafico de mulheres, inserção e qualificação da mulher negra no mercado de trabalho;
- Denúncia do assedio moral de estudantes negros na academia, racismo institucional.

O que queremos da Rede ?

- Que seja um espaço de acolhimento escuta, segurança e bem estar, voltado ao fortalecimento individual de cada mulher negra;
- Dê visibilidade às ações desenvolvidas por mulheres e a luta negra feminina: Parteiras, Marisqueiras, pescadoras e etc. Históricas e Contemporâneas;
- Realize a formação política com capacidade de formar multiplicadoras e interventoras qualificadas nas comunidades;
- Construa possibilidades de articulação e empoderamento das organizações de mulheres negras, priorizando a fala e escuta de cada uma delas;
- Pesquise, denuncie e construa ações coletivas para o enfrentamento das diversas formas de violência e exclusão em relação ás mulheres negras;
- Promova a compreensão da diversidade das mulheres negras, fortalecendo a solidariedade entre elas, independente de suas outras identidades;
- Dissemine a ideologia feminista negra.

Salvador, 26 de abril de 2014

Rede de Mulheres Negras da Bahia

ANEXO E

QUADROS

Quadro 1

Prática de marchar: estratégia coletiva adotada pelos movimentos sociais contemporâneos

ANO	MARCHAS	LOCAL	ORGANIZAÇÃO
1963	Marcha nos Estados Unidos contra o racismo e por Direitos Humanos.	Estados Unidos	Destaque: Martin Luter King e Rosa Parker
1964	Marcha da Família com Deus pela Liberdade	Praça da Sé, em São Paulo	Organizada por lideranças católicas em 19 de março de 1964 reunindo cerca de 500.000 participantes.
1968	Marcha de Soweto	África do Sul	Destaque: Nelson Mandela
1980	Marcha da Consciência Negra	Brasília - Brasil	Organizada pelo Movimento Negro unificado (MNU)
1987	I Encontro Estadual de Mulheres Negras do Rio de Janeiro, em 1987.	Rio de Janeiro	Organizada pelo Movimento de Mulheres do MNU
1987	Marcha do Movimento dos Sem Terra (MST)		
1988	Marcha Contra a Farsa da Abolição 1888-1988. Nada Mudou, vamos mudar.		
1995	I Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida ³¹⁸	Brasília - Brasil	Comissão Nacional da Marcha composta pelo Movimento Negro Unificado, em parceria com sindicatos, a CUT, dentre outras. ³¹⁹
1995	Marcha Mundial das Mulheres	Quebec – Canadá / Em 2000 no Brasil	Central Única dos Trabalhadores (CUT), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)
1997	Marcha Nacional por Reforma Agrária, Emprego e Justiça	Brasília - Brasil	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)
1997	Marcha Popular Nacional		

³¹⁸Marcha Zumbi dos Palmares, para denunciar o preconceito, o racismo e a ausência de políticas públicas para a população negra e em alusão aos 300 anos da morte de Zumbi.

³¹⁹Fala de um dos membros da Comissão Nacional da Marcha e integrante do MNU, Edson Cardoso fazendo referência a aliança feita com os negros da CUT na construção deste processo presente no texto de Flávia Reis (2012). “Gostaríamos de fazer uma menção especial à participação de Vicente Paulo da Silva, Vicentinho, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que desde a aprovação da proposta da Marcha levada pelo Movimento Negro unificado (MNU) ao encontro de sindicalistas negros cutistas, realizado em maio de 1995, em Brasília, desempenhou importante papel na garantia da aliança, muitas vezes conturbada, entre o movimento negro e o movimento sindical, sem nenhuma dúvida uma das razões essenciais do êxito alcançado pela Marcha” (Marcha de Zumbi dos Palmares, 1995b apud REIS, 2012, p. 57). Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/ln/n85/a03n85.pdf>. Acessado em 03/05/2016.

1998	Marcha da Maconha ³²⁰	Realizada nos anos 2000, 2003, 2007 e 2011	Vários movimentos de trabalhadores rurais, a exemplo da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).
2000	Marcha das Margaridas ³²¹	Brasília – Brasil	Pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), pelas Federações dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGs) e Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs)
2000	Marcha Mundial das Mulheres		
2005	Marcha Contra a Fome	Movimento mundial	É uma iniciativa do Programa Mundial de Alimentação (PMA) da Organização das Nações Unidas (ONU).
2005	II Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida. Conhecida como "Marcha Zumbi + 10", em memória a Zumbi e por reparações.	Brasília - Brasil	16/11/2005 - Organizações autônomas que lutam contra o racismo, em todo o Brasil.
2011	Marcha das Vadias ou Marcha das Vagabundas	Inicialmente na cidade de Toronto, no Canadá e hoje em todo mundo. Em 04/06/2011.	No Brasil a primeira Marcha das Vadias ocorreu em São Paulo organizada pela publicitária curitibana Madô Lopez, e escritora paraguaia Solange D Ré.
2011	Marcha para Jesus	São Paulo – Brasil	Organizada pela Igreja Renascer em Cristo, no Brasil, com participação de outras denominações neopentecostais. ³²²
2011	Marcha Nacional em Defesa dos Direitos dos Quilombolas	Brasília – DF. Em 07/11/2011	No dia Nacional de Luta Pela Regularização Fundiária. Cerca de

³²⁰A Marcha da Maconha teve início em 1998, encabeçada pelo ativista Dana Beal. Desde então, o dia 7 de maio foi estabelecido como a data mundial para as manifestações favoráveis ao uso da droga, que hoje já ocorrem em 250 cidades, em 63 países. No Brasil, as manifestações ocorrem de forma mais sistemática desde 2006, mas por causa do calendário do Dia das Mães esta data é mudada (LANÇAS, 2013, p. 37).

³²¹De dois em dois anos – Marcha das Margaridas realizada em Brasília, para homenagear a trabalhadora rural, líder sindical Margarida Maria Alves³²¹, presidente do Sindicato do Rural da Paraíba do Estado da Paraíba. Esta marcha já ocorreu em outras três edições nos anos de 2000, 2003 e 2007. Margarida Alves simboliza a luta das mulheres por terra, trabalho, igualdade, justiça e dignidade.

³²²A primeira Marcha para Jesus — denominada "March For Jesus", aconteceu em 1987 na cidade de Londres, no Reino Unido. No ano de 1993, a Marcha chegou ao Brasil por meio do Apóstolo Estevam Hernandes, um dos fundadores da Igreja Renascer em Cristo. A Marcha faz parte do calendário oficial do Brasil desde setembro de 2009, quando a Lei Federal 12.025 foi sancionada pelo Ex. presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Marcha_para_Jesus. Acessado em 22/05/2016.

			3.000 quilombolas de todo o Brasil
2015	Marcha do Orgulho Crespo	São Paulo – Brasil	
2015	I Marcha de Mulheres Negras a Brasília	Brasília - Brasil	(APNs), (AMNB), (Conac), (Conen), (Fenatrad), (FNMN), (MNU) e (Unegro)
2018	Marcha Nacional pelo Direito à cidade		
2004	Parada do Orgulho LGBT	Nova Iorque e São Francisco	Associação Brasileira de Gay Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações extraídas de diversos trabalhos, a exemplo do Dicionário Histórico dos Movimentos Sociais (1964 - 2014), de A Fortes et al, 2014³²³ e Jesus, J. G. (2005).

Quadro 2 Cronologia e Dados dos Encontros/Seminários/Reuniões do Movimento de Mulheres Negras

Ano	Encontros/Seminários/Reuniões	Local	Participantes
1985	III Encontro Feminista da América Latina e do Caribe	Bertioga/SP	
1988	I Encontro Nacional de Mulheres Negras – I ENMN, de 02 a 04 de dezembro de 1988. Refletiu acerca da situação da mulher negra no Brasil. ³²⁴	Valença/RJ	450 mulheres negras brasileiras de 17 estados, do Distrito Federal e de outros países tais como: Estados Unidos, Canadá e Equador
1991	II Encontro Nacional de Mulheres Negras. Tema: “Organização, Estratégias e Perspectivas do Movimento de Mulheres Negras”.	Salvador/BA	430 participantes, 1 Estados)
1992	I Encontro de Mulheres Negras da América-Latina e do Caribe.	Santo Domingo República Dominicana	350 negras de 32 países
1993	I Seminário Nacional de Mulheres Negras	Atibaia/SP	48 participantes, 9 Estados
1994	Seminário Nacional Políticas Públicas e Direitos Reprodutivos das Mulheres Negras	Itapeverica da Serra/SP	55 participantes, 1 Estados
1994	II Seminário Nacional de Mulheres Negras	Salvador/BA	67 participantes, 1 Estados
1994	Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento das Nações Unidas (CIPD). De 5 a	Cairo – Egito	11 mil participantes. ³²⁵

³²³ Disponível em http://www.memov.com.br/site/images/acervo/MSEP/MSEP_Dicionario_PDF_01.pdf.

Acessado em 25/11/2016 e de informações extraídas do artigo de Jaqueline Gomes de Jesus (2012) Psicologia social e movimentos sociais: uma revisão contextualizada. *Psicologia e Saber Social*, 1(2), 163-186, 2012 e BOLETIM INFORMATIVO DO I ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS, Rio de Janeiro, n. 1, p. 1-5, 1988, apud Ribeiro, 1995.

. Disponível em file:///C:/Users/Samsung/Downloads/4897-18436-1-PB.pdf e outras publicações consultadas

³²⁴ Cronologia e dados das atividades nacionais: <http://www2.fpa.org.br/uploads/matilde.pdf>. Acessado em 02/09/2014.

	de setembro de 1994.		
1996	II Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe	São José – Costa Rica	
1997	Reunião Nacional de Mulheres Negras	Belo Horizonte/MG	69 participantes, 11 Estados
1997	Reunião Nacional de Mulheres Negras -	Campinas/SP	58 participantes, 11 Estados
1998	I Encontro Nacional de Mulheres Negras (1º ENMN) realizado entre os dias 02 e 04 de dezembro de 1988	Valença (RJ)	450 mulheres negras de 19 estados
2001	III Encontro Nacional de Mulheres Negras – III ENMN	Belo Horizonte/MG	
2001	III Encontro de Mulheres Negras da América Latina e do Caribe	Bogotá - Colômbia	

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir de informações extraídas de diversos trabalhos, a exemplo da dissertação.

Quadro 3 Teorias de redes de movimentos sociais –Tipologias

REDE COMO BASE PARA UMA ANÁLISE MULTINÍVEL	
Sentido simbólico	
Diani (2003b) 2003b. Networks and Social Movements: a Research Program. (1992; 2003a; 2003b),	Integra os diferentes componentes da gênese do movimento (indivíduos, organizações, eventos) em uma única estrutura relacional. Favorece, ainda, integração analítica dos conceitos de identidade coletiva e conflito social desenvolvidos pelos teóricos dos novos movimentos sociais. Nesses termos, a rede do movimento é construída pela identidade e pelas ações coletivas, ambas se formam mediante às relações travadas nessa rede informal, em um processo de constituição recíproca. Permite o reconhecimento das múltiplas facetas que perpassam a ação coletiva.
Sentido relacional	
CARLOS Euzeneia, 2011, p. 154.	A abordagem relacional compreende a ação social dos atores como constituída em um contexto de relações múltiplas, dinâmicas e mutáveis (EMIRBAYEVA, 1997). Assume como premissa que as relações (ou laços) sociais estabelecidas por indivíduos, atores coletivos, associações ou organizações constituem o elemento por excelência de estruturação da vida social.
No sentido de metáfora	
BOTT, Elizabeth. 1976, p. 294 MAYER, Adrian. 1987, p. 129.	Essa utilização do conceito de rede como metáfora é certamente o mais antigo e disseminado. A idéia de que entidades, indivíduos ou mesmo idéias estão de alguma forma conectados entre si.
Para Barnes (1972),	Não existe uma teoria de redes sociais, sendo possível a adaptação da noção de rede à diversas teorias. A concepção básica de redes - tanto para uso metafórico, quanto para o uso analítico - seria a de que a configuração de vínculos interpessoais entrecruzados é de forma inespecífica conectados às ações dessas pessoas e às instituições da sociedade. A idéia que permeia a metáfora de redes, é a de indivíduos em sociedade, ligados por laços sociais, os quais podem ser reforçados ou entrarem em

³²⁵11 mil participantes, sendo representantes de governos, das Nações Unidas, e de organizações não-governamentais, além dos meios de comunicação.

	conflito entre si.
Sentido de sistema de interação social	
BARNES, J. A., 1987.	<ul style="list-style-type: none"> - Uma estratégia analítica - Trata-se de usá-la analiticamente, como instrumento metodológico de compreensão de relações sociais entre indivíduos. - Considerar as redes não apenas como metáfora da estruturação das entidades na sociedade, mas também como método para a descrição e análise dos padrões de relação nela presentes. - Redes como sistemas de interação social - Sistema de integração entre pessoas, mediante práticas de interação, em um sentido mais social; - A rede social total - A idéia de rede está, antes de tudo, pensada como socialmente composta por indivíduos que irão se articular a partir de interações, e não por composições egocêntricas, como irão propor outros. - O principal aspecto definidor do que seria uma rede: sua capacidade de articulação e rearticulação permanente.
Sentido de trocas de informação e bens simbólicos - sentido mais social e cultural	
DIANI, 2003b, p. 301	<ul style="list-style-type: none"> - Identificam o movimento social como uma dinâmica social específica e diferente de processos cognatos de ação coletiva e de contenção política como rebeliões ou revoltas. - O movimento é formado por “atores formalmente independentes que estão situados em contextos locais específicos - Produzem identidades específicas, valores e orientações, e perseguem metas e objetivos, estando ao mesmo tempo ligados através de formas de cooperação concreta e/ou reconhecimento mútuo em processos que vão além da ação de protesto específico. - O movimento social se constitui mediante uma rede de interações informais composta por uma pluralidade de atores (indivíduos, grupos, associações e organizações) que se engajam em relações de conflito com oponentes claramente definidos e compartilham uma identidade coletiva distinta. - O conceito de RMS reúne um tripé de elementos co-constituintes – rede informal, conflito social e identidade coletiva; - Os movimentos são formados por densas redes informais as quais permitem aos atores (indivíduos e organizações) as trocas de práticas e recursos simbólicos, através da coordenação de mecanismos de intercâmbio e distribuição que são negociados entre os próprios atores. - Conflito social em que os atores de movimentos são engajados em conflitos político e/ou cultural para promover ou se opor a uma mudança social; - Identidade coletiva o movimento social toma corpo na medida em que desenvolve uma identidade coletiva, construída com base em interpretações narrativas e permite que cada ator se identifique como parte do esforço coletivo, a qual vai além de um evento específico, de uma iniciativa ou campanha.

Quadro construído a partir de Ana Lúcia S. Enne (2000). Conceito de rede e as sociedades contemporâneas. *Comunicação e Informação*, p. 264 - 273. Disponível em <file:///C:/Users/Samsung/Downloads/24452-Texto%20do%20artigo-111580-1-10-20130926.pdf>

Quadro 4

Cartas publicadas pela Rede de Mulheres Negras durante o processo de construção da Marcha

Carta	Local	Evento	Organização	Período
1ª	Curitiba/PR ³²⁶	VII Seminário Mulheres Negras e Saúde e n I Seminário Nacional Interseccionalidade de	Rede Mulheres Negras em Curitiba	09 à 13 de novembro/2012

³²⁶Primeira Carta da Marcha das mulheres negras brasileiras comunicando que marchariam no ano de 2015 contra o Racismo e pelo bem viver. Disponível em <https://populacaonegraesaude.blogspot.com/2012/11/carta-da-marcha-das-mulheres-negras.html>. Acessado em 13/10/2013.

		Raça e Gênero no Enfrentamento a Feminização DST/Aids, realizados pela Rede Mulheres Negras – PR, em Curitiba – PR	PR	
2ª	Recife/PE ³²⁷	Seminário Tecendo a Rede de Mulheres Negras do Nordeste	Rede de Mulheres Negras do Nordeste	27 e 28 de abril de 2013
3º	Rio de Janeiro	Seminário Nacional: “Democracia e desenvolvimento sem racismo – Por um Brasil afirmativo”	AMNB - Articulação Nacional de Mulheres Negras	27 e 28 de setembro de 2013
4º	Carta de Brasília. ³²⁸	Compromisso com o processo de construção da marcha das mulheres negras brasileiras	III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial CONAPIR	De 05 a 07 de novembro de 2013

* Este quadro é uma construção da autora baseada em dados extraídos de matérias postadas em blogs e site na internet.

Quadro 5

2ª Edição do Julho das Pretas 2014 – Programação da Mostra de Arte e Cultura das Mulheres Negras.

<p>24/07 – MANHÃ – 08h30min – 10h00min - Acolhimento e Café com Poesia - saudações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentação das Participantes - Convidadas para recepcioná-las: Ministra Luiza Bairros, Desembargadora Louislinda Valois, Professora Ivete Sacramento, Sra. Olivia Santana, Sra. Silvia Cerqueira, Professora Diane Brito, Ialorixá Mãe Raidalva – Michaela Harrison (Cantora Negra norteamericana). • 10h00min – 12h00min Roda de Diálogo: Processo de Organização da Marcha nos Municípios – entraves e desafios. • 12h00min – 13h30min – Almoço com de Samba de Roda; • 14:00 – 16:00 - Estruturação da Marcha no Brasil e no Estado – entraves e desafios; - Mariela Santiago. • 16:15 – 19:00 – Performance Teatral (2 apresentações) • 20:00 -23:00h – Atrações artísticas – Juliana Ribeiro, Samba de Roda do Recôncavo, Reisado do Baixo Sul, Samba do Sertão; <p>25/07 – 08h30min – 10h00min - Sarau – Carolina de Jesus</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceição Evaristo/Elisa Lucinda/ As Carolinas e... • Performance Teatral • Lançamento de publicações – Negras(in) confidências: Bullying não isso é Racismo entre outros.

³²⁷Segunda Carta da Marcha das mulheres negras brasileiras comunicando que marchariam no ano de 2015 contra o Racismo e pelo bem viver. Disponível em <https://www.geledes.org.br/carta-de-recife-compromisso-com-a-marcha-das-mulheres-negras-brasileiras/>. Acessado em 13/10/2013.

³²⁸Carta de Brasília: Compromisso com o processo de construção da marcha das mulheres negras brasileiras, tirada na III Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CONAPIR, realizada no período de 05 a 07 de novembro de 2013, em Brasília. Disponível em <https://www.geledes.org.br/carta-de-brasilia-compromisso-com-o-processo-de-construcao-da-marcha-das-mulheres-negras-brasileiras/>. Acessado em 13/07/2014.

- – 10:00 ÀS 12:00 – Mesa Redonda sobre a Marcha – Entrega dos Kit’s da Marcha.
- 12h00min ÀS 13; 30 – ALMOÇO com poesia.
- 14:00 às 16:00 – Encerramento – rumo a concentração.
- Encerramento- 18:00 – às 21:00 – Concentração na Pça Municipal – Lançamento da Marcha de Mulheres Negras Contra o Racismo, Violência e Pelo Bem Viver
- Poesia e Performance Teatral.
- Música - Gal do Beco, Marcia Short, Michaela Harrison, Mariela Santiago, Conceição Evaristo e demais atrações.

Quadro 6

Programação do Seminário “A Participação Política das Mulheres Negras na Política: Estratégias e Desafios

23/07 – NOITE – 18h30min – 21h30min

- **18h30min – 20h30min**

Mesa de Abertura “A Participação das Mulheres Negras na Política: Estratégias e Desafios”

Sr^a Valdecir Nascimento – Odara Instituto da Mulher Negra;

Ialorixá Sr^a Mãe Raidalva – Ilê Axé Oyá Tolá.

Sr^a Benilda Brito – Nzinga/BH

Dulce Pereira – Professora da UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto

Sr^a Rosana Fernandez – Cese .- Coordenadoria Ecumênica de Serviços.

Sr^a Olívia Santana – Secretária Estadual de Políticas para as Mulheres/BA

- **20h00min – 21h00min - Encerramento – Coquetel**

24/07 – MANHÃ – 09h00min – 13h00min

- **09h00min – 09h20min –**

Comunicação: - “MULHERES NEGRAS NA POLÍTICA: Trajetória social e política de mulheres negras candidatas às eleições municipais de Salvador (2008 - 2012)”

Maísa Vale – Doutoranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos – NEIM/UFBA

- **09h20min – 11h30min**

Mesa 1. “Participação política e poder: mais Mulheres Negras nos Espaços de Poder”.

Sr^a Vilma Reis – Ouvidora da Defensoria Pública do Estado da Bahia;

Sr^a Maria das Dores - Durica – IMENA – Instituto da Mulher Negra do Amapá;

Sr^a Sueli Souza – Movimento Negro Unificado - Mediadora

Sr^a .Matilde Ribeiro – UNILAB – Universidade Luso Afro- Brasileira
 Srt^a Elis Souza Santos - MNU
 Sra. Silvia Cerqueira – Superintendente da Pesca

11h30min – 13h30min

Mesa 2. “Mulheres Negras um diálogo possível: Contra o Racismo, Violência e Pelo Bem Viver “

Sr^a Tia Eron - Deputada Federal/PRB;
 Sr^a Ivete Sacramento – Secretária Municipal da Reparação;
 Sr^a Creuza Oliveira - Presidente da FENATRAD;
 . Sr^a Célia Sacramento - Vice-Prefeita de Salvador
 Sr^a Valquiria Barbosa – Ex-Vereadora de Salvador
 Sr^a Valdecir Nascimento – Odara Instituto da Mulher Negra

- **13h30min – 14h30min - Almoço**

24/07 – TARDE – 14h30min – 17h30min

Roda de Conversa: “Mulheres Negras e as disputas pelo poder: diálogos com as organizações da RMNB sobre os entraves e desafios”. Contra o Racismo, Violência e Pelo Bem Viver

Ligia Margarida– Renascer Mulher
 Dr^a Antonia Garcia – NEIM/UFBA;
 Sr^a Edileuza Vida Bruno – Assessora Parlamentar
 Sr^a Lindinalva de Paula – Afoxé Kabalaguanzi;
 Ana Cristina – Rede Afro- LGBT
 Karine Damasceno – MNU
 Tânia Palma – Superintendência Municipal de Políticas para as Mulheres - SPM

- **17h30min – 21h:00min**

Poesia, Performances Teatral, Show

Quadro 7

Planejamento da 4ª edição do Julho das Pretas 2016 - Seminário Mulheres Negras no Foco: Mídia, Representação e Memória.

Programação do Julho das Pretas – 4ª Edição (2016)

Contexto -

Pessoas para serem mestras de cerimônia: Fabiana (Resistência Poética)

Fazer chamada para artistas negras que queiram expor obras ou se apresentar no evento, e artesãs, empreendedoras e culinárias para fazer feira.

1º Dia:

Abertura institucional:

<p>Quinta-feira 7 de Julho 2016 - 18h</p> <p>Política e Representação Subjetividade e história e construção política das mulheres negras no Brasil</p>	<p>18h30min</p> <p>Exibição do vídeo da Marcha das Mulheres Negras</p> <p>Sarau das Pretas – Poetizas Negras</p> <p>Centro do debate: Refletir sobre a construção e os estereótipos das mulheres negras na mídia e na sociedade.</p> <p>Quem convidar: Rosane Borges, Sueli Carneiro, Valdecir Nascimento</p>
<p>2º Dia: Sexta-feira 8 de Julho 2016 - 9h –</p> <p>Cobertura de casos de Racismo machismo e racismo religioso na grande mídia ontem e hoje (Controle/Censura e Compromisso da Mídia com o Retrocessos)</p>	<p>Centro do debate: Refletir sobre as abordagens da grande mídia sobre casos de racismo e machismo nos últimos 20 anos.</p> <p>Quem convidar: Jornalistas da mídia tradicional de agora e de antes. Sugestão de nomes: Cleidiana Ramos, Maíra Azevedo, Wanda Chase, Juliana Dias, Rita Batista.</p> <p>Mediadora: Vilma Reis.</p>
<p>10h30 - Por uma comunicação negra feminista: Desafios e perspectivas</p>	<p>Centro do debate: Tratar de experiências de mulheres negras na comunicação atuando na produção de notícias e discursos. Debater a internet como um espaço possível para o surgimento e manutenção de plataformas de comunicação livre independente dedicadas a noticiar as demandas da comunidade negra negligenciadas pela mídia geral.</p> <p>Quem convidar: Jornalistas midialivristas, blogueiras, colunistas, cronistas. Sugestão de nomes: Djamila Ribeiro, alguém da Blogueiras Negras, Monique Evele, Alane Reis (Comunicadoras Negras, existe? se sim, seria interessante?)</p> <p>Mediação- Naiara Leite</p>
<p>14h - Mulheres negras no Cinema Desconstruindo estereótipos</p>	<p>Centro do debate: Tratar sobre a responsabilidade do cinema e da TV na produção e reprodução de estereótipos sobre as mulheres negras. E como produção de cinema negro, feito por mulheres, pensar as formas de auto representação das mulheres negras e da comunidade.</p> <p>Quem convidar: Cineastas negras de hoje e de outrora, e pesquisadoras sobre representação negra na mídia.</p>

	Larissa Fulana de Tal, Viviane Ferreira, Yasm Tainá, alguém de uma geração anterior (proposta Adélia Sampaio), Edileusa Penha (UNB). Mediadora: Taís AmorDivino (Coletivo de Mulheres Negras no Cinema)
16h - A Comunicação para garantia de direitos e visibilidade das mulheres negras como centro do debate	Centro do debate: Experiências de mídias comprometidas com o monitoramento e a garantia de direitos dos diversos segmentos de mulheres negras Quem convidar: Jéssica Hipólito, Emanuele Góes, alguém da religiosidade (proposta: Denize Ribeiro, Carla Akotirene, Juliana Nunes (EBC e Cojira)
17h30 – Encerramento Apresentação da Agência Yalodês	Roda de Conversa - Mulheres Negras e Violência Local: CEAURO

Quadro 8

5ª Edição do Julho das Pretas 2017 – Facilitadoras do Encontro “Mulheres Negras Transversais do Tempo: Negras Jovens em Contra o Racismo, a Violência e Pelo Bem Viver”.

Eixo Temático	Facilitadora
Solidão e Afetividade da Mulher Negra na Perspectiva Intergeracional;	Dayse Sacramento, professora de Língua Portuguesa do IFBA, doutoranda em Literatura e Cultura na UFBA e feminista negra e por Izzadora Sá, estudante de Produção Cultural da UFBA, sapatona afro-futurista, intergaláctica, ancestral.
Religiosidade a as Negras Jovens	Érika Francisca, Yaô d’Oxum, estudante de Serviço Social e representante do Odara-Instituto da Mulher Negra; Naiara Soares, candomblecista, periférica e afrofeminista, Koinonia-Ba, Rede Ecumênica de Juventude – REJU e Bacharel interdisciplinar em Saúde; Isaura Genoveva, Ekedy, Advogada e Especialista em Políticas Públicas, atuante na Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Desenvolvimento Social.

<p>A Participação Política das Jovens e Mulheres Negras;</p>	<p>Maisa Maria Vale, coordenadora do Programa de pesquisa e intercâmbio do Instituto Odara;</p> <p>Maria Vitória, comunicadora da Agência de Negras Jovens Comunicadoras - Yalodês e atualmente estudante de jornalismo.</p>
<p>Negras Jovens: Uma estética para luta;</p>	<p>Fabiana Lima, poetisa e fundadora do Grupo Slam das Minas - BA;</p> <p>Fernanda Júlia, dramaturga, preparadora de elenco e criadora do NATA- Núcleo Afrobrasileiro de Teatro de Alagoinhas;</p> <p>Lindinalva Barbosa, ativista negra e mestra em Linguagens;</p> <p>Ludmila Laísa, grafiteira e arte-educadora.</p>
<p>Negras Jovens produzindo Resistência Através da Arte e da Literatura;</p>	<p>Fabiana Lima, poetisa e fundadora do Grupo Slam das Minas - BA;</p> <p>Fernanda Júlia, dramaturga, preparadora de elenco e criadora do NATA- Núcleo Afrobrasileiro de Teatro de Alagoinhas;</p> <p>Lindinalva Barbosa, ativista negra e mestra em Linguagens;</p> <p>Ludmila Laísa, grafiteira e arte-educadora.</p>
<p>Negras Jovens Identidade de Gênero e Sexualidade e</p>	<p>Jéssica Ipólito, feminista negra, criadora e escritora no blog Gorda&Sapatão, estudante do bacharelado em Gênero & Diversidade; com Pullet Furacão, Educadora Social e ativista LGBT; Larissa de Freitas Nascimento, estudante de Gênero e Diversidade na UFBA);</p>
<p>Negras Enfrendando as Diversas Formas de Genocídio da População Negra.</p>	<p>Alane Reis, Jornalista, Revista Afirmativa e Odara Instituto da Mulher Negro;</p> <p>Laina Crisóstomo, Advogada, feminista interseccional e Presidenta da ONG Tamo Juntas;</p>

	Nadjane Macedo Grupo Pela Vida/ CEDECA-BA.
--	---

Quadro construído pela autora, a partir de informações extraídas do EBOOK JULHO DAS PRETAS, 2017. Disponível no site: https://institutoodara.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Ebook_Julho-das-Pretas-2017.pdf Acessado em: 28/01/2018.

Quadro 9

Programação do Fórum Permanente de Mulheres Negras no Fórum Social Mundial

Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), Avenida Adhemar de Barros, 986 – Ondina, Salvador- Bahia, em frente ao Campus da Ufba PAF.	
Dia 14/03/2018, 9h às 13h	<p>Abertura: Mulheres de Alagados</p> <p>Mediadora: Kátia de Melo – pedagoga</p> <p>Painelistas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Benedita da Silva – Deputada Federal (PT-RJ) - Benilda Brito – N’Zinga Coletivo de Mulheres Negras de BH – MG - Lúcia Dutra – Grupo Mãe Andresa – São Luiz do Maranhão - Iêda Leal – Coordenadora Nacional do MNU - Wânia Sant’Anna – historiadora e feminista negra do Irohìn - Graça Santos – Frente de Mulheres Negras do Distrito Federal e Entorno
Dia 15/03/2018, 9h às 12h	<p>Mediadora: Dulce Maria Pereira – feminista, ambientalista, ativista do movimento negro</p> <p>Painelistas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Heliana Hemetério – Movimento de Mulheres Negras e Rede Nacional de Lésbicas Negras e Bissexuais, Candaces e ABGLT - Mônica Oliveira – Rede de Mulheres Negras de Pernambuco - Ana Paula Rosário – Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas - Clátia Vieira – Fórum Nacional de Mulheres Negras - Zaylin Leydi Powell Castro – Doutoranda do Programa Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento - Vicenta Camusso – Rede de Mulheres Afrodescendentes do Cone Sul - Paola Yañez – coordenadora da Sub-região Andina da Rede de Mulheres Afroamericanas, Afro-Caribenhas e da Diáspora. - Eunice Borges – associada de Programas da ONU Mulheres <p>Plenária: Rumo ao Encontro Nacional de Mulheres</p>
Painel 1 – Avaliação dos 30 anos de organização do movimento de mulheres negras contemporâneo: Do I Encontro Nacional de Mulheres Negras à Marcha de 2015.	
Painel 2 – Conjuntura Política de Mulheres Negras no Brasil, América Latina e Caribe	



Fonte: www.paginas.terra.com.br/arte/mundoantigo/africa

Mapa 3 Distribuição territorial e estados da Região Nordeste



Fonte: Elaborado pela autora, a partir do BNDES

ANEXO G

ATAS

ATA 1 - REUNIÃO DO NÚCLEO IMPULSOR, EM SALVADOR. Dias 8 a 9 de novembro de 2014.

3ª REUNIÃO DO NÚCLEO IMPULSOR NACIONAL DA
MARCHA DE MULHERES NEGRAS CONTRA O RACISMO,
A VIOLÊNCIA E PELO BEM VIVER.

Presentes:

Ieda Leal de Souza- GO-MNU- filhaleal@yahoo.com.br

Clátia Regina Vieira- RJ-FNMN - clatiaregina@hotmail.com

Katia Penha-ES- CONAQ- penha.katia@gmail.com

Creuza Oliveira-BA-FENATRAD- creuzamaria@ig.com.br

Valdecir Nascimento-BA-AMNB- ndarainstituto@gmail.com

Rosilene Torquato- RJ-APNS- rosileneatorquato@ig.com.br

Regina Adami-DF-AMNB- reginaadami@gmail.com

Janete Fernandes Suzart- BA-FNMN- Janeth.suzarth@gmail.com

Girlele Santana- BA- UNEGRO- filosofiag@oi.com.br

Convidadas:

Valda França- BA- FNMN

Gicélia Cruz- BA- FNMN

Lindinalva de Paula- BA-RMNN

Suely Souza- BA- RMNN/MNU

Ednalva Bispo- BA- FNMN

Isabel Felipe Brandão-BA- FNMN/UNEGRO

Nos dias 8 e 9 de novembro de 2014, o núcleo impulsor da Marcha de mulheres negras contra o racismo, a violência e pelo bem viver se reuniu em Salvador/ BA, e discutiu a pauta a baixo:

- Avaliação do lançamento da Marcha nos estados
- Análise da atual conjuntura política
- Mobilização e estrutura da Marcha
- Calendário de atividades
- Informes

O primeiro ponto de pauta a ser discutido foi a atual conjuntura política, durante as explanações coloca-se que os resultados das últimas eleições sinalizou uma forte mobilização da extrema direita, o que pode ser preocupante, pois poderá haver um retrocesso nas políticas para a promoção racial; outro ponto analisado foi o desgaste do modelo político econômico, que faz com que quem chega ao poder muitas atitudes não diferem daqueles que se colocam contra as questões raciais.

Analisou-se ainda que os resultados negativos para os candidatos negros pode ter sido o afastamento da militância nas bases, foi sentida também a falta de uma pauta durante a campanha do PT, a presidência relativa às questões raciais, e as questões quilombolas; os negros e negras encontram-se em gestões e pastas sem recursos o que dificulta o enfrentamento às questões raciais.

Também se fez uma leitura a partir do lugar da população historicamente excluída, surgindo daí uma grande questão, como lidar com essa conjuntura? Avaliando que o resultado das urnas inevitavelmente confere a vitória dessa parcela da população e que essa marcha que já vem pontuando essas desigualdades, clamando contra a violência e o racismo, não deve recuar. Concluindo que nessa conjuntura, apesar de todos os problemas, a marcha se fortalece.

O segundo ponto da pauta foi a avaliação do lançamento da Marcha nos estados; no mês de julho 25 estados lançaram a Marcha a nível

nacional no entanto as outras agendas, como o processo eleitoral, a copa mundial de futebol, acabou por atropelar o andamento satisfatório da Marcha em todos os estados, nesse momento aos poucos o processo vai sendo retomado.

A meta principal dos estados é abranger um maior número possível de municípios. Como meta a CONAQ, vem pensando como envolver as mulheres quilombolas na Marcha, trazendo pelo menos um ônibus. No triângulo mineiro estão realizando a mobilização dentro dos 16 dias de ativismo. Na Bahia a mobilização iniciou em 2012, a tônica é a autonomia dos municípios, que eles possam se organizar para estarem na Marcha.

Como encaminhamentos:

- Colocar no site todas as atividades que os estados vêm realizando para mobilização e divulgação da Marcha;
- Fortalecer no facebook a mobilização da Marcha com mensagens rápidas, esse meio já se mostrou bastante eficiente em outras situações;
- Envio da logomarca da Marcha; (Regina Adami)
- A AMNB está organizando um documento que pode servir como norteador para a Marcha, a decisão sobre o documento sairá até dia 10 de dezembro, após reunião da Articulação;
- Plenária do Núcleo impulsor nos dias 9 e 10 de dezembro em Salvador, as despesas pelo deslocamento (passagens, hospedagem), serão pagas pelas entidades;
- As representantes do núcleo impulsor da Bahia, fica encarregada de construir o ofício para o diálogo com os representantes dos estados e municípios (governadores e prefeitos);

- No dia da Marcha, 13 de maio de 2015, será entregue um documento à presidente Dilma.

Calendário:

15/11- Caminhada Engenho Velho da Federação- Salvador

16/11- Caminhada do Subúrbio- Salvador

20/11- Mobilização da Marcha com atividades em todos os estados

21/11- Vigília Preta- Dique do Tororó(16 dias de ativismo)- Salvador

03/12- Debate sobre o Bem Viver- Salvador

07/12- Caminhada do Samba- Salvador

09 e 10/12- Plenária do NI (núcleo impulsor)- Salvador

08/03/2015- Atividades da Marcha em todos os estados

20 a 22/03/2015- Seminário Nacional-Brasília ou Rio de Janeiro (organizadoras Clátia Regina e Regina Adami)- Despesas pagas pelos participantes ou entidades.

Fonte: Disponível em: https://acafroararas.files.wordpress.com/2015/02/slavador-ba-ata_da_reunic3bao_do_ni_em_salvador-3.pdf. Acessado em 23/08/2017.

ANEXO H

MÚSICAS

Música 1 Negras em Marcha – MC Luana Hansen

Negras Em Marcha (part. Leci Brandão)

A mulher negra vai marchar contra os racistas
 Pra acabar de vez com a história dos machistas
 Pelo fim do genocídio da juventude negra
 Acontece todo dia não finja que não veja
 Onde a parcela mais oprimida e explorada da nação
 Luta diariamente contra a criminalização
 Quer moradia digna, educação e saúde
 Pelo tom de pele ninguém nunca te julgue
 Cansada de uma mídia sexista e racista
 Que só promove a violência física
 Anônimas, famosas, afro- latinas brasileiras
 São suas as vitórias, grandiosas guerreiras
 Lutando por suas terras oh mulheres quilombola
 Trazendo a ancestralidade em cada aurora
 Marchamos mulher negra contra o racismo e violência
 Pois todas nós juntas sim fazemos a diferença
 Afro-negra de todas as idades
 Vamos todas juntas mudar nossa realidade
 Afro-negra de todas as cidades
 Vamos todas juntas mudar nossa realidade
 Marcha contra o racismo, eu vou
 Marcha contra violência
 Marcha pelo bem viver
 Marcha contra o racismo, eu vou
 Marcha contra violência
 Marcha pelo bem viver
 Mulheres de memória ylároixas
 Tocando no djembe, o som do ilu obá
 Mulheres de axé, resistência e tradição
 Manteve nossa fé e religião
 Cansada do lugar de inferioridade
 De conviver com tanta desigualdade
 Falta creches, escola, uma mídia igualitária
 Enquanto isso a mulher negra vive em condições precárias
 Uma legião de lutadoras clandestinas
 Silenciada enquanto impunidade segue sua rotina
 Matando, julgando, a marginalizada
 Sou mais uma Claudia, mais uma negra arrastada
 Cansada da pobreza que pra nos já foi imposta
 O som do meu tambor, sim já e minha resposta
 Respeite o meu cabelo é minha cultura que ecoa
 Respeite meu turbante sim ele é minha coroa
 Que segue resistindo de uma forma natural
 E vai sobrevivendo ao preconceito racial
 Vamos todas juntas, lutando lado a lado
 Ocupando cargos públicos e derrubando o patriarcado
 Marcha contra o racismo, eu vou

Marcha contra violência
 Marcha pelo bem viver
 Marcha contra o racismo, eu vou
 Marcha contra violência
 Marcha pelo bem viver
 Eu sou Tereza de Benguela, eu sou
 Carolina de Jesus, eu sou
 Minha resistência aqui não para
 Eu sou filha de Dandara
 Sou Chiquinha Gonzaga, eu sou
 Sou Luiza Mahin, eu sou
 Estou disposta a dar um basta
 Eu sou filha de Anastácia
 Marcha contra o racismo, eu vou
 Marcha contra violência
 Marcha pelo bem viver

Fonte: [Negras Em Marcha \(part. Leci Brandão\) - MC Luana Hansen - LETRAS.MUS.BR](https://www.letras.mus.br/mc-luana-hansen/negras-em-marcha-part-leci-brandao/)
<https://www.letras.mus.br/mc-luana-hansen/negras-em-marcha-part-leci-brandao/>

Música 2

Pisa Ligeiro - João Fiorenza

Pisa ligeiro
 Pisa ligeiro
 Quem não pode com a formiga
 Não atça o formigueiro

 Pisa ligeiro
 Pisa ligeiro
 Quem não pode com a formiga
 Não atça o formigueiro

 Olha o tanto de prédios vazios que tem nessa cidade
 Você quer especular em cima do povo
 Mas aqui não tem bobo e você se referiu
 Ao frio, se eu passei a noite
 Você nem sentiu
 Sua mansão te cobriu

 Pisa ligeiro
 Pisa ligeiro
 Quem não pode com a formiga
 Não atça o formigueiro

 Pisa ligeiro
 Pisa ligeiro
 Quem não pode com a formiga
 Não atça o formigueiro

 Pisa ligeiro
 Pisa ligeiro

Quem não pode com a formiga
Não atça

Pisa ligeiro
Pisa ligeiro
Quem não pode com a formiga
Não atça o formigueiro

Tem quem vive de aparência e despreza a diferença
Mas, no fundo sabe bem da tua maldade
Que agride a cidade e a sociedade

Não adianta você querer impor
E nem se pagar de doutor
Aqui tu não tem vez

Pisa ligeiro
Pisa ligeiro
Quem não pode com a formiga
Não atça o formigueiro

Pisa ligeiro
Pisa ligeiro
Quem não pode com a formiga
Não atça o formigueiro

Pisa ligeiro
Pisa ligeiro
Quem não pode com a formiga
Não atça o formigueiro

Pisa ligeiro
Pisa ligeiro
Quem não pode com a formiga
Não atça

Quem não veio de berço de ouro preste atenção
Essa é a hora da união
Se o povo se unir e começar a atuar
O tempo da vitória vai chegar

Olê, olê, olê, olá
Se a nossa vida não melhorar
O Brasil inteiro, pisa ligeiro
E vai parar

Composição: João Fiorenza.

Disponível em <https://www.lettras.mus.br/banzzai/pisa-ligeiro/>. Acessado em 18/01/2018